



**Universidade de Aveiro**  
**2007**

Departamento de Línguas e Culturas

**Fernando Jorge Dos  
Santos Martinho**

**Sintaxe e Semântica dos Adjectivos  
Graduáveis em Português**





**Universidade de Aveiro**  
**2007**

Departamento de Línguas e Culturas

**Fernando Jorge Dos  
Santos Martinho**

**Sintaxe e Semântica dos Adjectivos Graduáveis  
em Português**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Linguística, realizada sob a orientação científica da Doutora Ana Maria Barros de Brito, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e do Doutor António José Ribeiro Miranda, Professor Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro



Aos meus pais

Ao Francisco, ao Filipe e à Fátima

**o júri**

presidente

Prof. Dr. Joaquim José Borges Gouveia  
professor catedrático do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia  
Industrial da Universidade de Aveiro

vogais

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Barros de Brito  
professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Favarrica Pimenta de Oliveira  
professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Macário Lopes  
professora associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Gabriela Ardisson Pereira de Matos  
professora associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Prof. Dr. António José Ribeiro Miranda  
professor auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

O presente trabalho representa o culminar de uma jornada difícil, essencialmente solitária, que não teria sido contudo possível sem o apoio incondicional de várias pessoas, a quem gostaria de expressar a minha mais sincera gratidão e o meu reconhecimento. Também aos familiares, amigos e colegas e a todos aqueles que, de alguma forma, manifestaram a sua presença e preocupação ao longo deste anos de investigação, deixo aqui algumas palavras de agradecimento:

À Doutora Ana Maria Brito, pelo apoio científico, as sugestões oportunas e as críticas construtivas e também pela presença constante e a dedicação evidenciada. Ao Doutor António Miranda, pela confiança demonstrada e a ajuda prestada.

Aos professores e formadores que contribuíram para despertar em mim o gosto pela linguística, entre eles, Aaron Lawton, Ana Maria Brito, Fátima Oliveira, Georges Boisvert, Jean Ebenstein, Jean-Pierre Leduc-Adine, João Alves, Óscar Lopes.

Aos colegas do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro que demonstraram o seu apoio e a sua presença.

Não posso deixar de evocar a memória de dois colegas e amigos, entretanto levados pelo destino: Mohamed Lakhdar-Bendiha, Luís Andrade.

O meu reconhecimento vai também às pessoas citadas a seguir: Bruce Despain, Diana Santos, Ellen-Petra Kester, Elisabeth Clérico, Hans Bennis, João-Paulo Silvestre, Julien Colombat, Maria Teresa Roberto, Norbert Corver, Ora Matushansky, Petra Sleeman, Pierre Larrivé, Stefan Dienst, Telmo Verdelho, Theo Vennemann, Volker Struckmeier, Werner Abraham.

Por fim, uma palavra para os meus alunos de Linguística, com quem tento partilhar o meu fascínio pelo estudo e o ensino das línguas.

**palavras-chave**

categorias lexicais, categorias funcionais, adjectivo, sintaxe, semântica, expressões de medição, emergência, gramática, programa minimalista.

**resumo**

Esta investigação representa um fragmento da gramática do Português, centrado na sintaxe e semântica do adjectivo. Depois da procura inicial de uma definição consensual do termo, em que se percorre a sua extensa genealogia, um primeiro conjunto de propostas desponha da observação de vários domínios do léxico em que a fronteira categorial entre adjectivos e nomes aparenta alguma fragilidade, sobretudo no caso dos ‘nomes adjectivos’, dos ‘adjectivos nomes’ e das ‘elipses do nome’. Justifica-se então uma reformulação da tipologia das categorias lexicais adstrita à sintaxe generativa, no sentido de delimitar um conjunto de traços estritamente adjectivais e conclui-se que o adjectivo é uma ‘categoria emergente’ no sentido em que a sua identidade lexical é parcialmente determinada pelas categorias funcionais com as quais compõe a estrutura sintáctica. A sintaxe interna dos predicados adjectivais graduáveis é então explorada. Resulta dessa análise que o sistema adjectival constitui, à semelhança dos domínios frásico, verbal e nominal, já descritos por autores como Abney (1987) e Pollock (1989) e ilustrado para as línguas germânicas por Corver (1997), um campo de aplicação aberto aos princípios minimalistas herdados de Chomsky (1995). Assim, pressupõe-se que a sintaxe da categoria que é tradicionalmente designada Sintagma Adjectival contém um Sintagma de Grau, um Sintagma Quantificador e um Sintagma de Concordância, além da categoria lexical A. A existência do conjunto de categorias funcionais adjectivais QA, DegA e AgrA não só descreve de forma convincente a gramática dos predicados graduáveis e justifica as restrições semânticas e sintácticas na sua combinação com expressões de medição, como permite ainda integrar a descrição da categoria na teoria subjacente. Sugere-se, no seguimento deste estudo sobre as construções adjectivais, que a linguagem manifesta propriedades de emergência típicas dos sistemas complexos. Os fenómenos subsequentes, como a auto-organização informacional, a retroacção entre níveis da estrutura de constituintes ou a irreversibilidade dos sistemas composicionais, devem em consequência, como se ilustra no fragmento de gramática adjectival aqui elaborado, ser considerados parte integrante da teoria gramatical.



**keywords**

lexical categories, functional categories, adjective, syntax, semantics, measure phrases, grammar, emergency, minimalist program

**abstract**

This research project centres on the syntax and semantics of gradable adjectives in European Portuguese. Once the quest for a consensual definition of the adjective is achieved in terms of historical genealogy, from origins of grammar to present theory, we first explore some edge-problematic domains of the adjectival category, namely those in which adjectives act as nouns and nouns act as adjectives, as well as some noun ellipsis data. A modification of the typology of lexical categories as used in generative syntax, aimed at identifying a set of adjective-specific features, is then proposed and it is claimed that the adjective is an 'emergent category' in that its lexical identity is partially determined by merging with functional categories. We then explore the internal syntax of gradable adjectival predicates and conclude that the adjectival system, as has been proposed for the phrasal, verbal and nominal domains since Abney (1987) and Pollock (1989) and explored by Corver (1997) for Germanic languages, is an opened field to most minimalist assumptions based on Chomsky (1995). We then propose that the syntax of the so-called Adjective Phrase contains a Degree Phrase, a Quantifier Phrase and an Agreement Phrase. We argue that the set of specific functional categories QA, DegA and AgrA can provide a strong description of the grammar of gradable predicates and fully justifies most semantic and syntactic restrictions in merging them with Measure Phrases in EP, and it is proposed that this category can be fully integrated in the previous theory. Following these hypothesis on adjectival constructions, we claim that language itself may exhibit emergency properties typical of all known complex systems. Derived phenomena, like information auto-organisation, downward causation between levels of phrase structure or irreversibility of compositional systems should then enter the core of the linguistic theory, as is shown in this fragment of adjectival grammar.



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1
PLANO DO TRABALHO.....	8
<b>PRIMEIRA PARTE. QUADRO TEÓRICO E PROBLEMÁTICA GERAL.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1. O QUADRO TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
1.1.O PROGRAMA MINIMALISTA. CHOMSKY (1995).....	15
1.2.DERIVAÇÃO POR FASE. CHOMSKY (1999, 2001).....	20
1.3.MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA. HALLE & MARANTZ (1993, 1994).....	24
1.4.O DP E A HIPÓTESE DO AP ALARGADO.....	27
<b>CAPÍTULO 2. ALGUMAS PROPRIEDADES DA CATEGORIA ADJECTIVAL .....</b>	<b>33</b>
2.1. O ESTATUTO SINTÁCTICO DO ADJECTIVO.....	33
2.2.PROPRIEDADES SEMÂNTICAS DO ADJECTIVO .....	47
2.2.1.Classes léxico-semânticas.....	47
2.2.2.Polaridade adjectival.....	54
2.3.OS ADJECTIVOS GRADUÁVEIS .....	57
<b>SEGUNDA PARTE. ESPECIFICIDADE LEXICAL DO ADJECTIVO.....</b>	<b>63</b>
<b>CAPÍTULO 3. A NATUREZA CATEGORIAL DO ADJECTIVO.....</b>	<b>67</b>
3.1. CATEGORIAS GRAMATICAI E CATEGORIAS SEMÂNTICAS.....	67
3.2.GENEALOGIA DA CATEGORIA ADJECTIVAL .....	71
3.2.1. O <i>epítheton aristotélico</i> .....	71
3.2.2.A classe adjectival e as ‘partes do discurso’.....	78
3.2.3.O adjectivo neoclássico.....	83
3.2.4.O adjectivo racionalista.....	95
3.2.5.O adjectivo filosófico. Nascimento de uma categoria.....	99
3.2.6.O adjectivo barbosiano.....	104
3.3.CONCLUSÃO: A HERANÇA HISTÓRICA DO ADJECTIVO.....	111
<b>CAPÍTULO 4. O ADJECTIVO COMO CATEGORIA FORMAL.....</b>	<b>115</b>
4.1.A ANÁLISE TRANSFORMACIONAL DO ADJECTIVO .....	115
4.1.1. <i>Adjectivos e construções completivas. Casteleiro (1978)</i> .....	115
4.1.2.Os ‘adjectivos predicativos’. Estudo de casos .....	124
4.2. CATEGORIAS LEXICAIS COMO CONJUNTOS DE TRAÇOS .....	129
4.3.O LUGAR DO LÉXICO NO PROGRAMA MINIMALISTA .....	137
4.4. O ADJECTIVO COMO CATEGORIA POR DEFEITO .....	141
4.4.1. <i>Tipologia das categorias lexicais</i> .....	141
4.4.2. <i>Problemas de análise com Baker (2003)</i> .....	145

<b>CAPÍTULO 5. CONVERSÃO E EQUIVALÊNCIA NOME/ADJECTIVO.....</b>	<b>151</b>
5.1. ADJECTIVOS ATRIBUTIVOS EM CONSTRUÇÕES DE GRAU NOMINAL .....	151
5.2. CONSTRUÇÕES NOMINAIS GRADUÁVEIS .....	159
5.3. CONSTRUÇÕES PREDICATIVAS COM NOMES HUMANOS .....	173
5.4. CONSTRUÇÕES DE MODIFICAÇÃO VERBAL .....	176
<b>TERCEIRA PARTE. EMERGÊNCIA CATEGORIAL .....</b>	<b>183</b>
<b>CAPÍTULO 6. O ADJECTIVO COMO CATEGORIA EMERGENTE.....</b>	<b>187</b>
6.1.O ADJECTIVO, UMA CATEGORIA DEFECTIVA ? .....	187
6.2.O ADJECTIVO É UMA CATEGORIA EMERGENTE.....	193
<b>CAPÍTULO 7. "ADJECTIVOS NOMES" .....</b>	<b>199</b>
7.1.AS CONSTRUÇÕES HUMANAS .....	199
7.2.NOMES ATRIBUTIVOS .....	218
7.2.1. <i>Compostos morfo-sintáticos: algumas análises</i> .....	221
7.2.2. <i>Expressões binominais modificadas</i> .....	225
<b>CAPÍTULO 8. "NOMES ADJECTIVOS" .....</b>	<b>247</b>
8.1.ADJECTIVOS EM DPS SEM NÚCLEO NOMINAL.....	247
8.1.1. <i>Elipse do nome em Português</i> .....	248
8.1.2. <i>Algumas propostas sobre a 'elipse nominal'</i> .....	251
8.2. AS 'ELIPSES DO NOME' SÃO CASOS DE EMERGÊNCIA CATEGORIAL.....	256
8.2.1. <i>As construções {Det+A}</i> .....	257
8.2.2. <i>Antonímia, simetria e elipse nominal</i> .....	265
8.3.UMA CATEGORIA NOMINAL [+N].....	271
<b>QUARTA PARTE. A SINTAXE DO ADJECTIVO GRADUÁVEL .....</b>	<b>277</b>
<b>CAPÍTULO 9. A ESTRUTURA FUNCIONAL DO AP.....</b>	<b>281</b>
9.1. O SISTEMA FUNCIONAL DO ADJECTIVO EM PORTUGUÊS.....	281
9.2. CONSTRUÇÕES COMPARATIVAS SINTÉTICAS E ANALÍTICAS .....	286
9.3. EXTRACÇÃO DO GRAU EM EXCLAMATIVAS PARCIAIS ADJECTIVAIS.....	289
9.4. EXTRACÇÃO DO GRAU EM INTERROGATIVAS ADJECTIVAIS PARCIAIS .....	291
9.5. ADVÉRBIOS DE DISTRIBUIÇÃO LIVRE EM INTERROGATIVAS ADJECTIVAIS.....	293
9.6. ÍTENS DE POLARIDADE EM CONSTRUÇÕES ADJECTIVAIS.....	294
<b>CAPÍTULO 10. DISTINÇÃO ENTRE DEG E Q ADJECTIVAIS .....</b>	<b>299</b>
10.1.EXPRESSÃO DO GRAU E EXPRESSÃO DA QUANTIDADE.....	299
10.2.ANÁLISE SEMÂNTICA DAS COMPARATIVAS ADJECTIVAIS.....	310
10.2.1. <i>Ontologia do grau adjectival</i> .....	310
10.2.2. <i>Construções referenciais e construções quantitativas</i> .....	319
10.3. ANÁLISE DA DISTINÇÃO DEGA / QA.....	322
10.3.1. <i>O núcleo funcional QA</i> .....	322
10.3.2. <i>O núcleo funcional DegA</i> .....	332
10.3.2.1.DegA e os traços [anafórico] e [referencial].....	332

10.3.2.2.Ocorrência de DegA em anáforas atributivas.....	335
10.3.2.3.Polidefinitude .....	343
10.3.2.4.Construções de “Sintagma Adjectival Excepcional” .....	349
10.3.3. <i>DegA e determinação adjectival</i> .....	352
<b>CAPÍTULO 11. A SINTAXE DE DEGAP E QAP NO SINTAGMA ADJECTIVAL ALARGADO .....</b>	<b>357</b>
11.1.ASSIMETRIAS ESTRUTURAIS ENTRE DEGA E QA.....	357
11.2.CO-OCORRÊNCIA DE DEGA E QA.....	360
11.3.EXPRESSÕES DE MEDIDA NO XAP.....	362
<b>CAPÍTULO 12. UMA CATEGORIA ADJECTIVAL AGREEMENT .....</b>	<b>373</b>
12.1 A SINTAXE DOS ADJECTIVOS GRADUÁVEIS COM EXPRESSÕES DE MEDIDA .....	373
12.1.1. <i>Adjectivos com expressões de medida temporal</i> .....	376
12.1.2. <i>Adjectivos com expressões quantificadas</i> .....	380
12.2.AS CONSTRUÇÕES {MP-A}, {A-MP} E {A-(DE)-MP} .....	385
12.2.1. <i>Tipologia dos adjectivos antónimos polares</i> .....	386
12.2.2. <i>A alternância “alto de dois metros” / “dois metros de alto”</i> .....	397
12.2.3. <i>As sequências {A+CMP+MP} e {A+MP+CMP}</i> .....	401
12.2.3. <i>Construções de medição referencial e medição diferencial</i> .....	408
12.2.4. <i>Sobre o estatuto de ‘de’ adjectival</i> .....	414
12.2.4.1.Construções de inversão do predicado.....	414
12.2.4.2.MP de medição e MP referencial .....	422
12.2.5. <i>As construções {MP-de-N} e {MP-de-A}</i> .....	430
12.2.6. <i>Ter altura e ter calor. Sobre a semântica de ter</i> .....	432
12.3.UMA CATEGORIA FLEXIONAL NO XAP .....	435
<b>QUINTA PARTE. PARA UMA TEORIA DA EMERGÊNCIA EM GRAMÁTICA .....</b>	<b>443</b>
<b>CAPÍTULO 13. PROPRIEDADE DE EMERGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE PROPRIEDADES .....</b>	<b>447</b>
13.1.TEORIA DA EMERGÊNCIA .....	447
13.2.IRREDUTIBILIDADE E CAUSALIDADE .....	452
<b>CAPÍTULO 14 . GRAMÁTICA E ENTROPIA .....</b>	<b>463</b>
14.1.EDIFICAÇÃO DE ESTRUTURA E RUPTURA DE SIMETRIA .....	463
14.2.RESTRIÇÕES DE SELECÇÃO E INSERÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	475
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>481</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>501</b>



*Car il faut être, pour être tel.*

C.-C. Du Marsais





## Glossário e convenções

Expõe-se a seguir a lista de abreviaturas e conceitos usados nesta dissertação. A lista refere, por um lado, o termo ou expressão e a sua abreviatura em Inglês, e, por outro, a sua tradução em Português. Note-se que, neste trabalho, se optou por traduzir os termos, mas que as abreviaturas originais serão sistematicamente usadas:

INGLÊS	ABRV.	PORTUGUÊS	ABRV.
NOUN PHRASE	NP	SINTAGMA NOMINAL	SN
VERB PHRASE	VP	SINTAGMA VERBAL	SV
ADJECTIVAL PHRASE	AP	SINTAGMA ADJECTIVAL	SA
INFLECTIONAL PHRASE	IP	SINTAGMA FLEXÃO	SFLEX
COMPLEMENTIZER PHRASE	CP	SINTAGMA COMPLEMENTADOR	SCOMP
PREPOSITIONAL PHRASE	PP	SINTAGMA PREPOSICIONAL	SPREP
QUANTIFIER PHRASE	QP	SINTAGMA QUANTIFICADOR	SQ
DETERMINER PHRASE	DP	SINTAGMA DETERMINANTE	SDET
AGREEMENT PHRASE	AGRP	SINTAGMA CONCORDÂNCIA	SCON
DEGREE PHRASE	DEGP	SINTAGMA GRAU	SGRAU
MEASURE PHRASE	MP	SINTAGMA DE MEDIÇÃO	SMED
DERIVATION	D	DERIVAÇÃO	D
DETERMINER	DET	DETERMINANTE	DET

Convenções tipográficas:

<i>bonito</i>	itens lexicais usados no texto
<b>expressão de medição</b>	sublinhado nosso no texto
<i>(Inglês)</i>	língua do exemplo
<i>Merge</i>	denota a operação proposta por Chomsky (1995)
<i>compor</i>	tradução de <i>to merge</i>
[+humano]	traço semântico
<b><i>[-n]</i></b>	morfema
[+N], [-N], [ <sub>0</sub> N], [ <sub>1</sub> N]	traços categoriais
*(tão)	a ausência do item entre parênteses é agramatical
(*tão)	a presença do item entre parênteses é agramatical
{MP-A}	sequência ordenada de itens



## Introdução

### Considerações iniciais

0.1. A temática geral deste trabalho —um fragmento da gramática do adjectivo— encontra a sua origem numa dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1998. No decorrer daquela investigação em Sintaxe Generativa, em que se analisou a ocorrência da chamada *elipse nominal* em duas línguas românicas —Português e Francês—, fomos confrontados com vários factos pertinentes acerca de uma categoria lexical que, até à data, não apresentava qualquer relevância (para nós) em termos conceptuais e linguísticos: o adjectivo. Um deles prende-se com a inesperada variedade de tipos de adjectivos e a aparente inexistência de critérios estáveis e coerentes para a sua classificação. O adjectivo é, entre as categorias lexicais, um caso paradigmático de indefinição taxionómica e de ambiguidade categorial. Outra fonte de perplexidade foi o facto de o adjectivo, apesar da sua (falta de) especificidade, revelar vários pontos de convergência com outra categoria: o nome. A proximidade entre essas duas categorias surge tanto do ponto de vista formal —sintaxe, morfologia flexional e derivacional— como do ponto de vista interpretativo e contextual. A relativa facilidade com que se passa de uma categoria para a outra pareceu-nos, em todo o caso, encobrir algo mais que um simples acaso.

As várias questões inspiradas nessas notas iniciais levaram posteriormente a formular um projecto de investigação de doutoramento. Numa primeira tentativa, perspectivou-se a elaboração de uma tipologia dos adjectivos, tarefa por concluir, no caso da língua portuguesa, desde os anos 70. Contudo, a ambição de tal empreendimento depressa saltou à vista. A outra observação preliminar —convergência entre A e N— pareceu-nos mais fecunda como terreno de investigação. Delimitámos então uma área de trabalho que incidisse sobre a sintaxe e semântica da categoria adjectival tendo como ponto de partida a sua inquestionável proximidade com a categoria nominal. O desenrolar da investigação assim iniciada mostrou contudo que, apesar de limitada na sua extensão e na

sua temática, a mesma teria que ultrapassar obstáculos incontornáveis e desafiar questões fundamentais, tais como o lugar do léxico na teoria linguística ou a relação entre morfologia e sintaxe. Outra conclusão se impôs em simultâneo: assim como não se pode captar a imensa variedade do adjectivo numa tipologia redutora, também não é possível limitar-se a um único modelo linguístico para alcançar essa meta descritiva. Por essa razão, apesar de assentar numa base teórica inequivocamente generativista, acreditámos ser mais fecundo para a investigação socorrer-se, quando fosse caso disso, de referências paralelas sobre a gramática do adjectivo, cujas propostas de alguma forma complementassem devidamente as lacunas da teoria principal. Chegámos finalmente a uma situação em que nos pareceu viável adiantar propostas inovadoras no sentido de redefinir algumas prioridades descritivas da teoria da gramática.

0.2.As categorias lexicais em geral, e a categoria adjectival entre elas, são uma questão transversal às várias teorias linguísticas e às diferentes componentes da gramática, nomeadamente à morfologia, à semântica e à sintaxe. Importa, contudo, num estudo de alguma dimensão, não privilegiar nenhuma dessas áreas mas, pelo contrário, alcançar uma síntese daquilo que, no caso do adjectivo, lhes é comum. Relativamente à questão morfológica, muitos aspectos da morfologia adjectival devem ser atribuídos, em nosso entender, directamente a fenómenos sintácticos, como movimentos de núcleos e operações similares. A complexidade das relações entre a sintaxe e a semântica do adjectivo levanta, por seu lado, a questão de saber se uma delas deve ser considerada prioritária relativamente ao objecto de investigação. Poder-se-ia, por um lado, defender que a semântica do adjectivo é prioritária se as suas representações sintácticas não passarem de facilidades descritivas que poderiam ou deveriam ser eliminadas da argumentação; pelo contrário, pode-se admitir que, para captar a natureza da categoria adjectival, são fundamentais as suas representações sintácticas e que qualquer dado semântico só possa ser analisado por meio de representações formais. No trabalho aqui desenvolvido, forneceremos sistematicamente uma análise semântica estreitamente associada aos mecanismos de representação sintáctica.

A nossa orientação, contudo, é que este é um trabalho da área da sintaxe e assim deve ser encarado. Como tal, a semântica adjectival será usada como referência —como ferramenta de verificação— e só serão abordadas as questões semânticas cuja análise seja

pertinente em termos de sintaxe adjectival. Obviamente, o facto de o motor descritivo ser sintáctico não exclui a existência, nas áreas da morfologia e da semântica, de propostas alternativas ricas, tanto mais que o adjectivo a isso convida.

Quanto ao quadro teórico seguido, e aos termos descritivos adoptados, esta investigação inscreve-se naquilo a que se costuma chamar *Teoria dos Princípios e Parâmetros*, mais precisamente na declinação mais recente dessa teoria, o *Programa Minimalista* (cf. o capítulo 1 para uma discussão pormenorizada). A base nocional é claramente chomskyana nos seus princípios e na sua argumentação. Contudo, pensamos ser salutar uma postura de distanciamento céptico relativamente aos postulados e axiomas impostos pela teoria em questão. Essa atitude é tanto mais pertinente, relativamente ao tema específico deste trabalho, quanto as orientações da linguística chomskyana acerca do léxico não aparentam ser a parte mais convincente da teoria e a categoria adjectival não é, nesse quadro, uma questão objectivamente delimitada. O adjectivo não é o tema sobre o qual o Minimalismo tem mais para dizer. Em consequência, as conclusões a que chegaremos serão parcialmente (in)dependentes daquilo que caracteriza as posições axiomáticas da tecnologia minimalista.

Parece-nos todavia razoável optar pelos conceitos genéricos desse modelo, na medida em que o mesmo representa a teoria mais acabada e mais coerente em termos de adequação descritiva e explicativa, nomeadamente em termos de pressupostos teóricos, assunções gerais sobre a linguagem e procura de simplificação das representações gramaticais. A nossa posição, relativamente a esta demanda de eficácia, será no entanto algo flexível e optaremos por métodos de representação simplificados sempre que os acharmos mais adequados à descrição e à clareza da exposição. Tentaremos, em todo o caso, optar por noções linguísticas consensuais, cujo uso seja pacífico e eficiente. Quando e se for caso disso, também serão fornecidos dados teóricos ao longo da discussão.

0.3. Uma das ideias centrais que anima esta tese é que o AP (do Inglês “Adjectival Phrase”, *Sintagma Adjectival*) é, em termos de estrutura sintáctica, uma cópia do DP (“Determiner Phrase”, *Sintagma Determinante*), envolvendo projecções funcionais semelhantes ou equivalentes e movimentos da zona lexical para a zona funcional determinados por razões equivalentes. Quais as categorias funcionais comuns a AP e DP? Propomos Q, Agr (de “Agreement”, *Concordância*) e Deg. Como no caso do DP, os traços

não interpretáveis desses morfemas adjectivais atraem para as suas projecções os constituintes lexicais que precisam de verificar esses traços —neste caso o núcleo A. O núcleo funcional Deg, por seu lado, dispõe de um traço [+referencial] que consegue promover a categoria A a argumento —na linha de Longobardi (1994), para quem um DP argumento exige uma posição Det preenchida. Casos problemáticos, como a *anáfora atributiva*, do tipo *o João, o estúpido*, receberiam assim uma explicação razoável —mas estariam em contradição com a explicação “clássica” de que se trata de uma elipse do nome em que um adjectivo domina um núcleo N<sup>o</sup> nulo (Lobeck, 1995, Kester 1996, Sleeman 1996).

Num quadro em que as categorias substantivas principais projectam em sintaxe a sua morfologia sob a forma de categorias funcionais, o mesmo se espera no caso de A. Contudo a singular identidade estrutural entre DP e AP indica que o AP é uma réplica do DP. Na verdade, existe muito mais afinidade entre A e N do que se presume habitualmente. Apesar de teoricamente diferenciados pelos seus traços lexicais (em especial A tem um traço [+V] e N tem um traço [-V]), podemos afirmar que os adjectivos não relacionais podem ser estrutural e contextualmente equivalentes a nomes<sup>1</sup>. Assim como os adjectivos podem ser argumentos introduzidos por um Det (*dar aos pobres*), os nomes podem ser modificadores adnominais (*uma recepção monstro*) e até predicativos (*a Joana é muito mulher*). Nesse sentido, a fronteira categorial entre N e A é menos estrita, mais porosa do que o modelo de referência estipula. A genealogia do ‘*nome adjectivo*’ recorda-nos essa proximidade, embora a fundamente em razões diferentes. A “promiscuidade” histórica entre N e A não terá sido, em todo o caso, um mero acaso ou erro descritivo.

De entre as variadíssimas espécies gramaticais de adjectivos, a nossa investigação incide especificamente sobre os predicados adjectivais para os quais é possível definir um ponto na escala da propriedade que atribuem. Esse ponto, habitualmente identificado como o *grau* do adjectivo, pressupõe a existência de uma escala de valores associada à propriedade denotada pelo adjectivo. Daremos aos adjectivos que manifestam essas duas características —um grau e uma escala de graus— o nome genérico de ‘*adjectivos*

---

<sup>1</sup> cf. Martinho (1998), para uma análise clássica desta questão.

*graduáveis*'. Na medida em que os graduáveis estão presumivelmente associados a um sistema funcional rico e diversificado, consideramos que esta classe de adjetivos é aquela que tipicamente melhor representa a categoria adjectival e mais objectivamente alimenta a análise da estrutura sintáctica e semântica dos predicados adjectivais em geral.

0.4. Do ponto de vista conceptual, este trabalho está edificado com base em ferramentas desenvolvidas por vários autores e teorias no âmbito da Sintaxe Generativa e do Programa Minimalista. Do ponto de vista sintáctico, o trabalho assenta em Abney (1987) e Corver (1997) e segue, em consequência, parte das propostas de Corver (1997) sobre a *hipótese funcional* de Abney (1987) aplicada ao AP, como a distinção entre DegP (“Degree Phrase”, *Sintagma Grau*) e QP (“Quantifier Phrase”, *Sintagma Quantificador*) adjectivais e a hipótese de um morfema Agr adjectival. A nossa principal orientação será, nesse aspecto, analisar de que modo os modelos sintácticos de Abney e Corver podem ser adaptados ao Português. Do ponto de vista semântico, a nossa análise baseia-se na ontologia do grau adjectival elaborada à volta de Kennedy (1997) —completada com a semântica proposta por Marques (2003)—, imprescindível para definir o adjectivo graduável em termos de expressão relacional entre graus, delimitar a semântica dos MP (“Measure Phrases”, *Sintagmas de Medida*) ou distinguir entre operadores de *grau*, *escala* e *intervalo*. A descrição proposta nesta investigação para os adjectivos graduáveis do Português consegue captar, pensamos que de forma adequada, a sintaxe e semântica dos adjectivos graduáveis. Vamos defender, com base nos autores referidos —basicamente Corver e Kennedy—, a possibilidade de relacionar explicitamente a grelha semântica destes predicados com a estrutura sintáctica correspondente: os adjectivos graduáveis projectam um conjunto de estruturas funcionais especificamente dedicadas ao tratamento do grau. A força desta proposta, pensamos, é a sua adequação com a semântica composicional das construções adjectivais de grau (como o comparativo), definidas como expressões relacionais entre graus, na medida em que permite atribuir às projecções funcionais internas ao AP uma interpretação semântica. A interpretação composicional da projecção alargada de um adjectivo graduável é, assim, “natural”.

0.5. Na medida em que o nosso estudo visa também identificar padrões de consistência na sintaxe adjectival do Português, a extensão e variedade dos exemplos

analisados condicionam directamente a pertinência das observações, razão pela qual se optou por basear essa análise em dados de origem variada. Tendo em conta a complexidade das sequências envolvendo expressões adjectivais e as dúvidas reiteradas relativas à gramaticalidade de muitas delas, situação frequente no início da investigação e recorrente na confrontação de dados durante a orientação do trabalho, achámos pertinente aceder a dados autónomos aptos a espelhar o falar médio do Português contemporâneo. Os dados apurados neste trabalho provêm de três fontes distintas e complementares: (i) a nossa intuição de falante nativo de Português —e de Francês; (ii) os exemplos fornecidos pelos autores consultados; (iii) os dados recolhidos junto de bases de dados informatizadas disponíveis na Internet. Neste último caso, convém referir as duas fontes especificamente seleccionadas.

Em primeiro lugar, usámos a base de dados CETEM Público<sup>2</sup>, em especial o corpus anotado, acessível, por intermédio do projecto AC/DC<sup>3</sup>, no endereço seguinte: [http://www.linguateca.pt/cetempublico/acesso\\_CP\\_annotado.html](http://www.linguateca.pt/cetempublico/acesso_CP_annotado.html). Uma das vantagens deste projecto é, como se disse, a sua capacidade em reflectir o Português contemporâneo, neste caso a variedade que o texto jornalístico pode conter. Por outro lado, tendo em conta que o corpus em questão é anotado, isto é, permite meta-pesquisas baseadas em indicações categoriais e funcionais, a sua consulta permitiu-nos obter alguns resultados pertinentes em termos de frequência e composicionalidade, além de testar a eventual ocorrência de estruturas problemáticas.<sup>4</sup> Este trabalho de investigação foi pois elaborado em parte a partir da consulta dos resultados das pesquisa à base CETEM. Tendo em conta a extensão das respostas fornecidas pelo sistema informático, mas considerando, por outro lado, a

---

<sup>2</sup> O CETEM Público (Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público) é um corpus de aproximadamente 180 milhões de palavras em Português Europeu, criado pelo projecto Processamento computacional do português (projecto que deu origem à Linguateca) após a assinatura de um protocolo entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) português e o jornal PÚBLICO em Abril de 2000.

<sup>3</sup> O projecto AC/DC (Acesso a corpora/Disponibilização de corpora) tem como objectivo tornar o acesso a corpora em português mais fácil. Os corpora estão codificados no sistema “IMS corpus workbench”, para o qual se desenvolveu uma interface na rede. Os corpora foram anotados com o analisador sintáctico de Eckhard Bick, o PALAVRAS (corpora anotados).

<sup>4</sup> Deixamos os nossos agradecimentos à Profª Diana Santos pela ajuda prestada na compreensão da sintaxe de pesquisa da base CETEM.



pertinência das mesmas, optámos por só incluir no texto uma amostra das respostas que nos parecem mais relevantes. Propomos também uma breve descrição da sintaxe de pesquisa usada para interagir com a base CETEM, baseada nas indicações do projecto AC/DC. O uso de exemplos do CETEM será sempre assinalado como tal no decorrer do texto

Em segundo lugar, usámos uma base de dados não anotada nem delimitada a determinada língua: o motor de pesquisa Google.com —<http://www.google.com>. Embora fundamentada nos mesmos pressupostos que a base CETEM, a escolha do Google como base de consulta alternativa baseia-se ainda em várias observações complementares. Em primeiro lugar, das bases existentes nas várias línguas, incluindo as publicações electrónicas, dicionários informatizados, glossários e corpora anotados, nenhuma dispõe do conjunto de todos os adjectivos graduáveis e das suas várias construções. Ora, como se observou, a extensão da base de consulta condiciona directamente a pertinência dos resultados. Em segundo lugar, como qualquer base de dados, o Google é acessível por meio de uma linguagem de consulta/pesquisa cuja sintaxe, aparentemente algo elementar, fornece contudo resultados extremamente variados e complexos. Em terceiro lugar, apesar da sua extensão incalculável e da sua manifesta falta de organização, o Google é uma fonte cujas respostas podem ser tratadas com base na tipologia das línguas. As pesquisas no Google foram pois divididas por dois grupos de línguas: Românicas (Português, Espanhol, Francês, Italiano, Romeno, dialectos românicos diversos) e Germânicas (Inglês, Alemão, Neerlandês). As formas procuradas foram escolhidas de modo a evitar respostas inconclusivas e de tradução inacessível.<sup>5</sup> O uso de exemplos do Google será sempre assinalado como tal no decorrer do texto.

Em qualquer caso, os termos de pesquisa efectuados incidiram sobre as estruturas adjectivais e a sua ordem relativa. Na medida em que o nosso trabalho se limita a um tipo de adjectivo —os graduáveis—, mas que, por outro lado, tanto o CETEM como o Google não anotam os adjectivos por tipo —no caso do Google, não há sequer anotação—, muitos

---

<sup>5</sup> Relativamente à tradução das línguas que não dominamos, os exemplos cuja proveniência foi o Google passaram pelo serviço de tradução do próprio motor de busca.

dos exemplos fornecidos foram irrelevantes. De modo geral, os resultados das várias consultas foram sempre parasitados por formas impossíveis de filtrar, multiplicando inutilmente as respostas. Trata-se não só de casos de adjetivos não graduáveis como também de falsas ocorrências criadas por obstáculos como a pontuação ou as expressões idiomáticas. Estas representam, em geral, uma fonte de incerteza, especialmente em línguas distantes. Tais dificuldades indicam que, apesar da sua incomensurável riqueza e diversidade, as bases informatizadas são de consulta problemática e são contra-indicadas como indicadores absolutos de frequências e fonte de análise estatística lexical (optámos, contudo, por comentar algumas frequências com base no CETEM). Na realidade, parte dos dados obtidos nas pesquisas podem ser considerados irrelevantes ou eventualmente agramaticais (em especial, os dados extraídos de páginas cujo conteúdo linguístico é pouco consistente, caso da blogosfera, dos fóruns ou, na base CETEM, de textos jornalísticos cujo conteúdo linguístico terá sido adaptado do ponto de vista do realismo sociológico). Em consequência, usámos as pesquisas preferencialmente de maneira heurística, como fonte potencial de dados relevantes, como manancial de ocorrências possíveis de determinadas estruturas adjectivais e —no caso do Google— como teste de equivalência e alargamento a outras línguas. Os exemplos seleccionados foram sempre escolhidos por nos parecerem os mais aceitáveis em termos de gramaticalidade e relevância, e rejeitámos os exemplos demasiado marcados em termos de estrutura de informação (construções truncadas, pleonásticas, enfáticas, etc.) ou procura de efeito estético. No caso dos exemplos do Google seleccionados para menção no texto, as páginas correspondentes foram visitadas de forma a verificar a sua pertinência. Não é possível, por razões óbvias, anexar os resultados das pesquisas ao Google. Limitamo-nos a fornecer em nota um breve descritivo da sintaxe de pesquisa usada.

### **Plano do trabalho**

Excluindo a bibliografia, a nossa investigação está dividida em cinco partes e catorze capítulos. Além da introdução, a primeira parte, intitulada “Quadro teórico e problemática geral” e correspondente aos capítulos 1 (“O quadro teórico”) e 2 (“Algumas

propriedades da categoria adjectival”), propõe um breve panorama teórico do Programa Minimalista, apresenta um resumo da gramática do adjectivo em que se define a noção de adjectivo graduável e delimita as questões de partida para a investigação.

A segunda parte intitula-se “Especificidade lexical do adjectivo” e abrange os capítulos 3 (“A natureza categorial do adjectivo”), 4 (“O adjectivo como categoria formal”) e 5 (“Conversão e equivalência nome / adjectivo”). As questões abordadas prendem-se com a necessidade inicial de se encontrar uma base descritiva consensual para definir a categoria adjectival, pelo que se propõe um panorama histórico da questão, acompanhando o percurso do adjectivo, do seu nascimento no seio da filosofia clássica como subespécie de nome à sua elevação moderna a categoria lexical, prosseguindo com a análise transformacional proposta nos anos 70 por Casteleiro e abordando, por fim, a definição chomskyana do adjectivo como conjunto de traços [+N]-[+V]. Analisa-se de seguida a situação do adjectivo no Programa Minimalista e conclui-se pela precariedade da sua condição, nomeadamente quando confrontada com casos como as construções de modificação verbal ou as construções de grau nominal.

A terceira parte, cujo título é “Emergência categorial”, abrange os capítulos 6 (“O adjectivo como categoria emergente”), 7 (“Adjectivos nomes”) e 8 (“Nomes adjectivos”), e pode ser vista como uma primeira tentativa de apresentar soluções alternativas à aproximação da natureza adjectival de certos itens lexicais. Partindo de uma relativa indefinição lógica na classificação do adjectivo ligada à teoria generativa, e apurando, por outro lado, uma “homologia” notável entre nomes e adjectivos, desenvolvemos e analisamos de seguida uma série de exemplos dessa homologia em Português, nomeadamente a existência de nomes modificadores atributivos e de adjectivos ocupando posições argumentais típicas da categoria nominal. A chamada construção de *elipse nominal* pode ser considerada um caso paradigmático da capacidade de A e N em trocar informação categorial. Conclui-se provisoriamente que é pouco produtiva uma definição da categoria adjectival baseada numa tipologia restrita de traços. Além disso, começa a delinear-se uma forte proximidade estrutural entre nomes e adjectivos, que vem confirmar a homologia anteriormente entrevista, pelo que se propõe que o adjectivo é uma ‘*categoria emergente*’ na medida em que a sua identidade lexical é parcialmente determinada pelas categorias funcionais com as quais compõe estrutura quando é inserido em sintaxe

A quarta parte da investigação, intitulada “A sintaxe do adjetivo graduável” (capítulo 9 (“A estrutura funcional do AP”), 10 (“Distinção entre Deg e Q adjectivais”), 11 (“A sintaxe de DegAP e QAP no sintagma adjectival alargado”) e 12 (“Uma categoria adjectival Agreement”)), procura descrever a categoria adjectival do ponto de vista estrutural e sintáctico, analisando em pormenor as construções envolvendo adjetivos graduáveis. Depois de concluir, com base em Abney (1987) e Corver (1997), que o AP cujo núcleo é um predicado adjectival graduável dispõe de um sistema funcional, e depois de analisar a sua semântica com base em Kennedy (1997) e Marques (2003), optamos por descrever em pormenor a estrutura interna das construções adjectivais em Português, baseando a nossa descrição na existência de três morfemas adjectivais distintos: QA, DegA e AgrA. O primeiro relaciona-se com a construção comparativa, o segundo com os modificadores não comparativos do adjetivo e o terceiro com os seus traços morfológicos. Essa proposta permite descrever de modo abrangente as construções adjectivais graduáveis em Português e várias outras línguas e ainda justificar as restrições semânticas e sintácticas que condicionam a combinação de adjetivos graduáveis com as expressões de medição. Uma proposta de descrição da estrutura interna do AP é então introduzida de modo a incluir as variações paramétricas detectadas. Fica confirmada parcialmente a proposta inicial de que as estruturas internas de AP e DP são globalmente análogas.

A última parte do texto chama-se “Para uma teoria da Emergência em gramática”. Abrangendo os capítulos 13 (“Propriedade de emergência e emergência de propriedades”) e 14 (“Gramática e entropia”), a parte final da dissertação propõe uma reflexão e uma síntese sobre os problemas decorrentes da análise do adjetivo, sugerindo que a linguagem, pelo menos na sua componente lexical, está sujeita, como o revela o adjetivo, a fenómenos de emergência, conceito que a epistemologia afirma caracterizar os sistemas complexos. Como a linguística tem como objecto de estudo um sistema complexo —a linguagem—, as teorias inspiradas na problemática da emergência, como a quantificação da informação ou a irreversibilidade dos sistemas causais, devem ser consideradas parte integrante de uma teoria gramatical eficiente. Alguns exemplos são analisados na perspectiva traçada por essa gramática emergentista e entrópica.

A conclusão propõe uma síntese das questões abordadas e tenta responder a várias interrogações iniciais, fornecendo ainda pistas possíveis para futura investigação.





## **PRIMEIRA PARTE**

### **Quadro teórico e problemática geral**





# Capítulo 1

## O quadro teórico

### 1.1.O Programa Minimalista. Chomsky (1995)

Do ponto de vista conceptual, este trabalho de investigação insere-se na perspectiva do *Programa Minimalista* (PM), teoria dominante na área da *Sintaxe Generativa*. No âmbito do PM, a teoria da linguagem tem como objectivo central caracterizar as línguas no estado inicial da Faculdade da Linguagem (FL). A GU (*Gramática Universal*) é a expressão usada para caracterizar o estado inicial da Faculdade da Linguagem e as várias gramáticas são teorias sobre os estados das línguas naturais e a sua variação relativamente a GU. A FL é a componente do cérebro humano que trata da linguagem. O estado inicial dessa componente é geneticamente determinado e consiste num conjunto de traços ou propriedades e num número reduzido de parâmetros cujos valores não estão (ainda) definidos. Aquilo a que se chama “linguagem” é pois um **sistema cognitivo que armazena e trata informação acerca do som, do significado e da organização estrutural dos enunciados de uma língua específica**. No Programa Minimalista, a FL está inserida numa arquitectura neurológica geral na qual interfere com outros *sistemas de performance* —o sistema *conceptual-intensional* e o sistema *sensório-motor*, nos termos de Chomsky (1995, 2001)— e deve satisfazer as exigências desses sistemas vizinhos de forma óptima nas suas interfaces. O PM parte pois do princípio que deve ser possível explicar os dados linguísticos a partir dos princípios dessa arquitectura de base, quer em termos das *condições de interface* impostas pelos sistemas vizinhos, quer de princípios gerais de eficiência aos quais a linguagem obedece efectivamente (cf. Matos, 2005:21-23)

O Programa Minimalista também está associado a questões não formais, de natureza teórico-especulativa, que não serão aqui desenvolvidas, mas resumidas do seguinte modo: a questão central é neste caso saber se e a que ponto a natureza da linguagem está otimizada para desempenhar a sua tarefa central. Até que ponto as especificações minimais da linguagem derivam directamente de GU? A linguagem seria considerada perfeita se as suas propriedades pudessem todas ser reduzidas às condições de interface. Contudo, as expressões linguísticas podem ser imperfeitas na sua utilização, por exemplo devido a restrições de memória e limites de complexidade das estruturas. A hipótese minimalista forte é a de que a linguagem é uma solução óptima para as condições de legibilidade. A ser verdade, então só o facto de conhecer essas condições e aquilo que seria uma solução óptima para elas permitiria justificar todos os dados linguísticos, como os da aquisição, do processamento, etc. Como determinar o que são as condições de legibilidade? Para isso é preciso estudar os sistemas externos com os quais a linguagem interage. Contudo, esses sistemas são (ainda) pouco conhecidos.

Do ponto de vista operativo, o quadro que seguimos é o *Programa Minimalista* de Chomsky (1995) e, no seguimento de Chomsky (1999, 2001), o modelo genericamente designado *Derivation by Phase* (“derivação por fase”). No que se segue, apresentar-se-á resumidamente as questões que tocam directamente este trabalho, como as noções de traço linguístico, de movimento de constituinte ou a questão da diversidade e natureza das categorias funcionais.

Em primeiro lugar, o modelo chomskyano evoluiu drasticamente relativamente à estrutura de constituintes e à diversidade das categorias funcionais. Em Chomsky (1986b:2), as categorias funcionais, como C (“complementador”) e I (“flexão”), são consideradas reproduções formais das categorias lexicais A, N, V e P, e os núcleos funcionais projectam, também eles, uma categoria máxima, nos moldes da sintaxe X-barra. Tais projecções máximas oferecem uma posição de especificador, apta a receber vários objectos sintácticos envolvidos em operações de movimento, como a posição [Spec,CP] para a qual se movem os *elementos-Q*, e a posição [Spec,IP] que recebe o sujeito gramatical e permite ao *Sujeito*, via *Concordância Especificador-Núcleo*, receber *Caso*

*nominativo* do verbo, movido —ou não, conforme as línguas— para [Núcleo,IP]. Chomsky (1992:173) —no seguimento do importante trabalho de Pollock (1989) sobre a morfosintaxe do verbo em Francês e Inglês<sup>6</sup>—, defende que a atribuição de Caso é sempre verificada numa configuração *Especificador-Núcleo*, o que implica que várias novas categorias funcionais, como AgrS (“concordância do sujeito”) e AgrO (“concordância do objecto”), sejam propostas. O Caso nominativo seria em consequência verificado em [Spec,AgrSP] assim como o acusativo o seria em [Spec,AgrOP].<sup>7</sup> Estas verificações ocorreriam em sintaxe visível ou invisível, em função do carácter *forte* ou *fraco* dos traços a verificar. Chomsky (1992)<sup>8</sup> propõe em consequência dois tipos de traços, *traços-N* e *traços-V*, sendo os primeiros responsáveis pelos *movimentos de verificação* associados ao N (como Caso), e os segundos associados ao movimento de V para verificação de flexão. A verificação dos traços-N dar-se-ia numa configuração *Especificador-Núcleo*, preferencialmente<sup>9</sup> em sintaxe invisível.<sup>10</sup>

Contudo, Chomsky (1995:349) nota que, em línguas como o Inglês, não há evidência directa para as projecções AgrXP. O seu argumento é de que, ao contrário de outras categorias funcionais como C ou D, a categoria Agr está associada a traços não interpretáveis, que, por definição, não fornecem quaisquer instruções a nível das interfaces. Sendo assim, Agr só deve ser mantido por razões interna à teoria.<sup>11</sup> A principal razão da sua conservação é obviamente descritiva: a presença de um núcleo Agr oferece várias posições livres na estrutura funcional da frase ou do DP. Contudo, Agr só é projectada quando tem traços fortes, o que implica uma posição de especificador preenchida em sintaxe explícita.

---

<sup>6</sup> No seu texto, Pollock atribui ao traço formal **Agr** o estatuto de categoria funcional autónoma, separando-o de T.

<sup>7</sup> O verbo, por seu lado, verifica a sua flexão via Concordância Núcleo-Núcleo com Agr, ou seja V incorpora Agr em sintaxe visível ou coberta.

<sup>8</sup> Chomsky (1992:169)

<sup>9</sup> Em termos minimalistas.

<sup>10</sup> Além das categorias funcionais Agr, (muitas) outras são também sugeridas e defendidas por vários autores: Tense, Aspect, Number, Topic, etc.

<sup>11</sup> Em Inglês: “present only for theory internal reasons.” (Chomsky, 1995:349).

A partir de Chomsky (1995), um item lexical é definido como um conjunto de traços *fonológicos, semânticos e formais* (mais precisamente *categoriais*). As estruturas sintáticas são criadas via *Merge* (“compor”), operação que incide de forma iterativa sobre pares de objectos sintáticos. A operação *Merge* extrai elementos do léxico e junta-os em sintagmas, sendo toda a estrutura da frase progressivamente edificada, dos núcleos ao topo. Segundo Chomsky (1995:235), quando os itens lexicais são directamente extraídos do léxico e inseridos numa derivação, já vêm devidamente flexionados e têm de verificar os seus traços em posições adequadas.

Para cada expressão linguística, a gramática deve fornecer uma informação de natureza fonética e outra de natureza semântica, servindo a primeira de entrada à interface *sensório-motora*, a PF (*‘Phonetic Form’* (“Forma Fonética”)) e a segunda de entrada à interface *conceptual-intensional*, a LF (*‘Logical Form’* (“Forma Lógica”)), na terminologia de Chomsky (1995). Tendo em conta que existem, a nível dessas duas interfaces, requisitos de *legibilidade* impostos pelos sistemas externos, os traços linguísticos devem pois ser divididos entre os fonéticos —que são rejeitados em LF mas interpretados em PF— e os semânticos, de características inversas. Existe contudo um terceiro tipo de traço, nem fonético, nem semântico, capaz portanto de violar os requisitos de legibilidade —Chomsky (1995: 277). Esse tipo de traço é *não-interpretável*, isto é, não serve de entrada para as interfaces, mas manifesta a sua existência ao forçar o movimento de constituintes, visível ou invisivelmente, para uma projecção funcional alta —Chomsky 1995: 278). Ora, a existência desses traços não interpretáveis nas interfaces é algo problemática para a elegância da teoria, assim como o é o conceito de movimento que lhe está associado. Em Inglês, por exemplo, o movimento associado a verificação da flexão verbal é irrelevante na medida em que nada acrescenta a nível interpretativo. Nesse perspectiva, Chomsky propõe em 1998 distinguir radicalmente os tipos de traços: os traços *não-interpretáveis* (como Caso e Agr) devem ser eliminados da derivação por uma operação de movimento; os traços *interpretáveis* não precisam de ser verificados e conseqüentemente apagados, na medida em que são objectos legítimos nas interfaces, pelo que prosseguem até LF ou PF. Isso significa que só os traços não-interpretáveis desencadeiam movimento, o que permite explicar vários dados anteriormente deixados sem justificação ou cruzar outros até então sem qualquer relação. A existência de traços não-interpretáveis justifica a inserção de projecções funcionais a nível da derivação assim como os movimentos subsequentes para

as posições de núcleo ou especificador dessas projecções. Por exemplo, o argumento externo de V move-se visivelmente para [Spec,IP], de forma a verificar tipicamente os seus traços categoriais (traços- $\phi$ , caso nominativo). Em todo o caso, os traços não-interpretáveis devem ser todos verificados antes de a derivação entrar em contacto com as interfaces.

Contudo, partindo do princípio de que só traços categoriais *fortes* desencadeiam movimento visível, existe a possibilidade de alguns traços categoriais —os *fracos*— subsistirem até LF. Para evitar esta situação problemática (e eliminar a distinção *forte/fraco*), Chomsky propõe que os traços são atraídos independentemente de o item lexical correspondente ele próprio se mover ou não, o que é uma operação conceptualmente mais económica na medida em que só envolve movimentos de núcleo.<sup>12</sup> Esta proposta de 1998 permite assim emendar a teoria do movimento de verificação na medida em que não são unicamente os traços fortes que devem ser verificados antes de LF mas qualquer traço não-interpretável o deve ser, visto que só traços interpretáveis podem ser submetidos a LF.

O panorama geral a que chega Chomsky (1998) é o seguinte: as expressões linguísticas têm uma componente fonética e uma componente semântica, que se traduz pela existência de traços associados a cada componente. Idealmente, todos os traços adequam-se na perfeição com as condições de legibilidade de LF e PF. Existe, contudo, um terceiro tipo de traço, nem fonético nem semântico —em princípio relacionado com caso e acordo—, que não é interpretável em LF (ou seja, é irrelevante em termos interpretativos) e exige portanto operações de correcção, como o movimento. Essa operação pode ser simplificada de forma a admitir que são os próprios traços que se movem, atraídos para uma projecção funcional onde são eliminados definitivamente da derivação.

A partir de Chomsky (1999, 2001), o Programa Minimalista orienta-se para uma tecnologia linguística genericamente denominada *Derivation by Phase*, que pode ser considerada a revisão crítica e eficiente do modelo de 1995-1998. Aquilo que propomos a

---

<sup>12</sup> Chomsky (1998: 124).

seguir é uma breve descrição dessa revisão, reforçando aquilo que, nessa tecnologia, nos parece mais relevante para a investigação a desenvolver.

### **1.2.Derivação por Fase. Chomsky (1999, 2001)**

O Minimalismo recente representa uma etapa crucial da *Sintaxe Generativa*. Deixamos aqui algumas indicações sobre os seus aspectos mais relevantes para a nossa investigação.

Uma língua L fornece informação aos *sistemas de performance* nos níveis de interface PHON e SEM —as “antigas” PF e LF. A Língua L é o conjunto de expressões [EXP] que contêm uma componente semântica e fonética, sendo cada expressão linguística EXP representada do seguinte modo:

$$(1) \quad \text{EXP} = \langle \text{PHON}, \text{SEM} \rangle$$

PHON representa as instruções para o *sistema sensorio-motor* e SEM as instruções para o *sistema conceptual-intensional*. As instruções a enviar para o primeiro devem obedecer, entre outras restrições, à linearidade temporal, imposta pelas estruturas silábicas e prosódicas ou por propriedades e relações fonéticas. O sistema conceptual, por seu lado, precisa de informação relativa à interpretação das unidades, das relações entre os elementos da estrutura argumental, das propriedades de escopo, das estruturas eventivas ou quantificacionais (e provavelmente outras), sendo essas relações codificadas em conjuntos de traços semânticos e formais.

Uma língua L abrange um conjunto de expressões distintas, sendo cada expressão constituída por um ou vários itens lexicais. A cada item corresponde determinado conjunto de traços fonológicos, morfológicos, sintácticos e semânticos. Esses traços podem ser *interpretáveis* (o que implica que têm conteúdo semântico) ou *não-interpretáveis*. Consideram-se do segundo tipo os traços de caso, para o nome, e os de pessoa e número, para o verbo. Ao contrário do Minimalismo original, considera-se, com base em Chomsky (2001), que os traços não interpretáveis “entram na derivação sem valores estabelecidos” (Matos, 2005:30) e devem em consequência ser eliminados por *Agree* durante a derivação. A computação de uma expressão EXP é objecto de *Transferência* para as interfaces PHON

e SEM se EXP está em condições de ser *legível* em PHON e SEM. Nesse caso, dir-se-á que EXP é constituída de elementos interpretáveis, que são então devidamente ordenados para poderem alimentar os sistemas externos a nível das interfaces.

O Léxico, componente que reúne as idiossincrasias de uma língua corresponde a um conjunto de itens lexicais concebidos como “feixes” de traços cuja combinação é determinada a nível de FL para cada língua.<sup>13</sup> A partir do momento em que os itens lexicais são alvo de *Seleção* —operação que resulta da interacção entre o Léxico e a Sintaxe—, são elementos básicos das operações sintácticas, são *objectos sintácticos* organizados num LA (*lexical array*, ou “organização de itens lexicais”) de forma a alimentar a derivação das expressões linguísticas.

Para gerar as expressões EXP, a GU disponibiliza um conjunto {F} de traços (propriedades linguísticas), um conjunto de parâmetros universais e várias operações de C<sub>HL</sub> (o sistema computacional da linguagem humana, a sintaxe) que podem aceder a {F} quando se engendram expressões linguísticas. Adquirir uma língua particular implica extrair de {F} um subconjunto de traços [F], fixar um valor para os parâmetros universais e formar itens lexicais (LEX). Nessa língua, qualquer derivação consiste em definir e juntar pares de instruções <PHON,SEM> para cada elemento de LEX, de forma a produzir EXP, sendo os traços relevantes introduzidos no decorrer da computação. O LA de uma língua L é definido do seguinte modo: L selecciona [F] assim como determina regras de combinação para os elementos de [F], o que define o seu LEX. Nesse caso, LA é a lista de elementos de LEX que é acessível no ciclo de uma derivação (Chomsky, 2001:4).

Os elementos de LEX pertencem a dois conjuntos possíveis: *categorias lexicais* (CL) e *categorias funcionais* (CF). Estas são de natureza e origem diversa mas algumas (as “core functional categories” C, T e *v*) pertencem ao ‘núcleo duro’ das CF. As outras CF têm por justificação traços- $\phi$  (traços formais como género, número, pessoa, etc.). Esses traços, que não são interpretáveis, representam a principal motivação para a existência de um sistema de concordância e de operações de movimentos a ele associadas. As categorias funcionais que nos interessam aqui são **Det** (Determinante), **Deg** (“Degree”, *grau*), **Q**

---

<sup>13</sup> Cf. Matos (2005:24)

(Quantificador) e **Agr** (“Agreement”, *Acordo*). Além dos traços- $\phi$ , as CF estão previsivelmente associadas a traços (parcialmente) interpretáveis, como [+Referencial], [+Grau] ou [+Quantidade].<sup>14</sup>

As operações básicas de  $C_{HL}$  são *Merge* (“Compor”) e *Agree* (“Concordar”). A primeira permite criar um objecto sintáctico novo a partir de objectos sintácticos pré-existentes. *Merge* é a operação de  $C_{HL}$  mais simples do ponto de vista conceptual. Um objecto sintáctico criado por *Merge* é considerado a projecção de um dos núcleos dos objectos sintácticos  $\alpha$  e  $\beta$  que foram combinados. A segunda estabelece uma relação de concordância ou verificação entre um item lexical e um traço F no domínio de F. *Agree* é a operação responsável pela *deslocação* (“dislocation”) de constituintes e consiste em verificar os traços não interpretáveis de uma *sonda* (“probe”) junto de um *alvo* (“goal”). A operação *Move*, por seu lado, resulta da combinação das duas anteriores: *Agree* entre *sonda* e *alvo* e *Merge* num novo objecto sintáctico. Por razões de economia, *Agree* tem prioridade sobre *Move*. Um elemento movido deixa uma cópia de si próprio na posição original: K é uma cópia de L se K e L são idênticos, a não ser no facto de K não ter os traços fonológicos de L.<sup>15</sup> K será representado por *e* neste trabalho.

Em consequência da descrição anterior, existem na gramática de uma língua L, além do Léxico, três componentes: (i) a *sintaxe estrita* (“Narrow Syntax”), cuja tarefa central é mapear uma LA numa derivação; (ii) uma *componente fonológica* (simbolizada por  $\Phi$  desde Chomsky 2001) que permite a uma derivação ter acesso a PHON; (iii) uma *componente semântica*  $\Sigma$  que permite a uma derivação ter acesso a SEM. Qualquer operação de  $C_{HL}$  obedece a vários “princípios orientadores” (Matos, 2005). Em primeiro lugar, a CI (*Condição de Inclusividade*, ou “Inclusiveness Condition”) (Chomsky, 2001), segundo a qual nenhum traço novo pode ser inserido na derivação por meio de  $C_{HL}$ . A condição CI vigora em sintaxe estrita e exige que qualquer traço incluído receba uma interpretação em PHON ou SEM. As três componentes apontadas anteriormente procedem

---

<sup>14</sup> De forma a evitar alguma ambiguidade, optamos pela designação **Det** para referir a classe dos Determinantes, e reservamos **D** para referir uma derivação.

<sup>15</sup> Chomsky (2001:9).



de modo cíclico: quando uma derivação está concluída, é *transferida* para as Componentes  $\Phi$  e  $\Sigma$  em *sintaxe estrita*. As unidades lexicais são então interpretadas em  $\Phi$  e  $\Sigma$ . O ciclo assim descrito denomina-se *fase*. Outro princípio é a *Condição de Interface* segundo a qual “a informação nas expressões geradas pela Língua-I deve ser acessível a outros sistemas, incluindo o *conceptual-intensional* e o *sensório-motor*, que entram no pensamento e na acção”.<sup>16</sup> Essa condição justifica o *Princípio de Interpretação Plena*, em que qualquer representação transferida para as interfaces só pode comportar unidades interpretáveis nas mesmas. O *Princípio de Localidade*, por seu lado, indica que as operações gramaticais são locais o que significa que *Merge* opera sempre de forma a “procurar o constituinte relevante mais próximo”.<sup>17</sup>

Uma *fase* é um subconjunto do LA de uma derivação, e corresponde a uma unidade proposicional<sup>18</sup> que é objecto de *Spell-out* cíclico. Os itens lexicais não são —ao contrário do que afirma a versão original do PM— inseridos na derivação já devidamente marcados (providos de um conjunto apropriado de traços). Os seus traços são inseridos durante a derivação, de forma a simplificar as operações —não havendo, em consequência, necessidade de *numerações*. Uma *fase* tem a seguinte representação:

$$(2) \quad PH = [\alpha [H \beta]]$$

Em (2), H representa o núcleo da fase PH (sendo por defeito C, T ou  $\nu$ ),  $\alpha$  o *bordo* (“edge”) ou limite da *fase* (o que significa que o elemento em  $\alpha$  pode ou deve mover-se para fora da *fase*) e  $\beta$  o *domínio* de H. Segundo a PIC (*Phase Impenetrability Condition*, ou “condição de impenetrabilidade da fase”), só o *bordo*  $\alpha$  da *fase* PH será acessível a uma operação exterior a PH e o *domínio* de H não tem acesso a operações fora de  $\alpha$ . (2) é uma *fase* completa, que pode então ser transferida para  $\Phi$ , que a converte em instruções para

---

<sup>16</sup> Cf. Matos (2005:25).

<sup>17</sup> Cf. Matos (2005:31).

<sup>18</sup> Uma fase, na sua definição original, corresponde a uma unidade proposicional cujo núcleo é uma das três categorias funcionais básicas ( $\nu$ , T ou C) com traços- $\phi$ .

PHON, de forma a poder ser soletrada, e para  $\Sigma$  que a converte em instruções para SEM, de forma a poder ser interpretada. Contudo, a nível de uma *fase*, só  $\beta$  deve ser soletrado, de forma a permitir ao *bordo*  $\alpha$  mover-se em caso de necessidade. As relações estruturais — resultantes da aplicação da operação de  $C_{HL}$  *Merge*— entre os objectos sintácticos têm efeitos pertinentes quando a *fase* é transferida para  $\Sigma$  e convertida em instruções para SEM. No fim da *fase*, todos os traços não interpretáveis no seu *domínio* devem estar apagados.

### 1.3. Morfologia Distribuída. Halle & Marantz (1993, 1994)

Relativamente à *Morfologia Distribuída* (MD), da qual nos serviremos para descrever a morfosintaxe do adjetivo, deixamos uma breves indicações inspiradas em Halle & Marantz (1993, 1994). A primeira é a distinção entre os elementos terminais envolvidos nas operações sintácticas e a realização fonológica desses mesmos elementos. A MD permite compreender que os mecanismos daquilo a que se costuma chamar “morfologia” não está concentrado numa componente única da gramática, que seria a *Morfologia*, mas estão *distribuídos* por várias componentes, sendo a *Morfologia* um dos níveis de representação, situada presumivelmente entre a *Sintaxe* e a *componente fonológica*. Prevê, em consequência, que a estrutura das palavras é determinada pela sintaxe e que as operações sintácticas incidem sobre *nós terminais* (“terminal nodes”) para criar palavras antes da operação *Inserção de Vocabulário* (“Vocabulary Insertion”). Os *Itens do Vocabulário* (“Vocabulary Items”) são subespecificados — não têm todos os traços de um nó terminal. A unidade de base morfológica é o ‘*morfema*’, basicamente um pacote de traços semânticos e sintácticos.

Os nós terminais são construídos com base em pacotes de traços gramaticais, mas os seus traços fonológicos só serão fornecidos a nível da *Morfologia*, depois da operação de *Inserção de Vocabulário*. A *Morfologia* é um nível da representação gramatical orientados por três princípios. O primeiro é o princípio de *Inserção Tardia* (“Late Insertion”): os nós terminais são complexos de traços semânticos e sintácticos, mas faltam-lhes traços fonológicos. Estes traços são fornecidos pela inserção de *Itens do Vocabulário*

directamente nos nós terminais.<sup>19</sup> O segundo é o princípio de *subespecificação* (“underspecification”): para o *item do Vocabulário* ser inserido num nó terminal, os traços que o identificam devem ser um subconjunto dos traços presentes no nó terminal. O terceiro princípio é o da *Estrutura Hierárquica Sintáctica Descendente* (“Syntactic Hierarchical Structure All the Way Down”): os nós terminais em que os *Itens de Vocabulário* são inseridos estão organizados em estruturas hierárquicas determinadas pelos princípios e operações da sintaxe. Numa representação sintáctica, os elementos terminais são complexos de traços gramaticais (semânticos e sintácticos) que podem ser movidos da sua posição e juntos a outros. A sintaxe fornece representações hierarquicamente organizadas correspondentes mas a ordem é determinada pela *Morfologia*, que produz, por *Inserção de Vocabulário*, uma linearização a partir das estruturas hierárquicas e atribui-lhes traços fonológicos.

Na componente morfológica, nós estruturalmente adjacentes ou irmãos podem servir de entrada a vários processos distintos. Um nó pode ser modificado por *Merge Morfológico*, operação que junta dois nós terminais num nó doravante equivalente a um núcleo (categoria de nível zero), embora os dois nós iniciais sejam ainda independentes. Quando são inseridos, os dois nós são itens lexicais presentes no núcleo, um item por cada nó que entrou em *Merge*. Um nó pode ser ainda modificado por *Fusion* (fusão). Esta operação selecciona dois nós irmãos e fusiona-os num único nó. Quando é inserido nesse nó, o *item de Vocabulário* deve conter um subconjunto dos traços morfo-sintácticos do nó criado por fusão. Um nó pode também ser modificado por *Fission* (fissão). Durante a operação *Inserção de Vocabulário*, *Fission* cria morfemas adicionais ao isolar os traços

---

<sup>19</sup> Um *item de vocabulário* não pode ser inserido numa posição qualquer. Na MD, existe competição entre os itens lexicais para aceder a um nó. Para se inserir um item num nó, as entradas lexicais devem ser ordenadas, da mais específica (a que tem um subconjunto de traços morfológicos que melhor correspondem aos traços do nó a preencher) à menos específica. A restrição de ‘*Alomorfa Condicionada*’ (Conditioned Allomorphy) aplica-se quando se escolhe entre ‘*Itens de Vocabulário*’ alternativos que diferem no seu contexto de inserção e nos seus traços fonológicos. A escolha entre os alomorfos em competição é então determinada pela sua capacidade em aparecer no contexto mais complexo e mais específico, em detrimento dos alomorfos que apareceriam em contextos mais pobres.

que não correspondem aos do *item de Vocabulário* que fusiona. Finalmente, um nó é modificado por *Impoverishment* (empobrecimento) quando um dos seus traços é apagado.

A *Inserção de Vocabulário* ocorre em *Spell-Out*, o que implica que a componente sintáctica, que, no *Programa Minimalista*, opera estritamente sobre categorias e traços sintácticos, é alargada à constituição dos nós terminais morfológicos e interfere em consequência com a formação de palavras. No âmbito da *Morfologia Distribuída*, as entradas lexicais são inseridas depois da edificação da estrutura sintáctica, mas antes da componente morfológica. Assim, determinado morfema, que atrai um núcleo lexical para o seu domínio, forma com o mesmo um núcleo complexo ao qual se aplica *Soletrar* quando a *Inserção de Vocabulário* é efectuada. Um exemplo desse mecanismo é a formação do superlativo absoluto sintético, do tipo *altíssimo*, em que ao morfema ligado *[-issim]* se junta o núcleo adjectival *alto* com o qual forma um núcleo complexo *{alto+issim}*, ele próprio seleccionado por um morfema flexional antes de ser *soletrado* (*{alt+íssim+o}*). Consideramos que o mesmo mecanismo pode ser alargado ao casos com morfemas não ligados, como *muito alto* ou *mais alto*. Em suma, a sintaxe influencia a formação de palavras e, retrospectivamente, a formação de palavras produz efeitos na sintaxe.

A junção entre a MD e o PM, tentada posteriormente por Marantz (1999), propõe uma distinção entre dois tipos de morfemas: os *morfemas funcionais* (“functional morphemes”) e os *morfemas-raiz* (“root-morphemes”). Aquilo que é característico dos *morfemas funcionais* é que os seus traços determinam integralmente a sua interpretação: podem fornecer interpretação específica aos outros morfemas, mas não podem eles próprios ter interpretação específica. Os *morfemas-raiz*, por seu lado, são identificados pela sua forma fonológica e pela sua interpretação, intimamente ligadas. A sua interpretação é (ou pode ser) contextualmente determinada, embora a sua forma fonológica não o seja. Pertencem a classes semânticas diversas e recebem interpretações específicas em contextos específicos. A estrutura da gramática que resulta destas considerações seria pois a seguinte: em primeiro lugar, GU fornece um conjunto universal {F} de propriedade ou traços. Uma língua L escolhe um subconjunto [F] desses traços, que será o conjunto de traços da gramática de L. A seguir, L determina para o sistema computacional sintáctico um subconjunto [f] de [F] e determina de que modo os traços de [f] são combinados nos nós terminais da sintaxe. Os traços morfo-sintácticos [f] são pertinentes para o sistema

computacional, mas não os outros traços de [F], como os fonológicos. Estes só serão pertinentes durante a *Inserção de Vocabulário*.

Várias propostas associadas à *Morfologia Distribuída*, como a exclusão do Léxico da lista de componentes da gramática ou a ideia de que a natureza lexical de um elemento é determinada exclusivamente pela sintaxe (ou seja, nenhum elemento pertenceria a uma categoria antes da sua projecção em sintaxe) parecem questionar o modelo hierárquico do *Programa Minimalista*. Tendo em conta a importância do Léxico como repositório de expressões linguísticas disponibilizadas para a Sintaxe durante as derivações, e considerando que o Léxico é uma componente intrínseca da GU caracterizada por um conjunto de traços idiossincrásicos, o Minimalismo recente atribui de facto ao Léxico um papel de relevo no processamento gramatical. Testemunha esse reconhecimento a existência, no quadro da gramática generativa, de um sistema de categorias lexicais assim como a distinção entre categorias lexicais e categorias funcionais. Contudo, embora aceitemos o Léxico como uma componente incontornável da gramática das línguas naturais, veremos que faz sentido considerar, em determinados casos, a natureza lexical de uma categoria em função do seu ambiente sintáctico. Os adjectivos representam, a esse respeito, um caso de estratégia de identificação categorial em que Léxico e Sintaxe colaboram obrigatoriamente.

#### **1.4.O DP e a hipótese do AP alargado**

Vamos, neste parágrafo, rever alguns pressupostos sobre o DP. No âmbito da gramática generativa dos anos 70, a maioria das categorias funcionais eram analisadas como especificadores de um núcleo lexical (Jackendoff, 1977). Dentro desta análise da estrutura de constituintes, a projecção funcional é inserida no domínio lexical. Posterior investigação na estrutura de constituintes, produzida no quadro conceptual da *Gramática de Princípios e Parâmetros*, contudo, reinterpretou a relação estrutural entre o domínio funcional e o domínio lexical, sendo a categoria funcional então concebida como núcleo de uma projecção funcional seleccionando uma categoria lexical como complemento (Fukui & Speas 1986, Abney 1987). As duas análises são dadas esquematicamente a seguir (“L” para lexical; “F” para funcional):

- (3) a. [<sub>LP</sub> FP [<sub>L'</sub> L XP]]  
 b. [<sub>FP</sub> Spec [<sub>F</sub> F LP]]

A hipótese do núcleo funcional foi aplicada com êxito aos domínios nominal, verbal e frásico. O sistema nominal foi reanalisado como uma projecção de Det(erminante), que toma como complemento um NP lexical (Fukui & Speas, 1986, Abney, 1987). No sistema verbal, foi proposto que a projecção lexical VP está incluída dentro da projecção funcional IP, plausivelmente ela própria separada em constituintes como AgrP, TP, etc., sendo IP contido dentro de CP (cf. Chomsky, 1986; Pollock, 1989; Belletti, 1990). Depois do êxito obtido por Pollock (1989) na sua adaptação do modelo funcional de Abney (1987) ao sistema verbal, outras propostas prolongaram essa linha de pensamento até ao domínio nominal. A existência de movimentos parciais do nome nas línguas românicas foi um tópico muito rico do ponto de vista descritivo na fase de transição para o programa Minimalista (Cinque, 1993, Longobardi, 1994). Esta concepção articulada e concertada da estrutura de constituintes nominal e verbal provou ser muito fértil em fornecer explicações para vários efeitos de reordenação dentro desses domínios sintácticos.

No caso do sistema nominal, a chamada *hipótese DP* permite separar o DP em duas partes, uma funcional e a outra lexical e baseia-se fundamentalmente em Abney (1987), que propõe que os nomes são na realidade estruturalmente dominados por determinantes, e que um NP deve ser encarada como um DP. Para incorporar o DP na Teoria X-barra, Abney sugere que Det é um núcleo funcional —por oposição ao núcleo temático N<sup>o</sup>— que projecta, tomando o NP como complemento. O DP pode ter também um Especificador que, em Inglês, é ocupado por um NP no caso possessivo. Esta ideia tem sido alargada a várias línguas, com uma ou outra alteração, em especial quanto ao número e tipo de projecções funcionais entre Det e o seu complemento NP.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Ver por exemplo, Valois (1991), Cinque (1993,1994), Brito (1993). Uma das consequências desta estrutura é haver mais posições disponíveis no interior do DP.

Além de Det, outros núcleos funcionais foram sucessivamente considerados. Um deles é NumP<sup>o</sup>, categoria funcional que insere na estrutura de constituintes o traço- $\phi$  [ $\pm$ plural]. A existência desta projecção funcional é um dos factores que sugerem um paralelismo entre o DP e a frase (CP) (Valois 1991), sendo referida esta simetria com base tanto em semelhanças estruturais (Det corresponde a C, e há em ambos DP e CP uma categoria funcional de flexão: IP e NumP), como em processos sintácticos —movimento de núcleos N e V para receber/verificar flexão junto de um núcleo funcional. A possibilidade de tratar o número como uma projecção funcional é ela própria baseada na ideia de que certas propriedades flexionais podem ser associadas a mecanismos sintácticos. Também autores como Ritter (1991), Brito (1993) propõem o Número como uma categoria que selecciona um NP como complemento. Para Kayne (1994), outra projecção intermédia entre nomes e modificadores —possessivos, adjectivos e relativas—, pode justificar a ordem interna no DP. Kayne propõe que essa projecção é de tipo CP e é complemento de Det. Nesse caso, a ordem nome/adjectivo resulta de um mecanismo de subida: em Inglês, o NP modificado está em [Spec,IP], e o adjectivo está em I<sup>o</sup>, de onde sobe para [Spec,CP], o que explica a ordem final adjectivo/nome. No caso do Francês, além da subida do adjectivo para [Spec,CP], o próprio nome também sobe, primeiro para C<sup>o</sup>, e depois para uma projecção funcional XP superior, situada entre Det e CP —talvez NumP—, de modo a que a ordem nome/adjectivo no DP Francês se verifique. Para Sánchez (1995), as projecções funcionais cruciais são PredP (*Sintagma Predicado*) e AgrP, sendo a primeira complemento de Det. Neste sistema, o NP é complemento de AgrP, e o adjectivo está em [Spec,AgrP]. A ordem relativa entre nome e adjectivos restritivos —neste caso em Espanhol— pode ser explicada por um mecanismo de subida do NP da sua posição básica para [Spec,PredP]<sup>21</sup>. Brito & Oliveira (1995), propõem, nos DPs com nomes eventivos, a existência de AspP (*Sintagma Aspecto*).

---

<sup>21</sup> Sánchez sugere que a concordância afixada pelo nome é realizada pela incorporação de Agr<sup>o</sup> e Pred<sup>o</sup>, que permite seguidamente ao NP verificar a sua flexão por Concordância Especificador-Núcleo.

Segundo o tratamento proposta por Crisma (1991) e desenvolvida por Cinque (1994), o contraste na posição do adjectivo temático *romano* nas línguas românicas e nas línguas germânicas, como em (4):

- (4) a. A destruição **romana** de Cartago (Português)  
 b. The **Roman** destruction of Carthage (Inglês)

seria devido a um movimento de N<sup>o</sup> para a esquerda, isto em Português mas não em Inglês. No seguimento de Chomsky (1992), Cinque sugeriu que esse movimento se devia à necessidade de *verificar* (“legitimar”) os traços de concordância presentes no nome, movendo-se por isso para um núcleo funcional apropriado, de tipo AgrP. De modo a explicar (4), admitiu-se que a verificação de traços deve ser feita em sintaxe visível nas línguas românicas, enquanto pode ser adiada para LF em línguas sem morfologia, como o Inglês, ou, como em Alemão, em línguas que têm morfologia de concordância do nome, mas não mostram qualquer sinal de N-movimento explícito.

Das propostas anteriores, emergiram algumas ideias fortes sobre a análise da estrutura do DP. Em primeiro lugar, NumP/AgrP seria uma projecção funcional central, já que, se N<sup>o</sup> se move para Num<sup>o</sup>, de maneira a verificar o seu traço [ $\pm$ plural], então determina, da sua nova posição, dois tipos de verificação de traços: *Concordância Núcleo-Núcleo* entre Det e {N<sup>o</sup>+Num<sup>o</sup>} e *Concordância Especificador-Núcleo* com os especificadores das projecções funcionais existentes.<sup>22</sup> Em segundo lugar, os adjectivos atributivos seriam basicamente pré-nominais, sendo a diferença constatada superficialmente devida ao movimento de N em sintaxe visível nas Línguas Românicas, isto é, a sua incorporação no núcleo Num<sup>o</sup>.

Também em Português, como é notado por Miguel (2004), se pode adoptar a teoria cinqueana de um movimento de N. Nessa hipótese, a existência de adjectivos pré-nominais e pós-nominais seria inicialmente justificada por razões de movimento minimalista de N. Relativamente ao ponto de inserção do adjectivo dentro do DP, as

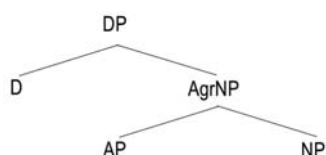
---

<sup>22</sup> Bernstein (1993) propõe uma variação desta ideia na qual a maioria dos adjectivos pré-nominais são adjuntos de categorias funcionais intermédias.



propostas dividem-se em duas configurações alternativas: a primeira, no seguimento de Abney (1987) considera-o como um núcleo entre Det e NP. A segunda, inspirada em Cinque (1994), faz do adjetivo atributivo um especificador ou um adjunto de uma categoria do domínio nominal. Por exemplo, a posição do sistema adjectival dentro do DP seria considerada [Spec,XP] em que X equivale a NumP<sup>o</sup> ou AgrN<sup>o</sup>, isto é, o adjetivo seria um especificador da flexão nominal, o que permite explicar os fenómenos de concordância internos entre A e N (cf. Valois 1990, Bernstein 1993, Sleeman 1996, Lattewitz 1996, etc.). A configuração básica seria a seguinte:

(5)



Independentemente das conclusões a tirar de (5), a hipótese de uma estrutura complexa dentro do domínio nominal, associada a movimentos minimalistas, foi posteriormente alargada ao AP (Corver 1997). Também o AP deve manifestar, por coerência descritiva com o DP e a frase, uma estrutura interna composta por um domínio lexical e um domínio funcional, associada a um mecanismo de verificação de traços responsáveis pelos movimentos para o domínio funcional e, em última análise, pela ordem final de constituintes no AP *alargado*. Será esse o quadro global aqui adoptado de forma não polémica. Vamos, no capítulo seguinte, analisar algumas propriedades básicas dos adjectivos.



## Capítulo 2

### Algumas propriedades da categoria adjectival

Os adjectivos constituem uma classe lexical aberta, que revela uma complexidade lexico-conceptual notável. Esta classe pode ser ordenada segundo vários tipos de critérios sintácticos e semânticos, dos quais destacaremos a seguir os mais relevantes.

#### 2.1. O estatuto sintáctico do adjectivo

Na perspectiva do capítulo anterior, em que se abordou a questão geral da estrutura interna do DP, levanta-se a da ordem entre o nome e os adjectivos, que, no caso das línguas românicas, tanto envolve problemas de ordem de palavras —com alguns APs pré-nominais e outros pós-nominais em sintaxe visível, como se ilustrou em (4)— como questões de sucessão e adjacência a N, no caso de co-ocorrência de vários adjectivos. Ilustramos essa questão a seguir com alguns exemplos:

- (6)
- a. O primeiro filme fantástico francês conhecido é o *Voyage dans la Lune* de Méliès
  - b. \* O primeiro filme francês fantástico conhecido
  - c. \* O primeiro filme francês conhecido fantástico
  - d. \* O francês primeiro fantástico filme conhecido

Como justificar as restrições distribucionais exemplificadas? Como explicar a existência, nas línguas românicas, de adjectivos exclusivamente pré-nominais, de outros exclusivamente pós-nominais, e ainda de uma série de adjectivos que podem ocupar ambas

as posições, com ou sem mudança de significado? Como se pode definir a hierarquia sintáctica nome/adjectivo? Tradicionalmente, associa-se a posição do adjectivo relativamente ao nome a determinada interpretação semântica. Os adjectivos com um estatuto pré-nominal ou pós-nominal correspondem, globalmente, a uma leitura apositiva ou restritiva. Para Abney (1987), por exemplo, os adjectivos atributivos (interiores ao DP) são núcleos que seleccionam NP como complemento, o que corresponde a uma estrutura em que NP é complemento do núcleo A, desencadeando a leitura adequada. Esta análise levanta no entanto dúvidas, já que, se os adjectivos são núcleos no DP, o movimento de N para NumP, propostos posteriormente por Cinque (1994), interfere visivelmente com o tipo de leitura desencadeada.

No âmbito da *Gramática de Princípios e Parâmetros*, e no seguimento do estudo de Abney (1987), a estrutura interna do DP foi profundamente reavaliada e o estatuto do adjectivo redefinido por variadíssimos autores. Valois (1991) sugere que todos os adjectivos atributivos são engendrados em posição pré-nominal, como adjuntos de NP ou das suas projecções funcionais. A posição pós-nominal de alguns adjectivos nas Línguas Românicas seria o resultado de movimento de N para o núcleo Num°. Bernstein (1993) examina as elipses nominais e, de modo a explicar a variedade de construções elípticas nas Línguas Românicas, sugere uma parametrização das propriedades do artigo definido, que, nestas línguas, seria capaz de ligar uma posição aberta e transformar um predicado em argumento —esse predicado pode ser um A, um PP ou uma oração relativa. Bernstein propõe que os adjectivos pré-nominais são gerados em projecções funcionais dominando NumP, enquanto que os adjectivos pós-nominais são gerados entre NumP e NP. Contudo, mantém para os adjectivos, à semelhança de Valois, o estatuto de adjuntos dessas projecções funcionais. Lobeck (1996) observa no entanto que os adjectivos pré-nominais são flexionados em função do elemento Det, e que seguem determinantes definidos e indefinidos, pelo que considera que o adjectivo pré-nominal está em [Spec,NP ], e só se distingue, nas várias línguas, na medida em que expressa ou não traços de acordo com Det e Num.

Em alternativa, Cinque (1994) assume que os adjectivos atributivos são especificadores de núcleos funcionais acima do NP, sendo esses núcleos seleccionados por Det. Este modelo é válido para os adjectivos intransitivos, podendo assumir-se que estão sempre numa posição [Spec,XP], em que X° domina NP e é dominado por Det. Esta

proposta explica-se, em primeiro lugar, pelas fortes restrições que existem sobre a ordem relativa dos adjetivos dentro do DP —cf. (6)—, que sugerem uma hierarquia para as categorias funcionais onde os adjetivos são engendrados, e em segundo lugar, porque existe um limite máximo ao número de adjetivos internos ao DP, que pode ser atribuído ao limite máximo de categorias funcionais existentes. O trabalho de Cinque consiste em associar os adjetivos a especificadores de núcleos funcionais únicos e de ordem rígida. A hierarquia seguinte resume a ideia de Cinque (1994):<sup>23</sup>

(7) posse > cardinal > ordinal > qualidade > tamanho > forma > cor > nação

A proposta subjacente a (7) implica que os núcleos de que os adjetivos são especificadores devem ser relacionados directamente com o significado do “seu” adjetivo —como forma, cor ou tamanho—, embora possam também ser interpretados como categorias funcionais que reflectem indirectamente núcleos funcionais abstractos. Independentemente dessa questão, os dados sobre a projecção sequencial dos adjetivos atributivos aponta para um quadro em que os mesmos são especificadores de uma hierarquia rígida de núcleos funcionais: os adjetivos de cor estariam em [Spec,Cor], os de tamanho em [Spec,Tamanho], etc. Sugestões sobre o estatuto sintáctico dos adjetivos, baseadas nas propostas de Brito (1993), Sleeman (1996), entre outras, indicam também que seriam especificadores de projecções funcionais específicas. Este estatuto de especificador seria válido para a maioria dos adjetivos atributivos, podendo assumir-se uma posição globalmente pré-nominal antes da subida de N<sup>o</sup> para verificar a sua flexão.

No seguimento de Cinque (1994), Crisma (1995) analisa o paralelo entre o comportamento dos adjetivos em DPs formados por nomes eventivos e a sintaxe dos advérbios. Os advérbios altos na estrutura frásica recebem *interpretação de sujeito* (“speaker-oriented” ou “subject-oriented”), enquanto que os advérbios baixos recebem *interpretação de maneira* (“manner interpretation”). Explicando a distribuição dos adjetivos na base da dos advérbios, Crisma nota que, do mesmo modo que os advérbios

---

<sup>23</sup> cf. Cinque (1994:96). Limitamo-nos a referir a ordem proposta para os nomes não eventivos.

relativamente ao verbo, a interpretação dos adjectivos pode ser atribuída à sua posição relativamente ao nome e conclui que os adjectivos pós-nominais recebem uma interpretação de maneira, enquanto que os adjectivos pré-nominais são ambíguos entre esta e a interpretação de sujeito. Uma assimetria como em (8) é assim justificada pelo facto de o conteúdo lexical do adjectivo ser controlado pela sua posição na hierarquia: se o significado de *hostil* fosse (exclusivamente) uma propriedade intrínseca do próprio adjectivo, não haveria assimetria:

- (8) a. A provável reacção hostil do João  
 b. \* A hostil provável reacção do João

Estas observações sobre a relação entre posição e interpretação permitem concluir que os adjectivos de maneira são “modificadores baixos” a nível do DP —sendo por isso pós-nominais— e os adjectivos orientados para o sujeito são “modificadores altos” —sendo em princípio pré-nominais. Alargando ao DP não eventivo este tipo de interpretação, os adjectivos pós-nominais, restritivos, seriam modificadores de NP —geralmente adjuntos de NP—, e os adjectivos pré-nominais, apositivos, seriam especificadores ou adjuntos a nível de uma categoria funcional acima de NumP. A flexão nominal estaria pois, na linha de Cinque (1994), na origem da divisão entre adjectivos pré-nominais e pós-nominais. Uma projecção funcional intermédia, apta a receber o N no seu movimento de verificação, divide em dois grupos os APs atributivos : alguns APs são basicamente altos e, em consequência, superficialmente pré-nominais, e outros basicamente baixos, o que equivale a uma posição pós-nominal.

Cinque (1997, 1999) aperfeiçoou este princípio ao reexaminar a ordem relativa dos modificadores adverbiais e concluir que essa ordem era universal. O argumento empírico de Cinque é a invariabilidade da ordem entre os elementos implicados. Tendo em conta a sua equivalência estrutural com os adjectivos, tais conclusões sobre o advérbio são naturalmente alargadas à sintaxe adjectival. Precisamente, se dois núcleos A e B —dois adjectivos atributivos— são adjacentes, observa-se uma ordem imutável em que A antecede sempre B. Com a inserção de um terceiro elemento C, só as ordens seguintes são possíveis: C-A-B, A-B-C ou A-C-B. Qualquer outra combinação é agramatical, o que se explica, segundo Cinque, pelo facto de os itens A e B ocuparem posições fixas na estrutura de constituintes, pelo, quando C é inserido antes, depois ou entre A e B, a ordem absoluta

A-B nunca pode ser afectada. A conclusão é que a ordem dos adjectivos resulta directamente da estrutura de constituintes na medida em que os adjectivos ocupam posições de especificadores de projecções funcionais no domínio do DP cuja ordem é universalmente invariante e rígida. Essa distribuição sequencial foi retomada e analisada em várias línguas com resultados positivos (Scott 1998, Laenzlinger 2000, Shlonsky 2004, entre outros).<sup>24</sup>

Estudos mais recentes sobre o DP, parcialmente baseados em Cinque (1994), Longobardi (1994), Bosque & Picallo (1996), Giusti (1997), e outros, concluem que a estrutura do DP é provavelmente mais complexa ainda em termos de projecções funcionais, sendo os adjectivos distribuídos como especificadores de algumas dessas projecções funcionais. Parte dessas categorias estão associadas aos traços semânticos dos adjectivos respectivos (como cor, tamanho, etc., cf. Cinque 1994), outras (as mais altas na estrutura do DP) à interpretação pragmática do nome, codificando traços como referencialidade ou partitividade. Em qualquer caso, o adjectivo mantém, neste quadro, um

---

<sup>24</sup> Contudo, deve-se apontar algumas falhas preditivas a este modelo, como o facto de lhe ser impossível justificar casos de inversão como os seguintes:

- (a) (i) uma recente fortuna colossal
- (ii) uma fortuna colossal recente
- (iii) uma colossal fortuna recente
- (b) (i) o maravilhoso novo mundo virtual
- (ii) o novo maravilhoso mundo virtual
- (c) (i) um novo vestido vermelho lindíssimo
- (ii) um lindíssimo vestido vermelho novo

Estes exemplos sugerem que os adjectivos associados a “qualidade”, “tamanho”, “origem”, etc., estão (em parte) livres ou arbitrariamente ordenados entre eles e se encontram divididos entre pré-nominais e pós-nominais em consequência de factores não exclusivamente estruturais. Caso contrário, teríamos que optar por uma versão radical de Cinque (1994) em que, por exemplo, o núcleo “qualidade” existiria em dois exemplares, um acima e outro abaixo do lugar de poiso de N, situação à qual Cinque (1999) pretende responder. Preferimos, em consequência, uma versão restrita de Cinque (1994), em que ao adjectivo se associa o estatuto de especificador de um núcleo funcional mas em que a hierarquia desses núcleos não é rígida ou é só parcialmente definida. Assim, se a classe dos adjectivos de tamanho, por exemplo, está tendencialmente ordenada relativamente à classe dos de forma, de cor ou de origem, recusamos a ideia de a ordem dos adjectivos ser o resultado directo de uma hierarquia de propriedades conceptuais estritamente ordenadas dentro do DP.

estatuto relativamente pacífico em termos de estrutura interna do DP. Os adjetivos atributivos são engendrados como especificadores de categorias funcionais, cuja identidade é ligada a esse especificador. Vários exemplos dessas categorias funcionais têm sido propostas, como PreNumP para os adjetivos altos e PostNumP para os adjetivos baixos (cf. Sleeman (1996), Martinho (1998)) ou projecções funcionais “discretas”, como  $FP_{adj1}$ ,  $FP_{adj2}$  recebendo no seu especificador adjetivos de determinado tipo semântico como  $ADJ_{size}$ ,  $ADJ_{color}$ , etc. (Laenzlinger, 2000). Cada uma destas projecções recebe no seu especificador um adjetivo, de acordo com regras de verificação de traços semânticos entre o adjetivo e o núcleo funcional.

A análise do sistema flexional do adjetivo, baseada simultaneamente na distinção entre categorias lexicais e categorias funcionais e na hipótese dos adjetivos em posição de especificadores funcionais de Cinque (1994), abona também a favor do quadro anterior. Segundo Kester (1996), existe, no DP, um tipo de categoria funcional F cujo núcleo estaria numa relação de *Concordância Núcleo-Núcleo* com o núcleo N e, e numa relação de *Concordância Especificador-Núcleo* com os adjetivos. O ponto de inserção do adjetivo poderá naturalmente ser interpretado como o de especificador dessa categoria —que pode ser iterada no caso de adjetivos múltiplos. Kester distingue dois tipos de flexão adjectival: a ‘*concordância*’ —em Inglês “concord”—, relação entre um adjetivo pré-nominal e o núcleo de um NP, e o ‘*acordo*’ —em Inglês “agreement”—, em construções predicativas. Estruturas diferentes estão envolvidas: na concordância, o AP é interno ao DP e está em [Spec,FP], ao passo que, no acordo, o AP é externo à projecção máxima DP, à qual se encontra contudo ligado por meio de uma relação de predicação. Os adjetivos internos (atributivos) têm uma relação de concordância em número e género em todas as línguas germânicas, escandinavas e românicas —excepção notável do Inglês. Nestes casos, existem marcas explícitas para o conjunto de traços —número, género, caso, etc.— partilhados pelos núcleos N, F e Det. Nas línguas românicas, os núcleos do DP estão em relação de concordância, e têm flexão explícita, sendo também o caso do adjetivo interno ao DP —pré-nominal ou pós-nominal— em consequência da concordância entre o núcleo F e o seu especificador AP. Nos outros grupos de línguas, os paradigmas de concordância são variáveis. Em Escandinavo, todos os elementos clíticos —determinante, demonstrativo, possessivo, quantificador— são marcados em número e género, havendo ainda variação na existência de morfologia casual. Os adjetivos admitem flexão explícita



de concordância, mas esta flexão é ainda condicionada por traços de definitude, que os divide em fortes ou fracos e condiciona a distribuição da flexão. O Neerlandês, por exemplo, uma língua com morfologia pobre, em que os adjectivos só dispõem da flexão *[-e]*, que geralmente distingue o traço  $[\pm\text{número}]$ , ilustra um caso em que a posição sintáctica determina a flexão: os adjectivos pré-nominais têm a flexão adjectival *[-e]*, mas os adjectivos pós-nominais não flexionam:<sup>25</sup>

- (9) a. een ruime en zonnige kamer (Neerlandês)  
 um grande e soalheiro quarto  
 ‘um quarto grande e soalheiro’
- b. een rooijse rood\_  
 ‘uma rosa vermelha’

Por seu lado, o acordo (flexão atribuída aos predicativos) equivale a uma flexão explícita que se traduz pela partilha de traços morfológicos entre o sujeito e o adjectivo. No entanto, nas línguas germânicas, os adjectivos predicativos não flexionam, presumivelmente por falta de categoria funcional de tipo F em posição predicativa. Em consequência, estas línguas não têm flexão adjectival de acordo mas unicamente de concordância. A posição sintáctica do adjectivo condiciona pois o tipo de flexão, sendo que a distinção entre acordo e concordância tem consequências importantes sobre a distribuição das flexões, e consequentemente, sobre a estrutura interna do AP.

O estatuto sintagmático —e a ordem subsequente dentro do DP— é outra questão marcante na sintaxe adjectival. Basicamente, discute-se a possibilidade de os vários tipos de adjectivos —relacionais, predicativos, transitivos, atributivos— corresponderem ou não a diferentes padrões em termos de posição sintáctica (serão adjuntos ou especificadores?) e

---

<sup>25</sup> Em Alemão, também, só os adjectivos pré-nominais flexionam, os pós-nominais não têm flexão:

- (I) der schöne neue rote Wagen      o lindo carro vermelho novo  
 (ii) eine Katze so gross\_              um gato mesmo grande

projectão categorial (serão núcleos ou categorias máximas?). Esta área de reflexão está estreitamente ligada à questão da posição relativa do adjetivo dentro do DP, mas deve ainda ter em conta factores de ordem semântica que condicionam a interpretação do adjetivo em função da sua posição relativa.

Para os adjetivos atributivos, o quadro conceptual da Sintaxe Generativa admite três estatutos sintagmáticos diferentes: (i) os adjetivos são especificadores, podendo estar ligados a núcleos funcionais *à la Cinque* ou associados à estrutura do DP em concha (*shell*) sugerida pelo Minimalismo recente; (ii) os adjetivos são núcleos abaixo de Det e seleccionam o NP como complemento; (iii) os adjetivos são adjuntos de categorias máximas. Esta diversidade não deve surpreender na medida em que, tendo em conta a riqueza conceptual dos adjetivos, a natureza sintáctica e semântica dos núcleos, especificadores ou adjuntos deve poder captar de forma mais ou menos adequada as várias classes léxico-semânticas adjectivais.

De acordo com Bosque & Picallo (1996), os adjetivos atributivos pós-nominais, incluindo os relacionais, são especificadores. A esta última classe pertencem os adjetivos que denotam entidades e estabelecem uma relação argumental com o nome que modificam; os mesmos são divididos pelos autores em *temáticos* —quando saturam um papel temático na grelha de um nome— e em *classificadores* — quando introduzem um domínio de referência em relação ao qual o objecto denotado pelo nome é classificado.<sup>26</sup> Ao contrário dos outros, os adjetivos relacionais são exclusivamente pós-nominais nas línguas românicas, e rejeitam expressões de grau —porque não denotam propriedades. Os autores recusam a ideia segundo a qual os adjetivos relacionais, ao contrário dos atributivos em geral, seriam núcleos da sua própria projectão (cf. Sleeman 1996, Miguel 2004). Segundo estas autoras, os adjetivos classificadores, em expressões como *raid aéreo*, formariam um composto, eventualmente por adjunção de núcleos. No entanto, Bosque & Picallo observam que os verdadeiros compostos tipicamente não flexionam —

---

<sup>26</sup> Ilustram-se a seguir estes dois tipos de relacionais, em que o adjetivo temático em (i) corresponde ao *Tema* e o adjetivo classificador em (ii) delimita a denotação do nome:

- (i) A pesca baleeira
- (ii) O parque jurássico

mas os adjectivos relacionais flexionam— e que os adjectivos classificadores autorizam um nome vazio, ao contrário dos verdadeiros compostos:

- (10) a. Las incursiones aéreas e las [e] terrestres  
 b. \* Los hombres-rana y los [e]-anuncio

Não sendo núcleos, os adjectivos relacionais seriam projectados como especificadores de duas projecções funcionais, uma para os temáticos, outra para os classificadores. Esta conclusão, baseada em Cinque (1994), é imposta por factos ligados à ordem rígida destes adjectivos dentro do DP:

- (11) a. Uma guerra religiosa fratricida  
 b. \* Uma guerra fratricida religiosa

Observando que os relacionais classificadores devem ser estritamente adjacentes ao núcleo N<sup>o</sup> e podem ser seguidos de um adjectivo temático, conclui-se que cada tipo projecta uma categoria distinta, na ordem correspondente, e que os adjectivos relacionais são na realidade especificadores funcionais, contrariando teses reduzindo o adjectivo relacional a um núcleo. Na sua análise do DP em Francês, Sleeman (1996) considera contudo que o adjectivo relacional é o núcleo de uma projecção que domina imediatamente o NP e que, durante a subida para a posição Num, N se incorpora ao relacional em questão, sendo o composto assim formado movido seguidamente para o núcleo flexional. Esta análise é motivada pela autora pelo facto de o relacional ser sempre adjacente ao nome e o movimento directo de N para a flexão comprometer eventualmente essa adjacência. Na sequência desta análise, Sleeman observa que, talvez por precisarem de incorporar com um nome lexicalmente realizado, os adjectivos relacionais não podem ser especificadores funcionais, o que os exclui de configurações adjectivais como a legitimação de um nome elíptico. Miguel (2004), por seu lado, na linha de Sleeman (1996), qualifica os relacionais como núcleos adjectivais pós-nominais, formando com o núcleo nominal um composto sintáctico, explicação que encontra argumentos nas restrições distribucionais e lineares evidenciadas por esses adjectivos.

Além dos adjectivos atributivos e dos relacionais, outro tipo de modificador está associado à sintaxe interna do DP. Cinque (1994) nota que alguns adjectivos podem aparecer depois do nome e do seu complemento, em construções predicativas internas a DP. Esta posição pós-nominal, que é, em Inglês, limitada a uns poucos adjectivos, como os transitivos —*a man proud of his son*—, é comum nas línguas românicas, onde eleva o número de adjectivos à direita de N. A prova de que existe uma posição de natureza predicativa interna ao DP, ilustrada por *fascinante* em (12.a), vem do facto de adjectivos como *principal*, que não podem aparecer em posição copular predicativa (12.b), poderem contudo estar à direita de N —em consequência da subida de N, cf. (12.c)— mas não à direita de N e dos seus complementos (12.d):<sup>27</sup>

- (12) a. A conquista americana da Lua, **fascinante**  
 b. \* A conquista é principal  
 c. A Lua é a conquista **principal** da NASA  
 d. \* A conquista da NASA, principal

Quando marcados prosodicamente, os adjectivos à direita do complemento de N confundem-se com os adjectivos em construções predicativas verbais. Cinque conclui que existe uma distinção entre adjectivos pós-nominais atributivos —que são pós-nominais depois de movimento de N, como *principal* em (12.c)— e adjectivos predicativos quando marcados foneticamente, isto é, acidentalmente predicativos.

Larson (1998, 1999) clarifica a distribuição dos vários adjectivos pós-nominais quando nota que, em Inglês, ao contrário do que é geralmente assumido, adjectivos como *visible*, ocorrem em posição pré-nominal ou pós-nominal, formando, nesse caso, pares em contraste semântico:<sup>28</sup>

- (13) a. The **visible** stars include Capella, Betelgeuse and Sirius  
 b. The stars **visible** include Capella, Betelgeuse and Sirius

---

<sup>27</sup> Exemplos adaptados de Cinque (1993, 1994)

<sup>28</sup> Os exemplos (13) a (15) são de Larson (1997)

Este contraste envolve os valores de verdade das proposições respectivas: numa noite muito nublada, a frase (13.a) continua verdadeira, mas a frase (13.b) seria necessariamente falsa. Em posição pré-nominal, *visible* refere pois uma propriedade estável ou permanente, mas uma propriedade temporária no caso inverso.<sup>29</sup>

- (14) a. Capella is **visible**  
 b. The stars which are **visible** include Capella  
 c. Capella is a **visible** star

As construções predicativas (14.a.b) admitem uma leitura temporária, ao passo que o adjetivo pré-nominal em (14.c) implica obrigatoriamente uma leitura permanente. Larson mostra pois que a distinção entre predicados de indivíduo (*Individual-Level*) e predicados de estado (*Stage-Level*) condicionam a ordem possível dos adjetivos e a sua interpretação. A distinção em questão está relacionada com a posição relativamente ao nome: nos casos seguintes, adjetivos como *sick* estão de preferência em posição pós-nominal quando atribuem propriedade temporárias, enquanto adjetivos como *tall*, que atribuem propriedades permanentes, só podem ser pré-nominais.<sup>30</sup>

- (15) a. The **sick** children / children **sick** include Mary and Bill  
 b. The **tall** children / \* children **tall** include Mary and Bill

O contraste apontado por Larson corresponde visivelmente à distinção entre adjetivos atributivos e predicativos nas línguas românicas, o que sugere que, nestas

<sup>29</sup> Mais precisamente, Larson admite que os adjetivos pré-nominais podem ter as duas leituras, mas os pós-nominais só implicam uma propriedade temporária.

<sup>30</sup> Sobre a sintaxe dos adjetivos pós-nominais em Inglês, cf. também Sadler & Douglas (1994). Estes autores notam um contraste em casos como os seguintes:

- (i) We need to find a responsible person  
 (ii) We need to find the person responsible

Os autores observam que “em posição pré-nominal, a interpretação é uma propriedade característica ou não temporária do nome, ao passo que, em posição pós-nominal, a interpretação é uma qualidade ou uma propriedade temporária.”

línguas, um adjectivo predicativo deve obrigatoriamente ser pós-nominal, e ter as duas leituras permanente/temporária:

- (16) a. As estrelas **visíveis** incluem Capela e Sírio  
 b. Capela **é/está** visível  
 c. \* Capela é uma **visível** estrela  
 d. Capela é uma estrela **visível**

Segundo (16), os adjectivos predicativos satisfazem em Português duas condições: (i) não podem ser pré-nominais; (ii) atribuem ao nome que modificam propriedades permanentes ou temporárias —esta distinção não se manifesta, neste caso, pela ordem N/A, mas pela oposição *ser/estar* —cf. (16.b). Estes adjectivos são do ponto de vista semântico predicados de um lugar e implicam uma leitura intersectiva e extensional.

Outro tipo de adjectivo deve ainda ser incluído no conjunto dos atributivos. Baseando-se na bibliografia, os adjectivos transitivos —com argumento interno— seriam adjuntos de NP, e portanto pós-nominais. Esta posição justifica-se pela presença de um argumento à direita do predicado adjectival, que o parece excluir de configurações pré-nominais na estrutura do DP, como se ilustra em (17). Contudo, a incompatibilidade entre a posição básica pré-nominal e os adjectivos transitivos não é, segundo Lattewitz (1996), universalmente correcta, já que, em línguas como o Neerlandês, o Alemão e o Sueco, observa-se que os adjectivos transitivos se manifestam antes dos nomes, acompanhados do seu complemento:<sup>31</sup>

- (17) um povo [orgulhoso da sua selecção] / \* um [orgulhoso da sua selecção] povo

- (18) a. Die [auf sich sehr **stolze**] Frau (Alemão)  
 a [de si muito orgulhosa] mulher  
 ‘a mulher muito orgulhosa de si’

---

<sup>31</sup> Os exemplos do Alemão são de Lattewitz (1996).

b. Die [mit grünen Punkten **verzierte**] Tür

a [com verdes pontos pintada] porta

'a porta pintada com manchas verdes'

c. \* Die [sehr **stolze** auf sich] Frau

a [muito orgulhosa de si] mulher

Em (18.a), o adjectivo transitivo *stolz* (“orgulhoso”) é adjacente ao núcleo nominal **Frau** e é antecedido pelo complemento PP *auf sich* (“de si”). Como se vê em (18.c), os complementos adjectivais devem anteceder o núcleo adjectival, estando o próprio adjectivo transitivo obrigatoriamente em posição pré-nominal. Estes casos mostram que um adjectivo transitivo pode ocupar uma posição adjacente pré-nominal e projectar os seus próprios complementos sem originar agramaticalidade. Tais adjectivos não podem, em consequência, ser associados ao estatuto sintagmático de núcleo, pois não poderiam, como tal, justificar a ordem de palavras anterior, na medida em que a posição do complemento adjectival, que aparece invertida nas línguas germânicas e românicas, resultará presumivelmente, num dos casos, de um movimento interno à projecção alargada do adjectivo.

Como apontam os vários modelos anteriores, parece haver algum consenso em associar a maioria dos adjectivos a uma posição de especificador de uma projecção funcional basicamente pré-nominal, sendo as outras posições derivadas. Tal posição seria ocupada, em qualquer caso, pela projecção máxima do adjectivo, incluindo os seus complementos e as suas categorias funcionais. Algumas dúvidas subsistem, contudo, relativamente aos adjectivos cuja distribuição está fortemente limitada no interior de DP, como os transitivos, e ainda relativamente aos relacionais, para os quais, como se disse, parece haver indícios fortes a favor de um estatuto nuclear (Sleeman, Miguel). O tratamento do adjectivo em que se assume o estatuto de núcleo não integra, contudo, a ideia segundo a qual N se move para verificar a sua flexão, demarcando-se pois de Cinque (1994).

A ideia de que o adjectivo não tem um estatuto sintagmático uniforme deve em todo o caso ser encarada como uma forte possibilidade. Assim, para Miguel (2004), os modificadores adjectivais do nome implicam uma análise não uniforme, sendo o quadro geral aquele em que os adjectivos podem ser ou adjuntos a NP ou a NumbP ou gerados em

[Spec,NP] —no caso específico dos temáticos agentivos— ou gerados por aplicação de *Merge* como núcleos nas posições em que ocorrem. Miguel defende que os adjectivos nucleares correspondem a uma inserção lexical à esquerda do núcleo nominal. No caso dos “adjectivos fracos”, contudo, estes podem ocorrer em posição pós ou pré nominal: no primeiro caso, são adjuntos de NP e no segundo são gerados em [Spec,NP] e posteriormente movidos para [Spec,NumbP]. Motivação para esta última distinção pode ser encontrada nas construções indefinidas plurais em Francês, em que a presença de um adjectivo *fraco* em [Spec,NumbP] bloqueia a realização de flexão no Det indefinido. Os adjectivos *fracos* podem também ser identificados em Português pela sua capacidade em legitimar nomes simples (sem Det) no plural (*meros plurais*), caso em que o morfema de plural fornece informação casual suficiente.<sup>32</sup>

O conjunto de observações resumidas anteriormente leva naturalmente a concluir que o adjectivo representa um caso de diversidade sintagmática inquestionável, podendo admitir-se que esse estatuto está directamente associado ao seu tipo léxico-semântico. A conclusão de Miguel (2004) de que o adjectivo corresponde a vários estatutos sintagmáticos (núcleo, especificador ou adjunto), pelo menos no seu princípio, é aceite pacificamente. A relação entre o tipo lexical e o estatuto sintagmático será aqui adoptada genericamente, sendo razoável reconhecer que determinados predicados adjectivais manifestam uma propensão marcada por determinadas posições na estrutura de constituintes. Relativamente ao adjectivo atributivo, seguiremos, pois, neste trabalho a linha mais consensual, que advoga a inconstância sintagmática do adjectivo em Português. O estatuto sintagmático do adjectivo atributivo é híbrido. Os relacionais são núcleos e compõem provavelmente com o N uma sequência de tipo NA. Os adjectivos graduáveis não podem, por seu lado, ser núcleos, na medida em que revelam ter um sistema funcional, pelo que devem equivaler a projecções máximas. Os adjectivos graduáveis serão por nós qualificados como categorias máximas, independentemente do seu ponto de inserção no

---

<sup>32</sup> Vejamos os exemplos seguintes, propostos por Miguel (2004):

- (i) de grandes jeunes filles / \*des grandes jeunes filles
- (ii) lindas raparigas abriam o desfile



DP. De modo geral, o quadro anterior é aceite sem discussão complementar para o Português, apesar de, no nosso entender, a posição do adjectivo graduável no domínio nominal não ser determinante para a estrutura interna da sua própria projecção alargada.

Outra grande área de reflexão prende-se com a inserção da própria categoria adjectival no modelo lexical-funcional desenvolvido na década de 90. Poderá a hipótese do núcleo funcional de Abney (1987) ser alargada ao sistema adjectival, independentemente do seu estatuto sintagmático? Tendo em conta o que acaba de ser dito, a resposta é claramente negativa, na medida em que os adjectivos reduzidos a um núcleo não podem projectar um domínio funcional. Haverá em contrapartida razões para interpretar expressões de grau —tradicionalmente analisadas como especificadores de AP (Bowers, 1975; Jackendoff, 1977)— como sintagmas de grau funcionais (DegP), tomando a projecção lexical AP como complemento. Nesta hipótese, esses adjectivos seriam obrigatoriamente (equivalentes a) categorias máximas. Por outro lado, partindo do pressuposto que o nome sobe visivelmente em sintaxe para além dos adjectivos “baixos”, estes não podem ser núcleos intermédios, já que bloqueariam, como tal, o movimento de N, pelo que devem ser considerados especificadores. Chega-se assim naturalmente a um quadro em que os adjectivos associados a categorias funcionais como o grau (os adjectivos graduáveis) devem ser encarados como categoria máximas. Como veremos na quarta parte deste trabalho, o adjectivo deve ser encarado, no mesmo plano que as outras categorias lexicais, como um domínio em que a complexidade semântica do predicado envolvido justifica amplamente a complexidade da estrutura sintáctica que projecta.

## **2.2. Propriedades semânticas do adjectivo**

A sua definição semântica representa provavelmente a área de reflexão mais crítica da gramática do adjectivo, quer em termos de classes léxico-semânticas quer de polaridade semântica.

### **2.2.1. Classes léxico-semânticas**

Em primeiro lugar, os adjectivos atribuem propriedades (aos nomes), mas essa atribuição varia na medida em que tanto a propriedade como a maneira de a atribuir ao

nome são distintas.<sup>33</sup> Assim, os adjectivos podem referir um único traço constitutivo do nome modificado, como a cor, a forma, a atitude, etc. (*verde, grande, contente*), ou podem referir um conjunto de propriedades que associam ao nome modificado (*marítimo, universitário*). Os adjectivos que expressam uma só propriedade são habitualmente chamados *qualificativos* e os que expressam várias qualificam-se como *relacionais*. A atribuição de uma única propriedade é geralmente parafraseada por meio de uma oração caracterizadora (**a planta verde – a planta é verde**); a atribuição de um conjunto de propriedades implica relações semânticas não caracterizadoras (*estudante universitário – estudante que anda na universidade*). Esta distinção entre a atribuição de uma ou de várias propriedades corresponde a dois tipos de adjectivos, os que denotam qualidades internas, e os que indicam as propriedades relativas a um referente externo. O facto de os adjectivos qualificativos se diferenciarem dos nomes por denotarem uma única propriedade foi originalmente notado por Jespersen (1924) e retomado por Kamp (1980). Demonte (1999) nota, por seu lado, que esta diferença essencial entre nomes e adjectivos também se verifica, dentro da classe adjectival, entre qualificativos e relacionais: do mesmo modo que os nomes não podem ser graduados pelo facto de conterem um conjunto de propriedades —não se saberia em consequência qual seria alvo de graduação—, os adjectivos relacionais também não admitem modificadores de grau nem construções comparativas. Do ponto de vista tipológico, a distinção entre qualificativos e relacionais baseia-se na possibilidade de poderem ser usados ou não predicativamente, na sua capacidade de serem modificados por advérbios de grau e na sua afinidade para com os sistemas binários de correlação de polaridade: os qualificativos são em simultâneo predicativos, graduáveis e bipolares, ao passo que os relacionais verificam as características opostas.

Os adjectivos distinguem-se, ainda, na maneira como atribuem propriedades. Alguns adjectivos, como *possível*, limitam-se a indicar de que maneira o sentido de um termo se aplica ao referente e outros, como *mero*, seleccionam um único referente e excluem todos os outros possíveis no contexto. Estes adjectivos não se relacionam com a

---

<sup>33</sup> Do ponto de vista semântico, dir-se-á que a propriedade de um adjectivo selecciona o conjunto de entidades que estão na extensão de um predicado.

extensão do referente (como acontece em *um chapéu bonito*) mas com a sua intensão (como em *uma possível derrota*), pelo que são adjectivos *intensionais*.<sup>34</sup> Em alguns casos, como em *uma construção clandestina*, os nomes modificados pelo adjectivo não designam objectos ou entidades mas processos, estados ou situações. Em consequência, existe uma classe de adjectivos cujo significado e função são similares aos dos advérbios que modificam os predicados verbais em orações —*a casa foi construída clandestinamente*. Pela sua semelhança com os advérbios, Demonte (1999) chama-lhes *adjectivos adverbiais*.

Os adjectivos podem, ainda, contrair com os nomes diversas ligações semânticas, como atribuir qualidades circunstanciais aos objectos ou referir-se a estados passageiros das entidades, referir-se directamente ao substantivo ou, pelo contrário, à entidade designada pelo substantivo, ou ainda afectar e manipular a extensão do substantivo. Em consequência, haverá adjectivos que expressam qualidades individuais ou estáveis e outros que descrevem qualidades episódicas, haverá adjectivos intersectivos e subsectivos e ainda adjectivos restritivos e não restritivos. Alguns adjectivos, como *prudente*, predicam situações estáveis, propriedades permanentes à margem de qualquer restrição espacial ou temporal, e, inversamente, outros, como *sujo*, referem estados ou propriedades transitórias. Em Português, a distinção anterior é habitualmente associada ao facto de se predicar com *ser* as propriedades individuais estáveis (*ser prudente*) e com *estar* as situações episódicas (*estar sujo*). Por outro lado, o modo como a propriedade adjectival é atribuída ao nome pode ser absoluto (todos os indivíduos na extensão do nome) ou relativo (é atribuída estritamente ao nome modificado). Assim, a expressão *uma rosa vermelha* denota simultaneamente uma entidade específica e uma propriedade extensível a um conjunto aberto de entidades, pelo que a sua denotação é uma intersecção entre o conjunto de entidades referidas e o conjunto de todas as entidades às quais a propriedade *vermelho*

---

<sup>34</sup> cf. Demonte (1999). De notar que a autora divide por sua vez os adjectivos intensionais em várias subclasses: “alguns destes adjectivos guardam uma relação estreita com os advérbios modais epistémicos, como *presumivelmente*, *possivelmente*, *supostamente*, e chamar-lhes-emos por isso adjectivos intensionais modais. Outros têm correlatos adverbiais, neste caso os advérbios focalizadores e marcadores da atitude do falante e chamar-lhes-emos adjectivos intensionais marcadores ou focalizadores.”

pode ser atribuída.<sup>35</sup> Inversamente, numa expressão como *uma rosa selvagem*, não existe intersecção entre conjuntos, na medida em que a propriedade adjectival é atribuída de maneira contextual, isto é, com base na distinção entre a propriedade de *ser selvagem* e a categoria vegetal a que pertence determinada flor. Os adjectivos são relativos ou *subsectivos* quando manifestam, como *selvagem*, qualidades cuja interpretação depende fortemente do contexto. São tipicamente *subsectivos* os adjectivos relativos a dimensões físicas.

A semântica dos adjectivos graduáveis abrange a distinção entre *subsectivos* e *intersectivos*. Os primeiros inferem que uma entidade que pode ser descrita pela expressão {A+N} denota N mas não denota A, ao contrário dos segundos, para os quais se pode dizer que a expressão {A+N} denota entidades na intersecção de A e N. Essas propriedades conjuntistas foram analisadas por Larson (1998, 1999), com base no exemplo (19.a). Este exemplo pode ser interpretado de modo subsectivo, o que implica que a entidade “Olga” é uma excelente “bailarina” embora não implique que seja fisicamente linda. Sendo ambígua, a frase pode também ter uma leitura intersectiva, na qual a entidade “Olga” é ao mesmo tempo “bailarina” e “linda”. O exemplo (19.b), contudo, em que a leitura intersectiva está excluída (não faz sentido dizer da “Maria” que é “antiga”), não revela essa ambiguidade.

- (19) a. Olga is a beautiful dancer.  
b. A Maria é uma antiga bailarina.

A principal preocupação de Larson consiste em argumentar contra anteriores análises semânticas que associam a ambiguidade de adjectivos como *beautiful* a predicados do tipo  $\langle\langle e,t \rangle, \langle e,t \rangle\rangle$ , no caso da leitura subsectiva, e do tipo  $\langle e,t \rangle$  no caso da leitura intersectiva. Segundo Larson, todos estes adjectivos são na realidade predicados de dois lugares do tipo  $\langle e,t \rangle$ , razão pela qual defende que os nomes que modificam —como é o caso de *dancer*— devem dispor de um argumento de tipo “evento” (*event*) ao qual o adjectivo modificador tem acesso, do mesmo modo que têm classicamente acesso a um

---

<sup>35</sup> Sobre a semântica dos conjuntos, cf. Lopes (1971).

argumento “entidade” (*entity*) ao qual atribuem uma propriedade. A dupla leitura em (19.a) provém pois do facto de o adjectivo modificar ou a entidade ou o evento nominal. A leitura subsectiva pode ser formalmente representada como em (20.a), e a leitura intersectiva como em (20.b):<sup>36</sup>

- (20) a.  $\exists e[\text{dancer}(O, e) \ \& \ \text{beautiful}(e)]$  (*leitura subsectiva*)  
 b.  $\exists e[\text{dancer}(O, e) \ \& \ \text{beautiful}(O)]$  (*leitura intersectiva*)

Ao contrário de *beautiful*, cuja ambiguidade está associada à sua capacidade em modificar entidades e eventos, o adjectivo *antigo*, que só pode modificar eventos, limita-se a uma leitura subsectiva:

- (21)  $\exists e[\text{bailarina}(M, e) \ \& \ \text{antiga}(e)]$

Contudo, se a distinção entre intersectivos e subsectivos é geralmente aceite como um dos pilares da semântica adjectival, autores como Bouchard (2002) notam que o seu alargamento a modificadores de nomes não eventivos levanta problemas conceptuais inesperados, pelo que a intersectividade deverá talvez ser relativizada à relação contextual entre N e A. O exemplo em (22) ilustra esse facto com um adjectivo de cor. Apesar do adjectivo *vermelha* ser o mesmo em (a) e (b), fica claro que a cor de *cara* e de *capa* pode **não ser a mesma**, na medida em que, como se ilustra, uma *capa* não pode ser *corada* nem uma *cara* ser *verde*:<sup>37</sup>

- (22) a. uma cara **vermelha / corada / \*verde**  
 b. uma capa **vermelha / verde / \*corada**

Relativamente à oposição entre adjectivos restritivos e não restritivos, estamos perante predicados aptos a manipular directamente a extensão denotada pelo substantivo.

<sup>36</sup> A letra O representa o referente, ao seja, Olga.

<sup>37</sup> Exemplos adaptados de Bouchard (2002).

Esse contraste relaciona-se directamente, em Português, com a posição do adjectivo relativamente ao nome. Em posição pós-nominal, o adjectivo refere um subconjunto determinado de entidades da classe do referente, subconjunto esse definido pelo adjectivo —cf. *uma história interessante*. Em posição pré-nominal, nenhum subconjunto é alvo de extracção, o adjectivo limita-se a referir determinada propriedade do referente sem isolar ou individualizar elementos da extensão do nome —cf. *uma interessante história*. No primeiro caso, o adjectivo modifica a *extensão* do nome ao ponto de um novo referente resultar da operação de modificação adjectival. No segundo, considerar-se-á que o adjectivo predica sobre a *intensão* do nome, e a sua função é extrair uma das propriedades do conjunto de características do nome, de forma a identificar o referente da expressão nominal, pelo que a extensão do nome é a mesma com ou sem modificação adjectival — *uma interessante história* é sempre *uma história*. No conjunto de adjectivos intensionais, podemos isolar os adjectivos *modais*, como *possível, falso, futuro, eventual*, para os quais seria falso inferir que a propriedade atribuída é alargada ao conjunto {A+N}: efectivamente, *um falso diamante* não é *um diamante*, ao passo que *um precioso diamante* o é. Como modais, esses adjectivos modificam pois a intensão do nome, negando-lhe qualquer leitura intersectiva ou subsectiva.

Conclui-se das considerações anteriores que os adjectivos podem ser vistos ao mesmo tempo como categorias sintácticas e categorias semânticas e que a sua interacção com os predicados nominais que modificam é captada pelas grandes classes léxico-semânticas que formam, respectivamente os adjectivos *relacionais* (que referem entidades), os *qualificativos* (que denotam uma propriedade que atribuem à extensão de uma expressão nominal), os *intensionais* (que denotam uma propriedade que modifica a intensão de um predicado nominal), e os *adverbiais* (que denotam a propriedade atribuída às circunstâncias de determinado processo) sendo certo, contudo, que cada uma dessas classes se subdivide por seu lado em vários conjuntos parcialmente sobrepostos.<sup>38</sup>

Note-se ainda que, do ponto de vista morfológico, a grande maioria dos adjectivos em Português são formas primitivas, embora haja bastantes qualificativos deverbiais, identificados por sufixos como *[-dor]*, *[-tor]*, *[-ante]*, *[-oso]*, *[-ável]* (*avassalador, sedutor,*

<sup>38</sup> Existem, por exemplo, adjectivos intensionais adverbiais, como *puro* em *uma pura invenção*.

*extenuante, duvidoso, inviável*). Será legítimo admitir que os adjectivos não derivados atribuem qualidades essenciais ou características que se relacionam com o conjunto dos traços dos ‘*qualia*’ do predicado nominal<sup>39</sup>, embora pareçam incidir sobretudo nas suas propriedades formais: os adjectivos indicam, por exemplo, os traços que distinguem um objecto de outros (*casa alta/baixa*), a distância do estado de uma entidade relativamente a uma norma ou uma situação neutra (*livro barato*), as propriedades que permitem identificar uma entidade (*carro branco*), entre outros aspectos.

Exceptuando o caso dos relacionais, para os quais é falso dizer que atribuem uma propriedade, a classificação anterior não parece interferir directamente com a capacidade dos adjectivos em expressar o grau da propriedade que atribuem ao nome modificado. Mais precisamente, os adjectivos graduáveis aparentam pertencer, neste quadro, a um conjunto transversal às classes léxico-semânticas anteriormente apontadas, conjunto esse que abrange indiferentemente os subsectivos e intersectivos, restritivos e não restritivos, e, de modo mais amplo, a classe dos adjectivos extensionais. A graduação revela-se, em contrapartida, difícil de combinar com a modificação da intensão do nome. Na medida em que os adjectivos intensionais se limitam a indicar de que modo o sentido de um termo se aplica ao referente — *possível derrota*—, não é viável inferir uma leitura de medição desse tipo de modificação. Na realidade, se alguns adjectivos intensionais aceitam parcialmente expressões de medição, as construções comparativas explícitas parecem-lhes vedadas:

- (23) a. Uma derrota muito **possível**  
 b. ?? Uma derrota pouco **possível**  
 c. \* Uma derrota mais **possível** que ontem  
 d. Conta-me uma história mais **interessante** que a de ontem (cf. uma história interessante)  
 e. \* Conta-me uma mais **interessante** história que a de ontem (cf. uma interessante história)

Além dos adjectivos estritamente intensionais, como *possível*, também adjectivos cuja leitura intensional advém da sua posição pré-nominal, como *interessante*, revelam uma incompatibilidade acentuada com a medição do grau adjectival. Do modo geral,

---

<sup>39</sup> cf. Pustejovsky (1995).

diremos, pois, que os adjectivos intensionais não suportam operações de quantificação sobre a propriedade da intensão do nome que modificam.<sup>40</sup>

### 2.2.2. Polaridade adjectival

Classificar adequadamente os adjectivos, como se viu no ponto anterior, não é tarefa fácil, sobretudo se o critério de classificação for tendencialmente semântico, como, por exemplo, a denotação de classes de objectos (adjectivos que se aplicam a seres animados, objectos, conceitos, substâncias, etc.), ou propriedades da realidade extralinguística (forma, cor, velocidade, qualidade moral, peso, textura, etc.). Embora seja necessário distinguir entre várias classes semânticas adjectivais básicas, é pertinente procurar saber se existe uma base semântica distintiva para os adjectivos em relação às outras categorias lexicais, ou seja, isolar uma característica irreduzível à classe adjectival.<sup>41</sup> Será a essência do adjectivo expressar o grau da propriedade que atribui às entidades denotadas pelos predicados nominais (construções comparativas e superlativas)? Será a sua capacidade em flexionar de acordo com esse predicado? Ou será antes a diversidade da sua sintaxe, que se estende das construções predicativas às configurações de modificação?

Nem todos os adjectivos expressam grau, caso dos relacionais e dos intensionais, nem os adjectivos são a única categoria a expressar grau, o que implica que essa propriedade não permite por si própria identificar os adjectivos de forma objectiva. Permite contudo definir um conjunto de adjectivos, os adjectivos graduáveis, cujas estruturas sintáctica e semântica estão estreitamente relacionadas. Independentemente da maneira como o grau se traduz do ponto de vista formal, o adjectivo graduável é, como se observou, extensional, podendo a extensão do grau ser denotada por vários meios. A existência de um constituinte de grau manifesta-se de várias maneiras na sintaxe desses

---

<sup>40</sup> Como veremos na quarta parte, a diferença de gramaticalidade entre *derrota muito possível* e \**derrota mais possível* sugere que se deve distinguir entre casos de **quantificação** e de **comparação** do grau adjectival.

<sup>41</sup> A mesma procura estende-se, obviamente, a outras classes. A categoria adjectival, contudo, verifica, como veremos, uma grande complexidade relativamente a esta questão.



adjectivos: advérbios de intensificação, construções comparativas analíticas ou sintéticas e construções de medição:

- (24) a. Extremamente **gordo**; incrivelmente **rápido**; muito **magro**; pouco **sensato**  
 b. Duas vezes mais **alto** que; menos **burro** que; **pesadíssimo**; (o) **maior**  
 c. **Alto** de 1,82 m; **distante** de 10 km

Prosseguindo a nossa procura de uma definição possível para os adjectivos graduáveis, também se observa que uma parte significativa dos adjectivos não derivados manifesta um tipo de ordenação lexical caracterizada pela existência de uma “polaridade semântica”. Essa oposição, exemplificada a seguir, determina não só a semântica do predicado adjectival como também a sua sintaxe, visto que esses predicados se associam em pares que equivalem às posições extremas —os pólos— na escala de uma qualidade ou de uma propriedade:

- (25) bom/mau, velho/jovem, alto/baixo, largo/estreito, público/privado, certo/errado

Contudo, a polaridade não tem as mesmas características em todos os pares ordenados de adjectivos, nem todos os adjectivos graduáveis são polares.<sup>42</sup> Quanto à primeira observação, alguns adjectivos revelam uma *orientação de polaridade*: em determinados pares, um dos membros, geralmente o positivo, pode actuar como representante exclusivo da propriedade. Isto acontece, por exemplo, com *comprido*, *grosso* ou *largo*, que são termos marcados na sua relação de polaridade com *curto*, *fino* e *estreito*, respectivamente; por exemplo, quando queremos perguntar neutral e imparcialmente pela “altura” de algo, perguntamos *a que ponto é alto*. Inversamente, se perguntássemos *a que ponto é baixo* (pergunta inesperada) estaríamos a pressupor uma entidade “baixa”. Para indicar o “comprimento”, afirmamos, do mesmo modo, que determinada *mesa é comprida*

---

<sup>42</sup> cf. Kennedy (1997).

*de 70 cm*, e não \* *curta de 70 cm*.<sup>43</sup> Esta orientação não se manifesta contudo em pares antónimos como *quente-frio* ou *bom-mau*, para os quais ambos os pólos representam a propriedade, em pé de igualdade:

- (26) a. Está muito {quente/frio} o tempo por aí? —um pouco {quente/frio}  
 b. Foi {bom/mau} o resultado? —muito {bom/mau}

Esta diversidade lexical reflecte, pois, uma distinção semântica. Quando um dos termos da oposição de polaridade possui um valor marcado, os adjectivos são *antónimos polares orientados*; na falta de um pólo semântico claramente marcado, estes adjectivos são *antónimos polares simples* (ou *não orientados*); neste caso, o termo oposto é o seu contrário (*quente-frio*), não o seu contraditório (*comprido-curto*).

Alguns adjectivos *extensionais* —relacionados com a extensão do referente—, como se disse, não são graduáveis; o caso típico é o dos adjectivos de cor —que são adjectivos intersectivos. Predicados deste tipo não aceitam expressões comparativas como *X é mais vermelho que Y*, já que, em tais construções, não estamos a situar o objecto X em relação a uma norma média contextualmente estabelecida por Y, nem implicamos que Y possa não ser vermelho e ser de uma cor inversa, como acontece de facto quando dizemos que *X é mais alto que Y*, afirmação esta que implica, como vimos, *Y é mais baixo que X*. No mesmo sentido, em *X é muito vermelho*, X não está quantificado numa escala cujos extremos opostos são denotados por predicados adjectivais, como acontece com *muito alto*. Também não admitem ser graduadas formas como *maravilhoso, extraordinário, faustoso, infinito, espantoso, horrendo, magnífico, agradável*, etc.; da mesma forma que os adjectivos de cor, estes adjectivos *elativos* também não são graduáveis, na medida em que expressam (internamente) um ponto fixo e invariável —geralmente alto— de uma escala.

---

<sup>43</sup> Significativamente, o adjectivo positivo *comprido* corresponde ao nome *comprimento*, ao passo que a *curto* não corresponde nenhum termo de medição, como \*curteza. O adjectivo positivo identifica, nestes casos, a própria extensão da propriedade denotada pelo nome correspondente. Voltaremos a esta questão no capítulo 12.

Crucialmente, os adjectivos graduáveis polares orientados, como *alto* ou *ligeiro*, são adjectivos relativos não intersectivos: isto deve-se a que estes adjectivos revelam possuir uma qualidade numa proporção superior à média da escala a que pertencem (“altura”, “peso”, etc.); a norma está pois num dos seus extremos. Pelo contrário, os adjectivos polares não orientados, basicamente os de cor e forma, e também casos como *ciumento*, *absurdo*, são intersectivos ou absolutos; essa condição deriva do facto de a qualidade denotada por estes adjectivos representar uma média, uma expectativa. Por outras palavras, *ser alto* é ser mais alto do que a altura média, enquanto *ser vermelho* ou *ser absurdo* é estar conforme ao valor médio aproximado dessa qualidade ou propriedade. Os adjectivos polares orientados tendem para uma relação de desigualdade, os polares não orientados para uma relação de igualdade. Veremos, na quarta parte, que esta distinção justifica directamente a distribuição das expressões de medição adjectival.

### 2.3. Os adjectivos graduáveis

O tipo semântico dos adjectivos graduáveis pode ser representado segundo as linhas de força seguintes: (i) são predicados que projectam os seus argumentos numa representação abstracta de medição, o chamado “grau”; (ii) o grau adjectival pode ser visto como um ponto, ou um intervalo entre pontos ao longo de uma dimensão, ela própria determinada pelo predicado adjectival; (iii) um conjunto de graus é ordenado logicamente numa escala de medição; (iv) uma expressão adjectival de grau define uma relação entre graus (ou uma medição) numa escala. De modo geral, um adjectivo graduável tem sido descrito, desde Seuren (1973), Klein (1982) e Kennedy (1997), como uma expressão que denota uma relação entre uma entidade e o grau de uma propriedade. São pois simultaneamente **termos substantivos** —expressam um significado lexical que identifica uma dimensão com escala— e **termos relacionais** —denotam uma função de medição relacionando graus numa escala ordenada.

Os adjectivos graduáveis podem ser identificados de duas formas:<sup>44</sup> (i) do ponto de vista semântico, são definidos como expressões cujo domínio de referência pode ser parcialmente ordenado com base numa propriedade ‘*variável*’. Por exemplo, o domínio do adjectivo *alto* pode ser ordenado com base numa variável de ‘*altura*’, o domínio de *pesado* pode sê-lo segundo uma medida de ‘*peso*’, etc. Em contraste, adjectivos como *grávida*, *redondo* ou *português* não introduzem nenhum tipo de ordenação no seu domínio. Embora o valor de verdade desses adjectivos esteja globalmente ordenado —podemos distinguir os objectos para os quais é verdade dizer, por exemplo, *x é redondo*, daqueles objectos para os quais não é possível dizê-lo— não é o caso que uma entidade possa ser ou estar *grávida*, *redonda* ou *chinesa* em graus diversos; (ii) do ponto de vista formal, a classe dos adjectivos graduáveis é habitualmente identificada por duas características. Em primeiro lugar, podem ser modificados por certas expressões intensificadoras, como *pouco*, *muito*, *bastante*.<sup>45</sup> Segundo esse critério, *caro*, *denso*, *escuro* são identificados como adjectivos graduáveis em (27), mas *grávida*, *redondo* ou *chinês* não são:<sup>46</sup>

- (27) a. Bastante caro, muito denso, pouco escuro  
b. \*Bastante grávida, \*extremamente redondo, \*muito português

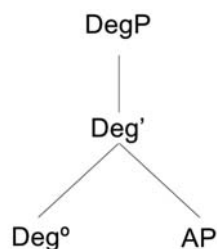
A segunda característica formal destes adjectivos é a ‘*construção de grau*’. Uma construção de grau é canonicamente formada por *Merge* entre um adjectivo e um advérbio de grau —elemento do conjunto {*mais*, *tão/tanto*, *menos*}. Trata-se de uma estrutura na qual um adjectivo ocorre na configuração seguinte, proposta por Abney (1987), em que ‘Deg’ é um morfema de grau que selecciona o núcleo adjectival —para uma análise pormenorizada da estrutura interna do AP, cf. a quarta parte, p.277 e seguintes:

<sup>44</sup> cf. Klein (1980), Casteleiro (1982), Kennedy (1997).

<sup>45</sup> Refira-se também os morfemas de grau lexicalizados nas formas sintéticas: *melhor*, *pior*, *-íssimo*.

<sup>46</sup> Embora adjectivos não graduáveis como *redondo* possam por vezes ocorrer com graus (*acentuadamente redondo*), estas ocorrências são marcadas e indicam que alguns adjectivos não graduáveis podem ser forçados a ter uma interpretação graduável em contextos que são em princípio incompatíveis com o seu significado base. A mesma explicação pode ser alargada a adjectivos de nacionalidade (*é tão Alemão!*) ou a predicados como *grávida*: a frase *Está bastante grávida* pode querer significar que a gravidez vai adiantada. Cf. Mateus *et alii* (1983).

(28)



A existência de um domínio funcional portador de informação de grau acima do domínio lexical do adjetivo não levanta muitas dificuldades conceituais e descritivas, e tem sido considerada uma configuração de referência na sintaxe do adjetivo (cf. Abney, 1987, Corver, 1997, Kennedy, 1997). Exemplos típicos de construções de grau são dados a seguir: comparativas, equitativas, exclamativas, etc. Os exemplos em (29) indicam que *caro*, *pesado*, *precioso*, *misterioso*, *novo*, *ágil*, *inteligente* e *difícil* são adjectivos graduáveis:

- (29)
- a. A prata é {menos/mais} {**cara/pesada/preciosa**} que o ouro
  - b. Marte não é tão **misterioso** quanto Vénus
  - c. O João é demasiado **novo** para entrar
  - d. Não foste suficientemente **ágil**!
  - e. Que **inteligente** tu estás!
  - f. Que **difícil** foi este exame!

Em contrapartida, adjectivos não graduáveis não podem aparecer em nenhuma das construções em (29). Em (30), *único*, *último*, *português*, *lateral*, *anterior* e *principal* não são adjectivos graduáveis:

- (30)
- a. \*A prata é {menos/mais} **única** que o ouro
  - b. \*Marte não é tão **último** quanto Vénus
  - c. \*O João é demasiado **português** para entrar

- d. \*Não foste suficientemente **lateral**!
- e. \*Que **anterior** tu estás!
- f. \*Que **principal** foi este exame!

Pode considerar-se que, nestes casos, a categoria funcional DegP não é projectada, sendo estes adjectivos expressões cujo domínio não pode ser ordenado com base na escala da propriedade predicada —presumivelmente por não haver qualquer escala.

Do ponto de vista gramatical, o interesse por construções de grau como (29) justifica-se, pois proporcionam informação preciosa sobre o significado dos adjectivos correspondentes. De facto, as anomalias em (30), que resultam da inserção de certos adjectivos numa construção de grau, são antes de mais de ordem semântica, o que implica que um aspecto específico do significado dos adjectivos graduáveis os associa a estas construções, e é essa propriedade específica que os distingue dos não graduáveis. Podemos também ponderar se a especificidade semântica desses adjectivos não terá outras consequências em termos sintácticos, nomeadamente na existência de divergências formais a nível da própria estrutura interna da sua projecção adjectival.

Em suma, a diferença mais óbvia entre *caro, pesado, precioso, misterioso, novo, ágil, inteligente e difícil*, por um lado, e *único, último, português, lateral, anterior e principal*, por outro, é que o domínio dos primeiros pode ser reordenado parcialmente segundo uma propriedade de graduação, mas não o domínio dos segundos. Se o morfema de grau, cuja existência é postulada para os primeiros, é sensível à ordem no domínio sintáctico e semântico de um adjectivo graduável (se o grau exige do adjectivo que se associe a um domínio ordenado), então a distribuição de adjectivos graduáveis e não graduáveis pode ser semanticamente justificada e formalmente configurada.







## **SEGUNDA PARTE**

### **Especificidade lexical do adjectivo**



Qual a natureza e o número de categorias lexicais ? A tarefa aparentemente simples de dar conta da variedade das *partes do discurso* tem recebido vários tratamentos, pouco conclusivos, essencialmente de natureza taxionómica. A maioria das línguas dispõe, de facto, de diversas categorias abertas —ou lexicais—, como nomes, verbos, preposições, adjectivos ou advérbios. Se existem algumas dúvidas quanto à natureza plenamente lexical da preposição (sendo em alguns casos considerada uma classe não aberta), o mesmo não acontece com as outras. Vamos nesta parte interessar-nos por essa vasta questão, focando o nosso estudo sobre a categoria adjectival. Se a caracterização do léxico é, como veremos, um domínio pouco consensual no quadro generativo, o estatuto da categoria adjectival é de facto ainda menos claro. Tentaremos, pois, no capítulo 3, desenvolver um percurso histórico em que se tentará justificar a “genealogia categorial” do adjectivo, da sua origem retórico-filosófica à sua recente promoção a parte do discurso. Esse percurso passará ainda, no capítulo 4, pelas várias teorias do adjectivo elaboradas ao longo da história da gramática generativa. Concluiremos, no capítulo 5, que o quadro assim traçado não dá conta da existência de um número razoável de casos em que a noção de adjectivo é posta em causa, como ilustram diversas construções adjectivais em que a natureza categorial do adjectivo oscila entre vários extremos, ao ponto de extravasar os seus limites “clássicos”.



## Capítulo 3

### A natureza categorial do adjectivo

#### 3.1. Categorias gramaticais e categorias semânticas

A tradição ocidental considera as distinções categoriais baseadas essencialmente em critérios semânticos. Do ponto de vista histórico, a identidade categorial baseia-se na ideia de que o leque de categorias gramaticais existentes reflecte directamente as categorias semânticas, as classes ontológicas ou os *objectos do pensamento*, e justifica o número de *partes do discurso* com base em outras tantas espécies semânticas. Nesse caso, postula-se uma relação privilegiada entre determinado objecto semântico e determinada categoria gramatical, como as *acções*, que correspondem a *verbos* ou as *propriedades* a *adjectivos*. Vejamos um resumo simplificado no quadro seguinte<sup>47</sup>:

(31)

<b>Categoria semântica</b>	<b>Categoria gramatical</b>
<i>acção, estado</i>	verbo
<i>entidade, objecto</i>	nome
<i>propriedade, qualidade</i>	adjectivo
<i>circunstância</i>	preposição

Obviamente, tal associação, que, como veremos, poderá ser parcialmente produtiva em determinadas línguas, não pode ser considerada nem universal nem sistemática. Tanto

---

<sup>47</sup> Cf. *infra*, para uma análise pormenorizada.

do ponto de vista *intra* como *inter*-linguístico, numerosas categorias semânticas emergem na verdade como categorias lexicais distintas. Mesmo antes das propostas baseadas no modelo de Chomsky, Otto Jespersen tinha já, nos anos 30, levantado sérias dúvidas sobre o modelo clássico das partes do discurso, nomeadamente na sua “Philosophy of Grammar”, de 1924, em que se propõe distinguir entre “categorias lógicas” e “categorias linguísticas”:<sup>48</sup>

- (32) Les catégories que nous sommes obligés d'utiliser dans la partie syntaxique de notre système grammatical doivent nous amener à nous poser dès l'abord une question de toute première importance: ces catégories sont-elles des catégories logiques ou bien ne sont-elles que des catégories linguistiques? Si ce sont des catégories logiques, il est évident qu'elles ont valeur universelle, c'est-à-dire qu'elles sont communes à toutes les langues. Si au contraire ce ne sont que des catégories linguistiques, elles ne s'appliquent qu'à une ou plusieurs langues par opposition aux autres, ou du moins est-ce le cas pour certaines d'entre elles.

Se a relação entre critérios semânticos e categorias linguísticas deve ser questionada, não haverá pois dificuldade em detectar nas línguas exemplos conclusivos dessa desadequação. Vejamos alguns casos. Em Português, a expressão da relação amorosa pode traduzir-se lexicalmente por meio de um verbo transitivo directo (com argumento interno e externo), um verbo transitivo indirecto, uma frase predicativa com participio verbal, um nome deverbal ou um adjectivo predicativo:

- (33) a. O João **ama/adora** a Maria  
 b. O João **gosta da** Maria  
 c. O João está **apaixonado** pela Maria  
 d. O João é o **amante** da Maria  
 e. O João **é/está louco** pela Maria

---

<sup>48</sup> Jespersen (1924). Usamos o texto da tradução francesa de 1971 (1971:23)

Num outro contexto, a relação parte/todo (‘partitivo’) pode, em Francês, manifestar-se via um advérbio, um quantificador, um adjectivo, um nome, uma preposição ou um verbo:

- (34)
- a. Jean boit **beaucoup/assez** d’eau
  - b. Jean boit **plusieurs** verres par jour
  - c. Jean boit habituellement un **bon** verre d’eau
  - d. Jean boit un **verre** par jour
  - e. Jean boit **de** l’eau
  - f. Jean **boit**

Outro caso clássico: no domínio dos *verbos psicológicos*, para expressar o sentimento de falta (do ser amado), o verbo Inglês *to miss* toma o *experienciador* como argumento externo; o Francês *manquer* toma-o como argumento interno; o Português usa o nome *saudades* como tema, e o Espanhol a expressão adverbial *de menos*:

- (35)
- a. I **miss** you
  - b. Tu me **manques**
  - c. Tenho **saudades** tuas
  - d. Te echo **de menos**

Podemos considerar casos inversos, em que uma mesma forma —fonologicamente idêntica— corresponde a categorias diversas, sendo este tipo de cruzamento homonímico característico do Inglês, língua em que o processo de criação de verbos a partir de nomes é particularmente rico:

(36)

Forma	Categoria V	Categoria A	Categoria N	Categoria P
<i>clear</i>	to clear the table ("levantar a mesa")	a clear text ("um texto claro")	to be in the clear ("ser inocente")	
<i>drink</i>	to drink water ("beber água")		to have a drink ("tomar uma bebida")	
<i>down</i>	to down a bear ("engolir uma cerveja")	i'm down ("estou esgotado")	the down ("as penas de um pássaro")	down the street ("ao descer a rua")

Como se pode concluir dos exemplos (33) a (36), uma categoria lexical não está necessariamente associada a um objecto semântico (estado, entidade, propriedade, etc.). Tendo em conta que tais objectos são por natureza universais e estáveis (Jespersen, 1924), a sua invariabilidade não pode dar conta da instabilidade categorial a eles associada. De facto, Jespersen, notando a universalidade dos conteúdos semânticos, sugere, como solução provisória, o conceito de “categoria nocional”:<sup>49</sup>

- (37) Il nous faut donc reconnaître qu'il existe, à côté, au-dessus ou au-dessous des catégories syntaxiques qui dépendent de la structure particulière de chaque langue, des catégories extra-linguistiques qui sont indépendantes des caractéristiques plus ou moins accidentelles des langues que l'on peut observer. Ces catégories sont universelles dans la mesure où elles sont applicables à toutes les langues, bien qu'elles y trouvent rarement une expression claire et facilement reconnaissable. Certaines tiennent à des phénomènes de la réalité extra-linguistique comme le sexe d'autres à des états mentaux, ou à la logique; mais, à défaut d'un terme plus satisfaisant pour désigner toutes ces catégories, je parlerai de «notions» et de phénomènes «notionnels». **Il revient au grammairien de préciser pour chaque cas la nature de la relation qui existe entre les catégories notionnelles et les catégories syntaxiques.**

Se considerarmos a gramática da tradição ocidental, a questão da identidade da categoria adjectival levanta, como seria de esperar, dificuldades de ordem nocional. Vamos ver a seguir de que modo e por que razão, na gramática clássica, o adjectivo foi excluído das partes do discurso durante dois milénios, para aceder finalmente ao estatuto de categoria numa época recente. Este estudo permitir-nos-á concluir que nome e adjectivo são categorias convergentes, reflexo provável de uma identidade estrutural e funcional confusamente antevista desde os primórdios da gramática. Haverá, nesse caso, que ter em conta para a estrutura interna da categoria adjectival regras de composição e projecção próximas das que são atribuídas ao domínio nominal? Caso se verifique, essa generalização, além de confirmar a proximidade histórica referida, antecipa uma

---

<sup>49</sup> Jespersen (1971:62). Cf. nota anterior. O destaque nesta citação é nosso.



convergência entre a descrição da própria estrutura interna da categoria adjectival e o quadro geral da teoria generativa.

### 3.2. Genealogia da categoria adjectival

A existência autónoma da categoria lexical ‘adjectivo’ não é atestada nas gramáticas senão numa fase tardia da elaboração da terminologia gramatical, mais ou menos contemporânea da constituição da gramática filosófica, no séc. XVIII. O termo ‘adjectivo’ existe, de facto, desde o início da tradição gramatical como adjectivo, mas não como nome de uma das partes do discurso. Podemos pois considerar uma história do adjectivo, da sua presença diáfana no discurso gramatical ao seu reconhecimento como categoria principal. A análise da evolução da definição de uma categoria como o adjectivo poderá contribuir para reduzir a dificuldade em classificar as formas adjectivais de forma coerente.

#### 3.2.1. O *epítheton* aristotélico

A primeira tentativa concertada de fraccionar o enunciado em classes de palavras retrocede à filosofia clássica e aos Retóricos. Os primeiros esboços de ordenação do discurso aparecem não por iniciativa dos gramáticos mas daqueles para quem a linguagem é um instrumento de persuasão. A mais remota referência especulativa à existência de categorias gramaticais deve-se provavelmente a Platão que, no *Crátilo*, adianta a hipótese de que existe uma designação linguística, exacta por natureza, para qualquer ser. Essa especulação pode ser considerada como ponto de partida de uma vasta reflexão, encabeçada por Aristóteles, sobre a constituição da gramática nos seus moldes filosófico-gramaticais. No caso concreto do *nascimento* do adjectivo, a dívida dos gramáticos gregos é grande para com Aristóteles. Foi, com efeito, este filósofo quem primeiro mencionou, na sua *Retórica*, o *epíteto*, e ele também quem estabeleceu, nas suas *Categorias*, a distinção

primordial entre qualidade e substância, lançando assim as efectivas raízes para uma espécie adjectival.<sup>50</sup>

O termo *epitheton* aparece no livro II da *Retórica*, nos capítulos dedicados às qualidades e defeitos do estilo. Os exemplos dados pelo insigne filósofo para ilustrar o *epitheton* atestam uma dupla extensão: por um lado, a de ‘termo acrescentado’, e, por outro, na medida em que é um termo em rigor desnecessário à denotação, a de redundância da expressão: são casos de *epitheton* os complementos (‘os ramos *da floresta*’), as aposições (‘as leis *rainhas das cidades*’) e obviamente os adjectivos (‘leite *branco*’), assim como em geral toda e qualquer espécie de ampliação do significante ou denominação alternativa. O *epitheton* é por isso encarado como um mero adorno estilístico, de uso cauteloso, sob pena de sobrecarregar a prosa, nota Aristóteles, de “traços poéticos”:

- (38) Em terceiro lugar, a frieza é produzida pelos epítetos, quando são compridos, inoportunos ou frequentes. Pode ser conveniente dizer em poesia « leite branco », mas na prosa, ou estes epítetos parecem deslocados, ou então, se usados em excesso, traduzem a procura e mostram claramente tratar-se de poesia.<sup>51</sup>

O *epitheton* deve ainda estar em harmonia com o tema denotado, sendo por exemplo cuidadosamente escolhido no registo moral:

- (39) Para os epítheta, aquilo que se acrescenta pode remeter para o que é mau ou vergonhoso, como ‘matricida’, ou para o que é bom, como ‘vingador do seu pai’.<sup>52</sup>

O outro manancial precioso da génese da categoria adjectival é o tratado das *Categorias*. Independentemente da questão da influência que a língua grega terá ou não tido na gestação e elaboração das categorias aristotélicas<sup>53</sup>, é certo que Aristóteles define

---

<sup>50</sup> Não é aqui lugar para abordar a vasta questão da origem das categorias gramaticais, nem do papel da especulação filosófica nessa génese. Sobre o papel geral de Aristóteles na génese das categorias gramaticais, cf. Lallot, J. (1992).

<sup>51</sup> Cf. Aristóteles, *Retórica*, 1406 a 11-145 e 30 (os textos de Aristóteles aqui reproduzidos são fornecidos por Lallot (1992), e referem-se ao volume I da colecção dos *Grammatici Graeci*, Leipzig, 1883).

<sup>52</sup> Cf. Aristóteles, *Retórica*, 1405 b 20

<sup>53</sup> Cf. a análise de E. Benveniste in *Problèmes de linguistique générale* (I), cap. 6.

classes ontológicas inspiradas na sua língua<sup>54</sup> e que essas classes invadirão irresistivelmente a taxinomia ulterior dos tratados dos gramáticos. Duas das ‘categorias’ apontadas por Aristóteles são a ‘substância’ (*ousía*), de que são exemplos *ánthrôpos* ‘homem’ ou *híppos* ‘cavalo’, e a ‘qualidade’ (*poión*), exemplificada por *leukón* ‘branco’ ou *grammatikón* ‘competente em gramática’. Ora, quando transposta para a teoria da gramática, esta classificação ontológica vai ser submetida a um laborioso processo de especificação linguística: assim, Dionísio de Trácia refere a categoria ‘substância’ como sendo denotada por nomes apelativos (ou comuns)<sup>55</sup> e aponta as ‘qualidades’ aristotélicas como casos de nomes adjetivos<sup>56</sup>.

A filiação está assim traçada entre categorias ontológicas e espécies<sup>57</sup> gramaticais, exemplo do modo como a lógica e a metafísica condicionaram a gestação do discurso gramatical.<sup>58</sup> Podemos admitir que a existência desta continuidade entre ontologia e gramática terá sido mais ou menos inevitável, se considerarmos que os gramáticos alexandrinos, nutridos de doutrina peripatética, terão naturalmente considerado o aparato conceptual das *Categorias* como um quadro ideal para a elaboração da sua teoria das partes do discurso.<sup>59</sup> Terão assim transposto a linguagem filosófica aristotélica em

---

<sup>54</sup> “Aristote a défini dix catégories comme genres suprêmes de l’Etre. Ces catégories, à valeur ontologique par définition, sont des catégories logiques. Elles représentent toutes les façons de prédiquer d’un sujet : selon la substance, quantité, qualité, relation, lieu, temps, position, possession, action, passion. (...) Ce sont les diverses classes auxquelles ce Philosophe a voulu réduire tous les objets de notre pensée, en comprenant toutes les substances sous la première, et tous les accidents sous les neuf autres.” Cf. Bachimont Bruno (1992), “Le contrôle dans les systèmes à base de connaissances”, Hermès, Paris.

<sup>55</sup> Caso de ‘homem’ e ‘cavalo’, exemplos de nomes apelativos. Cf. Lallot, cap. 12, linhas 61/78.

<sup>56</sup> Para *leukós*, cf. Dionísio, 233,16, Lallot. Para *grammatikós*, cf. Dionísio 371,26, Lallot.

<sup>57</sup> Na realidade, o discurso gramatical vai progressivamente elaborar uma definição da ‘espécie’ que só parcialmente manterá as suas raízes ontológicas. No caso do nome (classe na qual se inclui o adjetivo), Dionísio distinguirá sete espécies ‘segundo a forma’ (casos do nome *comparativo*, *superlativo* ou *patronímico*) e vinte e quatro espécies ‘segundo o sentido’ (entre as quais os nomes *próprios*, *apelativos*, **adjetivos**, *relativos*, *epónimos*, *éticos*, etc). Cf. Lallot (1994 :70).

<sup>58</sup> Outro gramático alexandrino, Apolónio Discolo, retomará, na sua *Sintaxe*, os mesmos pressupostos e análise de exemplos que Dionísio de Trácia. Para *leukós*, cf. Apolónio, *Sintaxe*, 144,1, edição Uhlig. Para *grammatikós*, cf. Apolónio, *Sintaxe*, 56,9, edição Uhlig.

<sup>59</sup> Cf. Ildefonse (1997).

metalinguagem gramatical para formular as suas definições e justificar os seus exemplos, sendo essa continuidade particularmente óbvia e inevitável em casos fortemente analógicos como ‘relação’ / ‘relativo’. Nesta primeira etapa da gramática, qualificada por Jolivet de “platonismo gramatical”<sup>60</sup>, essa transposição, que consiste em moldar classes mentais em classes linguísticas, baseia-se no pressuposto de um justo paralelismo entre o ontológico e o linguístico.

Não é verdade, contudo, que a herança do *epitheton* se reduza a este processo de promiscuidade entre categorias filosóficas e categorias gramaticais. Efectivamente, a etimologia do conceito não se limita ao estrito paralelismo logico-gramatical, como é o caso por exemplo do par ‘substância’ / ‘substantivo’, como aponta também para considerações formais e posicionais<sup>61</sup>. A essência da categoria adjectival, que era de ordem estética e retórica no discurso filosófico, será de ordem configuracional no discurso gramatical dele extraído: o adjectivo aparece na gramática grega tardia como o reflexo de um fenómeno de adjunção, caracterizado pela proximidade sintáctica da substância, isto é, uma **categoria formal** ao mesmo tempo que uma **categoria lógica**. Não correspondendo estritamente a uma das *categorias* aristotélicas, o adjectivo não se afirmou como entidade categorial de pleno direito, como um dos pilares da sintaxe clássica, ao mesmo título que o nome ou o verbo. Podemos por isso concluir que a natureza subalterna do adjectivo provem do facto de, como a sua etimologia indica, ser essencialmente uma categoria gramatical definida em bases configuracionais.<sup>62</sup>

Após as fontes pré-gramaticais do adjectivo, importa reflectir sobre o lugar que este passa a ocupar na teoria gramatical e o processo que encaminhou parte da lógica aristotélica para a teoria do adjectivo.

---

<sup>60</sup> Cf. Boisson, C, Basset, L, Kirtchuk, P. (1994 :20).

<sup>61</sup> Note-se que, se existe o ‘nome substantivo’ por referência à ‘substância’ aristotélica, não existe nenhum ‘nome qualitativo’, reflexo provável da categoria ontológica ‘qualidade’ (cf. nota 57). Pelo contrário, o discurso gramatical forjou a expressão ‘nome adjectivo’, cuja denominação afasta o paralelo logico-gramatical, para se contentar em fornecer instruções de adjacência.

<sup>62</sup> Mas porventura não a única categoria. As *scholia*, comentários antigos ao discurso de Dionísio, apontam para a existência de um paralelismo específico entre o adjectivo e o advérbio, na medida em que o advérbio “predica o verbo como o adjectivo predica o nome” (Lallot, 1994:69).

Dionísio de Trácia representa uma das primeiras tentativas de gramaticalizar a doutrina retórica do adjectivo e ilustrar o *epíteto* aristotélico. Na *Technè Grammatikê*, é evocado o conceito de ‘*nome adjectivo*’ (*ónoma epítheton*) —ao lado do ‘*nome próprio*’ e do ‘*nome apelativo*’— como uma das ‘*espécies*’ da classe aberta dos nomes.<sup>63</sup> A definição, essencialmente semântica<sup>64</sup>, é, como se verá, a que a tradição ocidental retomará nos dois milénios seguintes:

- (40) O adjectivo (*epítheton*) é o nome que é adjunto [...] aos nomes próprios e aos apelativos e que exprime um elogio ou uma censura. Pode remeter para três domínios: a alma, o corpo, o que é exterior. A alma, como ‘luxurioso’, o corpo, como ‘rápido’, ‘lento’, o que é exterior, como ‘rico’, ‘pobre’<sup>65</sup>.

Também Apolónio Díscolo aperfeiçoou e alargou esse quadro teórico primitivo. Importa em especial analisar o tratamento dado por Apolónio ao adjectivo na sua *Sintaxe*, que resume claramente a evolução da noção, na história da gramática, da sua origem filosófico-retórica ao seu estatuto semântico-sintáctico de ‘*nome adjectivo*’<sup>66</sup>. O que é, para Apolónio, um adjectivo? Essencialmente, um acidente da substância, um “acidente secundário que afecta a qualidade” da substância. Em margem das incontornáveis subclasses herdadas das *Categorias* aristotélicas, Apolónio reconhece assim uma extensão do nome destinada a referir os “acidentes secundários”, e que define como (nome) adjectivo. Fica assim estabelecida a relação explícita entre o adjectivo como variedade gramatical e a expressão dos “atributos secundários” da substância:

- (41) [...] também foram inventadas as denominações adjectivas, para abranger os atributos secundários dos referentes para um nome comum ou próprio; por exemplo, para um

---

<sup>63</sup> Cf. Nota 57

<sup>64</sup> Destaque-se contudo a indicação sintáctica deixada pela figura da adjunção.

<sup>65</sup> Cf. Lallot (1989), linha 80 da tradução francesa. A tradução para Português é nossa.

<sup>66</sup> Nesta expressão, “adjectivo” deve ser entendido como um adjectivo atributivo.

cavalo, branco ou rápido, para Platão, sábio ou corajoso, e tantos outros atributos possíveis.<sup>67</sup>

Dedicado à expressão dos acidentes da substância, o adjectivo desempenha na gramática, no entender de Apolónio, um papel original importante: é por natureza um desambiguador referencial, isto é, funciona como um factor discriminante da referência nominal:

- (42) Os nomes próprios são expostos à homonímia e a ambiguidade que dali resulta só é resolvida pela adjunção ao nome de um adjectivo que se lhe aplique, por exemplo: ‘Trifão o gramático’, ‘Dion o filósofo’...; os nomes ficam assim libertos de um sentido que lhes fazia referir várias pessoas.<sup>68</sup>

Como se pode concluir de (42), a mudança de estatuto do adjectivo é sensível. Doravante, para a teoria da gramática, embora incluído na classe dos nomes, o *epitheton* deixa de ser um ‘nome por acréscimo’, com eventuais efeitos redundantes perniciosos, para ser uma denominação complementar, um termo positivo destinado a desempenhar as funções de corrector da ambiguidade própria da substância, de discriminador do referente nominal. O adjectivo, embora deva ser acompanhado pelo substantivo para obter sentido, é contudo portador de uma extensão do significado.

A história do adjectivo levanta desde logo a questão da independência da categoria, da existência de uma linha de partilha a partir da qual os gramáticos poderiam ter separado tipologicamente adjectivo e substantivo. Uma primeira observação é a de que a tradição gramatical grega não dispõe de nenhuma categoria autónoma destinada a receber aquilo que em rigor corresponde ao adjectivo. De Dionísio a Apolónio, paralelamente à flutuação mais ou menos acentuada das fronteiras dos conceitos e do uso, num quadro teórico dominado pela ontologia aristotélica que implica a existência de uma super-categoria constituída por nomes próprios, comuns, adjectivos e outros, permanece um estado de (con)fusão entre o substantivo e o adjectivo. Importa notar que essa dependência categorial

---

<sup>67</sup> Apolónio Díscolo, *Sintaxe*, livro II, p.143.3, ed Uhlig, 1910

<sup>68</sup> *ibid*, I, § 65, p.56,6 Uhlig

terá sido historicamente determinante para a (não) emancipação da categoria. Na verdade, satélite do nome, o adjetivo será considerado na tradição gramatical como uma espécie de ‘subnome’, um termo de segundo plano, indigno por si só de justificar o nascimento de uma categoria no âmbito da teoria das partes do discurso.

Contudo, embora não traduzido formalmente pela criação de uma categoria gramatical autónoma, não deixa de ser relevante que o casal adjetivo-substantivo constitua a base de várias regras. O conteúdo semântico veiculado pelo nome adjetivo (*‘acidente da substância’*) destina-o naturalmente a entrar em composições sintácticas denotadoras de uma relação entre acidente e substância, isto é, as construções predicativas: casos em que o adjetivo pode estar numa posição adjacente à substância ou separado dela por um verbo copulativo. Essa relação entre substância e acidente traduz-se flexionalmente, já que existem regras de acordo morfológico entre os constituintes envolvidos. Por outro lado, a distinção adjetivo-substantivo fica bem vincada no facto de o nome substantivo ser incompatível com a posição de predicado adjectival, ao passo que o nome adjetivo é caracterizado pela sua ausência de autonomia sintáctica, sendo obrigatoriamente predicativo de um nome. Assim, acerca do sintagma nominal *ho lógiōs ánthrōpos* (“o homem culto”), explica Apolónio que:

- (43) são os nomes de valor adjectivo que se referem aos substantivos, e nunca os substantivos aos adjectivos: não é *homem* que pede *culto*, mas *culto* que pede *homem*.<sup>69</sup>

O papel relativamente secundário desempenhado pelo adjetivo na gramática histórica é tributário da sua relativa discrição histórica. Parente pobre do domínio nominal, discreditado primordialmente como termo redundante, remetido para o plano do accidental, afastado do plano da essência, incapaz de sobreviver e constituir oração só por si, o adjetivo nunca foi digno de comentários ou considerações muito extensas nas gramáticas tradicionais, vítima do discurso sobre o seu possante vizinho, o substantivo. O nascimento da categoria assemelhar-se-á por isso a uma emancipação. Isso mesmo vamos agora demonstrar, ao percorrer o ciclo gramatical posterior. Depois de ilustrar o moderado

---

<sup>69</sup> ibid I, § 135, Uhlig.

apagamento a que o adjetivo foi condenado pelos Clássicos, tentaremos perscrutar as origens da sua reabilitação e do seu reconhecimento como parte plena do discurso, a partir do século XVIII, assim como o seu surgimento na gramática portuguesa.

### 3.2.2.A classe adjectival e as ‘partes do discurso’

Os gramáticos da época latina, dominados por uma orientação pragmática e pedagógica que os leva a reduzir a especulação grega a modelos sistemáticos, vão elaborar um discurso gramatical essencialmente virado para a arte de bem falar e bem escrever. O estatuto do adjetivo no discurso gramatical latino reflecte pois alguma mudança relativamente à herança alexandrina. Se, tal como Dionísio e Apolónio, gramáticos latinos como Varrão, Quintiliano ou Donato reconhecem a autoridade de Aristóteles<sup>70</sup> e retomam o modelo helénico, baseado num conjunto de classes de palavras<sup>71</sup>, sendo ponto comum a permanência do adjetivo na classe dos nomes (o ‘*nomen adiectivum*’ continua na tradição latina uma mera subdivisão do nome), notaremos contudo com os Latinos um afastamento nítido da gramática do adjetivo das suas fontes filosóficas.

O termo é atestado no latim gramatical com a forma *adiectivum*, consagrada na expressão *adiectivum nomen*, “nome que se acrescenta”, induzida de Dionísio de Trácia. Macróbio, nas suas *Saturnalia*, relembra assim: « *adiectivum quod Graeci επιθετον vocant* ». A forma latina *adjectivum* provem do supino de *adjacere*, sendo considerada como a adaptação ao latim do *épithêton* grego.<sup>72</sup> De Donato a Prisciano, que, nas suas

---

<sup>70</sup> Cf. Holtz (1994 :77).

<sup>71</sup> Para Dionísio: o nome (*onoma*), o verbo (*rhêma*), o participio (*métokhê*), o artigo (*arthron*), o pronome (*antô-numia*), a preposição (*prothésis*), o advérbio (*épirrhêma*) e a conjunção (*sundésmos*); para Donato: o nome (*nomen*), o pronome (*pronomen*), o verbo (*uerbum*), o participio (*participium*), o advérbio (*aduerbium*), a conjunção (*coniunctio*), a preposição (*praepositio*), a interjecção (*interiectio*). Contudo, os oito nomes latinos das partes do discurso aparecem pela primeira vez na *Instituição oratória* de Quintiliano.

<sup>72</sup> *Le Grand Robert de la Langue Française*, p.116.



*Institutiones*<sup>73</sup>, prolonga a teoria das “partes do discurso”, a tradição mantém a divisão em classes lógico-semânticas.

O discurso gramatical latino não é, no entanto, no que diz respeito ao adjetivo, uma mera cópia da gramática grega. Como revelam alguns autores, a gramática latina vai verdadeiramente reconhecer a necessidade de uma ‘categoria’ adjectival, que, embora ainda inserida na classe nominal, adquire cada vez mais autonomia num novo quadro morfo-sintáctico. Não esquecendo a tradição retórica, o discurso gramatical latino define o adjectivo mais formalmente, distinguindo-o nitidamente do substantivo, reconhecendo-lhe por exemplo capacidades gradativas<sup>74</sup> e uma relativa mobilidade sintáctica. É com os Latinos que se estabelecem as oposições fundamentais entre gramática e retórica, classe e subclasse, que se constroem os conjuntos de distinções e hierarquizações dentro das categorias nominais, e que se formalizam as relações da categoria adjectival com a flexão (grau, número e género).

Varrão não reconhece, a bem dizer, uma classe adjectival plena. Embora inspirado em classes aristotélicas (por exemplo a distinção entre *nomes*, portadores de caso e *verbos*, portadores de tempo), este autor privilegia a classificação formal da oração, notando que alguns termos são ‘*primeiros*’ (*priora*) e outros ‘*segundos*’ (*posteriora*). No caso do nome, “é primeiro *homem* e segundo *sábio*, visto que se diz *homem sábio*”.<sup>75</sup> Entre os termos ‘*segundos*’, como *prudente*, *branco*, *activo*, existe ainda “uma adição que pode marcar o mais e o menos”, “um tipo de transformação suplementar, por exemplo, sobre *candidum*, dando *candidius*, *candidissimum*”, e “de igual modo para *comprido*, *rico*, e outras palavras do mesmo tipo”.<sup>76</sup> A permanência do adjectivo na classe dos nomes é, na realidade,

---

<sup>73</sup> Prisciano, *Institutiones Grammaticae*, in *Prisciani Grammatici Caesariensis libri omnes*, Veneza, Alde, 1527. Os livros 7 e 8, dedicados à sintaxe, listam as “partes do discurso: nome, verbo, participio, pronome, preposição, advérbio, interjeição, conjunção.”

<sup>74</sup> Prisciano considera como fazendo parte da definição do adjectivo a “comparação” (cf. citação (46))

<sup>75</sup> Varrão, *De lingua Latina* [45-44 A.C.], citado por Colombat, Julien & Rosier (1992 :13). Todas as traduções do Francês para o Português são nossas.

<sup>76</sup> *ibid.* p.14.

baseada em argumentos de ordem morfológica e didáctica, sendo que o adjectivo representa o melhor exemplo da regularidade e estabilidade das declinações.

Quintiliano, por seu lado, acerca de distinções do tipo “retórico” / “a retórica”, epíteto e substantivo, nota, no século seguinte, que “não há dúvida que, para os Gregos, a palavra [*rhètoricè*] tem um duplo valor; sendo que, num caso, é epíteto (*adpositum*<sup>77</sup>): *ars rhetorica*, como *navis piratica*; no outro é substantivo (*nomen rei*), como *philosophia, amicitia*.”<sup>78</sup> Note-se que o *adpositum* quintiliano é usado para traduzir o epíteto redundante da tradição aristotélica, e que, tal como para o filósofo, o adjectivo é aqui essencialmente um enfeite discursivo (cf. nota 82).

Carísio refere também a questão dos “epítéticos” (*epithetika*) gregos: são os termos “acrescentados a pessoas para as elogiar ou repreender”<sup>79</sup>, que “sendo espécies de nomes, são perfeitamente chamados nomes e são apostos às coisas ou às pessoas tomadas individualmente”. Identifica Carísio uma classe de nomes de “potência intermédia” (*mediae potestatis*), que, não beneficiando de autonomia sintáctica, precisam de outro nome para sobreviverem no discurso:

- (44) Acrescentados a nomes, tomam o seu significado dos nomes a que são juntos, como *grande, corajoso*. Porque não têm em si próprios nenhum sentido, e foram por esta razão qualificados por alguns de “adjunções” (*adiectioes*), como *grande homem, exército corajoso*.<sup>80</sup>

---

<sup>77</sup> Quintiliano é o único gramático Latino a não traduzir *epitheton* por *adiectiuum*. Segundo Colombat, a tradução *adpositum* deve ser considerada mais próxima que *adjectivum* do *epitheton* aristotélico.

<sup>78</sup> Quintiliano, *Instituição oratória* ed. J. Cousin [v.30-v.98 P.C.], citado por Colombat, Julien & Rosier (1992 :15).

<sup>79</sup> Referência habitual aos critérios éticos oriundos de Dionísio. Cf. citação (39).

<sup>80</sup> Archives et Documents de la SHESL, Seconde Série n°6 avril 1992, p.16.

Retomando os princípios morfológicos de Varrão, Carísio lembra ainda que estes nomes intermédios estão “submetidos à comparação, visto dependerem da qualidade, ou da quantidade, como *magnus, maior, maximus; fortis, fortior, fortissimus*.”<sup>81</sup>

Do mesmo modo, no séc. IV<sup>o</sup>, Donato, na sua *Ars maior*, refere existirem depois dos nomes apelativos outros nomes, “de significação intermédia” (*mediae significationis*), que “são acrescentados a nomes (*adiecta nominibus*), como *grande, corajoso*; dizemos pois *um grande homem, um exército corajoso*”. Acrescenta Donato que esses nomes intermédios “também são chamados *epitheta*.”<sup>82</sup>

O gramático Prisciano sintetiza, já no séc. VI<sup>o</sup>, nas *Institutiones grammaticae*, toda a tradição greco-latina, deixando do adjectivo a seguinte definição:

- (45) Os adjectivos são assim chamados porque se acrescentam habitualmente a outros apelativos (nomes comuns) que designam a substância, ou até a nomes próprios para lhes manifestar a qualidade ou a quantidade, as quais podem ser aumentadas ou diminuídas sem que diga respeito à substância, como *bom animal, grande homem, gramático sábio, grande Homero*.<sup>83</sup>

Outro fragmento significativo de Prisciano, em que se confirma o esforço de síntese entre a retórica grega e a pedagogia latina, é dado em (46); como tinha já notado Carísio, o adjectivo aparece, também aqui, como uma classe necessariamente adjunta a um

---

<sup>81</sup> Carísio, *Ars grammatica*, GL I [v.360-370], citado por Colombat, Julien & Rosier (1992 :16). Refira-se que Diomedes, na sua *Ars grammatica*, retoma ponto por ponto a ideia de *mediae potestatis* e os exemplos de Carísio: “acrescentados a nomes, [esses nomes] tomam a sua significação dos nomes a que são juntos, como *grande, corajoso*. Porque não têm por si nenhum sentido, e foi por isso que foram ditos por alguns “adjunções”, como *grande homem, exército corajoso*. (ibid p.16)

<sup>82</sup> Donato, *Ars maior*, [v.350-360], citado por Colombat, Julien & Rosier (1992 :17) Note-se que, segundo uma tradição puramente latina (segundo Colombat), o epíteto é uma figura próxima da antonomásia. Donato define-o assim: “O epíteto é um termo anteposto a um nome próprio. Com efeito, a antonomásia desempenha o papel do nome, ao passo que o epíteto nunca está sem o nome, como *dira Celaeno* (o execrável Celeno) e *dia Camilla* (a divina Camila)”. Cf. p.18.

<sup>83</sup> Prisciano, *Instituições gramaticais*, GL II & III [v.525], citado por Colombat, Julien & Rosier (1992 :19).

substantivo, para dele obter a sua significação e poder exercer a sua tripla função: qualificar, denotar o acidente, quantificar:

- (46) O adjectivo é aquilo que é acrescentado aos próprios ou aos apelativos e indica o elogio ou a repreensão, ou então uma qualificação ambivalente, ou então um acidente afectando um indivíduo: o elogio, como *justo*, a repreensão, como *injusto*; uma qualificação ambivalente, como *grande* –de facto, diz-se *grande* general como exemplo de elogio, e *grande* bandido ou *grande* ladrão como exemplo de repreensão-; quanto ao acidente, isto é, aquilo que é próprio de um indivíduo, é por exemplo *negro* corvo, mar *profundo*; também se encontram aliás adjectivos deste tipo nos nomes próprios, como Mars Gradius, Romulus Quirinus; mas estes, por serem usados em vez dos nomes próprios, não podem ser submetidos à comparação, o que é o próprio dos adjectivos, assim como também não necessitam da adição de outros nomes, como os adjectivos comuns. Por outro lado, estes últimos derivam da qualidade ou da quantidade da alma, do corpo, ou de acidentes exteriores: da alma, como *sábio*, *generoso*; do corpo, como *branco*, *comprido*; de acidentes exteriores, como *rico*, *feliz*.<sup>84</sup>

Citaremos por fim esta outra passagem significativa do mesmo autor, em que, crucialmente, o grau é evidenciado como elemento distintivo do adjectivo, quando, diz o autor, “a comparação tem a sua razão de ser”:

- (47) Os comparativos derivam dos nomes adjectivos que são tirados dos acidentes da substância dos nomes. Ora, por acidentes, entenda-se: aquilo que é extraído da qualidade ou da quantidade da alma, ou do corpo, ou das coisas provindas do exterior, aquilo que pode receber aumentos ou diminuições, aquilo que cria a comparação, aquilo de que a substância não precisa para ser entendida; em contrapartida, se a substância não for primeiro entendida, os acidentes não podem existir. Efectivamente, se digo *homo* ou *lapis*, manifestei a substância, cuja significação não pode ser nem aumentada, nem diminuída, mas se exprimo qualquer coisa que acontece [ao homem ou à pedra], então a comparação tem a sua razão de ser, como *homo prudens* e *prudentialior*, *lapis niger* e *nigrior*. De facto, embora não seja *prudens*, *homo* pode ser entendido, e uma pedra, embora não seja *negra*, pode ser entendida como pedra. Por isso foram chamados de

---

<sup>84</sup> Ibid. p. 19-20.

direito adjectivos os termos que são acrescentados a estes nomes que manifestam a substância [...].<sup>85</sup>

Estes textos indicam pois que o adjectivo é reconhecido como uma ‘variedade’ relevante do nome, embora não pareça existir necessidade descritiva para a isolar.<sup>86</sup> Essa importante variedade de nome assenta em algumas propriedades básicas, agora bem reconhecidas: (i) o adjectivo tem uma função sintáctica, a de ser “acrescentado” ao nome, e uma definição semântica de “acidente da substância”; (ii) o adjectivo é um termo morfológicamente rico, caracterizado em particular pela sua capacidade em manifestar diversos tipos de graus e pela partilha de informação casual com o substantivo; (iii) o adjectivo é um termo distribucionalmente dependente do substantivo, elemento com o qual mantém uma relação de adjacência.

### 3.2.3.O adjectivo neoclássico

A eclosão da gramática das línguas vernáculas ocorrida no período renascentista em pouco alterou o estatuto do adjectivo. Como vamos ver em algumas dessas línguas, os moldes greco-latinos das partes do discurso, cristalizados pelas obras de Dionísio, Apolónio, Donato, Prisciano, entusiasticamente retomados pelos gramáticos humanistas, foram fielmente reproduzidos e adaptados, com mais ou menos felicidade, às novas línguas. O ‘*nome adjectivo*’ atravessa todo o período renascentista e clássico, hesita no

---

<sup>85</sup> *ibid.* p.20.

<sup>86</sup> Como a tradição gramatical ocidental deriva em boa parte de Prisciano, as *Institutiones* foram a vulgata do período medieval, tendo sido meramente objecto de reajustamentos no séc. XII, nomeadamente por parte de Pierre Hélie, professor da Universidade de Paris, de forma a poder ter em conta as mudanças ocorridas na língua latina desde os tempos de Prisciano, e sobretudo a redescoberta da lógica aristotélica. Sintomaticamente, a única mudança formal de relevo introduzida por Hélie na sua *Summa super Priscianum*, foi uma acentuação da distinção original entre nomes substantivos e nomes adjectivos: “Havendo opiniões divergentes acerca dos adjectivos, daremos a nossa. O adjectivo é aquele nome que significa aquilo que é inerente à substância e pode ser adjunto ao nome que significa a substância no mesmo membro de frase [...] Alguns dizem que qualquer nome é substantivo ou adjectivo, julgando que é substantivo aquilo que pode subsistir por si em qualquer membro da proposição, e que é adjectivo aquilo que não o pode.” (citado por Colombat, Julien & Rosier (1992 :25).

tempo dos racionalistas, para finalmente vacilar com os imperativos nascidos do novo discurso enciclopedista.

A gramática humanista vai tratar o adjectivo em função de considerações especulativas e de novas necessidades prescritivas. Do ponto de vista da normalização e da fixação das línguas vernáculas (Fernão de Oliveira, Nebrija, Manuce, etc.) são os critérios morfológicos que delimitam a categoria adjectivo, assim como considerações distribucionais: o adjectivo depende da proximidade de um nome, ao qual se arrima obrigatoriamente.

Fernão de Oliveira, na sua *Gramática da linguagem portuguesa* (1536), ao referir o termo ‘*adjectivo*’, não lhe reconhecendo qualquer distinção formal com o nome, retoma exclusivamente os critérios morfológicos e distribucionais canónicos. Assim, no capítulo XL, intitulado “Da analogia”, relembra que o adjectivo é um nome, embora lhe sejam reconhecidas circunstâncias “meudas e particulares”, que fazem dele uma espécie menor:<sup>87</sup>

- (48) “os nomes se conhecem dos verbos e os verbos com os nomes das outras partes, porque são diferentes huns dos outros, e os nomes se conhecem por outros nomes, e os verbos por outros verbos, porque são em aghũa cousa e voz semelhantes cada parte destas com as outras do seu genero; e contudo não tanto que não tenham alghũas meudezas diferentes ou diferencias mais meudas e particulares, como o nome ser comum ou proprio, ajectivo e sustantivo, e o verbo pessoal e impessoal.”<sup>88</sup>

No capítulo XLIV, dedicado à morfologia (“Dos nomes e seu genero”), Oliveira, discursando sobre o duo nome substantivo / nome adjectivo, adianta que o adjectivo não é sempre portador de género, dadas as irregularidades da sua morfologia:

- (49) “Til com i faz os nomes masculinos, como patim e jardim; e com o também, como som e tom; com u também são masculinos, como hum, alghum, nenhum, e mais jejum e debrum. Este nome ajectivo comum serve a masculinos e femininos, porque não digamos nos femininos comũa. Huns certos nomes ajectivos acostumamos nós falar em um, como

<sup>87</sup> Optámos por conservar a ortografia histórica dos autores portugueses citados, de Fernão de Oliveira a Soares Barbosa.

<sup>88</sup> Fernão de Oliveira (1536), *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Em Lixboa : e[m] casa d’Germão Galharde, 27 Ianeyro 1536.

ovelhum, cabrum, porcum, e outros, os quaes damos genero masculino. Mas porém em seu lugar e tempo diremos que os nomes ajectivos e denotativos não têm certo genereo por si.”<sup>89</sup>

O humanista português, fiel ao modelo clássico das partes do discurso, não levanta pois nenhuma objecção a incluir o adjectivo na classe dos nomes, sendo aliás a instabilidade formal do ‘adjectivo’ um exemplo particularmente interessante da gramática do nome em Português.<sup>90</sup> Num dos capítulos finais dedicados à sintaxe (cap. XLIX “Da construção”), ao notar que as “leis e regras” do Português são mais estáveis (que as do Latim), tendo a gramática portuguesa “menos excepções” e mais “conveniência” na classificação das partes do discurso, o gramático não hesita em incluir o adjectivo e o substantivo na classe dos nomes:

- (50) “E nella (na derradeira parte da obra) mais que em alghüa outra guardamos nós certas leis e regras, posto que também nas outras partes da grammatica temos menos eiceições que os latinos e gregos, cujas linguas mui gabadas muitas vezes faltam na conveniencia dos nomes ajectivo e sustantivo, relativo e antecedente, e isso mesmo do nome com o verbo.”  
91

Tendo em conta a importância histórica do texto, concluímos que o esforço pedagógico desenvolvido por tentativas renascentistas de vulgarizar as “leis e regras” da gramática não surtiu, no que concerne o adjectivo, nenhuma inovação teórica ou descritiva:

---

<sup>89</sup> *ibid.*, p.144-145. Ainda relativamente à morfologia do adjectivo, o autor refere o caso do número: “Os nomes acabados em letra consoante têm suas formações no plural de duas maneiras: os acabados em l mudam essa letra l em i e acrescentam s, que é proprio do plural, como cabeçal, cabeçais, real, reais. Assi quando é sustantivo como *ajectivo*.”  
*Ibid.* p.147.

<sup>90</sup> O que, como vimos, representa uma doutrina exactamente contrária à dos gramáticos latinos.

<sup>91</sup> *ibid.* p.152.

o adjectivo continua a ser uma variedade do nome, e é, tal como o nome, sujeito a variação flexional.<sup>92</sup>

Todavia, do ponto de vista da renovação gramatical lançada pelo pensamento humanista, a definição do adjectivo vai pelo contrário entrar numa cerrada malha de oposições categoriais e semânticas (abstracto/concreto, mobilidade, grau, regras de acordo com o substantivo, etc.), das quais emerge a proposta inovadora (relativamente à tradição grega) de distinção entre os nomes adjectivo e substantivo. O humanista espanhol Sanctius levanta com objectividade a questão da ambiguidade classificatória do adjectivo, ao recusar considerar, na teoria gramatical, regras *had-hoc* como a ‘recategorização de adjectivos em substantivos’, ao denunciar incongruências manifestas, como o ‘comparativo não adjectival’ e ao propor, em alternativa, regras específicas —distintas das do nome— para o acordo adjectival.

Na *Minerva*, Sanctius arrasa decisivamente o discurso retórico-gramatical clássico, que envolvia o adjectivo numa indefinição ético-semântica, invocando doravante critérios formais e categoriais de identificação. Sobre o género, por exemplo, adianta crucialmente:

- (51) Os nomes adjectivos não têm género, mas terminações segundo o género, ou, para falar como os gramáticos, “pessoas segundo o género”. [...] Por isso, o género só existe nos substantivos, e, uma vez o género conhecido, procura-se a terminação dos adjectivos.

---

<sup>92</sup> Em Castelhana, é António de Nebrija que, em 1492, na *Gramática castellana* introduz e redefine, primeiro posicionalmente, depois morfológicamente, o termo ‘*adjectivo*’: “Calidad, esso mesmo en el nombre, se puede llamar aquello por lo cual el adjectivo se distingue del substantivo. Adjectivo se llama, por que siempre se arrima al substantivo, como si le quisiésemos llamar arrimado; substantivo se llama, por que está por sí mesmo, et no se arrima a otro ninguno; como diciendo, ombre bueno, ombre es substantivo, por que puede estar por sí mesmo; bueno, adjectivo, por que no puede estar por sí sin que se arrime al substantivo. El nombre substantivo es aquél con que se aiunta un artículo, como el ombre, la muger, lo bueno; o a lo más dos, como el infante, la infante, segund el uso cortesano. Adjectivo es aquél con que se pueden aiuntar tres artículos, como el fuerte, la fuerte, lo fuerte”. António de Nebrija, 1492 “Gramática castellana” ed. de 1946.

Nas suas *Introducciones in Latinam grammaticen cum longioribus glossematis*, Logroño, 1510, Nebrija retoma Prisciano quase literalmente: “Um adjectivo é o nome que, acrescentado a um substantivo, significa um acidente qualquer que se produz neste; e chama-se-lhe “adjectivo” porque se acrescenta habitualmente aos nomes próprios ou apelativos significando a substância, para lhes manifestar a qualidade ou quantidade, podendo estas últimas serem aumentadas ou diminuídas sem alterar a substância.” (citado por Colombat, Julien & Rosier (1992 :44)).



Assim, se não houvesse nomes adjectivos, ninguém levantaria a questão do género gramatical; e também não era o caso se os nomes adjectivos apenas tivessem uma terminação.<sup>93</sup>

- (52) O substantivo e o adjectivo acordam-se unicamente em número e caso, mas não em género. De facto, os adjectivos não têm género, mas terminações fixas segundo os géneros, e é por causa delas que se levanta a questão do género dos substantivos. Por isso é que, uma vez determinado o género de *paries*, deveremos dizer *paries albus*, porque *albus* é a terminação segundo os géneros masculinos.<sup>94</sup>

Uma diferença transparece pois entre nome e adjectivo: o género não é pertinente para definir a espécie adjectival, mas é uma marca contingente da espécie nominal.<sup>95</sup> Outro critério definitivo é, para Sanctius, o grau. O adjectivo pode variar numa escala de comparação, o que não é o caso dos substantivos:

- (53) [...] é necessariamente adjectivo qualquer nome de que pode ser extraído um comparativo, como *senior*, *iunior*, *adolescentior*, porque a qualidade se exprime graças aos nomes adjectivos e não graças aos nomes substantivos.<sup>96</sup>

Recorrendo embora às *Categorias* aristotélicas, Sanctius adianta que o adjectivo é a única categoria portadora de grau, recusando assim, ao contrário da tradição, a existência de “nomes ou verbos comparativos”:

- (54) “À substância, diz Aristóteles, não se retira nem se acrescenta”, e ainda, falando da qualidade: “às palavras que designam uma qualidade, retira-se-lhes ou acrescenta-se-lhes”. Destas fórmulas concluímos que os comparativos não podem ser extraídos dos nomes substantivos. Enganam-se aqueles que pensam que as palavras “velho”, “jovem”, “adolescente”, “criança” são substantivos, visto serem absolutamente adjectivos. Que Plauto tenha formado *Poenior* sobre *Poenus* não compromete esta afirmação, porque não

<sup>93</sup> Sanctius Franciscus (1587), *Minerua, seu de causis linguae Latinae*, citado por Colombat, Julien & Rosier (1992b:59).

<sup>94</sup> *ibid.* p.60.

<sup>95</sup> A mesma observação é feita por Fernão de Oliveira, embora sem o cariz sistemático aqui reconhecido. Cf citação (49).

<sup>96</sup> *ibid.* p.59.

foi a substância que ele quis afirmar, mas a astúcia, porque os Cartagineses eram considerados muito astuciosos.<sup>97</sup>

Na realidade, conclui Sanctius, “os nomes adjectivos nunca serão substantivos [...] Com efeito, o acidente não prevalece sobre a substância.”

Por trás desta observação de natureza ontológica, perfilha-se o rigor humanista na divisão da gramática em classes distintas, que prevalece para além dos acidentes efectivos e aparentemente irregulares do discurso. Cabe à gramática estabelecer as regras que manifestam a estrutura e a lógica da língua, que permanecem válidas mesmo para além das liberdades do discurso. Nessa perspectiva, é óbvio que qualquer adjectivo carece de um substantivo, pelo que um adjectivo que, no discurso, não seja acompanhado de um substantivo visível, deve ser entendido relativamente a um substantivo não expresso, mas virtualmente presente, isto é, uma elipse do nome (como *musica* para *ars musica*). De facto, o recurso a essa figura de estilo está no âmago da gramática sanctiana.<sup>98</sup> Sanctius concede que a elipse tem muito a dizer sobre as línguas em geral e sobre a sua estrutura em particular.<sup>99</sup> De modo geral, a elipse permite postular a existência de uma estrutura racional na língua, de uma *ratio grammatices*. A racionalidade imposta pela elipse e o seu uso fortemente analógico facilitam a construção da própria gramática ao reduzir as excepções aparentes e dar conta da organização da oração independentemente dos seus acidentes. A elipse do nome permite assim reduzir o caso do uso isolado de um adjectivo como *bonum* a uma expressão completa em que *negotium* deve ser subentendido (*bonum negotium*, a coisa boa, lit. “o bem”).<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> *ibid* p.60. A citação de Aristóteles, evocada em (54), é a seguinte (*Categorias*, 3 b 34): “de uma substância não pode ser dito mais ou menos que aquilo que ela é por si própria; por exemplo, esta substância, este homem, não será mais ou menos homem que ele próprio ou que qualquer outro homem. Com efeito, um homem não é mais homem que outro, do mesmo modo que o branco é dito mais ou menos branco que outro branco, e o lindo mais ou menos lindo que outro lindo.” (citado por Lecointre C. “L’adjectif dans la tradition sanctienne”, HEL 14-1, 1992, p.127).

<sup>98</sup> Sobre Sanctius e a elipse cf. Martinho (1998) e bibliografia ali fornecida.

<sup>99</sup> Sanctius (p.165): “A racionalidade da gramática obriga-nos a entender muitas palavras que, caso fossem expressas, arruinariam a elegância da latinidade ou tornariam o sentido duvidoso.” (tradução do francês, *in* Clerico 1983:48)

<sup>100</sup> O exemplo é de Scioppius, commentador de Sanctius do séc. XVII. (cf. Lecointre, *ibid*. p.132)

Esta racionalização da gramática proporciona à teoria uma firme coerência interna e um forte poder explicativo. Nada é arbitrário: a ocorrência de um adjetivo isolado corresponde a uma operação correlativa de restituição do substantivo, que basta pressupor para segurar o rigor da construção. Nesta perspectiva, deixa de ter sentido falar em casos de ‘*substantivação do adjetivo*’ e entende-se por que razão a mudança de uma categoria para outra fica excluída. A categoria adjectival fica definitivamente postulada.

Em Portugal, a tradição escolar e pedagógica conserva o modelo lógico-semântico clássico e transmite fielmente o duo nome substantivo / nome adjectivo. Do ponto de vista terminológico, as inúmeras “orthographias” portuguesas dos séc. XVII e XVIII retomam e prolongam a tradicional classe ‘nome adjectivo’.

A *Orthographia da lingoa portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão <sup>101</sup>, parece ser uma fonte de inspiração de muitas obras ulteriores. Ao longo dos exemplos com que ilustra as suas regras ortográficas, Nunes de Leão classifica de ‘*nomes*’ termos como “afável, aflito, difícil, difuso, efeminado, eficaz, suficiente, belo, amarelo, singelo” (p.120), e “físico, simples, capaz, atroz” (p.136). São também ‘*nomes*’ termos acabados em “iço”: “castiço, metediço, maciço, noviço” (p.143). É contudo no capítulo “Tratado dos pontos”, que o autor usa explicitamente a oposição adjectivo / substantivo, sendo qualificados de ‘*nomes adjectivos*’ os termos “humano, liberal, justo, prudente, constante” e ‘*nomes substantivos*’ palavras como “justiça, prudência”, etc. Por fim, o autor opõe adjectivo e substantivo numa citação sobre o uso da vírgula: “[a vírgula] *item* se põe despós de adjectivo junto a substantivo assim: *Homem de grande coração, de singular prudência e diligência extremada*”.

Em 1606, Nunes de Leão, na sua reflexão sobre as fontes lexicais e gramaticais do Português <sup>102</sup>, parece ainda depreciar a distinção nome/adjectivo. Assim, no capítulo XIX, dedicado à questão do empobrecimento das línguas ‘*vulgares*’ relativamente ao latim, o autor limita-se, ao descrever a morfologia adverbial, a rotular de ‘*nomes*’ termos como

---

<sup>101</sup> Duarte Nunes de Leão (1576), *Orthographia da lingoa portuguesa*, Lisboa, João da Barreira.

<sup>102</sup> Duarte Nunes de Leão (1606), *Origem da lingoa portuguesa*, Lisboa, Pedro Crasbeeck.

“prudente” ou “forte”, para, já no capítulo XXII, qualificar de ‘*nomes participaes*’ termos como “algum”, e, por fim, no capítulo XXV considerar também como nomes “meninos, moços, mancebos, velhos”.<sup>103</sup>

Álvaro Ferreira Vera, na sua *Orthographia*<sup>104</sup>, outro tratado de ortografia latinizante da primeira metade do séc XVII, estabelece uma classificação sistemática de palavras do Português para ilustrar as suas regras grafo-fonéticas.<sup>105</sup> Como seria de esperar, o autor transpõe também rigorosamente a distinção latina das partes do discurso, referindo a classe do “nome” (ao lado de classes como “verbo”, “preposição”, etc.), exemplificada por ocorrências como “difícil, geral, afável, difuso, disforme, suficiente”. Relata precisamente, no capítulo dedicado à pontuação, a existência de ‘nomes adjectivos’, ilustrando a espécie através dos seguintes membros: “virtuoso, prudente, liberal, confiante”.<sup>106</sup>

Em 1666, outro tratado de ortografia, as *Regras*, de Bento Pereira, retoma os mesmos exemplos.<sup>107</sup> Também aqui, a distinção clássica ‘*nome appellativo / proprio / adjectivo*’ é frequentemente encontrada, sendo rotulados de ‘*nome adjectivo*’ (p.14) os casos já referidos por Ferreira Vera. Bento Pereira menciona ainda uma vasta panóplia de variedades de nomes, como os ‘*patronimicos*’ (“Fernando”), os ‘*proprios de nações*’ (“

<sup>103</sup> Ao contrário de Sanctius. (cf. citação (54))

<sup>104</sup> Álvaro Ferreira Vera (1631): *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa*, Lisboa, Mathias Rodriguez.

<sup>105</sup> A existência dessas análises ortográficas deve-se, segundo Corredoira, a questões extra-linguísticas: “Em busca de uma especificidade lusitana, salienta-se (e, em certos casos, força-se mesmo) positiva e estrategicamente um parecido com o latim, ressaltando, assim, a afinidade e a filiação e, com elas, a dignidade e a individualidade da língua portuguesa”. Cf Fernando Corredoira, “A melhor ortografia”, revista *Copyright*, nº51, Corunha, Galiza: (<http://www.udc.es/dep/lx/cac/sopirrait/sr051.htm>).

<sup>106</sup> “[falando da virgula] põese tambem despos nomes adjectivos, quando concorrem muitos em hum caso, como aqui: o que quizer ser verdadeiramente nobre, ha de ser virtuoso, prudente, liberal, & confiante.” Refere depois “substantivos” como “Prudencia, Iustiça, Temperança, Fortaleza”. Cf. p.38. Vera refere ainda as espécies “nomes próprios” na parte “Regras gerais” (p.43, 46), como “David”, e “nomes verbaes” (p.45) como “lição, dedicação”.

<sup>107</sup> Bento Pereyra (1666), *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor orthographia*, Lisboa, Domingos Carneyro.

Portuguez, Ingrez, Irlandez, Escocez, Francez, Genovez”), os ‘*numerays*’ (“dez, onze, doze, treze, trezentos”).<sup>108</sup>

Tratado ortográfico mais elucidativo é o de João Franco Barreto<sup>109</sup>. Contrariamente aos anteriores, em que se efectuava um simples levantamento das constantes grafo-fonéticas do português, esta obra é uma gramática no sentido pleno —embora, como se sabe, no séc. XVII a distinção ortografia/gramática não fosse pertinente. Encontramos nesta *Ortografia* (capítulo VI, intitulado “Das partes da vulgar lingua”) a listagem habitual das 8 partes do discurso (p.32), incluindo o ‘*nome*’ (mas não o ‘*adjectivo*’), à qual Barreto acrescenta o ‘*artigo*’. O capítulo VII, “Que cousa he nome”, segue a tradição latina, optando pela distinção canónica nome substantivo / nome adjectivo (p.33). Se os substantivos são esperadamente divididos entre “*proprios*” e “*apellativos*”, os ‘*nomes adjectivos*’ são demorada e precisamente analisados e classificados.

Barreto define desta forma o nome adjectivo : “Nome adjectivo he aquelle que significa algũ accidente ã o sustantivo, a que se chega, como omem illustre, Rey poderoso”. O autor alarga posteriormente o termo “nome” (substantivo ou adjectivo) a toda a morfologia, nomeadamente as seguintes variedades adjectivais: nomes “de quantidade” (“grande, pequeno, breve, longo, alto, bayxo, largo, estreyto”) e “qualidade” (“soberbo, umilde, benigno, douto, ignorante, negro, branco”), nomes “possessivos” (“Virgiliano, Ovidiano, Plautino”), nomes “positivos” (“pequeno, facil, fragil, difficil”), “comparativos” (“menor”), e “superlativos” (“minimo, facilimo”), nomes “distributivos” (“nenhum, qualquer, semelhante”) e “partitivos” (“algum, outro, um, dous, tres”) e nomes “diminutivos” (“pobrete”). Os critérios são, como se vê, muito diversos, sendo que se invocam tipos de ‘*nomes*’ baseando-se indiscriminadamente no sentido ou na forma.<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> Bento Pereyra, p.50.

<sup>109</sup> João Franco Barreto (1671), *Ortografia da lingoa portugueza*, Lisboa, Officina de Joam da Costa.

<sup>110</sup> Cf. Barreto (1671), pp. 36-44. Note-se ainda, acerca do nome, que Barreto distingue os ‘*nomes primitivos*’, como “Lisboa, Evora, Terra, Mar, Ceo”, e ‘*nomes dirivativos*’, como “Lisbonense, Eborense, terrestre, maritimo, celeste” (p.34).

A nível da gramática do adjectivo, o séc. XVIII português é ainda dominado pela herança clássica. Citemos Luís Caetano de Lima<sup>111</sup>, que retoma em 1736 a anterior análise ortográfica do Português. A terminologia usada para referir as grafias listadas inclui ainda o adjectivo na classe do nome, sendo que o autor classifica como ‘*nomes*’ termos como “Fatál, Atróz, Opáco, Estranho, Castanho, Affável, Admirável, Amável, Efficáz, Leál, Reál, Vermelho”, etc.

Um dos exemplos mais interessantes da época é o de Jeronymo Contador de Argote. Em 1725, nas *Regras da lingua portugueza*,<sup>112</sup> este autor improvisa um extenso diálogo entre um ‘*mestre*’ de gramática e o seu atento discípulo. O capítulo 1, intitulado “Dos nomes, artigos, numeros, terminaçoens, e casos”, retoma a teoria clássica do nome, embora lhe acrescente considerações estritamente morfológicas: “Nome he uma palavra, que significa alguma cousa; tem numeros, e se declina por casos”. A passagem dedicada as declinações do nome (pp.9-12) distingue entre ‘nome substantivo (“louvor, rosa”) e ‘nome adjectivo’ (“branco, verde”). O capítulo 2, “Das castas e diversidades dos nomes”, desenvolve em pormenor a definição latina do adjectivo. Citando em primeiro três ‘*castas*’ de nomes, “nomes Proprios, Appellativos, e Collectivos” (como “António”, “Homem” e “Povo”, respectivamente), Contador de Argote cita de seguida a distinção entre “nomes Substantivos” (“Nome Substantivo he aquelle, que per si só sem ajuda de outrem pôde estar na Oração”, exemplo “Amor”)<sup>113</sup> e “nomes Adjectivos” (“Nome Adjectivo he aquelle, que não pôde estar na Oração sem outro nome, ou clara, ou occultamente”, exemplo “Pequeno”). Instado a mais clareza, adianta o discípulo:

- (55) “*pequeno* he nome Adjectivo, porque não pôde estar na Oração sem outro nome ou claro, ou occulto, o qual signifique a cousa, que he pequena, como quando digo: Meu filho he pequeno, o Adjectivo *pequeno* não pôde estar na Oração sem o nome filho; porque se he

---

<sup>111</sup> Luis Caetano de Lima (1736), *Orthographia da lingua portugueza*, Lisboa Occidental, officina de Antonio Isidro da Fonseca.

<sup>112</sup> Jeronymo Contador de Argote (1725), *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, Lisboa Occidental, Officina da Musica.

<sup>113</sup> Na oração *O Amor he suave*, “o nome Amor está per si, e sem necessitar de outro nome para isso na Oração”, *ibid.* P.21.

pequeno, alguma cousa he a que he pequena, e assim o Adjectivo tem claro o Substantivo, de quem depende, e necessita”.<sup>114</sup>

A distinção anterior é ainda reforçada por meio de “outra regra mais facil”, segundo a qual “os nomes, a que se não póde accomodar esta palavra *cousa*, são Substantivos, e os nomes, a que se póde accomodar, são Adjectivos”, sendo que “Amor” é substantivo “porque não se diz *Cousa Amor*”, mas o ‘nome’ “Amoroso” é adjectivo “porque se he accomodada a palavra *Cousa*, e se diz *Cousa amorosa*”.<sup>115</sup> Por fim, o autor fornece uma lista exhaustiva dos outros tipos de ‘nomes’ em Português, misturando nessa listagem tipos semânticos e tipos morfo-sintácticos, como os ‘nomes Relativos’ e os ‘Antecedentes’ (o pronome relativo e o seu antecedente), os ‘nomes Patrios’ (“Lisbonense”), os ‘nomes Nacionaes’ (“Portuguez”), os ‘nomes Partitivos’ (“Algum”), os ‘nomes Numeraes’ (“Tres”), eles próprios subdivididos em ‘Cardinaes’ e ‘Ordinaes’, os ‘nomes positivos’ (“aquelles, que significaõ a cousa absoluta, e simplesmente”), os ‘nomes Comparativos’ (“Melhor”), os ‘nomes Superlativos’ (“alvissimo”).

Um último exemplo significativo é Luís Caetano de Lima, na *Grammatica Italiana*, publicada em Lisboa por volta de 1756.<sup>116</sup> No seu capítulo IX, “Dos nomes em geral”, Caetano de Lima formula as seguintes definições:

- (56) “Nome he uma parte da Oração, que serve para nomear alguma coisa, e dala a conhecer. Divide-se em Nome Substantivo, e Adjectivo, que são as principaes Divisões; e ao depois estes se subdividem em Collectivo, Augmentativo, Diminutivo, Numeral, e algumas outras especies.
- Nome Substantivo he aquelle, que significa a substancia, e natureza das cousas, e que subsiste na Oração, e tem huma significação determinada, sem o socorro de outro nome, como succede nos nomes *Rey, Rainha, Frio, Calma, Ouro, Prata, Pedro, Francisco*.

---

<sup>114</sup> Ibid, p.21-22. Discurso obviamente inspirado nas *Categorias* aristotélicas (cf. nota (97)).

<sup>115</sup> Ibid, p.23.

<sup>116</sup> Luis Caetano de Lima, *Grammatica Italiana e Arte Para Aprender a Lingua Italiana por meyo da Lingua Portugueza*, Lisboa 1756, Oficina de Joseph da Costa Coimbra.

Nome Adjectivo he o que denota as qualidades, e accidentes das cousas, mas que não pode subsistir só na Oração, senão acrescentando-se a algum nome Substantivo. *Verde* v. g. He hum nome Adjectivo, que posto só na Oração senão sabe de quem se diga; porque se póde entender de huma planta, de huma esmeralda, e assim necessita destes substantivos, para determinar a sua significação. *Branco* he outro nome Adjectivo, que sem o socorro dos substantivos, se não póde saber, se se entende da Neve, ou da Cal, ou de qualquer outra cousa branca.”<sup>117</sup>

Alargando a divisão clássica de maneira sistemática, Caetano de Lima chega às seguintes generalizações:

- (57) “Nome comparativo he aquelle que comparando duas cousas mostra algum excesso de huma dellas á outra, ou para o bem, ou para o mal. Quando se diz que o Sol he *Mayor* do que a Terra; o Comparativo *Mayor* denota, que o Sol tem mais grandeza do que a Terra. Quando se diz que a Lua he *menor* que o Sol, o Comparativo *Menor* denota que a Lua não tem tanta grandeza como o Sol.”

Nome Superlativo he aquelle que denota hum excesso total entre as cousas, isto he, de huma cousa a todas as outras. Quando se diz que o Ceo he *altissimo*, a palavra *Altissimo* denota que o Ceo he mais alto que todas as mais cousas. Quando se diz de hum homem que he *pobrissimo*, a palavra *Pobrissimo* he hum Superlativo, que denota que aquelle homem excede a todos os mais na pobreza.

Nome Numeral he aquelle que significa algum numero, v. g. *Hum*, *Dous*, *Tres* & c. *primeiro*, *Segundo*, *Terceiro* & c. *Duzia*, *Cento*, *Milheiro* & c. Da formação destes nomes, e de algumas outras particularidades delles, iremos tratando nos Capitulos seguintes.

Os nomes assim Substantivos como Adjectivos tem dous Numeros, Singular para hum e plural para muitos.”<sup>118</sup>

Como facilmente se pode concluir, o período compreendido entre finais do séc. XVI e finais do séc. XVIII, dominado a nível operativo pela constituição da ortografia e da lexicologia modernas, não levanta questões terminológicas avultadas. Neste período,

---

<sup>117</sup> *ibid*, p.60.

<sup>118</sup> *ibid*, p.61. O autor chega ainda a referir “nomes comparativos” e “nomes numerais” pp.72-73.



podemos adiantar que a reflexão gramatical permanece fiel aos cânones latinos, rejeita a inovação e a especulação, para se concentrar na delimitação e definição da língua escrita.

### 3.2.4.O adjetivo racionalista

Vejam os agora a questão da passagem de uma situação na qual o termo ‘*adjectivo*’ refere ainda uma subclasse do nome a outra em que é agora parte do discurso gramatical de pleno direito. Essa transição, ocorrida na gramática francesa, pode ser datada como tendo tido lugar aproximadamente na segunda metade do séc. XVIII.<sup>119</sup> A *Grammaire* de Port-Royal<sup>120</sup> —doravante *Grammaire*— marca contudo neste processo, assim como em muitos outros, uma etapa importante, um ponto de partida e reflexão a partir do qual serão reinterpretados, reavaliados, deformados ou retomados muitos dos seus pressupostos.

A *Grammaire* é simultaneamente próxima e distinta da gramática latina, na medida em que, também aqui, o ‘*nome*’ é uma classe que abrange substantivos e adjectivos, mas em que, para esta divisão, são adiantados argumentos inovadores e é rejeitada parte da lógica aristotélica. No vocabulário racionalista e cartesiano usado por Port-Royal, os nomes (incluindo os adjectivos) fazem parte dos “modos da significação” já que revelam os “objectos do pensamento”<sup>121</sup>. A divisão entre nome e adjectivo inscreve-se obviamente na distinção clássica entre substância e acidente<sup>122</sup> (nos termos da *Grammaire*, entre

---

<sup>119</sup> Cf. Delesalle (1992 :141-158).

<sup>120</sup> Cf. Arnauld A. & Lancelot C. *Grammaire Générale et Raisonnée*, 1660 [Genebra, Slatkine, 1968, ed. de 1846].

<sup>121</sup> Por oposição a outras categorias, como a conjunção, que revelam “a nossa maneira de pensar”.

<sup>122</sup> Vejam os seguinte excerto do capítulo “Des noms, et premierement des substantifs et adjectifs” (1968:48-51): “Les objets de nos pensées sont ou les choses, comme *la terre, le soleil, l’eau, le bois*, ce qu’on appelle ordinairement *substance*; ou la manière des choses, comme d’être *rond, d’être rouge, d’être dur, d’être savant*, &c. ce qu’on appelle *accident*. Et il y a cette différence entre les choses & les substances, & la manière d’être des choses ou des accidens; que les substances subsistent par elles-mêmes, au lieu que les accidens ne sont que par les substances. C’est ce qui fait la principale différence entre les mots qui signifient les objets de nos pensées: car ceux qui signifient les substances ont été appelés *noms substantifs*; & ceux qui signifient les accidens, en marquant le sujet auquel les accidens conviennent, *noms adjectifs*”.

“coisas” e “modos das coisas”).<sup>123</sup> O nome adjectivo, justificado pelo tradicional paralelismo entre classes mentais e classes gramaticais, tem contudo o seu modo próprio de significar, estando obrigatoriamente “junto a outros nomes no discurso”<sup>124</sup>, não podendo, seguindo de novo a tradição greco-latina<sup>125</sup>, sobreviver por si próprio.<sup>126</sup>

A propriedade mais inovadora atribuída ao adjectivo, que explica essa sua especificidade assim como corrobora as observações produzidas pelos Clássicos, é a que os autores qualificam de “connotation”:

(58) Or ce qui fait qu'un nom ne peut subsister par soi-même, est quand, outre sa signification distincte, il en a encore une confuse, qu'on peut appeller **connotation** d'une chose à laquelle convient ce qui est marqué par la signification distincte. Ainsi la signification distincte de rouge, est la rougeur; mais il la signifie en marquant confusément le sujet de cette rougeur, d'où vient qu'il ne subsiste point seul dans le discours, parce qu'on y doit exprimer ou sous-entendre le mot qui signifie le sujet. Comme donc cette connotation fait l'adjectif, lorsqu'on l'ôte des mots qui signifient les accidens, on en fait des substantifs, comme de coloré, couleur, de rouge, rougeur; de dur, dureté; de prudent, prudence, &c. Et au contraire, lorsqu'on ajoûte aux mots qui signifient les substances, cette connotation ou signification confuse d'une chose à laquelle ces substances se rapportent, on en fait des adjectifs; comme d'homme, humain, genre humain, vertu humaine, &c.<sup>127</sup>

O ‘*adjectivo*’ fica pois, no texto de Arnauld e Lancelot, ligado à ideia de ‘*conotação*’ (no sentido de intensão), isto é, passa-se, com a *Grammaire*, de uma definição

<sup>123</sup> As referências à *Grammaire* de Port-Royal são dadas com base nos excertos de Auroux, Delasalle & Julien, (1992 :75-108).

<sup>124</sup> Recorrendo, se tal for preciso, à explicação elíptica de Santius, para justificar adjectivos aparentemente isolados.

<sup>125</sup> Cf. por exemplo o discurso de Carísio sobre os termos de “potência intermédia”, sintacticamente dependentes do nome.

<sup>126</sup> O discurso racionalista da *Grammaire* justifica claramente esta posição, que se distingue do discurso aristotélico pela importância agora dada ao factor posicional: “Il se trouve qu'on ne s'est pas tant arrêté à la signification qu'à la manière de signifier. Car, parce que la substance est ce qui subsiste par soi-même, on a appelé noms substantifs tous ceux qui subsistent par eux-mêmes dans le discours, sans avoir besoin d'un autre nom, encore même qu'ils signifient des accidens. Et au contraire on a appelé adjectifs ceux mêmes qui signifient des substances, lorsque par leur manière de signifier ils doivent être joints à d'autres noms dans le discours.” (p.78)

<sup>127</sup> Auroux, Delasalle & Julien (1992 :78)

arcaica do adjectivo como acidente da substância, ou como termo “que se acrescenta”, a uma concepção do adjectivo como entidade complexa que, abrangendo dois modos de significar, se distingue formalmente do substantivo: uma significação “distinta”, que é a da forma (o nome substantivo), e outra “confusa”, que é a do sujeito (o nome adjectivo, ou conotativo): “J’ai dit que les adjectifs ont deux significations; l’une distincte, qui est celle de la forme; & l’autre confuse, qui est celle du sujet” (p.79). Esta mudança conceptual reflecte-se numa nova terminologia em que ‘adjectif’ é substituído por ‘connotatif’.<sup>128</sup> Arnauld retoma, com a ajuda de Nicole, em *La logique ou l’art de penser*<sup>129</sup>, essa dupla distinção:

- (59) Tous les termes connotatifs ou adjectifs, ou sont parties d’un terme complexe, quand leur substantif est exprimé; ou sont complexes dans le sens, quand il est sous-entendu [...] C’est pourquoi quand par une abstraction de l’esprit on conçoit ces manieres sans les rapporter à un certain sujet, comme elles subsistent alors en quelque sorte dans l’esprit par elles-mêmes; elles s’expriment par un mot substantif, comme *sagesse, blancheur, couleur*. Et au contraire, quand ce qui est de soi-même substance & chose vient à être conçu par rapport à quelque sujet, les mots qui le signifient en cette maniere, deviennent adjectifs, comme *humain, charnel* & en dépouillant ces adjectifs formés des Noms de substance, de leur rapport, on en fait de nouveaux substantifs; ainsi après avoir formé du mot substantif *homme* l’adjectif *humain*, on forme de l’adjectif *humain* le substantif *humanité*.<sup>130</sup>

<sup>128</sup> De notar a mudança conceptual do termo ‘conotação’, que vale a pena recordar: não se trata do valor usualmente oposto a ‘denotação’, que expressa uma propriedade oblíqua ou desvalorizada do sujeito, mas do seu valor primordial de ‘co-notação’, isto é, notação paralela. Para Port-Royal, o adjectivo nota a propriedade (ou qualidade) e ‘co-nota’ o sujeito. Este duplo valor pode ser antevisto em frases como (i), em que o adjectivo atributivo “grande” simultaneamente nota uma qualidade e denota uma entidade (a “connotation” Port-Royalista):

(i) Luís XIV foi um grande rei

Segundo Delassalle (1992:145), as explicações voluntariamente pouco claras da *Grammaire* traduzem a ideia filosófica de que são as línguas humanas que devem ser consideradas em geral como confusas, sendo o adjectivo um caso emblemático —para os Racionalistas— dessa confusão. O adjectivo não passaria no fundo de uma vítima da “deplorável” ausência de clareza das línguas.

<sup>129</sup> Arnauld A & Nicole P (1662-1683). *La logique ou l’art de penser*, [Paris, Flammarion, 1970]

<sup>130</sup> Archives et Documents de la SHESL, p.84-85

Esta distinção emerge como uma ferramenta gramatical de base, já que possibilita e justifica a manipulação de categorias. Pelo jogo da conotação se explica a passagem do nome adjetivo ao nome comum, como no par *rouge/rougeur*, ou a transição do substantivo para o adjetivo, como *homme/humain*. O valor conotativo do adjetivo, postulado pela *Grammaire*, é retomado repetidamente ao longo da *Logique*, onde encontramos ainda a seguinte apresentação do adjetivo:

- (60) “Les noms qui signifient les choses comme **modifiées**, marquant premièrement & directement la chose quoique plus confusément, & indirectement le mode quoique plus distinctement, sont appelés adjectifs ou connotatifs, comme *rond, dur, juste, prudent*.”<sup>131</sup>

Assim, em pleno século XVII, o adjetivo aparece como uma categoria emancipada, inserida numa complexa grelha de relações lexicais, semanticamente distinta do substantivo. Port-Royal, embora negando ainda ao adjetivo o estatuto formal de categoria principal, deixa uma herança favorável a essa mudança.

O empreendimento gramatical cartesiano aparece no entanto como uma iniciativa isolada no século dos *Classiques* franceses. Bem pelo contrário, longe de integrar a inovação terminológica de Port-Royal, a época clássica prolonga o cânone greco-latino. Prova disso é o expoente máximo da língua clássica, o *Dictionnaire de L'Académie française*, cuja primeira edição, datada de 1694, inclui a seguinte definição do adjetivo :

- (61) ADJECTIF. Adj. mas. terme de Grammaire, Il se dit du nom, qui se joint tousjours avec les substantifs pour en marquer la qualité, la quantité, la maniere, *Blanc, noir, froid, chaud, heureux, malheureux, grand, nombreux*, &c. sont des noms Adjectifs.  
Il est quelquefois, subst. Adjectif verbal, L'Adjectif doit s'accorder avec le substantif en genre, en cas, & en nombre.

---

<sup>131</sup> Archives et Documents de la SHESL, p.81-82. De notar que, pela primeira vez, o adjetivo é aqui associada à noção de ‘modificador’ (o destaque é nosso).

A *Académie*, garante do *bon usage*, hostil por natureza à mudança, permanece fiel ao «adjectivum nomen», e, em coerência com o seu estatuto, continua estranha a qualquer avanço no campo da terminologia gramatical.<sup>132</sup>

### 3.2.5.O adjectivo filosófico. Nascimento de uma categoria

A mutação crucial dá-se no século XVIII, época favorável a uma reviravolta no pensamento e no discurso. Gramáticos franceses como Bufier, Restaut, Girard, Dumarsais e Bauzée vão efectivamente estabelecer progressivamente uma organização das variedades do nome que passará do domínio ontológico para o linguístico.<sup>133</sup> O primeiro palpite desta reorganização é dado em 1709 por Bufier, que nota:

(62) [...] ces mots *génereux & perfide* sont dits des noms *adjectifs*, parce qu'ils ajoutent une qualité à l'objet: mais au fond l'objet n'est bien désigné que par les noms substantifs qui par cet endroit sont proprement les seuls noms. [...] Les grammairiens auroient pu aussi

---

<sup>132</sup> A hostilidade académica mantém-se praticamente até ao século XX. Vejamos a maneira como a definição (61) evoluiu nas edições seguintes do *Dictionnaire de l'Académie française*:

(i) ADJECTIF. adjectif m. Terme de Grammaire, qui se dit Des noms que l'on joint aux substantifs, pour les modifier ou les caractériser. Ainsi *blanc, noir, froid, chaud, heureux, malheureux, grand, petit, etc.* sont des noms adjectifs. Il se prend aussi substantivement. Un adjectif verbal. L'adjectif doit s'accorder avec le substantif en genre et en nombre. Un adjectif masculin. Un adjectif féminin. (quinta edição, 1798)

(ii) ADJECTIF. adj. m. T. de Gram. Il se dit Des noms que l'on joint aux substantifs, pour les qualifier ou les modifier. Ainsi, *Blanc, noir, froid, chaud, heureux, malheureux, grand, petit, etc.*, sont des noms adjectifs. Il s'emploie aussi substantivement. Un adjectif verbal. L'adjectif doit s'accorder avec le substantif en genre et en nombre. Un adjectif masculin. Un adjectif féminin. (sexta edição, 1835)

Ou seja, durante seis edições e cento e cinquenta anos, a mesma definição foi mantida.

<sup>133</sup> Essa reviravolta não diz só respeito aos gramáticos. No século da filosofia e da especulação, ensaios como o de Condillac (1746) adiantam também uma linguística filosófica ou uma filosofia linguística. Condillac, que se situa numa perspectiva em que a linguagem não é inata mas imposta pela 'sensação', propõe que as classes de palavras foram inventadas a partir dos objectos sensíveis. Depois de referir a invenção dos "nomes dos objectos", diz o filósofo que, no caso do adjectivo, "on distingue ensuite, mais à peu près, les différentes qualités sensibles des objets; on remarque les circonstances où ils pouvaient se trouver et l'on fit des mots pour exprimer toutes ces choses: ce furent les adjectifs et les adverbes." (cf. Delassalle (1992:148)

faire mieux connoître la nature des noms adjectifs : car au fond **ce sont de vrais modificatifs des noms**.<sup>134</sup>

De novo, o conceito de ‘modificador’ do nome é associado ao adjetivo. Mas é com Girard<sup>135</sup> que o adjetivo aparece pela primeira vez, nesse palco que é a gramática, como uma das personagens do discurso<sup>136</sup>, sendo esse reconhecimento apoiado tanto em considerações linguísticas como em anotações retóricas:

(63) Les mots de cette espèce ne sont destinés qu’à un service subalterne, consistant à qualifier les dénominations : ils sont donc du cortège des Substantifs, en portent les livrées, & servent à leurs décorations. Voilà pourquoi on leur a donné le nom d’ADJECTIFS, qui annonce un personnage de la suite d’un autre. Cependant, quoique placés dès leur origine dans l’état de dépendance & de soumission, ils ne laissent pas que d’être par leurs couleurs & par leur magnificence une des plus brillantes parties de la Parole [...] Les Adjectifs méritent donc d’être traités avec autant de soin que les autres parties d’oraison : d’autant plus qu’ils en sont une des plus nombreuses, & que l’emploi en est très fréquent.<sup>137</sup>

O discurso sobre a nova categoria vai adquirir a sua forma definitiva com os Enciclopedistas, primeiro com Dumarsais e depois com o seu herdeiro Bauzée. Tanto no capítulo “Des noms adjectifs” dos *Principes de Grammaire*, como no seu artigo “Adjectif” da *Encyclopédie* de Diderot, Dumarsais expressa essa inovação gramatical. Fiel a Port-Royal, ao ponto de retomar ponto por ponto a *lógica* de Arnauld, rejeita contudo o termo “conotativo”, preferindo-lhe o etimológico “adjunto”.<sup>138</sup> Do ponto de vista ontológico, o adjetivo dumarsiano é também ainda tributário das categorias aristotélicas:<sup>139</sup>

<sup>134</sup> Archives et Documents de la SHESL, p.86. O sublinhado é nosso. Cf. nota 131.

<sup>135</sup> Girard, Abbé G. (1747) *Les vrais principes de la langue française*, Paris, Le Breton, [ed. Genebra, Droz, 1982] pp.365-369.

<sup>136</sup> São elas: artigo, nome, pronome, **adjectivo**, verbo, advérbio, número, preposição, conjunção, partícula.

<sup>137</sup> Archives et Documents de la SHESL p. 90.

<sup>138</sup> “*Adjectif* vient du latin *adjectus*, *ajouté*, parce qu’en effet le nom adjectif est toujours ajouté à un nom substantif qui est exprimé, ou sous-entendu.” (Archives et Documents de la SHESL p.91).

<sup>139</sup> Cf. também a nota (97).

- (64) L'adjectif est un mot qui donne une qualification au substantif ; il en désigne la qualité ou manière d'être. Or, comme toute qualité suppose la substance dont elle est qualité, il est évident que tout adjectif suppose un substantif : **car il faut être, pour être tel.**<sup>140</sup>

Mas sobretudo, Dumarsais, em sintonia com a filosofia naturalista e sensualista de Locke, Condillac ou Diderot, que condicionam a apreensão do mundo ao filtro dos sentidos, alarga o termo 'adjetivo' a um conjunto de qualidades, maneiras, relações e outros "objectos das sensações":

- (65) Il y a autant de sortes d'*adjectifs* qu'il y a de sortes de qualités, de manières et de relations que notre esprit peut considérer dans les objets. Nous ne connoissons point les substances en elles-mêmes, nous ne les connoissons que par les impressions qu'elles font sur nos sens, et alors nous disons que les objets sont *tels*, selon le sens que ces impressions affectent. Si ce sont les yeux qui sont affectés, nous disons que l'objet est coloré, qu'il est blanc, ou noir, ou rouge, ou bleu, etc. [...] Ainsi ces mots *blanc, noir, rouge, bleu, doux, amer, aigre, fade*, etc., sont autant de qualifications que nous donnons aux objets, et sont, par conséquent, autant de noms *adjectifs*.

Dependendo do facto de os sentidos serem '*impressionados*' por objectos físicos ou de o espírito ter contacto com seres ou qualidades abstractas, haverá assim vários tipos de adjetivos: os '*físicos*', como *blanc* e os '*metafísicos*', como *grand*. Em qualquer caso, trata-se de uma classe restrita de termos lexicais, de um conjunto de palavras reagrupadas simultaneamente segundo critérios distribucionais (são satélites do nome substantivo) e filosófico-ideológicos (a dualidade clássica acidente / substância é definitivamente substituída pela relação homem / mundo / linguagem).

---

<sup>140</sup> C.-C. Du Marsais, (1797) *Mélanges de Grammaire, de Philosophie, etc, tirés de l'Encyclopédie*, Paris, Pougin, citado por *Trésor de la langue française, Dictionnaire de la langue du XIX et du XX siècle* (1789-1960), p.672. O sublinhado é nosso.

Será Bauzée, já em fins de século, quem reunirá estas observações lógicas, sensualistas e filosóficas numa nova categoria. A *Grammaire Générale*, de 1767, propõe a seguinte definição “metafísica”:

- (66) C’est sur ce mécanisme métaphysique qu’est fondée la nécessité des *Adjectifs*, espèce de mots ainsi nommés *d’adjectum*, supin *d’adjicere* (ajouter) ; en sorte qu’*adjectivus* (adjectif) signifie proprement *qui sert à ajouter*. C’est caractériser très bien la distinction de cette espèce de mots, puisqu’**ils servent en effet à modifier les noms** appellatifs, en ajoutant à l’idée de la nature commune qu’ils énoncent quelque autre idée accidentelle. Les adjectifs sont donc des mots qui expriment des êtres indéterminés, en les désignant par une idée précise, mais accidentelle à la nature commune déterminément énoncée par les noms appellatifs auxquels on les joint.

Trata-se pois de uma nova “espécie de palavra”, definitivamente “distinta” dos nomes, e cujo acto de nascimento pode ser considerada ser a seguinte observação:

- (67) Les noms substantifs sont ceux qui sont des noms. Définition admirable, qui conduit apparemment à conclure que les **noms adjectifs sont ceux qui ne sont pas des noms**. C’est en effet ce que j’ai prétendu établir; c’est pour cela que **j’ai fait des adjectifs une espèce différente des noms**.<sup>141</sup>

Esta inovação categorial, ilustrada pela passagem definitiva da palavra ‘*adjectivo*’ a substantivo (“um adjectivo”), que exclui definitivamente o adjectivo do domínio nominal a que pertencia desde os Gregos, vai entrar no discurso pedagógico herdado dos gramáticos das Luzes, com Court de Guibelin (1774) ou Destutt de Tracy (1803).<sup>142</sup> O primeiro, na sua *Grammaire universelle et comparative* intitula significativamente um dos seus capítulos “Propriétés des Adjectifs, & en quoi cette Partie du Discours differe des Noms & des Articles”. Court de Guibelin comenta assim a emancipação do adjectivo, correcção lógica, segundo ele, de um “erro” histórico:

---

<sup>141</sup> Beauzée N. (1767) *Grammaire Générale*, Livre III, chap. 7 [Paris, Delalain, 1819] pp.183-186. O sublinhado é nosso.

<sup>142</sup> Também é o caso com as gramáticas pedagógicas latinas de inspiração francesa de Goulier (1773) e sobretudo Lhomond (1779).



- (68) Les Noms & les Adjectifs ayant entr'eux des differences aussi essentielles, doivent donc avoir des **places très-distinctes entre les Parties du Discours**. Mais telles étoient les idées vagues & peu exactes qu'on en avait, que ces deux Parties du Discours avoient toujours été réunies en une seule, comme si un Adjectif étoit un Nom, comme si la possession d'une qualité étoit un Etre, comme si le contenant & le contenu étoient la même chose; jusqu'à ce que nos derniers Grammairiens, qui ont analysé la parole avec tant d'art, se sont enfin aperçus de cette erreur, & ont eu soin de l'éviter.<sup>143</sup>

Quando Destutt de Tracy escreve os seus *Eléments d'idéologie*<sup>144</sup>, em 1803, já o adjectivo conheceu a sua revolução, sendo um elemento pleno do discurso gramatical. Depois de ter referido, nas palavras que constituem as várias línguas, elementos como a interjeição, o nome, o pronome e o verbo, o autor refere outros que, sem serem verdadeiramente indispensáveis, são contudo muito úteis:

- (69) Parmi ceux-là, ceux qui tiennent le premier rang, et qui vraisemblablement ont été inventés les premiers, ce sont les adjectifs. Ils ont deux fonctions, celle de **modifier les noms** et les pronoms, et par conséquent, de multiplier le nombre des sujets de propositions réellement distincts ; et celle de **se joindre au verbe étant**, et en le modifiant aussi, de former avec lui toute forme de verbes composés, toutes sortes d'attributs différens.<sup>145</sup>

Atingimos assim os limites históricos da constituição da categoria adjectival. No século XIX, a gramática escolar francesa acolherá sobretudo o adjectivo no capítulo de morfologia e traduzirá pelos termos de *'épithète'* e *'attribut'* as funções sintácticas destacadas em (69).

Em meio século, o adjectivo passou pois de um estatuto secundário de pseudo-nome ao reconhecimento geral de parte do discurso. Esse reconhecimento é o resultado da evolução terminológica e conceptual no domínio da gramática geral. Entre outros factores,

---

<sup>143</sup> Archives et Documents de la SHESL, p.102.

<sup>144</sup> Destutt de Tracy, A.L.C. (1803) *Eléments d'idéologie*, II Grammaire, Paris, an IX.

<sup>145</sup> Archives et Documents de la SHESL, p.105

poderemos adiantar a perda de importância da gramática latina na constituição das gramáticas racionais e filosóficas, a própria evolução dos conceitos linguísticos, que obrigou a rever a relação do homem com a linguagem e uma nova reflexão sobre a condição humana, em que o enriquecimento das situações de expressão das sensações obrigou a um alargamento das categorias linguísticas.

Mas as *Luzes* chegam tarde ao ocidente da Europa. A gramática dos Filósofos e a revolução conceptual que representa a criação da classe adjectival não serão sentidos em Portugal senão no séc. XIX.

### 3.2.6.O adjectivo barbosiano

Se as gramáticas setecentistas são ainda, como vimos, modelos de análise clássica, a renovação gramatical chega a Portugal no início do séc. XIX, com Jerónimo Soares Barbosa.<sup>146</sup> A sua ‘*gramática filosófica*’ representa de facto o momento de ruptura com a tradição latina, uma verdadeira pedrada no charco da terminologia em vigor, na medida em que Soares Barbosa inscreve explicitamente a sua reflexão no prolongamento de Port-Royal e na influência das *Luzes*. Interessa-nos pois examinar de que modo a categoria adjectival é reavaliada por este autor e definitivamente emancipada também em Português.

A *Grammatica philosophica*<sup>147</sup> é publicada em 1822 a título póstumo e reeditada em 1830, sendo uma readaptação de um texto de 1807 à ‘*gramática geral*’.<sup>148</sup> Na senda do

---

<sup>146</sup> Casteleiro, J. M. (1981), «Jerónimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII», *Boletim de filologia*, 26, 1980-1981, p. 101-110.

<sup>147</sup> Jeronimo Soares Barboza (1822), *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 2ª ed. 1830.

pensamento gramatical naturalista e cartesiano usado por Port-Royal, Soares Barbosa começa por distinguir dois “objectos de nossos discursos”, as *Substâncias* e as *Qualidades*, acrescentando que “se as Línguas fossem simples representações dos objectos da natureza, deverião exprimir sempre as *Substancias* por meio de Nomes Substantivos, e as *Qualidades* por meio de Nomes Adjectivos”. Sendo contudo as línguas “Instrumentos Analyticos” e não simples representações, devem poder, como “Instrumentos de Raciocínio” que são, “substantivar [...] as mesmas qualidades insubsistentes” (“*Extensão, Solidez, Dureza, Cor, etc.*”), e “adjectivar as mesmas substancias fazendo, por ex.: de *Espírito Espiritual, de Corpo Corpóreo, de Ceo Celestial, e de terra Terrestre, etc.*”. Nessa perspectiva, a definição das classes “Substantivo” e “Adjectivo” não procede de qualquer pressuposto ontológico, relativo à “natureza das substancias e qualidades phisicas”, nem da função sintáctica desempenhada na oração, mas sim “do differente ministério, que cada hum exercita na enunciação analytica do pensamento”<sup>149</sup>. A definição do adjectivo pode pois ser a seguinte:

- (70) “He hum nome, que exprime huma couza como accessoria de outra para ser sempre o attributo de hum sujeito claro, ou occulto, sem o qual não pode subsistir.”<sup>150</sup>

A anterior definição é retomada em abertura do capítulo “Do Nome Adjectivo” e depois exaustivamente ilustrada. O autor chega assim ao seguinte paralelo:

---

<sup>148</sup> O primeiro tratado gramatical de Soares Barbosa, *As Duas Línguas*, data de 1807. (Jeronymo Soares Barbosa (1807), *As Duas Línguas, ou grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina*, Coimbra, Real Impressão da Universidade). Trata-se de uma gramática que compara as regras do Português com as do Latim e que complementa a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, publicada postumamente pela Academia Real das Ciências. Pela primeira vez, substantivo e adjectivo deixam de ser estritamente associados, dedicando o autor dois capítulos distintos aos ‘Nomes Substantivos’ e aos ‘Adjectivos’. Do ponto de vista teórico, a distinção ainda é contudo hesitante, já que, se o autor fornece uma definição simples e funcional do nome substantivo (“Nome *Substantivo* he aquelle, que per si pode ser sujeito da Oração”), continua a referir a distinção entre nome “Proprio” (“Pedro”) e “Appellativo” (“Cidade”), acabando por incluir nesta última classe os adjectivos.

<sup>149</sup> *Ibid.*, p.114-115.

<sup>150</sup> *Ibid.*, p.115, repetido p.137.

- (71) Comparando-se pois os dois nomes *Virtuoso* e *Virtude*, e bem assim *Humano* e *Homem*, se vê claramente a diferença dos Adjectivos aos Substantivos; a qual está no nosso differente modo de conceber os objectos, e na ordem *analytica* do pensamento. Nesta o Substantivo exprime sempre huma idea principal, que he como o sujeito de certas qualidades, que nelle existem e o modificão: e o Adjectivo pelo contrário não exprime senão certas qualidades, e ideas accessorias, que suppõem sempre outra idea principal, na qual como em sujeito possam existir, e a quem sirva de attributo para a modificar.

A distinção entre “ideia principal” e “ideia acessória” como base da distinção entre substantivo e adjectivo reflecte a influência da gramática racionalista: na realidade, a obrigação para o estudioso de identificar estas duas classes não procede de uma simples análise linguística, mas de uma concepção cartesiana da linguagem como espelho da mente e da razão. Aquilo a que o racionalismo do séc. XVII passaria a chamar ‘*gramática geral*’ prolonga-se assim ao longo da obra barbosiana. Soares Barbosa chega a retomar a definição do adjectivo como termo ‘*conotativo*’, sugerida por Arnauld e Lancelot, simplificando-a e adaptando-a a princípios gerais:

- (72) Todo Adjectivo pois tem duas significações, huma distincta, porém indirecta, que he a do attributo; e outra confusa, porém directa, que he a do sujeito.<sup>151</sup>

Ao contrário dos gramáticos de *Port-Royal*, para quem é o nome que possui dois estados fundamentais, um de “significação directa”, como o substantivo “prudência” e um de “significação confusa”, como o conotativo “prudente”, Soares Barbosa aplica a anterior distinção ao próprio adjectivo. Assim, a palavra *Branco* “significa directamente hum sujeito qualquer indeterminadamente, que tem brancura; e indirectamente, mas com toda clareza e distinção, a qualidade da cor.” Em consequência, qualquer adjectivo deve ser visto como um complexo lógico-semântico: “todo Adjectivo indica hum sujeito, qualquer; e exprime huma qualidade, que lhe attribue.”<sup>152</sup> A reflexão de Soares Barbosa contém já em embrião parte daquilo que representa os fundamentos modernos da categoria adjectivo:

---

<sup>151</sup> Ibid., p.138.

<sup>152</sup> Ibid., p.138.

(i) a distinção entre modificadores restritivos e não restritivos, ou seja, a natural ambiguidade evidenciada pela intersecção entre os conjuntos denotados pelo adjetivo e pelo nome;<sup>153</sup> (ii) a distinção entre adjetivos modificadores da intensão ou da extensão do nome.<sup>154</sup>

A partir desta concepção dualística, Soares Barbosa pretende reavaliar a gramática do adjetivo, a sua sintaxe, a sua semântica e até a sua morfologia. Assim, a qualidade do adjetivo como elemento ‘*acrescentado*’, ideia cara à tradição greco-latina, encontra uma explicação razoável na medida em que o “sujeito indicado [pelo adjetivo] não pode ser senão hum Substantivo”, visto que “sobre este so he que podem cahir as qualidades, que per si não podem subsistir.” Como termo conotativo, o adjetivo atributivo faz pesar várias exigências sobre o sujeito indicado (o nome substantivo). Obviamente, não pode ser um nome próprio, “porque como este tem em si mesmo todas as determinações, e modificações necessarias para ser o que he, não pode ser modificado, nem por consequencia admittir hum Adjectivo, que o modifique.” Pelo contrário, o sujeito “necessariamente hade ser um nome Comum, e Appellativo, que so he susceptivel de modificações e determinações, por ser de sua mesma natureza vago e indeterminado.”<sup>155</sup> A morfologia adjectival aparece ao mesmo tempo como uma consequência necessária das restrições anteriores (“todo Adjectivo pois concorda necessariamente com hum nome Appellativo do genero, ou especie a que pertence o sujeito”) e como a tradução inequívoca das operações mentais supostamente envolvidas, já que nome e adjetivo não podem concordar “sem que o nosso entendimento perceba a conveniencia de hum com outro.”

A relação entre o nome e o adjetivo encontra-se assim reavaliada em termos de uma entidade morfo-sintáctica equivalente, nos termos do autor, a uma “proposição incidente”. Como nota Casteleiro (1981), o adjetivo é “introduzido nas estruturas sintácticas por meio de frase relativa.”<sup>156</sup> Embora a equivalência entre relativa e adjetivo

---

<sup>153</sup> Cf. Larson (1998).

<sup>154</sup> Cf. Demonte (1999).

<sup>155</sup> Soares Barbosa, p.138-139.

<sup>156</sup> Casteleiro (1981:14). O exemplo de Soares Barbosa é o seguinte: “Deos (que he um Ente) invisivel creou o mundo (que he uma couza) visivel” (p.139).

remonte a *Port-Royal*, note-se que Soares Barbosa, tomando-a à letra, chega à conclusão que “todo Adjectivo pois he huma expressão abbreviada”, na medida em que “estando so na oração, ou sendo apposto, contêm em si implicitamente huma proposição com seu sujeito que indica, com seu attributo que exprime, e com seu Verbo que se lhe entende.”<sup>157</sup> De novo, a intuição do gramático encontra correspondência directa na teoria moderna do adjectivo, na qual, como se sabe, a equivalência adjectivo / oração relativa é frequentemente postulada (cf. Schachter 1973, Vergnaud 1973, Kayne, 1994, entre outros).

Do ponto de vista semântico, as várias maneiras de modificar um nome comum determinam as diferentes espécies de adjectivos. Relativamente à argumentação clássica, a explicação gramatical sofreu uma profunda remodelação, fruto de simplificação e clareza. Existem agora dois tipos fundamentais de nomes comuns, os de *Classe* e os de *Espécie*, abrangendo o primeiro a noção de conjunto de “indivíduos” e o segundo a de conjunto de “propriedades e qualidades”.<sup>158</sup> Em consequência desta ontologia nominal, existem três operações adjectivais distintas: (i) a *Determinação*, “a qual applica o nome da Classe a mais, ou menos indivíduos, incluídos nella, ou a todos”; (ii) a *Explicação*, “que desenvolve [as] ideias parciais incluídas na ideia geral, ou noção significada pelo nome comum; (iii) a *Restrição*, “que pela adição de alguma qualidade accidental, acrescentada às essências, que formão a noção, [restringe] esta com um maior numero de ideias a um menor de indivíduos.”<sup>159</sup> O resto do capítulo é dedicado à descrição exaustiva dessas três operações adjectivais, resumidas, como em *As Duas Línguas*, pelas etiquetas “Adjectivos Determinativos”, “Adjectivos Explicativos” e “Adjectivos Restrictivos”.<sup>160</sup>

<sup>157</sup> Soares Barbosa, p.139.

<sup>158</sup> Note-se que Soares Barbosa nunca afirma explicitamente a existência de uma parte do discurso chamada “adjectivo”. Para ele, o adjectivo continua a ser um ‘nome’.

<sup>159</sup> *Ibid.*, p.140.

<sup>160</sup> Como em *As Duas Línguas*, o autor utiliza como exemplo a frase: “Todo homem he racional, mas nem todos os homens são razoados”. Contudo, a explicação é agora alargada aos *Determinativos*, incluindo o artigo “os”. Quanto a “Racional”, trata-se de um *Explicativo* “porque desenvolve huma qualidade essencial ao homem, já incluída na ideia do mesmo”. Por fim, “Razoado” é um adjectivo *Restrictivo* porque “ajunta á ideia do homem huma qualidade accidental, que a mesma ideia não comprehendia, e que por isso a limita e reduz a huma classe muito menor”. (cf. p.140-141)

Se a inclusão dos *Determinativos* na classe dos adjetivos é uma concessão à gramática tradicional<sup>161</sup>, não deixa contudo de ser original a proposta pormenorizada de Soares Barbosa, na medida em que o autor consegue, por meio de explicações morfo-semânticas, incluir nesta classe entidades gramaticais tão diversas como os pronomes pessoais, os possessivos, os relativos, os quantificadores, os numerais, os demonstrativos e os artigos.<sup>162</sup> Clara é a fronteira traçada entre *Determinativos* e não-*Determinativos*: (i) os primeiros “individuo os appellativos, os segundos qualificação-os; (ii) “aquelles precedem sempre os substantivos, estes ordinariamente seguem-os”; (iii) “aquelles não recebem grãos de aumento na sua significação, nem absolutos, nem comparativos, estes sim”; (iv) “aquelles são poucos em numero, estes infinitos”. Como facilmente se verá, nestes critérios de diferenciação se reconhecem as origens de classes funcionais como determinantes e quantificadores.

Vejamos com mais cuidado as duas outras espécies de adjetivos. Os ‘explicativos’, escreve o autor, “não acrescentão á significação de seu substantivo idea alguma nova, e o que fazem so, he desenvolver as que o mesmo substantivo contêm na sua noção, ainda que confusamente.” Nesse aspecto, o adjetivo explicativo barbosiano assemelha-se ao *epíteto* da tradição retórica, como termo desnecessário à denotação, como forma redundante da expressão: o exemplo barbosiano (“Deos justo”) é um caso de *epitheton* na medida em que equivale a uma redundância do significante<sup>163</sup>. Por seu lado, os adjetivos ‘restritivos’ “acrescentao ao appellativo huma idea nova, não comprehendida na sua significação, pela qual esta fica restringida a hum menor numero de indivíduos.”<sup>164</sup> Não são pois epítetos, diríamos, mas atributos.<sup>165</sup>

---

<sup>161</sup> Para Casteleiro (1982), a classe dos *Determinativos* é “curiosa e original em muitos aspectos”, prenunciando “certas descrições generativistas”. cf. Casteleiro, p.14.

<sup>162</sup> Esta proposta, que excede as regras clássicas, surge como uma visão surpreendentemente moderna da unidade daquilo a que poderemos chamar o sistema nominal.

<sup>163</sup> Cf. p.72.

<sup>164</sup> Soares Barbosa, p.179.

<sup>165</sup> O autor ilustra a distinção com o adjetivo “justo”, que é *Explicativo* em “Deos justo” e *Restrictivo* em “Homem justo”.

As páginas seguintes da *Gramática Philosophica* descrevem as principais propriedades distribucionais e semânticas dos adjectivos por meio de cinco regras operativas cruciais, que aqui resumimos, notando que incluem, nas suas implicações, bases suficientes para um tratado de semântica adjectival: (i) os adjectivos atributivos de um nome próprio só podem ser *Explicativos*, nunca *Restrictivos*. Assim, na frase “Deos justo castiga os ímpios”, o adjectivo “justo” é *Explicativo* “porque não faz outra couza se não desenvolver a idea de *Justiça*, incluída na de Deos”; (ii) o adjectivo atributivo é sempre *Explicativo*, “se elle exprime huma qualidade constante e essencial á noção, significada pelo nome comum” (caso de “Homem mortal”), mas é *Restrictivo* “se a qualidade que elle exprime, he accessoria e accidental” (caso de “Homem justo”); (iii) se, como se disse, o adjectivo equivale a uma “proposição incidente”, o adjectivo *Explicativo* corresponde a uma oração causal e o *Restrictivo* a uma oração condicional. Assim, em “Deos justo” o adjectivo corresponde a uma oração explicativa de valor causal (“Deos, porque he justo, castiga os máos”), mas em “O homem justo”, o adjectivo corresponde a uma oração restritiva de valor condicional (“O homem, quando he justo, dá a cada hum o que he seu”); (iv) a ausência do adjectivo *Explicativo* não afecta o valor de verdade da proposição, ao contrário do *Restrictivo*: na falta de “justo”, a frase “Deos castiga os máos” continua verdadeira, o que não é o caso para “O homem dá a cada hum o que he seu”; (v) os adjectivos *Restrictivos* podem surgir “antes ou depois dos substantivos” (“A fortuna inconstante”, “A inconstante fortuna”), mas os *Restrictivos* devem “por via de regra hir adiante dos appellativos”, a não ser que, usados “em hum sentido individual”, sejam prénominais (“O homem rico”, “O rico homem”).

Observemos por fim que Soares Barbosa levanta a questão do estatuto de termos ambíguos como “Philosopho” ou “Rei”, que, nota, são “nomes, que significão vários estados accidentaes do homem, os quaes nomes pondo-se ordinariamente sos na oração como os substantivos, e muitos sendo acompanhados de adjectivos, que os modificao, derao occasião á duvida entre os Gramáticos, se pertencem á classe dos substantivos, se á dos adjectivos.” Os critérios de classificação propostos demonstram rigor metodológico: são adjectivos os termos variáveis em género (“Pintor, Pintora”), os termos que modificam



os “appellativos” *homem, mulher, coisa* (“Homem Philosopho”), os termos “susceptíveis de grãos de aumento e diminuição”. Ou seja, constituem traço definitório do adjetivo a sua morfologia (flexão de género) e a sua semântica (modificação, grau).<sup>166</sup>

A importância considerável dada por Soares Barbosa aos estudos adjectivais reflecte o seu empenho no desenvolvimento de uma verdadeira gramática do adjetivo, e se a afirmação de uma categoria adjectival autónoma não se encontra plenamente na sua obra, trata-se talvez do gramático Português que mais contribuiu para a justificar. Contudo, como observa Casteleiro (1981), a teoria barbosiana dos adjectivos foi “praticamente esquecida pelos gramáticos portugueses posteriores”.<sup>167</sup> Na realidade, do mesmo modo que aconteceu na gramática normativa francesa do séc. XIX, as propostas e modelos elaborados pela gramática racionalista e canalizadas por Soares Barbosa acabaram por ser subjugados pela força da tradição latinizante, que, dedicada ao ensino da gramática escolar e à conservação da norma escrita, nunca sofreu verdadeiramente quaisquer abalos metodológicos nessa área até à modernidade. A tradição e o conservadorismo, como vimos, afastaram durante séculos a inovação categorial do adjetivo (cf. (61)). O progresso terminológico deixado pelas Luzes não foi adoptado nem universal nem simultaneamente. A razão de ser do adjetivo como categoria gramatical continuará fiel à tradição ao longo do séc. XIX, insistindo ainda num discurso ontológico-metafísico.<sup>168</sup>

### 3.3. Conclusão: a herança histórica do adjetivo

Que herança perdurou da reflexão sobre o adjetivo? Como sugere a anterior genealogia, as reflexões dos clássicos identificaram a essência dupla do adjetivo, como

---

<sup>166</sup> Casteleiro (1981:16) nota, acerca de Soares Barbosa, que este reconhece “que existem adjectivos que não aceitam grau, ou seja, que o grau não é uma propriedade essencial do adjectivo”.

<sup>167</sup> Casteleiro (1981 :15). O autor lamenta que tal esquecimento tenha contribuído para manter ignoradas « descrições de aspectos da língua portuguesa, inovadores e fecundos, mesmo em termos de linguística moderna.”

<sup>168</sup> De notar que a inovação gramatical ilustrada por Soares Barbosa não se limita ao Português Europeu. O gramático brasileiro António da Silva Morais escreveu, em inícios do séc. XIX, um “Epítome de grammatica da língua portugueza”, que representa de igual modo uma ruptura com a tradição latinizante.

categoria flexionada (caso e grau) e como categoria semântica (denotação dos acidentes da substância, via predicação / modificação). Embora a descrição assim constituída não motivasse, como se viu, a separação dessa classe de palavras numa parte autónoma do discurso senão na época moderna, retrospectivamente conclui-se que a gramática greco-latina e as suas herdeiras continuam em embrião os traços básicos da categoria adjectival. Na verdade, a dupla vertente morfológica e semântica representa uma definição bastante consensual no âmbito do estudo das classes de palavras.

Importa contudo notar que o adjectivo não está associado historicamente a critérios de ordem sintáctica, pois a sua sintaxe foi, por assim dizer, subjugada pela sua carga semântica e a sua riqueza retórica. O conceito retórico de denominação por extensão, exemplificado na Retórica de Aristóteles em critérios éticos inspirados no ciclo trágico, influenciou obviamente a definição gramatical, pelo deslizamento progressivo do ‘acrescentar’ ao ‘ajuntar’.<sup>169</sup> Menos transparente é a alusão aristotélica ao *epitheton* como elemento descartável ou supérfluo: essa observação evidencia que a ideia de sobrecarga denotativa é uma componente central na teoria retórica do *epitheton*, relativamente à sua vertente extensional. Contudo, a gramática será pouco sensível às anotações estéticas e preferirá dar o primado ao processo posicional de adjunção, ou proximidade nominal, que passará a caracterizar a essência do adjectivo. Existe neste ponto descontinuidade entre retórica e gramática, na medida em que o adjectivo primitivo nasce como classe nocional e não só como espécie posicional. A essência gramatical da categoria adjectival não estará na sobrecarga denotativa, mas na operação formal de adjunção.

Em todo o caso, a pobreza diacrónica da sintaxe descritiva do adjectivo representa um desafio importante no âmbito da análise comparada das línguas e da sintaxe generativa. Não podemos pois limitar a sua definição aos critérios clássicos —até porque são justamente representativos do grupo das línguas clássicas e delas derivadas, e são irrelevantes para línguas sem morfologia ou com uma ontologia não aristotélica—, mas alargá-los a critérios formais de natureza autónoma e de cariz universal.

O que reter da tradição? Do ponto de vista descritivo, podemos associar o adjectivo a três constantes representativas, realçando a sua sintaxe: (i) a ligação do adjectivo à

---

<sup>169</sup> Refira-se também a exemplificação com pares de sentido oposto, como ‘rico’, ‘pobre’.

expressão do grau. Desde os autores latinos, essa marca é definitivamente apontada como típica dos ‘*nomes adjectivos*’, apesar de algumas resistências esporádicas. A categoria adjectival caracteriza-se por denotar não só a qualidade como também a quantidade da qualidade, permitindo consequentemente avaliar e comparar a sua extensão por meio de morfemas especializados; (ii) a existência eventual de flexão, ou mais precisamente de divisão de traços flexionais entre nome e adjectivo. Também aqui se trata da uma marca omnipresente na tradição, o que faz do adjectivo a segunda categoria clássica mais flexionada —a seguir ao verbo—, e o destaca como um paradigma de regularidade. Essa divisão justifica-se por razões de ordem ontológica —qualidade e substância devem partilhar indícios—, mas também de ordem estrutural: quer como epíteto quer como predicado, o adjectivo é um satélite do nome e deve caracterizar-se pela sua adjacência à categoria nominal, isto é, destaca-se pela sua relativa falta de autonomia sintáctica. Isso mesmo nota Fonseca (1993) quando afirma que “a adopção por parte do adjectivo do género e número do substantivo traduz claramente o carácter relacional, e não categorial, que nele revestem tais significações”;<sup>170</sup> (iii) a existência de duas funções, cronologicamente distintas e apreciadas, mas sintacticamente relevantes, a função epitética ou atribuidora e a função predicativa. Se a primeira marcou o nascimento da classe, a segunda acabou por se lhe sobrepor a partir do momento em que, com os gramáticos latinos, os discursos retórico e gramatical se dissociaram. Esta evolução funcional corresponde provavelmente à própria ascensão da classe adjectival ao grau de categoria plena, pois a função epitética —como a que sobrevive nos chamados ‘*epítetos históricos*’— desapareceu quase por completo da definição categorial do adjectivo, em proveito da noção de predicado adjectival.<sup>171</sup> Na verdade, podemos dizer que a transição

---

<sup>170</sup> Fonseca (1993:7).

<sup>171</sup> Note-se que a tradição francesa conservou o termo “*épithète*” para designar a função dita ‘*atributiva*’ e “*attribut*” para designar a ‘*predicativa*’. Esse arcaísmo ambíguo (denunciado aliás por vários gramáticos tradicionais) deve-se provavelmente à vontade da ‘*Grammaire de Port-Royal*’ de promover o adjectivo ao alargar o seu valor etimológico puramente posicional e transformá-lo num “*atributo*”. As gramáticas escolares do século XIX voltaram contudo à definição primordial de categoria posicional (“*épithète*” designa a posição do adjectivo interna ao sintagma nominal), sem todavia lhe retirar a reflexão racionalista sobre os ‘*atributos*’ da substância (“*attribut*” designa um adjectivo em posição predicativa, em princípio externa ao sintagma nominal).

do adjectivo de epíteto para predicado —quer como adjectivo atributivo, quer como predicativo— justifica a sua passagem de função acessória a categoria plena<sup>172</sup>.

Nestes dois milénios de gramática, o adjectivo passou, pois, por fases essenciais, emergindo primeiro como mera **figura retórica** associada logo de seguida a uma **função posicional**, para depois aceder ao estatuto de **categoria nocional** desempenhando essencialmente uma **função predicativa**. Filho pródigo da linguística iluminista, o adjectivo é pois um ser híbrido —nem nome nem verbo, ou, mais precisamente, um caso intermediário entre nome e verbo—, por natureza descartável e “marginal”<sup>173</sup>. Se brotou dos vestígios da filosofia aristotélica, foi consagrado por outra filosofia, o racionalismo.

O seu encontro recente com as ciências da linguagem veio contudo pôr em causa parte do quadro conceptual herdado das doutrinas clássicas. Se a descrição linguística do adjectivo conserva alguns traços clássicos, como a sua dependência do substantivo<sup>174</sup>, podemos sem dúvida afirmar que a mais jovem das categorias lexicais tem adquirido, no estudo da gramática das línguas naturais, um lugar de relevo.

---

<sup>172</sup> Esta generalização não contempla, contudo, os adjectivos relacionais, cuja função predicativa é limitada. Cf. *infra*.

<sup>173</sup> Cf. Fonseca (1993:9), que nota ainda: “o epíteto [...] não é indispensável à boa formação do enunciado, que não seria afectado na sua estrutura pelo seu apagamento”, pelo que o seu estatuto é “inequivocamente secundário”.

<sup>174</sup> “No grupo nominal resultante da atribuição em posição imediata, o papel nuclear pertence ao substantivo, que arrasta consigo o epíteto como elemento marginal, que deste modo, se distribui por qualquer dos termos do enunciado que o nome de que é adjunto realize. Ou seja: o adjectivo epíteto é no enunciado um elemento *homofuncional* do substantivo com que surge actualizado.” (Fonseca (1993:9)).

## Capítulo 4

### O adjetivo como categoria formal

Vamos agora privilegiar a vertente formal da categoria adjectival, começando pela análise distribucionalista da categoria adjectival, prosseguindo com a análise de Chomsky (1970) e concluindo com uma breve revisão da teoria dos itens lexicais no quadro do PM. Concluiremos, no seguimento de Baker (2003), que o adjetivo é uma categoria marginalmente enquadrada na teoria chomskyana do léxico.

#### 4.1.A análise transformacional do adjetivo

##### 4.1.1.Adjectivos e construções completivas. Casteleiro (1978)

Uma etapa crucial na gramática do adjetivo é dada em 1978 quando João Malaca Casteleiro apresenta a sua investigação sobre a “regência das construções completivas” adjectivais em Português, elaborada num quadro herdado das teorias linguísticas desenvolvidas nos anos 60.

A finalidade de Casteleiro é de “realizar um estudo o mais exaustivo possível das construções com adjectivos predicativos que aceitem estruturas completivas”.<sup>175</sup> Obviamente, tal objectivo implica, além das “estruturas completivas”, definir o que são adjectivos predicativos e adjectivos em geral. Vamos pois resumir a teoria do adjetivo

---

<sup>175</sup> Casteleiro (1978:19).

proposta por Casteleiro, começando por referir brevemente o quadro teórico adoptado e apresentando de seguida as inovações descritivas a salientar.

A orientação metodológica de Casteleiro é dupla. Por um lado, refere o “modelo clássico” de Chomsky (1965), de quem adopta conceitos essenciais como os de gramaticalidade, competência, línguas naturais, estrutura básica / estrutura de superfície,<sup>176</sup> e a “semântica generativa” de Lakoff (1971). Casteleiro hesita aparentemente entre os dois, já que, com base em Chomsky, observa que “as estruturas lógico-semânticas das frases só poderão ser postas a descoberto através da análise das estruturas sintácticas”, embora, por outro lado, invocando Lakoff, note que “as propriedades sintácticas dos adjectivos predicativos, como das outras classes lexicais, parecem ser determinadas por características de natureza semântica”<sup>177</sup>. Opta finalmente por uma convenção metodológica em que dá prioridade à “classificação fundamental dos dados linguísticos, isto é, dos adjectivos predicativos (adjectivos com completiva sujeito, adjectivos com completiva objecto, etc.)”, para depois procurar “determinar quais as outras propriedades sintácticas que caracterizam as diferentes classes de adjectivos predicativos e bem assim a relação daquelas propriedades com eventuais propriedades semânticas.”<sup>178</sup> A segunda fonte teórica de Casteleiro é representada pelo distribucionalismo, em especial Gross (1975), do qual destaca a ideia de que os elementos linguísticos se estruturam “com base em restrições, que são postas a descoberto através de transformações formais, que não constituem senão um dispositivo experimental.”<sup>179</sup> Nessa perspectiva, observa, o distribucionalismo implica uma “descrição exaustiva” das línguas naturais, baseada nos “itens das principais classes lexicais”, para depois projectar sobre esses itens “um elevado número de propriedade distribucionais e transformacionais”<sup>180</sup>, sendo essa a razão da análise “tanto quanto possível sistemática e exaustiva” de 2000 adjectivos predicativos e

---

<sup>176</sup> “A estrutura de superfície é derivada a partir da estrutura básica através da aplicação de regras transformacionais” (Casteleiro, p.5)

<sup>177</sup> Casteleiro (p.6)

<sup>178</sup> Casteleiro, *ibid*

<sup>179</sup> Casteleiro (p.7)

<sup>180</sup> Casteleiro (p.9)

“150 propriedades sintácticas” a eles associadas.<sup>181</sup> Vejamos então o modelo adjectival desenvolvido por Casteleiro.

O trabalho de investigação do autor assenta numa cuidadosa retrospectiva histórico-gramatical da classe dos adjectivos no domínio da língua portuguesa. Depois de referir como fonte possível os dicionários e de concluir que o critério de definição do adjectivo nessas obras é demasiado vago, o autor vira-se para as gramáticas, nomeadamente a “Gramática Filosófica”, de J. Soares Barbosa, e a “Gramática da Língua Portuguesa”, de Celso Cunha. Depois de um estudo cuidadoso da obra de Soares Barbosa, Casteleiro refere as suas “inovações mais relevantes”, destaca a “precisão” e a boa “fundamentação” da análise barbosiana do adjectivo, particularmente a dualidade barbosiana adjectivos restritivos / explicativos, a aproximação entre adjectivo e relativas e a sua “valiosa contribuição” relativamente ao grau dos adjectivos. Casteleiro acaba contudo por concluir que a obra de Soares Barbosa, apesar de permitir “ficar com uma melhor ideia do que são adjectivos”, “não permite resolver as questões” iniciais, ou seja, continua-se “sem saber com rigor o que são adjectivos predicativos”, e sem “processo operativo de determinar a lista de adjectivos que se constroem com completiva”.<sup>182</sup>

Depois de Soares Barbosa, Casteleiro analisa a gramática de Celso Cunha, um texto normativo, “concebido em moldes tradicionais”, embora publicado em 1976. Após uma análise exaustiva da obra, em que destaca os critérios semântico, sintáctico e morfológico invocados na definição do adjectivo adoptados por Celso Cunha, Casteleiro conclui que algumas inovações interessantes devem ser mencionadas, entre as quais “a distinção entre

---

<sup>181</sup> Casteleiro (p.10)

<sup>182</sup> Casteleiro (p.35). As críticas de Casteleiro à gramática barbosiana são algo ambíguas na medida em que o linguista retira mérito operativo a uma obra que, no entanto, acaba de qualificar como “rigorosa e inovadora”. A sua observação sobre a inutilidade de Soares Barbosa para os seus próprios objectivos (definir o adjectivo predicativo) reveste-se também de alguma injustiça na medida em que o conceito de predicado, tal como Casteleiro o entende, nada tem a ver com a noção clássica de predicado, mas sobretudo porque, na altura em que analisa Soares Barbosa, ainda não adiantou ele próprio qualquer definição. Esta questão levanta outra mais geral que tem a ver com o facto de não podermos querer encontrar nos textos clássicos vestígios de toda e qualquer inovação terminológica mais recente. Pelo contrário, parece-nos que seria mais viável um procedimento inverso, em que o próprio texto clássico seria sentido como fonte do enriquecimento da teoria linguística.

adjectivos qualificativos e adjectivos de relação”, a distinção entre adjectivos “adnominais”, “predicativos” e “adverbiais” e a distinção entre os adnominais pré-nominais e pós-nominais.<sup>183</sup> Contudo, também esta gramática sofre de algum défice descritivo em relação aos objectivos iniciais, na medida em que, apesar de evocar explicitamente o tipo dos adjectivos predicativos, Cunha não fornece, no entender de Casteleiro, critérios fortes para o seu tratamento sistemático. O autor conclui a sua análise da gramática clássica notando que “os vários aspectos da sintaxe das construções completivas do adjectivo constituem [...] matéria virgem para a generalidade das gramáticas portuguesas”.<sup>184</sup>

Virando-se de seguida para “as gramáticas estruturalistas”, que, segundo o autor, se baseiam “apenas em critérios morfo-sintácticos (flexional, distribucional e funcional)”<sup>185</sup>, Casteleiro, referindo exclusivamente a obra de Mattoso Câmara, que passa rapidamente em revista, conclui que aquilo que estas gramáticas adiantam relativamente à gramática tradicional “é muito pouco”<sup>186</sup>, sendo a descrição de Cunha (1976) “sem dúvida mais completa”. As propostas de Mattoso Câmara sobre o adjectivo resumem-se, no entender de Casteleiro, às seguintes: (i) o adjectivo e o substantivo ambos pertencem à classe dos nomes, distinguindo-se contudo pela sua função (assim, o item ‘brasileiro’ será substantivo ou adjectivo segundo for “determinado ou determinante, respectivamente”<sup>187</sup>); (ii) pertencendo à mesma classe, substantivos e adjectivos têm “as mesmas propriedades flexionais de número e género”, apesar de existirem algumas divergências flexionais; (iii) o superlativo absoluto sintético é um mecanismo sintáctico e não flexional —por não ser obrigatório; (iv) a posição básica do adjectivo é pós-nominal, embora possa aparecer em posição pré-nominal quando associado a um “enfraquecimento da função descritiva em proveito da reacção afectiva.”<sup>188</sup>

---

<sup>183</sup> Casteleiro (p.45)

<sup>184</sup> Casteleiro (p.45)

<sup>185</sup> Casteleiro (p.43)

<sup>186</sup> Casteleiro (p.47)

<sup>187</sup> Casteleiro (p.46)

<sup>188</sup> Citação directa de Mattoso Câmara (1970:72)



Muito mais completo e exaustivo é o espaço destinado à análise “transformacional” do adjectivo. Casteleiro dedica um estudo cuidadoso a várias obras marcantes da gramática generativa dos anos 60. Em primeiro lugar, estuda “o modelo clássico”, representado por Chomsky (1965), examina depois em pormenor a obra de Lakoff (1965, 1970), para terminar com a “gramática não discreta” de Ross (1972). Relativamente a Chomsky (1965), Casteleiro resume com clareza as “premissas” transformacionais sugeridas para definir a categoria adjectival, nomeadamente a existência de regras categoriais que permitem passar do adjectivo predicativo ao adjectivo atributivo e a equivalência estrutural entre adjectivos atributivos e orações relativas. O autor dirige, contudo, algumas críticas às propostas de Chomsky —que nos parecem bastante pertinentes relativamente ao modelo de 1965, mas às quais Chomsky já tinha respondido em 1970. Casteleiro faz assim notar que, em Português, (i) as regras categoriais não permitem a uma parte significativa dos adjectivos emergir em posição predicativa<sup>189</sup>; (ii) as restrições de selecção não podem ser as mesmas para adjectivos e substantivos<sup>190</sup>; (iii) a equivalência sintáctica e semântica entre adjectivos atributivos e orações relativas é refutada com base em exemplos como “muitas pessoas preferem os cravos vermelhos” —“o SN ‘os cravos vermelhos’ apresenta uma estrutura complexa” e não é um simples SN; por meio de uma série de testes, Casteleiro conclui pela “relativa autonomia do adjectivo” nesta frase<sup>191</sup>; (iv) apesar de concordar globalmente com a equivalência entre adjectivos apostos e relativas não restritivas, Casteleiro nota que o adjectivo atributivo tanto pode ser “explicativo” como “restritivo”<sup>192</sup>. Casteleiro faz pois notar, com base em exemplos como os seguintes, que factores não transformacionais, como a presença de um demonstrativo ou o modo do verbo da relativa, intervêm para “definir o valor” do adjectivo:<sup>193</sup>

---

<sup>189</sup> \* “Aquele cumeira foi algarvia” (p.49)

<sup>190</sup> “o director é afável / \* a flor é afável” (p.49)

<sup>191</sup> Casteleiro (p.50)

<sup>192</sup> Vocabulário barbosiano.

<sup>193</sup> Todos os exemplos seguintes são do autor.

- (73) a. A Luísa gosta de tulipas (que sejam) encarnadas (restritivo)  
 b. A Luísa gosta dessas tulipas (,que são) encarnadas (explicativo)

Chegando às suas próprias propostas, e limitando basicamente a sua análise aos adjectivos atributivos, Casteleiro propõe, ao longo de vários exemplos cuidadosamente adaptados ao Português, uma definição dos ‘*adjectivos predicativos*’. O seu ponto de partida é de que existem duas subclasses de adjectivos, sendo a primeira (“calmo”) a dos ‘*verdadeiros adjectivos*’ e a segunda (“rural”) a dos ‘*pseudo-adjectivos*’. Contudo, prefere adoptar, com base no facto de os ‘*verdadeiros adjectivos*’ aceitarem “o contexto pós-cópula”<sup>194</sup> a terminologia ‘*adjectivos predicativos*’ para o tipo de “calmo” e ‘*adjectivos não predicativos*’ para o tipo “rural”.<sup>195</sup>

A contribuição de Casteleiro é preciosa para a definição das várias subclasses de adjectivos. A título de exemplo, o seu estudo exaustivo dos relacionais —ou ‘*não predicativos*’, na sua terminologia— é o primeiro levantamento fundamental dessa classe em língua portuguesa baseado em critérios não semânticos.<sup>196</sup> Em contrapartida os

<sup>194</sup> Casteleiro (p.103)

<sup>195</sup> Isso apesar de haver factores “de tipo enfático-contextual” que permitem passar de uma subclasse para a outra:

(i) esses problemas são rurais, não urbanos.

<sup>196</sup> Podemos destacar os seguintes critérios (p.104-110):

- (i) salienta factores de ordem estritamente lexical, em que a relação entre o nome e o relacional pode ser considerada como equivalente a um composto (“ciências naturais”) (cf. Demonte 1999);
- (ii) refere a proposta de Zribi (1972), segundo a qual os relacionais resultariam do apagamento do núcleo de um SN predicativo idêntico ao SN sujeito (“essas viaturas são (as viaturas) municipais”);
- (iii) os relacionais são parafraseáveis com um SN (“ciências naturais / da natureza”), contrariamente aos qualificativos (“reações naturais / \*da natureza”);
- (iv) os relacionais rejeitam sistematicamente a cópula com ‘estar’, mas podem aceitar ‘ser’ (“estas flores são / \*estão campestres”);
- (v) os relacionais são incompatíveis com orações pequenas (\* “acho esse engenheiro civil”) e com a função de aposição (\* “civis, os engenheiros partiram”);
- (vi) relacionais e qualificativos não se podem coordenar entre si (“paisagens calmas e bonitas / ciências naturais e geográficas / \* engenheiros civis e competentes / \* casas bonitas e rurais”);
- (vii) a ordem das subclasses relativamente ao nome é fixa (“geradores eléctricos brilhantes / brilhantes geradores eléctricos / \* geradores brilhantes eléctricos”), sendo o relacional obrigatoriamente adjacente ao nome;
- (viii) só os relacionais aceitam “prefixos numéricos” (“bicultural, monocromático, \* bivermelho, \* tricontente”);
- (ix) os relacionais rejeitam “prefixos negativos” (“infeliz, \*inurbano”);

‘*predicativos*’ —qualificativos— equivalem, segundo Casteleiro, a orações relativas em pós-cópula, e as suas várias posições derivam na realidade de transformações específicas. Casteleiro desenvolve de seguida uma análise desses adjectivos, claramente inspirada em Cunha (1976), na qual passa em revista os vários critérios de proximidade entre adjectivo e relativa, e a questão da determinação e interpretação restritiva e não restritiva dos qualificativos.<sup>197</sup> Outra observação importante refere-se à mudança de significado associada à posição do qualificativo relativamente ao nome, assumindo os qualificativos em posição pós-nominal um “valor objectivo”, equivalente a uma relativa restritiva, e, em posição pré-nominal, um “valor conotativo de afectividade”<sup>198</sup>. Contudo, observa o autor, tal diferença não pode ser obtida por transformação, ou seja, os qualificativos pré-nominais com sentido “figurado” são incompatíveis com construções predicativas —estas só admitem qualificativos com valor objectivo, ou seja, pós-nominais. Esta observação implica que alguns qualificativos (“rico, pobre, puro”...) são de tipo ‘*predicativo*’ no sentido figurado —têm propriedades muito próximas dos relacionais, como resistirem ao grau (“uma muito pura água”)— e de tipo ‘*não predicativo*’ no sentido próprio (“água muito pura”), o que justifica a dúvida seguinte: “Devemos admitir que existem no léxico dois itens ‘pobre<sub>1</sub>’, ‘pobre<sub>2</sub>’, sendo o primeiro predicativo e introduzido na estrutura de base por meio de frase relativa, enquanto o segundo será não predicativo e introduzido directamente na posição pré-nominal?”<sup>199</sup>.

---

(x) os relacionais rejeitam completivas com função sujeito (“é bom que eles venham, \* é governamental que eles venham”).

<sup>197</sup> Referindo a diferença entre ‘ser’ e ‘estar’ nas construções de cópula, atribui essa diferença ao facto de ‘ser’ implicar uma leitura inerente e ‘estar’ uma leitura “acidental”, e nota que alguns qualificativos só admitem uma dessas leituras (o que implica que os relacionais são estritamente pós-nominais):

- (i). As crianças \*estão / são inteligentes
- (ii). As crianças estão / são calmas

<sup>198</sup> Casteleiro (p.111).

<sup>199</sup> Casteleiro (p.111,112). Os exemplos seguintes ilustram essa problemática:

- (i). Ciências naturais / \* naturais ciências / \* ciências muito naturais (natural<sub>1</sub>)
- (ii). Aptidões naturais / naturais aptidões / aptidões muito naturais (natural<sub>2</sub>)
- (iii). Sistema nervoso / \* nervoso sistema / \* sistema muito nervoso (nervoso<sub>1</sub>)
- (iv). Professor nervoso /nervoso professor / professor muito nervoso (nervoso<sub>2</sub>)

Alternativas à dupla entrada lexical existem: (i) ‘*sistema nervoso*’ seria um caso de “lexia complexa” e portanto definido directamente no léxico. O inconveniente desta hipótese é “aumentar enormemente o número de entradas lexicais, sem qualquer generalização”<sup>200</sup>; (ii) em alternativa, seria possível optar por um sistema de restrições de selecção baseado numa série de “traços semânticos”, em que uma combinação substantivo/adjectivo seria associada à compatibilidade entre os seus traços respectivos. Contudo, tal sistema teria que se limitar a uns poucos traços genéricos, de forma a poder abranger a distinção sentido próprio / figurado. Na realidade, conclui Casteleiro, a análise das subclasses de adjectivos é em regra geral “extremamente complexa”, e “mais complexa ainda em Português” devido à mobilidade dos adjectivos.<sup>201</sup> A dupla entrada lexical é pois a sua hipótese preferida. Retomaremos esta problemática numa perspectiva diferente no próximo capítulo.

Deste conjunto de observações, Casteleiro retém duas classes de adjectivos baseadas nas suas “propriedades contextuais”, sendo a classe dos ‘*adjectivos predicativos*’ a única que interessa aos objectivos propostos —já que estes aceitam completivas.<sup>202</sup> Resta ao autor, numa última etapa, delimitar o conjunto de ‘*adjectivos predicativos*’ relativamente aos “adjectivos-nomes” e aos “participios passados”. No primeiro caso (“amigo, valente, realista, caçador, impostor, sectário,” etc.), o item pode aparecer em construções predicativas com ou sem D, mas não sistematicamente:<sup>203</sup>

- (74) a. O João é (um) amigo de longa data  
b. O João é (\*um) amigo de ler.

Para explicar (74), Casteleiro evoca de novo casos de dupla entrada lexical (amigo<sub>1</sub>, amigo<sub>2</sub>), sendo considerada adjectival a entrada lexical incompatível com D. De modo geral, salvo raros casos (“tarefeiro”), os testes apontam para que este tipo de item corresponda a uma dupla entrada lexical, sendo pois contextualmente adjectivos.

---

<sup>200</sup> Casteleiro (p.114).

<sup>201</sup> Casteleiro (p.116).

<sup>202</sup> Casteleiro (p.126)

<sup>203</sup> Casteleiro (p.127)

No caso dos participípios passados adjectivais (“amado, entendido, vivo, nascido”), Casteleiro verifica a história da questão junto de gramáticos como Soares Barbosa, Epifânio Dias (1959), Rocha Lima (1976), Figueiredo e Ferreira (1975), Cunha (1976), Óscar Lopes (1972) e Mattoso Câmara (1970), para chegar à conclusão de que todos estes gramáticos “consideram o participípio passado em geral como um adjectivo”<sup>204</sup>. Casteleiro sustenta, contudo, que “nem todos os participípios passados funcionam como adjectivos” e, de forma a distinguir entre participípios passados adjectivais e não adjectivais, procede a um levantamento minucioso dos pontos comuns às duas classes<sup>205</sup>. Em conclusão, o autor

<sup>204</sup> Casteleiro (p.137). Relativamente ao gerúndio, Casteleiro retém aquilo que Lopes (1971) qualifica de “adjectivos verbais latinos”, como ‘examinando’ (“aluno examinando”) (cf. ‘doutorando’, ‘mestrando’) e alarga esta observação a alguns participípios presentes em —*nte* (‘ignorante’, ‘convincente’, ‘chocante’), que, todos, verificam as propriedades sintácticas dos adjectivos ‘predicativos’

<sup>205</sup> Deixamos aqui os mais pertinentes:

- (i) os participípios adjectivais aceitam a construção predicativa com cópula (“o João é/está grande/visto”) excepto alguns “intransitivos” (“ele é/está \*aderido / \* desistido”), embora não todos, como os que rejeitam só ser ou estar (“ele \* é / está caído”, “ele é / \* está viajado”);
- (ii) em casos de duplo participípio passado, só a forma dita irregular aceita construções predicativas (“o livro foi aceite / \* aceitado”, “o gato foi morto / \* matado”), pelo que é um adjectivo;
- (iii) só os participípios adjectivais aceitam uma relativa (“as pessoas que são bonitas / caladas / admiradas”);
- (iv) os participípios adjectivais são em geral pós-nominais (“as pessoas caladas / \* as caladas pessoas”, “\* quebrados / \* partidos vidros”), embora alguns aceitem ser pré-nominais (“estimados / queridos amigos”);
- (v) ambas as classes flexionam em género e número (“pessoas caladas / bonitas”);
- (vi) os participípios adjectivais admitem a posição de adjunção (“as moças, caladas / admiradas, coraram”, “admiradas, as moças coraram”);
- (vii) os participípios adjectivais aceitam ser “predicativos do objecto” —ou seja, entram em orações pequenas— (“acho essas moças caladas / desprezadas / admiradas”), mas não os participípios passados de verbos intransitivos (“considero esse rei \* abdicado / \* agonizado”);
- (viii) os participípios adjectivais aceitam grau (“muito calados / bastante admirados / caladíssimos”), mas não os intransitivos (“\*muito abdicado”);
- (ix) os participípios adjectivais combinam-se com o morfema adverbial —*mente* (“aberto / abertamente, irritado / irritadamente”), mas não sistematicamente (“visto / \*vistamente”);
- (x) os participípios adjectivais são compatíveis com os modificadores adjectivais (“o tempo está incrivelmente / sempre quente / modificado / enevoado”);
- (xi) os participípios adjectivais admitem a pronominalização em ‘o’ (“se eles estão alegres / calados, nós também o estamos”);
- (xii) os participípios adjectivais aceitam ser coordenados entre si e com adjectivos (“crianças animadas e felizes”);

adianta que a grande maioria dos participípios passados passam os testes relativos aos adjectivos, com a excepção notável dos participípios passados de verbos intransitivos e pronominais (“agonizar, abdicar”, etc.), pelo que, observa, “não se pode atribuir, de forma generalizada, como o fazem as gramáticas, a designação de adjectivo verbal ao participípio passado.”<sup>206</sup> Em alternativa, propõe uma distinção entre os participípios passados que admitem as construções predicativas e aqueles que as rejeitam mas são pós-nominais, caso dos participípios passados dos “verbos existenciais”: “acontecido, ocorrido, sucedido”, etc.

#### 4.1.2. Os ‘adjectivos predicativos’. Estudo de casos

Vejamos alguns exemplos de análises de ‘*adjectivos predicativos*’, representativas das teses anteriormente assumidas.

Em expressões como “é provável que...”, Casteleiro considera *provável* como ‘*predicativo*’ na medida em que funciona “como predicado de frase, ligado a um verbo copulativo ser ou estar”. Os ‘*adjectivos predicativos*’ aparecem com “estruturas completivas” integrantes<sup>207</sup> (“é provável que venha”, “estão conscientes de que ninguém sabe”) ou infinitivas (“a chuva é capaz de destruir as colheitas”, “é necessário analisarmos a questão”). Essas completivas têm, com alguns adjectivos (“provável, necessário”), funções sintácticas de sujeito, e com outros (“consciente, capaz”), de objecto, sendo a completiva objecto regida por uma preposição (“de, a, em, para, por”, etc.). Para determinar a “natureza destas completivas”, e justificar a anterior distinção entre adjectivos como *necessário* e *consciente*, Casteleiro evoca “certas propriedades sintácticas e semânticas” desses adjectivos e “pressuposições do falante no acto de fala”. Adjectivos de tipo *provável* e *necessário*, por exemplo, admitem completivas integrantes ou infinitivas de

(xiii) os participípios adjectivais não aceitam “prefixos numéricos” —típicos dos relacionais, como vimos— (“jogadores \*biaplaudidos / \*multiadmirados”);

(xiv) os participípios adjectivais admitem frases completivas como sujeito ou objecto (“é sabido / certo / conhecido que...”, “está ansioso / contente / admirado de que as coisas melhorem”).

<sup>206</sup> Casteleiro (p.159)

<sup>207</sup> As ‘*completivas integrantes*’ referem orações subordinadas com verbo num tempo finito e introduzidas pelo “complementador” *que*. O termo ‘*integrante*’ é inspirado de Soares Barbosa.

função sujeito, ao passo que adjectivos de tipo *consciente* e *capaz* só admitem completivas objecto regidas por preposição.<sup>208</sup>

- (75) a. É provável a situação complicar-se  
 b. É necessário que analisemos esse problema  
 c. \* É capaz a situação complicar-se

Assim, *provável* e *necessário* “pertencem à mesma classe sintáctica”, ou seja “a classe dos adjectivos que se constroem com completiva sujeito” (p.3); *consciente* e *capaz*, por seu lado, “incluem-se noutra classe, a dos adjectivos com completiva objecto”.<sup>209</sup>

Outros ‘*adjectivos predicativos*’ longamente manipulados são os do tipo *lamentável* e *possível*, que partilham diversas propriedades distribucionais e transformacionais, como a regência de completivas integrantes e infinitivas e a substituição por derivação adverbial:

- (76) a. É lamentável ela ter / que ela tenha faltado  
 b. Lamentavelmente, ela faltou

<sup>208</sup> Casteleiro (p.2). O adjectivo *consciente* “não aceita completivas infinitivas —só integrantes—, quando o sujeito da frase subordinante e o da frase subordinada não são co-referentes”, mas infinitivas e integrantes são possíveis no caso contrário:

- (i). Muitas pessoas estão conscientes \*de o país atravessar / de que o país atravessa dificuldades  
 (ii). Muitas pessoas estão conscientes de terem analisado / de que analisaram bem a questão

Por seu lado, o adjectivo *capaz* “só se constrói com a completiva infinitiva e sempre com sujeitos co-referentes”:

- (i). A chuva é capaz \*de que destrói / de destruir as colheitas  
 (ii). \*Eles são capazes de a chuva não destruir / de que a chuva não destrói as colheitas

<sup>209</sup> Além das propriedades sintácticas das completivas que regem, os adjectivos distinguem-se ainda por propriedades semânticas e pressupicionais, das quais só aqui destacaremos alguns aspectos. Assim, em “é provável que a situação se complique”, a completiva “só admite conjuntivo devido à natureza modal do adjectivo provável” (p.3). Contudo, o adjectivo *consciente* exige a completiva no indicativo, embora admita o conjuntivo com negativa:

- (i). Muitas pessoas não estão conscientes de que o país atravessa/atravesse dificuldades  
 (ii). Muitas pessoas estão conscientes de que o país atravessa / \*atravesse dificuldades

O autor invoca pois “o estado de consciência do sujeito” assim como factores ligados à pressuposição da “verdade da proposição contida na frase completiva” para justificar a não sinonímia das frases anteriores. Na verdade, o indicativo pressupõe o “verdadeiro” e o conjuntivo o “potencial”.

- (77) a. É possível ela ter / que ela tenha faltado  
 b. Possivelmente, ela faltou

Apesar das aparências, estes adjectivos pertencem contudo a classes distintas. Na verdade, *lamentável* é um “adjectivo factivo” (“é lamentável **o facto de** ela ter falado”), o que não é verdade para *possível* (\*“é possível o facto de ela ter falado”).<sup>210</sup> A semântica adjectival desempenha nesta área um papel de relevo já que o adjectivo *lamentável*, ao contrário de *possível*, “implica uma atitude emotiva da parte do falante relativamente ao conteúdo da frase completiva”, exemplificada nos “sentimentos de admiração” traduzidos por frases exclamativas:<sup>211</sup>

- (78) Que lamentável / \*possível é ela ter faltado!

Do ponto de vista transformacional, mantém-se a mesma forte distinção entre *lamentável* e *possível*, sendo que “a generalidade dos falantes portugueses sente que a relação entre o advérbio e o verbo não é a mesma”, como o comprova a pausa nas seguintes frases. Num caso, o advérbio é um modificador verbal, no outro, um modificador modal da frase:

- (79) a. Ele tratou-a lamentavelmente *(modificador verbal)*  
 b. Ele tratou-a, possivelmente *(modificador de frase)*

Oposições como a anterior, assim como transformações como as seguintes permitem verificar “uma relação sintáctico-semântica entre os advérbios [...] e os

---

<sup>210</sup> A classe dos ‘*factivos*’ assenta numa dupla propriedade, sendo a primeira sintáctica —inserção da expressão “o facto de” antes da completiva— e a segunda semântica —“pela razão de que os adjectivos que aceitam tal sequência permitem pressupor a verdade da frase completiva”

<sup>211</sup> *Possível* não aceita a exclamativa porque não implica “uma atitude emotiva.” Cf. p.13).



adjectivos predicados de frase correspondentes” (p.15):<sup>212</sup>

(80) Ele tratou-a de maneira lamentável / \*de maneira possível

Para reforçar a diferença tipológica entre *lamentável* e *possível*, outras transformações são invocadas: a inserção de um determinante definido e de uma oração relativa:

(81) a. Ele tratou-a \*da maneira lamentável / de maneira lamentável

b. Ele tratou-a da maneira possível / \*de maneira possível

(82) a. Ele tratou-a da maneira que era possível

b. \*Ele tratou-a da maneira que era lamentável

Perante estes dados, o autor considera que o adjectivo *possível* aparece como “um predicativo do substantivo *maneira*”, ao contrário do adjectivo *lamentável*.<sup>213</sup>

---

<sup>212</sup> Tal conclusão implica por seu lado duas funções distintas para esses advérbios derivados de adjectivos, a de modificadores verbais e modificadores modais de frase —caso em que o advérbio é móvel—, respectivamente. Ora essa generalização é incompatível com *possível*:

(i). Ele tratou-a, lamentavelmente (modificador de frase)

(ii).\* Ele tratou-a possivelmente (modificador verbal)

<sup>213</sup> A principal conclusão a que chega Casteleiro depois deste estudo diz respeito às “insuficiências e dificuldades do recurso a um corpus” (p.16), nomeadamente porque estes exemplos e as suas variações aparentemente imprevisíveis implicariam um corpus de uma extensão astronómica, na prática fora de alcance. Por outro lado, observa o autor, a introspecção é fácil, económica, natural, experimental e empírica (permite construir exemplos e contra-exemplos). Contudo, o uso da introspecção é também suspeito já que “a noção de aceitabilidade [é] extremamente complexa, na medida em que ela compreende intuições relativas à forma e ao sentido e está condicionada por razões de natureza socio-cultural” (p.17). Um desses casos relaciona-se com os diversos “níveis de língua”, que implicam ou não “certos empregos figurados” (p.19): “não é *líquido*, porém, que as suas atenções converjam apenas para este matutino” (exemplo do jornal *Expresso*). Para poder incluir no seu estudo a forma figurada de *líquido* —que corresponde a um adjectivo predicativo—, Casteleiro conclui que “a distinção entre os níveis de língua não se justifica no âmbito de uma gramática formalizada” (p.19).

O que podemos concluir dos exemplos e das propostas anteriores? Pensamos que a marca dominante se caracteriza pela extrema especialização dos itens adjetivais referidos, ou melhor, por uma certa atomização da classe adjectival. Na realidade, as várias transformações e confrontações propostas não levam a categorizações realistas e objectivas sobre a classe em análise, havendo pelo contrário a nítida sensação de que cada adjectivo é em si uma classe completa, sendo o seu único elo comum o rótulo ‘*adjectivos predicativos*’. Do ponto de vista terminológico, o trabalho de Casteleiro nada de fundamentalmente novo de novo traz, pois, à gramática do adjectivo, a não ser uma proposta de classificação entre predicativos e não predicativos, ela própria inspirada na tradição. Do ponto de vista descritivo, porém, consideramos que vários domínios da sintaxe e da semântica do adjectivo em Português beneficiaram deste trabalho pioneiro, como a proposta de distinção entre adjectivos qualificativos e relacionais<sup>214</sup>, associada a um conjunto de testes de identificação inovadores e pertinentes —consideramos na realidade que é com Casteleiro que ‘nasce’ em Português a classe dos adjectivos relacionais—, ou a sugestão de uma grelha argumental associada a certos adjectivos, ou seja, a concepção do adjectivo como uma categoria predicadora complexa, proposta inovadora, parece-nos, no âmbito da linguística portuguesa. Apesar do enfoque atribuído por Casteleiro ao adjectivo relacional, a verdade é que, do ponto de vista terminológico, a oposição adjectivo ‘*predicativo*’ / ‘*não-predicativo*’ será posteriormente retomada no âmbito da linguística portuguesa, como é o caso em Castro (2005). Nesses textos, a distinção proposta por Casteleiro é usada em detrimento da distinção geral ‘*qualificativos*’ / ‘*relacionais*’. Adjectivos como *calmo* e *rural*, por exemplo, são distinguidos como ‘*predicativos*’ e ‘*não-predicativos*’, respectivamente, em Castro (2005), apesar dos testes propostos pela autora para apurar a sua natureza —incompatibilidade com o grau e com o verbo *estar*, comutação possível com um complemento nominal— revelarem que se trata de relacionais.<sup>215</sup> Outros autores, como Brito (2003), optam pela terminologia

---

<sup>214</sup> Lembramos que Casteleiro os designa, respectivamente, como ‘verdadeiros adjectivos’ e ‘pseudo-adjectivos’.

<sup>215</sup> Cf. Castro (2005), p-187-188, 191. No caso do grau, a forma citada é (i); no caso do complemento nominal, é (ii) (os exemplos são extraídos de Casteleiro):

(i) essas casas são tão rurais !...

‘*qualificativos*’ / ‘*relacionais*’, demarcando-se da de Casteleiro.<sup>216</sup> A autora mostra, no seguimento de Demonte (1999), que, em certos contextos, os adjectivos relacionais podem aparecer na posição de predicado.

As opções terminológicas de Casteleiro (1978) terão, em boa verdade, muito a ver com o quadro teórico escolhido, dominado por considerações ainda vacilantes do ponto de vista conceptual, mas fielmente seguido pelo autor. A classificação geral adiantada para os adjectivos ilustra, nesse aspecto, um período da gramática em que o modelo transformacional / distribucional impõe ainda os seus critérios.

#### 4.2. Categorias lexicais como conjuntos de traços

Fornecer critérios formais para delimitar explicitamente as “partes do discurso”, de forma a demarcar-se definitivamente dos modelos clássicos, foi uma das prioridades da gramática generativa no seu estado inicial, nomeadamente a partir do momento em que a problemática lexical foi abordada em Chomsky (1965). As questões essenciais eram basicamente duas: (i) qual o leque de categorias (lexicais) disponíveis para a teoria linguística; (ii) como se associam essas categorias com as estruturas sintácticas em que se manifestam.<sup>217</sup> A proposta dominante acabou por ser a que define categorias lexicais com base num conjunto universal de traços primitivos. Além de Chomsky (1970), algumas publicações influentes nesse âmbito foram Jackendoff (1977), cujo trabalho forneceu

---

(ii) ciências naturais / da natureza

A gramaticalidade de (i) é explicada pela autora como um caso de “leitura típica” (‘type reading’), em que o adjectivo *rural* pode ser graduado, embora não o seja no caso geral. Quanto ao verbo *estar*, estes adjectivos, por expressarem uma “relação permanente” com o nome, são incompatíveis com uma leitura de fase, o que explica (iii):

(iii) estas flores são / \* estão campestres

<sup>216</sup> Brito (2003:376).

<sup>217</sup> Cf. Jackendoff (1977:2) levanta as questões seguintes na sua introdução: “The major questions that we will be attempting to answer are these: What are the lexical categories (parts of speech) available to linguistic theory? How are they associated with syntactic structures, and what is the relationship between lexical categories and the syntactic constructions in which they take part? What relationships exist among lexical categories and how can they be expressed? What relationships exist among larger syntactic categories and how can they be expressed?”

novas pistas para associar as partes do discurso aos elementos básicos da sintaxe X-barra, e Fukui (1986), que alargou a família das categorias à vertente ‘funcional’.

A literatura generativista baseia-se principalmente em análises em que as diferenças entre categorias decorrem de combinações de traços básicos.<sup>218</sup> Contudo, a tipologia das categorias lexicais não se limita estritamente à teoria dos traços porque beneficiou de propostas anteriores produzidas em outras áreas da linguística, como o funcionalismo. Ao contrário da gramática generativa, a linguística funcional (Dixon, 1982, Givon, 1984) sempre se interessou pela questão das categorias lexicais. Estas seriam basicamente noções prototípicas adquirindo identidade categorial contextualmente, podendo os protótipos em questão variar segundo os autores<sup>219</sup>. Podem ser, por exemplo, propriedades temporais (Givon, 1984), objectos semânticos (Croft, 1991), ou situações de comunicação (Bhatt, 1994). O adjectivo é então definido, respectivamente, como uma categoria que refere propriedades semi-estáveis no tempo —o nome denota entidades estáveis e o verbo eventos dinâmicos—, uma categoria que atribui propriedades —ao lado dos nomes que denotam entidades e dos verbos que equivalem a acções— ou uma categoria cuja função pragmática é a de modificador —sendo a função do nome referencial e a do verbo predicadora. A influência do funcionalismo lexical é sensível no âmbito da gramática generativa, já que esta nunca dispôs de uma teoria autónoma do léxico. Associar as noções de modificação e de atribuição de propriedades ao adjectivo foi por isso uma prática que se alargou naturalmente à gramática generativa.<sup>220</sup>

Em outros domínios da linguística, podemos também salientar várias propostas de definição e classificação das categorias lexicais. A hipótese de Lakoff (1965, 1970), segundo a qual as categorias verbal e adjectival pertencem a uma mesma classe, mereceu

---

<sup>218</sup> Trata-se de uma ideia parcialmente inspirada na teoria fonológica do início do século passado (cf. Troubetzkoy), que decompõe os segmentos fonológicos em traços distintivos marcados negativa ou positivamente.

<sup>219</sup> A vantagem de manipular protótipos é que os eventuais desvios detectados nos dados recolhidos podem ser rotulados como usos não típicos, alargando assim a base descritiva da teoria. Por exemplo, um adjectivo pode referir uma entidade quando é usado como nome (‘um jovem’)

<sup>220</sup> Esta generalização contrasta contudo com algumas propostas oriundas da semântica formal (Siegel, 1980), em que o adjectivo é antes descrito como um predicado de um lugar cuja função é denotar conjuntos, do mesmo modo que os nomes e os verbos intransitivos.

uma atenção minuciosa por parte da gramática generativa dos anos 60. A teoria de Lakoff, que se inscreve na corrente da semântica generativa, postula basicamente que A e V se distinguem pelo traço sintático [ $\pm$ adjectival], pelo que o item lexical *fácil* é associado aos traços [+verbal] [+adjectival] e o item *cair* aos traços [+verbal] [-adjectival]. Para Casteleiro (1978), esta proposta, apesar de inspirada do Inglês, pode ser facilmente alargada ao Português. O autor propõe uma longa lista de casos e exemplos, que servem para ilustrar os argumentos adiantados originalmente por Lakoff a favor da sua hipótese, para finalmente concluir que “não há dúvida de que existem propriedades sintáticas e semânticas que são comuns aos verbos e as adjectivos”<sup>221</sup>. Casteleiro nota contudo que “não é absolutamente necessária a inclusão de verbos e adjectivos numa mesma classe lexical” e que os argumentos de Lakoff poderiam inclusivamente servir para alargar essa “super-classe” a outras categorias, como o nome.<sup>222</sup> De facto, a existência de uma categoria com os traços [-verbal] [-adjectival] poderia ser equivalente a N. Na verdade, nas línguas Românicas, o adjectivo e o substantivo são morfologicamente mais próximos um do outro do que do verbo.

Ross (1972) aborda a problemática geral da descontinuidade das classes lexicais. Para este autor, não existe uma distinção específica entre verbos, adjectivos e substantivos na medida em que as categorias lexicais não estão organizadas em compartimentos estanques, de forma discreta, mas, como nota Casteleiro (1978), “constituem uma cadeia de elementos quase contínuos”<sup>223</sup>. Trata-se pois de uma teoria do léxico em ruptura com a gramática tradicional, as gramáticas estruturalistas e funcionalistas e a gramática generativa standard, já que “todas estas gramáticas são discretas, pois concebem as categorias sintáticas como organizadas de forma descontínua”<sup>224</sup>. Nesse *continuum* lexical proposto por Ross, o adjectivo situa-se numa posição intermédia entre o verbo e o nome, na medida em que os vários testes apontados por Ross para verificar a sua

---

<sup>221</sup> Casteleiro (p.85)

<sup>222</sup> Notando que “a semelhança entre verbos e adjectivos reside exclusivamente na sua função” predicativa, Casteleiro sugere, com base em Lyons (1966), que sejam antes designados como ‘predicadores’.

<sup>223</sup> *Ibid.* p.87.

<sup>224</sup> *Ibid.* p.88.

hipótese<sup>225</sup> se aplicam parcialmente aos adjetivo, ao passo que são sistemáticos nos verbos e impossíveis com os nomes. Como nota Casteleiro (1978), os argumentos de Ross baseiam-se em dados demasiado limitados, e são parcialmente incompatíveis com os dados do Português, língua que revela “diferenças profundas entre verbo, adjetivo e substantivo”<sup>226</sup>.

Em todo o caso, as propostas da semântica generativa e das gramáticas funcionalistas têm o mérito de colocar a questão das categorias lexicais em termos formais, e representam uma base teórica sustentável para a teoria chomskyana do léxico.

No modelo generativista estrito, o tratamento das categorias lexicais é associado às propostas de Chomsky (1970,1981) e Stowell (1981), segundo as quais as categorias lexicais podem ser diferenciadas com base em dois traços binários: [ $\pm$ Verbal] e [ $\pm$ Nominal]. Quanto a Fukui (1986) —seguido de Abney (1987)—, tentando de alguma forma alargar as propostas anteriores, acrescenta aos dois traços binários de Chomsky o traço [ $\pm$ Funcional], de forma a incluir as categorias funcionais no mecanismo descritivo. Esta classificação permitiu assim atribuir identidade tanto às categorias lexicais como às funcionais.<sup>227</sup> Resumindo:

(83)

Traços	Categorias descritas	Autor
[ $\pm$ N] [ $\pm$ V]	Lexicais	Chomsky (1970)
[ $\pm$ N] [ $\pm$ V] [ $\pm$ Funcional]	Lexicais e Funcionais	Fukui (1986)

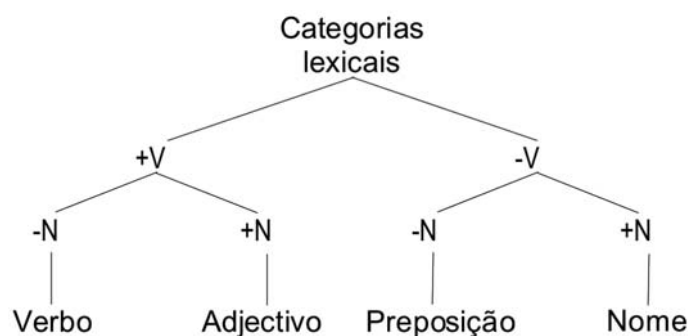
<sup>225</sup> Para a lista completa desses testes, cf Casteleiro (1978).

<sup>226</sup> *Ibid.* p.95

<sup>227</sup> Numa lógica paralela, Jackendoff (1977) sugeriu uma distinção categorial baseada na combinação de traços que rotulou [ $\pm$ Sujeito], [ $\pm$ Objecto]. Os traços propostos por Jackendoff (1977) são, como se vê, baseados na estrutura argumental dos itens lexicais: assim, N e V têm o traço [+Subj] porque exibem um sujeito (em Inglês), e V e P têm o traço [+Obj] porque regem objectos. O principal ponto fraco deste modelo, prontamente reconhecido pelo autor, é que se aplica essencialmente ao Inglês, pelo que não representa uma alternativa tipológica credível.

Vejamos de mais perto as implicações dos modelos de Chomsky e Fukui. No primeiro caso, ilustrado a seguir, os valores binários dos dois traços básicos permitem definir quatro categorias:<sup>228</sup>

(84) Chomsky (1970)



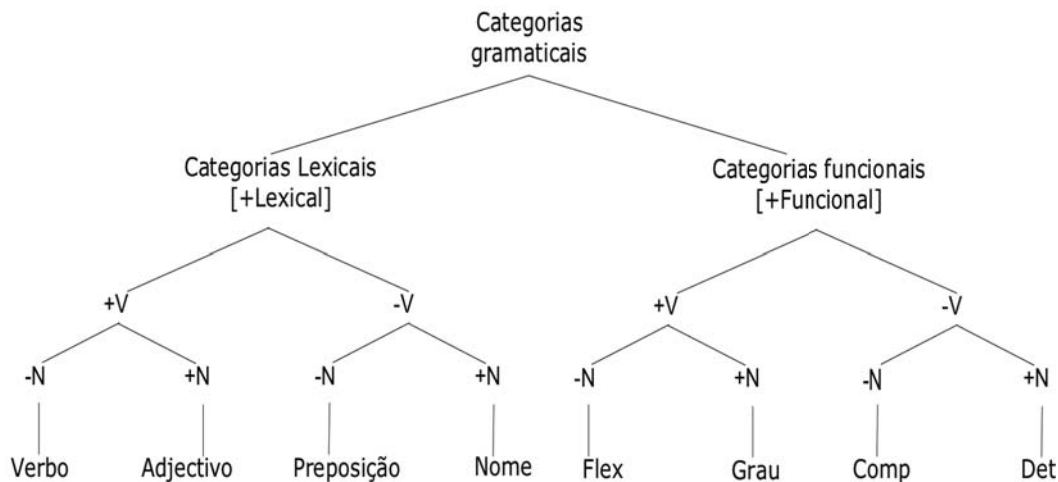
Existem pois quatro categorias lexicais: N, V, A e P. Esse conjunto de itens pode ser descrito em termos de pares de traços em intersecção. N, por exemplo, corresponde ao conjunto  $\{[+N] [-V]\}$ . A ideia subjacente é a de que, a nível do Léxico, a linguagem está organizada com base numa dicotomia fundamental entre elementos lexicais ‘*nominais*’ e ‘*verbais*’. Qualquer item lexical projectado numa categoria lexical manifesta alguma informação acerca do seu estatuto nominal ou verbal. O cruzamento desses dois traços fundamentais produz *in fine*, pela sua interacção, as categorias lexicais existentes. A força deste modelo provem essencialmente da sua simplicidade e objectividade, já que assenta em traços discretos que não deixam espaço para eventuais entidades intermediárias.<sup>229</sup>

No segundo caso, elaborando sobre Chomsky, Fukui adianta um modelo em que as categorias ‘funcionais’, recentemente descortinadas, ocupam um lugar logicamente esperado, o traço  $[\pm\text{Funcional}]$  duplicando o modelo anterior:

<sup>228</sup> Na realidade, o modelo original de Chomsky (1970) não contemplava a categoria P. Foi Jackendoff (1977) quem sugeriu a integração da preposição no modelo de Chomsky como quarta categoria lexical. cf. Dechaine (1993).

<sup>229</sup> Neste modelo, não existem classes ambíguas como ‘nomes adjectivos’ ou ‘nomes verbais’.

(85) Fukui (1986)



Se se alargar o quadro lexicalista às categorias funcionais, as mesmas de igual modo se encaixam globalmente na oposição ‘nominal’ / ‘verbal’. Assim, se Det é claramente ‘nominal’ e Flex é ‘verbal’, Grau e Det têm visivelmente afinidades categoriais com A e N, respectivamente.<sup>230</sup>

O léxico é assim dividido por Fukui em dois conjuntos distintos: as categorias lexicais e as categorias funcionais. As primeiras, que incluem nomes, verbos, adjetivos, etc., têm conteúdo substantivo, o que lhes permite serem marcadores temáticos e integrar construções predicado-argumento. As categorias funcionais, como Det, Deg, C, I, etc., não têm conteúdo substantivo nem são marcadores temáticos, mas têm traços categoriais e morfológicos. As categorias lexicais desempenham um papel essencial na interpretação das expressões linguísticas que integram os enunciados, ao passo que as categorias funcionais se limitam aos aspectos estritamente formais e gramaticais da estrutura linguística dos enunciados. Sendo assim, existe uma divisão do trabalho entre os dois tipos, que se pode resumir da seguinte forma.<sup>231</sup>

<sup>230</sup> A categoria funcional C(omplementador) pode ser associada, segundo uma observação inicial de Emonds (1985), aos traços [-N] – [-V], tal como P.

<sup>231</sup> Voltaremos a esta questão tipológica na quinta parte desta investigação.



- (86) (i) Categorias lexicais: os aspectos conceptuais das expressões linguísticas  
 (ii) Categorias funcionais: os aspectos computacionais das expressões linguísticas.

Independentemente do modelo adoptado, a definição e classificação de categorias baseadas em combinações de traços levanta, apesar da sua elegância formal e da sua emancipação dos preceitos lógico-semânticos clássicos, várias objecções. Vejamos algumas.

Uma primeira conclusão a que se chega é que, na gramática generativa, o adjectivo mantém com o nome uma proximidade relativa, já que ambos partilham, neste modelo, o traço [+N]. Tendo em conta a componente cartesiana da perspectiva descritiva seguida por Chomsky, esta convergência seria de esperar. A concepção chomskyana do adjectivo é pois, nesta fase, clássica. O adjectivo é um (tipo de) nome. Voltaremos a esta questão nos próximos capítulos.

Outra das consequências da teoria exposta em (84) e (85) é que as categorias N, V, A e P não são primitivos lexicais, mas antes ‘*etiquetas*’ convenientes apostas a feixes de traços —esses, sim, primitivos— marcados com determinado valor. Sendo assim, os símbolos categoriais que compõem o léxico devem ser processados como significando aproximadamente ‘feixe de traços X marcados com o valor Y’. Contudo, nem os traços nem os seus valores desempenham qualquer papel central em sintaxe, morfologia ou semântica, apesar de várias tentativas de integração. Além disso, como foi observado, a escolha destes traços não deixa de ser arbitrária e convencional.<sup>232</sup>

Do ponto de vista descritivo, o sistema de traços binários é ao mesmo tempo demasiado produtivo e restritivo. No caso de valores marcados negativamente, o traço [-V], por exemplo, comum às categorias N e P, implica que estas estarão de alguma forma integradas numa classe natural superior ([-V] [±N]). Contudo, nenhuma prova de ordem

---

<sup>232</sup> Do leque extenso de falhas apontadas à teoria dos traços lexicais, podemos também referir a observação de Baker (2003) segundo o qual o modelo de Chomsky (1970) trata da similitude entre categorias e “nada tem a dizer sobre as suas diferenças”. Baker lembra, a esse respeito, que a Teoria X-Barra foi justamente proposta na altura para reforçar a convergência categorial postulada pela teoria dos traços lexicais. (cf. Baker, 2003:3)

sintáctica ou morfológica foi até hoje adiantada que permita relacionar categorialmente N e P e atestar que essa super-classe existe. Do mesmo modo, no sistema de traços binários é impossível relacionar directamente as categorias A e P —que não partilham nenhum valor dos dois traços básicos—, quando se sabe que essas categorias são, em algumas línguas, próximas ou equivalentes (Dechaine (1993), Baker, (2003)). Em Inglês, por exemplo, itens como *near* são por um lado preposições (*'near the car'*) e por outro adjectivos (*'he is near'*). De notar que as formas flexionadas *'nearer'* e *'nearest'* atestam a natureza adjectival do item.<sup>233</sup> Relativamente a outras línguas germânicas, autores como Janda (2001) e Perridon (2003), citados por Willis (2004), analisam casos de 'desgramaticalização' de preposições em adjectivo: a preposição alemã *zu* (*'para'*) corresponde ao adjectivo *zu* (*'fechado'*); em Neerlandês, *bij* é ao mesmo tempo preposição (*'por'*) e adjectivo (*'esperto'*).

Inversamente, a convergência categorial atestada pela marcação positiva do valor de um dos traços —como N e A que são ambos [+N]— tem sido regularmente posta em causa (Bhatt, 1994), em especial nas línguas em que a categoria A levanta problemas de afinidade para com categorias [+V], caso do Coreano (Kim, 2003).

Em vez de traços de tipo [ $\pm$ V], Dechaine (1993) propõe uma tipologia semântica do léxico, fundamentada nos traços [ $\pm$ nominal], [ $\pm$ funcional] e [ $\pm$ referencial]. Assim, os itens lexicais V e N são [+referenciais] na medida em que denotam algo —respectivamente uma proposição e uma entidade—, ao passo que A e P são [-referenciais] por não terem denotação. A esse traço básico, Dechaine acrescenta outra distinção tipológica: os itens [+referenciais] estão associados a projecções específicas com o traço [+funcional] —no caso de N será a categoria D, e no caso de V a categoria T— enquanto que os itens [-referenciais] não exibem qualquer projecção funcional. Esta teoria do léxico, na qual o adjectivo aparece associado ao conjunto de traços {[+nominal], [-referencial], [-funcional]}, fornece assim uma alternativa fundamentada a Chomsky (1970). Apresenta-se a seguir o quadro elaborado por Dechaine (1993):

---

<sup>233</sup> Outros exemplos: 'along', 'worth'. cf. Li (1999), Willis (2004)

## (87) a. Categorias lexicais ([-funcional])

	[+referencial]	[-referencial]
[-nominal]	verbo	preposição
[+nominal]	nome	adjectivo

## b. Categorias funcionais ([+funcional])

	[+referencial]	[-referencial]
[-nominal]	I	Comp
[+nominal]	Det	Kase

Dechaine (1993) não levanta, contudo, a questão do estatuto [-referencial] de A. Tratando-se da categoria adjectival, a sua definição como item não referencial desprovido de domínio funcional parece-nos demasiado restritiva. Se a categoria adjectival projectar ela própria um sistema funcional DegP —proposto inicialmente por Corver (1991)—, então deveria integrar o conjunto das categorias referenciais. A proposta de que o adjectivo não está associado a nenhuma projecção funcional levanta sérias reservas na medida em que, ao que tudo aponta, os traços morfo-semânticos característicos da denotação adjectival —como o grau— pressupõem uma estrutura AP complexa, previsivelmente implicando um domínio funcional pelo menos acima do domínio estritamente lexical.

Por outro lado, se o adjectivo não denota entidades, será difícil negar que denota propriedades e que as atribui às entidades denotadas pelos nomes, cuja extensão, em alguns casos, modifica. Como veremos, os adjectivos podem ser plenamente referenciais em certas condições, assim como os nomes podem, em outras, denotar propriedades. A fronteira entre N e A parece-nos, pois, difícil de traçar relativamente à sua eventual capacidade denotadora e ao traço [ $\pm$ referencial].

### 4.3.O lugar do léxico no Programa Minimalista

A partir de Chomsky (1995), o sistema de traços binários é integrado numa perspectiva ‘minimalista’ do léxico. O ponto de partida de uma derivação sintáctica é um item lexical definido como um conjunto de traços fonológicos, semânticos e formais (mais precisamente categoriais). Podemos representar do seguinte modo esta proposta:

(88) Item lexical

{[traços-P(fonológicos)], [traços-S(emânticos)], [traços-F(ormais)]}

Os traços-F retomam e prolongam o sistema de traços  $[\pm V]$   $[\pm N]$ . Os itens lexicais definidos em (88), elementos básicos das operações sintácticas, são objectos sintácticos. As estruturas sintácticas são criadas via *Merge*<sup>234</sup>, operação que incide sobre pares de objectos sintácticos definidos em (88) :

(89) Merge / Compor (Chomsky, 1995, 2001)

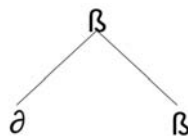
Uma operação que selecciona um par de objectos sintácticos  $(\alpha, \beta)$  substitui-os por um novo objecto sintáctico K

A etiqueta de K é  $\alpha$  ( $\alpha$  projecta) ou  $\beta$  ( $\beta$  projecta)

Neste modelo, a etiqueta de K é determinada pela identidade categorial —traços-F— dos objectos sintácticos  $\alpha$  e  $\beta$ . A operação *Merge* extrai elementos do léxico e junta-os em sintagmas, podendo toda a estrutura da frase ser progressivamente processada, dos núcleos ao topo. Segundo Chomsky (1995:235), quando os itens lexicais são directamente extraídos do léxico e inseridos numa numeração, já vêm devidamente flexionados.

O PM é um modelo no qual toda a variação linguística está codificada no léxico, sob forma de traços nas categorias lexicais e funcionais, determinando os mesmos as combinações possíveis dessas categorias. A operação de construção de estrutura descrita em (89) funciona do seguinte modo: selecciona e junta dois objectos sintácticos e atribui uma etiqueta à nova estrutura assim formada:

(90)



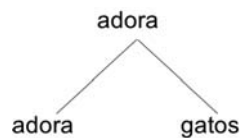
<sup>234</sup> No seguimento do texto, usaremos o termos Inglês “Merge” para referir a operação sintáctica e o verbo “compor” para denotar a acção correspondente.

A etiqueta pode ser  $\bar{\alpha}$  ou  $\beta$ , sendo a escolha determinada pelas propriedades de selecção, tendo como resultado que o selector projecta sempre. Vejamos a título de exemplo como *Merge* constrói uma frase simples como a seguinte:

(91) O Pedro adora gatos

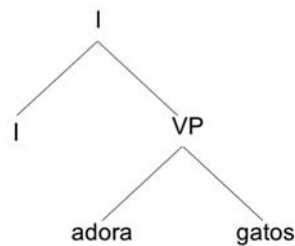
Tendo em conta que as estruturas sintácticas são derivadas por *Merge* de baixo para cima, a operação começa por juntar o predicado verbal *adora* ao seu argumento interno *gatos*. O verbo é aqui o elemento que projecta já que selecciona o seu objecto directo. Em termos de propriedades de selecção, o constituinte interpretado como argumento interno deve satisfazer várias condições, nomeadamente em termos de compatibilidade de traços categoriais e semânticos. A estrutura resultante é a seguinte:

(92)



Na etapa seguinte, e simplificando muito a descrição, o VP assim criado é associado a um elemento funcional I(nflection), inserido de forma a verificar a flexão do verbo e o acordo com o sujeito; I selecciona VP e, em consequência, projecta:

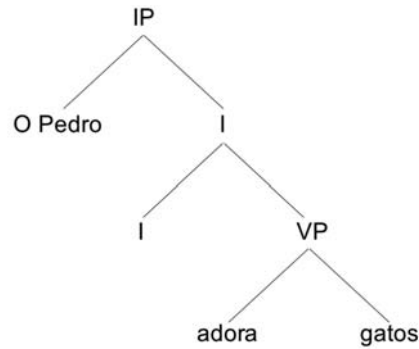
(93)



Na etapa final, *o Pedro* é associado à estrutura anterior. O DP sujeito é engendrado em [Spec,VP], mas como I dispõe de um traço [+nominativo] que selecciona um DP no

seu Spec, projecta de novo, originando a estrutura final seguinte, na qual o sujeito subiu para a posição de especificador de I, e como tal, é argumento externo de V.<sup>235</sup>

(94)



A teoria minimalista do léxico levanta problemas, a começar pela estipulação de vários grupos de traços face a um modelo gramatical reduzido a condições de interface — sendo alguns traços não interpretáveis pelas interfaces, o que representa um desafio às *'bare output conditions'*. Tendo em conta que um item lexical se deveria reduzir idealmente a uma relação forma/sentido, a existência de traços de natureza não semântica e não fonética pode ser considerada uma imperfeição do modelo. Na realidade, a teoria lexical constitui, na gramática minimalista, uma área verdadeiramente subdesenvolvida, ao ponto de se poder concluir que não existe uma teoria generativa do léxico credível.<sup>236</sup>

Note-se que o problema anterior recebeu várias propostas de correcção, vindas de autores à procura de uma alternativa ao modelo lexical padrão, mas também de autores que descrevem línguas apresentando categorias lexicais ambíguas — caso do adjectivo em Japonês. Tendo a tipologia lexical sido revista à luz de hipóteses diversas, destacaremos a seguir as mais relevantes para a categoria adjectival.

<sup>235</sup> Nesta descrição simplificada, omite-se que IP é substituído por TP.

<sup>236</sup> Cf. Baker (2003:4).

#### 4.4. O adjetivo como categoria por defeito

##### 4.4.1. Tipologia das categorias lexicais

Uma alternativa possível ao modelo chomskyano do léxico parece-nos ser a proposta de Baker (2003). Trata-se de um quadro que limita a três o número de categorias lexicais nas línguas naturais —verbos, nomes e adjetivos— e reduz a dois traços sintácticos a sua tipologia.<sup>237</sup> Os verbos são, nesta perspectiva, categorias inerentemente predicativas, o que implica, do ponto de vista tipológico, que projectam sempre um especificador, interpretado como ‘*sujeito*’. Os verbos evidenciam-se assim pelo facto de serem a única categoria a projectar um especificador lexical, que marcam tematicamente. Os nomes, são, por seu lado, predicados típicos (‘*sortal predicates*’), a única categoria lexical associada a um critério de identidade<sup>238</sup>, o que explica por que razão o nome é também a única categoria que co-ocorre com quantificadores<sup>239</sup>. O critério de identidade dos nomes é, além disso, associado a um índice referencial, que os torna particularmente aptos a serem argumentos, ou seja, determina a sua sintaxe.<sup>240</sup> Quanto ao adjetivo, Baker considera-o como uma categoria lexical não marcada, isto é, não exhibe qualquer índice referencial nem projecta de raiz qualquer especificador. Essa neutralidade explica, por um lado, que os adjetivos sejam modificadores ideais —não precisam de ser argumentos, como os nomes, nem projectam uma estrutura argumental, como os verbos—, e, por outro,

---

<sup>237</sup> Para Baker (2003), a preposição não é uma categoria lexical.

<sup>238</sup> Para Baker (2003), o critério em questão pode formular-se pelo facto de ser possível ou não conceber uma igualdade entre duas entidades X e Y. O autor sugere que essa igualdade só pode ser considerada se X e Y forem nomes. Eis a dupla definição do nome proposta na página 95:

- a. Semantic version: nouns and only nouns have criteria of identity, whereby they can serve as standards of sameness.
- b. Syntactic version: X is a noun if and only if X is a lexical category and X bears a referential index, expressed as an ordered pair of integers.”

<sup>239</sup> A quantificação só é compatível, segundo Baker, com predicados típicos.

<sup>240</sup> Mais precisamente, Baker propõem que esse índice tem que ser legitimado por uma categoria atribuidora de papel temático estruturalmente próxima.

co-ocorram eventualmente com uma categoria Grau. O quadro seguinte resume Baker (2003):<sup>241</sup>

(95) Tipologia das categorias lexicais (Baker, 2003)

	Tem um critério de identidade / um índice referencial	Não tem um critério de identidade / um índice referencial
Tem um especificador marcado tematicamente	—	Verbo
Não tem um especificador marcado tematicamente	Nome	Adjectivo

Com base em (95), Baker propõe que: (i) os verbos devem marcar tematicamente os sintagmas dentro da sua projecção máxima, nomeadamente o seu especificador; (ii) os nomes devem receber um papel temático na medida em que ostentam um índice referencial; (iii) os adjectivos, não tendo nenhuma das propriedades anteriores, não precisam de atribuir nem receber papel temático, pelo que aparecem essencialmente em posições não argumentais.<sup>242</sup>

Para Baker, as propostas anteriores são as únicas capazes de explicar dados até agora considerados enigmáticos.<sup>243</sup> Explicam, por exemplo, que só N se combine com Q, já que só N pode ter índices referenciais e pode em consequência denotar pluralidade e quantidade: N pode ser contado por Num e quantificado por Q, não sendo o caso de V nem de A (que não têm nenhum índice). Estas restrições distribucionais (assim como outras, como a co-ocorrência exclusiva entre I e V) só se explicam com base na ideia de que as

<sup>241</sup> Do ponto de vista teórico, é interessante notar que não existe, neste modelo, qualquer categoria exibindo ao mesmo tempo um índice referencial e um especificador temático. A razão desse vazio permanece enigmática.

<sup>242</sup> Exemplo dessas construções são, segundo Baker, as orações pequenas. Assim, em (i), só um adjectivo é possível, na medida em que se trata de uma posição de predicado secundário, inapta a receber ou atribuir um papel temático:  
(i) I beat the metal flat (A) / \* break (V) / \* sword (N)

<sup>243</sup> "Such a theory should provide a unified account of the range of grammatical environments in which one lexical category can be used but not another, and of differences in the internal structure of words and phrases headed by the various lexical categories." (Baker, 2003:17)



categorias lexicais exibem conjuntos de traços formais, como os propostos em (95). A posição de Baker (2003) consiste pois em considerar que as categorias V, N e A não são inerentemente lexicais, sendo em alternativa associadas a determinado comportamento sintáctico:

- (96) (...) whether something is a verb, noun, or adjective is determined by its syntactic configuration. This means that the lexical category of an item is determined at insertion and not prior. **There are no lexical category distinctions between items in the lexicon.**<sup>244</sup>

Trata-se pois de uma versão em ruptura com a teoria lexicalista de Chomsky (1970), na medida em que não se baseia em traços lexicais básicos para definir categorias, mas em critérios sintácticos estritos. Ou seja: um item é um nome, verbo ou adjectivo em função da sua configuração sintáctica, o que pressupõe por sua vez que a identidade lexical desse item só é determinada no momento da inserção, não estando, pois, predefinida. Em consequência, não existem no léxico distinções categoriais entre os itens, nem existem traços lexicais.<sup>245</sup>

As propostas de Baker (2003) inspiram-se parcialmente, em nosso entender, na Morfologia Distribuída (cf. Marantz & Halle, 1993, 1994), nomeadamente a sua recusa de considerar o Léxico como uma componente da Gramática e a consequente rejeição da

<sup>244</sup> Baker (2003:95). O destaque é nosso.

<sup>245</sup> Em todo o caso, o autor associa a cada “categoria lexical” por si definida diversas configurações e projecções funcionais, de forma a poder dar conta de várias questões distribucionais. Assim, relativamente às restrições sobre coordenação, Baker retoma observações clássicas segundo as quais é impossível coordenar V e A, assim como V e N, mas não N e A. Vejamos alguns exemplos, adaptados ao Português:

- (i). \*O casamento fez o João engordar muito (V) e bastante feio (A)
- (ii). \*As férias fizeram à Maria um bem (N) incrível e bronzear (V) durante dias
- (iii). O casamento tornou a Maria muito calma (A) e uma excelente dona de casa (N)
- (iv). O João voltou das férias um verdadeiro turista (N) mas nada pretensioso (A)

Para explicar as diferenças de gramaticalidade entre por um lado (i) e (ii), e, por outro, (iii) e (iv), Baker invoca a especificidade das categorias funcionais associadas a V, N e A. Assim, como predicados, tanto A com o N projectam uma categoria funcional PredP, pelo que os predicados adjectivais e nominais admitem coordenação —trata-se de coordenação entre dois PredP. Pelo contrário, os exemplos em (i) e (ii) falham porque se trata de uma tentativa de coordenar VP e PredP.

Hipótese Lexicalista, isto é, induzem um modelo em que os elementos categoriais tradicionais (nome, verbo, adjectivo, etc.) são desprovidos de qualquer significado universal e devem ser considerados essencialmente derivados de combinações de vários tipos de morfemas básicos.

A principal qualidade do modelo de Baker reside na perspectiva original pela qual opta: fazer o levantamento das diferenças e não a lista das semelhanças entre categorias lexicais, o que lhe permite relacionar as constantes sintácticas identificadas pela gramática generativa com a própria natureza das categorias lexicais.

Em contrapartida, haverá algumas reservas a considerar, sendo a mais crítica o postulado de singularidade associado ao adjectivo: este seria no fundo uma categoria que o é por não exibir nenhuma propriedade, porque não é nem nome nem verbo.<sup>246</sup> Note-se este ponto fundamental: **o adjectivo aparece como a categoria lexical por defeito**, ou seja, seguindo a lógica de Baker, trata-se de uma categoria cuja identidade é fornecida precisamente pela ausência de marcas, pela sua diferença com as outras. Seguindo à letra Baker, teríamos que optar por uma análise baseada nesta observação fundamental: **o adjectivo é uma categoria lexical universalmente subespecificada**.<sup>247</sup> Nesse aspecto, assemelhar-se-ia mais a uma raiz lexical do que a uma verdadeira categoria, no fundo mais próxima da lógica da ‘*subespecificação*’ daquilo que a Morfologia Distribuída rotula de “Itens de Vocabulário”, em que o adjectivo não exigiria qualquer especificação categorial antes da sua inserção em sintaxe. O risco deste tipo de análise advém do facto de uma categoria assim definida não passar de um objecto sintáctico por defeito, um puro ‘*signal fonológico*’ completamente determinado pelo contexto de inserção e cuja única função consiste em expressar morfemas abstractos.<sup>248</sup> Ora uma das principais tarefas da gramática consiste em determinar de que forma as propriedades gramaticais das várias categorias desempenham um papel na sua aparente organização e, inversamente, até que ponto as representações lexicais das palavras dependem do seu comportamento sintáctico. Estará

---

<sup>246</sup> O título do capítulo dedicado ao adjectivo é “The essence of having no essence”.

<sup>247</sup> Baker retoma a ideia de Dechaine (1993) de considerar o adjectivo como uma categoria marcada negativamente.

<sup>248</sup> Cf. Halle & Marantz (1993) sobre o conceito de “vocabulary items”.

esse comportamento representado no léxico, desempenhando o papel de um princípio organizador?

Outro dos problemas de (95) é que a tipologia do nome —caracterizado, como se disse, por exibir um índice referencial— assenta numa base semântica (aquilo a que o autor chama ‘*critério de identidade*’) que condiciona o comportamento sintáctico de N, particularmente a sua afinidade para com as posições temáticas. Na verdade, —deixando de parte a questão técnica de artifícios descritivos como índices— a definição de Baker do nome assenta no conceito algo vago de “identidade”, que não parece aplicável exclusivamente aos nomes. Do mesmo modo que N, a categoria A pode ser captada em termos de identidade, como veremos no decorrer deste trabalho.

#### 4.4.2. Problemas de análise com Baker (2003)

Outras dificuldades práticas existem, ainda, no modelo de Baker (2003), como, por exemplo, a distinção entre nomes e adjectivos em construções predicativas. Como se disse, Baker recorre, para reforçar a sua distinção entre A e N e explicar que estes possam ambos ocupar posições predicativas, a uma categoria funcional PredP intermédia.<sup>249</sup> Assim, nas frases seguintes, A e N ocorrem na mesma posição predicativa porque as suas projecções são dominadas por uma categoria PredP, que permite aos predicados de indivíduo *simpático* e *um colega* atribuir papéis temáticos ao sujeito.<sup>250</sup>

- (97) a. O João é [<sub>PredP</sub> [<sub>AP</sub> simpático]]  
 b. O João é [<sub>PredP</sub> [<sub>DP</sub> um colega]]

Nessa óptica, o verbo *estar* pode em Português admitir, na mesma construção, predicados de fase adjectivais ou nominais:

---

<sup>249</sup> Cf. comentários dos exemplos na nota (245).

<sup>250</sup> Embora não especifique qual o papel temático atribuído, que deve, no entender de Baker, ser definido a nível lexical.

- (98) a. O João está [<sub>PredP</sub> [<sub>AP</sub> grande]]  
 b. O trânsito está [<sub>PredP</sub> [<sub>NP</sub> um caos]]

Contudo, no quadro de Baker, não é possível explicar a proibição, nesta mesma posição, de NP —ou seja, N sem qualquer determinação:

- (99) a. \* [<sub>DP</sub> O João] é [<sub>PredP</sub> [ [<sub>NP</sub> colega]]  
 b. \* [<sub>DP</sub> O trânsito] está [<sub>PredP</sub> [ [<sub>NP</sub> caos]]

Podemos, obviamente, formular a hipótese *ad-hoc* de que a categoria funcional PredP só selecciona um DP. Nesse caso, os exemplos em (99) seriam rejeitados devido a restrições de selecção. Isto é consistente com propostas que fazem de N um argumento só quando dominado por Det (cf. Longobardi (1994)). Contudo, nas frases seguintes, ambos A e NP podem ser predicados do sujeito:

- (100) a. A Joana é [<sub>PredP</sub> [ [<sub>AP</sub> impulsiva]]  
 b. A Joana é [<sub>PredP</sub> [ [<sub>NP</sub> fogo]]
- (101) a. A Joana está [<sub>PredP</sub> [ [<sub>AP</sub> linda]]  
 b. A Joana está [<sub>PredP</sub> [ [<sub>NP</sub> moça]]

Se, na hipótese de Baker, N, ao contrário de A, não pode ocupar posições não argumentais (porque tem que receber papéis temáticos), então os exemplos (b) anteriores ficam por explicar, na medida em que, se o nome verifica expressamente essa condição, os exemplos com NP deveriam ser excluídos.

Além disso, línguas como o Português e o Francês —e as línguas Românicas em geral— admitem regularmente construções predicativas com *ser* em que, na ausência de D, o nome não é interpretado como argumento.<sup>251</sup> Nesse caso, uma categoria funcional de tipo PredP seria incapaz de seleccionar um DP para lhe atribuir papel temático, pelo que as frases (102.a) e (103.a) deveriam ser agramaticais. O verbo *ser* também não pode

---

<sup>251</sup> Cf. Brito (2003:360), Duarte (2003:290)

seleccionar os NPs *médecin* ou *motorista* como argumentos já que, como vimos, os adjectivos são possíveis na mesma posição —além disso, a presença eventual de uma categoria funcional PredP intermédia impossibilitaria a atribuição de papel temático ao argumento do verbo:

- (102) a. Jean est [<sub>NP</sub> medecin / pompier / policier / professeur / routier]  
 b. Jean est [<sub>DP</sub> le médecin de service]
- (103) a. O Pedro é [<sub>NP</sub> motorista / bombeiro / polícia / professor]  
 b. O Pedro é [<sub>DP</sub> o motorista do autocarro]

Ao contrário do que sugere Baker, concluímos que ocupar uma posição que recebe papel temático não é um critério distintivo rigoroso entre nome e adjectivo, já que, como estes exemplos mostram, os nomes podem ocupar posições não argumentais, tal como os adjectivos. A distinção entre N e A não pode, pois, ser exclusivamente baseada neste critério estrutural.

Outro exemplo de dificuldade para o modelo de Baker (2003) são as construções de ‘*predicado secundário*’. Existem vários tipos de construções em que o adjectivo, em contexto de predicação do sujeito, ocupa o lugar de ‘*predicado secundário*’, que ilustramos a seguir:<sup>252</sup>

- (104) a. A manhã raiou **esplendorosa**  
 b. O João partiu **furioso**  
 c. O velho marinheiro nasceu **rico**, viveu **triste**, morreu **pobre**

Estas construções caracterizam-se pela existência de verbos “intransitivos de movimento ou ergativos” (*nascer, viver, crescer, chegar, entrar, sair*, etc.), cujo conteúdo lexemático e dependência sintagmática, segundo Fonseca (1993), não são afectados

---

<sup>252</sup> Os exemplos são de Fonseca (1993), p.17.

directamente pela inserção do adjectivo.<sup>253</sup> Este reveste-se, pois, de traços de auxiliar — porque é facultativo— do predicado verbal, sendo, nestas configurações, o predicado secundário do predicado primário que é o verbo. Uma consulta à base CETEM revela-nos a relativa frequência desta estrutura<sup>254</sup>, que convém contudo complementar com outros verbos que admitem também construções predicativas secundárias como *deixar, tornar, ficar, parecer, manter, continuar, considerar*, etc. Vejamos alguns exemplos:

- (105) a. O mar **continua mau**, bate muito ali, e as águas estão barrentas  
 b. Quando fui autarca e fazia realojamentos era normal que quem não conseguia logo uma habitação **ficasse insatisfeito**  
 c. A hora do jogo **ficou dependente** do clube de Alvalade  
 d. Contribuiria, a meu ver decisivamente, para o indispensável diálogo entre forças que dele têm **andado arredias**  
 e. Este «golpe de Estado» **deixa céptica** a maior parte dos grandes mestres de xadrez  
 f. O Partido resolveu ontem **tornar pública** a sua rejeição «frontal» das propostas de reforma  
 g. O n. 1 do art. 300.º do CPT foi assim **declarado inconstitucional**, para bem de todos nós  
 h. Foi recrutado para entrar numa guerra que **considera injusta**  
 i. Apesar de tudo, Fernando Reis **continua firme** na sua convicção  
 j. Portugal -- que pretende **tornar anual** a cimeira -- aposta no desenvolvimento  
 k. Estes benefícios servem para estimular um mercado e o **tornar receptivo** a algumas privatizações

Ao contrário das anteriores, estas construções de “auxiliação do predicado” manifestam claramente a sua ‘*dependência*’ relativamente ao sujeito, com o qual partilham flexões de número e género. Não têm estatuto facultativo em relação à grelha argumental do verbo, já que a ausência do adjectivo seria na maioria dos casos agramatical (*uma guerra que considera \*(injusta)*). Na sintaxe generativa, tais construções são, na sua

<sup>253</sup> “O adjectivo pode ser apagado sem que tal determine a destruição da estrutura.” (Fonseca (1993:18)).

<sup>254</sup> Expressão de pesquisa: [pos="V.\*"] [pos="ADJ.\*"]. Das 15 000 concordâncias apuradas para a pesquisa V+A, cerca de 5% (750) correspondem a construções de predicado secundário. Os verbos pronominais ocupam, neste conjunto, um lugar de destaque: *tornar-se irrequieto, manifestar-se descontente, apresentar-se eficaz, revelar-se brilhante*, etc.

maioria, exemplos de ‘*orações pequenas*’ (Chomsky, 1981, Stowell, 1981, 1983). O que importa aqui ressaltar é o desafio que estas construções representam para a teoria de Baker (2003). Em (105), as ocorrências de orações pequenas envolvendo um predicado adjectival (*tornar público, continuar firme, deixar céptico, ficar dependente*, etc.) implicam que o adjectivo, núcleo da oração pequena, é de algum modo seleccionado pelo verbo, que atribui ao mesmo tempo Caso —acusativo em (106)— à posição argumental regida pelo adjectivo.<sup>255</sup>

(106) Portugal pretende tornar a cimeira anual

Se o predicado adjectival *anual* deve atribuir ao seu sujeito *a cimeira* um papel temático e se esse argumento ocupa por hipótese a posição de especificador de um núcleo funcional, então estas construções deveriam, no modelo de Baker, ser agramaticais, na medida em que a presença de uma categoria funcional FP intermédia comprometeria a selecção do adjectivo pela categoria funcional PredP.<sup>256</sup> Além disso, a atribuição de caso ao argumento do adjectivo pelo verbo externo também não se adequa ao modelo em questão, a não ser estipulando que PredP não é uma barreira à atribuição de caso:

(107) tornar [<sub>PredP</sub> [ [<sub>SC</sub> [<sub>FP</sub> a cimeira [<sub>AP</sub> anual]]]]]

Em síntese, o quadro anterior não dá conta da existência de um número razoável de casos em que a noção de adjectivo, tal como acaba de ser resumida, é posta em causa.

Por um lado, associado às várias análises do adjectivo existe um postulado de singularidade segundo o qual este seria uma categoria desprovida de propriedades, e, consequentemente, qualifica-se como uma categoria por defeito, cuja identidade é

---

<sup>255</sup> Note-se que os exemplos em (105) revelam várias assimetrias em termos de ordem predicado / argumento, já que o argumento sujeito autoriza que essa ordem seja invertida: tomar (a notícia) pública (a notícia) / ficar (\*dos outros) dependente (dos outros). O exemplo (106) é um deles: *cimeira* é sujeito de *anual* e, como tal pode seguir ou anteceder o predicado.

<sup>256</sup> Os exemplos em (104) podem, em contrapartida, ser correctamente previstos por Baker (2003).

fundamentalmente subespecificada e determinada pela sua diferença com as outras. Mais raiz lexical do que verdadeira categoria, o adjectivo não exigiria, por essa razão, especificação categorial antes da sua inserção em sintaxe. Contudo, se a gramática deve determinar de que forma as propriedades gramaticais das várias categorias desempenham um papel na aparente organização da frase e, inversamente, em que medida as representações lexicais dependem do seu comportamento sintáctico, levanta-se, no caso particular da categoria adjectival, a questão de saber de que forma e a que ponto o seu estatuto lexical, aparentemente defectivo, condiciona esse princípio de organização.



## Capítulo 5

### Conversão e equivalência nome/adjectivo

O quadro até agora traçado não dá conta da existência de um número razoável de casos em que a noção de adjectivo, tal como foi resumida, é posta em causa. Existem diversos exemplos de construções adjectivais em que a natureza categorial do adjectivo oscila entre vários extremos, ao ponto de extravasar os seus limites. De forma a ilustrar as dificuldades em delimitar, em Português, os contornos da classe adjectival, assim como em distinguir rigorosamente entre A e N, vamos a seguir analisar alguns casos que consideramos relevantes: os adjectivos atributivos envolvidos em construções de grau nominal, as construções nominais graduáveis, as construções predicativas com nomes humanos e, por fim, as construções de modificação verbal.

#### 5.1. Adjectivos atributivos em construções de grau nominal

O adjectivo e a expressão de grau que lhe é associada constitui o meio habitual pelo qual as propriedades ou qualidades graduáveis são expressas. Contudo, o facto de ocorrerem modificadores de grau também fora do domínio adjectival representa um desafio importante em termos de justificação dos mecanismos envolvidos. De facto, desde Abney (1987), tem-se notado que a modificação por grau se estende ao domínio nominal, ou seja, que existe um “grau não adjectival” em que o predicado alvo de gradação aparenta ser um N. Nesses contextos, que vamos ver a seguir, a inserção de um adjectivo no DP equivale à inserção de uma expressão de grau capaz de denotar a intensidade expressa pelo predicado nominal:

- (108) a. O João é um **grande** burro  
 b. A Maria é uma **grande** chata  
 c. Trata-se de um **enorme** engano  
 d. Houve uma **colossal** colisão na auto-estrada

Como facilmente se vê, o significado destas frases não envolve nenhuma leitura de medida explícita —em que *Maria*, por exemplo, seria objecto de medição física do ponto de vista do seu ‘*tamanho*’—, mas antes uma interpretação na qual o predicado nominal verifica determinado grau positivo. Essa leitura de “grau nominal”, natural nos exemplos anteriores, parece ser bastante persistente, já que permanece intacta em contextos sintácticos como o comparativo o superlativo:

- (109) a. O João é **mais** burro que o Pedro  
 b. A Maria é **a maior** chata que conheço

Sintomaticamente, contudo, estes adjectivos, presumivelmente por serem “graus”, não admitem os modificadores adverbiais típicos do adjectivo:

- (110) a. \* O João é um {muito /verdadeiramente / excepcionalmente} grande alcoólico  
 b. \* A Maria é uma {extremamente / bastante} grande chata

Esta incompatibilidade entre modificadores como *muito*, *bastante*, *extremamente*, e adjectivos graduáveis como *grande* afigurar-se-ia enigmática se excluíssemos a proposta de que não estamos perante adjectivos mas perante expressões de grau e que essa agramaticalidade corresponde na realidade a uma situação de redundância.

Do mesmo modo, estas construções também não admitem outro adjectivo adjacente ao primeiro:

- (111) a. \*O João é um **feliz grande** idiota  
 b. \*A Maria é uma **perigosa grande** chata

Admitem contudo adjectivos em posição pós-nominal :

- (112) a. O João é um **grande** idiota **feliz**

b. A Maria é uma **grande** chata **perigosa**

Para explicar este contraste, teremos de admitir que o N não pode *compor* com um A na medida em que se encontra já controlado por um grau, sendo a posição pós-nominal a única alternativa para adjectivos restritivos.

Tendo em conta que as construções anteriores existem com as mesmas características em outras línguas<sup>257</sup>, vamos defender duas generalizações: (i) a leitura de “grau nominal” expressa por adjectivos só é possível com adjectivos atributivos; (ii) a leitura de “grau nominal” expressa por adjectivos só é possível com adjectivos graduáveis.<sup>258</sup> Vejamos a primeira observação: de facto, a leitura de grau nominal parece incompatível com a posição predicativa:

- (113) a. O João é um **grande** alcoólico  
 b. \* Este alcoólico é **grande**  
 c. A Maria é uma **enorme** gastadora  
 d. \* A Maria é gastadora e é **enorme**

Ou seja, em posição predicativa, o adjectivo só tem acesso a uma leitura literal subsectiva, mas não equivale a uma expressão de grau. Note-se que esta leitura também é incompatível com a posição pós-nominal do adjectivo, caso em que passa a ter uma leitura intersectiva:

- (114) a. O João é um alcoólico **grande** (=alto)  
 b. A Maria é uma gastadora **enorme** (=muito gorda)

Numa primeira fase, diremos pois que a leitura de grau nominal só está disponível para os adjectivos graduáveis em posição pré-nominal. Contudo, a natureza semântica destes adjectivos deve ainda ser restringida, já que esta leitura só está disponível para

<sup>257</sup> Inglês: “a big idiot”; Francês “un grand fou”; Espanhol “un gran idiota”

<sup>258</sup> cf. a análise das classes léxico-semânticas adjectivais na página 47 e subsequentes.

adjectivos antónimos polares de grau positivo (cf. p.54), mas não para adjectivos que prediquem dimensões negativas ou reduzidas:

- (115) a. O João é um {**grande** / **enorme** / **colossal**} burro  
 b. \* O João é um {**pequeno** / **diminuto** / **minúsculo**} burro

A afinidade dos antónimos positivos para com o grau nominal é pois sistemática, o que sugere não se tratar de uma propriedade acidental dos mesmos. Podemos, pois, concluir que os adjectivos que predicam tamanho positivo legitimam leituras de grau nominal, ao contrário dos adjectivos que predicam tamanho negativo.

Outro teste aplicado a esses adjectivos revela a sua dupla leitura —de grau e de tamanho: pode-se cancelar uma das leituras, sem entrar em contradição. O mesmo não acontece, porém, quando o adjectivo só dispõe de uma leitura (ausência de grau):

- (116) a. O João não é **grande**, mas é um **grande** burro  
 b. A Maria não é **enorme**, mas é uma **enorme** gastadora
- (117) a. \*Esta casa não é **enorme**, mas é uma **enorme** casa  
 b. \*Esta sala não é **grande**, mas é uma **grande** sala

Note-se ainda que, na perspectiva anterior, teremos que distinguir esta leitura de grau de outras construções em que o grau não é explícito. Mais precisamente, estas construções revelam uma certa afinidade para os predicados humanos, sendo que o efeito “grau nominal” desaparece quando o N é um predicado [-humano]. Nos exemplos (108.c.d), citados de novo a seguir, note-se que a construção dos adjectivos graduáveis não fica limitada por nenhuma das restrições apontadas anteriormente: podem ser predicativos (120) e pós-nominais (119) —compare-se com os exemplos (113) e (114):

- (118) a. Trata-se de um **enorme** engano [-humano]  
 b. Houve uma **colossal** colisão na auto-estrada
- (119) a. Isto é um engano **enorme**  
 b. Houve uma colisão **colossal**

- (120) a. Este engano é **enorme**  
 b. Houve uma colisão e foi **colossal**

Nos exemplos anteriores, os adjectivos *colossal* e *enorme* não denotam pois um grau, mas um tamanho, mais precisamente uma quantidade. Para reforçar esta observação, note-se ainda que os adjectivos graduáveis de tamanho negativo são compatíveis com predicados não humanos —embora não o sejam, como se viu em (115), com predicados humanos:

- (121) a. Houve um **pequeno** engano [-humano]  
 b. Senti uma **pequeníssima** dor  
 c. Há um **minúsculo** problema com o seu processo

Como seria de esperar, na presença de predicados não humanos, não se manifesta nenhuma leitura dupla —grau e tamanho—, pelo que as frases em que se cancela a leitura de tamanho são agramaticais (já que a leitura de grau foi cancelada pela ausência de um predicado adequado):

- (122) a. \* O engano não foi **grande**, mas foi um **grande** engano  
 b. \* A dor não foi **pequena**, mas senti uma **pequena** dor

Resumindo os dados anteriores, diremos que, em certas circunstâncias, um predicado nominal pode admitir uma leitura de grau. Mais precisamente, um N com o traço [+humano] pode ser intensificado por meio de um adjectivo graduável que actua como um núcleo Grau, ou seja, selecciona o N e modifica o valor da escala associada à sua denotação. Estas observações, mais do que a questão do tipo de adjectivo envolvido —‘*adjectivo-grau*’—, levantam obviamente o problema da existência de gradação no domínio nominal. Tais casos —que, como vimos, são transversais a línguas como o Inglês, o Espanhol e o Francês— convidam a concluir que se pode postular a existência, para um

conjunto de N, de um argumento Grau associado a uma escala de valores.<sup>259</sup> Esta proposta levanta, contudo, problemas teóricos delicados, na medida em que a ideia de que alguns N podem ter grau questiona a tradicional distinção categorial entre os predicados nominais e os adjectivais, sendo estes últimos considerados habitualmente predicados graduáveis exclusivos.

Vamos adiantar algumas propostas de solução. Em primeiro lugar, note-se que a maioria dos adjectivos pode ocupar uma posição Grau nominal —e não só adjectivos graduáveis de tamanho. Será o caso, por exemplo, de adjectivos como *verdadeiro*, *autêntico*, *legítimo*, etc.:

(123) O João é um {**verdadeiro /autêntico/completo**} idiota.

Contudo, estes adjectivos não adiantam nenhuma leitura de grau (são compatíveis com a posição pós-nominal), limitando-se antes a serem “positivos”:

(124) a. O João é um **completo** idiota / idiota **completo**  
 b. A Maria é uma **verdadeira** praga / uma praga **verdadeira**

Esta tendência sai reforçada pelo facto de estes adjectivos poderem combinar-se com predicados não humanos, ao contrário dos adjectivos de grau anteriormente citados:

(125) Foi um **completo** fracasso / uma **autêntica** catástrofe

Por último, note-se que em expressões como *autêntica catástrofe*, o adjectivo *autêntica* equivale a um elemento quantificado e pertence ao mesmo conjunto que as expressões quantificadas no domínio adjectival. Mais precisamente, estes modificadores

---

<sup>259</sup> A existência de um grau nominal não se limita a estes casos. Também transversal às línguas, existe uma construção de inversão interna ao DP com inserção de uma preposição *de*, que equivale à expressão de um grau:

- (i) un amour de fille (= uma rapariga muito carinhosa)
- (ii) uma jóia de pessoa (=uma pessoa muito amável)
- (iii) a beauty of a car (=um carro muito bonito)

manifestam-se como adjectivos no domínio nominal e como advérbios no domínio adjectival:

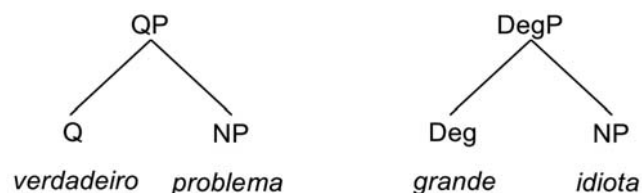
- (126) a. **Verdadeiro** problema → **verdadeiramente** problemático  
 b. **Colossal** desastre → **colossalmente** desastroso

Mas não existem casos de modificadores adjectivais correspondendo a adjectivos graduáveis negativos:

- (127) a. **Pequeno** problema → \***pequenamente** problemático  
 b. **Minúscula** dor → \***minuscualmente** dorido

Ou seja, se todas estas expressões podem combinar-se com um N, nenhuma delas implica uma leitura de grau nominal, mas só uma leitura quantificada. Inversamente, com um N [+humano] só adjectivos graduáveis de grau positivo são possíveis, sendo então interpretados como Grau nominal. Em consequência, teríamos que associar ao sistema funcional do nome os dois núcleos Q e Deg, sendo o segundo exclusivo das construções de grau nominal:

(128)



Uma questão que estes dados levantam prende-se com o tipo de N seleccionado pelo adjectivo/grau. Aparentemente, esse nome deve manifestar uma semântica específica, nomeadamente denotar uma escala capaz de ser medida por um adjectivo graduável. Isso explica presumivelmente que parte dos nomes sejam excluídos destas construções — precisamente aqueles que não implicam qualquer escala. Assim, se a expressão **grande**

*artista* denota um grau positivo do predicado *artista*, não se pode dizer que a expressão *grande mesa* denote qualquer grau.<sup>260</sup> A projecção de um núcleo Grau nominal depende pois, por um lado, do adjectivo seleccionado, e, por outro, do predicado nominal. Assim, no exemplo seguinte, o adjectivo *grande* corresponde a um grau nominal no primeiro caso, mas a um modificador nominal no segundo:

- (129) a. O João é um **grande** idiota  
 b. O João é um **grande** homem

Contudo, pensamos que a questão mais pertinente que estes dados levantam prende-se com as restrições semânticas manifestadas pelo N, nomeadamente a sua afinidade para com o traço [+humano]. Observou-se, de facto, que os adjectivos graduáveis positivos se comportam como expressões de grau quando seleccionam predicados nominais [+humanos], como *idiota, chato, parvo, artista, burro, estúpido*. A esta lista, podemos acrescentar outros exemplos, como *amigo, crente, ladrão, doente, filósofo*. Ou seja, estamos perante casos de “adjectivos nomes” cujo estatuto categorial hesita entre N e A, situação referida com frequência na gramática clássica, como vimos —cf. a análise de Soares Barbosa p.110. Na realidade, consideramos que estes nomes [+humanos] aceitam grau porque pertencem também à classe dos adjectivos. Tanto os termos pejorativos usados nos exemplos anteriores (*estúpido, idiota, chato, alcoólico, burro*) como os demais termos usados para referir grupos humanos (*doente, amigo, crente*) se adaptam perfeitamente a este tipo de expressão de grau:

- (130) O João é um **grande** {amigo / estúpido / doente / crente}

O facto de estas construções implicarem um núcleo nominal com características adjectivais explica e justifica a observação inicial deste secção: o grau é um atributo adjectival. Em suma, se estes casos se baseiam, como tudo indica, em ocorrências de “adjectivos nomes”, torna-se clara a possibilidade de haver projecção de um núcleo Grau

---

<sup>260</sup> Denota, obviamente, um tamanho.



— e até de um núcleo Q. Assim, propomos que em construções como *um grande burro* existe um grau adjectival, em que a propriedade denotada pelo predicado adjectival *burro* é objecto de gradação por meio de uma expressão típica dos modificadores de grau adjectival, equivalente a  *muito*. Como se observou, estas construções não são acessíveis a adjectivos de grau negativo (*\*um pequeno burro*), pela simples razão que a denotação do grau implica uma escala positiva. Esta observação pode ser confirmada pelo facto de a mesma expressão exigir um quantificador explícito quando passa para a forma negativa, ocupando esse quantificador a mesma posição que o adjectivo de grau:

- (131) a. O João é um **grande** amigo / um **grande** estúpido  
 b. O João não é **nada** amigo / **nada** estúpido  
 c. \* O João não é **nada grande** amigo / \* **nada grande** estúpido

Consideramos ainda que, com expressões não graduáveis como *um verdadeiro idiota*, estamos perante casos de quantificação adjectival. Ou seja, o predicado adjectival é aqui alvo de medição absoluta e não de comparação relativa. Em consequência, estas construções abrangem qualquer tipo de predicado cuja denotação possa ser quantificada: “adjectivos nomes”, mas também nomes plenos, o que explica casos como *um verdadeiro problema*.

Em qualquer caso, os exemplos analisados neste parágrafo apontam para a existência de atributos adjectivais associados a certos nomes, o que confirma que a fronteira entre as categorias A e N deve ser revista.

## 5.2. Construções nominais graduáveis

Como foi referido no capítulo 2 —cf. p.57—, uma das características da grande maioria dos adjectivos é serem graduáveis, o que quer dizer, em termos de sintaxe generativa, que têm capacidade em *compor* com uma expressão de grau apta a denotar em que ponto de uma escala de intensidade se situa determinada propriedade —cf. (132). Essa propriedade é tradicionalmente considerada um índice inequívoco de diferenciação em relação ao substantivo, na medida em que este não pode ser directamente graduado —cf. (133):

(132) Este livro é pouco **interessante**

(133) \* Este livro é pouco **papel**

Observa-se ainda que as expressões de grau adjectival não podem flexionar (cf. (134)), ao passo que as mesmas expressões, que são incompatíveis com nomes, flexionam quando são quantificadores nominais (cf. (135)):

(134) a. pouco **honesto** / \* pouca **honesto**  
 b. muito **contente** / \* muitos **contentes**

(135) a. \* pouco **árvore** / poucas **árvores**  
 b. \* muito **casa** / muitas **casas**  
 c. \* muito **beleza** / muita **beleza**

Como se observa, o grau do nome parece reduzido ao conjunto de quantificadores nominais, não podendo ser seleccionado por uma expressão de grau adjectival. Contudo, o nome pode ser associado a um advérbio de grau em determinados contextos, como se pode ver em (136), no mesmo contexto em que aparece habitualmente um adjectivo predicativo (137):

(136) a. A Joana é muito **mulher**  
 b. O João é bastante **ladrão**  
 c. O Pedro é pouco **amigo**  
 d. \* A Joana é **muita** mulher

(137) a. A Joana é muito **feminina**  
 b. O João é muito **desonesto**  
 c. O Pedro é pouco **simpático**

Também em Espanhol, Francês e Italiano, é possível o substantivo ser associado a um grau explícito (*muy, trop, molto*, etc.), como se pode ver em (138), de novo em contexto predicativo:<sup>261</sup>

- (138) a. Me siento **muy mujer** para mi edad  
 b. Je suis **trop mère et pas assez femme**  
 c. Eva è molto emotiva, è **molto donna**

Esta construção levanta várias questões teóricas fundamentais, nomeadamente a da caracterização semântica e sintáctica da fronteira entre os adjectivos graduáveis e os substantivos. Tentaremos sugerir que em (138), o item *mulher* corresponde a um adjectivo graduável.<sup>262</sup>

---

<sup>261</sup> Exemplos extraídos do Google. Como os exemplos são em número muito elevado, deixamos aqui mais alguns:

- (i) o que será ao certo uma mulher **muito mulher**?  
 (ii) ela é mulher, muito, **muito mulher**!  
 (iii) Eu acho a Margarida ainda **muito Mulher** e isso é muito bonito  
 Em Francês:  
 (iv) une lingerie **très femme**, à la fois chic et confortable  
 (v) elle se sent **très femme** devant lui  
 (vi) DSK très «social», Royal **très femme** et Fabius très à gauche (título do Libération, 11-10-2006)  
 Em Espanhol:  
 (vii) Es mujer, **muy mujer**. Es grande, casi fuerte.  
 (viii) que quiere decir eso de ser **muy mujer** en tu lógica?  
 (ix) Y era **muy mujer**, tenía algo del estereotipo femenino  
 Em Italiano:  
 (x) La bruna é molto bella é **molto donna**.  
 (xi) Mi sento un po' uomo dentro, **molto donna** fuori e viceversa.  
 (xii) una donna **molto donna** e un uomo **molto uomo**

Pudemos testar que a mesma construção existe também com *homem* (*muito homem, très homme, muy hombre, molto uomo*). Em Alemão, “sehr Mann” ou “sehr Frau” correspondem também à interpretação Românica:

- (xiii) Der Bürokollege ist **so sehr Mann** / ‘o colega de escritório é mesmo muito homem’  
 (xiv) Zumindest äußerlich ist sie allerdings **sehr Frau** / ‘Aparentemente, ela parece ser muito mulher’

<sup>262</sup> A construção não se limita a nomes, mas estende-se a expressões nominais, como mostra o exemplo seguinte:

- (i) A minha filha ainda só tem 13 anos e já é **muito senhora do seu nariz**

O facto de  *muito*  não poder flexionar — cf. (136.d)— indica-nos que não estamos perante um nome e que  *muito*  não é um quantificador nominal mas um grau adjectival. Contudo, em (136),  *mulher, ladrão, amigo*  são substantivos (podemos por exemplo substituir o advérbio de grau por um determinante indefinido: “o Pedro é um amigo”), que denotam vários tipos ou classes de seres humanos. Como tais, estes itens não são de natureza adjectival, isto é, atribuidores de propriedades, pelo que a presença de um grau parece manifestamente em contradição com a sua natureza lexical. Como se vê em (137), são contudo substituíveis por adjectivos.

Ainda sobre (136), refira-se que, tal como os adjectivos em (141), os substantivos em posição predicativa admitem construções de topicalização, em que se move o núcleo “nominal” sem grau (139) ou construções com extracção e pronominalização em  *[o]*  de toda a estrutura graduada, quando associada a uma leitura de fase (140):

- (139) a. **Mulher**, a Joana já é muito  
 b. **Ladrão**, o Pedro sempre foi bastante  
 c. **Amigo**, o Carlos não parece muito
- (140) a. Muito **mulher**, a Joana está a ficá-lo  
 b. Bastante **ladrão**, o Pedro nunca deixou de **o** ser  
 c. Pouco **amigo**, o Carlos já **o** é há muito tempo
- (141) a. **Interessante**, a Joana é muito  
 b. **Muito honesto**, o Carlos sempre **o** foi

As frases predicativas em (136), assim como as manipulações (137) a (140), levantam pois a questão fundamental da fronteira entre o adjectivo graduável e o substantivo.

A distinção entre substantivo e adjectivo tem também incidência, na tradição ocidental, sobre o facto de os adjectivos, mas não os substantivos, poderem estar na base

de orações exclamativas. As *expressões-Q* como **que**, que, de acordo com a sintaxe generativa actual, ocupam o [Spec,CP] das orações exclamativas<sup>263</sup>, são operadores com escopo sobre uma variável que aponta para uma posição na escala de valores de uma propriedade, pelo que só podem ocorrer numa oração em que a categoria lexical intensificada admite expressão de grau, caso do adjectivo:

- (142) a. que **alto** ele é!  
 b. \* que **casa** ela é!

Em (142.a), o adjectivo **alto** é portador, no seu domínio funcional, de uma categoria Grau com o estatuto de variável sobre o domínio de atribuição de propriedade, que é ligada pelo operador **que** em [Spec,CP]. (142.a) significa que, numa escala de ‘*altura*’, a entidade denotada ocupa uma posição extrema e pode pois ser parafraseada por meio de uma expressão de grau enfatizada: “ele é muito, muito alto”. Do mesmo modo, nas frases exclamativas seguintes, o grau interno do adjectivo é ligado pelo operador Q e as frases equivalem obviamente a expressões de grau intensivo. Refira-se que a presença de um substantivo ou a sua ausência em nada alteram a frase:

- (143) a. que **bonito**!  
 b. que **bom**!  
 c. que **inteligente** tu estás!  
 d. que **difícil** foi!  
 e. que **extraordinário** (espectáculo)!,

Em (142.b), contudo, o substantivo **casa** não é portador de nenhuma variável ligada a um domínio de atribuição de propriedade, pelo que o operador **que** não pode ser legitimado. Neste caso, a frase exclamativa (142.b), em que se intensifica o nome **casa**, não pode especificar qualquer grau numa eventual escala, o que a torna agramatical.

Em Português, podemos contudo encontrar frases exclamativas sobre substantivos:

---

<sup>263</sup> cf. Duarte (2003:479).

- (144) a. que **homem** (ele é)!
- b. que **professor** ele tem sido!
- c. que **livro**!
- d. que **campeão**!
- e. que **filme**!
- f. que **exame**!

À primeira vista, deveríamos comparar (144) com (142.b): em ambos os casos, temos um operador com escopo sobre uma variável que, por definição, está ausente, já que um substantivo não é portador de grau. Tal como *casa*, os substantivos *homem*, *professor*, *livro*, *campeão*, *filme*, *exame* também não são portadores de escala de grau nem criam qualquer dimensão susceptível de ser medida, pelo que a gramaticalidade de (144) é surpreendente.

Numa primeira explicação, vamos admitir que esses substantivos objecto de graduação em contexto exclamativo funcionam pois como adjectivos. A paráfrase destes casos dá equivalência adjectival: (144.c), por exemplo, tem um significado quantificado (positivo ou negativo), que pode ser “este livro é uma verdadeira obra-prima!”, ou “este livro é uma autêntica nulidade!”. O significado da exclamativa em (144.a) representa o conjunto de propriedades denotado por *homem* numa escala muito alta. Para que estas frases sejam correctamente interpretadas, os nomes alvo de exclamação não podem pois limitar-se ao seu domínio semântico habitual —denotadores de conjuntos de propriedades sobre objectos, classes ou entidades—, mas devem ser dotados de uma propriedade específica variável, provavelmente de ordem qualitativa, que lhes permite serem quantificados *via* operador-Q na posição de especificador da oração exclamativa. Quando encontramos ocorrências de exclamação sobre nomes, como em (144), esses nomes serão reanalisados como apontando para uma propriedade ou qualidade mais relevante e específica e equivalem por isso a adjectivos graduáveis.

Outro domínio em que a distinção entre substantivo e adjectivo é forte é o das construções comparativas. Pelas mesmas razões que pode ser graduado, o adjectivo também pode ser alvo de comparação, isto é, a propriedade que denota pode ser objecto de medição relativa:

- (145) a. O João é mais **exigente** que o Paulo  
 b. A Paula é tão **inteligente** quanto o Luís  
 c. O Pedro é menos **rápido** que o Carlos

Se optarmos pela ideia habitual de que estas construções efectuam uma operação de comparação sobre o grau de uma propriedade, torna-se necessário seleccionar termos que denotem uma propriedade comparável. Segundo Kamp (1975), com base em Jespersen (1924), o adjectivo é uma categoria lexical caracterizada por atribuir uma única propriedade, o que lhe permite adequadamente suportar graus comparativos. Nesta mesma perspectiva, qualquer termo atribuidor de mais do que uma propriedade produz ambiguidade quando se trata de efectuar comparações. Ora, aquilo que caracteriza os substantivos é o facto de serem categorias lexicais que atribuem conjuntos de propriedades, e não uma propriedade específica. Sendo assim, não surpreende a agramaticalidade de (146):

- (146) \* Este edifício é mais **casa** que aquele

Ao contrário de (145), aquilo que falha em (146) é a incerteza sobre a propriedade objecto de comparação: assim como determinado objecto não pode ser “muito casa”, também não pode ser “mais casa” do que outro. (146) só faria sentido num uso muito restrito, em meio profissional, ou numa acepção metafórica.

Os adjectivos —graduáveis como não graduáveis— diferem dos nomes principalmente pela sua função primária —modificação. Os adjectivos devem atribuir uma propriedade específica pelo meio da qual a denotação do nome pode ser graduada, delimitada ou modificada, enquanto que o nome deve providenciar meios de identificar (conjuntos de) objectos ou entidades e diferenciá-los de outros (Bhat, 1994). Assim, os adjectivos denotam tipicamente uma propriedade única (Jespersen 1924, Kamp 1975) enquanto os nomes denotam conjuntos de propriedades ou ‘*sorts*’ —cf. Baker (2003)—,

sendo que os primeiros dão prioridade à propriedade modificadora e os segundos ao objecto identificado.<sup>264</sup> Podemos concluir que o adjectivo derivado de um nome implica sempre uma simplificação ou redução do conjunto de propriedades apontadas pelo nome: se o nome *casa* denota o conjunto de propriedades que identifica uma determinada classe de objectos, o adjectivo *caseiro* aponta para uma característica simples, por exemplo a de “feito em casa”.

O Português admite, contudo, comparativas sobre substantivos:

(147) O João é mais **homem** que o Paulo

(148) a. ? Um Renault é mais **carro** e menos caro<sup>265</sup>

b. ? O Little Stuart é mais **rato** que o Mickey

A base CETEM fornece-nos variadíssimos exemplos deste tipo de construção:<sup>266</sup>

(149) a. Todos eles povos com os mesmos direitos, ainda que uns possam ser **mais nações** que outros

b. Mais uma oportunidade para os amantes do cinema, e da arte de Hitchcock em particular, decidirem para si mesmos qual deles é **mais obra-prima** do que os outros dois

c. Dificilmente [ele] algum dia será **mais jogador** que o romeno

d. O Celta até foi **mais equipa** que o Real<sup>267</sup>

<sup>264</sup> Que o adjectivo denote uma única propriedade (ao passo que o nome refere um conjunto de propriedades) vê-se por exemplo em actividades lúdicas tradicionais, como as adivinhas:

– o que é que é **grande, amarelo, redondo, pesado, e capaz** de deitar-se?

– é o **sol**.

Nesta situação, o nome “sol” refere só por si todas as propriedades denotadas pelos adjectivos acumulados na pergunta, e ainda obviamente muitas mais, na medida em que o seu significado de modo nenhum se esgota nas propriedades referidas.

<sup>265</sup> Estes exemplos são algo forçados (trata-se de *slogans* publicitários).

<sup>266</sup> A sintaxe de pesquisa foi a seguintes: [lema="ser"] "mais|menos" [pos="N.\*"] “.\*” "que". Optámos por procurar construções predicativas, de forma a evitar ocorrências de *mais* quantificador com nomes massivos (*mais pão, mais dinheiro*) ou colectivos (*mais pessoas, mais gente, mais público*). De notar a frequência elevada da sequência *não é menos verdade que* (80% das respostas), forma comparativa da expressão idiomática *é verdade*.

<sup>267</sup> Outro exemplo: De qualquer forma, mostrou ser **mais equipa** que o Inter.



- e. Os jovens são **menos patriotas** que antigamente
- f. Tartufo é **mais canalha** que Harpagon, só que este é mais estúpido
- g. Mas era **mais bairrismo** do que outra coisa
- h. Há, porém, uns que são **mais carneiros** do que outros
- i. Quando partimos para estes jogos, éramos **mais campeões** do que na primeira eliminatória
- j. Eu próprio dizia que, dentro de dois anos, seria **mais jogador** do que naquela altura<sup>268</sup>

Esta construção pode inclusive incidir sobre comparativas elípticas, caso frequente com adjectivos:<sup>269</sup> Note-se que, neste tipo de comparativa, o segundo termo não é o termo de referência da comparação mas um segundo termo de referência:

- (150) a. Nada devemos ao trabalho do treinador, que é **mais empresário do que técnico**
- b. Um vasto país que continua a ser **mais ficção do que realidade**
- c. Nos dias que correm, o crime é **mais qualidade do que quantidade**
- d. De certa forma isto é **mais arqueologia do que astronomia**
- e. A derrota foi **mais mérito dele que demérito meu**
- f. Um espaço sacro em que a talha é **mais actriz que cenário**

<sup>268</sup> Casos em outras línguas:

Francês:	Ils ne sont pas <b>plus nation</b> que n'importe qui d'autre Je me sens beaucoup <b>plus joueur</b> qu'auteur La victoire amène chacun à se demander s'il n'est pas un peu <b>plus champion</b> que ses coéquipiers
Espanhol:	El Barça es <b>más equipo</b> que el Werder No hay <b>más nación</b> que España No se es <b>más patriota</b> por ser independentista
Italiano	Siamo cresciuti sognando (credendo) che al di là dell'oceano ci fossero un'aria <b>più Aria</b> delle altre, un sole <b>più Sole</b> degli altri ' <i>crescemos sonhando (acreditando) que além do mar haveria um ar mais ar que os outros, um sol mais sol que os outros</i> '

<sup>269</sup> cf. Brito (2003:736). Exemplo de comparativa adjectival elíptica:

- (i) O Pedro é mais alto do que gordo.  
Uma das dificuldades aqui encontradas foi a distinção entre comparação e quantificação de contagem ou construções de alternativa, como nos exemplos seguintes (em que não existe qualquer comparação de predicado):
- (ii) às tantas eram mais jipes que gaivotas
- (iii) Bem vistas as coisas é mais fumo que fogo

g. O sindicalismo já foi **mais movimento que instituição**

Se optarmos pelo facto de as comparativas serem construções em que se efectua uma operação de comparação sobre a escala de valor de uma propriedade única, o que implica pois que o termo comparado seja de natureza adjectival, devemos então admitir que *homem* em (147), assim como *nação*, *equipa* ou *jogador* em (149), são formas adjectivais, predicados limitados a uma propriedade única, talvez prototípica, que equivale a um adjectivo graduável.

O superlativo é outra variante das construções de grau em que a fronteira entre nome e adjectivo manifesta alguma ambiguidade. Apesar de o seu número ser bastante inferior ao dos comparativos, os casos de ‘*superlativos nominais*’ provam que é possível efectuar operações de comparação e tiragem sobre um predicado nominal. Os exemplos propostos a seguir são todos extraídos das bases de dados consultadas e são divididos entre superlativos sintéticos e analíticos.

No caso da forma sintética, foram encontradas ocorrências variadas de nomes superlativos. A forma sintética do superlativo absoluto forma-se pelo acréscimo ao adjectivo do sufixo *[-íssim-]*. Trata-se de um sufixo de grau habitualmente associado pelas gramáticas à morfologia adjectival, existindo, ao lado das formas regulares, como *felicíssimo* ou *vulgaríssimo*, uma lista, mais ou menos constante nas línguas românicas, de formas sintéticas irregulares ou latinizantes, como *celebérrimo* ou *integérrimo*.<sup>270</sup> Importa contudo notar que este sufixo de grau é de tipo avaliativo, o que significa que não se esgota numa leitura dimensional mas pode entrar em juízos de valor relativamente à semântica do predicado adjectival. Esse uso avaliativo nota-se, por exemplo, em formas como *santíssimo* ou *altíssimo*, que podem ser consideradas expressões nominais —reescritas com maiúscula— quando relacionadas com o foro religioso. Ora, essa tendência em individualizar determinadas formas superlativas verifica-se quando a entidade denotada é objecto de tiragem, caso em que o sufixo incide sobre uma forma nominal de base, como *campeão*:

---

<sup>270</sup> cf. Cunha & Cintra (1984:259).

(151) O **campeoníssimo** ganhou de novo

Uma consulta da base Cetem permitiu-nos concluir que existem uns poucos ‘*nomes superlativos sintéticos*’ em Português, alguns dos quais claramente restritos a um contexto. Podemos distinguir entre formas marcadamente adjectivais, em que o superlativo surge acompanhado de um nome próprio (152) e formas diversas e acidentais (153):

(152) A **divorciadíssima** Annah Hue, o **casadíssimo** John Grant, o **sopraníssimo** Aldo Tivo, o **generalíssimo** Franco, a **campeoníssima** Steffi Graf

(153) a. Uma bela verónica e um **toureiríssimo** remate  
 b. Um espectáculo **molieríssimo**  
 c. Não vi **coisíssima** nenhuma  
 d. A revista **Diabíssimo**  
 e. a **finalíssima** joga-se amanhã

Nas outras línguas românicas, esta combinação aparece também como razoavelmente produtiva, particularmente em Francês, língua em que o superlativo absoluto sintético é, paradoxalmente, uma forma residual da morfologia adjectival. Em Italiano, algumas formas superlativas são “autênticos” substantivos e não têm valor superlativo:<sup>271</sup>

(154) a. La **starissime** Madonna, un **vinissime** français  
 b. la **capitalissime**, **chanelissime**  
 c. **quebec’issime**, **mod’issime**  
 d. **Shaq’issime**, **DELL’issime**

(155) a. un **governissimo** (=um governo forte e estável)

<sup>271</sup> La *capitalissime* é Paris, *Chanelissime* é adaptado de Chanel. Em alguns casos, por razões puramente gráficas ou eufónicas, a língua francesa usa um sinal de apóstrofe entre a raiz nominal e o sufixo. *Shaq’issime* refere um jogador de basquete norte-americano, *DELL’issime* uma marca comercial.

b. uma **canzonissima** (=uma canção muito vendida)

No caso do superlativo absoluto analítico, os casos são relativamente mais frequentes. No CETEM encontramos os seguintes exemplos:<sup>272</sup>

- (156) a. Neste momento, eles são **o mais reféns** possível  
 b. Para **os menos atletas** ou mais cautos, ficam as duas horas com comentários  
 c. O 104º Congresso será **o mais anti-mulher** e **mais anti-escolha** de toda a História americana  
 d. **O mais presidente** dos três que a Bósnia passa a ter -- a chefia de Estado é tripartida  
 e. Uma informação que **os mais craques** saberão de cor

No Google, por seu lado, encontramos superlativos nominais analíticos em várias línguas Românicas: Francês, Espanhol e Italiano. Por razões práticas, limitámos a nossa pesquisa às três línguas anteriores e aos quatro nomes seguintes: *homem, mulher, nação, campeão*:

- (157) a. Nous sommes la Nation **la plus nation** de l'Europe  
 b. A quel moment un homme est **le plus homme**?  
 c. Leur aïeul avait été déclaré par le Sénat **le plus homme** de bien de Rome  
 d. La Mini, sacrée **la plus femme** des voitures  
 e. Elle est probablement **la plus femme** des femmes  
 f. C'est **le plus champion** des champions
- (158) a. El fin propio del hombre es el de ser **lo más hombre** posible  
 b. El hombre se perfecciona llegando a ser **lo más hombre** que se pueda ser  
 c. **La más reina** de las mujeres y **la más mujer** de las reinas  
 d. Es **el más campeón** pero sin ganar nada  
 a. A ver quién es **la más nación** de todas
- (159) a. Quest' uomo è **il più uomo**  
 'este homem é o mais homem'
- 

<sup>272</sup> Sintaxe de pesquisa: "o|os|as" "mais|menos" [pos="N"]

b. Pensavo di essere **la più donna** di tutte al concerto

*‘pensava ser a mais mulher de todas no concerto’*

c. L’Occitania è **la più nazione** di tutte

*‘A Ocitânia é a mais nação de todas’*

d. Kaká è **il più fuoriclasse** dei fuoriclasse

*‘Kaká é o mais campeão dos campeões’*

Em resumo, os casos em análise indicam que, em determinadas construções com grau, os substantivos podem desempenhar o papel de adjectivos graduáveis. Tanto em frases predicativas como em comparativas ou exclamativas, o termo atribuidor de propriedade pode ser substantivo. O que motiva construções como *ser a mais nação* ou *ser muito mulher*? Matushanky (2005) sugere que alguns nomes podem, quando aparecem como *meros nomes*, ser combinados com modificadores de grau. Em Francês, por exemplo, a sequência *très femme* corresponderia a um *mero nome* inserido numa *oração pequena* e traduzir-se-ia em Inglês por “very womanly” (“de maneira muito mulheril”). Contudo, os exemplos (156) a (159) mostram que um nome determinado pode também integrar essas construções. Por outro lado, a existência de ‘*nomes superlativos*’ (*campeoníssima*) e ‘*nomes comparativos*’ (*mais homem que*) convida a concluir que também os morfemas superlativo e comparativo são partilhados entre A e N.

Estaremos perante casos de conversão? Haverá talvez dois tipos de explicações: uma será de natureza cultural e transporta o significado de que “ser mulher” ou “ser nação” não consiste em identificar uma classe pelas suas propriedades e os seus representantes, mas em atribuir uma propriedade consensual, idealizada. A outra explicação será de ordem lexical: parece manifestar o facto de o Léxico carecer de certos adjectivos, como aquele que deveria estar no lugar de *mulher* em (160), mas que o léxico não contempla. Assim, compare-se as duas frases seguintes:

(160) a. A Joana é muito **mulher**

b. A Joana é muito **feminina**

Se (160.b) não implica (160.a) —pode haver *meninas* femininas—, em contrapartida (160.a) implica (160.b), já que *mulher* denota, entre outras, a propriedade de ser *feminina*, mas ser *feminina* não é uma propriedade extensível a todos os elementos do

conjunto. O uso do termo substantivo *mulher* como predicado graduável corresponde na realidade a um predicado adjectival: traduz a atribuição à entidade específica *Joana* de uma propriedade típica de um predicado denotador de espécie. Poderá esta interpretação por defeito ser vista como a tradução de um processo de redução de propriedades, equivalente do ponto de vista lexical à passagem de um substantivo para um adjectivo? Notemos simplesmente que em (160.a), a entidade *Joana* não herdou só uma propriedade, mas todos os atributos denotados pelo substantivo *mulher*.

Teremos de concluir que, numa construção predicativa nominal, é possível atribuir ao sujeito não só uma mas todo um conjunto de propriedades. Se, com a expressão *ser alto*, se predica um adjectivo de uma propriedade específica, com *ser homem*, predica-se um conjunto de propriedades não específicas sobre o sujeito. Trata-se pois de um uso categorizador. Estas frases mais não fazem do que atribuir propriedades típicas, caracterizadoras de espécie ou grupo.

Do ponto de vista estrutural, os casos anteriores permitem concluir que o adjectivo é dotado de uma categoria DegP cuja função é receber a expressão que denota o grau.<sup>273</sup> Numa frase como (161.a), o sujeito denotado ocupa uma posição extrema na escala de valor especificada pelo adjectivo. Em (161.b), contudo, a falta de variável ligada a um domínio de atribuição de propriedade, impossibilita a legitimação de DegP.

- (161) a. que **alto** ele é!  
b. \* que **casa** ela é!

Nesta perspectiva, a gramaticalidade das frases em (162) força-nos a concluir pela presença de uma expressão de grau no domínio funcional dos substantivos em questão.

- (162) que **homem** (ele é)! que **professor** ele tem sido! que **livro**! que **exame**!

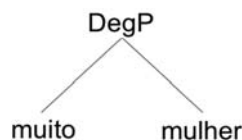
---

<sup>273</sup> Para uma análise pormenorizada da estrutura interna do AP, cf. a quarta parte.

Como o nome não dispõe em princípio de DegP, os substantivos em (162) são objecto de graduação como se de adjectivos se tratasse. Estes substantivos não podem, pois, limitar-se ao seu domínio semântico, mas devem ser dotados de uma variável de grau que lhes permite serem quantificados.

A nossa proposta é pois a seguinte: em expressões como *muito mulher* ou *o mais presidente*, o substantivo foi “reduzido” a adjectivo depois de *Merge* com DegP, categoria funcional que só pode *compor* com categorias adjectivais. Esta proposta implica que DegP, que está presente na estrutura funcional projectada, alterou os traços categoriais do nome e que toda a expressão deve ser vista como uma categoria máxima DegP. O mecanismo subjacente a esta alteração parece, assim, abonar a favor de uma análise inspirada na Morfologia Distribuída.<sup>274</sup>

(163)



### 5.3. Construções predicativas com nomes humanos

Prosseguindo com a análise de construções nominais que põem em causa a fronteira clara entre N e A, vejamos, as expressões nominais *um médico*, *uma professora*, *um pintor*, *um ladrão*, que ilustram em Português —e, tanto quanto sabemos, em todas as línguas românicas e germânicas— um conjunto de nomes cujo comportamento oscila entre as funções do nome e do adjectivo.

Com base em Strawson (1959) e Montague (1970), a diferença habitualmente apontada entre predicados nominais e predicados adjectivais é que os primeiros são

---

<sup>274</sup> cf. capítulo 6.

‘*sortals*’, ou predicados-tipo —servem para denotar um conjunto de indivíduos—, ao passo que os segundos são ‘*non-sortals*’ —servem para identificar um indivíduo particular.<sup>275</sup> Do ponto de vista dos traços semânticos, esta classificação equivale à oposição [ $\pm$ referencial] / [ $\pm$ predicativo]. Os nomes em geral são [+referenciais] (expressam tipicamente condições de identidade de um tipo em todos os mundos possíveis, o que lhes permite, como sugere Baker (2003), estabelecer critérios de identidade e exibir índices referenciais) e os adjetivos são [+predicativos] (expressam as condições de aplicação de um predicado a um indivíduo <sup>276</sup>). Ora, as construções em (164-165) revelam que, em Português, tipos de nomes com o traço semântico [+humano], como profissões, títulos, actividades, etc., comportam-se semanticamente como adjetivos (isto é, passam a ser “predicativos”) quando usados sem determinante:<sup>277</sup>

- (164) a. O Pedro é **um médico** (*[+referencial]*)  
 b. O Pedro é **médico** (*[+predicativo]*)

- (165) A Maria é (uma) **professora** / (uma) **atleta** / (uma) **bailarina**

Os casos anteriores revelam que estes ‘*nomes humanos*’ vacilam entre a interpretação existencial (“um médico”) e a predicação caracterizadora (“ser médico”). Esta duplicidade permite explicar dados relativos à modificação temporal aplicada a estes casos:

- (166) a. A Maria é **uma atleta** já duas vezes seleccionada  
 b. \* A Maria é **atleta** já duas vezes seleccionada
- (167) a. O Pedro é **médico** de manhã, **professor** de tarde  
 b. \* O Pedro é **um médico** de manhã, **um professor** de tarde

<sup>275</sup> Cf. Strawson (1959:168), citado por Guarino (1994).

<sup>276</sup> Na retórica clássica, admitem-se dois tipos de universais: *instanciações de substâncias*, denotando primariamente objectos, e *instanciações de qualidades*, denotando acidentes ou propriedades da substância, ou *tropos*. cf. capítulo 3, parágrafo 3.2.

<sup>277</sup> Cf. Brito (2003:361) e Matushanky (2005).



Estes dados explicam-se pelo facto de *atleta* e *médico*, usados como adjectivos, denotarem qualidades temporárias ou acidentais, e serem ‘*non-sortals*’. Sendo assim, pode ser-se **médico** de manhã, mas não se pode ser **um médico** de manhã. Inversamente, perante instanciações recorrentes no tempo, a atribuição de propriedade fica vedada, ou seja, a Maria foi seleccionada duas vezes por ser **uma atleta** e não por ser **atleta**. Concluimos que os ‘*nomes humanos*’ em análise denotam por defeito predicados humanos estáveis, e que, usados como predicados adjectivais, passam a denotar qualidades ou propriedade episódicas. Generalizando a semântica destes casos, dir-se-á que as instanciações dos ‘*nomes humanos*’ sem determinantes (ou com determinação nula) são temporárias, ao passo que com determinantes são constantes.

Relativamente a este tipo de construção predicativa, Lopes (1971) designa como “nomes predicativos” itens como *médico*. Ora, como observa o autor, “nessa função sintáctica de nome predicativo do sujeito, a diferença entre substantivos e adjectivos neutraliza-se”, já que podem aparecer indiferentemente na mesma posição adjectivos como *forte* e substantivos como *homem*.<sup>278</sup>

- (168) a. Ele é forte<sub>A</sub>  
 b. Ele é homem<sub>N</sub>

Na realidade, consideramos estes “nomes predicativos” como exemplos concretos de ‘*emergência categorial*’ —cf. *infra*, capítulo 6. Em posição predicativa, um ‘*nome humano*’ pode ser N, quando *Merge* com D, passando a ter um valor referencial (164.a), ou A, quando dispensa Det e *compõe* com uma categoria funcional —talvez PredP—, sendo então um predicado adjectival (164.b). A operação *Merge* entre um Det e um desses itens origina uma expressão plenamente referencial que aponta para uma entidade. Pelo contrário, assim que o nome perde o seu D, perde também a sua capacidade referencial, ficando, em consequência, reduzido a um modificador adjectival. Na sua qualidade de

---

<sup>278</sup> Exemplos de Lopes (1971), p.80.

modificador, o ‘*nome humano*’ pode qualificar outro nome, passando, por conseguinte, da posição predicativa para a posição atributiva.<sup>279</sup>

- (169) a. O meu vizinho é (um) **pintor** / o meu vizinho **pintor** teve um desastre  
 b. Aquele miúdo é (um) **ladrão** / alguém devia castigar aquele miúdo **ladrão**  
 c. Aquele Francês é um **cirurgião** famoso / aquele Francês **cirurgião** é famoso

A sequência *vizinho pintor* não é um nome composto. Como nota Lopes (1971), tanto *vizinho* como *pintor* denotam um conjunto de entidades, pelo que a sua sucessão resulta numa intersecção de dois conjuntos, operação típica da modificação adjectival. Na realidade, estamos aqui perante itens muito próximos da classe adjectival, ao ponto de aceitarem quase todos os testes habitualmente apontados para definir o adjectivo. Assim, nos casos seguintes, os ‘*nomes humanos*’ podem ser modificados por uma expressão de grau, podem ser inseridos em orações pequenas e, obviamente, em posição predicativa.<sup>280</sup>

- (170) a. Aquele miúdo é **muito ladrão** / considero aquele miúdo ladrão / o miúdo é ladrão  
 b. A Maria é **muito atleta** / não imaginava a Maria atleta / a Maria é atleta

Em suma, encontramos, com este tipo de predicado, mais uma situação de ambiguidade categorial, em que um nome pode, como sugere a expressão *muito ladrão*, ser graduável e comportar-se, em consequência, como um adjectivo.

#### 5.4. Construções de modificação verbal

Um último domínio em que se manifesta alguma instabilidade da categoria adjectival relaciona-se com as construções de modificação verbal. Como vimos no capítulo anterior —cf. p.147—, existem vários tipos de construções em que o adjectivo, em contexto de predicação do sujeito, ocupa, nos termos de Fonseca (1993), o lugar de ‘*predicado secundário*’. A consulta ao CETEM permitiu-nos contudo detectar um tipo de

<sup>279</sup> Lopes (1971:54).

<sup>280</sup> Nem todos aceitam a modificação por grau: ?? *ser muito médico*.

construção superficialmente idêntica às construções de predicado secundário, mas que delas difere fundamentalmente pelo seguinte: o adjectivo envolvido não flexiona. Vejamos alguns dos casos extraídos da base de dados:<sup>281</sup>

- (171) a. Dois helicópteros **voaram baixo**(\*s) sobre a relva e secaram-na.  
 b. Os socialistas podem voltar a **respirar fundo**(\*s).  
 c. A única que até hoje foi capaz de **falar alto**/\*a sobre as dificuldade de relacionamento  
 d. Nunca vi a minha equipa **jogar lento**/\*a como hoje  
 e. Face ao todo-poderosos PDS, os outros partidos **desceram imenso**(\*s)  
 f. Ela está a **facilitar imenso**/\*a a resolução de tão momentoso problema

A impossibilidade de flexionar o adjectivo indica que não estamos perante estruturas predicativas como as anteriores mas diante de construções de modificação verbal, em que o adjectivo deve ser considerado modificador adverbial.<sup>282</sup> O uso adverbial do adjectivos representa, num modelo de categorias gramaticais objectivas, um desafio tanto para os modelos inspirados em Chomsky (1970) como para as propostas posteriores. No seu texto já citado, Fonseca (1993) alude brevemente a este “uso de adjectivos como advérbios”, começando por notar que, nesse caso, não se verifica nenhum acordo com “uma base substantival”. Apesar de não serem muito numerosos, observa, a ligação destes adjectivos a um predicado verbal “obedece a restrições mais ou menos fortes”, que podem ser ilustradas com exemplos como *cortar rente, trabalhar duro, jogar limpo*.<sup>283</sup>

Brito (2003) assinala também a ocorrência de frases em que “há adjectivos que podem ser usados com o valor de advérbios”, como, por exemplo, “a Maria trabalha duro

---

<sup>281</sup> A sintaxe de pesquisa no CETEM foi [pos="V.\*"] [pos="ADJ.\*"], a mesma, portanto, que para os dados relativos às construções de predicado secundário. As dificuldades no tratamento dos resultados incidiram essencialmente sobre a frequência das construções predicativas com *ser, estar, ficar, parecer, continuar* e das construções de oração pequena, do tipo “... *que o tribunal considera inaceitável*”. As construções de que vamos falar são claramente minoritárias, a não ser para o adjectivo *imenso*.

<sup>282</sup> Esse estatuto de modificadores é reforçado pelo seu carácter facultativo:

(i) a minha equipa joga (lento) hoje; as taxas de juro subiram (imenso)

<sup>283</sup> Fonseca (1993:31).

(=duramente)”.<sup>284</sup> Embora “duro” seja um adjetivo, “a ausência de concordância com o sujeito é a marca da [sua] natureza de advérbio”. No capítulo dedicado explicitamente ao advérbio, a questão é de novo abordada, ilustrada com exemplos como *aguentar firme* e *jogar limpo*, sendo “a não concordância com o sujeito da oração” a razão principal desta classificação como advérbio.

Apesar de, em ambos os casos, não ser fornecido nenhum mecanismo sintáctico de apoio, a noção de ‘*conversão*’ é habitualmente invocada para justificar os dados. No domínio da morfologia derivacional, a conversão, ou ‘*derivação imprópria*’, é, segundo Rio-Torto (1998), um mecanismo de formação de palavras envolvendo a alteração “da categoria léxico-sintáctica” e da sua “estrutura semântica”<sup>285</sup>. Exemplos de conversão são também a génese de nomes baseada num “processo de elisão” —ou nominalização do adjetivo—, como em *o (sector) têxtil, a (cidade) capital*. Estes casos de derivação imprópria levantam, contudo, a questão fundamental do “apagamento” do nome, que parece submetido a restrições fortes (*\*a (doença) tropical*), embora pouco claras.<sup>286</sup> Do mesmo modo, poderá ser considerado exemplo de ‘*conversão*’ a expressão *jogar limpo*, em que *limpo* passa de adjetivo a advérbio. A forte propensão à lexicalização manifestada por essas expressões reforça a tese da derivação imprópria.

Contudo, repare-se no conjunto de adjetivos mobilizados para essas expressões: têm como características (i) a sua **semântica**, já que são graduáveis (*alto, baixo, duro, limpo, novo, fundo, baixo*) ou superlativos (*imenso*), podendo, nessa extensão, ser sinónimos de quantificadores ou adverbiais como *muito* ou *bastante*; (ii) a sua (falta de) **morfologia** —não partilham a flexão do sujeito, como se disse— (iii) e a sua **sintaxe**, na medida em que, como todos os adjetivos graduáveis, admitem modificadores de grau —exceptuando formas superlativas como *imenso*—, e construções comparativas:

- (172) a. Os aviões **voaram** (muito) **baixo**  
 b. Foi a única a **falar** (bastante) **alto**

<sup>284</sup> Brito (2003), p.375-376

<sup>285</sup> cf. Rio-Torto (1998:98).

<sup>286</sup> Sobre estas restrições, cf. Martinho (1998).

- (173) a. Os socialistas **respiram** hoje **mais fundo**  
 b. **Trabalha-se menos duro** hoje do que no século passado.

Estes adjectivos representam pois casos intermédios entre a categoria adverbial (sendo, como tal, capazes de modificar um verbo) e a categoria adjectival (da qual conservam a habilidade em comparar e quantificar a propriedade denotada, mas da qual perdem o acesso à flexão). Particularmente enigmática é esta última divergência: como explicar que, no processo de conversão, o adjectivo tenha perdido a sua flexão mas não o seu grau? Tendo em conta que os advérbios são, na sua grande maioria, não graduáveis,<sup>287</sup> a conservação do grau não deve ser considerada interna à operação de conversão.<sup>288</sup> Estamos pois, nestes contextos, perante casos de ambiguidade categorial, em que, de novo, a terminologia e a taxinomia gramaticais manifestam alguma carência. Serão *baixo, alto, fundo, duro* em (172-173) ‘advérbios adjectivais’? ‘Adjectivos adverbiais’?

Para Hummel (2006), casos como *bater forte* envolvem, no Português do Brasil, adjectivos “atributos de verbo” (por referência à sua função usual de atributos do nome), que o autor propõe integrar no conjunto de “advérbios curtos”, a par de formas como *bem* e *mal*. Trata-se de um simples caso de “conversão”, em que o adjectivo permanece invariável na sua flexão, podendo em consequência passar a advérbio.<sup>289</sup> Essa proposta é reforçada pela observação de que *forte* e outros adjectivos ambíguos podem ser atributos de verbo nas línguas românicas em geral.

---

<sup>287</sup> São excepções alguns advérbios de localização espacial ou temporal, como *tarde, longe*, e alguns advérbios de modo, como *bem, mal*. cf. Brito (2003:419).

<sup>288</sup> Voltaremos a esta questão na quarta parte.

<sup>289</sup> cf. Hummel (2006:3): “Poderíamos então avançar a hipótese de que a conversão constitui, na linguagem de falantes incultos, praticamente o único mecanismo de adverbialização utilizado. Os falantes cultos optariam na fala formal pelo advérbio em -mente e na fala informal pelo adjectivo adverbializado. Em termos estruturalistas [...], poderíamos dizer que a oposição paradigmática das duas categorias «advérbio» e «adjectivo» é neutralizada no registo informal coloquial de falantes cultos e na fala de falantes incultos. Esta neutralização só se produz quando o advérbio funciona como atributo de um verbo, isto é, dentro do sintagma verbal.”

De uma forma geral, Hummel observa que estes casos de conversão de “adjectivos adverbializados” são relativamente produtivos, embora não generalizáveis. Assim, haverá que distinguir “sintagmas lexicalizados”, como *dormir batido*, séries de “advérbios em oposição paradigmática” ligados a um verbo, como *jogar aberto/duro/pesado/sujo*, “advérbios usuais”, como *fácil, rápido, directo, duro, urgente, diferente*, e “adverbialização produtiva de adjectivos”, como na frase *faz mal comer nervoso*. Embora a língua analisada seja o Português do Brasil, parece-nos que os exemplos escolhidos se adaptam bem ao Português Europeu.

Como se disse, a existência de “adjectivos adverbializados” parece ser um caso de conversão transversal a todas as línguas Românicas. Vejamos alguns dos exemplos citados por Hummel:

- |       |   |            |
|-------|---|------------|
| (174) | a. J'y vais rapide                        | (Francês)  |
|       | b. Caminar rápido                         | (Espanhol) |
|       | c. El scrie frumos (“ele escreve bonito”) | (Romeno)   |
|       | d. Risponder secco                        | (Italiano) |

Para o autor, esta generalização da conversão explica-se pelo facto de se tratar de um mecanismo oriundo do latim vulgar, o que explica por seu lado o facto de este tipo de conversão caracterizar a tradição oral das línguas Românicas, sendo “tanto mais frequente, hoje em dia, quanto menos forte foi a influência da norma escolar”. Como o mostram alguns exemplos de Epifânio Dias (1959), este mecanismo de conversão existe já no latim, como *dulce loquentem* e também no Português clássico, próximo do latim, como *doce cantas*.<sup>290</sup>

Em síntese, este capítulo ilustrou a existência de um número de casos em que a noção de adjectivo é posta em causa. Como foi confirmado pela análise dos adjectivos atributivos envolvidos em construções de grau nominal, das construções nominais graduáveis, das construções predicativas com nomes humanos e das construções de

---

<sup>290</sup> cf. Hummel (2006:7).

modificação verbal, a natureza categorial de A assim como de N oscila entre comportamentos tipicamente adjectivais e outros tipicamente nominais.

A segunda parte desta investigação demonstrou, por seu lado, que existe um postulado de singularidade segundo o qual o adjectivo seria uma categoria desprovida de propriedades, uma categoria por defeito, sem identidade específica. Como se verifica nos exemplos analisados no capítulo 5, o adjectivo não parece exigir especificação categorial antes da sua inserção em sintaxe, sendo essa especificação determinada contextualmente. Na próxima parte, tentaremos desenvolver essa ideia e demonstrar que, como categoria subespecificada, o adjectivo é alvo de um mecanismo de reanálise categorial —a ‘*emergência categorial*’— que explica e justifica os dados.





## **TERCEIRA PARTE**

### **Emergência categorial**



Esta terceira parte destina-se a mostrar que a categoria N e a categoria A têm tanto a ver uma com a outra que há mesmo itens lexicais híbridos, mistos. Depois de adiantar, no capítulo 6, uma proposta de classificação para as categorias lexicais, veremos, no capítulo 7 que há nomes que se comportam como adjetivos —basicamente em certos tipos de compostos— e o capítulo 8 vai mostrar que há adjetivos que se comportam como nomes —essencialmente na elipse nominal. Em vez da concepção “tradicional” de reanálise ou de conversão, o que vai tentar dizer-se é que, dado que o adjetivo é uma categoria subespecificada no Léxico quanto aos traços [N] e [V] (capítulo 6) —o adjetivo é  $[_0N, _0V]$ —, o mesmo pode *emergir* em determinadas condições como N (capítulo 8). Há, do mesmo modo, nomes que emergem como adjetivos (capítulo 7).



## Capítulo 6

### O adjetivo como categoria emergente

Tentaremos de seguida propor e justificar uma tipologia da categoria adjectival baseada na “teoria da Emergência” e fixar o quadro formal de convergência entre as categorias N e A.

#### 6.1.O adjetivo, uma categoria defectiva ?

Para elaborar uma teoria generativa do léxico aperfeiçoando o modelo de traços podemos ajustar os seus pressupostos introduzindo algumas observações de natureza conceptual e sugerir restrições apropriadas. Como vimos no capítulo 4, a maior imperfeição do sistema de traços binários herdado de Chomsky (1970) parece-nos de facto ser de natureza conceptual. Como se depreende da análise de (84) (cf. p.133), duas categorias têm valores idênticos para cada traço: é o caso de P, que é duplamente negativa ([-V] [-N]) e de A, que é duplamente positiva ([+V] [+N]). Ora, se, do ponto de vista conceptual, a exclusão absoluta de traços não levanta problemas incontornáveis (podemos conceber uma categoria nem verbal nem nominal), o mesmo não se pode dizer da categoria A: como apreender uma entidade que verifica duas propriedades opostas, que aparece, portanto, como **demasiado especificada**? Repare-se que a questão não é só formal. Na realidade, a atribuição do mesmo valor positivo a dois traços diferentes é sempre uma solução problemática na medida em que, previsivelmente, tal atribuição impedirá a denotação de uma entidade como pertencendo ao conjunto definido por cada um dos traços. Se referirmos a fonologia histórica, à qual, como se disse, Chomsky pediu emprestada nos anos 60 a noção de traço binário, parece óbvio que uma consoante não pode ser simultaneamente [+oral] e [+nasal], nem uma vogal ser ao mesmo tempo

[+aberta] e [+fechada]. Note-se contudo, que ao contrário do sistema de traços fonológicos, em que o valor de um traço implica outro ([+oral] implica [-nasal], por exemplo, segundo o princípio da distribuição complementar), os traços lexicais de Chomsky não são mutuamente exclusivos: [+V] não pressupõe [-N] nem [+N] pressupõe [-V].

Contudo, mesmo se os traços [+V] e [+N] não estivessem em oposição distintiva, a questão conceptual continuaria em aberto: tentemos classificar, por analogia, as categorias lexicais por meio de duas propriedades básicas não incompatíveis entre si (porque pertencem a um conjunto com mais de dois membros), como [± azul] e [± branco]. Apesar de haver, nessa situação, combinações equivalentes a categorias “só azuis”, “só brancas” ou “nem azuis nem brancas”, não poderá haver uma categoria ao mesmo tempo “azul e branca”, o que seria uma anomalia lógica. Este tipo de conflito parece aliás inerente a um sistema de traços binários T1 / T2, em que a combinação [+T1,+T2] é sempre contraditória se os traços envolvidos forem do mesmo nível.<sup>291</sup> Convém contudo referir que a anomalia em questão desaparece se os traços pertencerem a níveis diferentes, caso do sistema de traços fonológicos, por exemplo: uma vogal pode ser simultaneamente [+oral], [+alta], [+recuada], etc., sem gerar qualquer anomalia.

A questão que se levanta é pois a de decidir se os traços categoriais [±N] e [±V] pertencem ou não a um mesmo nível descritivo. Tendo em conta que os referidos traços são usados como pares mutuamente exclusivos (por exemplo, N é [+N,-V] e V é [-N,+V]) e não como sistemas complementares (como no caso das vogais), consideramos que [±N] e [±V] são traços de nível equivalente — são traços categoriais e lexicais. Se os traços em questão, claramente, não são mutuamente exclusivos, os pares por eles formados, que definem as quatro categorias lexicais de base do léxico, são, pelo contrário mutuamente exclusivos — são a razão de ser das categorias N, A, V e P no modelo de Chomsky (1970). Nestas condições, podemos questionar o facto de a gramática generativa adoptar contradições aparentes como o par [+V,+N]. Essa combinação, que no léxico generativista corresponde ao adjectivo, levanta pois uma questão teórica avultada: das quatro categorias lexicais, **o adjectivo aparenta ser uma contradição lógica.**

---

<sup>291</sup> Podemos conceptualizar o mesmo tipo de anomalia com sistemas de formas geométricas (pode uma mesa ser simultaneamente *redonda* e *quadrada*?), dimensões e escalas de medida ou avaliação em geral.

Se é o caso que o adjectivo é uma categoria defectiva, poderemos provavelmente, ao analisar as línguas naturais, detectar provas dessa natureza anómala. De facto, dificuldades de ordem gramatical —mais precisamente descritiva— surgem, nessa análise, no que respeita à identidade da categoria adjectival. Vários autores notaram que, em algumas línguas, a categoria A se comporta ora como um N ora como um V. No seu trabalho de 1987, Abney reconhece duas categorias de adjectivos, sendo a primeira essencialmente nominal e a segunda essencialmente verbal. Os dados relevantes para Abney provêm, por um lado, do Alemão e do Russo, e, por outro, do Chinês, Japonês e Coreano. Assim, a análise dos adjectivos em Alemão revela o facto bem conhecido de os mesmos receberem morfemas casuais (cf. 175) e de, em Russo, poderem ser flexionados, entre outros, com morfemas de aspecto (cf. 176):<sup>292</sup>

(175) adjectivos 'gut' (*bom*) e 'hübach' (*bonito*)

(Alemão)

	Singular (‘bom café’)	Plural (‘bonitos presentes’)
Nominativo	guter Kaffee	hübache Geschenke
Genitivo	gute Kaffee	hübacher Geschenke
Dativo	gutem Kaffee	hübachen Geschenke
Acusativo	guten Kaffee	hübache Geschenke

(176) Ivan            acitaet            Masu            krasivoj            (Russo)  
 Ivan-NOM        considera        Masha-AC        bonita-INST<sup>293</sup>  
 ‘O Ivan considera a Masha bonita’

Dos casos anteriores, relativos a línguas com flexões casuais, conclui-se que a categoria adjectival pode receber caso.<sup>294</sup> Ora, sendo a flexão casual uma propriedade

<sup>292</sup> Cf. Stowell (1981:142)

<sup>293</sup> AC= acusativo; INST= Instrumental, NOM=Nominativo.

<sup>294</sup> O caso é também uma propriedade constante da flexão adjectival nas línguas clássicas, como se viu no capítulo 3.

típica de N<sup>295</sup>, pode-se considerar que as línguas supra-citadas evidenciam uma categoria A com características nominais. A questão reside em saber se a atribuição de caso a adjetivos pode resultar de fenómenos de concordância no interior do DP.

O outro tipo de adjectivo —de natureza verbal— inicialmente apontado por Abney (1987) encontra-se essencialmente em variedades do grupo sino-japonês. Em línguas como o Chinês e o Japonês, os adjectivos manifestam flexões temporais/aspectuais, tal como os verbos:<sup>296</sup>

(177) a. Ta jintian mai **le** hen duo shu (Chinês)  
 Ele hoje compra-ASP muito vários livro<sup>297</sup>  
 ‘Ele/ela hoje **comprou** muitos livros’

b. Jiu-ping kong **le**  
 garrafa-de-vinho vazio-ASP  
 ‘A garrafa de vinho ficou **vazia**’

(178) a. Bill-ga piano-o hii-**ta** (Japonês)  
 Bill-NOM piano-AC tocar-PRET<sup>298</sup>  
 ‘Bill **tocou** piano’

b. Mary-wa se-ga takakat-**ta**  
 Mary-TOP altura-NOM alto-PRET  
 ‘Mary era **alta**’ (lit: ‘a altura da Mary era alta’)

Assim, em (177), tanto o verbo *mai* (“comprar”) como o adjectivo *kong* (“vazio”) são flexionados com o morfema aspectual *le*. Em (178), da mesma forma que o verbo *hii* (“tocar”) manifesta uma flexão temporal *ta* (pretérito), também o adjectivo *takakat* (“alto”) recebe esse morfema.

<sup>295</sup> Segundo uma proposta original de Stowell (1981), só uma categoria com o traço [+N] pode receber Caso, assim como só [-N] pode atribuir Caso.

<sup>296</sup> Li & Thompson (1981:142,190)

<sup>297</sup> ASP=Aspecto

<sup>298</sup> NOM= Nominativo; TOP= Tópico; PRET= Pretérito



Se considerarmos que nas línguas ocidentais —Românicas e Germânicas— a única categoria que flexiona em Tempo é V e que as outras —nomeadamente A— requerem no mínimo um verbo copulativo para receberem uma ancoragem temporal, concluímos que o A em Chinês e Japonês tem um comportamento próximo do V na medida em que flexiona em Tempo, sem restrições aparentes. Nessas condições, uma parte substancial dos investigadores (McCawley 1992 cita vários) acaba por tirar as devidas consequências: não existe nenhuma categoria adjectival nessas línguas, sendo A um mero subconjunto de V.<sup>299</sup>

O adjectivo em Coreano é um caso exemplar de indefinição ou contradição categorial: segundo Kim (2002, 2003), e ao contrário de toda a tradição gramatical coreana, os adjectivos não são categorias adjectivais mas verbais. Assim, os adjectivos, por serem verbos, são tipicamente incompatíveis com verbos copulativos (179), exibem morfemas de tempo, aspecto e modo (180), e sobretudo não suportam a construção atributiva —capital para apurar a natureza adjectival de um modificador—, exigindo, para integrar o DP como modificadores nominais, serem inseridos numa oração relativa —por via do marcador relativo —*n* (181)<sup>300</sup>:

- (179) a. \*ce            yeca-ka            yeppu-i-ta            (Coreano)  
           aquela            mulher-NOM       bonita-COP-DCL<sup>301</sup>
- b. ce            yeca-ka            yeppu-ta  
           aquela            mulher-NOM       bonita-DCL  
           *'aquela mulher é bonita'*
- (180) Mali-nun        han ttay            ttokttokha-ess-ess-ta  
           Mary-TOP        uma vez            esperto-PERF-PRES-DCL<sup>302</sup>  
           *'Mary costumava ser esperta'*

<sup>299</sup> Em alternativa, A é por alguns considerada uma categoria fechada, ou seja não lexical (ou funcional).

<sup>300</sup> Kim (2003) defende que todos os adjectivos atributivos são na realidade em Coreano predicados inseridos em orações relativas.

<sup>301</sup> COP=Cópula; DCL=Frases declarativa

<sup>302</sup> PERF=Aspecto Perfectivo; PRES=Presente

- (181) yeppu-n            yeca  
 bonita-REL<sup>303</sup>    mulher  
 ‘*uma mulher (que é) bonita*’

Contudo, mesmo em posição atributiva, o adjetivo modificador pode ainda receber morfemas de tempo e aspecto:

- (182) ce                    yeppu-ess-ess-ten            yeca  
 aquela                bonita-PERF-PRES-REL        mulher  
 ‘*aquela mulher (que era) bonita*’

Se compararmos com o Português, notamos que, nesta língua, o adjetivo está claramente impedido de receber flexões verbais ou aspectuais :<sup>304</sup>

- (183) a. \* A minha mulher **bonit-ava** quando casou (*era bonita*)  
 b. \* A Maria, quando era pequena, **espert-ava** muito ( *era muito esperta*)  
 c. \* O copo **vazi-ou** em dois segundos (ficou *vazio*)

Os argumentos anteriores sugerem pois que, nas línguas apontadas, os adjetivos não são meros adjetivos. Resta saber o que são. No caso do Coreano, Kim propõe que se trata na realidade de verbos estativos —exibem tempo e denotam estados—, o que explica que nas gramáticas tradicionais não exista qualquer referência a verbos estativos nesta língua —devido ao erro histórico de os ter confundido com adjetivos. Em Chinês e Japonês, podemos, do mesmo modo, considerar A como uma categoria essencialmente ‘*verbal*’.<sup>305</sup> Em qualquer caso, o estatuto de A como categoria [+V] [+N] fica seriamente comprometido pela existência de línguas como o Japonês ou o Coreano e a sua natureza anómala confirmada, uma vez que exibem propriedades mistas.

---

<sup>303</sup> REL=morfema de oração relativa

<sup>304</sup> O que não quer dizer que não haja verbos de-adjectivais, como *racionalizar*.

<sup>305</sup> Cf. contudo Baker (s.d.) ““Verbal Adjectives” as Adjectives without Phi-features”, em que o autor argumenta a favor de uma distinção A / V em Japonês.

## 6.2.O adjetivo é uma categoria emergente

Desponta da discussão anterior que a questão da natureza das categorias lexicais no âmbito da gramática generativa hesita entre vários modelos parciais, como um sistema de traços primitivos, como sistemas de marcas sintáticas ou semânticas ou variações paramétricas de traços categoriais.<sup>306</sup> Quanto ao adjetivo, oscila entre dois extremos: categoria sobre-especificada no modelo standard ([+V,+N] —cf. p.133), subespecificada nos outros ([-índice referencial, -especificador] no caso de Baker (2003) —cf. p.142—, [-referencial, -funcional] para Dechaine (1993) —cf. p.137). Trata-se pois de uma singularidade no domínio da gramática generativa, na medida em que a identificação de A mobiliza critérios divergentes —apesar de geralmente negativos.<sup>307</sup> Podemos pois legitimamente levantar a questão de saber se existe de facto uma categoria A universal e, em caso afirmativo, aclarar a sua singularidade. Se aquilo que torna determinado item lexical um adjetivo é a falta de marcas, uma resposta possível seria optar por uma identificação não exclusivamente lexical da categoria adjectival.

Como se distribuem os quatro tipos de traços gramaticais (semânticos, fonológicos, categoriais, morfológicos) geralmente assumidos? Por definição, os traços semânticos recebem uma interpretação na componente  $\Sigma$  quando enviados para SEM e os traços fonológicos são interpretados na componente  $\Phi$  quando enviados para a interface PHON. Os traços categoriais e morfológicos, por seu lado, estão acessíveis durante a computação, em sintaxe estrita, pelo que podem ser interpretados na componente  $\Phi$ . Alguns autores têm proposto, com base nestes níveis de interacção, uma parametrização dos traços gramaticais. Tang (1998), por exemplo, propõe que os traços que só intervêm na componente  $\Sigma$  —os traços interpretáveis na terminologia de Chomsky (1995)— são

---

<sup>306</sup> Para propostas em outras áreas da gramática, como a Gramática Relacional, a Gramática Funcional, a LFG ou a GPSG, ou no domínio da semântica formal, cf. Baker (2003), capítulo 1.

<sup>307</sup> Não é possível afirmar o mesmo de V, N e mesmo de P. Ao contrário de A, estas categorias gozam de uma definição convergente, mesmo considerando teorias lexicais afastadas como Chomsky (1970) e Baker (2003). Ao contrário de A, são categorias caracterizadas por exibir determinada forma de informação que lhes atribui a identidade categorial adequada.

invariantes e universais, ao passo que os traços que determinam (parcialmente) a derivação na componente  $\Phi$  —traços não-interpretáveis— não são universais mas específicos às línguas. Nessa hipótese, os traços semânticos, universais, devem existir no léxico de cada língua particular. Pelo contrário, os traços fonológicos, categoriais e morfológicos, não sendo invariantes, estarão na origem da variação linguística, pelo que são presumivelmente parametrizados em GU. Esses parâmetros de GU devem poder determinar a distribuição dos traços morfológicos, a inserção dos traços fonológicos e morfológicos e as combinações de traços categoriais disponíveis. A distribuição dos traços e a sua incorporação nos itens lexicais pode anteceder a inserção dos itens lexicais em sintaxe, como é proposto em Chomsky (1995), mas pode, em alternativa, acontecer durante a derivação, tendo como única restrição que os traços não interpretáveis devem ser inseridos a tempo de serem interpretados na componente  $\Phi$ .

A nossa proposta genérica é a seguinte: no caso de A, os seus traços categoriais são universalmente subespecificados, pelo que o adjectivo é uma categoria lexical defectiva, cujos traços categoriais não estão parametrizados. A especificação dos traços verifica-se em sintaxe e é determinada pela categoria com a qual A *compõe*, que lhe atribui identidade categorial, ou seja, fixa os seus traços categoriais e, em consequência, a sua morfologia. Esta proposta prevê que os adjectivos são também morfo-sintacticamente defectivos na medida em que a sua interpretação em  $\Sigma$  é condicionada pela fixação dos traços categoriais ainda em sintaxe estrita.<sup>308</sup>

A (primeira) solução que vamos aqui defender pretende elaborar parcialmente sobre as propostas anteriores um modelo que justifique a natureza singular do adjectivo. Partimos do pressuposto de que parte das combinações de traços categoriais  $[\pm V]$  e  $[\pm N]$  estaria indefinida em GU, e que são os dados primários de contacto com a língua que acabam por determinar o valor desses traços. No caso do adjectivo, contudo, não chegaria a haver em GU nenhuma categoria especificada pela combinação  $[+V,+N]$ , devido à redundância do valor positivo (cf. discussão anterior). Essa combinação de traços

---

<sup>308</sup> O facto de os modificadores adjectivais serem semanticamente defectivos explicaria que sejam pré-nominais nas línguas em que N verifica os seus traços na componente  $\Sigma$ , caso do Inglês, e sejam pós-nominais nas línguas em que essa verificação está associada à componente  $\Phi$ . Não vamos contudo aqui explorar essa hipótese.

categoriais, ao contrário das outras, estaria vedada a nível de GU, existindo, em consequência, uma categoria lexical universalmente subespecificada. Propomos assim que os traços lexicais de A são **não especificados** a nível do Léxico, isto é, emergem sem valor marcado. Note-se que, nesta hipótese, **os traços [N] e [V] não são nem negativos nem positivos**, o que é, do ponto de vista conceptual, uma opção possível.<sup>309</sup> A tipologia inicial pode ser simplificada, bastando para isso que os habituais sinais positivo (+) e negativo (-) de [N] e [V] sejam comutados para marcas mais abrangentes: **0** (zero) para um traço não especificado, **1** (um) para um traço especificado. Definimos, nessas condições, dois únicos casos: o **caso não especificado**, que notamos  $[_0N] - [_0V]$ , e o **caso especificado**, notado  $[_1N] - [_1V]$ . Este último caracteriza-se por **excluir redundância de marcas**, não havendo pois lugar para as combinações  $[-N,-V]$  nem  $[+N,+V]$ , o que elimina a ocorrência indesejável de categorias *sobre* ou *subespecificadas*. A estes dois conjuntos de casos correspondem pois três categorias lexicais: o **adjectivo**, categoria lexical exclusiva do caso não especificado,<sup>310</sup> o **nome**, categoria lexical especificada  $[+N,-V]$  e o **verbo**, categoria lexical especificada  $[-N,+V]$ . O quadro seguinte explicita esses itens lexicais:

(184) Categorias lexicais

GU	Caso não especificado $[_0N] - [_0V]$	Caso especificado $[_1N] - [_1V]$	
Categorias lexicais	$[+N] - [+V]$ (Adjectivo)	$[-N] - [+V]$ (Verbo)	$[+N] - [-V]$ (Nome)

O quadro em (184) oferece, relativamente a anteriores propostas, diversas vantagens descritivas. Assim, mantendo o sistema de traços original, não faz estipulações

<sup>309</sup> O sistema de traços não passa a ternário, mas continua binário: [+especificado], [-especificado].

<sup>310</sup> Será bom lembrar que A é uma categoria facultativa no DP. A modificação é opcional porque aquilo que é essencial para um DP é ser argumento, requisito que não justifica a presença de adjectivo na medida em que na semântica do nome nada exige uma operação de modificação. Podemos concluir provisoriamente que só categorias especificadas serão sintacticamente relevantes.

desnecessárias (a neutralidade de A é independentemente imposta), conserva o adjectivo com o estatuto de categoria universal e, por último, elimina da tipologia os casos ambíguos ou problemáticos anteriormente apontados. O requisito de não redundância das marcas surge na lógica dessa preocupação. Observe-se ainda que, em sintonia com a maioria das propostas existentes, este quadro exclui a categoria P do conjunto de categorias lexicais, com base em duas razões consistentes: o princípio de não redundância de marcas (não pode haver dois valores idênticos) e o princípio de neutralidade exclusiva (só pode haver uma combinação de traços neutra).

O modelo (184) implica uma identificação parametrizada da categoria adjectival: item lexical subespecificado, o adjectivo pode ser, entre outros, marcado pelas categorias funcionais com as quais *compõe*.<sup>311</sup> No âmbito de *Merge* descrito em (89) —cf. p.138—, um item V ou N —por hipótese portador de informação categorial específica— *compõe* e projecta em função do tipo de estrutura na qual é inserido como núcleo lexical marcado. Assim, ao ser inserido numa estrutura nominal (onde se combina com Det), N projecta DP, e V projecta VP. Ao contrário de V e N, contudo, a categoria A é lexicalmente defectiva: carece de traços categoriais especificados no Léxico. Assumimos que um item lexical sem informação categorial predefinida projecta por defeito como AP, *compondo* facultativamente com morfemas de tipo Grau —no caso dos adjectivos graduáveis. Contudo, sendo  $[_0N, _0V]$ , o item lexical A pode emergir, em alternativa, associado a DP (quando *compõe* com Det, caso das línguas românicas) ou VP (quando *compõe* com morfemas verbais e aspectuais, caso de línguas como o Japonês ou o Coreano). O adjectivo manifesta a capacidade de **adquirir identidade por meio das categorias funcionais** com as quais *compõe* na derivação em sintaxe estrita. De qualquer forma, os traços categoriais de A são tornados visíveis em sintaxe por meio das categorias funcionais, o que significa que devem ser fixados antes de  $\Sigma$ . De facto, os traços de A devem estar fixados antes de a derivação D convergir para PHON e SEM, ou seja, em sintaxe estrita. Trata-se pois de uma categoria cuja identidade emerge durante a derivação, num ambiente criado por categorias funcionais. Trata de um processo de categorização de natureza estrutural e não de natureza

---

<sup>311</sup> Uma solução alternativa seria pura e simplesmente eliminar os traços categoriais da gramática, considerando-os como um aparato descritivo redundante e consequentemente descartável. Essa solução não foi ainda até hoje bem sucedida.

lexical. O adjetivo é pois uma categoria lexical que passamos a designar, no intuito de resumir esse mecanismo, como “*categoria emergente*”.

Em qualquer caso, este quadro pressupõe que deve ser mantida a existência da categoria ‘*adjetivo*’ em todas as línguas naturais e que, naquelas línguas que não a aparentam ter, haverá na realidade um fenómeno de ‘*ocultação*’ da categoria A pelos morfemas com que se combinou, o que permitiria, no caso de se cancelar esses morfemas, repor em evidência a categoria adjectival defectiva. Prolongando esta linha de reflexão, deve ser também possível desenvolver a operação inversa, isto é, proceder ao levantamento do conjunto de traços formais que, em dada língua, uma raiz adjectival não especificada pode receber.

O quadro seguinte pretende ilustrar o ‘*domínio derivacional*’ associado ao adjetivo em sintaxe. A partir do léxico, o item A *compõe* com vários morfemas: (i) por defeito com Grau, originando a categoria adjectival A; (ii) com I, originando (em Japonês e Coreano) um “adjetivo verbal”; (iii) com Det ou Q, originando, nas línguas românicas, um “adjetivo nominal” —cf. *infra*, capítulo 7. Neste quadro, só quando combinado com Grau se obtêm adjectivos no sentido lexical da palavra.<sup>312</sup> Outros morfemas levam a um objecto sintáctico cujo comportamento será típico de V ou N. A esse conjunto de operações de derivação baseadas no item  $[_0V, _0N]$  chamaremos “Emergencia Categorical” de A:

---

<sup>312</sup> Como se viu no capítulo 2, uma parte dos adjectivos é incompatível com o morfema Grau (embora não o seja com os outros), caso de itens como *redondo*, *grávida*, *chinês*, etc. Limitaremos o nosso estudo ao conjunto dos adjectivos graduáveis, isto é, aqueles que se combinam com o morfema Grau.

## (185) Emergência Categorial de A

GU		Léxico	Morfemas funcionais		Categorias emergentes	Objectos sintácticos	Línguas implicadas
			Por defeito	Possíveis			
				I	[+V,-N]	“adjectivo verbal”	Japonês, Coreano
			(Grau)		[+V,+N]	Adjectivo	
				Det, Q	[-V,+N]	“adjectivo nominal”	línguas românicas

A projecção de A deve pois poder receber os morfemas cujos traços formais transformam A em ‘*adjectivo emergente*’, o que implica que A dispõe de um domínio funcional onde pode receber, além de Grau, morfemas como Q e I. Nessa hipótese, seria possível fazer não só o levantamento das provas de convergência entre A por um lado, e V e N por outro, como também o das categorias funcionais adjectivais associadas a morfemas não adjectivais. Aquilo que nos propomos fazer, no decorrer do texto, é justamente um estudo sistemático da convergência categorial entre A e N em Português —deixando de parte, por opção, a análise da convergência A e V, por esta não ser pertinente na nossa língua. Do ponto de vista descritivo, a nossa perspectiva será a de que só uma categoria lexicalmente subespecificada, como o adjectivo, pode entrar em determinadas estruturas sintácticas ‘*ambíguas*’, como os ‘*adjectivos nominais*’ (cf. *os ricos*). Inversamente, a presença de um nome numa configuração reservada ao adjectivo, como a função atributiva (cf. *uma equipa maravilhosa*), pressupõe que os traços lexicais de N foram neutralizados. Na quarta parte deste trabalho, dedicar-nos-emos em pormenor ao tratamento da projecção alargada do adjectivo em Português, destacando o seu complexo sistema funcional, em que haverá que prever lugares para os morfemas Deg e Q, pelo menos.



## Capítulo 7

### “Adjectivos nomes”

Neste capítulo, vamos alargar ao léxico do Português, nomeadamente aos itens lexicais habitualmente designados, nesta língua, como adjectivos, o mecanismo descrito no capítulo anterior. Com base no modelo apresentado, vamos ver que a existência de ‘*adjectivos nomes*’, como *amigo*, não é de surpreender, num quadro descritivo em que as categorias N e A são consideradas estruturalmente parecidas. A predição de que **o nome pode ser atributivo** concretiza-se também em Português.

#### 7.1.As construções humanas

A proposta apresentada em (185) prevê a emergência de “adjectivos nominais” nas línguas românicas, resultando do encontro da categoria lexical subespecificada com certos morfemas funcionais típicos das expressões nominais. Propomo-nos analisar, neste parágrafo, a ocorrência dessa combinatória em Português.

Vimos, no capítulo 3, que uma das razões da inclusão do substantivo e do adjectivo na mesma categoria lexical “nome” prende-se, na gramática tradicional, com a ambiguidade aparentemente fortuita de alguns espécimes. De facto, para determinados casos, pode hesitar-se na classificação entre nome substantivo e nome adjectivo: *cego*, *amigo*, *ladrão...*<sup>313</sup>. Ora, num quadro gramatical em que as categorias são formalmente

---

<sup>313</sup> Cf. Brito (2003:371).

determinadas, estes casos levantam questões pertinentes, que propomos resolver como ilustração do modelo sugerido no capítulo anterior.

Não é raro, em muitas línguas, os adjetivos aparecerem em posições próprias das expressões nominais e assumir funções nominais. Vejamos alguns dados do Português.<sup>314</sup>

Itens como *pobre* ou *cego* emergem indiferentemente como adjetivo e nome:

- (186) a. Um homem (muito) **pobre** [A] deposita esperança no trabalho  
 b. Os \*(muito) **pobres** [N] pedem esmola ao domingo  
 c. Abriu um novo centro para os \*(infelizmente) **cegos** [N] no Norte do país  
 d. Um soldado (infelizmente) **cego** [A] entrou devagar na sala

Como se nota, as formas de *pobre* e *cego* assinaladas como adjetivos ([A]) admitem grau (186.a) ou modificação adverbial (186.d), ao contrário das formas nominais ([N]) —cf.( 186.b.c). Estas, em contrapartida, admitem modificação adjectival (187):

- (187) a. Os **pobres** delinquentes / incultos / analfabetas  
 b. Conheci um **cego** muito simpático no banco

Para referir estes casos, as nomenclaturas gramaticais hesitam entre as categorias A e N, pelo que os autores lhes atribuem geralmente a designação genérica de ‘*adjectivos nomes*’. Lopes (1971) observa, acerca destes casos, que devem ser entendidos em função da “distinção tradicional entre nomes *substantivos* e nomes *adjectivos*; e entre o substantivo *aposto* e o adjetivo *atributo*”, e acrescenta que “certos nomes funcionam **oscilantemente**, ora como adjetivo, ora como substantivo: “pobre”, “velho”, designações de nacionalidades, tais como “espanhol”, etc.”<sup>315</sup> Note-se contudo que nem todos os adjetivos manifestam a duplicidade de *pobre* e *cego*. Nos exemplos seguintes, *novo* e *elegante* são claramente adjetivos (188.b.c), ao contrário de *doente*, *velho* e *idoso* (188.a).<sup>316</sup>

<sup>314</sup> Para uma análise clássica da questão, cf. Brito (2003), p.371-375.

<sup>315</sup> Lopes (1971:55). O destaque é nosso.

<sup>316</sup> A frase (b) seria gramatical num contexto em que *novos* se interpretasse por oposição a *velhos*.

- (188) a. Os / doentes / velhos / idosos têm prioridade  
 b. Os novos \*(clientes) têm prioridade  
 c. Os \*(vestidos) elegantes têm muita procura

Além disso, estes ‘*adjectivos nomes*’ diferem superficialmente dos verdadeiros nomes, já que a coordenação entre ambos é impossível (189.a.c), apesar de não o ser entre si (189.b):

- (189) a. \* Os pobres e os alunos  
 b. Os pobres e os ricos  
 c. \* Os ricos e os estudantes  
 d. Os alunos e os estudantes

A agramaticalidade de (188.b) e (188.c), motivada pela ausência dos nomes *clientes* e *vestidos*, assim como as anteriores coordenadas, mostram que os ‘*adjectivos nomes*’ correspondem na realidade a diferentes (conjuntos de) traços semânticos. Assim, por exemplo, *pobre*, em exemplos como (186.a), pode referir, em Português, dificuldades económicas (“casa pobre”), mas também uma situação de inferioridade relativamente a uma norma (“discurso pobre”) ou ainda sentimentos de piedade (“pobre criança!”). Pelo contrário, *pobre* em (187.a) refere-se exclusivamente a pessoas sujeitas a dificuldades económicas, e nunca a casos de desigualdade ou a situações de desvio relativamente a uma norma.<sup>317</sup> Em contrapartida, adjectivos como *novo* ou *elegante* em (188) não parecem ser afectados por restrições de atribuição de propriedades, pelo que não pertencem previsivelmente ao conjunto dos ‘*adjectivos nomes*’.<sup>318</sup> Ora, na medida em que o mecanismo de *Emergência Categorical* em (185) não prevê qualquer atribuição ou especificação de traços semânticos como aqueles que opõem *pobre* em (186.a) e (187.a), como podemos então distinguir entre adjectivos como *elegante* e ‘*adjectivos nomes*’?

<sup>317</sup> A diferença apontada traduz-se em línguas como o Alemão pela capitalização da letra inicial, processo gráfico bem conhecido reservado nas línguas germânicas unicamente aos substantivos.

<sup>318</sup> Podem, contudo, aparecer em construções elípticas: “o novo já chegou?”. Cf. *infra* e também a nota (316).

O tipo de construção exemplificada em (187.a) foi analisado por Kester (1996), que lhe chama ‘*construção humana*’. Kester aborda estas construções em Neerlandês, propondo que se trata sempre de uma forma adjectival associada a um ‘*nome nulo*’ — apagado contextualmente. Mais precisamente, a construção humana envolveria nomes nulos marcados pelos traços [+humano] ou [+abstracto], que seriam formalmente legitimados pela morfologia adjectival. Relativamente a estas construções, Kester nota que, se o Inglês não aceita nomes nulos em geral, como (190.a), exigindo sempre a forma plena ‘*one*’, admite no entanto algumas construções do tipo: *the poor, the rich, the French, etc.*, como em (190.c):

- (190) a.\* the red car and [the green]  
 b. the red car and [the green one]  
 c. [The rich] are lonely

Exemplos como (190.c) são limitados, já que só referem humanos<sup>319</sup> e têm uma interpretação marcadamente genérica. Além disso, levantam a questão de saber se correspondem a uma verdadeira construção adjectival, ou se serão antes o resultado de uma nominalização, hipótese clássica contra a qual Kester argumenta. Depois de demonstrar que a hipótese da nominalização é inviável —os adjectivos envolvidos na construção humana não verificam as características dos verdadeiros nomes<sup>320</sup>—, Kester assume que a construção humana consiste num adjectivo seguido do pronome nulo *pro* com os traços [+humano], [+genérico] e [+plural]. Outra observação relevante de Kester é a de que os adjectivos envolvidos nas construções humanas têm um plural irregular em Neerlandês, que é o morfema **[-n]** em vez de **[-s]**<sup>321</sup>. Crucialmente, o morfema **[-n]**, quando escolhido, induz uma interpretação arbitrária de tipo [+humano, +genérico,

---

<sup>319</sup> Dai o rótulo atribuído.

<sup>320</sup> Características citadas são a possibilidade de os nomes serem usados no singular, de terem morfologia plural, e de serem usados sem Det (como *meros nomes*), o que não acontece com estas expressões.

<sup>321</sup> **[-s]** representa o morfema plural habitual dos nomes em Neerlandês.

+plural]. Para Kester, este morfema é uma flexão adjectival cuja utilidade é legitimar e identificar as construções humanas <sup>322</sup>.

- (191) a. De blinden / \* blindes (os cegos) (Neerlandês)  
 b. De ziecken (os doentes)

Os factos anteriores permitem concluir que o contraste denunciado em (190) se pode explicar em termos de ausência / presença de morfologia flexional.<sup>323</sup> Os adjectivos em Neerlandês são flexionados por *[-e]*, enquanto que, em Inglês, os adjectivos não manifestam nenhuma flexão. Em Neerlandês, *[-e]* é realizado nas construções humanas em todos os adjectivos, mesmo os que não flexionam habitualmente na presença de um nome pleno.<sup>324</sup>

Em Português, contudo, as formas nominal e adjectival flexionam de maneira idêntica, pelo que não se pode invocar a presença de morfemas especializados para legitimar traços semânticos ou operações de apagamento de constituintes. Já que existem também em Português ‘*construções humanas*’, elas devem ser derivadas por outros meios que a flexão adjectival. Uma proposta alternativa —sugerida por Casteleiro (1978:127)— aponta como solução duas entradas lexicais separadas, uma para o adjectivo, outra para o nome —cf. capítulo 4, p.122. De facto, mesmo se considerados como adjectivos, os itens típicos das ‘*construções humanas*’ não passam todos os testes sugeridos por este autor

---

<sup>322</sup> É importante salientar que este morfema só é realizado em adjectivos quando *pro* tem traços inerentes: se *pro* não os tem, por exemplo em caso de elipse, então o morfema *[-n]* é agramatical, como mostra (i) (obviamente, (i) seria gramatical no caso de não haver elipse: *groenen* representaria os verdes (ecologistas))

(i)\* De rode boeken liggen naast de groenen *pro*  
 Os livros vermelhos estão ao lado dos verdes

<sup>323</sup> Kester adianta que esta explicação é interessante por razões empíricas (em muitas línguas há morfologia flexional e nomes nulos) e teóricas (esta hipótese é suportada pela explicação dada habitualmente para os sujeitos nulos das línguas *pro*-drop). Morfologia rica parece ser de crucial importância para a legitimação e identificação de sujeitos nulos e nomes nulos.

<sup>324</sup> Claramente, *[-e]* não corresponde ao padrão da flexão adjectival e deve ser realizado por outros motivos. Kester assume que o é por razões de legitimação formal: *[-e]* é um legitimador formal de *pro*, embora não o consiga identificar.

para identificar a categoria adjectival. Vejamos os casos seguintes, com os ‘*adjectivos nomes*’ **rico**, **pobre**, **amigo**, **cego**, **jovem**, alargando os referidos testes a critérios complementares, nomeadamente sintácticos (192), semânticos (193) e morfológicos (194):

(192) (*construção predicativa*)

- a. O João **é** {rico / pobre / amigo / cego / jovem}  
 a'. O João **está** {rico / pobre / ? amigo / cego / jovem}

(*oração relativa*)

- b. Há muitos portugueses **que** são {ricos / pobres / amigos / cegos / jovens}

(*posição atributiva*)

- c. Os **portugueses** {ricos / pobres / amigos / cegos / jovens}  
 c'. \* Os {ricos / pobres / amigos / cegos / jovens} **portugueses**<sup>325</sup>

(*oração pequena*)

- d. Acho todos esses **rapazes** {ricos / pobres / amigos / cegos / jovens}

(*modificadores adjectivais*)

- e. O João **é mesmo** {rico / pobre / amigo / cego / jovem}

(*coordenação*)

- f. O João **é** {pobre **mas** feliz} / {cego **e** jovem}

(*pronominalização*)

- g. Se os portugueses são {ricos / pobres / amigos / cegos / jovens}, nós não **o** somos

(*oração completiva*)

- h. \* Hoje, **é** {rico / pobre / amigo / cego / jovem} **que** as coisas melhorem

(193) (*predicado episódico*)

- a. \* Os rapazes, {ricos / pobres / amigos / cegos / jovens}, **pararam** todos

<sup>325</sup> A agramaticalidade explica-se pelo facto de “ricos / pobres / amigos / cegos” serem adjectivos. “jovens”, contudo, não gera agramaticalidade.

(*quantificação*)

b. Os portugueses são **muito** / não são **nada** {ricos / pobres / amigos / cegos / jovens}

(*restrições de selecção*)

c. \* Estes **livros** são {ricos / pobres / amigos / cegos / jovens}

d. O meu **cão** é {\* rico / \* pobre / \* amigo / cego / ? jovem}

(194) (*comparativo*)

a. Os rapazes são **mais** {ricos / pobres / amigos / cegos / jovens} **do que** as raparigas

(*morfema adverbial*)

b. O João vive {**pobremente** / ? **ricamente** / \* **amigamente** / ? **cegamente** / \* **jovemmente** }  
)

(*prefixação*)

c. \* Hoje, muitos portugueses são {**semi-ricos** / **multi-pobres** / **bi-cegos** / **tri-amigos** / **multi-jovens**}

Como se pode concluir destes dados, os ‘*adjectivos nomes*’ não são adjectivos como os outros: (i) quanto à sintaxe, a sua posição interna ao DP é tendencialmente pós-nominal (192.c.c’); por outro lado são incompatíveis com orações completivas (não têm argumento interno, não são transitivos) (192.h); (ii) do ponto de vista semântico, denotam estados, pelo que são incompatíveis com predicados episódicos (193.a); além disso, restrições de selecção impedem-nos de predicar sobre nomes cujos traços semânticos sejam [-animado] e/ou [-humano] (193.c); (iii) são caracterizados por uma morfologia derivacional muito pobre, não admitindo por exemplo prefixos de gradação (194.c), o que compromete o seu estatuto de adjectivos graduáveis. Contudo, na medida em que verificam algumas das propriedades do adjectivo, como a modificação adverbial ou a inclusão em orações pequenas, não podem deixar de ser predicados adjectivais. Os itens lexicais *rico*, *pobre*, *amigo*, *cego*, *jovem* têm pois um estatuto categorial que **oscila** entre A e N.

Esta observação é usual na gramática clássica, que inclui habitualmente nesse grupo itens lexicais como os chamados “adjectivos pátrios” ou “gentílicos”<sup>326</sup>, “próprios de nações”<sup>327</sup>, “nacionais”<sup>328</sup>, do tipo *brasileiro, alentejano, minhoto, aveirense*, etc. Soares Barbosa (1832) levanta por seu lado a questão do estatuto de termos como *filósofo* ou *rei*, que são nomes “que significação vários estados accidentaes do homem”.<sup>329</sup> Ora, como observa o gramático português, estes termos são variáveis em género e podem ser modificados pelos “appellativos” *homem, mulher* (“Homem Philosopho”).<sup>330</sup> Também Casteleiro (1978) menciona a questão dos “adjectivos-nomes”, que pretende distinguir dos “adjectivos predicativos”, citando como exemplos do primeiro tipo casos como “amigo, valente, realista, caçador, impostor, sectário”.<sup>331</sup> Como se pode facilmente concluir, todos estes termos têm em comum o traço semântico [+humano].

No espírito da nossa proposta, analisamos exemplos como (186) e (187) e (192) a (194) com base nos modelos de *Emergência Categorical* apresentados em (184) e (185) — cf. capítulo 6, p.198. Em consequência, a análise de Kester da elipse nominal, baseada no pressuposto de uma categoria pronominal nula provida de traços semânticos controlados pela flexão adjectival, fica afastada para o Português. Do mesmo modo, afastamos a proposta da dupla entrada lexical, que levanta o problema da multiplicação não motivada de entradas lexicais. No decorrer deste texto, a ocorrência da forma adjectival será assinalada pelo índice <sub>A</sub>, notado {*item<sub>A</sub>*} e a ocorrência da forma nominal pelo índice <sub>N</sub>, notado {*item<sub>N</sub>*}, como exemplificado em (195), o que é, no fundo, uma maneira simplificada de dizer que é perante os dois tipos distintos de contextos que emerge ou um A ou um N. A distinção entre as duas formas far-se-ia, como se disse, ao serem inseridas

---

<sup>326</sup> Cf. Contador de Argote, *op.cit.*, retomado por Cunha & Cintra (1984:250).

<sup>327</sup> Cf. Bento Pereira, *op. Cit.*

<sup>328</sup> Cf. Contador de Argote, *op.cit.*

<sup>329</sup> Cf. parágrafo sobre o “adjectivo barbosiano”. Esses casos, escreve o autor, “pondo-se ordinariamente sos na oração como os substantivos, e muitos sendo acompanhados de adjectivos, que os modificao, derao occasião á duvida entre os Gramáticos, se pertencem á classe dos substantivos, se á dos adjectivos.”

<sup>330</sup> De notar que Soares Barbosa acrescenta *coisa* aos “appellativos” em questão, o que nos parece contraditório e deve ser considerado como um erro do autor.

<sup>331</sup> Cf. capítulo 4.



em sintaxe numa derivação, via *Merge*, nos termos em que foi proposto anteriormente em (185).

- (195) a. Os {**pobres<sub>N</sub>**} não são todos delinquentes  
 b. Um homem {**pobre<sub>A</sub>**} deposita esperança no trabalho

Que diferenças haverá entre a dupla entrada, cuja utilidade negámos acima, e a nossa proposta? Observações precisas podem ser adiantadas a nosso favor. Em primeiro lugar, note-se que, em (195), {pobre<sub>N</sub>} —ou seja a categoria lexical tradicionalmente marcada pelos traços [+N], [-V]— ocorre como núcleo lexical sem a necessidade de um referente contextual, isto é, ao contrário de {pobre<sub>A</sub>}, é uma expressão linguística auto-referencial. Por outro lado, se {pobre<sub>A</sub>} denota qualidades ou propriedades sem restrições semânticas<sup>332</sup>, {pobre<sub>N</sub>} só refere tipos humanos: {pobre<sub>A</sub>} refere, via modificação, qualquer entidade, ao passo que {pobre<sub>N</sub>} denota obrigatoriamente um conjunto de pessoas. Ora, na medida em que a restrição referencial de {pobre<sub>N</sub>} não pode ser directamente inferida da forma sem especificação categorial {pobre<sub>0</sub>}, essa diferença **não pode estar registada no léxico antes de emergir numa derivação**. Os exemplos seguintes mostram que {pobre<sub>N</sub>}, por ser um nome plenamente marcado —neste caso pelos traços [+N],[ -V]—, não pode *compor* com outro nome, ao contrário de {pobre<sub>A</sub>}. A determinação dos traços [+N],[ -V] em *pobre* deve pois **verificar-se por meio** da operação *Merge*, sendo portanto simultânea à inserção em sintaxe:

- (196) a. Os {pobres<sub>N</sub>} trabalhadores / \* os trabalhadores {pobres<sub>N</sub>}  
 b. Os {pobres<sub>A</sub>} trabalhadores / os trabalhadores {pobres<sub>A</sub>}<sup>333</sup>

Observemos, em segundo lugar, que os itens referidos como {*item<sub>N</sub>*} nada têm de adjectivos: são verdadeiros nomes, sendo compatíveis com testes nominais como a

<sup>332</sup> Cf. comentários aos exemplos (186) e (187).

<sup>333</sup> No caso de {pobre<sub>A</sub>}, a sua posição relativamente ao núcleo N determina a interpretação literal ou não do adjectivo. Como se vê, essa dupla leitura fica bloqueada pelo item {pobre<sub>N</sub>}

quantificação, a pluralização, a determinação zero (*‘meros nomes’*), as leituras genérica, (não) específica, (in)definida, existencial, etc. Vejamos os exemplos seguintes, (197) com *pobre* e (198) com *amigo*, ambos com claro conteúdo nominal:

- (197) a. Dois / vários / um grupo de **{pobres<sub>N</sub>}** estavam à porta *(quantificação)*  
 b. Os **{pobres<sub>N</sub>}** serão os primeiros a entrar no reino dos Céus *(nome genérico)*  
 c. Um **{pobre<sub>N</sub>}** é um {pobre<sub>N</sub>} *(frase genérica)*  
 d. O centro paroquial recolhe **{pobres<sub>N</sub>}** todos os dias *(mero nome)*  
 e. Encontrei um **{pobre<sub>N</sub>}** na rua. Ele era velho *(leitura indefinida)*  
 f. Alguém levou o pão. –Deve ter sido um **{pobre<sub>N</sub>}** *(leitura não específica)*
- (198) a. Dois / vários / uns **{amigos<sub>N</sub>}** estavam à porta  
 b. Os **{amigos<sub>N</sub>}** são para as ocasiões  
 c. Um **{amigo<sub>N</sub>}** é sempre um {amigo<sub>N</sub>}  
 d. O João tem **{amigos<sub>N</sub>}** em todo o lado / {amigos<sub>N</sub>}, há muitos!  
 e. Encontrei um **{amigo<sub>N</sub>}** na rua. Não o via há dez anos  
 f. Esta noite, telefonaram ao João. –Deve ter sido um **{amigo<sub>N</sub>}** dele

Como se pode antever, nenhum dos contextos anteriores é compatível com uma categoria adjectival plena:<sup>334</sup>

- (199) a. \* Dois / vários / um grupo de **lindos** estavam à porta *(quantificação)*  
 b. \* Os **inteligentes** serão os primeiros a entrar na sala *(nome genérico)*  
 c. \* Um **interessante** é um interessante *(frase genérica)*  
 d. \* O centro paroquial recolhe **feios** todos os dias *(mero nome)*  
 e. \* Encontrei um **soberbo** na rua. Ele era alto *(leitura indefinida)*  
 f. \* Alguém roubou o saco do pão. –Deve ter sido um **indigno** *(leitura não específica)*

Em terceiro lugar, os **{itens<sub>N</sub>}** nunca podem ser modificadores e entrar, em consequência, em construções adjectivais. *Amigo*, por exemplo, quando emerge como **{amigo<sub>N</sub>}** —referindo um conjunto de entidades caracterizadas pelos traços [+humano] e

---

<sup>334</sup> Note-se que os adjectivos escolhidos podem atribuir propriedades humanas.

[+contável]<sup>335</sup>—, é incompatível com modificação adverbial assim como com construções comparativas ou quantificadas:

- (200) a. \* Os incrivelmente / antigamente **{amigos<sub>N</sub>}** do João  
 b. \* Os mais **{amigos<sub>N</sub>}** que agora do João  
 c. \* Os **{amicíssimos<sub>N</sub>}** do João  
 d. \* Os muito / bastante **{amigos<sub>N</sub>}** do João

Em quarto lugar, os *{itens<sub>A</sub>}* aceitam sufixos adjectivais diminutivos ou aumentativos típicos —quase sempre pejorativos—, enquanto os *{itens<sub>N</sub>}* não aceitam essa sufixação adjectival:

(201)

{item <sub>A</sub> }	{item <sub>N</sub> }	{item <sub>A</sub> } + sufixo	{item <sub>N</sub> }+ sufixo
(buraco) negro	os negros	enegrecido	*os enegrecidos
(senhora) doente	os doentes	doentio	*os doentios
(vida) eterna	o eterno	eternal	*o eternal
(casal) amigo	os amigos	amigável	*os amigáveis <sup>336</sup>
(urso) anão	os anões	nanico	*os nanicos
(urso) gigante	os gigantes	gigantesco	*os gigantesco
(alma) crente	os crentes	crenteiro	*os crenteiros
(maçã) verde	os verdes	esverdeado	*os esverdeados
		verdejante	*os verdejantes

Como indica a coluna da direita (a quarta), um adjectivo provido de um morfema derivacional não pode ser usado como *{item<sub>N</sub>}*. Essa restrição, em princípio inexplicável, recebe contudo uma explicação simples se se considerar que estamos, na coluna dois, em presença de *{itens<sub>N</sub>}*, enquanto na coluna um estamos perante *{itens<sub>A</sub>}*.

<sup>335</sup> O traço [+contável] é proposto para salientar que estes itens são quantificáveis e contáveis.

<sup>336</sup> Mas cf. “os colonáveis”, expressão que refere o chamado ‘jet-set’.

Resumindo, ao contrário do previsto pela hipótese da dupla entrada lexical, no nosso modelo existe um único item lexical não especificado ( $[0N],[0V]$ ); tal item equivale a uma categoria adjectival por defeito  $[+N], [+V]$  ( $\{item_A\}$ ); se essa categoria resultar de *Merge* com Det, passa a  $\{item_N\}$ , adquirindo assim os traços nominais  $[+N], [-V]$ . Uma vez fixados os seus traços categoriais, o  $\{item_N\}$  revela ser um N pleno, como mostram os exemplos (196) a (201).

Em Português, os casos exemplificados nos pontos anteriores verificam-se, pois, com alguma constância. Contudo, a explicação adiantada para descrever os ‘*adjectivos nomes*’ não nos permite responder à questão inicialmente colocada: como podemos distinguir entre *amigo, pobre, rico* e adjectivos ‘*plenos*’ —como *bonito, digno, elegante*? Na realidade, a resposta a esta questão pressupõe que os ‘*adjectivos nomes*’ pertencem eles próprios a dois conjuntos distintos: a categoria lexical N (*amigo*) e a ‘*categoria emergente*’ A (*rico*), tal como definida em (185). Vamos argumentar que uma parte dos ‘*adjectivos nomes*’, como *amigo*, são itens lexicais nominais do Português —sendo nomes no sentido definido em (184)—, ao passo que outros, como *rico*, devem ser considerados adjectivos por aplicação do princípio de *Emergência Categorial* —cf. (185). Passamos a explicar, retomando parte dos pontos anteriores.

Em primeiro lugar, alguns dos ‘*adjectivos nomes*’ não passam, como seria de esperar, parte dos testes apontados de (197) a (200). É o caso de  $\{rico_N\}$ , por exemplo:

- |       |  |                                   |
|-------|--|-----------------------------------|
| (202) | a. * Dois / *vários / *um grupo de $\{ricos_N\}$ estava(m) à porta | ( <i>quantificação</i> )          |
|       | b. Os $\{ricos_N\}$ serão os últimos a entrar no reino dos Céus    | ( <i>nome genérico</i> )          |
|       | c. Um $\{rico_N\}$ é um $\{rico_N\}$                               | ( <i>frase genérica</i> )         |
|       | d. *? O banco recebe $\{ricos_N\}$ todos os dias                   | ( <i>mero nome</i> )              |
|       | e. * Encontrei um $\{rico_N\}$ na rua. Ele era velho               | ( <i>leitura indefinida</i> )     |
|       | f. ? Quem comprou este Porsche? –Deve ter sido um $\{rico_N\}$     | ( <i>leitura não específica</i> ) |

Como se vê, ao contrário de *pobre* em (197), *rico* não pode ser quantificado, não sobrevive facilmente com determinação nula, e não aceita leitura indefinida. Em contrapartida, aceita uma leitura genérica e não específica.

Em segundo lugar, observemos que  $\{rico_N\}$  pode *compor* com A dentro de DP, o que não é possível para  $\{rico_A\}$ :

- (203) a. \* Os {ricos<sub>A</sub>} arrogantes são frequentes  
 b. \* Os arrogantes {ricos<sub>A</sub>} são frequentes<sup>337</sup>  
 c. Os {ricos<sub>N</sub>} arrogantes são frequentes  
 d. \* Os arrogantes {ricos<sub>N</sub>} são frequentes

Em terceiro lugar, é de notar que o item **rico** pode ser promovido a {rico<sub>N</sub>} ou {rico<sub>A</sub>}, situação em que dois ‘*adjectivos nomes*’ alternam entre o estatuto de N e A dentro de DP, como em (204).<sup>338</sup> O segundo termo é aqui o adjectivo ‘*pátrio*’ **português**; note-se que nestes casos, {rico<sub>N</sub>} e {rico<sub>A</sub>} são mutuamente exclusivos —estão em distribuição complementar:

- (204) a. Os {ricos<sub>N</sub>} portugueses pagam poucos impostos  
 b. \* Os {ricos<sub>A</sub>} portugueses pagam poucos impostos  
 c. Os portugueses {ricos<sub>A</sub>} pagam poucos impostos  
 d. \* Os portugueses {ricos<sub>N</sub>} pagam poucos impostos

O mesmo não acontece na presença de um nome pleno, embora, como se sabe, a posição do adjectivo relativamente ao nome implique mudança de significado.

- (205) a. Uma senhora {rica<sub>A</sub>} comprou este vestido  
 b. A tua mulher é uma {rica<sub>A</sub>} senhora  
 c. \* Uma senhora {rica<sub>N</sub>} comprou este vestido  
 d. \* A tua mulher é uma {rica<sub>N</sub>} senhora

Ora, a agramaticalidade de (204.b) e (204.d) não pode ser de origem lexical na medida em que a denotação das expressões “{ricos<sub>N</sub>} portugueses” e “portugueses

---

<sup>337</sup> Esta frase seria gramatical se se falasse de “pessoas arrogantes” e não de “ricos”, ou seja, havendo elipse nominal. Note-se que o juízo de gramaticalidade aqui expresso está em contradição com Mateus *et alii* (2003:373). Contudo, a agramaticalidade aqui notada é justificada com base no item {rico<sub>A</sub>}, que impossibilita o predicado **frequentes** de ter um sujeito.

<sup>338</sup> Outro caso é **velho**: “velhos amantes / amantes velhos, velha preta / preta velha”. Trata-se de ocorrências de N e A em distribuição complementar. Cf. Cunha & Cintra (1984).

{ricos<sub>A</sub>}” pode ser considerada equivalente. O que acontece então, para explicar que (204.b) e (204.d) sejam rejeitados? No nosso entender, (204.b) é agramatical porque {ricos<sub>A</sub>} *compõe* com Det quando, na verdade, o núcleo lexical do DP sujeito deveria ser *portugueses*. (204.d) é agramatical pela razão inversa: partindo do princípio que {rico<sub>N</sub>} deveria *compor* com D, a inserção de um segundo núcleo nominal viola *Merge*. O mesmo tipo de explicação pode ser adiantado para a agramaticalidade de (205.c.d).

Crucialmente, a ambiguidade detectada em (204) e (205) não afecta itens como *amigo*, que pode claramente ser N e A consoante o contexto:

- (206) a. Os {amigos<sub>N</sub>} verdadeiros são muito raros  
 b. \* Os {amigos<sub>A</sub>} verdadeiros são muito raros  
 c. Os verdadeiros {amigos<sub>N</sub>} são muito raros  
 d. \* Os verdadeiros {amigos<sub>A</sub>} são muito raros

Em (206), *amigo* será sempre interpretado como {amigo<sub>N</sub>}, independentemente da sua distância relativamente a Det e da posição do adjectivo *verdadeiro*. A estabilidade do item *amigo* só pode ser de ordem lexical e o mesmo revela-se, por isso, como núcleo lexical, independente da ordem dos constituintes do DP que projecta. Além disso, se tivéssemos em (206.c) dois ‘*adjectivos nomes*’, ambos os exemplos seriam gramaticais, ao contrário de (204.c). O que caracteriza estes itens é, pois, que podem livremente ocupar uma posição como nomes, como é o caso de *amigo* e *doente*:

- (207) a. Os {amigos<sub>N</sub>} {doentes<sub>A</sub>} inspiram sempre cuidados  
 b. Os {doentes<sub>N</sub>} {amigos<sub>A</sub>} inspiram sempre cuidados

A análise dos dados (204) a (207) não deixa pois muitas dúvidas: estamos com *amigo* por um lado, e *rico* por outro, perante dois tipos distintos de itens lexicais. O primeiro tipo (que passamos a chamar ‘*nomes-adjectivos*’) representa um caso de nome tendencialmente referencial, o que significa que se trata de uma entrada lexical correspondendo, na nossa proposta inicial, a um caso específico —[<sub>1</sub>N,<sub>1</sub>V]— emergindo do léxico com os traços típicos de N: [+N,-V] e projectando uma categoria nominal. O segundo caso, a que chamamos ‘*adjectivos-nomes*’, representa, pelo contrário um exemplo da operação de *Emergência Categorial*, o que significa que se trata de um item lexical não

especificado — $[_0N, _0V]$ — cujos traços são marcados  $[+N, -V]$  a nível sintáctico, por *Merge* com Det (categoria funcional que só *compõe* com itens  $[+N, -V]$ ). A explicação para os dados anteriores resume-se na observação seguinte: itens lexicais como *rico* correspondem a uma entrada lexical ( $[_0N]$ ,  $[_0V]$ ) ao passo que itens como *amigo* devem ser  $[_1N]$ ,  $[_1V]$ . Sugerimos um resumo da descrição anterior em (208):

(208)

Léxico	$[_0N]-[_0V]$	$[_1N]-[_1V]$
		N ( $[+N]$ $[-V]$ ) <b><i>amigo</i></b>
Sintaxe	A ( $[+N]$ - $[+V]$ ) <b><i>muito rico</i></b>	<b><i>um amigo</i></b>
	“adjectivo- nome” ( $[+N]$ $[-V]$ ) <b><i>um rico</i></b>	“nome- adjectivo” ( $[+N]$ $[+V]$ ) <b><i>muito amigo</i></b>

Este quadro antecipa também outra observação: nomes plenamente lexicais como *amigo* podem aparecer como adjectivos (no caso especial de *amigo* aparecem como ‘*nomes-adjectivos*’). Inversamente, adjectivos podem surgir como nomes. Teremos pois que explorar as implicações dessa perspectiva e confirmar a sua viabilidade: poderá qualquer nome (e não só os ‘*nomes-adjectivos*’) ser usado como adjectivo? Voltaremos a esta questão no capítulo seguinte.

Para verificar a pertinência de (208), vamos alargar a análise dos dados do Português e levantar questões complementares. Como se ilustrou em (202), os ‘*adjectivos-nomes*’ não podem ser modificados por quantificadores nominais (\*“vários ricos”), não podem dispensar o seu Det (\*“vi ricos”), e rejeitam leituras indefinida específica e não específica, ou seja, aceitam uma leitura genérica mas não podem ser referenciais. Inversamente, como se viu em (197) e (198), os ‘*nomes-adjectivos*’ são nomes no sentido referencial e existencial —denotam indivíduos e recebem um papel temático de acordo com a grelha argumental de um predicado—, suportando quantificadores (“vários amigos”), indefinidos, etc. Como explicar então que tanto uns como outros possam ser A

ou N, já que alguns desses itens são marcados desde o léxico? Por que razão  $\{rico_N\}$ , por exemplo, não é —não pode ser— um caso de [+N], [-V] lexical?

Em primeiro lugar, todos estes itens, independentemente da sua condição categorial, partilham o traço [+humano]. Por razões que carecem de explicação precisa, mas que são provavelmente de ordem cognitiva, itens lexicais [-humanos] não podem ser nem ‘*adjectivos-nomes*’ nem ‘*nomes-adjectivos*’. Objectos, animais, acções, eventos, estados não podem ser denotados por este meio. Não é possível, por exemplo, denotar estrelas longínquas como “as longínquas”, ou animais não domésticos como “os selvagens”. Do mesmo modo, será difícil referir o conjunto de verbos episódicos como “os breves” ou as cores visíveis como “as visíveis” ou “as brilhantes” —neste caso, usa-se “o arco-íris”. As construções humanas são, como o nome indica, exclusivamente humanas.

Inversamente, todos os conjuntos de entidades [+humanas] podem ser denotadas por meio de ‘*adjectivos-nomes*’ ou ‘*nomes-adjectivos*’. Note-se a importância crucial do traço [+humano] para o conjunto de itens em análise: quando não entram numa ‘*construção humana*’, alguns destes predicados não podem ser adjectivos, o que explica por que existem, em Português, formas adjectivais correspondentes (como *filosófico*, *doentio*, *credível*) que modificam predicados [-humanos]:

- (209) a. Um escritor **filósofo** / \* um livro filósofo / um livro **filosófico** / ? um escritor **filosófico**  
 b. Uma pessoa **doente** / \* uma história doente / uma história **doentia**.  
 c. Um povo **amigo** / \* um discurso amigo / um discurso **amigável**  
 d. Um homem **crente** / \* um testemunho crente / um testemunho **credível**

O contrário, contudo, não se verifica: as formas exclusivamente adjectivais modificam predicados nominais independentemente do traço semântico [ $\pm$ humano] — embora haja nítida mudança de significado (“um homem credível” não é “um homem crente”):

- (210) Uma pessoa **doentia** / um povo **amigável** / um homem **credível**



A alternância anterior não é sistemática, como se sugeriu. Efectivamente, itens como *velho* e *pobre* admitem predicados [ $\pm$ humanos], sem haver forma adjectival alternativa:<sup>339</sup>

- (211) a. Um homem **velho** / um livro **velho**  
 b. Um homem **pobre** / um discurso **pobre**  
 c. Uma mulher **coxa** / uma desculpa **coxa**  
 d. Um menino **mudo** / um filme **mudo**

Contudo, se podem ser adjectivos, devemos notar que **nenhum dos itens em análise pode ser nome nem receber um papel temático na ausência do traço [+humano]**, o que contribui para reforçar a sua qualidade nominal:

- (212) a. Entrou um homem **velho** (A) / entrou um **velho** (N) ([+humano])  
 b. Perdi um livro **velho** (A) / \*perdi um **velho** (N) ([-humano])

O exemplo seguinte, extraído de Casteleiro, confirma a importância do traço [ $\pm$ humano] nestas construções:

- (213) a. O João é (um) **amigo** de longa data  
 b. O João é (\*um) **amigo** de ler.

Em (213.b) a agramaticalidade assinalada procede, explica o autor, do facto de *amigo* ser um adjectivo (rege uma completiva infinitiva como o adjectivo *capaz*, em *capaz de ler*), o que o torna incompatível com um eventual determinante. O mesmo não acontece em (213.a), em que *amigo* tanto pode ser nome como adjectivo, sendo a presença do determinante irrelevante. Em consequência, haveria em Português um “adjectivo-nome” *amigo* e um adjectivo *amigo*. Ora, o paradigma (213) pode ser explicado com base no

---

<sup>339</sup> A alternância entre [+humano] e [-humano] condiciona obviamente o significado do adjectivo, independentemente da sua posição relativamente ao nome. Por exemplo, o significado de *mudo* em “filme mudo” deve ser entendido relativamente a “menino mudo”.

nosso modelo: assim, em (213.a), haverá um caso marcado  $\{amigo_N\}$  ([+N],[-V]), ou seja um predicado nominal acompanhado de um argumento sujeito (*O João*) e de uma expressão temporal (*de longa data*). Repare-se que, verificando o traço [+humano], *amigo* pode também ser um predicado adjectival  $\{amigo_A\}$ , inserido numa construção tipicamente predicativa do sujeito (*o João é amigo de longa data*). Contudo, em (213.b) o item *amigo* nunca poderá ser  $\{amigo_N\}$  na medida em que, não sendo [+humano], o predicado correspondente não está em condições de reger um argumento interno de tipo oração infinitiva (*amigo de ler*), por não se tratar de um nome transitivo. Mais precisamente, só o predicado adjectival  $\{amigo_A\}$  é transitivo, o que implica que  $\{amigo_A\}$  e  $\{amigo_N\}$  não têm as mesmas restrições de selecção.

Em suma, haverá em Português um conjunto de itens lexicais cujo comportamento gramatical é típico da categoria nominal, como *amigo, pobre, ladrão, filósofo, doente, racista, velho*, etc., que reflecte a combinação de traços léxico-semânticos  $\{[+N], [-V], [+humano], [+contável]\}$  e corresponde ao conjunto dos ‘*nomes-adjectivos*’. Trata-se provavelmente de casos justificados pelo facto de o predicado correspondente alternar entre atribuição de propriedades ( $\{amigo_A\}$ ) e denotação de entidades ( $\{amigo_N\}$ ). O que distingue estes ‘*nomes-adjectivos*’ dos ‘*adjectivos-nomes*’, de tipo *rico, crente, careca, coxo, mudo*? Estes não são nomes, como se viu, embora exijam também o traço [+humano]. Crucialmente, ao contrário dos ‘*nomes-adjectivos*’, a sua denotação é condicionada quando usados como nomes: denotam conjuntos ‘*humanos*’ referindo uma propriedade (ou um predicado) de espécie ou [+genérica] e só podem receber papéis temáticos compatíveis com esses traços. Assim, o ‘*adjectivo-nome*’ *rico* não pode denotar especificamente, ao contrário de qualquer nome contável (como *amigo*), um conjunto de entidades, o que explica que não pode ser quantificado ou contado, nem indefinido e não específico, mas que pode ser genérico —cf. os paradigmas (192) a (194). Vamos pois admitir em Português a existência da seguinte combinação de traços lexicais e semânticos:  $\{[+N], [-V], [+humano], [+genérico]\}$ , e propor que esse conjunto define a classe dos ‘*adjectivos-nomes*’.

Quando projectados em sintaxe, estes itens originam DPs com traços e propriedades distintas: os ‘*nomes-adjectivos*’ de tipo *amigo* são itens lexicais  $\{[+N,-V],[+humano]\}$  e o DP que resulta de *Merge* com um Det é marcado pelos traços  $[\pm\text{específico}]$  e  $[\pm\text{genérico}]$ :

- (214) a. <sub>[DP]</sub>Os **amigos** são importantes                    [+genérico]  
       b. <sub>[DP]</sub>Os **amigos** vieram para jantar                [+específico]

Contudo, o DP que resulta da projecção em sintaxe de um ‘*adjectivo-nome*’ não tem acesso ao traço [+específico] e é obrigatoriamente [+genérico]:<sup>340</sup>

- (215) a. <sub>[DP]</sub>Os **ricos** são sempre um pouco arrogantes    [+genérico]  
       b. ?\* <sub>[DP]</sub>Os **ricos** apresentaram-se cedo no banco    [+específico]

Em síntese, haverá em Português dois conjuntos distintos de itens lexicais híbridos: (i) os predicados humanos com interpretação tendencialmente específica; (ii) os predicados humanos com interpretação tendencialmente genérica. Na realidade, retomando a lógica da proposta (208), dir-se-á que (i) os ‘*nomes-adjectivos*’ são nomes usados como adjectivos;<sup>341</sup> (ii) os ‘*adjectivos-nomes*’ são adjectivos usados como nomes. Os ‘*adjectivos-nomes*’ resultam pois, por um lado, de um conjunto de traços semânticos, e, por outro, da atribuição de traços categoriais via a operação de *Emergência Categorial*, isto é, da *composição* de um DP com base num ‘*adjectivo-nome*’ e num Det. O quadro seguinte reformula (208) e exemplifica a proposta final com os itens *rico* e *amigo*:

<sup>340</sup> Compare-se: “vários amigos” / \* “vários ricos”. A genericidade desempenha aqui provavelmente um papel essencial, e é provável que contextos mais ricos e pontuais possam aproximar *rico* de um nome contável:

(i) ?? Vários ricos entraram no casino.

<sup>341</sup> Trata-se de uma simplificação: os ‘*nomes adjectivos*’, como *amigo*, não são “nomes relacionáveis lexicalmente com outras categorias”, como é o caso da maioria dos predicados semânticos (como *porteiro* (do nome *porta*), *alegria* (do adjectivo *alegre*) e *corrida* (do verbo *correr*) —cf. Brito, 2003:331). Não se trata pois de casos relacionados com a morfologia derivacional. Serão talvez “nomes não relacionáveis lexicalmente com outras categorias”, embora não sejam nem nomes de parentesco, como *pai*, nem nomes relacionais (*perna*), nem nomes icónicos (*quadro*), nem nomes com conteúdo proposicional (*facto*) —cf. Brito, 2003:340). Na verdade, os ‘*nomes adjectivos*’ revelam-se difíceis de relacionar com os tipos semânticos e os traços lexicais habitualmente invocados no tratamento gramatical do nome.

(216) Os adjetivos nomes em Português

GU	[ <sub>0</sub> N] – [ <sub>0</sub> V]	[ <sub>1</sub> N] – [ <sub>1</sub> V]
Léxico	[+N], [+V] Adjectivo	[+N], [-V] Nome
	<b>rico</b>	<b>amigo</b> [+humano], [+contável]
Sintaxe	<b>[<sub>AP</sub>rico]</b> ex: “um cliente <i>rico</i> ”	<b>[<sub>DP</sub>os amigos]</b> [±específico], [±genérico]
	Emergência Categorial ----- <b>[<sub>DP</sub>os ricos]</b> [+humano],[+genérico] [-específico]	<b>[<sub>AP</sub>amigo]</b> ex: “um povo <i>amigo</i> ”
	<i>‘adjectivos-nomes’</i>	<i>‘nomes-adjectivos’</i>

## 7.2.Nomes atributivos

Como sabemos, os adjetivos têm a propriedade exclusiva de serem modificadores atributivos do nome. Essa exclusividade implica que outras categorias, como Adv, P, N ou V, não possam integrar um DP como modificadores do núcleo lexical, ou, mais precisamente, que só A pode ser modificador (ou argumento) de N. Nos exemplos seguintes de DP, só o primeiro caso é gramatical:

- (217) Um resultado **brilhante** / **negativo** (*adjectivo*)
- (218) a. \*Um resultado **brilhar** / negar (*verbo*)  
 b. \*Um resultado **brilhantemente** / negativamente (*advérbio*)  
 c. \*Um resultado **com** /sem (*preposição*)  
 d. \*Um resultado **brilho** /negação (*nome*)

Uma explicação compatível com estes dados pode ser fornecida. Na realidade os exemplos em (218) são rejeitados por regras básicas da gramática —embora possam ser aceitáveis como fragmentos de enunciados (“**um resultado brilhantemente** alcançado”). No âmbito do Programa Minimalista, uma explicação razoável relaciona-se com restrições impostas pela operação *Merge*. Se um verbo pudesse *compor* com um nome dentro de um DP, como em (218.a), o mesmo ficaria impossibilitado de projectar uma categoria VP (já que integraria um DP em que o núcleo que projecta, por definição, é um nome) e não poderia, em consequência, projectar os seus argumentos e atribuir-lhes os seus papéis temáticos, nem *compor* com a categoria funcional I. Da mesma forma, em (218.d), se dois nomes *compõem* um único DP, um dos dois não ocupa por definição uma posição temática (já que está em posição de modificador). Contudo, se for um adjetivo a *compor* com N, como em (217), o mesmo funciona como atributo nominal. Obviamente, os exemplos (218) confirmam a exclusividade de A como modificador atributivo.

Generalizando a nossa análise, podemos definir três configurações sintácticas que admitem exclusivamente adjetivos: a posição atributiva, o complemento de uma expressão de grau e a oração pequena. Nesses contextos, os adjetivos são possíveis (exemplos (a)), mas os nomes não são (exemplos (b)):

- (219) a. Um carro **antigo** (posição atributiva)  
 b. \* um carro **idade**
- (220) a. Este carro é demasiado **caro** para eu comprar (gradação)  
 b. \* Este carro é demasiado **preço** para eu comprar
- (221) a. A professora quer a turma **silenciosa** (oração pequena)  
 b. \* a professora quer a turma **silêncio**

De modo geral, os dados de várias línguas revelam que a adjacência de dois núcleos nominais num único DP é geralmente impossível.<sup>342</sup> Existem línguas em que dois

---

<sup>342</sup> Excluimos desta generalização os casos de aposição como *o rio Tejo, a neta Maria*, etc.

nomes aparentam *compor* num DP. Takahashi (1994), analisando em Japonês, as ‘*construções possessivas nominais múltiplas*’, observa que dois nomes podem coexistir num DP sujeito quando marcados pelo morfema nominativo *ga*. Nessas construções, o primeiro nome é interpretado como **foco**, e o segundo como **sujeito**:

- (222) a. Usagi-ga      mimi-ga      naga-i  
 Coelho-NOM    orelha-NOM    comprido-PRES  
 ‘os coelhos é que têm orelhas compridas’

No entanto, o facto de estes dois nomes serem nominativos implica que pertencem a domínios sintácticos distintos; independentemente de melhor análise de frases como (222), os dois N não pertencem de facto a um único domínio nominal com dois núcleos lexicais adjacentes.

Contudo, seguindo a nossa hipótese, ou seja, se A pode ser N em função da sua junção a morfemas funcionais, a categoria N deveria poder entrar em operações de *Merge* com outro N, passando então um dos dois N ao estatuto de A, de forma a ser um modificador nominal e a permitir a projecção de um NP canónico. A proposta que vamos adiantar é pois a de que algumas sequências N+N não são compostos e correspondem na realidade a uma estrutura N+A —em que A funciona como ‘*nome atributivo*’. De facto, se \* *carro idade* é inaceitável, formas como *andar modelo* ou *equipa maravilha* parecem pelo contrário inequívocas quanto à natureza “adjectival” de *modelo* e *maravilha*, respectivamente. A gramática tradicional regista aliás esse tipo de estrutura como casos de “adjunção adnominal” e Villalva (2003) como “modificação nominal”. Cunha & Cintra (1984) referem que um substantivo modifica directamente outro substantivo, na qualidade de “adjunto adnominal”, adiantando exemplos literários, mas também expressões usuais como *um riso canalha* ou *uma recepção monstro*.<sup>343</sup>

---

<sup>343</sup> Cf. Cunha & Cintra (1984:203). Além das línguas em que, como em Inglês, o nome tem uma propensão elevada em entrar em compostos de tipo NN (*dream team*), também se nota esse tipo de composto nas Línguas Românicas, embora em menor escala do ponto de vista da riqueza semântica (Cf. Fabre 1996) e com alguma indefinição do ponto de vista gráfico em termos de hifenação. Em Francês, cf. Villoing (2002).

De forma a demonstrar a viabilidade desta descrição, fizemos um levantamento da estrutura N+N, recorrendo à base de dados CETEM, cujos resultados apresentamos a seguir.

### 7.2.1. Compostos morfo-sintáticos: algumas análises

Começamos por distinguir os ‘*nomes atributivos*’ dos casos que Villalva (2003) qualifica de “composições morfo-sintáticas”. Os compostos morfo-sintáticos são equivalentes a categorias lexicais e dividem-se, segundo a autora, em duas grandes famílias, as estruturas de adjunção e as estruturas de conjunção. Dos compostos, devem ser excluídas as “expressões sintáticas lexicalizadas”, visto que a interpretação semântica das mesmas é geralmente composicional, ou seja, não se trata de unidades equivalentes a categorias lexicais. Eis alguns exemplos da autora:<sup>344</sup>

- (223) a. Bomba<sub>N</sub>-relógio<sub>N</sub>, surdo<sub>A</sub>-mudo<sub>A</sub>, abre<sub>V</sub>-latas<sub>N</sub> (*compostos morfo-sintáticos*)  
 b. Amor-perfeito, primeiro-ministro (*expressões sintáticas lexicalizadas*)

Os compostos morfo-sintáticos **por adjunção** correspondem a “estruturas constituídas por dois nomes” e equivalem a um núcleo nominal típico. Nessas composições, que são “de núcleo inicial”, o constituinte da direita é “um modificador nominal”<sup>345</sup>, o que justifica a classificação destes compostos como “estruturas de adjunção”. Inversamente, os compostos morfo-sintáticos **por conjunção**, que podem ser de tipo V+N, N+N, N+A ou A+A, caracterizam-se por envolver constituintes que partilham a sua flexão e são opacos à reanálise lexical, ou seja, não é possível “identificar

---

<sup>344</sup> Convém acrescentar a estas as “estruturas de reanálise”, como “abre-latas, conta-gotas”, que, por serem estruturas verbais interpretadas como palavras, não são aqui relevantes.

<sup>345</sup> cf. Villalva (2003:980). Esta expressão é ambígua e não aponta o facto de estes “modificadores” (ao contrário dos modificadores em geral) não partilharem a sua flexão com o nome à sua esquerda: “bombas-relógio”, “alunas-modelo”, etc..

nenhum dos seus constituintes como núcleo de toda a estrutura”<sup>346</sup>. Propomos a seguir alguns exemplos de compostos morfo-sintáticos ilustrando ambos os casos:

- (224) a. Homem-aranha, governo-sombra, peixe-espada (estruturas de adjunção)  
 b. Autor-compositor, conta-poupança, café-bar-restaurant (estruturas de conjunção)

Note-se que as estruturas de adjunção, que pressupõem que o segundo constituinte se assimila a um “modificador nominal”, não podem ser reanalisadas, passando, por exemplo, o suposto modificador para posição predicativa ou dissociando o composto (cf. exemplos (225)).

- (225) a. O herói principal é o homem-aranha / prefiro peixe-espada (adjunção)  
 b. \*O homem é (uma) aranha / \* o peixe é (uma) espada  
 c. \* O herói principal é homem e é aranha  
 d. \* O meu peixe favorito é peixe e é espada

Contudo, é possível reanalisar as estruturas de conjunção, todavia consideradas opacas à reanálise sintática, por dissociação ou deslocamento do segundo constituinte para uma posição predicativa (cf. 226):

- (226) a. O João é um autor-compositor / Isto é um café-restaurant (conjunção)  
 b. O autor é (um) compositor / isto é (um) restaurant  
 c. O João é um autor e é um compositor  
 d. Este estabelecimento é um café e é um restaurant

Como se pode ver, os exemplos em (226) são parafraseáveis via coordenação, o que é inacessível aos exemplos anteriores. Ora, a classificação destas lexias como compostos morfo-sintáticos por adjunção ou conjunção não permite, em nossa opinião, captar esta distinção.

---

<sup>346</sup> cf. *ibid*, p.980-981



Outra análise pertinente dos compostos NN é a de Rio-Torto (1998), que os define genericamente como unidades constituídas “por duas unidades lexicais dotadas de poder referencial”<sup>347</sup>. Relativamente ao tipo de relação entre essas unidades de base, haverá duas “modalidades de composição”: (i) a composição coordenativa, como em *porco-espinho* ou *compositor-intérprete*; (ii) a composição subordinativa, que pressupõe “esquemas derivacionais” de tipo “Determinante+Determinando” (ou o inverso), em que o elemento determinado (*turma-piloto*, *visita-relâmpago*, *casa-mãe*) ou o elemento determinante (*homem-rã*, *peixe-espada*) são nomes. De facto, a composição coordenativa permite captar naturalmente o tipo de denotação característica destes compostos: os conjuntos de entidades denotados pelos dois termos estão **em intersecção**, ou seja, *um autor-compositor* pertence simultaneamente ao conjunto dos “autores” e ao dos “compositores”. Pelo contrário, a composição subordinativa não implica nenhuma denotação intersectiva, como se vê: um *peixe-espada* não pertence simultaneamente ao conjunto dos “peixes” e ao das “espadas”, sendo antes um “peixe” de certo tipo. Na realidade, os compostos coordenativos correspondem aos compostos por adjunção, anteriormente referidos, assim como os compostos subordinativos aos compostos por conjunção (cf. exemplos (224))

Rio-Torto (1998) adianta ainda que os compostos se caracterizam por entrarem em vários “processos redutivos, substractivos, supressivos e abreviativos”. A resistência a esses processos deve pois constituir um teste de composição pertinente. Assim, os compostos subordinativos podem ser sujeitos à “supressão de um segmento medial”, como em *televoto*, *petrodólar*, *moto-serra*, *cinoclube*, *aparthotel*. Inversamente, os compostos coordenativos podem ser associados a “cruzamento ou intersecção supressiva de segmentos mediais”, ou “blending”, forma bastante rara de “formações expressivas lúdicas ou jocosas e não raro efémeras”, como *diciopédia* ou *cantriz*.<sup>348</sup>

Ranchhod (2003) aborda também a questão das “expressões fixas” em Português.<sup>349</sup> Particularmente relevante é o parágrafo que refere o caso dos “nomes

<sup>347</sup> Cf. Rio-Torto (1998:93). Limitamo-nos aqui aos exemplos envolvendo a estrutura NN.

<sup>348</sup> Brasileirismo citado pela autora. Trata-se também de processos invocados na criação de neologismos, em especial tecnológicos: “wikipédia”. Cf. em Francês “alícament” (aliment médicament), “romansonge” (roman mensonge).

<sup>349</sup> A expressão “expressões fixas” é de Gross (1996) (“expressions figées” en Francês).

compostos”, que representam, segundo a autora “a parte mais numerosa do léxico nominal das línguas”.<sup>350</sup> Trata-se de “unidades lexicais” formadas a partir de “palavras simples por meio de regras gerais de combinação de palavras”, sendo o seu significado “na maior parte dos casos, não composicional”. Casos citados são *feito de estufa* ou *via verde*, ao lado de “estruturas heterogêneas” como *quem de direito* ou *maria-vai-com-as-outras*. Relativamente à forma gráfica desses compostos, Ranchhod observa, citando casos como *braço-de-ferro* ou *café-concerto*, que a tradição gramatical “considera que os compostos deveriam ser ortografados com hífen”, e que, quando tal acontece, é porque “são tratados como entradas normais de dicionário”. Contudo, a autora atribui pouco valor ao critério gráfico e nota que, nos dados consultados —dicionários e gramáticas electrónicas do LabEL—, “é frequente encontrarem-se compostos com dupla grafia.”<sup>351</sup> Em todo o caso, todas estas expressões nominais fixas “ocorrem em distribuições tipicamente nominais” e “ocupam as mesmas posições sintácticas” que o nome.

Como identificar uma expressão fixa de tipo nome composto? Ranchhod refere um “conjunto de critérios linguísticos”, como “a verificação do comportamento morfológico” dos seus constituintes e a “verificação [...] da perda de composicionalidade”. A autora acaba por concluir que existem “classes formais” de “nomes compostos binários” em Português, que exemplifica e descreve do ponto de vista estrutural. Essas classes são essencialmente o resultado da “estrutura interna das unidades lexicais”: NA (nome+adjectivo), NDN (nome+de+nome), etc., sendo NA a classe mais numerosa. Ranchhod também refere a classe NN (nome+nome), embora esta seja claramente secundária. Eis exemplos das três classes citadas:

- |       |                                       |          |
|-------|---------------------------------------|----------|
| (227) | a. Via verde, batata-doce, mau-olhado | (NA, AN) |
|       | b. Efeito de estufa, braço-de-ferro   | (NDN)    |
|       | c. Cara-metade, raio laser            | (NN)     |

---

<sup>350</sup> cf. Ranchhod (2003:242).

<sup>351</sup> Exemplos citados: fim-de-semana / fim de semana, bom-tom / bom tom, etc.

Embora a autora adiante que a classe NA permite “a flexão de ambos os elementos” (*vias verdes*) e que a maior parte dos NDN permite “a pluralização do primeiro nome” (*braços-de-ferro*), nada observa sobre o composto binário NN.

Contudo, alguns compostos lexicais levantam várias questões, nomeadamente aqueles que Rio-Torto (1998) considera de tipo Determinado+Determinante e são insensíveis a fenómenos de redução, como *turma-piloto*, *visita-relâmpago* ou *casa-mãe*. Até que ponto estaremos, nestes casos, perante verdadeiros compostos, baseados em operações de adição ou justaposição (como *porco-espinho* ou *homem-rã*) e não perante expressões cujo conteúdo e interpretação final extravasam “a mera conjunção das partes constituintes”? Todos estes casos levantam várias questões, em termos de fronteiras entre léxico e sintaxe, composição morfológica e composição sintagmática. Contudo, a nossa orientação principal neste domínio consiste em postular que existe uma distinção fundamental entre casos como *turma-piloto* e *porco-espinho*, na medida em que o primeiro não será um caso de composição, ao contrário do segundo.

Vamos pois, no seguimento deste texto, argumentar contra parte das análises anteriores e a favor da existência de construções com “nome atributivo”.

### 7.2.2. Expressões binominais modificadas

As expressões compostas de tipo  $[N_1N_2]$ <sup>352</sup> representam uma das marcas da língua veicular moderna, assim como uma das fontes de enriquecimento do vocabulário, e são frequentes porque permitem alargar o léxico com base em lexias e operações pré-existentes.<sup>353</sup> Do ponto de vista formal, a associação de dois nomes numa relação de modificação nominal cria um termo mais específico, baseado essencialmente em relações de semântica lexical —como a hiperonímia—, e caracteriza a maneira como o léxico reflecte a organização conceptual de determinados domínios do saber. As publicações

---

<sup>352</sup> Ficam de fora nesta análise os compostos em que entra uma raiz V ou A, como “corta-mato” (VN) ou “surdo-mudo” (AA).

<sup>353</sup> Villalva (2003:978) refere-se a estas expressões como “neologismos”.

científicas contêm aliás, como faz notar Fabre (1996) —neste caso em língua inglesa—, um número crescente desses compostos.<sup>354</sup> Do ponto de vista semântico, as expressões que aqui analisamos baseiam-se frequentemente em processos de denotação estereotípica em que o segundo termo (N<sub>2</sub>) serve de metáfora<sup>355</sup> para qualificar o primeiro (N<sub>1</sub>). Assim, expressões como *zona-tampão*, *carro-patrolha* ou *cão-polícia* podem ser entendidas como expressões com capacidade referencial<sup>356</sup> em que a denotação do primeiro termo é modificada pela do segundo. Contudo, a ausência de [N<sub>2</sub>] não afecta a denotação de N<sub>1</sub> senão de forma parcial (trata-se da mesma entidade prototípica: um *carro-patrolha* é um *carro*).

O recurso à modificação metafórica e analógica traduz-se estruturalmente por uma aparente adjacência entre dois núcleos nominais. Crucialmente, trata-se de expressões denotativas que não resultam de uma operação composicional sobre entidades, mas de um processo de modificação. O segundo termo funciona, nesse caso, como modificador e não como expressão referencial autónoma. Será provavelmente a natureza fortemente analógica destes processos de composição que explica que estruturas do tipo [N<sub>1</sub>N<sub>2</sub>] adquiram estabilidade lexical suficiente, passando algumas delas a constituir novas lexias.

Vamos, contudo, distinguir, nas estruturas [N<sub>1</sub>N<sub>2</sub>], entre dois tipos fundamentalmente diferentes, as ‘*expressões binominais compostas*’ e as ‘*expressões binominais modificadas*’.<sup>357</sup> Vejamos, em primeiro lugar, alguns exemplos extraídos do

---

<sup>354</sup> Exemplos: “beach pollution, chlorine pollution, milk disease, noun phrase, oil temperature, circuit diagram, uranium scarcity...”. Cf. Savary (2004) para o Francês.

<sup>355</sup> Pode haver também processos metonímicos, quando o segundo termo restringe o âmbito da analogia.

<sup>356</sup> Usamos aqui a expressão “capacidade referencial” no sentido que lhe dá Rio-Torto (1998:93): “a composição distingue-se pelo facto de envolver pelo menos duas bases, autónomas ou não, cada uma das quais é suposta ter capacidade referencial. O composto é, assim, uma unidade lexical constituída por duas unidades lexicais dotadas de poder referencial.”

<sup>357</sup> O termo “binominal” é usado com base em Fabre (1996), que refere casos de “composés binominaux” para designar expressões contendo dois nomes associados. Também é usado, como vimos, em Ranchhod (2003).

CETEM, divididos arbitrariamente em função da forma gráfica registada.<sup>358</sup>

(228) Compostos com hífen:

Projecto-piloto, contrato-promessa, contrato-programa, projecto-lei, medida-padrão, clube-satélite, estado-membro, episódio-chave, tema-tabu, saltada-relâmpago, vencimento-base, homem-aranha, saco-cama, governo-sombra, palavra-chave, ministro-presidente, posto-chave, versão-base, estado-fantoches, lei-quadro, trabalhador-estudante, notícia-acusação, linha-mestra, queixa-crime, edifício-montra, biografia-testemunho, cidade-dormitório, ano-luz, carta-repto, futebol-espectáculo, jogo-treino, estado-nação, negócio-base, empresa-fantasma, salário-base, programa-base, cão-polícia, público-alvo, material-base, período-chave, região-piloto, carro-patrolha, ordenado-base, estado-providência, retrato-tipo, edifício-sede, objecto-fetichado, data-limite, valor-limite, convidado-mistério, processo-crime, efeito-surpresa, prazo-limite, programa-quadro, mulher-polícia, jogo-fantasma, homem-golo, taxa-base, ideia-choque, plano-sequência, jogo-miragem, café-concerto, bloco-notas, poupança-reforma, camião-cisterna, estúdio-auditório, cidade-luz, equipamento-base, engenheiro-chefe, quadro-legenda, zona-tampão, retrato-robot, objecto-fetichado

(229) Compostos sem hífen:

Empresa proprietária, argumento base, espelho retrovisor, linha mestra, zona sul, andar modelo, zona centro, sector automóvel, versão cliente, cinema paixão, medicamento anti-acidez, satélite espião, detecção radar, avião pirata, género cabedais e pregos, circulação automóvel, défice recorde, veículo automóvel, sala estúdio, tecnologia laser, império fantasma, verão assassino, estado membro, emissor pirata, equipa sensação, cópia vídeo, andar modelo, equipa maravilha, tradutor intérprete, vigilância vídeo, plano anti-crime, disciplina base, caixa multibanco, divisão anti-sequestro, rainha mãe, momento chave, país anfitrião, encontro teste, protesto anti-aborto, caixa serviço, programa tipo, vencimento base, policia anti-motim, fabricante líder, mulher empresária

---

<sup>358</sup> A sintaxe da expressão de pesquisa é [pos="N.\*"] [pos="N.\*"] . A tradição lexicográfica refere o hífen como meio de identificar estas sequências como lemas, formando entradas separadas. Não daremos contudo à forma gráfica nenhuma relevância, na medida em que estamos perante casos de lexias que, por serem relativamente recentes ou esporádicas, gozam de uma ortografia algo flutuante.

As ‘*expressões binominais compostas*’  $[N_1N_2]$  implicam que  $[N_2]$  é um nome, ou seja, que se trata de facto de um processo de composição, na linha da descrição de Villalva (2003). Dois casos de binominais compostos são possíveis: (i) a denotação do composto  $[N_1N_2]$  resulta da intersecção de dois Ns; (ii) o composto é de tipo predicado-argumento. No primeiro caso, que ilustramos a seguir, a adjacência de dois N permite obter, por intersecção, uma nova expressão referencial, que, do ponto de vista semântico, deve ser considerada como hipónima de  $[N_1]$ :

- (230) trabalhador-estudante, saco-cama, ministro-presidente, cidade-dormitório, edifício-sede, carro-patrolha, cão-pastor, cardeal-patriarca, cine-estúdio, actor-encenador, emissor-receptor, sobrinho-neto, juiz-conselheiro, artesão-empresário, casa-museu, cirurgião-dentista, cantora-compositora, director-tesoureiro, médico-veterinário, sapadores bombeiros

Tendo em conta a operação de intersecção, estes casos devem aceitar testes como a pluralização ou a inversão ( $[N_1N_2] = [N_2N_1]$ ). De facto, assim acontece em geral, apesar da inércia lexical de alguns casos:

- (231) juízes-conselheiros, artesãos-empresários, cirurgiões-dentistas, *(plural)*  
cantoras-compositoras, directores-tesoureiros, médicos-veterinários
- (232) trabalhador-estudante / estudante-trabalhador *(inversão)*  
poupança-reforma / ? reforma-poupança  
contrato-promessa / ?? promessa-contrato  
programa-quadro / ? quadro-programa  
mulher-polícia / ?? polícia-mulher  
tradutor-intérprete / intérprete-tradutor <sup>359</sup>

---

<sup>359</sup> Algumas destas formas soam mal devido ao peso da sua lexicalização. Assim, “intérprete-tradutor” parece mais aceitável do que “polícia-mulher”. Além disso, nestes casos de  $N_1N_2$ , a interpretação do composto é habitualmente associada ao referente de  $N_1$ , ou seja,  $N_1$  é o termo determinado e ocupa portanto a posição inicial, nos termos de Rio-Torto (1998).

Os compostos  $[N_1N_2]$  de tipo predicado-argumento, em que um dos termos tem uma grelha argumental, é raro, já que exige um N derivado, capaz de atribuir papéis temáticos<sup>360</sup>. Nos exemplos seguintes,  $[N_2]$  é argumento interno de  $[N_1]$  e tem como papel temático ‘*tema*’ ou ‘*meio*’:

(233) medicamento anti-acidez, cópia vídeo, plano anti-droga, desfile pró-aborto, jogo vídeo

A relação temática é explícita se passarmos de  $[N_1]$  para V:

(234) medicar a acidez, copiar um vídeo, planejar o combate à droga, desfilar a favor do aborto

De notar que, nestes casos, a inversão  $[N_1N_2] = [N_2N_1]$  é totalmente proibida: sendo  $[N_2]$  argumento de  $[N_1]$ , a linearidade dos elementos do composto fica dependente da ordem dos argumentos: \**vídeo cópia*, \**acidez anti-medicamento*, etc. Da mesma forma,  $[N_2]$  não pode ser pluralizado: \**cópia vídeos*. Na realidade, os compostos  $N_1N_2$  de tipo predicado-argumento podem ser considerados como resultando de um processo opaco à análise.

Vejamos em segundo lugar as ‘*expressões binominais*’  $[N_1N_2]$  em que o segundo nome equivale, por hipótese, a um adjetivo. A relação manifestada pelos seus elementos é aqui de tipo nome-modificador, pelo que exclui os casos anteriores, como a intersecção de denotações ou relações de tipo predicado / argumento . Vejamos alguns casos:

(235) projecto-piloto, medida-padrão, clube-satélite, cidade-luz, objecto-fetichismo, engenheiro-chefe, zona-tampão, retrato-tipo, retrato-robot, linha mestra, zona sul, andar modelo, zona centro, cinema paixão, défice recorde, tecnologia laser, império fantasma, emissor pirata, negócio-base, valor-guia, desporto-rei, arquitecto-chefe, operador-chefe, região-piloto, frase-chave, rali-maratona, prova vedeta, homem-máquina, astro-rei, cidade-berço, asa delta, cidade martírio, factor novidade, homem orquestra.

---

<sup>360</sup> Essa relação temática é mais óbvia com predicados verbais, como “corta-mato”. O uso de prefixos modificadores, como *anti-* facilita a composição.

Estas expressões binominais são, na sua maioria, puramente ocasionais, ou seja, trata-se de formas fortuitas que proliferam devido à substituição de um A por [N<sub>2</sub>]. Não estamos perante lexias estáveis ou opacas, ficando as mesmas na sua maioria excluídas dos dicionários. Ao contrário dos ‘*binominais compostos*’ por coordenação (cf. (230)), estes não resultam de uma simples operação de justaposição, e, como vamos ver, são sujeitos a restrições sintácticas. Como qualquer construção envolvendo modificação, os ‘*binominais modificados*’ correspondem à projecção de núcleos lexicais, a operações sintácticas de edificação de estrutura via *Merge* e a princípios de organização endocêntricos em que o DP edificado deve ser considerado de núcleo inicial. Vamos pois tentar descrever os ‘*binominais modificados*’ partindo da hipótese de que se trata de estruturas sintácticas edificadas com base nos itens lexicais N e A. Como N<sub>2</sub> não é visivelmente um A mas um N, será, na linha da argumentação anterior, considerado um caso de “adjectivo nome”.

De notar, em primeiro lugar, que um conjunto determinado de nomes, que denotam padrões, modelos consensuais, termos de comparação, unidades de medida, aproximações semânticas, etc., é usado sistematicamente como N<sub>2</sub>:

(236) base, modelo, tipo, padrão, limite, mestre, piloto, guia, exemplo, chave, chefe, líder, pirata, marco, fantasma, mãe, fonte ...

A existência desse conjunto torna possível prever que se trata de um processo de criação aberto e fértil: embora não as tivéssemos encontrado na consulta, não são de excluir ocorrências como as seguintes:

(237) homem-chave, cidade-chave, região-chave, zona-chave  
 clube-modelo, projecto-modelo, região-modelo, cidade-modelo  
 clube-piloto, região-piloto, cidade-piloto

A possibilidade de combinar livremente [N<sub>1</sub>] com um leque limitado de [N<sub>2</sub>] define pois uma classe aberta de expressões, relativamente à qual a notação gráfica do processo deixa aliás de ser rígida —o que reforça a relativa autonomia dos elementos



combinados.<sup>361</sup> Ao contrário dos casos em (230), cuja natureza lexical de binominais compostos não deixa muitas dúvidas, estamos, perante (235), face a estruturas sintácticas (*andar modelo, zona centro*) só parcialmente lexicalizadas (*cidade-luz, astro-rei*). Estas observações reforçam a nossa proposta de considerar [N<sub>2</sub>] como um adjectivo, em especial na ausência de indícios claros de lexicalização. Na lógica do modelo anteriormente discutido, [N<sub>2</sub>] *emerge*, nestas composições sintácticas, como um adjectivo, ao ser seleccionado por um nome. Temos contudo que determinar de que tipo de adjectivo se trata, na medida em que a natureza de N<sub>2</sub> condiciona provavelmente a sua selecção por [N<sub>1</sub>].

Numa primeira abordagem, [N<sub>2</sub>] difere significativamente dos adjectivos por três razões básicas: não flexiona, apesar da sua posição atributiva (238), não aceita integrar orações pequenas (239) e não está sujeito a variação de grau (240).<sup>362</sup>

- (238) a. as emissões **pirata** proibidas / \* as emissões piratas proibidas  
 b. as empresas **fantasma** investigadas / \* as empresas fantasmas investigadas  
 c. os andares **modelo** visitados / \* os andares modelos visitados  
 d. os objectos **fetich**e expostos / \* os objectos fetiches expostos  
 e. os défices **recorde** dos ministérios / \* os défices recordes dos ministérios
- (239) a. Quero estas emissões **proibidas** imediatamente  
 a'. \* Quero estas emissões **pirata** imediatamente  
 b. Os americanos querem a cidade **limpa** de terroristas  
 b'. \* Os americanos querem a cidade **martírio** de terroristas
- (240) a. \* Esta prova é **mais** vedeta que a anterior (prova vedeta)  
 b. \* Guimarães é a cidade **mais** berço de Portugal (cidade-berço)  
 c. \* Estas asas são **tão** delta quanto aquelas (asa delta)

<sup>361</sup> A criatividade e instabilidade dessas construções não se limita ao Português, como veremos.

<sup>362</sup> A ausência de flexão em N<sub>2</sub> verifica-se também em casos de coordenação directa entre N<sub>2</sub> e A, como se ilustra *infra* em (251).

Outros testes podem ser aplicados a estes binominais, de forma a apurar a natureza da categoria postulada para [N<sub>2</sub>] e confirmar que estamos, de facto, perante adjectivos emergentes. Em primeiro lugar, [N<sub>2</sub>] pode ser substituído por um adjectivo explícito (241). Em segundo lugar, a inversão dos dois elementos é vedada, ou seja, [N<sub>2</sub>] exige a posição pós-nominal (242).<sup>363</sup> A ordem [N<sub>1</sub>N<sub>2</sub>] não é pois indiferente. Vejamos os exemplos correspondentes:

(241) projecto-piloto ---> projecto **inovador**, clube-satélite ---> clube **dependente**  
 engenheiro-chefe ---> engenheiro **principal**, emissor pirata ---> emissor **clandestino**

(242) \*robot-retrato, \*cliente versão, \*base-negócio, \*satélite-clube  
 \*fetiche-objecto, \*fantasma império, \*laser tecnologia

Em terceiro lugar, estes binominais aceitam modificação atributiva em posição pré ou pós-nominal, mas não modificação relacional nas mesmas posições:

(243) a. clube (N<sub>1</sub>)-satélite (N<sub>2</sub>) **pequeno** *(modificadores atributivos)*  
 b. **estranho** objecto-fetiche  
 c. retrato-robot **fiel**  
 d. **novo** andar modelo  
 e. **arrepiante** império fantasma

(244) a. \*clube-satélite **desportivo** *(modificadores relacionais)*  
 b. \*império fantasma **galáctico**  
 c. \*retrato-robot **policial**  
 d. \*imagem-culto **juvenil**  
 e. \*habitação modelo **social**

---

<sup>363</sup> Em Inglês, existe uma situação inversa neste tipo de composto: é N1 que funciona como modificador, pelo que, como para todos os modificadores nominais nessa língua, N1 tem de ser pré-nominal: “laser technology, ghost empire, pirate radio”.

Em quarto lugar,  $[N_1N_2]$  não pode ser separado via modificação atributiva (inserção de A entre  $N_1$  e  $N_2$ ) (245), mas aceita ser separado por adjetivos relacionais (246):

- (245) a. \*projecto ( $N_1$ ) **novo** piloto ( $N_2$ ) / **novo** projecto piloto (*modificadores atributivos*)  
 b. \*emissão **habitual** pirata / **habitual** emissão pirata  
 c. \*cinema **comovente** paixão / cinema paixão **comovente**  
 d. \*zona **estreita** tampão / **estreita** zona-tampão.
- (246) a. clube ( $N_1$ ) **desportivo** satélite ( $N_2$ ) (*modificadores relacionais*)  
 b. império **galáctico** fantasma  
 c. habitação **social** modelo

Comparando (246) com (244), notamos que os adjetivos relacionais só parcialmente afectam a integridade de  $[N_1N_2]$ , ou, mais precisamente, que um adjetivo relacional pode interferir entre os dois Ns, o que mostra que a lexicalização  $[N_1N_2]$  não é de facto forte e que A e N têm aqui um papel muito semelhante.

Em quinto lugar,  $[N_2]$  não é compatível com uma posição predicativa com cópula, podendo contudo, em alguns casos, ser parafraseado por um relacional (247.e.f): (cf. Demonte (1999) sobre relacionais em posição predicativa):<sup>364</sup>

- (247) a. \*A equipa é **sensação** (*equipa sensação*)  
 b. \*A versão é **cliente** (*versão cliente*)  
 c. \*A circulação é automóvel (*circulação automóvel*)  
 d. \*O retrato é **robot** (*retrato-robot*)  
 e. A zona é **central** (*zona centro*)  
 f. A disciplina é **básica** (*disciplina-base*)

Em sexto lugar, embora não aceite grau ou modificação (248),  $[N_2]$  aceita prefixos modificadores (249)<sup>365</sup>:

<sup>364</sup> Mas: ?“o clube é **satélite**”? ? “a emissão é **pirata**”.

<sup>365</sup> Cf. Villalva (2003:963)

- (248) a. \*momento **muito** chave  
 b. \*fabricante **bastante** líder  
 c. \*emissor **pouco** pirata  
 d. \*império **incrivelmente** fantasma
- (249) a. pintura **anti**-radar  
 b. movimento **pró**-aborto,  
 c. emissão **semi**-pirata  
 d. mostra **multi**-modelo

Note-se que a prefixação em questão é um processo verdadeiramente criativo, já que é possível, usando exclusivamente esses prefixos, criar “pseudo compostos”. O processo é especialmente rico com os prefixos avaliativos *pró-* e *anti-*:

- (250) a. detergente **anti**-nódoas / \* detergente nódoas  
 b. lei **anti**-tabaco / \* lei tabaco  
 c. brigada **anti**-crime / \* brigada crime  
 d. movimento **pró**-aborto / \* movimento aborto  
 e. campanha **pró**-independência / \* campanha independência  
 f. movimento **anti**-lixreira / \* movimento lixeira  
 g. comissão **pró**-amnistia / \* comissão amnistia  
 h. movimento **anti**-portagens / \* movimento portagens

Em sétimo lugar, [N<sub>2</sub>] pode coordenar-se com A relacional flexionado, embora [N<sub>2</sub>] não flexione:

- (251) a. as disciplinas **base e específicas** / \* **bases e específicas**  
 b. as tecnologias **laser e nucleares**  
 c. as zonas **centro e costeiras**  
 d. as emissões **pirata e ilegais**  
 e. as empresas **fantasma e fraudulentas**

Contudo, esta coordenação não é possível quando o A em questão não é relacional:

- (252) a. \*as disciplinas **base e fáceis**  
 b. \* as tecnologias **laser e perigosas**

- c. \* as zonas **centro e húmidas**
- d. \* as emissões **pirata e antigas**
- e. \* as empresas **fantasma e falidas**

Em oitavo lugar, os [N<sub>2</sub>] não admitem complementos, ao contrário do que acontece quando são verdadeiros N:

- (253)
- a. \* as emissoras **pirata da rádio** / os piratas da rádio
  - b. \* a equipa **sensação de vitória** / uma sensação de vitória
  - c. \* a cidade **berço para dormir** / um berço para dormir
  - d. \* uma versão **cliente de confiança** / um cliente de confiança
  - e. \* a circulação **automóvel em segunda mão** / um automóvel em segunda mão

Em nono lugar, as estruturas [N<sub>1</sub>N<sub>2</sub>] aceitam o fenómeno de ‘incrustação’ assinalado por Demonte (1999), segundo o qual “quando num sintagma nominal ocorrem vários adjectivos relacionais, estes incrustam-se uns nos outros e o adjectivo situado mais à direita modifica sempre a unidade formada pelo nome e o primeiro adjectivo relacional.”<sup>366</sup> Esta incrustação indica-nos contudo que [N<sub>2</sub>] deve terminar a sequência:

- (254)
- a. um [[clube desportivo] juvenil] **satélite**
  - b. as [[viagens marítimas] portuguesas] **chave**
  - c. uma [[prova desportiva] nortenha] **vedeta**
  - d. um [[projecto universitário] português] **piloto**
- (255)
- a. ? um [[projecto **piloto** universitário]] português
  - b. ? as [[viagens marítimas] **chave**] portuguesas

Em décimo lugar, [N<sub>2</sub>] não entra em relações de polaridade e não tem antónimos:

- (256)
- a. clube satélite / \* clube planeta
  - b. versão cliente / \* versão vendedor
- 

<sup>366</sup> Cf. Demonte (1999).

- c. equipa sensação / \* equipa não-sensação
- d. viagem relâmpago / \* viagem não-relâmpago

Os dez pontos anteriores convergem pois fortemente para a conclusão de que os [N<sub>2</sub>] tem algumas características comuns às dos adjectivos relacionais, dos quais diferem unicamente em termos de acesso à flexão.<sup>367</sup> A diversidade semântica dos adjectivos relacionais incita-nos, contudo, a reflectir sobre o valor de [N<sub>2</sub>] interpretado como relacional.

Vejamos, para desenvolver esta análise, outras áreas em que [N<sub>2</sub>] revela nitidamente a sua natureza adjectival. Do ponto de vista dos testes de consistência associados à manipulação de constituintes elididos, podemos notar que existe uma diferença entre as sequências [N<sub>1</sub>N<sub>2</sub>] e os compostos sintagmáticos, em termos de sensibilidade a esses processos sintácticos. Como vimos no capítulo 2, Bosque & Picallo (1996) argumentam que a presença de um adjectivo relacional serve para identificar um nome elidido ou subentendido, como em (257.a). No mesmo sentido, (257.b) sugere que, nos verdadeiros compostos, o primeiro elemento não actua como constituinte independente capaz de legitimar um elemento subentendido:<sup>368</sup>

- (257) a. A sociedade industrial e a [-] cibernética configuram as grandes etapas do séc. XX  
 b. \* Vi los hombre-rana y los (-)anuncio

Ora encontramos precisamente a mesma simetria com os [N<sub>1</sub>N<sub>2</sub>], em que [N<sub>2</sub>] identifica, neste tipo de elipse, [N<sub>1</sub>]:

- (258) a. São mais as viagens demoradíssimas que as [-] relâmpago  
 b. A versão base e a [-] cliente têm preços diferentes  
 c. A manifestação pró-aborto e a [-] anti-aborto foram pacíficas

<sup>367</sup> A proximidade entre N e adjectivo relacional é entrevista por vários autores. Demonte (1999), por exemplo, nota que, da mesma forma que alguns nomes, “*é característico os adjectivos relacionais irem acompanhados de prefixos preposicionais como ante-, prefixos adverbiais do tipo pre- ou anti- assim como de prefixoides ou temas greco-latinos do tipo neo- ou paleo-*.” cf. nota (377) p.243.

<sup>368</sup> cf. Bosque e Picallo (1996:364).

Por outro lado, existe, como sabemos, uma restrição forte sobre o acesso dos adjectivos relacionais à posição predicativa, que aponta para que, globalmente, só uma subclasse dos relacionais, os ‘*relacionais não argumentais*’, pode aparecer em contextos pós-cópula. Para Demonte (1999), que levanta a questão dos relacionais predicativos, só os adjectivos não argumentais podem ocupar uma posição predicativa (259). Inversamente, os argumentais não têm acesso à posição predicativa (260):<sup>369</sup>

- (259) a. revista **mensal** / a revista é mensal (relacionais não argumentais)  
 b. comédia **musical** / a comédia é musical
- (260) a. engenheiro **eléctrico** / \* O engenheiro é eléctrico (relacionais argumentais)  
 b. sistema **digestivo** / \* o sistema é digestivo

Contudo, podem-se construir orações copulativas com relacionais argumentais quando expressam um claro valor remático ou um significado contrastivo:

- (261) Esta industria é TEXTIL e não metalúrgica / \*a industria é metalúrgica

Nas construções [N<sub>1</sub>N<sub>2</sub>] em análise, alguns [N<sub>2</sub>] verificam as propriedades típicas dos relacionais argumentais. Assim, o valor contrastivo associado às construções em (262) permite [N<sub>2</sub>] em posição predicativa. O facto de alguns [N<sub>2</sub>] não poderem, nestes mesmos contextos, ocupar a posição predicativa (263), indica-nos que são semelhantes aos relacionais argumentais, o que sugere que, tal como os adjectivos relacionais, os [N<sub>2</sub>] seriam eles próprios divididos em argumentais e não argumentais. Os [N<sub>2</sub>] teriam com os [N<sub>1</sub>] com que se combinam dois tipos de relações: (i) uma relação próxima da argumental; (ii) uma relação não argumental.

---

<sup>369</sup> Cf. Demonte (1999) cita esta observação de Bartning (1980): “quanto mais fácil é reconhecer a relação gramatical menos possível é a predicativa”.

- (262) a. Este clube é associado, não é **satélite**  
 b. Esta nova tecnologia não é óptica, é **laser**  
 c. Em Portugal, esta prova é **rainha**, porque o futebol é **rei**  
 d. A Rádio-Gaga nunca foi declarada, sempre foi **pirata**
- (263) a. ??\* A cidade de Guimarães não é recente, é **berço**  
 b. ?? O retrato do criminoso é bastante fiel, não é **robot**  
 c. \* Paris não é cidade qualquer, é **luz**  
 d. \* Esta zona é periférica, não é **centro**

Que relações temáticas podem estabelecer  $[N_1]$  e  $[N_2]$  nas sequências que estamos a analisar? Podemos sugerir que os  $[N_2]$  assumem valores semânticos associados, pelo menos, aos casos seguintes:

- (264) a. **Locativo**: zona centro  
 b. **Temporal**: cidade-berço, projecto piloto,  
 c. **Instrumental**: asa delta, homem orquestra, objecto fetiche  
 d. **Possuidor**: cidade-luz, factor novidade

Parece justificável propor que, nas sequências  $[N_1N_2]$ , o segundo N se comporta como um A emergente e que haja dois tipos dessas sequências: uma em que  $[N_1]$  e  $[N_2]$  mantêm uma relação próxima da relação predicado/argumento e outra em que  $[N_1]$  e  $[N_2]$  têm uma relação de tipo não argumental. Sendo assim, oposições como *a rádio é pirata* / \**a zona é centro* encontram uma motivação independente baseada na classificação dos adjectivos relacionais como argumentais ou não argumentais. Trata-se obviamente de uma prova forte a favor da natureza de  $[N_2]$ .

De que forma poderão estes dados do Português ser confrontados com os de outras línguas? Do ponto de vista contrastivo, os dados comparativos reforçam a nossa análise e sugerem, além disso, que estamos, com  $[N_1N_2]$ , perante um tipo de estrutura frequentíssima. Assim, em Basco, língua extremamente rica em estruturas NN em geral, observa-se que o binominal  $[N_1N_2]$  passa a  $[N_2N_1]$ , ou seja,  $[N_2]$ , que equivale, como



vimos, a um adjectivo emergente em Português, ocupa naquela língua o primeiro lugar, que equivale a um modificador:<sup>370</sup>

- (265) a. aho<sub>N2</sub> literatura<sub>N1</sub> (lit. boca literatura - ‘literatura oral’)  
 b. esku<sub>N2</sub>-lan<sub>N1</sub> (lit. mão trabalho - ‘trabalho manual’)  
 c. ama<sub>N2</sub> eskola<sub>N1</sub> (mãe escola - ‘escola primária’)

Observe-se que em Basco a ordem destes binominais é [N<sub>2</sub>N<sub>1</sub>]: neste caso, o elemento determinado (N<sub>1</sub> em (265)) é antecedido pelo elemento determinante N<sub>2</sub>, pelo que estas construções são exocêntricas (exactamente como em Inglês). Como Coyos (1997) nota, a alta frequência dos compostos NN em Basco traduz-se quase exclusivamente pela ordem [N<sub>2</sub>N<sub>1</sub>], em que [N<sub>2</sub>] equivale, em alguns casos, a um modificador de [N<sub>1</sub>]. Vejamos outros exemplos: “*ardi gasna* (ovelha queijo), *arto pil* (lit. milho pão - *broa*), *asto-lili* (lit. burro flor – *papoila*), *etxe xori* (lit. casa pássaro – *pardal*), *gau-ainara* (lit. noite andorinha – *morcego*), *eguzki lore* (lit. sol flor – *girassol*), *diru paper* (lit. dinheiro papel – *nota*)”, etc.<sup>371</sup> Os dados relevantes indicam que o núcleo nominal pode ser modificado por adjectivos ou por nomes atributivos sempre pré-nominais. Embora essa complementaridade estrutural não seja sistemática, indica-nos que, nesta língua, [N<sub>2</sub>] desempenha funções de modificação nas estruturas [N<sub>2</sub>N<sub>1</sub>]. Esta “confusão” categorial entre N e A em Basco é reforçada pelo facto de existir uma lista apreciável de lexemas que são ao mesmo tempo nomes e adjectivos, como *hotz* (*frio, o frio*), *ezti* (*doce, o mel*), *gaitz* (*mal, o mal*), etc.

No caso das línguas românicas, também encontramos esse tipo de estrutura binominal de forma sistemática, embora em menor escala do ponto de vista da riqueza semântica (cf. Fabre, 1996) e com alguma indefinição do ponto de vista gráfico. Montermini (2006) descreve ocorrências de “composés NN” em Italiano muito

<sup>370</sup> Cf. Coyos (1997).

<sup>371</sup> A grande maioria destes binominais revela as suas origens rurais. Contudo, o Basco oferece também casos de compostos metafóricos ou metonímicos: *ogi bide* (pão caminho – *profissão*), *argi bide* (luz caminho – *ilustração*), *argi mutil* (luz criado – *vela*), *izen lagun* (nome amigo – *adjectivo*), *min bizi* (dor vida – *cancro*), *izen ondo* (nome lado – *adjectivo qualificativo*), etc.

semelhantes ao Português do ponto de vista da relação de modificação, embora graficamente bastante diversos:

- (266) a. *pescecano* (lit. peixe cão – *tubarão*)  
 b. *viaggio premio, casa albergo, porta finestra*  
 c. *angolo cottura* (lit. ângulo cozedura – *espaço para cozinhar*)  
 d. *pausa pranzo* (*pausa almoço*)  
 e. *ufficio informazioni, centro trasfuzioni*

Manifesta-se em Italiano a ocorrência de [N<sub>2</sub>] prototípicos como aqueles que apontámos em (236) para o Português, casos de “lampo” (*relâmpago*), “fiume” (*rio*), “capo” (*chefe*):

- (267) a. *viaggio-lampo, reunione-lampo*  
 b. *telefonata-fiume* (lit. chamada rio – *telefonema sem fim*)  
 c. *capoazienda* (lit. chefe empresa - *sede*)  
 d. *casa madre*

Em Francês, por seu lado, a existência de ‘*expressões binominais*’ é atestada desde meados do séc. XIX —devido ao nascimento da lexicografia francesa, com Paul Robert e Pierre Larousse. Levantamentos recentes apontam para 800 formas já lexicalizadas (cf. Villoing, 2002). Classe inicialmente marginalizada, os binominais são hoje considerados exemplos positivos de mudanças lexicais. Embora a maioria (268.a) sejam binominais compostos, alguns (268.b) equivalem a estruturas modificadas:

- (268) a. *prince président, noeud papillon, homme serpent, bateau école, pause café, secret défense, timbre-poste, bébé éprouvette, station service, assurance-vie, wagon restaurant, génération sida*  
 b. *tarte maison, crème caramel, case départ, collection hiver*,<sup>372</sup>

---

<sup>372</sup> Cf. os casos com adjetivo explícito: “*opération mains propres, journée portes ouvertes*”.

Tal como nas outras línguas da área românica, o Francês manifesta também um conjunto restrito de [N<sub>2</sub>] cuja semântica está próxima do protótipo —exemplos: “fleuve” (*rio*), “éclair” (*relâmpago*), “valise” (*mala*) :

- (269) roman fleuve (lit. romance rio – *romance interminável*)  
 espace jeunes (*espaço juventude*)  
 guerre éclair (*guerra relâmpago*)  
 mot valise (lit. palavra mala – *blending*<sup>373</sup>)  
 invité surprise (*convidado surpresa*)

Em Espanhol, encontramos o mesmo tipo de situação que nas restantes línguas Românicas, ou seja ‘*expressões binominais*’ compostas (270.a) e modificadas com nomes prototípicos (270.b):

- (270) a. bebe probeta, hombre rana, martin pescador, pez espada, vagon restaurante, cazabombardero, guardabarrera  
 b. casa piloto, escuela tipo, empresa modelo, guerra relámpago

Também relevante é a riqueza do Espanhol em adjectivos relacionais, que são, nesta língua, produzidos com relativa facilidade. Ora, segundo dados de tradução Francês / Espanhol (Blanco, 1997), uma parte dos ‘*binominais modificados*’ do Francês corresponde crucialmente, em Espanhol, a expressões de tipo <N+A relacional>:

- (271) droit canon<sub>N</sub> / derecho **canónico**<sub>A</sub>  
 séance marathon<sub>N</sub> / sesión **maratoniana**<sub>A</sub>  
 médecin<sub>N</sub> conseil / consejero **médico**<sub>A</sub>  
 radio<sub>N</sub>-reportage / reportaje **radiofónico**<sub>A</sub>

De referir, por último, o Inglês, língua em que o nome tem uma propensão elevada para entrar em ‘*expressões binominais*’ (*dream team, task force, strategy game, picture*

---

<sup>373</sup> Cf. Rio-Torto (1998:96).

*effects, search engine, voice control, car crash, mass market, insurance company*, etc.) (cf. Selkirk, 1982; Lieber, 1983). Contudo, a extrema produtividade destas expressões em Inglês sugere que estamos perante relações lexicais de origem variadíssima, que não nos compete aqui abordar explicitamente.<sup>374</sup> Bauer (1983) evoca o fenómeno de **conversão** para justificar a frequência elevada destas estruturas em Inglês. A conversão consiste em utilizar uma palavra pertencendo a determinada categoria como se pertencesse a outra, sem qualquer mudança de forma. Em Inglês, todas as categorias podem em princípio ser objecto de conversão e a conversão é produtiva em quase todas as categorias. Isso explica a facilidade com que se passa de V a N, de N a P, de V a P.<sup>375</sup> Contudo, e crucialmente, a conversão incide essencialmente sobre estruturas não nominais (especialmente sobre V, A e P).

Perante os factos expostos, podemos concluir que os *'binominais'* em análise preenchem uma dupla função: denotativa (N<sub>1</sub>) e restritiva (N<sub>2</sub>). Claramente, [N<sub>2</sub>] aparece como restritivo embora a sua natureza lexical básica não seja a de um adjectivo atributivo. As sequências [N<sub>1</sub>N<sub>2</sub>] que designámos *'binominais'* são de dois tipos: (i) as *'expressões binominais compostas'*, em que N<sub>2</sub> é de facto um N, tratando-se pois de uma forma de composição; (ii) as *'expressões binominais modificadas'*, em que, em [N<sub>1</sub>N<sub>2</sub>], [N<sub>2</sub>] é um modificador de [N<sub>1</sub>]. Estas sequências são constituídas com base num par de nomes em que o segundo aparece como um modificador do primeiro e pertence presumivelmente a um conjunto fechado de elementos. Os vários testes para verificar o seu estatuto provam que os [N<sub>2</sub>] **são equivalentes a adjectivos relacionais**: estes *'nomes relacionais'* aceitam a posição predicativa (no caso dos não argumentais), não aceitam grau, são exclusivamente pós-nominais, denotam entidades, incrustam-se com adjectivos relacionais, rejeitam adjectivos atributivos adjacentes a [N<sub>1</sub>] e aceitam prefixos modificadores. Estes prefixos caracterizam-se pelo facto de as suas propriedades de selecção serem pouco restritivas,

---

<sup>374</sup> Cf. Savary (2004:58), e sobretudo Fabre (1996), capítulos 2 e 3, para um estudo exaustivo da questão.

<sup>375</sup> Por exemplo, preposições usadas como nomes ("The ups and downs of the market"). Cf. Bauer (1983) e Savary (2004) para outros exemplos.

visto poderem adjungir-se a nomes ou adjetivos.<sup>376</sup> Crucialmente, os prefixos modificadores que aparecem nestas construções —caso dos prefixos *anti-* e *pró*, como vimos em (250)— e que se distribuem, segundo Villalva (2003), por “diferentes categorias morfo-semânticas”, aparecem tipicamente associados a adjetivos relacionais (*macroeconómico, infra-humano*) e também a nomes (*megaconcerto, maxi-saia, microclima*).<sup>377</sup>

Que legitimidade haverá em aproximar [N<sub>2</sub>] de adjetivos relacionais? A convergência entre nomes e adjetivos relacionais nas sequências [N<sub>1</sub>N<sub>2</sub>] é reconhecida por Demonte (1999), que chega a concluir, depois de analisar as características morfo-sintáticas das estruturas <N+A relacional>, que “já que os adjetivos relacionais têm características de nomes, poderiam estar na realidade formando uma sequência <N+N>”.

A possibilidade de [N<sub>2</sub>] equivaler a um adjetivo relacional é reforçada pela natureza lexical dos [N<sub>2</sub>] seleccionados (cf. (236)). Trata-se de um conjunto de ‘*nomes relacionais*’, usados metafóricamente ou superlativamente, que correspondem explicitamente, na sua maioria, a adjetivos relacionais:

- (272) base/básico, exemplo/exemplar, tipo/típico  
centro/central, principal, promoção/promocional,  
verdade/verdadeiro, ficção/fictício, herói/heróico, ...

Em suma, os binominais [N<sub>1</sub>N<sub>2</sub>] analisados provam que a categoria [N<sub>2</sub>] pode ser considerada um A emergente. Segundo a nossa proposta inicial, a edificação de estrutura procedendo da operação *Merge* entre um N e um elemento pertencendo a um conjunto de

<sup>376</sup> “Super-carro”, “super-interessante”. Acessoriamente também se adjungem a verbos: “indeferir”. Cf. Villalva (2003:964).

<sup>377</sup> A maioria destes prefixos (é o caso dos prefixos avaliativos (macro-, micro-), quantitativos (bi-, multi-) e referentes espaciais e temporais (ante-, pós-, pré-)) está associada prioritariamente aos compostos de tipo predicado-argumento (cf. exemplos (233)). Cf. também sobre este tipo de prefixação, Demonte (1999): “adjetivos relacionais [podem] ir acompanhados de prefixos, dos quais já mencionámos vários (antinuclear, monoparental, bianual, preconiliar, neonatal, etc.); estes prefixos unem-se normalmente aos nomes (antigás, (bifronte), monóculo, neonazi, antecâmara) e não acompanham o adjetivo qualificativo (\*antibonito, \*neointeligente, \*prealto, etc.)”.

nomes com propriedades prototípicas determina a projecção de um núcleo N em que o segundo N é interpretado como um adjectivo relacional. A emergência de um <NN> interpretado, nestes casos, como <N+A> resultaria, por um lado, de restrições gerais que operam sobre *Merge*, que excluem a selecção de um constituinte por outro com os mesmos traços categoriais, e, por outro lado, de um processo de *emergência*. Concretamente, o sistema computacional reanalisa [N<sub>2</sub>] como A por meio de *Merge* com N, presumivelmente atribuindo a [N<sub>2</sub>] os traços [+N,+V]. Esse mecanismo interno aos ‘*binominais modificados*’, na medida em que corresponde à reanálise de um nome como adjectivo, deve ser entendido na linha da operação de ‘*Emergência Categorial*’, proposta inicialmente.

A análise até agora desenvolvida baseia-se nos modelos (184) e (185), aqui repetidos em (273) e (274):

(273) Categorias lexicais

GU	Caso não marcado [ <sub>0</sub> N] – [ <sub>0</sub> V]	Caso marcado [ <sub>1</sub> N] – [ <sub>1</sub> V]	
Léxico	[+N] – [+V]	[-N] – [+V]	[+N] – [-V]
Categorias lexicais	Adjectivo	Verbo	Nome

(274) Emergência Categorial de A

GU	Léxico	Morfemas funcionais		Categorias emergentes	Objectos sintácticos	Línguas implicadas
		Por defeito	Possíveis			
			I	[+V,-N]	“adjectivo verbal”	Japonês, Coreano
[ <sub>0</sub> V, <sub>0</sub> N]	[+V,+N]	(Grau)			Adjectivo	
			Det, Q	[-V,+N]	“adjectivo nominal”	línguas românicas

A hipótese da promoção categorial permite-nos, como se viu, resolver problemas como os ‘*nomes adjetivos*’ de tipo *amigo*. Contudo, a existência, em sequências  $[N_1N_2]$  como *equipa maravilha*, de ‘*modificadores nominais*’ de tipo  $[N_2]$  como objectos sintácticos, que pressupõem uma mudança de categoria (de N para A), levanta várias incógnitas sobre o modo como o sistema processa a referida mudança de categoria. Essa mudança é feita a despeito da informação lexical evidenciada, que adianta que  $[N_2]$  é um constituinte de tipo  $[-V]$ , sendo incompatível, portanto, com um nome numa eventual operação *Merge*. Como vimos com as estruturas  $[N_1N_2]$ , manifestam-se restrições de selecção e de localidade entre os itens reunidos via *Merge*. Assim, por exemplo,  $[N_1]$  e  $[N_2]$  devem ser adjacentes, a etiqueta da projecção resultante de *Merge* é sempre  $[N_1]$  e  $[N_2]$  pode, como qualquer adjectivo, ser dispensado. Na realidade, a possibilidade de uma categoria lexical N poder ser interpretada como um adjectivo não deixa de ser contraditória e levanta, em nosso entender, algumas questões pertinentes sobre a própria natureza das categorias lexicais e da sua projecção em sintaxe.

A existência desse tipo de lexias instáveis de tipo  $[N_1N_{Rel.}]$ , assim como de itens ao mesmo tempo nomes e adjectivos, a meio caminho entre o léxico e a sintaxe, representa pois um desafio no estado actual do modelo Minimalista, e sugere, em consequência, algumas restrições sobre *Merge*. Foi portanto proposto um mecanismo de emergência (que no fundo não está muito longe da noção de conversão), ilustrado com casos distintos de ‘*Emergência Categorial*’ de N para A.





## Capítulo 8

### “Nomes adjetivos”

No capítulo anterior, vimos casos de “adjetivos nomes”, em que N se comporta como A. Neste capítulo, vamos analisar adjetivos que se comportam como nomes. Um dos contextos em que isso acontece é o que é classicamente designado “elipse nominal”.

#### 8.1. Adjetivos em DPs sem núcleo nominal

Um tipo de construção envolvendo um adjetivo adjacente a Det manifesta-se em frases como (275):<sup>378</sup>

(275) A Joana comprou o carro verde e o Paulo comprou **o ~~carro~~ branco**

O tipo de construção apresentado em (275) é conhecido na gramática como *elipse do nome*, uma construção caracterizada pela falta do elemento nominal no DP —aqui, o objecto na oração coordenada—, aparentemente autorizada pela redundância do contexto. A relação que se cria intuitivamente entre as expressões *o carro verde* e *o branco* é a prova de que existem, nas línguas naturais, processos anafóricos não relacionados com movimento de constituintes. A que princípios gramaticais obedece, em (275), a elipse de *carro*? A conclusão a que se tem habitualmente chegado no domínio da *Gramática de Princípios e Parâmetros* consiste em considerar a elipse do nome como um constituinte pronominal foneticamente vazio, identificado por um antecedente contextual. Partindo do princípio que as categorias não fonéticas são sujeitas a princípios universais de legitimação

---

<sup>378</sup> Neste parágrafo, a ausência do núcleo nominal será assinalada por meio de um risco, como **o ~~carro~~**.

e de identificação, a análise destes casos levou à conclusão de que a elipse formava uma classe distinta de pronomes vazios.

Contudo, no Programa Minimalista, em que o conceito de categoria vazia não se enquadra facilmente, a elipse de *carro* em (275) representa um desafio importante para identificar a natureza sintáctica da sequência *o branco*, na medida em que os constituintes Det e A evidenciados no DP elíptico não são normalmente combináveis. Esta aparente operação de composição entre Det e A levanta, pois, algumas dificuldades teóricas. De facto, *Merge* entre Det e A apresenta-se como uma operação à primeira vista inaceitável devido ao facto de não haver traços categoriais convergentes, não sendo em princípio a projecção máxima resultante nem um DP —por falta de um núcleo N— nem um AP —devido à presença de Det. Contudo, a projecção resultante comporta-se como um DP na medida em que *o branco* é interpretado como argumento interno de *comprar* e manifesta a capacidade denotativa típica das expressões nominais.

### 8.1.1. Elipse do nome em Português

Os casos em que um adjetivo *compõe* um DP com Det são frequentes em Português. Nestes casos de ‘*elipses*’, parece razoável relacionar a ausência do nome com a presença do adjetivo.<sup>379</sup> Em alguns casos, o adjetivo parece prescindir de qualquer nome explícito:

- (276) a. O João gosta de **manteiga francesa**, mas a Rita prefere [ a **manteiga dinamarquesa**]  
 b. **Os magros** cansam menos o coração do que **os gordos**<sup>380</sup>

---

<sup>379</sup> Note-se que, do ponto de vista do modelo aqui defendido para as sequências ({Det+A}), não existe nenhuma configuração sintáctica chamada “elipse do nome” que pressupõe um núcleo N vazio na estrutura. Mais precisamente, a elipse do nome é (obviamente) uma figura de estilo mas não corresponde, nessas construções, a um mecanismo sintáctico envolvendo categorias vazias ou “nomes nulos”. Na falta de uma expressão mais adequada, seremos levados, nos casos em que consideramos haver *emergência categorial*, a usar o termo consagrado, assinalando-o com aspas simples e caracteres italicizados (‘*elipse do nome*’).

<sup>380</sup> Exemplo de Lopes (1971), p.55.

Como observa Lopes (1971) acerca de (276.b), “seria possível discutir se “magros” e “gordos” são substantivos ou adjetivos”. A solução habitual consiste em sustentar que se trata de adjetivos e “se subentende “indivíduos” entre o artigo e qualquer dos tais adjetivos”.<sup>381</sup> Embora este tipo de caso seja frequente, devemos observar que algumas restrições operam: nem todos os adjetivos permitem a ausência do nome, como é o caso, por exemplo, em (277.a.b), se comparado com (277.c):

- (277) a. \* Dos carros em exposição, prefiro [o ~~carro~~ económico / barato / seguro]  
 b. \*? Comprei o carro pequeno e tu compraste [o ~~carro~~ económico]  
 c. Dos carros em exposição, prefiro [o ~~carro~~ azul / pequeno]

Esta construção levanta assim a questão dos tipos de adjetivos aptos a sobreviver sem N e a compor directamente com Det: adjetivos de qualidade, como *económico*, e de cor, como *azul*, parecem ter um comportamento oposto relativamente à ‘*elipse do nome*’.

A posição relativamente ao nome é um factor habitualmente considerado importante para caracterizar os adjetivos. Contudo, adjetivos pré-nominais e pós-nominais podem ser associados indiferentemente a um nome vazio:

- (278) a. Eu prefiro [a outra ~~camisa~~]  
 b. Eu prefiro [a ~~camisa~~ vermelha]

Este facto não deixa de ser surpreendente se se considerar que a posição do adjetivo poderia de alguma forma ser determinante para a ausência do elemento nominal.

Em Português, os adjetivos associados à ausência do nome flexionam de acordo com o modelo de concordância geralmente admitido nesta língua, do mesmo modo que os adjetivos acompanhados do seu nome lexical:

- (279) Comprei muitas revistas, mas [as ~~revistas~~ novas / recentes] não têm interesse

---

<sup>381</sup> *Ibid.*, p.55.

A sistematicidade da flexão adjectival torna difícil avaliar uma eventual ligação entre a flexão e a elipse em Português. Podemos, contudo, encontrar adjectivos não flexionados com um ‘*nome vazio*’, como é o caso dos adjectivos de cor compostos<sup>382</sup>, o que indica que os adjectivos estão aptos a legitimar a ‘*elipse do nome*’, apesar de não serem flexionados:

(280) Qual destas camisas gostas mais? [**a camisa verde azeitona**] [-gén, -num]

No caso de adjectivos de origem estrangeira, em princípio não flexionados, como em (281), e em casos de modificação por nomes próprios, em (282), a elipse é também possível:

(281) a. Tanto aprecio a música clássica como [**a música pop**]  
b. O estilo cool e [**o estilo snob**] são opostos

(282) a. [**A raça persa**] e [**a raça angora**] são raças de gatos em vias de extinção  
b. A minha casa de alta-costura favorita é [**a casa Dior**]<sup>383</sup>  
c. O meu perfume preferido é [**o perfume Guerlain**]

Seguindo a distinção entre adjectivos transitivos —que seleccionam um complemento— e intransitivos, verificamos que os adjectivos transitivos não permitem a ‘*elipse do nome*’ com artigo definido. A ‘*elipse do nome*’ é contudo melhorada com um indefinido, como no exemplo (283.c):

(283) a. \* Que filme vais ver? Vou ver [**o filme capaz de me distrair**]  
b. \* Não tenho nada contra as pessoas, mas detesto [**as pessoas cheias de preconceitos**]  
c. Que filme vais ver? Vou ver [**um filme capaz de me distrair**]

<sup>382</sup> A razão invocada geralmente para este tipo de excepção consiste em associar a ausência de flexão ao facto de o segundo elemento do adjectivo de cor ser um nome.

<sup>383</sup> Os casos (282.b.c.d) correspondem a um fenómeno metonímico frequente em grupos linguísticos diversos: em Francês, por *Le Larousse*, deve entender-se *Le dictionnaire Larousse*. Em Português, *o Independente* refere intuitivamente um semanário, etc.

Este conjunto de exemplos de ‘*elipse do nome*’ permite concluir o seguinte: (i) a flexão e a posição do adjectivo atributivo não condicionam a legitimação de ‘*nomes vazios*’; (ii) os adjectivos transitivos não permitem nomes vazios; (iii) adjectivos como *económico*, mas não adjectivos como *grande*, bloqueiam a ausência do nome. Parece pois que o mecanismo da elipse do nome com adjectivos é de ordem sintáctica —são os adjectivos intransitivos que permitem a ‘*elipse do nome*’—, mas também de ordem semântica, uma vez que certos adjectivos intransitivos mostram que o seu significado condiciona a falta do nome.

### 8.1.2. Algumas propostas sobre a ‘*elipse nominal*’

No quadro da *Teoria da Regência e Ligação* e do modelo de *Princípios e Parâmetros*, propõe-se que as categorias elípticas são elementos pronominais vazios sujeitos ao *Princípio da Categoria Vazia* (ECP —Chomsky (1981). Assim como os pronomes vazios, as elipses seriam identificadas por (um constituinte com) traços fortes. O ‘*nome elíptico*’ é de tipo *pro* e obedece a condições de legitimação e identificação, definidas em Rizzi (1986). Como geralmente assumido desde Rizzi, traços fortes são o meio habitual pelo qual o conteúdo referencial de um pronome vazio não arbitrário é recuperado, e o mesmo mecanismo parece poder aplicar-se às categorias elípticas.

Lobeck (1995) introduz, contudo, uma distinção entre pronomes vazios e elipses, que reside nas condições de recuperação lógica das mesmas: ambos são identificados por um antecedente, mas os pronomes, como categorias não arbitrárias, são idênticos em referência ao seu antecedente, enquanto que as elipses carecem de capacidade referencial, e devem procurar conteúdo no seu antecedente com base num tipo de relação de identidade chamada **reconstrução**. As elipses seriam pronomes vazios identificados por reconstrução e legitimados por regência estrita por núcleo. No entanto, as categorias elípticas só podem ser estritamente regidas por categorias funcionais exibindo traços fortes, sendo este o meio

pelo qual os pronomes vazios são visíveis a nível interpretativo. Lobeck propõe as seguintes definições:<sup>384</sup>

(284) **Concordância Forte**

Um X<sup>o</sup> é marcado por concordância forte sse X<sup>o</sup> ou o constituinte ou o núcleo com o qual X<sup>o</sup> concorda realizam morfológicamente acordo num número produtivo de casos.

(285) **Legitimação e identificação de *pro***

Um pronome vazio não arbitrário deve ser estritamente regido por núcleo, e regido por um X<sup>o</sup> marcado por Concordância Forte.

Os constituintes elípticos são complementos de um núcleo funcional X<sup>o</sup>, e devem ser legitimados sob (285). Traços em X<sup>o</sup> tornam visível para a reconstrução o pronome vazio correspondente à ‘*elipse do nome*’.

As condições de legitimação e identificação anteriormente definidas podem ser alargadas às línguas naturais que exibem sistemas de traços. Todas as categorias providas de traços fortes podem legitimar e identificar elipses nominais: é o caso dos adjectivos, marcados, em muitas línguas, por Caso, número ou género. O adjectivo pode identificar e legitimar um ‘*nome vazio*’ quando realiza traços morfológicos, como em Português:

(286) Vi os alunos na sala, [**os alunos grandes**] à frente d[**os alunos pequenos**].

Em Kester (1996), a análise da ‘*elipse do nome*’ baseia-se na hipótese DP de Abney (1987) —isto é, na distinção entre categorias lexicais e categorias funcionais—, e na hipótese de Cinque (1994) de colocar os adjectivos na posição de Especificador de uma categoria funcional nominal —cf. capítulo 2, p.34. Basicamente, existe, no DP, uma categoria funcional cujo núcleo está numa relação de *Concordância Núcleo-Núcleo* com o núcleo N e numa relação de *Concordância Especificador-Núcleo* com o adjectivo.

A reflexão sobre as condições de ocorrência de ‘*nomes nulos*’ em contexto adjectival leva a autora a assumir, por um lado, que estes são submetidos a condições de

---

<sup>384</sup> Lobeck (1995:51)

legitimação e identificação, e, por outro, que a morfologia flexional adjectival tem um papel de relevo na sua resolução. Relativamente às condições de legitimação e identificação de *pro* elíptico, a legitimação formal corresponde à sua distribuição num contexto determinado, e a identificação envolve o meio pelo qual o conteúdo do elemento nulo é determinado. O pronome não-lexical *pro* envolve legitimação formal por um núcleo especificado por traços *fortes* —Kester considera fortes os traços- $\varphi$ : número, género, pessoa— ou traços semânticos como [+definido, +humano, +massivo], e o seu conteúdo semântico é recuperado contextualmente.

No caso de legitimação e identificação de *pro* em contextos adjectivais, *pro* elíptico envolve pois legitimação formal por um núcleo regente, mas o seu conteúdo semântico é recuperado por um antecedente contextual. Nestes casos de elipses —com *pro* não referencial—, os traços fortes não conseguem fornecer a totalidade do conteúdo semântico de *pro*, só parecem servir para tornar *pro* interpretável. Kester opta, como se disse, por Cinque (1994), que coloca os adjectivos em [Spec,XP]. Neste caso, os adjectivos não têm condições estruturais para reger *pro*, mesmo marcados por traços fortes. Kester propõe contudo que a legitimação e identificação de *pro* em contextos adjectivais envolve regência estrita pelo núcleo funcional X, que recebe do adjectivo via *Concordância Especificador-Núcleo* os traços requeridos. Nesta análise, o adjectivo atribui traços por *Concordância Especificador-Núcleo* ao núcleo da projecção funcional, transformando-o num regente estrito da ‘*elipse*’. Kester admite que é a própria flexão que transforma o núcleo X<sup>o</sup> num regente estrito, sendo o conteúdo semântico de *pro* recuperado por um antecedente contextual. A presença da flexão adjectival teria um papel central na distribuição dos nomes nulos.

Sleeman (1996) analisa também as construções de ‘*elipse do nome*’ envolvendo um adjectivo —neste caso em Francês:

(287) Je n’ai lu que le troisième paragraphe

Este tipo de construção levanta dificuldades pelo facto de não ser uniforme nem numa dada língua nem nas línguas em geral:

- (288) a. El fácil está en la página cuarenta  
 b. Je prendrai la grande  
 c. \* le facile se trouve à la page quarante  
 d. \* Prenderò la grande  
 e. \* I will take the big

Tendo em conta as línguas envolvidas, conclui-se que a ‘*elipse do nome*’ não é legitimada por flexão adjectival. Contudo, os adjectivos que permitem elipse do nome têm propriedades semânticas convergentes: são *classificadores*, superlativos, ordinais, de cor, etc., o que sugere que a sua semântica é que tem um papel crucial na legitimação de nomes vazios. Para Sleeman, o traço semântico [+partitivo], comum a esses adjectivos, legitima os nomes vazios. Os ‘*nomes vazios*’ seriam formalmente legitimados por um regente estrito com significado partitivo, e identificados por um antecedente com uma interpretação *específica*:

- (289) Legitimação de NPs pronominais

NPs pronominais são (formalmente) legitimados ao serem estritamente regidos por um elemento marcado por [+partitivo]

O princípio anterior distingue entre elementos que implicam a inclusão num conjunto e elementos que não implicam. Os primeiros são os quantificadores, superlativos, ordinais, etc., todos elementos que podem ser usados como atributos para formar um subconjunto. A noção de *D-partitividade* refere este grupo de elementos: os *D-partitivos* —inerentemente partitivos— permitem ‘*elipse do nome*’ em todas as línguas.<sup>385</sup>

Inversamente, os *N-partitivos* são elementos que denotam eles próprios uma propriedade e podem ser usados como predicados.<sup>386</sup> Já que os *N-partitivos* denotam uma propriedade, o seu uso atributivo implica a intersecção da sua propriedade com a denotada pelo nome. Essa intersecção forma um subconjunto do tipo denotado pelo nome, pelo que

<sup>385</sup> “I will make a distinction between elements that always imply the inclusion in a set and elements that do not. [...] I will use the notion of D-partitivity to refer to [the elements that imply the inclusion in a set]” (Sleeman, 1996:35).

<sup>386</sup> “I use the notion N-partitivity to refer to elements that denote a property themselves and can therefore be used as predicates” (Sleeman, 1996:35).



os *N-partitivos* podem legitimar os ‘*nomes vazios*’. Uma parte substancial dos adjectivos são *N-partitivos*: é o caso dos adjectivos de cor e outros adjectivos *classificadores*. A maioria dos adjectivos são *partitivos* num sentido amplo: expressam noções distintas, como as cores, e distinções do tipo *bom/mau*, *velho/novo*, etc. Estes adjectivos servem universalmente para criar subconjuntos, e o seu uso é naturalmente associado à existência de um conjunto de referência — neste aspecto, são próximos dos *D-partitivos*. Adjectivos de qualidade que expressam noções distintas são *suficientemente partitivos* para legitimar nomes vazios. Estes adjectivos, que podem criar um subconjunto de um conjunto denotado pelo nome, são pois *N-partitivos*, isto é, acidentalmente *partitivos*. Um certo número de adjectivos de qualidade são *N-partitivos*, mas alguns não são nem *D-partitivos* nem *N-partitivos*, e não podem legitimar a ‘*elipse do nome*’.

(290) \* c'est la troisième intéressante conférence.

Este exemplo mostra claramente que o termo *partitivo* deve ser adjacente ao ‘*nome vazio*’<sup>387</sup>, e não separado dele, o que leva Sleeman a acrescentar ao requisito de traço [+*partitivo*] para legitimar a *elipse do nome*, o de *regência estrita*. Como os adjectivos intransitivos são especificadores de projecções funcionais de NP, não podem estruturalmente reger o NP da sua posição. A *Concordância Especificador-Núcleo* —entre o adjectivo e o núcleo funcional— faz no entanto com que o ‘*núcleo vazio*’ da projecção funcional seja capaz de reger estritamente o NP vazio. Nestes casos, o núcleo funcional

---

<sup>387</sup> Mais precisamente, a agramaticalidade de (290) é o resultado da Minimalidade Relativizada: a regência estrita de *pro* pelo quantificador, ou antes pelo núcleo vazio da projecção funcional que tem o quantificador no seu especificador, via concordância Especificador-Núcleo, é bloqueada pela presença de uma projecção funcional intermediária que contém o adjectivo intransitivo *intéressante* no seu especificador: o núcleo funcional intermediário é um regente por núcleo potencial, mas o seu especificador não o marca com [+*partitivo*], pelo que a frase é má.

torna-se no regente estrito por *Concordância Especificador-Núcleo*.<sup>388</sup> Em suma, a ‘*elipse do nome*’ é legitimada por um elemento [+partitivo] que rege estritamente o ‘*nome vazio*’ [e]. Esses requisitos são formulados a seguir (Sleeman 1996:39):

(291) Regência estrita de nomes elípticos

[e] deve ser canonicamente regido por um núcleo funcional (ou o seu especificador) marcado por [+partitivo].

Para Martinho (1998), qualquer adjetivo legitima um pronome elíptico desde que cumpra duas condições: (i) estar em [Spec,XP] funcional; (ii) ser semanticamente marcado. Como os adjetivos são interpretados como especificadores de projecções funcionais do nome, todos podem legitimar formalmente a ‘*elipse do nome*’. Relativamente à sua semântica, um adjetivo é suficientemente marcado desde que entre numa relação lexical discreta, como a antonímia (*grande/pequeno*) e outras relações de simetria lexical. No caso destes ‘*adjetivos discretos*’, o ‘*nome nulo*’ aparece como uma variável regida pelo operador de grau adjectival, cujo valor é fixado de acordo com o antecedente contextual. Adjetivos não marcados (como os relacionais e parte dos atributivos) não podem reger a ‘*elipse do nome*’ por não conseguirem identificar o seu referente.

## 8.2. As ‘*elipses do nome*’ são casos de *emergência categorial*

No quadro Minimalista, o aparato descritivo anterior foi posto em causa, em especial por se apoiar em mecanismos gradualmente afastados do coração da teoria, como as categorias vazias, os traços fortes ou a regência estrita. De igual modo, as propostas

---

<sup>388</sup> Sleeman nota que os legitimadores de NPs podem ser o especificador de praticamente qualquer projecção funcional de NP, o que levanta a questão de saber por que é que os núcleos funcionais intermédios vazios não bloqueiam a regência estrita. Sleeman sugere que, além da Concordância Especificador-Núcleo, há a Concordância Núcleo-Núcleo, de maneira que o especificador de uma projecção funcional superior possa legitimar o NP vazio, embora haja projecções funcionais intermédias. Outra hipótese é que as projecções funcionais intermédias não têm efeito bloqueador quando (e só quando) são vazias, ou que as projecções funcionais só são projectadas se são precisas para abrigar material lexical (ou traços lexicais).

anteriores não respeitam as orientações centrais do Programa Minimalista em termos de simplicidade e eficiência. A hipótese de um núcleo nominal nulo modificado pelo adjectivo (ou por outro tipo de modificador do nome), ideia central da sintaxe da elipse nominal, levanta objecções diversas relacionadas com a existência de objectos sintácticos sem conteúdo fonético e a oportunidade de afastar o conceito de ‘*categoria vazia*’. Vejamos pois de que forma a operação de ‘*Emergência Categorical*’, anteriormente apontada, pode fornecer uma descrição alternativa adequada.

### 8.2.1. As construções {Det+A}

Como sabemos, um núcleo lexical caracteriza-se, do ponto de vista estrutural, pela categoria que projecta e a distribuição a que obedece. Contudo, como se ilustra em (292) e (293), ambos os itens lexicais A e N parecem projectar um DP. De facto, se a modificação nominal é uma operação facultativa, sendo então o DP um NP seleccionado pelo Det, como se ilustra em (292), não é menos verdade que os ‘*adjectivos-nomes*’ (que doravante notaremos  $A_n$ ) equivalem também a expressões nominais plenas que, apesar da presença de um A lexical e da ausência de um N, aparentam o mesmo tipo de operação de selecção de um NP pelo Det que no caso anterior —cf. (293):

(292) a. Tanto aprecio [a **música (clássica)**] como a leitura

(293) a. [**Os magros**] cansam menos o coração do que [**os gordos**]  
 b. [**Os pobres**] estão cada vez mais pobres

Do ponto de vista composicional, o constituinte N não pode ser dispensado, ao contrário de A —nomeadamente quando ocupa uma posição argumental e recebe de um predicado um papel temático, cf. (294). Este facto permite-nos concluir que, em (295), os itens *gordo* e *jovem* devem ser interpretados como argumentos e não como modificadores, na medida em que a sua ausência é agramatical:

(294) a. [**Aquele terrível \*(filme)**] sobre a guerra foi premiado em Cannes  
 b. Aprecio muito a extraordinária perícia d[**este \*(autor) talentoso**]

- (295) a. **[Aquele \*(gordo) amável]** que aparece no filme é um actor francês  
 b. Aprecio muito a extraordinária calma d**[este \*(jovem) talentoso]**

Como se observa, a estrutura e a função sintáctica de DPs como *aquele gordo* ou *os pobres* não é directamente determinada pelo seu núcleo lexical —embora esse núcleo afecte a sua interpretação semântica. As propriedades sintácticas do DP são, pois, invariantes relativamente ao item lexical nuclear. De modo mais geral, como se pode ver no quadro seguinte, nem A nem N (nem o Det, no caso dos *meros plurais* e dos nomes próprios) são essenciais para qualificar o DP como expressão nominal:

(296)

Tipo de DP	Constituintes		
	Det	N	A
<b>N</b>	<i>os</i>	<i>homens</i>	
<b>N modificado</b>	<i>os</i>	<i>homens</i>	<i>sábios</i>
<b>A<sub>n</sub></b>	<i>os</i>	<i>sábios</i>	
<b>A<sub>n</sub> modificado</b>	<i>os</i>	<i>sábios</i>	<i>medievais</i>

Este padrão não está limitado nem ao Português nem às línguas românicas. Em Alemão, tanto A como N podem também emergir de modo autónomo no DP, da mesma forma que em Português:<sup>389</sup>

(297)

Tipo de DP	Constituintes		
	Det	A	N
<b>N</b>	<i>die</i>		<i>Männer</i>
<b>N modificado</b>	<i>die</i>	<i>weisen</i>	<i>Männer</i>
<b>A<sub>n</sub></b>	<i>die</i>	<i>Weisen</i>	
<b>A<sub>n</sub> modificado</b>	<i>die</i>	<i>fünf</i>	<i>Weisen</i>

<sup>389</sup> *die weisen Männer*: “os homens sábios”; *die fünf Weisen*: “os cinco sábios”. Note-se que *Weisen* é, neste caso, escrito com uma maiúscula, sinal do estatuto nominal em Alemão.

Nas línguas germânicas, existem diversas estratégias de promoção do adjetivo a nome. Em Neerlandês, como vimos, os ‘*nomes humanos*’ recebem uma flexão especial [*-n*], incompatível com os adjetivos, que os qualifica como nomes: *de blinden* (“os cegos”). Em Alemão, opta-se pela marcação gráfica, para distinguir entre nome e adjetivo, sendo a maiúscula interpretada como um indício do nome: *eine Schöne* (“uma pessoa bonita”).<sup>390</sup> O facto de, em Inglês, os adjetivos não flexionarem em número, ao contrário dos nomes, parece-nos também relevante. Nessa língua, a presença do morfema de plural constitui um indicador seguro da natureza nominal do item flexionado. Como facilmente se pode observar, a promoção de A a N é fortemente limitada —só os adjetivos de nacionalidade e os derivados de nomes próprios autorizam a inserção do morfema em questão:

- (298) a. Swede\*(s) tourists / the Swedes  
 b. American\*(s) soldiers / the Americans  
 c. christian\*(s) gospels / the Christians

Concluimos que o que aparenta ser um adjetivo, como *the Christians*, é na realidade um nome, tanto do ponto de vista interpretativo como morfológico, o que corresponde presumivelmente a casos de nominalização. Inversamente, o processo de *emergência categorial* é muito pouco produtivo em Inglês, não podendo haver DPs elípticos reduzidos a um Det e um A:

(299)

Tipo de DP	Constituintes		
	Det	A	N
<b>N</b>	<i>the</i>		<i>men</i>
<b>N modificado</b>	<i>the</i>	<i>wise</i>	<i>men</i>
<b>A<sub>n</sub></b>	<i>the</i>	* <i>wise</i>	

<sup>390</sup> Em Inglês, este tipo de marcação também se encontra, embora numa escala muito reduzida: *the Reds* / \* *the red* —cf. Kester (1996).

Os casos de DP elíptico com A em Português claramente não resultam de um processo de nominalização. Além de ser uma solução pouco produtiva do ponto de vista lexical, a nominalização é incapaz de dar conta das construções de elipse em que existem outros modificadores do nome, como quantificadores, demonstrativos e possessivos:

- (300) a. \* Os dez antigos clientes da loja e [**os dez recentes**] foram seleccionados  
 b. \* Aqueles funcionários antigos e [**estes recentes**] foram despedidos  
 c. \* As suas declarações pública e [**as suas privadas**] são contraditórias

Em (300.a), *recentes* não pode ser um nome pleno na medida em que não pode ser quantificado. Observa-se, ainda, que o DP elíptico com A rejeita determinantes possessivos e demonstrativos —embora aceite os mesmos na ausência de A. Como categoria lexical subespecificada, o adjectivo pode, no entanto, emergir como nome e ser interpretado como predicado nominal, na condição de ser seleccionado por um Det:

- (301) a. Os antigos clientes da loja e [**os recentes**] foram seleccionados para o concurso  
 c. As declarações públicas e [**as privadas**] contradizem-se

Vamos pois defender que os casos em que se postula uma situação de ‘*elipse do nome*’ podem ser reavaliados em termos de *emergência categorial*. Mais precisamente, será o caso da maioria dos modificadores (adjectivos), que podem, em condições a definir, *compor* directamente com Det. A construção de ‘*elipse do nome*’ é tipicamente ilustrada por frases coordenadas como a seguinte:

- (302) Comprei o carro pequeno e o João comprou [<sub>DP</sub> **o carro grande**]

Estas construções implicam, em nosso entender, que a posição elipsada mantém o papel temático atribuído ao DP [<sub>DP</sub> **o carro grande**], argumento interno de *comprar*, em consequência da promoção de *grande* a categoria nominal. O princípio de ‘*emergência categorial*’ aplica-se, como vimos, aos adjectivos em geral: quando é inserido numa derivação por *Seleccção*, A procura o seu regente e, caso não o encontre, é associado a outro seleccionador, neste caso Det, o que implica que o adjectivo já não é um modificador, mas um constituinte nominal. No caso concreto da ‘*elipse do nome*’, a posição do adjectivo

equivale, depois de *Merge* com Det, à posição do núcleo N: o adjectivo passa de modificador do nome, com o qual *compõe* habitualmente um NP, a núcleo lexical da projecção DP, desempenhando o papel de N, podendo portanto combinar-se com um Det.

A regra de *emergência categorial* explica por que razão não é possível omitir o Det —ou seja, obter *meros nomes*— em DPs reduzidos lexicalmente a um A, mesmo em construções propícias à elipse nominal, como a coordenação.<sup>391</sup>

- (303) a. \*Aprecio música clássica mas detesto [ **popular** ]  
 b. \*O João adora **chocolate suíço**, mas a Rita prefere [ **italiano** ]

- (304) a. Aprecio a música clássica mas detesto [ **a popular** ]  
 b. O João adora a **moda francesa**, mas a Rita prefere [ **a italiana** ]

A agramaticalidade de (303) deve-se a que um adjectivo isolado não pode conservar a posição do DP, o que significa que a interpretação dos itens *popular* e *italiana* como nomes em (304) está estreitamente condicionada pela presença do Det.<sup>392</sup>

A presença do Det aparece como uma condição determinante para despoletar a regra de *emergência categorial*, o que justifica a sua adequação à descrição de algumas formas graduadas dos adjectivos em contextos caracterizadas pela ausência do núcleo N e a presença de um Det, caso do superlativo predicativo. A relativa facilidade com que se pode predicar um adjectivo superlativo relativo decorre directamente, em nosso entender, da autonomização concedida ao adjectivo pelo Det. Partindo do princípio que um adjectivo superlativo (analítico) corresponde a uma sequência que integra um Det definido e os

---

<sup>391</sup> A análise destes exemplos está em contradição com Matos (2003:913), que observa que, nos DPs instanciados por *meros plurais*, os adjuntos podem isoladamente legitimar a elipse nominal:

(i) Nós lemos livros antigos mas também compramos contemporâneos.

<sup>392</sup> Essa restrição não se aplica aos A<sub>n</sub> na medida em que os mesmos são adjectivos promovidos a N, podendo, nesse caso, ser interpretados como *meros plurais*:

(i) Jovens e adultos confraternizaram durante os festejos

morfemas *mais* ou *menos*, o mesmo pode, em consequência, ser reanalisado como um DP em aplicação do princípio de ‘*Emergência Categorical*’.<sup>393</sup>

- (305) a. O João é [<sub>DP</sub>o maior]!  
 b. A Maria sempre foi **a mais inteligente**  
 c. Quem são **os melhores**, quem são?

Neste tipo de construção, superlativos como *o melhor*, *o pior*, devem ser considerados ‘*categorias emergentes*’. A autonomia manifestada por essas construções leva também a que o superlativo sintético seja interpretado como nome, mesmo sem estar numa posição predicativa:

- (306) a. Temo que **o pior** aconteça  
 b. Casar para **o melhor** e para **o pior**

Estes casos correspondem a nomes plenos, não só porque ocupam posições argumentais reservadas aos nomes, mas também porque não é possível identificar como antecedente elíptico nenhum nome lexical explícito. Vários testes sintáticos revelam a natureza nominal dos superlativos sintéticos. Assim, como o nome, os mesmos aceitam uma oração relativa, rejeitam modificadores adverbiais, aceitam sufixos aumentativos / diminutivos —mas não quando são adjectivos— e admitem um determinante possessivo. Essas características são ilustradas a seguir:

- (307) a. Ele é do pior **que já vi**  
 b. O João cantou o melhor **que sabia**  
 c. \* Este miúdo é **o muito pior** do bairro  
 d. \* **O incrivelmente melhor** está para vir  
 e. A Maria é a melhorzinha / ?\* **a melhorzinha aluna**  
 f. O João é **o piorzinho** lá da turma / ?\* o piorzinho aluno lá da turma  
 g. O João dá sempre **o seu melhor**  
 h. O espectáculo ilustrou a música moderna **no seu pior**

<sup>393</sup> Sobre superlativos em posição predicativa, cf. Matushansky (2006).



Estes superlativos deixaram de ser adjectivos, ao ponto de serem incapazes de entrar em construções comparativas (isto é, não é possível passar do superlativo para o comparativo), restrição típica do nome:

- (308) a. \* O João dá sempre **o seu melhor que** os outros  
 b. \* **O pior que** os outros dias está para vir

A sintaxe dos adjectivos nas línguas germânicas, em especial as características da sua flexão superlativa, fornece-nos outras provas de que os adjectivos são interpretados como nomes quando estão no grau superlativo. Como é sabido, naquelas línguas, o adjectivo predicativo não flexiona, ao contrário do adjectivo atributivo —cf. Kester (1996). Contudo, se o adjectivo for um superlativo, então flexiona obrigatoriamente —recebe traços morfológicos, além do morfema superlativo—, tanto em posição atributiva como predicativa. Por que razão o adjectivo predicativo flexiona se for um superlativo? Por que razão o superlativo flexiona exclusivamente em posição predicativa? Para responder a esta pergunta, vejamos os exemplos seguintes:<sup>394</sup>

- (309) a. Das ist die schönst\*(e) Frau (Alemão)  
 este é a linda-SUP-(AgrA) mulher  
 ‘esta é a mais linda mulher’
- b. Diese Frau ist die schönst\*(e)  
 esta mulher é linda-SUP-(AgrA)  
 ‘esta mulher é a mais linda’
- c. Diese Frau ist schön(\*e)  
 esta mulher é linda-(AgrA)  
 ‘esta mulher é linda’

---

<sup>394</sup> Cf. Corver & Matushansky (2006).

Como se nota em (309.b), o superlativo *schönste* deve ser flexionado com o morfema *[-e]* —além do morfema superlativo *[-st-]*— quando está inserido numa construção predicativa, ao contrário daquilo que acontece com o grau positivo na mesma construção —cf. (309.c). Ora, um superlativo numa construção predicativa como (309.b) corresponde basicamente a um DP, já que evidencia um Det explícito que flexiona de acordo com os traços morfológicos do ‘nome’ que se segue.<sup>395</sup> Se, em Alemão, um adjectivo não pode flexionar em posição predicativa, um nome pode. A razão pela qual o superlativo predicativo flexiona prende-se, pois, com o facto de ser interpretado como nome. O mesmo acontece com o Neerlandês, considerada contudo bastante pobre do ponto de vista flexional (cf. Kester 1996):

- (310) Deze stoel is de kleinste (Neerlandês)  
 esta cadeira é a pequena-SUP-AgrA  
 ‘esta cadeira é a mais pequena’

Outra prova da natureza nominal do adjectivo superlativo é dada pelo Inglês, língua em que a construção superlativa adjectival é uma das raras em que ocorre uma ‘*elipse do nome*’: *the best* ou *the most beautiful* podem ser interpretados como DPs, ao passo que *\*the good* ou *\*the beautiful* não podem. A diferença entre *\*the good* e *the best* relaciona-se com a sintaxe e a semântica do predicado adjectival: um adjectivo pode aceder ao estatuto de nome quando combinado com um Det, o que acontece (obrigatoriamente) no superlativo. Note-se também que existe uma alternativa à agramaticalidade de *\*the good*, que consiste em inserir a proforma *one*: *the good \*(one)*. Tudo indica que *one* é inserido para salvar a estrutura, podendo então o adjectivo manter o seu estatuto de modificador e *one* ocupar o núcleo nominal. A impossibilidade de inserir a proforma num superlativo — *the best \*(one)*— abona a favor da complementaridade desta construção.<sup>396</sup>

---

<sup>395</sup> Como veremos na quarta parte, este Det é na realidade um ‘*spell-out*’ do morfema adjectival DegA.

<sup>396</sup> Esta análise alimenta a ideia de uma visão dinâmica da estrutura de constituintes em que esta se readapta de forma a preencher lacunas e vazios eventuais. Veremos na quinta parte deste trabalho que esta adaptação está inscrita na natureza da estrutura de constituintes.

### 8.2.2. Antonímia, simetria e elipse nominal

Um problema crucial nesta análise relaciona-se com a semântica do DP elíptico. De facto, tanto o N como o Det concorrem para a interpretação composicional do DP, pelo que a eventual ausência, na estrutura, de um verdadeiro nome lexical aparenta pôr em causa a composicionalidade das expressões nominais. A resposta advém, pensamos, do tipo de adjectivo seleccionado. Basicamente, só um subconjunto de adjectivos —os adjectivos graduáveis antónimos— está em condições de fornecer informação semântica suficiente para manter a composicionalidade do DP elíptico.

Como explicar que alguns adjectivos não tenham acesso ao princípio de ‘*Emergência Categorial*’? Como explicar a dificuldade de processamento associada ao exemplo retomado em (311), em que *económico* não pode ser promovido a argumento de *compraste*?

(311) \*? Comprei o carro pequeno e tu compraste [**o carro económico**]

No nosso entender, as dificuldades apontadas têm uma explicação simples no âmbito da hipótese da ‘*Emergência*’. O exemplo (311) representa um caso de quebra de simetria ou de composicionalidade, que poderíamos explicar como resultando de uma estrutura não reanalisável por ‘*Emergência*’. A agramaticalidade desta construção é provocada pela ruptura lexical e semântica entre os adjectivos *pequeno* e *económico*, na medida em que, quando *Merge* alcança a posição Objecto da segunda frase coordenada, vai encontrar um adjectivo promovido a núcleo nominal cujos traços semânticos são incompatíveis com os do seu antecedente *pequeno* (este é adjectivo graduável, entrando numa relação lógica de antonímia com *grande*, que seria esperado, mas não com *económico*), tornando inoperante a recuperação do antecedente.<sup>397</sup> Na realidade, a dificuldade do exemplo (311) pode ser explicada com base na incompatibilidade semântica

---

<sup>397</sup> Cf. Martinho (1998).

e informacional entre o adjetivo promovido e o seu antecedente contextual, que impede que, no momento de *Merge*, o adjetivo possa recuperar junto desse antecedente a informação da posição nominal.

Como distinguir entre os adjetivos que não aceitam ser promovidos, como *económico*, e os que aceitam, como *pequeno*? Segundo Sleeman, a característica comum aos adjetivos como *pequeno* é que referem propriedades discretas ou discriminativas relevantes a nível cognitivo ou pragmático. Estes adjetivos são ordenados segundo um critério epistemológico: a propriedade que denotam corresponde a conceitos ou propriedades características do nosso conhecimento do mundo. Para as línguas naturais, as propriedades mais relevantes em termos culturais e cognitivos incluem conceitos como a cor, o tamanho, a idade, a distância, o valor, a forma, etc.

Mais precisamente, esses adjetivos denotam propriedades cuja extensão está ordenada numa escala de intensidade, e são por isso graduáveis e antónimos: *grande/pequeno, caro/barato, velho/novo, alto/baixo, etc.* —cf. capítulo 2, p.54. Os adjetivos atributivos que aceitam a ‘*elipse do nome*’ devem expressar estas noções cognitivas relevantes, conseguindo mapear e nomear determinados subconjuntos com base num processo de definição escalar.<sup>398</sup> Por exemplo, o conjunto genérico de *livros*, no qual estão incluídas todas as entidades que correspondem à intensão de *livro*, pode ser dividido em conjuntos ordenados de *livros interessantes e aborrecidos, caros e baratos, etc.*<sup>399</sup> A antonímia pode ser absoluta ou relativa, em função da relação estabelecida entre os

---

<sup>398</sup> Martinho (1998a) chama-lhes “adjectivos discretos”. Autores como Kennedy (1997) sugerem a expressão “adjectivos escalares” (*‘scalar adjectives’*). Neste trabalho, os predicados adjectivais analisados são genericamente chamados “adjectivos graduáveis”.

<sup>399</sup> Não será de estranhar que qualquer forma de acréscimo a esta propriedade discriminativa seja uma maneira de reforçar a identidade do antecedente elidido: isso explica que formas gramaticalmente singularizadas, como o superlativo, sejam particularmente eficazes nessa tarefa, mesmo num contexto extremamente empobrecido:

(i) és o maior!

(ii) quem paga é o mais novo!

Contudo, tendo em conta o princípio de ‘*Emergência*’, estes casos pressupõem que um adjetivo promovido a nome conserva o seu grau superlativo. Se *o mais novo* é uma construção nominal, então haverá que justificar o facto de incluir uma informação de grau, o que entra em contradição com a semântica do nome. Voltaremos a esta questão na quarta parte.

conjuntos denotados. Segundo Lopes (1971), há “boas razões para definir *antónimo* como sendo o nome (ou frase nominal) que designa um conjunto não apenas disjunto, mas também complementar de outro conjunto referido.” A antonímia é “relativa a um dado conjunto básico, e supõe uma bipartição, ou seja, a divisão desse conjunto básico em dois conjuntos não-vazios disjuntos complementares.”<sup>400</sup> Também é possível haver conjuntos disjuntos não complementares, como os que distinguem *forte/fraco*, *velho/novo*, mas em todo o caso, os adjectivos compatíveis com a ‘*elipse do nome*’ devem implicar “que seja possível praticar uma *partição* em dado conjunto-base, isto é, dividi-lo em conjuntos disjuntos não-vazios e tais que qualquer elemento pertença sempre a um desses subconjuntos.”<sup>401</sup>

Na ontologia desenvolvida por Kennedy (1997), a antonímia é uma propriedade básica dos adjectivos que denotam propriedades graduáveis:<sup>402</sup>

(312) Antonymous adjectives provide complementary perspectives on how an object is characterized with respect to the same gradable property, e. g. a dimension of *height* for the adjectives *tall* and *short*. [antonymous adjectives] introduce inverse ordering along *the same dimension*.

Será pois essa dimensão que permite aos adjectivos antónimos fornecer uma medição complementar sobre a mesma propriedade adjectival. Nessa hipótese, a inserção de uma das medições (por exemplo, *velho*) subentende —e logo autoriza a ausência de— uma medição complementar (*novo*), sendo a dimensão (a “idade”) o elo comum que permite recuperar a identidade do antecedente.

Contudo, não só os adjectivos graduáveis antónimos como também adjectivos não escalares como *vegetal* ou *magnífico*, podem ser considerados como podendo ser alvo de ‘*emergência categorial*’. Tendo em conta que se trata em grande parte de adjectivos

---

<sup>400</sup> Lopes (1971:65). Assim, explica o autor, “*valente* só pode ser antónimo de *cobarde* em relação a um conjunto-base de pessoas.”

<sup>401</sup> Lopes, *Ibid.*

<sup>402</sup> Kennedy (1997:20).

relacionais, que não manifestam a catalogação lexical anteriormente referida e não definem nenhum tipo de conjunto específico em termos de escala de propriedade, de que forma podemos justificar a sua capacidade em serem promovidos a nomes? Tal sucede desde que a estrutura do enunciado seja ela própria suficientemente discriminativa. A estrutura sintáctica da frase em que a elipse do nome está inserida obedece de facto a algumas características formais, como a coordenação frásica. No mecanismo da ‘*elipse*’, consideramos que, mesmo não denotando uma propriedade cuja extensão esteja ordenada numa escala de intensidade, um adjectivo pode ser promovido a N desde que o DP em que está inserido implique alguma forma de coordenação. A possibilidade de haver ‘*elipse*’ depende, nesse caso, de uma coordenação de constituintes, que parece ser condição de recuperação da informação contextual:

- (313) a. As eleições legislativas e as [eleições] autárquicas este ano coincidem  
b Os veículos eléctricos e os [veículos] solares anunciam os carros de amanhã

Este efeito pode ser evidenciado também com os adjectivos ‘*não escalares*’ que pertencem ao vocabulário técnico ou científico, geralmente relacionais temáticos ou classificadores. Nos seguintes contextos, verifica-se que a promoção adjectival é sistemática com qualquer dos tipos de adjectivos referidos, inclusive com os adjectivos derivados de nomes próprios:

- (314) a. As teses em conflito no sistema educativo norte-americano são a [tese] criacionista e a [tese] evolucionista  
b. A história da filosofia mostra que as ideias platónicas estão em contradição com as [ideias] aristotélicas

Num contexto menos favorável, sem coordenação ou simetria pronunciada, ou em circunstâncias que não permitam o efeito de catalogação referido, a capacidade referencial do adjectivo poderá ficar comprometida. Isso acontece, por exemplo, em situações de relação anafórica em que um nome foi deslocado para o início da frase: como se vê a seguir, o adjectivo não pode ser promovido quando não é ligado a um contexto suficientemente simétrico (315.a.b), mas é gramatical quando o contexto é enriquecido por meio de frases coordenadas (315.c):

- (315) a. \* Destes carros, vou comprar o [eæræ] eléctrico  
 b. \* Dos livros escritos pelo Saramago, só gosto dos [livres] interessantes  
 c. Os livros aborrecidos, nunca os lemos na íntegra, mas os [livres] interessantes, chegamos ao fim sem dar por isso.

Enunciados do tipo (315.b) podem ser considerados razoavelmente marginais pelo facto de não apresentarem, em si mesmo, um contexto simétrico. Estas frases são de facto marcadamente assimétricas. Contudo, se o adjectivo *interessante* for associado a um antónimo, simetricamente significativo, como *aborrecido*, então a elipse do nome é perfeitamente concebível (315.c).

Os exemplos (315.a.b) melhoram com adjectivos que estabelecem relações antónimas do tipo referido anteriormente:

- (316) a. Destes carros, vou comprar o [eæræ] {amarelo / pequeno / novo}  
 b. Dos livros escritos pelo Saramago, só gosto do [livre] {último / primeiro}

As qualidades contrastivas destes adjectivos são determinantes para o efeito de simetria detectado, e equivalem a um princípio de ordenação ou de hierarquia que compensa a assimetria das frases.

A ‘*elipse*’ é, de modo geral, um mecanismo que mantém com o contexto uma relação estreita: genericamente, só é possível quando a informação é coerentemente estruturada, isto é, simétrica. A identificação da ‘*elipse*’ equivale a delimitar um contexto no qual as informações contextuais são suficientes para poderem ser reconstruídas. Essa verificação é possível se existir coordenação, neste caso, entre a estrutura que contém o adjectivo promovido e a que contém o antecedente que o identifica, ou se o adjectivo denota ele próprio alguma forma de simetria informacional a nível da propriedade atribuída. A identificação da ‘*elipse*’ por um antecedente específico implica por isso preferencialmente simetria estrutural ou semântica.

Outra característica da sequência {Det+A} é que autoriza, em determinada configuração, a ‘*elipse do nome*’ e de alguns dos seus modificadores:

- (317) a. As [estrelas azuis] próximas e as [estrelas-azuis] longínquas  
 b. A [floresta equatorial] nigeriana e a [floresta-equatorial] liberiana

c. \*As estrelas azuis próximas e as [estrelas-azuis] vermelhas

Nestas construções, podemos considerar que houve promoção do A num contexto em que o elemento *elipsado* é um NP. O mesmo acontece em (318):

- (318) a. A floresta equatorial explorada e a [floresta-equatorial] inexplorada  
 b. \* A floresta equatorial explorada e a [floresta-equatorial] tropical

Os exemplos anteriores indicam que o constituinte promovido a núcleo do DP elíptico deve ser sintacticamente equivalente a um constituinte projectado no DP antecedente. Este requisito é um princípio determinante na identificação da construção: haverá ‘*elipse do nome*’ se, ao adjectivo promovido corresponder outro predicado adjectival, situado no DP antecedente, portador dos mesmos traços específicos, das mesmas propriedades discriminativas a nível cognitivo. Os dois adjectivos em questão —o do DP elíptico e o do DP antecedente— devem pois evidenciar uma relação exclusiva e complementar, o que implica também que devem pertencer à mesma classe sintáctica e semântica. Podemos ver que os exemplos dados anteriormente obedecem todos a estes imperativos. Vejamos ainda o contexto seguinte:<sup>403</sup>

- (319) a. \* A actividade profissional da mulher é muitas vezes incompatível com a [e] estimulante  
 b. A actividade profissional da mulher é muitas vezes incompatível com a [e] materna

Estes exemplos ilustram o facto de adjectivos de classes distintas —*profissional* é um relacional, *estimulante* é um adjectivo de qualidade— não formarem um complexo sintáctico-semântico identificável, o que os proíbe de suprir a segunda ocorrência de *actividade*. Em contrapartida, o par de relacionais *profissional* / *materna* não encontra dificuldades em identificar o antecedente do nome ‘*elipsado*’.

Em resumo, as observações anteriores podem ser captadas em dois pontos: (i) o modelo de *emergência categorial* permite descrever as propriedades dos casos de ausência

---

<sup>403</sup> Estas frases servem frequentemente de testes para decidir se os adjectivos presentes pertencem à mesma classe. (Cf. Sleeman 1996, Kester 1996, Martinho 1998).



de constituinte tipicamente referidos como ‘*elipse do nome*’.<sup>404</sup> Esses casos correspondem na verdade a uma operação de reanálise, em que um constituinte adjectival é promovido a categoria nominal ao *compor* com Det, de forma a poder conservar o conteúdo informacional inerente à posição ‘*elipsada*’; (ii) esta operação é a prova directa de que as categorias A e N partilham várias propriedades ‘*emergentes*’, que as tornam virtualmente equivalentes a nível interpretativo.

Podemos, em síntese, formular um modelo para as construções ‘*elípticas*’ tal como acabámos de as descrever, dividido em duas componentes complementares semântica e sintáctica:

(320) ‘*Elipse do nome*’ por emergência categorial

Num DP ‘*elíptico*’, A *emerge* como N desde que:

- (i) Det<sup>o</sup> seja lexicalmente preenchido por um Det tendencialmente definido;
- (ii) o conteúdo semântico de A corresponda ao de um antecedente contextual ou sintáctico.
- (iii) a composicionalidade semântica do DP elíptico seja preservada

### 8.3. Uma categoria nominal [+N]

Merece algum esclarecimento o conceito de reanálise. Propomos que se trata da manifestação local de uma propriedade central da linguagem, a propriedade de Emergência —cf. p.447—, o que explica a configuração típica assumida anteriormente perante os casos

---

<sup>404</sup> O nosso modelo baseia-se na presunção de que A e N são categorias ligadas por princípios de emergência e nada diz, pois, sobre outros tipos de elipses do nome, nomeadamente os casos em que a mesma está associada a um quantificador, um demonstrativo ou um possessivo (cf. Martinho 1998, e bibliografia aí citada):

- (i) O Pedro bebeu dois copos e o Paulo bebeu três [~~copos~~]
- (ii) Tu gostas daquele quadro, mas eu prefiro este [~~quadro~~]
- (iii) Vamos para a tua casa ou vamos para a minha [~~casa~~]?

Estes tipos de elipses nominais serão analisados no capítulo 10 (cf. p.308).

Sendo exclusiva do domínio nominal, esta nossa proposta também não se aplica a casos como a elipse do predicado, do tipo “O João saiu, mas a Maria não.” (Cf. Matos 1992).

de ‘*emergência*’, em que um objecto sintáctico *compõe* com outro, emergindo dessa operação com novas propriedades. O que (lhe) acontece nessa operação, que passaremos a designar *Emergir*? Basicamente, aquilo que é afectado são os seus traços categoriais. Assim, no capítulo 7, mostrámos que em casos como *empresa fantasma*, a categoria nominal *fantasma* —marcada no léxico com os traços [+N,-V]— é processada como categoria adjectival, já que *emerge* com os traços [+N,+V], *compondo*, assim, com uma categoria [+N,-V], como *empresa*. No capítulo 8, analisámos a promoção da categoria adjectival a categoria nominal, também por meio de manipulação dos traços categoriais, como é o caso na ‘*elipse do nome*’. No caso de [*o carro branco*], por exemplo, o item *branco* emerge devidamente configurado, depois de *compor* com um Det. Dir-se-á que o facto de um adjectivo *compor* com um Det provem directamente da etapa crucial que passa pela redefinição dos seus traços categoriais e a sua emergência consequente como núcleo nominal.<sup>405</sup>

Os dados que examinámos permitem concluir que N e A são categorias lexicais notavelmente próximas —ao ponto de poderem ser contextualmente substituíveis uma pela outra: (i) têm uma distribuição equivalente, o que significa que podem ser ambas seleccionadas como argumento por um predicado; (ii) têm os mesmos traços morfo-sintácticos (caso, género, número) na maioria das línguas; (iii) ambas integram o domínio funcional seleccionado pelo Det, com o qual podem edificar estrutura. As categorias A e N são pois relacionadas em diversos aspectos, o que poderia levar a considerá-las como casos particulares de uma categoria mais geral que, na falta de termo apropriado, poderíamos identificar pelo traço categorial [+N]. Do ponto de vista do modelo aqui adoptado, consideramos que, quando presente, N representa o núcleo da categoria genérica [+N], pelo que um sintagma nominal cujo núcleo é um N será sempre interpretado como uma expressão nominal, mesmo na ausência de Det —caso dos *meros nomes* e *meros plurais*. O

---

<sup>405</sup> Do notar que, para Lopes (1971), o elemento que antecede o adjectivo nestas construções elípticas não é descrito como um artigo definido, mas como um pronome. O autor assemelha-o primeiro a “um pronome demonstrativo” (p.124), e depois a “operadores de quantificação com elipse de sintagmas nominais” (p.129). Esta última definição permite ao autor justificar a elipse do nome com base no cálculo conjuntista, sendo que o “pronome” *o* determina parte do conjunto base. Consideramos que esta explicação é adequada às construções analisadas (“Prefiro *os* de sabor adocicado”), mas não a construções envolvendo adjacência Det/A.

traço categorial de Det não determina, nesse caso, nenhuma operação gramatical para além da verificação do traço nominal de N, como previsto pelo programa Minimalista. No caso dos ‘*binominais modificados*’, contudo, N<sub>2</sub> é interpretado como modificador, na medida em que as posições Det e N estão já definidas.

Por outro lado, quando N está ausente, duas variantes da categoria genérica [+N] podem manifestar-se. Em primeiro lugar, N pode ser substituído por um item lexical A não-especificado cujo traço [+N] será determinado, a nível estrutural, pela posição Det e, a nível semântico, por traços como [+humano]. Essa solução aplica-se aos casos de reanálise categorial ilustrados pelos A<sub>n</sub>, que, como vimos, devem ser considerados verdadeiros nomes depois de inseridos em sintaxe. Em segundo lugar, N pode ser substituído por um item lexical A não-especificado cujo traço [+N] será determinado a nível estrutural pelo Det e cuja interpretação semântica é associado a um ambiente de coordenação ou simetria informacional. Nestes casos de ‘*elipse nominal*’, a identidade sintagmática da categoria projectada é determinada pelo Det, cujos traços categoriais são presumivelmente partilhados ou verificados pelo A.

Circunscrita a uma manipulação dos traços categoriais, a operação *Emergir* tem o mérito de prescindir de alguns pressupostos teóricos sobre a estrutura de constituintes. A modificação dos traços categoriais será uma solução alternativa para formatar categorias, controlada pela necessidade da estrutura de constituintes em conservar a sua coerência, de modo a alimentar de forma estruturada as instruções enviadas para SEM e PHON.

O quadro seguinte resume o conjunto de observações feitas nos capítulos 6, 7 e 8, indicando como, a partir das duas categorias universais inicialmente postuladas, é possível descrever e justificar, por meio da operação *Emergir*, a existência de um conjunto de categorias cujo ponto comum é obrigatoriamente o traço [+N]. As flechas ilustram as situações de ‘*Emergência Categorial*’, por *Merge* com uma categoria lexical ou funcional:

(321) Categorias emergentes em Português

GU	Léxico	Sintaxe			Objectos emergentes	Exemplos de objectos sintácticos
		<i>Compor</i>		<i>Emergir</i>		
		Lexical	Funcional			
[ <sub>0</sub> V, <sub>0</sub> N]	[+V,+N] (A)		(Deg)		ADJECTIVO	(muito) antigo
		→	Det	[-V,+N]	adjectivo nome	os ricos, os grandes
		→ V	*I	[+V,+N]	adjectivo adverbial	(trabalhar) duro
			Det		NOME	a casa
[ <sub>1</sub> V, <sub>1</sub> N]	[-V,+N] (N)	→	(Deg)	[+V,+N]	nome adjectivo	(muito) amigo
		→ N	*I	[+V,+N]	nome atributivo	(projecto) piloto
	[+V,-N] (V)		I		VERBO	andar





## **QUARTA PARTE**

### **A sintaxe do adjectivo graduável**





Nesta quarta parte, procuramos descrever a categoria adjectival do ponto de vista estrutural e sintáctico, analisando em pormenor as construções envolvendo adjectivos graduáveis —cujo tipo semântico é presumivelmente aquele que melhor ilustra a estrutura interna da categoria adjectival alargada. Depois de mostrar, no capítulo 9, com base em Abney (1987) e Corver (1997), que o AP cujo núcleo é um predicado graduável projecta um sistema funcional, e depois de analisar a sua semântica com base em Kennedy (1997) e Marques (2003), optamos, nos capítulos 10 e 11, por descrever a estrutura interna das construções adjectivais baseando a nossa descrição em três categorias funcionais adjectivais distintas: QA, DegA e AgrA. A primeira relaciona-se com a construção comparativa, a segunda com os modificadores não comparativos do adjectivo e a terceira com a sua morfologia flexional. Essa proposta permite descrever de modo abrangente, no capítulo 12, as construções adjectivais graduáveis e justificar as restrições semânticas e sintácticas que condicionam a combinação de adjectivos graduáveis com as expressões de medição de tipo MP. Uma proposta de descrição da estrutura interna do AP é finalmente adiantada, de modo a incluir as variações paramétricas detectadas. A proposta inicial de que as estruturas internas do AP e do DP são globalmente análogas sai reforçada desta análise.



## Capítulo 9

### A estrutura funcional do AP

#### 9.1. O sistema funcional do adjetivo em Português

Esta parte do trabalho aborda a questão da projecção em sintaxe das categorias funcionais do sistema adjectival. Se adoptamos a assunção legítima de que expressões de grau como *muito* correspondem a categorias sintácticas no sistema adjectival, podemos formular algumas respostas a esta questão.

Uma primeira solução encontrada na literatura é que as expressões de grau projectam um ‘*sintagma grau*’ (ou ‘*Degree Phrase*’, DegP) localizado em posição [Spec,AP] (Jackendoff, 1977; Heim 2000; Bhatt & Pancheva 2004). Esta é uma solução fiel ao modelo lexical da estrutura de constituintes —anterior às propostas de Abney (1987)—, copiada da estrutura postulada inicialmente para o NP: o núcleo lexical A° é o núcleo do sintagma adjectival, e o argumento ‘*grau*’ domina A° numa posição [Spec,AP].

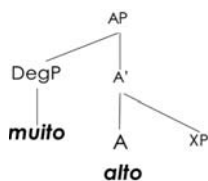
Segundo uma proposta alternativa, fiel ao modelo híbrido lexical-funcional implementado com base em Abney (1987), a projecção adjectival coincide com a categoria máxima DegP, sendo o AP complemento da expressão de grau (cf. Abney, 1987; Bowers, 1987; Corver, 1990, 1991, 1997).

Ambas as soluções são representadas em (322):<sup>406</sup>

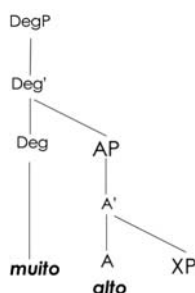
---

<sup>406</sup> A notação X-barra é usada no texto de acordo com os autores apresentados. A notação ‘*bare phrase*’ será adoptada para as nossas propostas.

- (322) a. [<sub>AP</sub> [<sub>DegP</sub> Spec [<sub>Deg'</sub> Deg]] [<sub>A'</sub> A XP]] *(hipótese lexical)*  
 a'



- b. [<sub>DegP</sub> Spec [<sub>Deg'</sub> Deg [<sub>AP</sub> A XP]]] *(hipótese funcional)*  
 b'



Em ambas os casos, é assumido que a posição de especificador de DegP pode ser ocupada por vários elementos modificando a expressão de grau (Jackendoff, 1977; Abney, 1987). Alguns exemplos são dados em (323) para o Português:

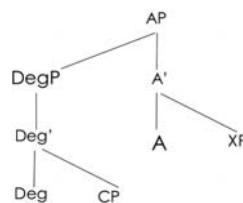
- (323) a. [dois centímetros [mais [alto]]]  
 b. [muito [menos [alto] que o João]]

De um ponto de vista conceptual, a ‘hipótese funcional’ em (322.b) é a mais parcimoniosa: se o domínio lexical, no caso dos sistemas nominal e verbal, é dominado por projecções funcionais —NumP, AgrP, etc., cf. capítulo 2—, esperar-se-ia, por razões de correspondência e coerência entre categorias, que o mesmo ocorresse com o sistema adjectival (Abney, 1987; Grimshaw, 1991).

A escolha entre (322.a) e (322.b) tem, contudo, de ser fundamentada empiricamente em Português. Um dos fenómenos fundamentais a descrever é o grau dos adjectivos. Em Português, os morfemas comparativos de superioridade *mais* e de inferioridade *menos* seleccionam o complementador *que*, ao passo que o comparativo de igualdade *tão* selecciona *como* ou *quanto*. Em Inglês, *more* e *less* seleccionam *than* e *as*

selecciona *as*. Nas línguas românicas, o mecanismo de selecção é o mesmo que em Português, com a excepção notável do Francês, em que o único complementador disponível é *que* (*plus... que, moins... que, aussi... que*). Tendo em conta que a selecção lexical de um complemento por um núcleo exige uma configuração específica, que a hipótese do núcleo funcional em (322.b) não aparenta preencher, a configuração clássica em (322.a) mantém uma certa pertinência em termos de descrição semântica do adjetivo no comparativo.<sup>407</sup> Um traço quase universal da oração comparativa é a sua posição à direita do predicado adjectival, pelo que, na hipótese (322.b), teríamos que considerar a possibilidade de uma configuração em que a oração comparativa estivesse numa posição à direita ([Spec,DegP]) ou em adjunção. A hipótese funcional levanta algumas dificuldades relativamente à semântica —a grelha argumental— dos adjectivos graduáveis, que a hipótese lexical aparenta resolver. Assim, relativamente ao estatuto da oração comparativa (habitualmente descrita como um CP introduzido por um complementador como *que*), levanta-se a questão da selecção semântica e lexical da mesma. Do ponto de vista semântico, o CP comparativo pode ser analisado como um argumento do morfema comparativo, pelo que deveria formar como este um constituinte (cf. a Condição de irmandade em relações núcleo-complemento (Chomsky 1986)). Ora a configuração (322.a), ao contrário de (322.b), permite ao morfema comparativo, situado por hipótese em [Spec,AP], controlar a selecção lexical do seu complementador (cf. (324)). Assim, a escolha do morfema de grau determinaria directamente a do complementador.

(324)



<sup>407</sup> Para uma análise pormenorizada da semântica das construções comparativas, cf. Marques (2003).

A sintaxe das orações comparativas pareceria, pois, apontar para a escolha da estrutura em (322.a). Mas, como iremos defender a seguir, as vantagens descritivas da hipótese funcional são bastante superiores. De um ponto de vista empírico, foi notado por Abney (1987) e Bowers (1987) que, por meio de um núcleo Deg funcional, é possível conciliar a vasta diversidade dos modificadores adjetivais. Como ilustrado a seguir para as línguas Germânicas, expressões de grau como *how* e *so* em Inglês podem co-ocorrer com outros elementos como *very* e *utterly* (cf. (325)). Esta co-ocorrência aparece ainda em (326) para o Neerlandês, onde a expressão de grau *zo* (“*assim*”) e o sintagma modificador *heel erg* (“*tão muito*”) aparecem simultaneamente à esquerda do adjetivo *slim* (“*esperto*”):

- (325) a. Fred was [**so utterly** confused that he fell off the podium]  
 b. [**How very** long] he can stay under water!

- (326) [**Zo heel erg** slim] is deze jongen anders niet!<sup>408</sup> (Neerlandês)  
 Assim tão muito esperto é este rapaz contudo não  
 ‘Este rapaz não é assim tão esperto afinal’

Em Português, a mesma análise pode ser invocada para justificar a acumulação de expressões modificadoras à esquerda do adjetivo:

- (327). a. O João é {muito mais / bastante menos / um pouco menos} **inteligente** que a Maria  
 b. A Maria ficará [muito provavelmente cada vez mais] **ciumenta**

A co-ocorrência desses vários itens não é esperada, visto que expressões de grau funcionais (*so*, *zo*, *menos*) e modificadores adverbiais (*utterly*, *heel erg*, *bastante*) estariam ambos localizados numa única posição, isto é [Spec,AP]. Abney nota que, optando pela hipótese (322.b), por outro lado, *so* e *utterly* podem em Inglês ser combinados, ocorrendo um deles (*so/how*) como núcleo do DegP, e o outro (*utterly/very*) na posição [Spec,AP]. Existe pois uma base empírica ampla para transferir a hipótese funcional para o sistema

---

<sup>408</sup> Exemplo de Corver (1997).

adjectival. Propostas ulteriores, como Corver (1997), tentam, apoiando-se na hipótese funcional, constituir um modelo para a estrutura interna da ‘*projecção adjectival alargada*’. Baseando-se nas línguas germânicas, que manifestam nesse domínio uma real riqueza flexional e hierárquica, é possível inferir a existência, no domínio interno do adjectivo, de uma série de categorias funcionais (como ‘*Deg*’), que são susceptíveis de esclarecer a complexidade das frases adjectivais manifestadas por essas línguas.<sup>409</sup>

A hipótese de um sistema funcional interno ao domínio adjectival —como a categoria DegP— baseia-se, pois, em argumentos ligados à sintaxe do adjectivo —sendo DegP naturalmente associado ao facto de os adjectivos manifestarem habitualmente um ‘*grau*’, e ao pressuposto de que são projectados em sintaxe traços morfo-semânticos associados a categorias lexicais. Nas secções seguintes, daremos crédito à hipótese do núcleo funcional aplicada ao sistema adjectival alargado —que passaremos a designar por **xAP**<sup>410</sup>, de forma a distingui-lo da categoria lexical AP— e rejeitaremos o modelo lexical clássico exposto em (322.a). Levanta-se obviamente a questão de saber se esta proposta pode ser alargada ao sistema adjectival românico, nomeadamente ao Português. Se a existência de núcleos funcionais como ‘*Deg*’ não levanta *a priori* problemas conceptuais, a ordem de palavras manifestada nas estruturas adjectivais do Português impõe, no entanto, sérias reservas sobre as generalizações apresentadas para o Holandês, Alemão, Inglês e outras línguas do domínio germânico.

Existem, pois, razões de ordem estrutural para sustentar a hipótese funcional. Desenvolveremos nos parágrafos seguintes algumas considerações específicas acerca das vantagens da hipótese funcional sobre a hipótese lexical, tal como anteriormente apresentadas, no âmbito da sintaxe do xAP.

---

<sup>409</sup> Esta generalização é obviamente dificultada pelo facto de existirem adjectivos “não graduáveis”, como *redondo* ou *grávida*. cf. capítulo 2, p.57.

<sup>410</sup> Seguimos a notação proposta inicialmente por Matushansky (2002) para referir a projecção alargada das categorias lexicais. Essa proposta pode ser resumida da seguinte forma: “The notations *xVP*, *xAP* and *xNP* (extended projections of VP, AP and NP, respectively) are used to express our agnosticism as to the exact label of the node under consideration.” Cf. Corver & Matushansky (2006).

## 9.2. Construções comparativas sintéticas e analíticas

Um argumento importante associado à hipótese do domínio funcional de A provém da formação de sintagmas adjectivais comparativos sintéticos como em (328), em que se destaca em Português o morfema [*-or*]. Este morfema ligado, de uso limitado na nossa língua a uns poucos casos<sup>411</sup>, alterna com um morfema livre *mais* (ou as outras declinações comparativas *menos* e *tão*), que ocorre em sintagmas adjectivais comparativos perifrásticos como em (329):

- (328) a. O João é **maior** que o Paulo  
 b. O doente está **pior** que ontem
- (329) a. O João parece **mais alto** que o Paulo  
 b. O doente está **menos contente** que ontem

Embora os adjectivos optem na sua imensa maioria<sup>412</sup> pela via perifrástica para a formação do comparativo, note-se que as formas em (411) permitem em determinados casos, como *pequeno*, ambas as soluções:<sup>413</sup>

---

<sup>411</sup> As gramáticas normativas indicam habitualmente quatro formas: *bom/melhor*, *mau/pior*, *pequeno/menor*, *grande/maior*. Cf. Cintra&Cunha (1984). Figueiredo & Ferreira (1987) acrescentam as formas *alto/superior* e *baixo/inferior*. Na mesma ordem de ideias, note-se que as formas latinizantes *anterior*, *posterior*, *júnior*, *sénior*, *interior*, *exterior* podem ser consideradas comparativos, embora, nestes casos, o morfema [*-or*] não esteja ligado sempre a adjectivos mas também a advérbios (*antes/anterior*). Em qualquer caso, devemos concluir que a frequência de [*-or*] é limitadíssima, e as formas anteriores parcialmente lexicalizadas.

<sup>412</sup> Cf. Matos (2003:733). Esta distribuição complementar entre morfema livre e morfema ligado é sobretudo visível nas línguas germânicas (Inglês: “**cleverer than John**”, “**more expensive than this**”; Holandês: “**Sterker dan Jan**” (*mais forte que o Jan*), “**meer benieuwd dan Jan**” (*mais curioso que o Jan*). Nas línguas românicas, o morfema ligado limita-se, como se disse na nota anterior, a umas poucas formas sintéticas latinizantes (Francês: “**plus fort que toi**”, “**meilleur que lui**”).

<sup>413</sup> A base CETEM fornece somente 65 ocorrências da sequência “mais pequeno que”. Eis alguns exemplos:

- (i) o BES é muito **mais pequeno que** o BCP
- (ii) Vai ter um planetário, mas **mais pequeno que** o da Gulbenkian
- (iii) Somos um país pequeno, **mais pequeno que** algumas Regiões de países da Europa



- (330) a. Ele comprou um carro **menor** do que precisava  
 b. Ele comprou um carro **mais pequeno** do que precisava

Podemos considerar o caso anterior como a ilustração excepcional daquilo que constitui a regra nas línguas germânicas: a existência de duas formas comparativas concorrentes, uma associada a um morfema ligado (*[-er]* em Inglês), e outra a um morfema livre (Seuren, 1984). Exemplifiquemos o comparativo em Inglês:

- (331) a. Mary is **cleverer** than John  
 Mary é inteligente-COMP-SUP que John  
 ‘A Maria é mais inteligente que o João’  
 b. Boats are **more expensive** than cars  
 Barcos são mais caros que carros  
 ‘Os barcos são mais caros que os carros’

Na análise tradicional desenvolvida desde Bowers (1975), Edmonds (1976) e Jackendoff (1977), é assumido que o morfema comparativo ligado é basicamente engendrado na posição especificador de AP, que é também a posição ocupada por *more*. A distribuição complementar de *[-er]* e *more*, exemplificada em (332), está na lógica dessa assunção:

- (332) a. \* John is **more cleverer** than Mary

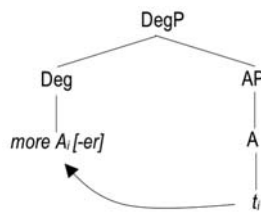
Esta análise levanta todavia dúvidas óbvias: se o morfema ligado ocupa [Spec,AP], isso implica que, para derivar uma forma comparativa analítica *cleverer*, o núcleo adjectival sobe para a posição de especificador à sua esquerda, incorporando-se a *[-er]* (*clever-er*). Ora este movimento de núcleo para especificador viola princípios básicos da gramática, como a proibição de movimento para uma posição de não c-comando.<sup>414</sup>

---

<sup>414</sup> Cf. o “Head Movement Constraint” de Travis (1984): “a head (X<sup>0</sup>) can move only to the position of the head (Y<sup>0</sup>) that properly head governs it”.

Pelo contrário, as formas comparativas sintéticas, assim como as analíticas, podem ser facilmente derivadas por movimento de núcleo para núcleo, uma operação permitida pela GU (Travis 1984, Chomsky 1986b, Rizzi 1990), aplicável em vários domínios sintagmáticos, incluindo a sintaxe do DP (Ritter, 1988, 1991, Cinque, 1990, 1993, Bernstein, 1991). Como ilustrado em (333), o núcleo adjectival junta-se, nesse caso, em sintaxe presumivelmente ao núcleo funcional Deg<sup>o</sup>, que contém o morfema *[-er]* ou o elemento *more* ou *less*:<sup>415</sup>

- (333) a. [<sub>DegP</sub> [<sub>Deg</sub> A<sub>i</sub><sup>o</sup> [<sub>Deg</sub> -er]] [<sub>AP</sub> t<sub>i</sub>]]  
 b.

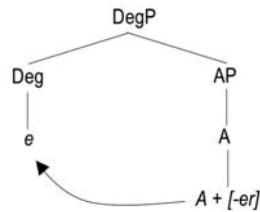


Esta hipótese pode manter-se numa análise em que o adjectivo comparativo seria um item lexical inserido em sintaxe requerendo legitimação/verificação do traço comparativo pelo núcleo funcional Deg<sup>o</sup>. Se a verificação em causa implica movimento do adjectivo para Deg<sup>o</sup>, a configuração estrutural apropriada é aquela em (322.b) e (333.b), visto que envolve movimento de núcleo para uma posição de c-comando. De acordo com o modelo representado em (334), o morfema ligado comparativo incorpora a forma adjectival no léxico e o adjectivo deve subir para o núcleo funcional Deg<sup>o</sup>, de forma a satisfazer requisitos de legitimação do traço de grau comparativo:

- (334) a. [<sub>DegP</sub> [<sub>Deg</sub> e] [<sub>AP</sub> A + er ]]

<sup>415</sup> Sobre a ideia de que o grau adjectival equivale a um quantificador que motiva movimento, cf. Sag (1976), Kennedy & Merchant (2000), Bhatt & Pancheva (2004).

b.



No seguimento do texto, vamos expor alguns argumentos complementares a favor da existência de um núcleo funcional Deg, e, em consequência, confirmar o estatuto de xAP para o sintagma adjectival.

### 9.3. Extracção do grau em exclamativas parciais adjectivais

Outro argumento forte a favor do núcleo funcional DegP baseia-se em efeitos de extracção do grau envolvendo *movimento-Q*, como acontece nas *exclamativas-Q*. Assume-se geralmente (Duarte, 2003:486) que estas frases envolvem a deslocação de um *sintagma-Q* para [Núcleo,CP] ou [Spec,CP]. Esse movimento justifica-se por razões de verificação de um traço [+Q] em C°. Começemos por notar que os exemplos em (335), relativos a exclamativas parciais não elípticas, sublinham a infelicidade dessa extracção:

- (335) a. \*Tão<sub>i</sub> a minha pele está [t<sub>i</sub> **sensível**]!  
 b. \*Que<sub>i</sub> este homem é [t<sub>i</sub> **cabeludo**]!

Estas frases mal-formadas mostram que a extracção da expressão de grau para fora de um Sintagma Adjectival é vedada. Como se vê em (336), o ‘*arrastamento*’<sup>416</sup> de todo o AP é exigido nestas construções:

- (336) a. [Tão **sensível**]<sub>i</sub> que a minha pele está t<sub>i</sub>!  
 b. [Que **cabeludo**]<sub>i</sub> que este homem é t<sub>i</sub>!

<sup>416</sup> Do Inglês “pied-piping”.

Nestes casos, além da realização lexical do complementador *que*, observa-se que toda a *expressão-Q* deve ser movida para a posição inicial da frase.<sup>417</sup> Além de *que*, o Português dispõe também de um morfema comparativo *quão*, apto a arrastar a expressão adjectival para [Spec,CP], envolvendo, neste caso, algumas construções enfáticas:<sup>418</sup>

- (337) a. Também se verá **quão podres** são as supostas democracias ocidentais  
 b. A reportagem mostrou **quão maus** eles eram  
 c. Avisara os jogadores de **quão importante** seria manter a posse de bola  
 d. Sabemos **quão inconvenientes** foram os métodos por ele utilizados  
 e. Nem quero tentar imaginar **quão ridículas** devem ter sido as somas das indemnizações

De novo, a extracção do grau *quão* fica subordinada ao *arrastamento* de todo o sintagma adjectival:

- (338) a. \* A reportagem mostrou **quão** eles eram **maus**  
 b. \* Sabemos **quão** foram **inconvenientes** os métodos por ele utilizados

A dependência da expressão de grau em relação ao AP manifesta-se pois pela impossibilidade de a extrair. Como se mostra em (339), essa restrição, ilustrada pela agramaticalidade de (335) e (338), ficaria por esclarecer caso não se considerasse a existência de um núcleo Deg<sup>o</sup>. Numa análise em que o grau seria uma projecção máxima em [Spec,AP], seria essa projecção máxima a fonte de movimento, pelo que o movimento de uma categoria máxima XP para [Spec,CP] não violaria o requerimento de preservação da estrutura (Chomsky, 1986). Ou seja, a má formação das extracções em (335) e (338) carece de fundamentação na ausência de um núcleo Deg<sup>o</sup> funcional específico.

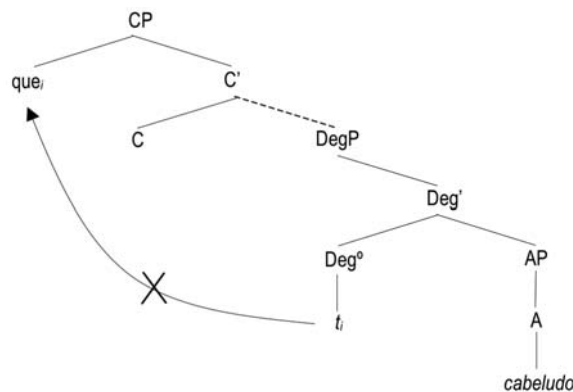
- (339) [<sub>CP</sub> Que<sub>i</sub> [<sub>C</sub> [<sub>IP</sub> ... [<sub>AP</sub> [<sub>DegP</sub> t<sub>i</sub>] [<sub>A'</sub> cabeludo]] ... ]]]

<sup>417</sup> Cf. Duarte (2003:487).

<sup>418</sup> A base de dados CETEM Público fornece 342 respostas à procura "**quão**" [pos="ADJ.\*"], o que indica tratar-se de uma estrutura frequencialmente pobre. Os exemplos dados no textos provêm desta procura.

A agramaticalidade dessas sequências é devidamente justificada, em contrapartida, pela presença de um núcleo funcional Deg<sup>o</sup>. O movimento da expressão de grau adjectival nas construções exclamativas ou enfáticas em (335) e (338) é proibido porque envolve a extracção da categoria de nível zero Deg<sup>o</sup> para [Spec,CP], e viola portanto o requerimento de preservação da estrutura, como se esquematiza em (340.a.b):

- (340) a. \* [CP Que<sub>i</sub> [C' [IP ... [DegP [Deg t<sub>i</sub>] [AP cabeludo]]] ... ]]  
 b.



#### 9.4. Extracção do grau em interrogativas adjectivais parciais

Outro argumento a favor da estrutura funcional DegP, envolvendo de novo *movimento-Q*, baseia-se no fenómeno de extracção do grau em frases interrogativas, exemplificado em (341) pela sequência “expressão de medida” (*quantos quilos*) + “expressão de grau” (*mais*). O *movimento-Q* em interrogativas parciais explica-se pelo facto de “os morfemas ou sintagmas interrogativos [serem] engendrados basicamente numa posição interna à frase” e serem movidos para uma posição à esquerda —em princípio para [Spec,CP]— para verificarem traços como [+Int] e [+Q] em C<sup>o</sup>.<sup>419</sup> Numa perspectiva lexical clássica, toda a sequência interrogativa nas interrogativas adjectivais

<sup>419</sup> Cf. Brito (2003:465).

parciais seria presumivelmente projectada como DegP em [Spec,AP]. Vejamos contudo o paradigma seguinte:

- (341) a. [**Quantos quilos**]<sub>i</sub> achas que a Maria ficou <sub>t<sub>i</sub></sub> **mais magra** com a dieta?  
 b. [**Quantos quilos mais magra**]<sub>i</sub> achas que a Maria ficou <sub>t<sub>i</sub></sub> com a dieta?  
 c. \* **Quantos quilos mais** achas que a Maria ficou <sub>t<sub>i</sub></sub> **magra** com a dieta?

O exemplo (341.a) mostra que o movimento para [Spec,CP] da expressão de medida *quantos quilos* é permitido. O exemplo (341.b) ilustra que todo o sintagma adjectival pode, em alternativa, ser ‘arrastado’ para a mesma posição. O exemplo relevante, que confirma de novo a hipótese de um Deg<sup>o</sup>, é o exemplo (341.c). Neste, a sequência ‘*expressão de medida + expressão de grau*’ é extraída, levando a uma frase marcadamente agramatical. Ora, a hipótese de uma categoria funcional DegP apresenta uma superioridade acentuada em termos descritivos. Na hipótese contrária, ilustrada em (342), a má formação de (341.c) fica efectivamente por explicar: se se pode mover a expressão de medida e se se pode ‘arrastar’ o sintagma adjectival no seu conjunto, por que razão o movimento do DegP (uma categoria máxima) de [Spec,AP] para [Spec,CP] seria bloqueado?

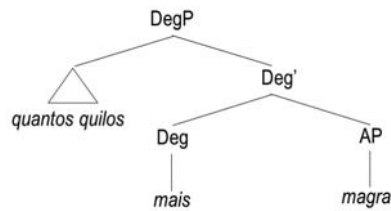
- (342) [<sub>AP</sub> [<sub>DegP</sub> quanto quilos mais] [<sub>A'</sub> magra]]

Numa análise da estrutura de constituintes do AP como em (343), por outro lado, a agramaticalidade de (341.c) é directamente explicada: não-constituintes não podem servir de entrada para operações de *movimento-Q*, o que implica que as expressões *quantos quilos* e *mais* formam sequências disjuntas, estando, por hipótese, distribuídas entre [Núcleo,DegP] e [Spec,DegP]:<sup>420</sup>

- (343) a. \* [<sub>DegP</sub> [quantos quilos] [<sub>Deg'</sub> mais [<sub>AP</sub> magra]]]

<sup>420</sup> Veremos, contudo, que esta explicação não abrange todos os casos. Cf. *infra*.

b.



### 9.5. Advérbios de distribuição livre em interrogativas adjectivais

Um argumento adicional a favor da hipótese DegP vem da distribuição de advérbios como *aproximadamente* ou *precisamente*, que exibem uma distribuição bastante livre relativamente à *expressão-Q* que modificam. Esses advérbios são habitualmente encarados como adjuntos da categoria máxima que modificam (Chomsky 1986, 1995, Alexiadou 1994), o que explica a sua relativa mobilidade. A sua combinação com *expressões-Q* é ilustrada a seguir :

- (344) a. [**Aproximadamente** quantos metros mais larga] é esta garagem?  
 a'. [Quantos metros mais larga **aproximadamente**] é esta garagem?  
 b. [**Exactamente** quantos anos mais jovem] é a Joana?  
 b'. [Quantos anos mais jovem **exactamente**] é a Joana?

Em (344.a.a'), o advérbio ocorre à esquerda ou à direita do sintagma-Q *quantos metros mais larga*. (344.b.b') exemplifica a possibilidade de ter um advérbio livre à esquerda ou à direita do interrogativo adjunto de DegP *quantos*. Ora, a distribuição dos advérbios livres ilustrada nos exemplos anteriores levanta problemas consideráveis no âmbito de uma análise clássica do adjectivo. Neste último caso, o interrogativo *quantos* seria obrigatoriamente analisado como uma categoria máxima (DegP), ocupando a posição [Spec,AP], como se ilustra a seguir:

- (345) [<sub>AP</sub> [<sub>DegP</sub> ( Exactamente) quantos anos mais (\*exactamente)] [jovem]] é a Joana?

Neste quadro, como o exemplo mostra, é impossível o advérbio *exactamente* ocorrer à direita de *quantos anos mais*, separando esta expressão do núcleo adjectival. Esta restrição distribucional é surpreendente na medida em que o advérbio *exactamente* poderia

ser simplesmente considerado adjunto à direita da categoria máxima (DegP em [Spec,AP]), tal como parece ser o caso nos exemplos em (344.a.a’).

A má formação da sequência *quantos anos mais exactamente jovem* pode ser directamente prevista, no entanto, com base na existência de um núcleo Deg<sup>o</sup>: o dado crucial é que o adjectivo *jovem* é seleccionado pela expressão de grau *quantos*. Ora, dado o requisito de irmandade em relações núcleo-complemento (Chomsky 1986), o adjectivo deve ocorrer como irmão do núcleo funcional seleccionador Deg<sup>o</sup>. Contudo, na sequência em (345), o requisito de irmandade é violado: AP não é adjacente a Deg<sup>o</sup> devido à inserção do advérbio *exactamente*, por hipótese adjunto à direita da categoria máxima DegP.

Como seria de esperar, as sequências *exactamente quantos anos mais jovem* assim como *quantos anos mais jovem exactamente* em (344.b.b’) são aceitáveis: a primeira sequência envolve adjunção à esquerda do advérbio *quantos* e a segunda adjunção à direita do mesmo; esquematizando:

- (346) a. [DegP exactamente [DegP quantos anos mais [AP jovem]]]  
 b. [DegP [DegP quantos anos mais [AP jovem]] exactamente]

### 9.6. Itens de polaridade em construções adjectivais

Analisemos outro argumento pertinente a favor da análise funcional do grau adjectival, relacionado com as chamadas ‘*construções de polaridade*’, entre elas as orações consecutivas adjectivais. Um item de polaridade negativa (IPN) —como indefinidos (*qualquer, nenhum*), expressões simplificadoras (*a mais pequena ideia, uma única coisa*), superlativos minimizadores (*o mais pequeno, o mínimo*) e outros termos redutores diversos, como *sequer, nem*, etc.— é legitimado quando ocorre no domínio de comando de expressões de negação portadoras de escopo, como advérbios de negação (*não, ninguém, nada, nunca*), expressões quantificadoras negativas (*não muitos, menos de metade, no máximo*), predicados negativos (*incapaz, impossível, negar, falhar*), etc. (Hoekstra 1991; Hoeksema 1994, Matos 2003). Do mesmo modo, um IPN pode ser



legitimado quando ocorre no domínio de c-comando de quantificadores ou advérbios denotadores de uma escala positiva, como *tão*, *suficientemente*, *demasiado*, etc.<sup>421</sup>

Estas construções estão tipicamente associadas a contextos existenciais em que se denota o termo de uma escala, uma singularidade, uma situação mínima, ou seja ambientes sensíveis a uma atracção entre dois pólos inversos, envolvendo um par de itens negativo e positivo. Esta última configuração ocorre tipicamente em Português nas chamadas orações consecutivas<sup>422</sup>, legitimadas por uma expressão de intensidade na oração matriz (348), mas também em outras construções bipolares, como as orações infinitivas complementos de uma expressão quantificada (349). Damos a seguir alguns exemplos dessas várias construções:

- (347) a. **Ninguém** estava \*(mais) triste que o Pedro (IPN)  
 b. A Joana **não** estava aborrecida com ninguém / \*alguém
- (348) a. O João é \*(tão) teimoso que nunca ouve os bons conselhos (consecutiva)  
 b. O João **nunca** foi \*(tão) inteligente que tirasse qualquer positiva a Matemática
- (349) O João é \*(demasiado) teimoso para aceitar conselhos (consecutiva infinitiva)

Assim, a frase (347.a) é agramatical na ausência de um item polar na oração comparativa, que possa ser legitimado pelo sujeito com pólo negativo. (347.b) é bem formada se o advérbio *não* c-comandar o IPN *ninguém*. (348.a) e (348.b) são gramaticais na presença do grau positivo *tão*, que c-comanda as consecutivas de pólo negativo *que nunca ouve os bons conselhos* e *que tirasse qualquer positiva a Matemática*. Quanto a (349), ilustra as construções infinitivas de pólo negativo controladas por um quantificador positivo, como *demasiado*.<sup>423</sup>

---

<sup>421</sup> cf. Matos (2003:770,786).

<sup>422</sup> Essas orações são ‘consecutivas’ na medida em que representam o pólo negativo do quantificador positivo presente na oração matriz.

<sup>423</sup> Cf. Brito (2003:754)

A legitimidade destas construções é habitualmente reforçada pela agramaticalidade da construção inversa, em que o item de polaridade antecede o seu legitimador, comprometendo assim a relação de implicação da construção de paridade. Nesta posição, o IPN deixa de estar sob o escopo da oração quantificada, resultando numa frase de interpretação impossível de processar (350.a) ou de sentido duvidoso (350.b). O mesmo não acontece contudo com orações causais, por exemplo (350.c.d), que não contêm qualquer IPN:

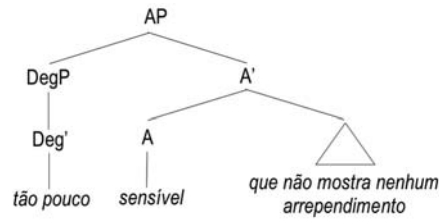
- (350) a. \*O João **nunca** é **tão** teimoso que ouve os bons conselhos  
 b. \* Para aceitar **quaisquer** conselhos o João é **demasiado** teimoso  
 c. O João nunca ouve os bons conselhos **porque** é (muito) teimoso  
 d. **Porque** é (muito) teimoso, o João nunca ouve os bons conselhos

Considere-se agora o exemplo de construção adjectival em (351), contendo a expressão de grau *tão pouco*. Nesta frase, o grau deve ocupar uma posição acima do adjectivo *insensível*, para que a oração consecutiva esteja no seu escopo e o IPN *nenhum* seja correctamente legitimado. A expressão *tão pouco* deve pois ocupar uma posição que autorize essa legitimação:

- (351) O João é [**tão pouco sensível**] [que não mostra **nenhum** arrependimento]

Como se explicou anteriormente, o IPN é uma variável que tem que estar sob o domínio de c-comando de um operador de valor inverso. Ora, a maneira mais simples de descrever essa relação escopal consiste, com base na hipótese lexical, em postular a projecção funcional DegP em [Spec,AP], como é representado em (352). Observe-se que *tão pouco*, por ser núcleo da categoria máxima DegP em [Spec,AP], tem, nesse caso, escopo sobre a consecutiva e o seu IPN *nenhum*, pelo que a construção de IPN da frase (351) é, na representação (352), correctamente considerada gramatical:

(352)



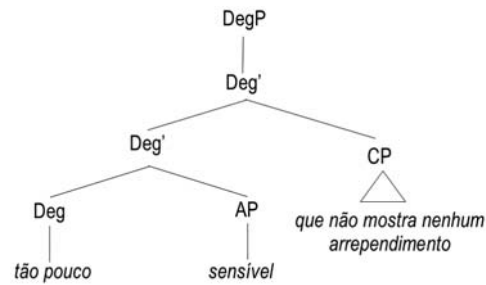
Contudo, o modelo lexical anterior falha, em nosso entender, na medida em que posiciona a oração consecutiva como complemento do adjetivo. Tal configuração não parece capaz de captar a interpretação associada a estas construções, segundo a qual a oração é seleccionada por uma expressão de grau e não por um predicado adjectival. Este último caso, que transformaria a consecutiva num argumento do adjetivo, é tanto mais discutível quanto os adjectivos que admitem orações consecutivas não são transitivos. Em contrapartida, é razoável admitir que a consecutiva é dependente da expressão de grau, já que com ela mantém, como se viu, uma estreita relação semântica.<sup>424</sup>

Na realidade, aquilo que as construções de polaridade com consecutivas adjectivais indicam é que, para ter escopo sobre o IPN presente na consecutiva, o Deg adjectival deve, por um lado, ocupar uma posição acima do domínio lexical do adjetivo que lhe permita comandar o IPN da consecutiva, e, por outro, ter condições estruturais para seleccionar uma oração consecutiva. Sugerimos, em consequência, que ambos adjetivo e consecutiva são seleccionados recursivamente pelo Deg, como se representa em (353), configuração na qual o grau *tão pouco* possui legitimidade estrutural para ter escopo sobre a consecutiva e, consequentemente, o IPN *nenhum*:

---

<sup>424</sup> Voltaremos a abordar a sintaxe das consecutivas no capítulo 10.

(353)



As construções de polaridade vêm pois ilustrar a necessidade de se optar por uma estrutura funcional dedicada ao grau acima do domínio lexical do adjetivo, única forma de fornecer a configuração adequada à legitimação das relações de polaridade típicas destas construções.

O exemplo em (351) vem também levantar uma questão importante: o grau adjectival parece dividir-se em item lexicais de dois tipos. Um primeiro tipo (*pouco*) assemelha-se a um quantificador, ao passo que o outro (*tão*) é típico das construções comparativas de igualdade. A questão que este tipo de sequência levanta é a da sua projecção em sintaxe e das posições que ocupam. Assim, optou-se em (353) por associar a sequência *tão pouco* ao núcleo Deg<sup>o</sup>. Esta solução não é contudo pacífica, na medida em que colide com a intuição de que *tão pouco* não é uma expressão lexical constante. Voltaremos à questão no capítulo seguinte.

Em conclusão, como ficou demonstrado com os casos apresentados neste capítulo, parece haver uma base empírica razoável para associar o núcleo funcional Deg<sup>o</sup> à estrutura interna do AP em Português. Será essa a posição assumida no decorrer da investigação.

## Capítulo 10

### Distinção entre Deg e Q adjectivais

#### 10.1. Expressão do grau e expressão da quantidade

Uma vez debatidos os argumentos anteriores, convém agora observar que a projecção DegP é também amplamente justificada pelos imperativos de selecção das expressões adjectivais. Assim, em Português, expressões de grau como *tão*, *muito* seleccionam explicitamente os AP e rejeitam categoricamente outras categorias lexicais, nomeadamente os NP.<sup>425</sup> Sendo assim, não podem ser consideradas especificadores, mas parecem ser núcleos com capacidade de selecção. A mesma observação pode ser alargada ao Inglês e ao Francês, respectivamente:

- (354) a. Tão bonito / \* tão carro(s)  
b. So pretty / \* so cars  
c. Très beau / \* très voitures

Ora, tais restrições são difíceis de justificar com base numa posição [Spec,AP] para as expressões de grau, e reforçam, pelo contrário, o seu estatuto de núcleo funcional acima do AP. Contudo, depois de uma análise atenta do conjunto das expressões de grau adjectival, conclui-se que parte desse conjunto não está sujeita a estas restrições. De facto, expressões como *mais*, *muito*, *menos* não limitam o seu complemento aos AP mas

---

<sup>425</sup> cf. contudo o capítulo 5, p.159, em que se sugere que o traço semântico [+humano] interfere com estas restrições.

seleccionam também os NP —ou seja, comportam-se também como quantificadores internos a DP. De novo, este comportamento é transversal a várias línguas:<sup>426</sup>

- (355) a. Mais bonito / mais carros  
 b. More beautiful / more people  
 c. Peu intelligent / peu d'argent

As observações anteriores levam pois naturalmente à assunção de que as expressões funcionais de grau deveriam ser divididas em subconjuntos distintos em função das suas restrições de selecção. Essa assunção corresponde aliás informalmente à intuição de que um ‘*grau*’ e uma ‘*quantidade*’ não são a mesma coisa, ou são pelo menos duas perspectivas distintas sobre a semântica dos adjectivos graduáveis. Ora, nos parágrafos anteriores, foi assumido que o conjunto de expressões funcionais de grau presentes em DegP abrange indiscriminadamente itens como:

- (356) {tão, demasiado, mais, menos, bastante, pouco, incrivelmente, .... }

A ideia de que os itens em (356) pertencem a um conjunto uniforme de expressões funcionais, a classe dos modificadores / quantificadores do adjectivo, é recorrente na tradição gramatical e na maioria dos trabalhos de investigação em linguística. Estas expressões são vistas habitualmente como um conjunto não definido de itens, em que cabem elementos tão diversos como advérbios, quantificadores e operadores comparativos. Além do ‘*grau positivo*’ (caso em que um adjectivo graduável não vem precedido de qualquer expressão de grau), refere-se ainda tradicionalmente os graus comparativo e superlativo, que mobilizam o seu próprio conjunto de advérbios —*mais, menos, tão, tanto/a/os/as*—, o ‘*grau elevado*’ (ou superlativo absoluto) e várias outras formas de quantificação, ilustradas por itens tão diversos como *muito, muitíssimo, bastante, um pouco, meio, nada, bué de*, advérbios de sentido quantitativo e de intensidade ou maneira, como *imensamente, claramente*, e ainda recursos flexionais como o sufixo superlativo

---

<sup>426</sup> Em Francês, contudo, surge uma preposição entre o quantificador e N.

*[-íssim-]*, ou sufixos avaliativos como *[-inho]*, *[-ote]*, *[-ito]*, *[-ão]*.<sup>427</sup> A maioria dos estudos que evocam ou analisam o grau adjectival incluem todos os casos anteriores num conjunto indistinto. No caso do afixo *[-íssim-]*, por exemplo, Castro (2005) admite que se trata de um caso de “degree inflection”, mais precisamente de “synthetic absolute superlative degree”, com o em *lind-íssim-o*.<sup>428</sup>

Claramente, o conjunto definido no parágrafo anterior denota falta de coesão, pelo que convém determinar de que forma os seus elementos podem ser reavaliados e separados em classes distintas. Começemos por assinalar que estes itens são elementos que têm propriedades claramente distintas, mas têm em comum o facto de não serem selectores categoriais e de a sua grelha temática conter em princípio uma posição argumental, que determina a sua distribuição. Convém ainda notar, antes de passar às propostas, que existem muitas formas de exprimir noções tão vagas como a comparação, pelo que não devemos confundir a proposta de classificação com uma mera exposição dos diferentes tipos de comparativas. Contudo, podemos analisar, a nível das comparativas adjectivais, a maneira como o contexto pode inferir o tipo de quantificação envolvida. Vejamos os exemplos seguintes de comparativo de igualdade sobre o adjectivo *inteligente*, citados por Brito (2003):

- (357) a. O Luís é tão inteligente como o António  
 b. O Luís é tão inteligente como o Einstein (= *é muito inteligente*)

Depois de observar que o primeiro exemplo denota a ambiguidade habitual dos comparativos de igualdade —o predicado *inteligente* pode ser entendido por falta ou por excesso, ou seja, *o Luís* pode ser *pouco inteligente como* ou pode ser *inteligente a um ponto elevado como* o termo de comparação—, a autora nota que a frase (357.b) não sofre da mesma ambiguidade.<sup>429</sup> Nesse caso, “a segunda interpretação [...] é mais natural, dado o

<sup>427</sup> cf. Brito (2003), p.387-391

<sup>428</sup> O objectivo da autora é ilustrar o facto de os possessivos, ao contrário dos adjectivos, serem incompatíveis com este afixo, porque “possessives do not express a gradable property, as does an adjective such as *lindo*” (Castro, 2005:182).

<sup>429</sup> Esta argumentação baseia-se em observações de Lopes (1971).

nosso conhecimento da pessoa envolvida”. Crucialmente, acrescenta que (357.b) “**não é um puro comparativo** de igualdade, pois é uma forma de exprimir que *o Luís é muito inteligente*”.<sup>430</sup> De facto, a leitura mais natural da frase (357.b) não é comparativa mas quantificacional, o que implica que o predicado *ser tão inteligente como o Einstein* é interpretado como uma construção quantificada, que pode ser parafraseada por *ser muito inteligente*. Podemos concluir provisoriamente que, se é possível expressar uma quantificação por meio de uma expressão de grau, não podemos inferir que um grau e uma quantidade são equivalentes.

A unicidade inicialmente postulada para o conjunto em (356) foi posta em causa nos anos 70, com base em dados sobre o sintagma adjectival em Inglês. Assim, Bresnan (1973) notou que a distribuição dos adjectivos atributivos é fortemente limitada quando são acompanhados de alguns dos elementos de (356), como *too* (“demasiado”), mas não quando com outros, como *more* (“mais”):

- (358) a. A long dress  
 b. \* a **too** long dress  
 c. **too** long a dress

- (359) a. A **longer** dress  
 b. a **more** intelligent person

Estes dados mostram que formas comparativas como *longer* em (359.a), mas não formas quantificadas como *too long* em (358.b), podem aparecer em posição adjacente ao NP, o que aponta, segundo Bresnan, para a necessidade de distinguir duas categorias de grau, Deg e Q, de forma a justificar a ordem de palavras. Defende pois que as expressões de grau são um sistema dividido (*‘split system’*) em [Spec,AP], havendo uma diferença clara entre expressões Q como *much* e expressões Deg como *as* e *too* (e também o sufixo –

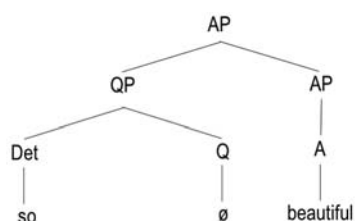
---

<sup>430</sup> Cf. Brito (2003:390). O destaque é nosso. A autora refere, com base em Fonseca (1994), vários “valores semântico-pragmáticos que caracterizam as orações consecutivas típicas”, nomeadamente “uma orientação enfatizante” que aproxima as consecutivas “das comparativas emblemáticas ou polares como *alto como uma torre*.” (Cf. Brito, 2003:755).



*er*). Na realidade, os itens Deg funcionam como determinantes de Q (Bresnan identifica-os como ‘*Det*’), como mostram as formas sintéticas de tipo *more*, que seriam o resultado de combinação de *much* e *-er*. Além disso, Deg/Det e Q estão sempre presentes na estrutura sintáctica, embora possam estar vazios. Assim, de acordo com Bresnan (1973), uma expressão determinada como *so beautiful* contém, além de Deg/Det, uma posição Q vazia. Vejamos a representação seguinte:

(360)



Jackendoff (1977) propõe, para os itens ligados ao adjetivo, a designação DegP (ou Deg<sup>o</sup> na sua terminologia), sendo essa categoria basicamente engendra como especificador do adjetivo. Dessa posição, qualquer termo quantificador ou comparativo pode controlar a categoria lexical A. Para Jackendoff, todos estes itens ocupam sempre a mesma posição, o que permite eliminar a ideia de Bresnan de um Q nulo, contra a qual argumenta.

Segundo Abney (1987), os itens de grau como *so* projectam uma estrutura funcional (*'Degree Phrase'*) em que Deg é um núcleo que selecciona o AP como complemento. Na medida em que existem restrições de selecção entre Deg<sup>o</sup> e AP, Abney propõe alargar às categorias funcionais a configuração habitualmente avançada para a atribuição de papéis temáticos —desde Williams (1980), admite-se que essa atribuição ocorre numa relação de c-comando entre o núcleo atribuidor e o seu complemento, caso típico de V e do seu argumento interno. A configuração em que Deg<sup>o</sup> selecciona AP deve, pois, ser de c-comando, ou seja, o núcleo Deg é irmão do AP. Como sabemos, esta proposta é inovadora relativamente ao papel desempenhado pelas categorias funcionais em sintaxe. Todavia, fazer do adjetivo um irmão do termo comparativo levanta vários obstáculos, como se pode ver pela análise da estrutura das orações consecutivas adjectivais. De facto, as consecutivas são complementos do grau adjectival, o que explica a agramaticalidade das frases em que esse grau não é inserido:

- (361) a. A Joana está demasiado cansada para ver televisão  
 b. \* A Joana está cansada para ver televisão

Ora, na medida em que Abney pressupõe que DegP selecciona o AP, mas que, por outro lado, as estruturas sintácticas ternárias não são possíveis em gramática, não é viável admitir que, nas consecutivas, DegP selecciona o adjetivo e a oração consecutiva

Corver (1997, 1997b), elaborando sobre os modelos anteriores, volta à proposta inicial de Bresnan (1973). O seu principal argumento relaciona-se com a regra a que chama “*much-support*”, e que pode ser ilustrada no exemplo seguinte:

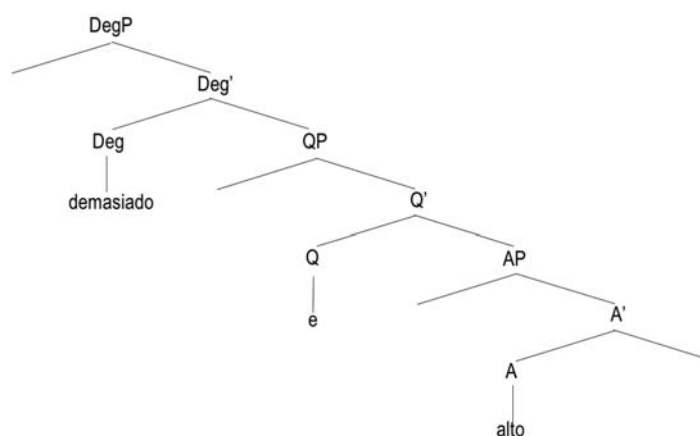
- (362) John is **fond** of Sue. Maybe he is even too \*(much) so.

A presença obrigatória, na segunda frase, do item *much* só pode ser explicada do seguinte modo: como *too* ocupa a posição [Núcleo,DegP], e como em (362), *too* está separado da proforma adjectival *so* pelo item *much*, Deg não pode seleccionar e marcar tematicamente o adjetivo. Sendo assim, verifica-se um movimento de *so* para outro núcleo —neste caso, Q°. Isso explica que (362) seja agramatical na ausência de *much*: como a proforma adjectival *so* não poderia subir para Q°, então o elemento ‘dummy’ *much* é inserido, de forma a preservar a estrutura e conservar a ligação entre o grau e o adjetivo. Inversamente, elementos como *more* ocupam Q°, o que explica que a regra ‘*much-support*’ não se aplica quando o núcleo Q° é foneticamente preenchido.

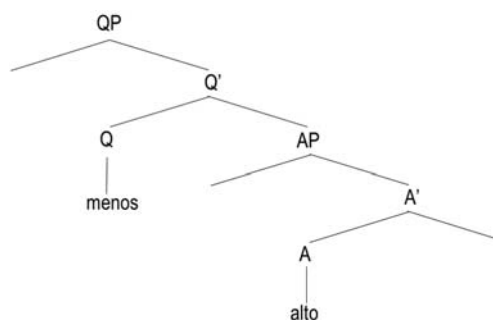
De acordo com Corver, pode então assumir-se que construções adjectivais de tipo *demasiado alto* são dominadas por um núcleo Deg e têm uma estrutura simplificada como em (363.a) e que construções do tipo *menos alto* são introduzidas por Q e têm a estrutura (363.b). Esta estrutura pressupõe, à la Bresnan, que a projecção funcional QP está sempre presente, mas que o seu núcleo é foneticamente nulo quando a categoria Deg é lexicalmente preenchida:

- (363) a. [DegP demasiado [QP e [AP [A' alto]]]]

a'.

b. [<sub>QP</sub> menos [<sub>AP</sub> [<sub>A'</sub> alto]]]

b'.



Relativamente às línguas descritas, (363.a) representa estruturalmente a assunção de que o núcleo DegA° selecciona QP, cujo núcleo por seu lado selecciona AP. Em (363.b), assume-se que falta, nesse caso, a projecção DegP. Em qualquer caso, o núcleo lexical A° é sempre dominado por (uma combinação d)essas projecções funcionais.

Tendo em conta que os modelos anteriores foram elaborados com base nas línguas Germânicas, levanta-se a questão de saber de que maneira podem ser alargados à descrição do Português. No caso de se optar pelo sistema Det/Q de Bresnan (1973), ou pelo sistema Deg/Q de Corver, que provas podem ser adiantadas em Português? Note-se em primeiro lugar que, num modelo DegP simples, esperar-se-ia um comportamento simétrico por parte dos vários itens relativos ao grau adjectival. Verifica-se, contudo, que os itens listados em (356) têm um comportamento diferente em vários contextos —cf. os dados debatidos em (354) e (355)—, sugerindo que não podem ser tratados da mesma forma nem projectados no mesmo plano. Será de prever, em todo o caso, que a divisão ilustrada em (364) tenha

consequências directas na estrutura de constituintes e na ordem de palavras no próprio domínio adjectival, que a seguir avaliaremos.

Neste trabalho, vamos adoptar para o Português, no seguimento das observações relativas a (354) e (355) e do modelo em (363), uma distinção entre dois tipos de expressões adjectivais funcionais: **DegA** e **QA**. DegA abrange itens como os em (364.a) e QA inclui os elementos em (364.b):<sup>431</sup>

- (364) a. {tão, demasiado, muito, pouco, bastante, suficientemente, -íssim-, ...,} (*DegA*)  
 b. {mais, menos, tão, tanto, -or} (*QA*)

Os elementos inicialmente propostos no conjunto (356) ficam pois distribuídos entre duas categorias funcionais distintas, havendo contudo que estipular a que tipo semântico pertence cada elemento e que evidências podem ser invocadas para esta divisão. Outra questão levantada por esta proposta é a da ordem e interacção dos dois núcleos funcionais sugeridos, assim como as propriedades de selecção desses núcleos no domínio adjectival.

Além das diferenças referidas já em (354) e (355), outras distinções opõem estes dois subconjuntos. Em primeiro lugar, QA é um conjunto fechado, cujos únicos representantes em Português são os morfemas comparativos livres *mais*, *menos*, *tão* e *tanto*<sup>432</sup> e o morfema ligado *[-or]*.<sup>433</sup> DegA é pelo contrário um conjunto aberto, constituído por morfemas livres, como *muito*, *pouco*, o morfema superlativo ligado *[-íssim-]*, e ainda por advérbios de quantidade, intensidade e maneira e por expressões nominais quantificadas, como *dois metros* ou *cinco minutos*. A estas expressões

---

<sup>431</sup> Nestes rótulos categoriais, **A** refere a categoria Adjectivo, **Q** a categoria Quantificador e **Deg** a categoria Degree ('*Grau*'). Optou-se por esta combinação de forma a excluir possíveis confusões com projecções funcionais associadas à quantificação nominal.

<sup>432</sup> De referir que *tanto* é o único que selecciona o conector de comparação *quanto*.

<sup>433</sup> Esta limitação deve ser entendida relativamente às construções comparativas adjectivais canónicas. Sobre outros tipos de comparativas, cf. a "Tipologia de construções comparativas" proposta por Marques (2003). Sobre a sintaxe das comparativas canónicas, cf. Matos & Brito (2002) e Matos (2003).

quantificadas atribui-se habitualmente a designação de ‘*sintagma de medida*’ (‘*Measure Phrase*’, ou MP).<sup>434</sup>

Em segundo lugar, vários dados independentes indicam que constituintes distintos preenchem o sistema funcional do adjectivo. Como se sabe, princípios básicos da gramática sintagmática impõem que só constituintes (núcleos ou categorias máximas) podem ser submetidos às operações sintácticas, permanecendo as sequências intermédias (como a sequência núcleo+complemento) inacessíveis a essas operações. Examinaremos de seguida alguns casos habitualmente usados para apreciar a condição categorial de uma sequência —os testes de constituência—, aferindo a sua aplicabilidade ao AP. A análise da estrutura de constituintes em construções elípticas facultá-nos uma primeira prova de que xAP contém constituintes distintos acima do domínio lexical de A. Nas frases seguintes, a segunda ocorrência do adjectivo *orgulhoso* é elidida, sendo substituída por um pronominal nulo (simbolizado por *e* em (365)) cujo conteúdo é identificado pelo seu antecedente —a primeira ocorrência de *orgulhoso*:

- (365) a. O João está [orgulhoso]<sub>i</sub>, mas está [**menos** *e*<sub>i</sub> que o Paulo]  
 b. O João primeiro ficou [orgulhoso]<sub>i</sub>, mas agora já não está [**muito** *e*<sub>i</sub>]

Estes dois exemplos comprovam que as sequências *menos que o Paulo* e *muito* são constituintes sintagmáticos, já que são sequências visíveis para operações sintácticas — neste caso a elipse do adjectivo. Mais relevante parece ser o facto de a elipse identificar categorias distintas como legitimadores formais do pronome elíptico, concretamente uma forma comparativa associando *menos* a um sintagma pós-adjectival em (365.a), e uma forma quantificada *muito* estritamente pré-adjectival em (365.b)

Se estabelecermos um paralelo entre os domínios adjectival e nominal, as observações relativas à legitimação e identificação de categorias elípticas reforçam a distinção entre DegA e QA em Português. A correlação entre a natureza dos núcleos

---

<sup>434</sup> A expressão “Measure Phrase” foi inicialmente proposta por Ross (1964).

funcionais nominais Det<sup>o</sup> e Q<sup>o</sup> e a sua habilidade em legitimar núcleos vazios ou esvaziados por extracção, está amplamente estabelecida (Lobeck 1995, Sleeman 1996). Como o provam os dados do Português, essa capacidade será de atribuir, por um lado, ao tipo categorial do legitimador, e, por outro, à presença, nesse legitimador, de determinado traço semântico —por exemplo, [+def], [+dem], [+quant], [+específico] ou [+partitivo]<sup>435</sup>. Vejamos em (366) alguns exemplos de núcleos nominais vazios legitimados por possessivos (366.a) e demonstrativos (366.b.c), e em (367) casos idênticos com quantificadores nominais:

- (366) a. Comprei livros muito raros ontem, mas [os **teus** / os **vossos** / [e]] são mais raros ainda  
 b. Embora não tenha levado [**estes** [e]], a Maria comprou todos os livros em saldo.  
 c. Propostas prontas para apresentar, só tenho [**esta** t ]
- (367) a. Os estudantes vieram ver o filme, mas [**todos** / **ambos** [e]] saíram desiludidos  
 b. Embora todos os estudantes estivessem presentes, só [**quatro** / **dez** [e]] notaram alguma coisa  
 c. Oradores alegres e animados, ainda havia [**alguns** / **vários** / **muitos** [e] ] no fim do congresso.

De um modo geral, a categoria legitimadora de um núcleo nominal vazio contém traços como os apontados anteriormente, caso óbvio dos quantificadores (aos quais podemos associar um traço [+quant]), mas também dos possessivos e demonstrativos (traços [+def] e [+específico]).<sup>436</sup> Quer seja por elipse do núcleo nominal, quer seja por topicalização simples —exemplo (367.c)—, a especificidade semântica dos seus traços faz de demonstrativos, possessivos ou quantificadores elementos legitimadores.<sup>437</sup>

Parece-nos exequível alargar esta observação ao domínio adjectival. Assim, o exemplo (368.a) mostra que parte do sintagma adjectival pode ser topicalizada quando uma expressão DegA como *muito* ou expressões referenciais equivalentes, como *a tal ponto*, *assim*, etc. (cf. *infra* (441)), são deixadas para trás. Como o indica o exemplo em (368.b),

<sup>435</sup> Para observação similar em contextos de elipse nominal, cf. Sleeman (1996).

<sup>436</sup> Cf. Enç (1991) sobre o traço [±específico].

<sup>437</sup> Para propostas sobre as configurações sintácticas associadas à elipse do núcleo nominal, cf. Martinho (1998).

esta operação também é permitida se o elemento deixado para trás for o item de tipo QA *mais*.

- (368) a. [Orgulhoso]<sub>i</sub>, não acho que o João esteja [ **muito** [AP t<sub>i</sub>]]  
 b. [Orgulhoso]<sub>i</sub>, não acho que o João esteja [ **mais** [AP t<sub>i</sub>]] (que antes)

Estas observações são reforçadas pelo contra-exemplo seguinte:

- (369) \* [Orgulhoso]<sub>i</sub>, não acho que o João esteja [ tão [AP t<sub>i</sub>]]

Como este caso sugere, a legitimação do núcleo adjectival vazio pode ocorrer quando controlado por um legitimador portador do traço [+quant]. Ora, ao contrário de outras formas comparativas que são também explicitamente quantitativas (*mais*, *menos*), o valor semântico do elemento *tão* será estritamente comparativo, o que explica a agramaticalidade de (369).

Concluimos que, em Português, um elemento funcional associado ao grau adjectival pode legitimar a extracção ou a ausência do núcleo lexical, o que sugere que, tal como para o N<sup>o</sup>, a legitimação do núcleo vazio está associada a traços semânticos e/ou categoriais. Mais relevante, contudo, é o facto de *muito* e *mais* legitimarem de igual modo este tipo de operações de extracção, o que comprova que ambos pertencem ao conjunto de elementos funcionais do sistema adjectival.

Se os elementos DegA e QA representam conjuntos de morfemas funcionais dedicados ao tratamento do adjectival graduável, parece haver contudo condições para propor uma distinção entre essas duas categorias funcionais: DegA é um morfema dedicado ao tratamento do grau, que projecta DegAP, e o morfema QA, dedicado à quantificação adjectival, projecta QAP. A natureza e ordem dessas projecções, assim como as suas propriedades internas devem contudo ser esclarecidas, o que será feito nos pontos seguintes.

## 10.2. Análise semântica das comparativas adjectivais

Do ponto de vista do seu conteúdo semântico, os itens lexicais de tipo QA e DegA exprimem, respectivamente, o **grau** e a **extensão** da propriedade denotada pelo predicado adjectival. No caso dos adjectivos graduáveis, o grau pode ser informalmente interpretado como um ponto numa escala, comparado a sua distância a um ponto de referência, enquanto que a extensão quantifica a propriedade denotada pelo adjectivo ao longo da escala. Vejamos de que maneira esta intuição pode ser formalizada.

### 10.2.1. Ontologia do grau adjectival

Na ontologia das expressões de grau proposta por Kennedy (1997), os adjectivos graduáveis denotam funções de medida (*'measure functions'*) de um objecto por meio de uma operação abstracta de medição expressa em graus (*'degrees'*) e as construções de grau denotam as propriedades de indivíduos definidas como relações entre graus. Esta ontologia implica uma “análise escalar” dos adjectivos graduáveis, ou seja, estes impõem uma ordenação do seu domínio relacionando objectos com graus dentro de uma **escala**. Elaborando sobre autores como Seuren 1973, Cresswell 1976, Hellan 1981, Hoeksema 1983, Heim 1985,<sup>438</sup> Kennedy define os adjectivos graduáveis como expressões cuja função semântica consiste em mapear uma relação entre objectos e pontos numa escala, sendo “escala” definida nos seguintes termos:<sup>439</sup>

- (370) A scale is an abstract representation of measurement: an **infinitely long measuring stick**, which provides a representation of the amount to which an object possesses some gradable property. To make things precise, I will define a scale as a dense, linearly ordered set of points, or “degrees”, where the ordering is relativized to a DIMENSION”.

---

<sup>438</sup> cf. Kennedy 1997 para as referências.

<sup>439</sup> Kennedy (1997:43). O sublinhado é nosso.



Uma ‘*dimensão*’ corresponde pois a uma propriedade graduável, como a *altura*, o *comprimento*, o *peso*, etc., e fornece meios para distinguir entre escalas. Os adjectivos graduáveis são, conseqüentemente, **expressões relacionais**, ou, mais precisamente, predicados que relacionam objectos num domínio com graus numa escala, sendo a mesma determinada pelo parâmetro dimensional próprio do adjectivo. A análise escalar dos adjectivos graduáveis tem como consequência que o reordenamento imposto é directamente derivado de uma propriedade semântica do adjectivo:<sup>440</sup>

(371) By relating objects in a set to degrees on a scale (a totally ordered set of points), a gradable adjective determines a partial ordering on that set.

A representação lógica de uma frase como *a Joana é alta*, em que o adjectivo *alta* está no chamado *grau positivo*, assenta na ideia de que os adjectivos graduáveis são expressões relacionais. Em termos de condições de verdade, esta frase será verdadeira se a entidade referida na frase for inserida numa escala em que satisfaz minimamente a propriedade de ser “alta”. Podemos representar formalmente esta leitura do seguinte modo: se  $\varphi$  representa a propriedade denotada pelo adjectivo *alta* e  $\delta_\varphi$  representa a função que relaciona a entidade  $x$  com a propriedade  $\varphi$ , então *a Joana é alta* corresponde a (372.a) e o seu valor de verdade a (372.b):

(372) a.  $\varphi(x, d)$   
 b.  $\|\varphi(x, d)\| = 1$  sse  $\delta_\varphi(x) \geq d$

A frase *a Joana é alta* é pois verdadeira se for o caso que a projecção de  $x$  na escala associada a  $\varphi$  é pelo menos tão grande como  $d$ , sendo  $d$  o grau por defeito, ou seja, aquele grau que identifica um ponto na escala da ‘*altura*’ que permite separar os objectos para os quais a frase (372.a) é verdadeira daqueles para os quais é falsa. Neste caso de construção positiva, o valor de  $d$  é um valor-padrão, determinado relativamente a uma norma, e é pois dependente do contexto.

---

<sup>440</sup> Kennedy (1997:44).

No caso de um adjetivo no grau positivo (*ser magro*), o seu valor de verdade será, pois, calculado como em (373.b). A frase (373.a) será pois verdadeira se e só se o grau  $x$  de peso do Pedro for igual ou superior ao valor padrão  $s$  definido em contexto, sendo essa relação definida com base na função de indivíduos para graus  $\delta_\varphi$  que denota o predicado adjectival:

- (373) a. O Pedro é magro  
 b.  $\| \text{magro} \| = 1$  sse  $\delta_\varphi(x) \geq s$

De forma a alargar a semântica dos adjetivos graduáveis às construções de grau em geral, Kennedy sugere que qualquer proposição em que um adjetivo graduável está incluído exhibe três indicadores semânticos de base: (i) um ‘*valor de referência*’ (“reference value”) que indica o grau em que um sujeito é  $\varphi$ ; (ii) um ‘*valor padrão*’ (“standard value”) que corresponde a um segundo grau, distinto do primeiro —introduzido contextualmente pela oração comparativa ou por uma expressão quantificada; (iii) uma ‘*relação de grau*’ (“degree relation”), que é estabelecida entre os dois valores e os ordena.<sup>441</sup> Uma construção de grau é pois uma propriedade de indivíduo definida em termos de relações entre graus.

No caso de uma construção comparativa como “A Joana é mais alta que a Maria”, os três indicadores semânticos fornecem a descrição adequada. Esta será analisada como um caso em que uma expressão denota um grau por aplicação de uma propriedade ao sujeito. Para Kennedy (1997), uma construção comparativa pode ser vista como um caso de análise escalar em que o morfema comparativo denota uma relação entre dois graus (valor de referência e valor padrão), sendo a oração comparativa uma descrição definida que denota o valor padrão da propriedade adjectival. Assim, a frase em (374.a) pode ser parafraseada como em (374.b) e ser representada formalmente como em (374.c):

- (374) a. A Joana é mais alta que a Maria  
 b.  $x$  é mais  $\varphi$  que  $m$   
 c.  $\lambda x \lambda m [\delta_{\text{alta}}(x,s) > \delta_{\text{alta}}(m,s)]$

---

<sup>441</sup> Kennedy (1997:90).

d.  $\| \text{Grau} \| = \lambda x[R(G(x))(s)]$

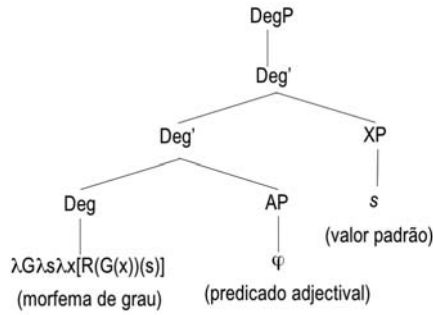
Segundo (374.c), em que  $\delta_{\text{alta}}$  é a função do grau denotado pela oração comparativa, a frase (374.a) é verdadeira se existir um grau  $s$  tal que  $\delta_{\text{alta}}(x,s)$  —o grau de altura da Joana— é superior a  $\delta_{\text{alta}}(m,s)$  —grau de altura da Maria. A fórmula em (374.d) permite calcular o valor de verdade de uma construção comparativa em geral:  $G$  é o significado de um predicado adjectival graduável,  $G(x)$  é o valor de referência,  $s$  é o valor padrão,  $x$  é o sujeito da frase e  $\mathbf{R}$  é a relação de grau (“mais”).

Embora o estatuto da oração comparativa como descrição definida seja discutível —sendo proposto por alguns autores que se trata antes de um caso de quantificação universal—, a ontologia escalar proposta por Kennedy consegue captar de forma bastante adequada o essencial das construções comparativas assim como a semântica dos adjectivos graduáveis.<sup>442</sup> Consegue ainda relacionar explicitamente a grelha semântica destes predicados com a estrutura sintáctica correspondente: os adjectivos graduáveis projectam um conjunto de estruturas funcionais especificamente dedicadas ao tratamento do grau. A grande força deste modelo é a sua adequação com a semântica composicional das construções comparativas definidas como expressões relacionais entre graus, ou seja, permite atribuir às projecções funcionais uma interpretação semântica. A interpretação composicional da projecção alargada de um adjectivo graduável é assim “natural”, como se ilustra a seguir:

(375)

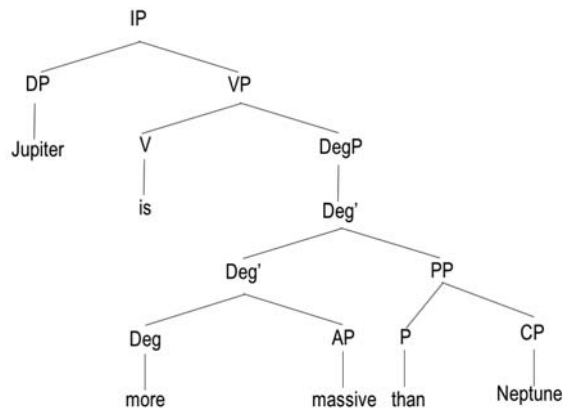
---

<sup>442</sup> Note-se que para Kennedy, o grau absoluto e o grau comparativo têm a mesma análise semântica, ou seja, ambos são construções de grau.



Em (375), a denotação inicial do adjetivo é a propriedade  $\varphi$ . O adjetivo combina-se com  $\text{Deg}^0$  para gerar uma função que relaciona o predicado adjectival com uma entidade.<sup>443</sup> A interpretação da propriedade  $\varphi$  de um adjetivo graduável é uma função no âmbito da escala definida pelo parâmetro de  $\varphi$  e a interpretação de um morfema de grau corresponde ao valor da relação entre a medição da entidade e a medição de referência. O  $\text{DegP}$  denota, em consequência, o valor de verdade da possibilidade de determinado indivíduo verificar o grau de  $\varphi$  que está presente na relação instituída entre o morfema de grau e a medição de referência.<sup>444</sup> A título de exemplo, o indicador seguinte descreve de maneira simplificada a estrutura da frase “Jupiter is more massive than Neptune”:<sup>445</sup>

(376)



<sup>443</sup> **G** denota o significado de um adjetivo graduável, **R** denota uma relação entre escalas, **x** a entidade comparada e **s** o grau de referência, localizado em **XP**.

<sup>444</sup> Cf. Kennedy (1997), em especial as páginas 108-112.

<sup>445</sup> Kennedy (1997:146).

Em suma, a projecção alargada dos adjectivos graduáveis seria caracterizada pela presença de um núcleo —identificado como Deg—, que selecciona o AP, e pelo facto de a oração comparativa ser também seleccionada por Deg —Kennedy considera-a adjunta de Deg.<sup>446</sup> Como núcleo, Deg está em condições de impor várias restrições aos tipos de argumentos que legitima. Assim, os morfemas comparativos em [Núcleo,DegP] podem ser lexicalmente especificados para seleccionar determinado tipo de complementador: em Português, por exemplo, os morfemas *mais* e *menos* seleccionam exclusivamente o complementador *que*, mas *tão* exclui *que* e permite *quanto* ou *como*.

No caso de frases comparativas com expressões de medida —como *5 cm* em (377)— contudo, a denotação do grau deve ser calculada tendo em conta o facto de *5 cm* fornecer um valor fixo à variável *mais* —isto é, grau e medição aparecem aqui em conjunto. De que forma se traduzem semântica e sintacticamente expressões complexas como (377.a)?

- (377) a. A Joana é [**5 cm mais alta**] que a Maria  
 b. John is [2m tall]  
 c. John is [5 cm taller] than Mary

Do ponto de vista semântico, tendo em conta a presença de um valor explícito, o algoritmo em (374.d) deve ser modificado, de forma a incluir o valor fornecido pela expressão quantificada. De facto, Kennedy (1997) considera estas expressões como equivalentes ao valor padrão, com base no Inglês, língua em que elas podem aparecer adjacentes ao adjectivo (377.b). Contudo estas expressões podem também ser inseridas em apoio ao comparativo, e não como indicadores de medida (377.c). Ora, na semântica de Kennedy, esta distinção não pode ser directamente inferida, e o valor atribuído à “altura” de “John” nas frases (377.b) e (377.c) receberia uma interpretação idêntica, logo agramatical para (377.c)

---

<sup>446</sup> Mais precisamente, seria adjunto da categoria intermédia Deg', em termos de sintaxe X-barra.

Além dos valores de referência e padrão e da relação de grau entre esses valores, devemos pois considerar também em (377.a) a existência de aquilo a que vamos chamar uma ‘*extensão diferencial*’, que equivale ao valor da diferença entre os dois. Se **G** é o predicado adjectival, o valor de referência é **G(x)**, o valor padrão é **s** e a ‘*extensão diferencial*’ será notada **ed**. Combinado com a relação de grau **R**, obtêm-se assim o algoritmo seguinte (378.a) para calcular as condições de verdade de uma construção comparativa com expressões quantificadas. Concretamente, o valor da frase comparativa em (377.a) pode ser agora formalizado como em (378.b) e parafraseado como em (378.c)

- (378) a.  $\| \text{Grau} \| = \lambda G \lambda s \lambda ed \lambda x [R(G(x))(s)(ed)]$   
 b.  $\| \text{Grau}(x)(s)(ed) \| = 1$  sse  $(x > s) \ \& \ (x-s=ed)$   
 c. A frase é verdadeira sse o valor de referência **x** for superior ao valor padrão **s** e a diferença entre **x** e **s** for igual à extensão diferencial **ed**

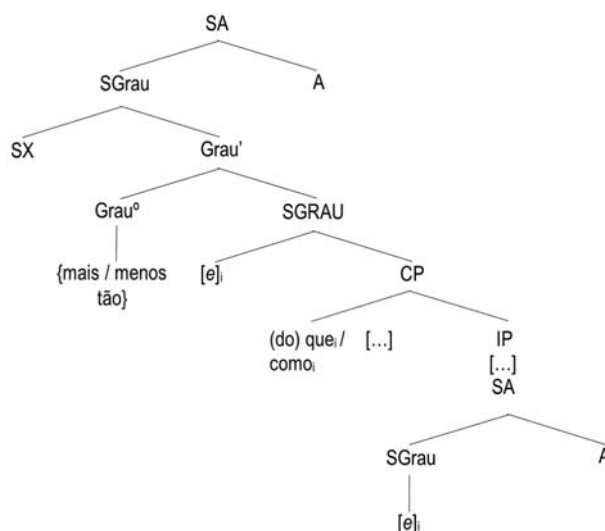
Do ponto de vista sintáctico, a expressão **5 cm** deve estar numa configuração que confirme a sua função semântica de especificador de valor para a variável. Tendo em conta que se trata de um operador quantificado que atribui a um variável no seu escopo um valor fixo, propomos que estas expressões são especificadores funcionais, sendo inseridas em sintaxe numa posição alta —já que antecedem obrigatoriamente o comparativo. Poderá essa posição ser [Spec, DegP]? Voltaremos a esta configuração no capítulo seguinte. Em todo o caso a sintaxe do domínio adjectival deve ter capacidade para receber, na sua estrutura, este tipo de expressão.

Uma outra observação é que as frases em (377) reflectem uma diferença importante entre o Inglês e o Português relativamente à sintaxe adjectival. Naquela língua, as expressões quantificadas podem integrar construções comparativas e construções absolutas, ficando, neste caso, a expressão quantificada adjacente ao adjectivo (377.b). Em Português, pelo contrário, as expressões quantificadas só aceitam integrar construções comparativas, sendo impossível ficarem adjacentes ao adjectivo. Esta diferença sintáctica deverá ser devidamente estudada, mas permite, em todo o caso, concluir que não está disponível em Português nenhuma construção de tipo (377.b), em que o valor do grau de um predicado adjectival é directamente ligado por um operador quantificado. Essa lacuna, que, como veremos, é parcialmente preenchida por outros meios, leva a que em Português seja difícil —e, em muitos casos, impossível— atribuir um valor absoluto ao grau de um

predicado adjectival. Tal diferença permanece, por agora, inexplicável, pelo que tentaremos encontrar uma solução.

A semântica das construções comparativas foi analisada, no caso do Português, por Marques (2003). O autor propõe para os morfemas em Deg a designação ‘operadores comparativos’ e assume que a oração comparativa —ou ‘*sintagma comparativo*’— é seleccionada por um desses operadores. O operador comparativo Grau selecciona o predicado adjectival A. Observando que algumas construções comparativas têm “características típicas de estruturas de coordenação” e outras de “estruturas de subordinação”, Marques retoma propostas de Bresnan (1973) e Peres (1998a) de que “o sintagma comparativo é gerado dentro de um sintagma adjectival, adverbial, nominal ou verbal, deslocando-se, por extraposição, para uma posição de adjunção à frase matriz”. Neste quadro, escreve, “as construções comparativas são basicamente estruturas de subordinação, apesar de a sua estrutura superficial se assemelhar a estruturas de coordenação”.<sup>447</sup> Elaborando sobre o modelo de Peres (1998a), entre outros, Marques propõe para as construções comparativas o seguinte indicador sintagmático.<sup>448</sup>

(379)



<sup>447</sup> Marques (2003:81).

<sup>448</sup> Marques (2003:85).

Como se nota, a sintaxe das comparativas adjectivais é descrita assumindo que o sintagma comparativo está numa posição de adjunção a SA, ou seja, tal como as subordinadas adverbiais em geral, a oração comparativa corresponde a uma estrutura de adjunção. Marques propõe o comentário seguinte:<sup>449</sup>

- (380) A sequência *mais do que X* forma um constituinte, um sintagma de grau, que ocupa a posição de especificador do adjectivo, tal como outros constituintes de grau, como *muito* ou *pouco*. Assumindo que o sintagma de grau também obedece à Teoria X', considerarei que o núcleo será o operador comparativo (isto é, o morfema *mais*, *menos*, *tão* ou *tanto(s)*), que este tem por complemento um sintagma de grau relativizado, e que existe uma posição de especificador do sintagma de grau.

A descrição das construções comparativas assim proposta baseia-se pois na categoria funcional DegP / SGrau: os vários elementos do comparativo dividem-se pelas posições em aberto nessa projecção, nomeadamente a posição [Núcleo,DegP], apta a receber o operador comparativo, a posição de complemento, reservada para o sintagma comparativo, e a posição [Spec,DegP], que pode ser preenchida com expressões como *muito*, *pouco*, *n centímetros*, etc. De forma a que o indicador em (379) possa dar conta da ordem de palavras em Português em certos casos, o autor assume que tem de haver “extraposição”.<sup>450</sup> Apesar de rejeitar a estrutura sintáctica básica de Kennedy (1997) para as comparativas adjectivais, Marques adopta a sua semântica e a sua ontologia: “o significado de um adjectivo graduável corresponde a uma escala —por exemplo, o adjectivo *alto* denota a escala de altura— e o de um sintagma de grau a um ponto dessa escala”. Em consequência, “o operador comparativo denotará uma função de graus para

---

<sup>449</sup> Marques (2003:85).

<sup>450</sup> “Qualquer das análises consideradas em que é assumido que o sintagma comparativo, tal como o operador comparativo, é gerado dentro do sintagma adjectival, nominal ou adverbial terá de assumir a existência de extraposição.” Essa operação tanto pode incidir sobre o sintagma comparativo (*mais alto do que*) como sobre o sintagma de grau (*mais do que X*). Cf. Marques (2003), pp. 85-86. Esta distinção é pertinente para descrever construções comparativas em que o adjectivo não está inserido na construção comparativa, como em (i):

(i) o João é inteligente, mais do que os outros.



graus.”<sup>451</sup> Exemplificando, “no sintagma *mais do que a Ana [é alta]*, *mais* denotará uma função que tem como domínio o grau de altura da Ana e como contradomínio um grau superior.” Em conclusão, um sintagma adjectival como *mais alto do que a Ana* corresponde “à propriedade *ser alto num grau superior ao grau de altura da Ana*”.

### 10.2.2. Construções referenciais e construções quantificacionais

Vejamos agora a distinção introduzida por Marques (2003) entre “construções comparativas que envolvem o modo de predicação referencial e aquelas que envolvem o modo de predicação quantificacional.” Trata-se de uma distinção adaptada de Peres, que a baseia “na perspectiva de que nalguns casos existe predicação sobre indivíduos e noutros sobre quantidades”. A diferença entre predicação sobre indivíduos e sobre quantidades também se manifesta nas construções comparativas “com a ressalva de que a predicação diz respeito a graus e não a indivíduos de outra natureza”. Assim, “as construções comparativas são estruturas de predicação sobre graus, indicando que um grau é superior, inferior ou igual a outro, podendo ser identificado **um grau específico sobre o qual se predica** ou existir uma predicação sobre **quantidades de graus**”.<sup>452</sup> No primeiro caso, estamos perante uma “comparação referencial”, no segundo perante uma “comparação quantificacional”. A título de exemplo, numa frase como *o Paulo é mais alto do que a Ana*, o primeiro grau —aquele que se encontra na frase matriz— não é referencial, ou seja, “não é identificado o grau de altura do Paulo, existindo apenas a informação de que esse grau é superior ao grau de altura da Maria”. Pelo contrário, a predicação sobre o segundo grau que entra no processo de comparação —a altura da Maria— pode ser do modo referencial —é concebível a altura da Maria ser denotada por um valor exacto, como um metro e sessenta.

---

<sup>451</sup> Marques (2003:85).

<sup>452</sup> Marques (2003:59). O sublinhado é nosso.

A impossibilidade de o retomar anaforicamente prova que, nestas construções, o primeiro grau não é referencial (381.a). Inversamente, a existência de anáfora significa que o grau expresso é referencial em (381.b)<sup>453</sup>

- (381) a. \* O Paulo gastou **mais dinheiro** do que a Ana. Eu gastei mais do que **isso**  
 b. O Paulo gastou **mais de cem euros**. O Pedro também gastou **isso**

A anáfora *isso* não pode ter como antecedente em (381.a) a quantidade de dinheiro que o Paulo gastou: esta quantidade não é referencial, pelo que não é interpretável como antecedente da anáfora. Pode contudo ser interpretável quando, como em (381.b) é associada à expressão *mais de cem euros*, sendo o grau denotado de tipo referencial. Será portanto quantificacional uma predicação que for associada a uma comparação em que um grau está associado a mais de um elemento. A conclusão a que o autor chega é a seguinte:

- (382) As construções comparativas veiculam a predicação binária entre graus *ser superior / inferior / igual a*, sendo que o primeiro argumento tem o modo de predicação quantificacional e o segundo argumento pode ter o modo de predicação quantificacional ou referencial.

Esta observação permite-nos concluir que, nas frases seguintes, estamos perante dois tipos distintos de construções, da qual só o segundo tipo pode, em rigor, ser qualificado de comparativo.

- (383) a. O Pedro é **mais rico que nós**, mas trabalhou bastante para **isso**  
 b. O Pedro é **mais rico que nós**, mas não que o João

Os exemplos indicam que *mais rico que nós* é uma construção comparativa, já que pode ser cancelada, com resultado gramatical, como em (383.b).

Aquilo que transparece destes exemplos, no nosso entender, é que as construções comparativas têm uma preferência marcada pela predicação quantificacional e que, em

---

<sup>453</sup> Marques (2003:60).

contrapartida, as construções em que o primeiro argumento tem um valor referencial —que autoriza portanto a anáfora— assemelham-se a casos de quantificação que só superficialmente são comparativos. Repare-se que (383.a) pode ser parafraseado como (384.a) —em que a construção comparativa se encontra substituída pelo quantificador *muito*—, o que não é o caso para (383.b), como se vê em (384.b):

- (384) a. O Pedro é (**muito**) rico, mas trabalhou bastante para **isso**  
 b. \* O Pedro é muito rico, mas não que o João

De facto, a substituição da forma comparativa canónica por uma forma quantificada não produz resultados idênticos. A infelicidade de (384.b) indica-nos que, ao contrário da predicação quantificacional, **a predicação referencial não pode ser cancelada**. Concluimos que o vasto domínio das construções comparativas adjectivais deve na realidade ser reordenado com base numa distinção explícita entre os vários elementos funcionais que predicam sobre as variáveis associadas a um predicado adjectival graduável. Essa reordenação passa, no nosso entender, por uma proposta como (364), aqui repetida em (385), ou seja, por um modelo em que uma parte desses elementos funcionais são de tipo DegA e outra parte de tipo QA.

- (385) a. {tão, demasiado, muito, pouco, bastante, -íssim-, ...} (DegA)  
 b. {mais, menos, tão, tanto, -or} (QA)

No seguimento das observações de Marques (2003) sobre predicação referencial e quantificacional, diremos que **os itens DegA equivalem a uma predicação referencial** ao passo que **os itens QA equivalem a uma predicação quantificacional**. Um elemento funcional DegA, como *muito* em (384.a), tem como função denotar a extensão de uma propriedade e não introduzir uma relação de comparação entre entidades. DegA não pode ser, nesse caso, um elemento relacional no sentido proposto por Kennedy (1997). Repare-se que a predicação por meio de DegA equivale, em (384.a), a um grau positivo —como os parênteses sugerem—, ou seja, nega qualquer relação de igualdade, inferioridade ou superioridade de graus relativamente ao predicado *rico*. Do mesmo modo, a expressão em (383.a) *mais rico que todos nós* só superficialmente é uma construção comparativa, já que,

como mostra o discurso em que está inserida, a sua função principal consiste em avaliar a extensão da propriedade denotada pelo adjectivo graduável *rico*.<sup>454</sup>

### 10.3. Análise da distinção DegA / QA

Como vimos no ponto anterior, existe alguma evidência de que os elementos funcionais associados aos adjectivos graduáveis correspondem a duas funções principais —a de denotação do grau e a da quantificação— e que devem corresponder a duas categorias funcionais distintas. Aqueles que são representados por DegA são elementos referenciais não relacionais e não comparativos; os itens representados por QA são, por seu lado elementos puramente relacionais, quantificacionais e comparativos.

#### 10.3.1.O núcleo funcional QA

Se a especificação do predicado adjectival é realizada por QA, a propriedade denotada pelo adjectivo adquire um valor quantificacional, isto é, é função da diferença entre o grau da propriedade atribuída pelo predicado adjectival e o grau de um valor de referência. Sem retomar em pormenor a ontologia desenvolvida por Kennedy (1997) —cf. p.310—, diremos sucintamente que a propriedade de ser ‘alto’, por exemplo, pode manifestar-se por meio de diferentes ‘*graus*’ de altura, podendo esses graus, no caso de se referir, por exemplo, a altura de um ser humano, ser objecto de comparação entre entidades. Em formas comparativas canónicas — isto é, nos casos em que, para relacionar os valores de dois graus distintos, existem três soluções possíveis: igualdade, inferioridade, superioridade—, ou o grau excede determinado ponto da escala de altura do referente (como em *mais alto que*), ou é mais baixo que determinado ponto dessa escala (como em *menos alto que*), ou iguala o do referente (como em *tão alto como*). Desse ponto de vista, a construção comparativa adjectival envolve um núcleo funcional de tipo

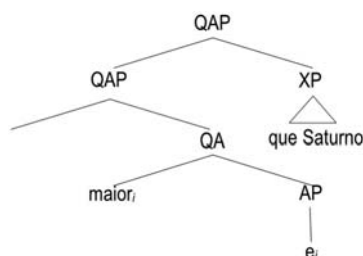
---

<sup>454</sup> Lembramos também o exemplo (357) p.301 (*O Luís é tão inteligente como o Einstein*), em que *tão inteligente como o Einstein* corresponde na realidade a  *muito inteligente*.

QA, apto a quantificar o grau da propriedade atribuída pelo predicado adjectival. A semântica evocada anteriormente dá conta, como vimos, destas construções.

Na perspectiva anterior, o comparativo analítico português, do mesmo modo que as formas comparativas irregulares (flexionadas pelo morfema *-or*), assim como os seus equivalentes nas línguas germânicas, devem ser encarados como construções envolvendo a categoria funcional QAP. Devemos, em primeiro lugar, repensar o comparativo sintético —raríssimo em Português se comparado com a frequência da sua distribuição nas línguas germânicas — como um caso de *Merge Morfológico* do núcleo A com QA, sendo essa operação motivada pelas exigências semânticas do predicado adjectival (cf. (386)). Do ponto de vista morfológico, faz sentido o morfema ligado do comparativo estar associado a um núcleo funcional, na medida em que facilita o mecanismo de *Fusão* entre a raiz adjectival e o morfema. Tal  *fusão* estaria comprometida na hipótese de o grau QA ser um especificador.<sup>455</sup> Vejamos parte da representação sintagmática de um comparativo irregular como *maior*:<sup>456</sup>

- (386) a. Júpiter é **maior** que Saturno  
a'.



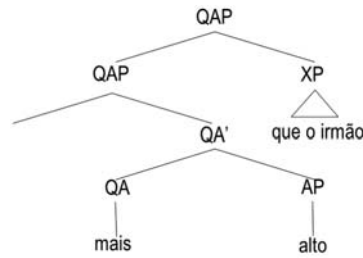
Por outro lado, o comparativo analítico implica a inserção de um morfema autónomo (*mais*, *menos*, *tão*) em [Núcleo,QAP], que atrai A<sup>o</sup>, ficando em aberto o facto de saber se o sintagma XP comparativo é complemento ou adjunto de QAP:<sup>457</sup>

<sup>455</sup> Sobre *Merge Morfológico* e *Fusão*, cf. capítulo 1, p.25.

<sup>456</sup> A notação XP refere o sintagma comparativo

<sup>457</sup> A hipótese funcional não resolve totalmente, contudo, a questão da selecção do operador comparativo pelo núcleo funcional correspondente, dado que os dois não estão numa configuração adequada em termos de selecção semântica.

- (387) a. O João é **mais alto** que o irmão  
a'.



Como foi inicialmente observado, a existência de projecções funcionais dedicadas ao grau comparativo não resolve completamente a questão da selecção do XP comparativo pelo núcleo funcional correspondente, dado que os dois não estão numa configuração adequada. Como núcleo, QA só está em condições de impor restrições de selecção aos argumentos que legitima. Contudo, como sugere a configuração em (386), os morfemas comparativos em [Núcleo,QAP] não podem ser especificados para seleccionar determinado tipo de complementador, na medida em que o não c-comandam. O facto de, em Português, os morfemas *mais* e *menos* seleccionarem exclusivamente o complementador *que*, e de *tão* só permitir *quanto* ou *como*, como se mostra em (388), indica-nos que a configuração de adjunção esboçada anteriormente deverá ser inadequada:

- (388) a. \* A Joana é **mais** alta **como** a Maria  
b. \* A Maria é **tão** alta **que** o João

Uma consequência desta observação é que os operadores comparativos —no sentido de Marques (2003)—, ao contrário do que é admitido, podem não ser complementadores subordinativos. De facto, é habitual, na tradição gramatical, integrar as comparativas no conjunto das orações subordinativas, mas os vários testes propostos para confrontar os operadores comparativos e os complementadores subordinativos apontam para diferenças importantes. Assim, as construções comparativas produzem resultados agramaticais face à ‘clivagem’, o que indica que não podem ser destacadas como constituintes autónomos. Pelo contrário, uma oração causal (subordinativa) aceita a clivagem:

- (389) a. A Joana não é **tão** bonita **como** o Pedro gostaria que fosse  
b. \* É **como** o Pedro gostaria que fosse que a Joana não é **tão** bonita

- c. A Joana não é **tão** bonita como a Maria **porque** é mais velha  
 d. É **porque** é mais velha que a Joana não é **tão** bonita como a Maria

De igual modo, existe assimetria acentuada entre as construções comparativas e as orações subordinadas relativamente à ‘*elipse lacunar*’.<sup>458</sup> Como se sabe, as orações subordinadas não aceitam elipse lacunar, ao passo que as frases coordenadas aceitam:

- (390) a. A Joana convidou o Pedro **e** a Maria [~~e~~convidou] o João (coordenação)  
 b. \* A Joana convidou o Pedro quando a Maria [~~e~~convidou] o João (subordinação)

Do mesmo modo, como se ilustra em (391), a construção comparativa é compatível com o apagamento da sequência *gosta de comer*, ao passo que uma subordinada temporal não admite o apagamento de *come*:

- (391) a. O Pedro gosta **mais** de comer um bom bife **que** a Maria [~~gosta de comer~~] uma sobremesa  
 b. \* O Pedro come um bom bife **quando** a Maria [~~come~~] uma sobremesa

Tendo em conta que este tipo de elipse se caracteriza, entre outros, pela sua afinidade para com as estruturas coordenadas, a gramaticalidade de (391.a) é um bom indicador de que as comparativas não são casos de subordinação. Estes exemplos indicam que as construções comparativas aceitam operações sintáticas que ocorrem em estruturas de coordenação —como a elipse lacunar—, mas não em estruturas de subordinação.

O estatuto sintático das comparativas canónicas é analisado em pormenor por Matos & Brito (2002), que defendem que, em Português, as comparativas canónicas são estruturas coordenadas, o que implica que os operadores comparativos são conjunções e não complementadores subordinativos. Dos vários argumentos apresentados pelas autoras, vejamos os mais relevantes. Em primeiro lugar, comparativas e coordenadas partilham o

---

<sup>458</sup> Cf. Matos (2003:901): “A Elipse Lacunar afecta o verbo principal flexionado da frase ou a sequência de verbos auxiliar(es) e principal, deixando obrigatoriamente realizados dois constituintes, usualmente argumentos do predicado verbal”.

facto de permitirem que a estrutura comparada seja deslocada como um constituinte autónomo, por exemplo, numa exclamativa (392.b), ao contrário das construções subordinadas (392.d):

- (392) a. Há **mais** dicionários do que enciclopédias nesta biblioteca  
 b. [Quantos **mais** dicionários do que enciclopédias]<sub>i</sub> há t<sub>i</sub> nesta biblioteca!  
 c. Há **mais** dicionários nesta biblioteca do que há dicionários na biblioteca central  
 d. \* [Quantos **mais** dicionários]<sub>i</sub> do que [enciclopédias]<sub>j</sub> há t<sub>i</sub> nesta biblioteca há t<sub>j</sub> na biblioteca central

Outra propriedade comum às comparativas canónicas e às coordenadas é que ambas obedecem à ‘*Restrição da Estrutura Coordenada*’, de Ross (1967), ou seja a extracção para fora de uma estrutura comparativa é vedada da mesma forma que o é para fora de uma estrutura coordenada.<sup>459</sup> Assim, em (393.b), **o que** não pode ser extraído por estar presumivelmente numa estrutura de coordenação.<sup>460</sup>

- (393) a. O Luís é **mais inteligente** do que o João é trabalhador  
 b. \* O que<sub>i</sub> é que o Luís é **mais** t<sub>i</sub> do que o João é trabalhador?

A conclusão a que chegam as autoras é que as construções comparativas são estruturas de coordenação. Os elementos (**do**) **que**, **como** ou **quanto**, que introduzem a oração comparativa, não são complementadores mas conjunções. Além disso, estas conjunções estão em coordenação correlativa (“correlative coordination”) com os operadores comparativos **mais**, **menos**, **tão** / **tanto**.<sup>461</sup> Enquanto que as conjunções

---

<sup>459</sup> A REC foi inicialmente proposta por Ross (1967) como forma de justificar as restrições que afectam o movimento de estrutura coordenadas, como em (ii). A conclusão habitual é que as estruturas coordenadas são ‘*Ilhas*’:

- (i) Bill cooked supper and washed the dishes  
 (ii) \* What<sub>i</sub> did Bill cook t<sub>i</sub> and wash the dishes?

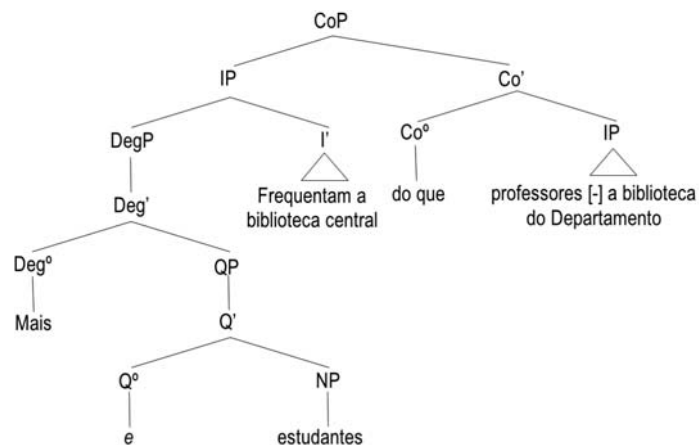
<sup>460</sup> Matos & Brito (2002:57)

<sup>461</sup> As construções comparativas são correlativas na medida em que os conectores comparativos mudam de acordo com o valor exibido pelo elemento de grau. Assim, em Português, **mais** e **menos** determinam a ocorrência de (**do**) **que**, ao passo que **tão/tanto** exige a presença de **como**. Cf. Matos & Brito (2002:65).



projectam uma estrutura funcional CoP, no especificador da qual é inserido o primeiro argumento da comparativa, os operadores comparativos são associados à categoria funcional canónica DegP e seleccionam directamente o predicado comparado. Para dar conta da dependência entre a expressão de grau e a expressão *do que*, que é tradicionalmente imputada a uma estrutura de subordinação, as autoras propõem ainda que há movimento em FL. Mais precisamente, o núcleo Q°, foneticamente nulo, incorpora o núcleo Deg° em FL por meio de movimento de núcleo para núcleo.<sup>462</sup> O indicador seguinte pretende ilustrar a estrutura da frase “Mais estudantes frequentam a biblioteca central do que professores a biblioteca do departamento”:<sup>463</sup>

(394)



Como se nota em (394), a construção comparativa envolve basicamente duas frases. Toda a estrutura pode ser vista como a projecção de uma conjunção Co, que selecciona cada uma das frases como especificador e complemento, respectivamente.

Segundo outras propostas, que não serão aqui desenvolvidas, as construções comparativas —pelo menos algumas delas— serão melhor captados em termos de

<sup>462</sup> O grau *mais* resulta, pois, da incorporação de Q° em Deg°. Cf. Matos & Brito (2002:66).

<sup>463</sup> Matos & Brito (2002:67). **CoP** significa ‘Coordination Phrase’.

estruturas subordinadas ou ainda de orações relativas de grau.<sup>464</sup> A solução poderá passar também pela proposta de Marques (2003), que, como vimos, associa o sintagma comparativo à posição de complemento do núcleo Grau (cf. (379)), embora uma configuração de adjunção, como o autor propõe, não seja também a mais adequada para captar as restrições de selecção entre operadores e conectores comparativos. Além disso, motivação independente, baseada em Kayne (1994), que proíbe movimento para a direita, é um argumento importante contra a ideia de que a oração comparativa seja um adjunto extraposto.

A nossa posição é a de que a estrutura sintáctica das construções comparativas não é fixa e única, mas que cada tipo de comparativa equivale a um tipo de estrutura. No que diz respeito às comparativas canónicas adjectivais, pensamos que a análise de Matos & Brito (2002) é a mais adequada.

Independentemente do tipo de construção adoptado para a comparativa, é de salientar que nenhum dos autores referidos anteriormente levanta a questão da coerência do conjunto de morfemas de grau / quantificação em Português. Ora, prova-se facilmente que uma construção envolvendo DegA referencial —no sentido de Marques (2003)— não aceita os testes apontados para inferir o estatuto de coordenadas das comparativas com QA. A questão que se põe é pois a de saber se a estrutura sintáctica das frases envolvendo DegAP corresponde à coordenação, como parece ser o caso para as frases envolvendo QAP. Os testes anteriores —cf. (388) a (393)—, retomados a seguir, permitem responder que não.

Vamos submeter os morfemas QA e DegA a testes envolvendo comparativas e consecutivas, no pressuposto de que, nestas construções, o termo que legitima a consequência expressa é de tipo DegAP. De facto, se QAP aparece associado às comparativas, DegAP está associado às consecutivas. A especificidade de QAP como

---

<sup>464</sup> Marques (2003:74) cita autores como Napoli e Moltmann. Sobre as relativas de grau, Matos (2003:744) nota que “não parece plausível dizer que a estrutura de comparação em si mesma detém o estatuto de uma frase relativa. Tudo o que se pode afirmar é que há comparativas que incluem no segundo membro da comparação uma relativa”. Exemplo disso será: “A Ana é mais alta *do que o que* tu és.”

projectão funcional comparativa permite dissociar construções comparativas e construções consecutivas. Assim, concluímos que uma oração subordinada como *que já nada lhe serve* em (395.b) não pode ser legitimada por um constituinte de tipo QAP, que, ao contrário de DegAP em (395.c), não está apto a referir o ponto para além do qual a propriedade denotada pelo adjectivo determina as consequências referidas na oração subordinada:

- (395) a. O João está [QAP **mais gordo**] que a Maria (construção comparativa)  
 b. \* O João está [QAP **mais gordo**] que já nada lhe serve  
 c. O João está [DegAP **tão gordo**] que já nada lhe serve (construção consecutiva)

Uma vez definidas as associações QAP/Comparativa e DegAP/Consecutiva, vejamos alguns casos que permitem avaliar se as consecutivas com DegAP são estruturas coordenadas. Em primeiro lugar, as frases envolvendo quantificação de tipo DegAP admitem extracção, ao contrário das frases com QAP:

- (396) a. A Joana é [DegAP **demasiado baixa**] para ganhar o título de Miss Mundo  
 (consecutiva infinitiva)  
 b. O que<sub>i</sub> é que ela é **demasiado** t<sub>i</sub> para ganhar o título de Miss Mundo?  
 c. O que<sub>i</sub> é que ela não vai ganhar t<sub>i</sub> por ser **demasiado baixa**?

Em segundo lugar, as estruturas com DegAP aceitam *clivagem*, ao contrário das estruturas com QAP:

- (397) a. A Joana é [DegAP **demasiado baixa**] para ganhar o título de Miss Mundo  
 b. É por ser **demasiado baixa** que a Joana não vai ganhar o título de Miss Mundo

Em terceiro lugar, as estruturas envolvendo DegAP são incompatíveis com um tipo de construção chamada ‘*Elipse lacunar*’, que, como vimos, indica uma construção coordenada:

- (398) a. O Pedro está [QAP **mais** bem disposto] de manhã do que a Maria [~~está bem disposta~~] de tarde  
 b. \* O Pedro está [DegAP **tão** bem disposto] de manhã que a Maria [~~está bem disposta~~] de tarde

Em quarto lugar, as estruturas com DegAP são incompatíveis com a construção *Objecto Nulo* (cf. Matos, 2003). Nesta construção, “o verbo tem preferencialmente por complementos sintagmas nominais que denotam entidades” e “os antecedentes do constituinte nulo são constituintes nominais (sintagmas nominais, sintagmas determinantes ou sintagmas quantificacionais) que denotam entidades específicas”. Nesse caso, podem ser “substitutos do constituinte omitido tanto o pronome invariável *-o/isso*, como o pronome pessoal, pois qualquer destas formas pronominais pode denotar uma entidade”. Os dois casos são ilustrados a seguir:<sup>465</sup>

- (399) a. O Pedro comprou dois livros e ofereceu [<sub>DP</sub> -] à filha  
 b. O Pedro comprou dois livros e ofereceu-**os** à filha

Contudo, as construções de *Objecto Nulo* “estão tipicamente limitadas a frases principais (coordenadas ou não) e a frases subordinadas complemento de um núcleo verbal”, sendo, em contrapartida “excluídas do domínio de subordinação adverbial e relativa”.<sup>466</sup> Assim, no exemplo seguinte, *Objecto Nulo* é excluído por ocorrer numa oração relativa:

- (400) ?? A RTP transmitiu o jogo ontem mas houve vários amigos meus que só viram [<sub>DP</sub>-] hoje

Ora, as construções de *Objecto Nulo* não podem, do mesmo modo, ser associadas a construções adjetivais como orações consecutivas de intensidade.<sup>467</sup> Nesse caso, o

---

<sup>465</sup> Exemplos de Matos (2003), p.887. As construções *Objecto Nulo* estão ainda associadas às construções de *Extracção Simultânea do Clítico*, como em (i) —cf. Matos (2003:834):

(i) Ele também *o* vira [-] e reconheceu [-] imediatamente.

<sup>466</sup> Matos (2003:888).

<sup>467</sup> Brito (2003:755).

constituente omitido, que corresponde presumivelmente em (401) à sequência **vestidos tão caros** gera agramaticalidade, pelo que o pronome pessoal **os** é obrigatório:<sup>468</sup>

- (401) a. A Maria compra **vestidos** [<sub>DegAP</sub> **tão caros**] que nem a Joana **os** pode comprar  
 b. ?\* A Maria compra **vestidos tão caros** que nem a Joana pode comprar [<sub>DP-</sub>]

Nestas frases, o problema consiste em justificar a infelicidade de (401.b) relativamente a (401.a), ou seja, explicar o que é que bloqueia o *Objecto Nulo*. A nossa conclusão é que a oração consecutiva é uma construção subordinada, o que implica, nos termos de Matos (2003), que seja incompatível com *Objecto Nulo*.

Face a estes casos, constatamos que as construções adjectivais que envolvem a projecção funcional DegAP e orações consecutivas não podem ser casos de coordenação. Tendo em conta que a categoria DegAP só entra em relações de dependência semântica nas construções consecutivas, será ainda de concluir que as consecutivas não são casos de coordenação. De facto, para isso aponta a tradição gramatical e a literatura linguística. Brito (2003), por exemplo, nota que “as consecutivas diferem das comparativas pelo facto de o *que* ser um complementador”. A conclusão mais significativa destes casos, contudo, é que existe legitimidade acrescida para distinguir entre elementos quantificacionais e elemento referenciais no domínio funcional do adjectivo. Concretamente, a distinção entre QAP e DegAP sai reforçada da análise proposta.

Nesta secção, analisámos muito sucintamente alguns aspectos da sintaxe das comparativas canónicas e das consecutivas. Um dos pontos mais importantes a reter é que as consecutivas são subordinadas, enquanto o estatuto das orações comparativas é mais difícil de determinar. Acentuam-se, nestes dois tipos de orações, as diferenças entre expressões de grau (nas consecutivas) e expressões de quantificação (nas comparativas).

---

<sup>468</sup> A atracção do clítico para a esquerda do verbo (*próclise*) é induzida pelo operador negativo *nem*. cf. Duarte (2003), p.853-854

### 10.3.2. O núcleo funcional DegA.

Propomo-nos, nesta parte, defender a hipótese de que existem fortes indícios de uma aproximação entre Deg e Det. Essa proposta é, numa primeira fase, associada à análise de vários indícios cruzados: os traços [+anafórico] e [+referencial], as construções de “anáfora atributiva”, os “DP polidefinidos” e os “Sintagmas adjectivais excepcionais”.

#### 10.3.2.1. DegA e os traços [anafórico] e [referencial]

No caso de especificação por DegA<sup>o</sup>, a propriedade denotada pelo adjectivo é atribuída referencialmente, isto é, fica pontualmente definida e exclui qualquer operação sobre comparação de graus. Esta exclusão determina a impossibilidade de os itens DegA participarem em orações comparativas:

- (402) a. O João é **mais** rico que a Maria  
 b. \* O João é **muito** rico que a Maria

Essa capacidade referencial está claramente ilustrada em (403), onde a expressão de grau **tão** identifica um ponto específico<sup>469</sup> na escala do predicado **alto**:

- (403) O João mede exactamente 2 m e 10 de altura. Nunca vi ninguém [**tão** alto]

Como qualquer expressão referencial, é de notar que os itens DegAP podem ser substituídos por expressões anafóricas como *a esse ponto* ou *assim*. Ora, como foi analisado por Marques (2003) —cf. exemplo (381)—, as expressões referenciais quantificadas são tipicamente itens que admitem relações anafóricas. O exemplo (381), aqui proposto de novo em (404), pode agora ser justificado com base na distinção DegAP / QAP: as expressões QAP são puramente quantificacionais e não podem por isso entrar em relações anafóricas:

---

<sup>469</sup> Note-se que **tão** pode inclusivamente ser reforçado via acentuação silábica.

- (404) a. \* O Paulo gastou [<sub>QAP</sub> **mais dinheiro** do que a Ana]<sub>i</sub>. Eu gastei mais do que **isso**;  
 b. O Paulo gastou [<sub>DegAP</sub> **mais de cem euros**]<sub>i</sub>. O Pedro também gastou **isso**;

Como elemento referencial, DegA manifesta outras propriedades. A expressão de grau **tão** em (405.b) identifica um ponto na escala de grau de **magro**, que aponta para **30 quilos**. Em (405.c), a *expressão-Q* exclamativa **que**, que tem escopo sobre o grau atribuído pelo adjectivo **alto**, indica um ponto na escala precisamente especificado na resposta fornecida.

- (405) a. O João mede exactamente 2 m e 21 de altura. Não conheço ninguém [**tão** alto]  
 b. O João pesa 30 quilos? Uma pessoa [**tão** magra] só pode estar doente  
 c. [**Que** alto] o João está! -Sim, tem **precisamente** 1 m e 93 de altura

Além de (405), em que se refere um ponto preciso, DegA pode referir também um intervalo, ou seja a distância entre dois pontos específicos na extensão denotada pelo adjectivo (406.a.b). Trata-se geralmente de uma medição relativa ou estimativa. Note-se, contudo, que a denotação de um intervalo não está ao alcance de QA —veja-se a interpretação anómala de (406.c.d)—, o que reforça a especificidade semântica de cada núcleo funcional. Quanto a (406.e), a anáfora **a esse ponto** atribui a **rico** o grau vago —mas positivo— denotado pelo adjectivo *elativo colossal*:<sup>470</sup>

- (406) a. Os mastros do barco têm entre 15 e 20 m de altura. Não sabia que havia mastros [<sub>DegP</sub> **tão** altos]  
 b. Os candidatos são [<sub>DegP</sub> **muito** jovens]: embora adultos, nenhum tem mais de 20 anos  
 c. \*? Os mastros do barco têm entre 15 e 20 m de altura. Não sabia que havia mastros [<sub>QP</sub> **mais** altos]  
 d. ?? Os candidatos são [<sub>QP</sub> **mais** jovens]: embora adultos, nenhum tem mais de 20 anos  
 e. A fortuna do Bill Gates é colossal; como se pode ser [rico **a esse ponto**]?  
 \_\_\_\_\_

<sup>470</sup> Relativamente ao exemplo (406.e), note-se que pode haver extraposição da expressão anafórica relativamente ao adjectivo: “rico a esse ponto / a esse ponto rico”.

A função denotadora de DegA, exemplificada em (405) e (406), é pois aparentada ao papel referencial desempenhado pelos determinantes definidos, o que justifica o epíteto inicial ‘*determiners-like*’ atribuído por Bresnan (1973) —cf. p.302.

Até que ponto DegA pode ser um Det? A análise do superlativo pode fornecer dados relevantes. Como se sabe (Heim, 1994), a definitude constitui parte do significado do grau superlativo, o que se comprova facilmente com a agramaticalidade dos superlativos associados a determinantes indefinidos ou existenciais:

(407) O João é / o / \*um / \*algum / maior da turma

A ocorrência do artigo definido *o* em construções superlativas adjetivais —com elipse da categoria nominal— será pois sintomática da natureza definida de DegA (cf.(408)), e não deve surpreender, se assumirmos, como em (409), que esse artigo ocupa a posição DegA° e que o morfema livre associado ao superlativo está em [Núcleo,QAP]. Haverá assim na sequência *a mais estúpida* uma ‘*divisão de trabalho*’ entre QAP, que compara o grau do predicado com o referente, e DegAP, que identifica um ponto específico na escala desse grau, ao qual o referente *Maria* é associado —neste caso, DegAP é o valor de referência, o ponto máximo:

(408) A Maria é [**a mais** estúpida] da turma

(409) [<sub>DegAP</sub> a [<sub>QAP</sub> mais [<sub>AP</sub> estúpida]]].

De acordo com esta hipótese, do ponto de vista semântico, *a* em (409) é um item DegA e assume a mesma função referencial que o artigo definido em construções como (410.a.b). Note-se que o adjectivo não graduável *favorita* pode, nestas frases, ser substituído por uma construção superlativa explícita com um significado próximo (410.c), mas é ele próprio incompatível com QAP (410.d):



- (410) a. A Maria é [DP **a favorita**] da professora  
 b. A Maria, **a favorita** da professora, é irmã do João.  
 c. A Maria é [DegAP **a mais** querida] da professora  
 d. \* A Maria é **a mais favorita** da professora

Assumimos, assim, que em (410.c), o xAP *a mais querida* é um DegAP, em que *a* está em [Núcleo,DegAP] e *mais* em [Núcleo,QAP]. Pelo contrário, em (410.a), xAP emerge como um DP, depois da operação *Emergir* entre o adjectivo com o traço [+humano] *favorita* e o Det *a* —cf. capítulo 8, p.274. Em ambos os casos, trata-se de uma expressão referencial predicando sobre o sujeito da frase uma qualidade superlativa.

### 10.3.2.2. Ocorrência de DegA em anáforas atributivas

Para reforçar a nossa proposta sobre o papel referencial de DegA, consideremos a seguir a semântica das ‘anáforas atributivas’ (Corazza, 2005), construções exemplificadas em (411):

- (411) [o João]<sub>i</sub> ficou de vir mas [o estúpido]<sub>j</sub> perdeu o comboio

Nestas construções, *o estúpido* é interpretado como uma expressão nominal (um DP). Na óptica de Corazza, trata-se de um caso de eclipse do nome, mas, como foi descrito no capítulo anterior, pensamos que estas construções devem ser consideradas exemplos de *emergência* de A como N, ou seja, o DP de superfície resulta da *combinação* dos elementos Det e A. O facto de a descrição definida *o estúpido* ser uma expressão referencial, de manter uma relação anafórica com outro DP e de manifestar o traço [+humano] reforça a nossa análise. Note-se que com verbos que seleccionam orações subordinadas como argumento interno, estas construções revelam ambiguidade:

- (412) a. \* O João<sub>i</sub> acha que [o estúpido]<sub>j</sub> é rico (leitura anafórica)  
 b. O João<sub>i</sub> acha que [o estúpido]<sub>k</sub> é rico (leitura disjunta)

A agramaticalidade de (412.a) explica-se facilmente na medida em que, se *o estúpido* é uma expressão nominal usada anaforicamente, esta não se encontra numa configuração de c-comando relativamente ao seu antecedente. Para a frase ser gramatical, a categoria seleccionada deveria ser livre, no sentido de Chomsky (1981). Inversamente, a leitura disjunta implica para as duas expressões referentes distintos. Sendo uma ‘anáfora atributiva’, a sequência *o estúpido* deve ser considerada co-indexada com o DP sujeito, remetendo para o mesmo referente (*o João*). O DP *o estúpido* recebe a sua identificação do antecedente, ao qual, simultaneamente, atribui a qualidade expressa pelo predicado adjectival.<sup>471</sup> As duas expressões são pois co-referenciais e o item *o* comporta-se aparentemente como um determinante definido em [Núcleo,DP].<sup>472</sup>

Ora, os epítetos, especialmente os históricos<sup>473</sup>, são habitualmente analisados como exemplos de descrições definidas<sup>474</sup>, sendo, nesse caso, frequentemente integrados com o seu referente em expressões compostas, formando um cognome:<sup>475</sup> “Solimão o Magnífico”; “Jack o Estripador”; “Alexandre Le Grand (‘Magno’)”, Afonso III o Sábio, etc.<sup>476</sup>. Lopes (1971), entre outros autores, refere estes casos como exemplos de ‘aposições’, na medida em que os cognomes correspondem a nomes plenos, inseridos por motivações mnemónicas e históricas, sendo, na sua maioria, expressões redundantes.<sup>477</sup>

---

<sup>471</sup> Note-se que estas construções só fazem sentido com anáforas atributivas implicando *epítetos* no sentido aristotélico (cf. capítulo 2), ou seja um adjectivo, geralmente de sentido pejorativo, usado com base em critérios ético-morais. Uma frase como a seguinte não faz pois sentido:

(i) \* O João ficou de vir, mas o bonito/grande/inteligente perdeu o comboio.

<sup>472</sup> Para Corazza (2005), que compara estas construções adjectivais aos ‘quase-operadores’ em Inglês, isto é, anáforas do tipo *she herself* (“Jane believes that *she herself* is rich” vs \* “Jane believes that *the idiot* is rich”), o enunciado em (411) deve na realidade ser interpretado como sendo ‘multi-proposicional’, ou seja o sentido de (411) implica duas proposições sobrepostas, sendo explícita a proposição “O João perdeu o comboio” e implícita “O João é estúpido”.

<sup>473</sup> Do ponto de vista da gramática clássica, o epíteto histórico corresponde a um adjectivo precedido de um artigo, numa construção de aposição relativamente a um substantivo, como em “Plínio, o velho”.

<sup>474</sup> Podem também ser usados para denotar grupos humanos (“os negros”, “os gordos”, “os velhos”), figuras simbólicas (“a Virgem”, “o Altíssimo”), etc. Sobre estas *construções humanas*, cf. Lopes (1971), Kester (1996)

<sup>475</sup> Neste caso, a vírgula que separa o nome e o atributo desaparece.

<sup>476</sup> Em todos os casos anteriores, as normas de representação histórica implicam que o epíteto leve uma maiúscula, o que equivale a um ‘adjectivo próprio’.

<sup>477</sup> Como vimos no capítulo 8, Lopes (1971) considera as elipses nominais como verdadeiras expressões nominais.

Podemos considerar que os epítetos históricos representam casos sintacticamente relevantes para a questão aqui debatida: independentemente da sintaxe deste tipo de anáforas atributivas, parece plausível propor que *o* em *o magnífico* ocupa a posição de Deg<sup>o</sup>, dada a natureza adjectival de *magnífico*.<sup>478</sup> De especial relevância é a inserção de um elemento DegA à direita do nome e, presumivelmente, acima do AP.<sup>479</sup> Consideramos que a sua inserção nestas construções se justifica de forma a fixar os traços [+referencial] e [+definido]. *o* estará pois em [Núcleo, DegAP].<sup>480</sup>

Um comportamento interessante das ‘anáforas atributivas’ é que admitem a substituição do artigo definido pelo demonstrativo, com resultados inequivocamente gramaticais: *o João, aquele imbecil, a Maria, essa tonta*. Inversamente, o referente pode ser um pronome cujo conteúdo é definido contextualmente. Alguns exemplos destas construções são dados a seguir:

- (413) a. Bush, o idiota, invadiu o Iraque  
 b. Jack o Estripador nunca foi identificado  
 c. Afonso III o Sábio era muito popular  
 d. O João, aquele tonto, faltou ao exame  
 e. Nós, os azuis, somos os melhores

O que podemos concluir desses diversos casos de ‘anáforas atributivas’, em que um adjectivo, aposto ou não, aponta para um referente quando acompanhado de um determinante (ou seja, quando o adjectivo se assume como um nome)? Em primeiro lugar, note-se a semelhança desta construção com o exemplo dado em (410.b) (*a Maria, a favorita da professora*). Podemos concluir que, também nos casos de ‘anáforas

<sup>478</sup> Nos DPs cujo núcleo é um nome próprio —isto é um ‘designador rígido’, como *Solimão*—, a posição Det<sup>o</sup> está vazia mas poderá ser preenchida em LF pela subida do NP, de forma a evitar uma interpretação existencial por defeito (Longobardi 1994).

<sup>479</sup> Note-se que os epítetos históricos integram expressões quase compostas, na medida em que o artigo definido não está livre (não pode ser pluralizado nem contabilizado): \*Alexandre e Luís XIV os Grandes.

<sup>480</sup> Se alargarmos as construções anteriores a nomes toponímicos, podemos detectar o mesmo tipo de padrão: ‘*Idanha-a-Nova*’, ‘*Andorra-la-Vieja*’, ‘*Villenauxe-la-Petite*’, ‘*Rosoy-le-Vieil*’.

*atributivas*’, o Det desempenha um papel de identificador do referente, típico das descrições definidas. Se a descrição indefinida compromete a *anáfora* (414.a.b), em contrapartida qualquer determinante definido a reforça, incluindo demonstrativos e possessivos (414.c.d). Em qualquer caso, o papel do determinante é aqui de ‘*designador de unicidade*’ do referente ao qual o adjectivo atribui a sua propriedade:

- (414) a. \* O João, um tolo, perdeu o comboio  
 b. \* O João disse que vinha, mas um tolo perdeu o comboio  
 c. Tu, meu imbecil, cala essa boca!  
 d. O João, aquele tolo, perdeu o comboio

Outra ilação a tirar das ‘*anáforas atributivas*’, e que de novo reforça a nossa proposta de aproximar DegA e Det e distinguir DegA de QA, relaciona-se com o facto de o Det poder ser substituído por uma expressão DegA, mas não por uma expressão QA. Vejamos em (415) casos de ‘*anáfora atributiva*’ e em (416) construções com adjectivos apostos:

- (415) a. O João disse que vinha, mas [<sub>DegAP</sub> **muito** estúpido], perdeu o comboio  
 c. \* O João disse que vinha, mas [<sub>QAP</sub> **mais** estúpido], perdeu o comboio
- (416) a. O João, [<sub>DegAP</sub> **tão** estúpido], faltou ao exame  
 b. \* O João, [<sub>QAP</sub> **mais** estúpido], faltou ao exame

Se as frases em (415.a) e (416.a) são boas, é porque o constituinte DegA mantém as propriedades anteriormente atribuídas ao Det em construções de ‘*anáfora atributiva*’, nomeadamente a sua capacidade em denotar unicidade, neste caso um ponto específico do grau da qualidade (melhor seria dizer “defeito”) atribuída pelo adjectivo, e consequentemente o referente.

Significativamente, a ‘*anáfora atributiva*’ rejeita sistematicamente a inserção de uma expressão DegA. Essa restrição, exemplificada em (417), explica-se pela incompatibilidade entre o artigo *o* e a expressão DegA, que denotam ambos um ponto da extensão da propriedade adjectival: trata-se presumivelmente de dois itens que co-ocorrem no núcleo DegA<sup>o</sup>, o que torna a construção (417.c) agramatical:

- (417) a. O João, **o estúpido**, faltou ao exame  
 b. O João, **muito estúpido**, faltou ao exame  
 b. \* O João, **o {muito/demasiado/bastante} estúpido**, faltou ao exame

De um ponto de vista descritivo, a incompatibilidade entre a ‘*anáfora atributiva*’ e a inserção de uma expressão DegA (*muito, tão, bastante, pouco*, etc.) reforça a nossa proposta. De facto, a agramaticalidade de (417.c) assevera-se enigmática na medida em que, do mesmo modo que a construção superlativa (cf. *o mais estúpido*), também \* *o muito estúpido* mobiliza um adjectivo antecedido daquilo que aparenta ser um artigo e um grau. Ao contrário do superlativo, contudo, em que os núcleos funcionais DegA° e QA° são devidamente preenchidos por expressões semanticamente apropriadas, temos de admitir que, nas construções de *anáfora atributiva*, o Det, por ser uma expressão equivalente a DegA neste tipo de contexto, não pode co-ocorrer com outra expressão DegA.

A assimilação de um núcleo funcional de tipo DegA° a um Det é suportada por dados extraídos do Espanhol. Nessa língua, Bosque & Moreno (1988) analisam o conjunto de Det definidos, que, como se sabe, variam no singular em [+masculino] (*el*), [+feminino] (*la*) e [+neutro] (*lo*). Ora, os autores associam o Det [+neutro], em determinados contextos de predicação, a vários tipos de leitura, incluindo uma leitura quantificacional. Aquilo que aqui nos parece relevante é a construção em que um adjectivo é antecedido pelo Det *lo*, o que acontece em estruturas predicativas internas às expressões nominais:

- (418) a. **Lo interesante** del libro es el primer capítulo (Leitura individual)  
 ‘aquilo que é mais interessante no livro é o primeiro capítulo’
- b. Me asusta **lo difícil** de la empresa (Leitura qualitativa)  
 ‘assusta-me a que ponto a tarefa é difícil’
- c. Pepe trabaja **lo necesario** (Leitura quantitativa)  
 ‘o Pepe trabalha o suficiente’

Na realidade, além da eventual diferença interpretativa detectada pelos autores, os exemplos em (418), como se comprova pela sua tradução em Português, implicam sempre uma operação de graduação. Repare-se que a expressão *lo difícil de la empresa* em (418.b) denota um grau sem contudo haver qualquer item de grau ou de medição explícito, o que

não é possível, pensamos, em Português —o equivalente em Português teria que incluir um desses itens: *o mais difícil desta tarefa*. Consideramos ainda que (418.a) tem o mesmo tipo de interpretação e também requer em Português a inserção de *mais*. No caso de (418.c), contudo, essa inserção é desnecessária devido à natureza adverbial do modificador. Crucialmente, não é possível inserir em (418.a.b) nenhum item de tipo DegA, como *muito*, *bastante*, nem nenhum elemento do conjunto de expressões que denotam um grau absoluto, como *extremamente*, *completamente*:

- (419) a. \* Lo muy interesante del libro es el primer capítulo  
 b. \* Me asusta lo muy difícil de la empresa  
 c. \* Me asusta lo extremamente difícil de la empresa

Esta restrição decorre naturalmente do facto de, como indicámos anteriormente, haver co-ocorrência de dois itens DegA: *lo* e *muy*. Apesar de estas estruturas não aparecerem explicitamente em Português, é contudo possível detectar alguma convergência entre as mesmas e os casos de anáfora anteriormente discutidos. Repare-se que a agramaticalidade de uma sequência como \* *o bastante estúpido*, ou \* *a tão parva* a seguir, recebe uma justificação simples:

- (420) \* A Joana, **a tão parva**, desistiu do Pedro

Na realidade, os adjectivos, nestas construções, nunca podem ser promovidos a nomes, porque já passaram por *Merge* com um item funcional adjectival *tão*. Sendo seleccionado por *tão* e emergindo naturalmente como adjectivo graduável, o item *parva* não pode, numa fase posterior da derivação, *compor* com um núcleo funcional nominal Det. Note-se que este problema não se manifesta se o núcleo funcional com o qual o adjectivo *compõe* for um grau superlativo (*a mais parva*), porque, ao contrário de DegA, o morfema QA não selecciona especificamente um adjectivo, o que implica que, quando

compõe com *mais*, o adjectivo *rico* tem ainda a posição DegA<sup>o</sup> livre para *Emergir*.<sup>481</sup>

A presença do artigo definido num DP emergente como *a favorita* em (410), ou nestas construções de ‘anáfora atributiva’, que têm em comum uma operação de *emergência* entre Det e A, resulta na unicidade da qualidade predicada pelo adjectivo, ficando a leitura quantificacional bloqueada. Da mesma maneira, a presença de um determinante definido no sintagma adjectival superlativo (cf. (408)) tem por efeito atribuir uma propriedade de unicidade ao referente da expressão adjectival quantificada.

Há contudo que referir que, em posição atributiva (dentro de um DP com um N lexical), o superlativo adjectival fica dividido entre a posição pré-nominal e a pós-nominal. Nesta última, o superlativo assemelha-se formalmente a um comparativo, apesar de ser interpretado como superlativo nos dois casos:

- (421) a. **A história mais linda** de todas  
 b. **A mais linda** história de todas  
 c. \* Uma mais linda história / \* Uma história mais linda (*leitura superlativa*)  
 d. Uma história mais linda (que...) (*leitura comparativa*)

O facto de *mais linda* em (421.a) ser interpretado como um superlativo não deixa de ser inesperado na medida em que a presença do Det definido acima de N, separado portanto do adjectivo, deveria comprometer o valor referencial da construção superlativa. Quando, como em (421.b), o superlativo é pré-nominal, podemos então concluir que o Det inserido corresponde ao mesmo tempo a um Det nominal e a um operador referencial, embora esta distinção semântica não se manifeste na estrutura de constituintes. Note-se, contudo, que não é possível inserir nessa posição um Det indefinido (421.c). Além disso, a inserção de um indefinido em conjunção com um superlativo pós-nominal equivale a um comparativo (421.d).

Se, em Português, esta explicação é pouco produtiva —porque os Det são por definição operadores referenciais—, existem, contudo, línguas em que se manifestam

---

<sup>481</sup> O superlativo é incompatível com a construção de ‘anáfora atributiva’, já que inclui um operador comparativo (como *mais*) e não pode, como tal, limitar-se a um DP anafórico.

explicitamente dois Dets quando um superlativo é inserido, presumivelmente um para o nome e outro para o superlativo. Nessas línguas, a distinção semântica entre Det nominal e Det adjectival (DegA) manifesta-se explicitamente na estrutura de constituintes. Em Francês, se o superlativo tem também acesso às duas posições atributivas canónicas, o Det definido é sempre requerido, o que leva à sua repetição —contudo formalmente proibida em Português (422.d)— quando o superlativo está em posição pós-nominal (422.b):

- (422) a. **La plus belle** fille  
 b. **La fille la plus belle**  
 c. \* **La fille plus belle**  
 d. \* **A rapariga a mais linda**

A repetição obrigatória —e inesperada em termos de eficiência— do item *la* corresponde na realidade, na nossa hipótese, à inserção de dois constituintes distintos: a primeira ocorrência de *la* é um Det nominal, e a segunda é um Det adjectival. Como ilustram (422.c) e (422.d), o Português e o Francês diferem pelo facto de o Det nominal poder ou não legitimar o traço [referencial] associado ao grau superlativo.

A mesma observação pode ser feita em Hebreu moderno, embora só em posição pós-nominal, já que, nesta língua, não há superlativos pré-nominais (Shlonsky 2004):

- (423) **ha haxlata ha yoter btuxa** (Hebreu)  
 a decisão a mais certa  
 ‘a decisão mais acertada’

De novo a repetição do Det definido *ha* em posição pós-nominal e pré-adjectival deve ser entendida como a inserção, na estrutura de constituintes, de dois morfemas distintos: Det e DegA.

Se casos como (422) e (423) são habitualmente referidos como exemplos de retoma do traço nominal [+def] em construções de ‘*Concordância de Definitude*’ (“Definiteness Agreement”) ou ‘*Definitude Múltipla*’ (“Multiple definiteness”), como nas línguas Escandinavas (Delsing 1993, Kester 1996), a análise aqui proposta opta, em contrapartida, por atribuir à estrutura de constituintes um papel central para descrever a semântica do superlativo. Vamos de seguida enquadrar essa semântica na questão da ‘*polidefinitude*’ ou retoma do Det definido.



### 10.3.2.3. Polidefinitude

A hipótese da polidefinitude, isto é, de um Det adjectival ou de um duplo Det no DP, foi estudada para diversas línguas por autores como Delsing (1993), Kester (1996), Alexiadou & Wilder (1998), Matushanky (2005). Vejamos alguns dados. Na maioria das línguas escandinavas, o Det definido é normalmente realizado como sufixo nominal. Contudo, quando uma expressão nominal contém um adjectivo atributivo, passa a haver no DP um Det pré-adjectival além do Det nominal já presente. No exemplo seguinte em Sueco, vemos em (424.a) um DP simples e em (424.b) um DP com adjectivo atributivo:<sup>482</sup>

- (424) a. **huset** (Sueco)  
 casa-a  
 ‘a casa’
- b. **det stora huset**  
 a grande casa-a  
 ‘a casa grande’

O Det definido aparece pois duas vezes em (424.b), primeiro como morfema livre pré-adjectival e depois na sua forma sufixal habitual. Tendo em conta que, nestes exemplos, o adjectivo manifesta uma flexão ‘*fraca*’ —por oposição à flexão ‘*forte*’ presente no DP indefinido—, e que *[-et]* é um morfema definido, autores como Delsing (1993) e Svenonius (1994) têm considerado que estes DPs são exemplos de ‘*Definitude Múltipla*’.<sup>483</sup>

A repetição do Det no DP aparece como um facto transversal a várias línguas. Partindo do Grego moderno, Alexiadou & Wilder (1998) notam, na sua análise do DP, que

---

<sup>482</sup> Exemplos de Delsing (1993), citados por Kester (1996).

<sup>483</sup> A referência a Svenonius (1994) é de Kester (1996).

o artigo definido surge em posição inicial, mas que repete (ou se pode repetir) perante cada adjectivo atributivo pós-nominal:<sup>484</sup>

- (425) a. **to** megalo kokkino vivlio (Grego)  
 o grande vermelho livro  
 ‘o grande livro vermelho’
- b. **to** vivlio **to** kokkino **to** megalo  
 o livro o vermelho o grande  
 ‘o grande livro vermelho’
- c. \***to** vivlio kokkino megalo

Como se vê, são possíveis várias ocorrências do artigo definido dentro do mesmo DP, sendo cada adjectivo pós-nominal acompanhado do seu determinante (425.b), fenómeno que é designado, de acordo com Androutsopoulos (1995), como ‘*Determiner Spreading*’ ou ‘*Definiteness Spreading*’ (DS). Este “artigo adjectival” é opcional para os adjectivos pré-nominais, mais obrigatório para os adjectivos pós-nominais (425.c). Note-se também que a ordem {D-A-N} é rígida quando não há DS, mas livre quando há DS, ou seja, qualquer adjectivo pode estar antes ou depois de N, sem restrições de ordem, se acompanhado pelo definido *to*. Os autores notam que uma maneira de explicar DS é optar pela hipótese funcional para os AP, caso em que os Det em excesso seriam núcleos funcionais acima do AP. O problema é que, seguindo a análise habitual do adjectivo, os autores concluem que acima de AP não está nenhum Det, só estão expressões de grau, e DS não tem a ver com a expressão do grau adjectival. A solução adiantada por Alexiadou & Wilder é portanto considerar que os adjectivos precisam (ou podem precisar) de um Det próprio quando são predicados atributivos (internos ao DP), ou seja, a sintaxe do adjectivo atributivo exige Dets múltiplos. Os autores seguem Kayne (1994), segundo o qual o AP atributivo é um predicado projectando como complemento de Det, e o NP é o sujeito do

---

<sup>484</sup> Alexiadou & Wilder (1998:303).

AP predicativo, sendo este quadro baseado na ideia de Kayne de que todos os adjectivos derivam de orações relativas, ou que são relativas reduzidas.

Com base na hipótese funcional alargada anteriormente proposta para o AP, pensamos que é pouco provável que os adjectivos sejam (sistematicamente) relativas reduzidas. Em contrapartida, DS em Grego moderno é um fenómeno que tende a confirmar a dupla projecção DegA/QA aqui defendida. Note-se que DS é impossível com artigos indefinidos:

(426) \* **ena** megalo **ena** kokkino **ena** vivlio (Grego)  
um grande um vermelho um livro

Se invocarmos o facto de, no superlativo, DegA° acolher presumivelmente o definido *o* (mas rejeitar o indefinido *um*), podemos considerar que DS corresponde à presença do artigo definido em DegA°, confirmando assim que DegA° é um núcleo ‘*determiner-like*’.

Em Árabe, o adjectivo flexiona em caso, número e género com o nome. Contudo, quando o nome é definido, o Det definido *al* deve ser repetido perante cada adjectivo:<sup>485</sup>

(427) a. bayt-u-n kabir-u-n (Árabe)  
casa-NOM-INDEF grande-NOM-INDEF<sup>486</sup>  
‘*uma casa grande*’

b. **al**-bayt-u -l-kabir-u  
a-casa-NOM a-grande-NOM  
‘*a casa grande*’

DS corresponde em Árabe, segundo Kremers (2003), à distribuição do traço [def]: os indefinidos são marcados pelo sufixo *[-n]*, como em (427.a), mas os definidos são marcados pelo Det *al* definido, que é retomado antes do adjectivo atributivo —com

<sup>485</sup> Exemplos de Kremers (2003).

<sup>486</sup> NOM: nominativo; INDEF: indefinido.

redução da vogal /a/ —cf. (427.b). O autor explica que se trata de um Det adjectival explícito, associado ao traço [+def], tendo este Det um papel funcional, já que legitima a construção atributiva. Depois de propor que o AP atributivo supõe um Det com o traço [+def], Kremers (2003) assume que esse Det adjectival é inserido para ligar —no sentido de Higginbotham (1985)— o predicado adjectival, permitindo-lhe actuar como modificador nominal. Haverá, portanto no DP dois Det: um Det nominal ( $D_n$ ) e um Det adjectival ( $D_a$ ).<sup>487</sup>

Uma vez confirmada a existência de um duplo Det, uma questão que este modelo levanta é obviamente o da sua motivação, já que se pode, se não a houver, evocar um caso de redundância, situação difícil de enquadrar na teoria actual. A resposta de Kremers baseia-se no modelo ‘*Derivation by phase*’ de Chomsky (2001a). Na medida em que Chomsky define a ‘*fase*’ na base de um conteúdo proposicional, e como o domínio adjectival contém todos os elementos necessários para constituir uma proposição (predicado, argumento, sujeito), o AP tem condições para ser uma fase, sendo portanto edificado separadamente, e inserido na derivação quando devidamente completado. O  $D_a$  serve pois para ligar localmente (dentro da fase adjectival) os adjectivos atributivos. O próprio  $D_a$  também precisa de ser ligado e legitimado, já que é portador dos traços que vai transferir para o adjectivo. Estando no ‘*bordo*’ de uma fase, a sua legitimação pode ser feita de duas formas: (i) directamente a nível da frase, se o adjectivo for usado sem nome —ou seja, no nosso entender, se *A emergir* como N; (ii) ou, no caso de o adjectivo estar inserido num DP com um N lexical, pelo  $D_n$ , com o qual partilha então o traço [+def] e os traços morfológicos e casuais, o que despoleta em simultâneo acordo no próprio adjectivo. O primeiro caso é ilustrado em (428.a), o segundo em (428.b):

- (428) a. **al-tawil-u** (Árabe)  
 o-alto-NOM  
 ‘o (homem) alto’

---

<sup>487</sup> Estas notações são propostas por Kremers.

b. **al-ra gul-u al-tawil-u**  
 o-homem-NOM o-alto-NOM  
 'o homem alto'

Refira-se finalmente que também em línguas tão diferentes como o Hebreu moderno e Esloveno, o adjectivo atributivo deve ser acompanhado de um Det explícito:<sup>488</sup>

(429) **ha-mexonit ha-aduma ha-gdok** (Hebreu)  
 o-carro o-vermelho o-grande  
 'o grande carro vermelho'

(430) **tá ta zelen ta** debeu svincnik (Esloveno)  
 este o verde o fino lapis  
 'este fino lapis verde'

Como se pode inferir dos exemplos anteriores, várias línguas manifestam explicitamente polidefinitude, ou aquilo que parece ser um duplo Det definido, sendo a segunda ocorrência do Det sistematicamente associada à inserção de um adjectivo atributivo. Assume-se geralmente que, nessas línguas, a definitude é marcada pela inserção, dentro de DP, de mais de uma ocorrência de Det definido. Defendemos contudo que o DP polidefinido corresponde à inserção de um morfema referencial em DegA°. **Não existe polidefinitude sem adjectivo.**

Embora não exista duplicação sistemática de Det no DP Românico, como nos casos anteriores, alguns dados relevantes aparecem quando o próprio núcleo de DP é definido. Em primeiro lugar, é possível inserir um modificador num cognome, atribuindo-lhe uma leitura de fase. Esta inserção implica contudo a repetição do Det definido, o que equivale a uma construção polidefinida (431.a.b). A ligação entre o adjectivo e o Det fica explícita no facto de esta construção ser agramatical sem adjectivo (431.c) ou sem o primeiro Det (431.d):

---

<sup>488</sup> Exemplos de Sichel (2002) e Matuchansky (2005).

- (431) a. o jovem Afonso III o Sábio (leitura de fase)  
 b. o cruel Jack o Estripador  
 c. \* o Afonso III o Sábio  
 d. \* cruel Jack o Estripador

Em segundo lugar, existe uma relação entre o adjectivo e o Det nos DP cujo núcleo lexical é um nome próprio. Como se sabe, os nomes próprios não admitem em Francês nenhuma forma de determinação. Contudo, a inserção de um adjectivo para modificar um nome próprio, em casos como a leitura de fase, exige paralelamente a inserção de um Det:

- (432) a. (\*le) Paris / Marcel / Flaubert  
 b. \*(le) **vieux**<sub>A</sub> Paris (leitura de fase)  
 c. \*(le) **vieux**<sub>A</sub> Marcel  
 d. \*(le) **vieux**<sub>A</sub> Verlaine et le **jeune**<sub>A</sub> Rimbaud

A obrigatoriedade do Det em (432.b.c.d) não se deve a exigências do núcleo nominal, mas depende pelo contrário da presença de um modificador como **vieux**. Tendo em conta que os nomes próprios não admitem Dets definidos —já que são casos de descrição definida—, podemos pois presumir que o Det em (432.b.c.d) não é um Det nominal mas é legitimado pelo adjectivo, provavelmente por razões de referencialidade (Longobardi 1994). Em Português, por outro lado, é sabido que os nomes próprios podem ser determinados por um artigo (*o Marcelo, o Camões*), mas o caso anterior pode mesmo assim ser observado com nomes próprios usualmente não determinados:

- (433) a. (\*a) Lisboa  
 b. \*(a) **grande**<sub>A</sub> Lisboa

Os exemplos expostos mostram sistematicamente que o A “mobiliza” um Det, forçando a sua inserção em vários contextos. Também surge destes casos a ideia de que a duplicação do Det está associada à presença dos traço [+referencial] e [+definido]. Trata-se

pois de indícios fortes a favor de uma convergência entre DegA, forma adjectival do determinante definido, e Det nominal.<sup>489</sup>

#### 10.3.2.4. Construções de “Sintagma Adjectival Excepcional”

Outro dado de relevo é o “Exceptional Adjectival Phrase” (EAP) (*Sintagma adjectival excepcional*), uma construção típica do Inglês analisada por Moravcsik (2000) no fórum FUNKNET<sup>490</sup>. Como a autora nota, a maioria dos AP atributivos ocupa uma posição interna ao DP, na medida em que seguem o Det e antecedem o nome. Contudo, essa posição interna não está disponível quando o adjectivo é modificado por algumas expressões, como *this* ou *too*:<sup>491</sup>

- (434) a. a **very** big apple  
 b. \* a {**this / too**} big apple

Observa-se, em contrapartida, a presença do AP numa posição periférica do DP, na medida em que antecede o próprio Det, ou, em casos mais raros, passa para uma posição pós-nominal:

- (435) a. {**this / too**} big an apple  
 b. an apple **this big**  
 c. \* an apple too big

---

<sup>489</sup> O ponto comum a todos estes casos é que, como se disse, se trata de expressões associadas a uma leitura de fase. Sendo assim, é possível considerar que os nomes próprios não são, neste caso, verdadeiros designadores rígidos e que o Det definido se justifica por se estar a descrever uma fase de um indivíduo. Contudo, a presença de um adjectivo é o outro ponto comum a estes casos, pelo que consideramos que, como no caso da polidefinitude, o facto relevante é que não haveria Det sem adjectivo. Esta conclusão é confirmada pelo facto de nomes próprios que aceitam Det, como *o Camões*, *o Cristo*, *o Eça* (para os quais não é possível dizer que o Det corresponde a uma fase de um indivíduo), aceitarem também leituras faseadas por meio de um predicado graduável:

(i) o **jovem** Eça viveu em Paris

<sup>490</sup> O URL é o seguinte: <https://mailman.rice.edu/pipermail/funknet/2000-July/001837.html>

<sup>491</sup> Para observação semelhante, cf. Bresnan (1973) e exemplo (358) p.302.

A questão que se levanta é a de saber a razão da posição periférica do AP quando o adjectivo é modificado pelos termos referidos. Do ponto de vista dos dados, não parece haver nenhuma restrição relativamente ao tipo de adjectivo envolvido na EAP, mas existem restrições quanto aos modificadores do adjectivo, já que só uma pequena lista está envolvida: *so, this, too, more, how, however*. Existem ainda restrições relativamente ao DP —tem que singular, indefinido e contável—, o que explica a (a)gramaticalidade dos exemplos seguintes:

- (436) a. \* this big the apple  
 b. How big a car does your neighbor have?  
 c. \* How big cars do the people in your road have?

Esta restrição sobre o DP não existe contudo se o AP estiver em posição pós-nominal. Moravcsik observa que (437.b) corresponde provavelmente a um tipo de construção em que as restrições de selecção entre N e A são menos fortes quando A está em posição pós-nominal. Nessa hipótese, o EAP seria preferencialmente pré-nominal, mas admitiria também a posição pós-nominal, contra aquilo que é habitual em Inglês:

- (437) a. \* I don't like this shiny cars  
 b. I don't like cars this shiny

Outra nota a referir é que, apesar da sua sintaxe atributiva ser periférica, a EAP suporta a construção predicativa, como qualquer expressão adjectival:

- (438) a. The table is very wide  
 b. The table is this wide

Em síntese, o EAP apresenta uma linearidade atípica relativamente ao nome: pode ocorrer em posição pré-determinante (quando o NP é [+singular, +contável, -definido]), em posição pós-nominal, caso raro em Inglês, e em posição predicativa. Em qualquer caso, a linearidade interna ao AP não fica afectada, já que os referidos modificadores do adjectivo o antecedem sempre. Ou seja, ao passo que a sua sintaxe interna é normal, a sua



sintaxe externa é excêntrica —em especial, o EAP não tem acesso à posição canónica de atributo interno do DP em Inglês.<sup>492</sup>

Uma proposta de resolução do EAP relaciona-se com a referencialidade. Moravcsik cita Bingfu Lu (1998), que insere estes casos num quadro mais amplo no qual os modificadores nominais com mais capacidade referencial são também os mais altos na estrutura do DP e os menos referenciais os mais baixos. Assim, existem construções com adjectivos em posição pré-quantificador que verificam essa hipótese, como o adjectivo *next* no seguinte par de exemplos:

- (439) a. the **next** three lanes  
as seguintes três estradas
- b. \* the three **next** lanes

Ora, na medida em que, no EAP, o DP é caracterizado pelo traços [+singular, +contável, -definido], o Det *a(n)* pode ser considerado equivalente ao numeral *one*, pelo que a sequência *this big an apple* encontra uma explicação no princípio de referencialidade de Bingfu Lu. Ao contrário de Moravcsik, que, depois de referir a análise de Bingfu Lu, argumenta que a EAP é um caso isolado<sup>493</sup>, a nossa posição consiste em propor que *this* é um item [+referencial], mais precisamente um caso de Det adjectival. Nessa qualidade, *this* atribui alguma mobilidade ao EAP, talvez explicável nos termos de Bingfu Lu, na medida em que o adjectivo se comporta então com um predicado não ligado pelas restrições de selecção internas ao DP:<sup>494</sup>

---

<sup>492</sup> Tanto quanto se sabe, a EAP é exclusiva do Inglês: os equivalentes em Alemão, por exemplo, são agramaticais:

- (i) ein so grosses Klavier  
um tão grande piano
- (ii) \* so grosses ein Klavier  
tão grande um piano

<sup>493</sup> “ The presence and particular properties of exceptional adjectival phrases are an isolated and thus accidental - rather than a systemic, or integrated - property of English”.

<sup>494</sup> Deve também notar-se o mesmo tipo de característica com as expressões de medição (MP). Do mesmo modo que a EAP, também as construções de MP podem ser pré ou pós nominais em Inglês:

- (440) a. a student this bright  
b. this bright a student

Nestas construções EAP, defendemos que os traços de referencialidade e definitude são associados ao adjectivo por meio de um Det adjectival como *this*.<sup>495</sup> Isso explica retrospectivamente a agramaticalidade de (434.b): a posição atributiva é inacessível ao EAP porque se trata de uma expressão [+referencial], como tal incompatível com um NP [-definido].

De modo geral, o EAP confirma os dados anteriores segundo os quais existe uma categoria de tipo Det no domínio funcional do adjectivo. Essa categoria Det, quando inserida no domínio adjectival —situação em que encontramos de novo uma situação de duplo Det no DP associado ao traço [+referencial]—, representa também um indício forte a favor de uma convergência entre DegA, forma adjectival do determinando definido, e Det nominal.

### 10.3.3. DegA e determinação adjectival

Dados favorecendo a convergência entre expressões DegA e Det provêm, ainda, da sintaxe das cadeias co-indexadas resultantes da extracção longa de constituintes, ou seja movimentos para fora de *ilhas*.<sup>496</sup> Como podemos ver em (441), a topicalização de um sintagma adjectival é possível quando acompanhada de força prosódica impondo ruptura sintáctica:

- (441) a. [**A esse ponto rico**]<sub>i</sub>, não sei quando é que achas que o João irá ficar t<sub>i</sub>.  
b. ?\* [Rico]<sub>i</sub>, não sei quando é que achas que o João irá ficar t<sub>i</sub>.

---

(i) a two-inches-long line

(ii) a line two inches long

Voltaremos a este paralelo entre expressões referenciais adjectivais e MP adjectivais no capítulo 12.

<sup>495</sup> Note-se que *this* é também um Det nominal.

<sup>496</sup> Sobre a sintaxe das extracções longas, cf a **Minimalidade Relativizada** (Rizzi, 1990) e a **Minimal Link Condition** (Chomsky, 1995).

- c.[**Assim tão** careca]<sub>i</sub>, nunca teria pensado que João algum dia pudesse ter ficado t<sub>i</sub>  
 d.\* [Careca]<sub>i</sub>, nunca teria pensado que o João algum dia pudesse ter ficado t<sub>i</sub>

Como se nota em (441), o AP suporta extracções longas quando acompanhado de um demonstrativo como *(a) esse (ponto)* ou de um termo de referência como *assim tão*, mas essa extracção parece em Português algo degradada na ausência desses itens (441.b.d). Este tipo de extracção longa da expressão adjectival (em que o elemento movido atravessa ilhas sintácticas) pode ser apropriadamente relacionado com casos de extracção de DPs com determinantes demonstrativos e possessivos:

- (442) a. **Aquele** golo, qualquer pessoa considera que ficará na história do futebol  
 b. **Este** carro, posso dizer-te que me parece que nunca mais comprarei igual  
 c. \***Muitos** carros, posso dizer-te que me parece que nunca mais comprarei iguais  
 d. O **meu** carro, posso dizer-te que me parece que nunca mais comprarei igual  
 e. \* **Vários** rios, posso dizer-te que me confirmaram que estão poluídos

Assim como DPs dominados por demonstrativos ou possessivos —mas não por quantificadores— podem facilmente ser extraídos (442.a.b.d), os APs *a esse ponto gordo* e *assim tão estúpido* em (441) suportam extracção longa, pelo que a orientação ‘*determiner-like*’ de expressões adjectivais Deg como *assim tão* ou *a esse ponto* sai reforçada. Inversamente, DPs dominados por quantificadores (442.c.e) não suportam extracção longa. A agramaticalidade dessas frases deve-se presumivelmente ao facto de as ilhas sintácticas não permitirem atribuir a *carros* ou *rios* suficiente especificidade. Consideramos pois que DegA denota (propriedades referentes a) um grau atribuído pelos adjectivos *gordo* e *careca* em (441), tal como os determinantes *meu*, *este* ou *aquele* em (442) permitem referir um membro do conjunto denotado pela expressão nominal, independentemente da distância sintáctica.

Note-se ainda que em Português é viável o mesmo tipo de extracção longa com elementos do conjunto de expressões QA adjectivais, por exemplo *mais* em (443.a). Este tipo de construção, contudo, difere das anteriores na medida em que *mais* não denota um grau específico, mas é interpretado como elemento de uma construção comparativa, análise reforçada pela agramaticalidade de (443.b), em que a oração subordinada lacunar *do que eu* foi deixada *in situ*:

- (443) a. **[Mais gordo do que eu]**<sub>i</sub>, nunca teria pensado que João algum dia pudesse ficar t<sub>i</sub>  
 b. \* **[Mais gordo]**<sub>i</sub>, nunca teria pensado que João algum dia pudesse ficar t<sub>i</sub> do que eu

Assinalemos ainda que, em Português, **tão**, pode ser simultaneamente DegA ou QA. Veja-se a assimetria seguinte:<sup>497</sup>

- (444) a. \* O João comprou uma **tão** bonita casa quanto a minha  
 b. O João comprou uma **tão** bonita casa!
- (445) a. O João comprou uma casa **tão** bonita quanto a minha  
 b. O João comprou uma casa **tão** bonita!

A posição pré-nominal do adjetivo é incompatível com uma expressão QA (comparativo de igualdade) em (444.a) entre Det e A, ao passo que não o é com um DegAP (444.b). Por outro lado, em posição pós-nominal (445), ambas as construções são boas, o que se explica provavelmente pelo facto de o QA comparativo poder agora reger legitimamente o seu complemento. Esta assimetria convida a concluir que a expressão **tão** tem uma natureza semântica dupla, ou que se trata de duas expressões diferentes do Português. Em (444.b), temos pois um elemento da classe DegAP, e em (445.a), o termo **tão** é um QA comparativo.

Os dados etimológicos reforçam esta análise já que a ‘expressão Q’ **tão**, usada no comparativo de igualdade, provem do advérbio latino **tam**, encontrado na construção

---

<sup>497</sup> Embora o exemplo (444.b) levante algumas dúvidas, esta estrutura é na realidade bastante frequente. A consulta da base de dados CETEM revela 3930 exemplos de concordâncias com a sintaxe de pesquisa "**tão**" [pos="ADJ.\*"] [pos="N.\*"]. Nenhum destes casos corresponde obviamente a um comparativo de igualdade, pelo que **tão** é aqui um DegA. Vejamos alguns exemplos:

- (i) E o cinema só pode mostrar «a parte pelo todo», a sua figura de retórica favorita será a **tão discreta metonímia**
- (ii) Até que veio a conta telefónica e com ela a explicação para o **tão estranho assalto**
- (iii) Quantos homens mereceram **tão sublime declaração** de amor ?
- (iv) Nunca conheci na minha vida uma pessoa com um **tão forte sentido** do que é certo e do que é errado
- (v) Por último, surge a explicação para **tão grandes diferenças**.

Note-se todavia que a maioria destes exemplos estão associados a DPs indefinidos ou ‘meros nomes’.

comparativa equitativa ‘*tam... quam...*’, ao passo que a ‘expressão Deg’ *tão* será derivado do quantificador *tantus* (lit. “em grande quantidade”) na sua forma ablativa neutra singular *tanto*, típica de locuções comparativas como “tanto doctior” (“muito mais sábio”).<sup>498</sup> A raiz *tam* evoluiu para a forma românica moderna do Português (*tão*), e para formas próximas nas outras línguas do mesmo grupo: *tan* (Espanhol, Catalão), *tanto* (Italiano).<sup>499</sup> Quanto ao ablativo *tanto*, dele deriva provavelmente o advérbio do Português moderno *tanto*, como em *ele bebe tanto!* (cf. Francês *tant*), e em construções pseudo-comparativas equitativas (*O João é tanto mais teimoso quanto bebe*), que retomam literalmente a estrutura do ablativo neutro seguido de comparativo em Latim.

Generalizando os dados anteriores, podemos concluir que, na medida em que QA quantifica a propriedade denotada pelo adjectivo ao passo que DegA refere um ponto específico ou uma extensão entre dois pontos, a distinção entre um ‘expressão QA’ e uma ‘expressão DegA’ revela-se pertinente para a semântica do adjectivo graduável.

Além das diferenças semânticas notadas nesta secção, existem ainda várias dissemelhanças sintácticas entre DegA e QA, no sistema adjectival, que se aproximam de algumas assimetrias encontradas entre Det e Q no domínio nominal. Vamos, no capítulo 11, reforçar a nossa proposta, apresentado dados que apontam para uma convergência sintáctica entre Det e DegA, por um lado, e QA e Q, por outro. Além disso, esta proximidade eventual vem também reforçar a ideia inicial de uma nítida convergência entre os sistemas nominal e adjectival.

---

<sup>498</sup> Vejamos os exemplos seguintes:

- (i) Paulus tam doctus est quam Petrus  
*O Paulo é tão sábio como o Pedro*
- (ii) Paulus tanto doctior est quam Petrus  
*O Paulo é muito mais sábio que o Pedro*

<sup>499</sup> Excepção notável é a forma francesa *aussi*, contracção de ‘*aliud sic*’ (“de igual modo”)



## Capítulo 11

### A sintaxe de DegAP e QAP no sintagma adjectival alargado

#### 11.1. Assimetrias estruturais entre DegA e QA

Depois de avaliar as diferenças semânticas no capítulo anterior, vamos agora examinar as várias disparidades sintáticas entre DegA e QA, no sistema adjectival, e sugerir que as mesmas se aproximam de algumas assimetrias encontradas entre Det e Q no domínio nominal.

Uma primeira assimetria indicando uma divisão na classe das expressões funcionais de grau encontra-se nas construções de tipo anafórico em que parte do sintagma adjectival foi pronominalizado. Antes de abordar esses casos, considere-se primeiro os exemplos em (446), que ilustram o facto de sintagmas adjectivais completos poderem ser substituídos por uma proforma, em Português o clítico neutro *o*, quer na construção (446.a) habitualmente designada por ‘*Deslocação à Esquerda Clítica*’ (DEC)<sup>500</sup>, quer em construções com elipse e sem movimento, como (446.b.c) :

- (446) a. [**Orgulhoso** do seu país]<sub>i</sub>, o João nunca o<sub>i</sub> foi [e]<sub>i</sub>  
b. O João é [**crédulo**]<sub>i</sub>, o<sub>i</sub> que a Maria não parece ser [e]<sub>i</sub>

---

<sup>500</sup> Designação proposta em Cinque (1990), e retomada por Duarte (2003:494). No seguimento de Cinque, Duarte (2003) não considera como resultado de movimento as construções com clítico *o*.

c. O João está [**consciente** das dificuldades]<sub>i</sub>. Já o Pedro não <sub>o<sub>i</sub></sub> parece estar [e]<sub>i</sub>

Em (446.a), o clítico substitui o sintagma adjectival predicativo *orgulhoso do seu país*. Em (446.b), o pronominal relativo *o que* toma o sintagma adjectival *crédulo* como o seu antecedente. Em (446.c), finalmente, *o* refere o sintagma adjectival *consciente das dificuldades* da frase anterior.

Considerem-se agora os exemplos seguintes, em que o mesmo clítico *o* substitui parte do sintagma adjectival dominado por QAP:

- (447) a. [Orgulhoso do seu país]<sub>i</sub>, infelizmente o João é-<sub>o<sub>i</sub></sub> agora [QAP **menos** [AP [e]<sub>i</sub> ] que antigamente]
- b. O João é [crédulo]<sub>i</sub>, <sub>o<sub>i</sub></sub> que a Maria parece ser [QAP **menos** [AP [e]<sub>i</sub> ]]
- c. O João está [consciente das dificuldades]<sub>i</sub> ? –Infelizmente ele não <sub>o<sub>i</sub></sub> parece estar [QAP **mais** [AP [e]<sub>i</sub> ] que a Joana].

A parte que não é pronominalizada nas projecções adjectivais em (447) é a expressão de tipo QA, e, quando presente, a oração comparativa com *que*. Como indica a parentetização, as pró-formas substituem o sintagma lexical AP que é reordenado fora da projecção adjectival alargada QAP, abandonando localmente o quantificador QA, a elipse e o material que o acompanha.

Como seria de esperar, não é possível pronominalizar o domínio funcional de A:

- (448) a. \* O João é [QAP **menos** [AP *crédulo* ]]<sub>i</sub>, <sub>o<sub>i</sub></sub> que a Maria parece ser [e]<sub>i</sub> que o Pedro.
- b. \* O João está [QAP **mais** [AP *consciente das dificuldades* ]]<sub>i</sub> ? –Infelizmente ele não <sub>o<sub>i</sub></sub> parece estar [e]<sub>i</sub> que a Joana.

A explicação para estes dados deve-se ao facto de o movimento de QAP não ser devidamente legitimado —não havendo qualquer especificador local capaz de identificar e legitimar [e] em (448) — e a comparativa *que a Joana / que o Pedro* ficar fora do alcance do escopo de QA.



Vejamos agora casos de pronominalização parcial com um AP dominado por DegAP em construções com DEC:<sup>501</sup>

- (449) a. [Orgulhoso do seu país]<sub>i</sub>, felizmente o João sempre o<sub>i</sub> foi [DegAP **bastante** [AP [e]<sub>i</sub>]]  
 b. O João é [crédulo]<sub>i</sub>, o<sub>i</sub> que a Maria parece ser [DegAP **pouco** [AP [e]<sub>i</sub>]]  
 c. O João está [consciente das dificuldades]<sub>i</sub> ? –Infelizmente ele não o<sub>i</sub> parece estar [DegAP **suficientemente** [AP [e]<sub>i</sub>]]  
 d. [Diferente dos outros rapazes]<sub>i</sub>, o João é-o<sub>i</sub> [DegAP **pouco** [AP [e]<sub>i</sub>]]

Conclui-se de (449) que, como para o QAP em (447), é possível destacar o AP, deixando para trás a projecção funcional DegAP. Sintagmas adjectivais introduzidos por uma expressão de grau funcional da classe DegAP revelam pois aceitar, da mesma forma que no caso do grau da classe QA, a substituição parcial por uma forma pronominal. Em (449), expressões como *bastante* ou *pouco* regem localmente e legitimam o vestígio do AP movido.

Crucialmente, e contrariamente ao que é exemplificado em (448) para o QAP, é possível interpretar como elipse a integralidade do sintagma xAP integrando um DegAP:

- (450) a. O João é [DegAP **muito** [AP *crédulo*]]<sub>i</sub>, o<sub>i</sub> que a Maria não parece ser [e]<sub>i</sub>  
 b. O João está [DegAP **muito** [AP *consciente das dificuldades*]]<sub>i</sub> ? –Infelizmente ele não o<sub>i</sub> parece estar [e]<sub>i</sub>

Existe portanto uma clara assimetria entre as expressões funcionais de categoria DegA e QA relativamente à interpretação anafórica do sintagma adjectival, quer em construções com movimento, quer em elipses e em construções com o proforma *o*. DegA permite a pronominalização parcial (449) e total (450), enquanto QA permite a pronominalização parcial (447) mas bloqueia a pronominalização total (448).

Sintomaticamente, um contraste similar existe no domínio nominal. A extracção de expressões quantificadas (com numerais, quantificadores discretos, etc.) em construções de

---

<sup>501</sup> Cf. nota anterior.

DEC —aqui o argumento interno do verbo— não é permitida com sintagmas nominais quantificados mas já o é quando introduzidos por um Det. Este contraste é ilustrado em (451) e (452):

- (451) a. \***Duas** casas, o João já as comprou  
 b. \***Vários** motivos para desconfiar, acho que não os tens
- (452) a. **As** casas, o João já as comprou  
 b. **Aqueles** motivos para desconfiar, acho que não os tens

Crucialmente, o DP quantificado *duas casas* em (451) não pode ser extraído para fora do seu domínio sintáctico. Em (452), por outro lado, o DP, definido por artigo ou demonstrativo, serve de entrada a construções de tipo DEC. De novo, este contraste é apoiado pelo facto de só expressões referenciais —mas não quantificacionais— serem compatíveis com relações anafóricas.

Em resumo, os dados anteriores apontam para um paralelismo entre Det a nível de DP e DegA a nível de AP. Os vários casos citados permitem confirmar a distinção entre ‘*expressões DegA*’ por um lado, e os elementos ‘*quantifier-like*’ QA por outro, apontando de novo para a legitimidade de um tratamento duplo do mecanismo sintáctico que processa o chamado grau adjectival.

### 11.2.Co-ocorrência de DegA e QA

Como o mostra a má formação de sequências como (453), em que a projecção adjectival aparenta conter ao mesmo tempo um item da categoria DegA e outro da categoria QA, o xAP não parece permitir a projecção destes dois modificadores adjectivais em simultâneo. Numa primeira abordagem, dir-se-ia, com base em (453), que DegAP e QAP estão aqui em ‘*distribuição complementar*’, ou seja, a presença do grau implica a ausência do quantificador e vice-versa:

- (453) a. \*<sub>[DegAP]</sub> demasiado <sub>[QAP]</sub> mais <sub>[AP]</sub> alto]]]  
 b. \*<sub>[DegAP]</sub> tão <sub>[QAP]</sub> menos <sub>[AP]</sub> confiante]]]

O Português admite, contudo, várias combinações de tipo DegA+QA, lexicalmente plenas, implicando uma ‘*expressão DegA*’ seguida imediatamente de *mais* ou *menos*:

- (454) a. Muito mais, pouco mais, bastante mais, muitíssimo mais  
 b. Muito menos, bastante menos, muitíssimo menos

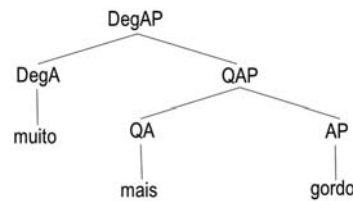
A agramaticalidade de (453) provem do facto de as sequências em questão serem excluídas por se tratar de casos em que co-ocorrem dois graus: (453.a) é rejeitada por haver contradição entre uma medição absoluta (*demasiado*) e um grau relativo (*mais*) e (453.b) por haver contradição entre os comparativos de inferioridade (*menos*) e de igualdade (*tão*). Em (454), por outro lado, duas expressões semântica e sintacticamente disjuntas e complementares co-ocorrem à esquerda do adjectivo, como se ilustra a seguir:

- (455) [<sub>DegAP</sub> bastante [<sub>QAP</sub> menos [<sub>AP</sub> confiante]]]

A perspectiva que aqui desenvolvemos, baseada nas propostas de Bresnan (1973), enquadra-se sem dificuldade no modelo teórico traçado por Corver (1997) para a ‘*projecção adjectival alargada*’. Mantendo a hipótese forte de que o sistema cognitivo dedicado ao processamento do grau adjectival será melhor captado baseando-se numa divisão em dois núcleos funcionais distintos, somos de opinião que se manifesta no domínio adjectival uma distribuição do material lexical como sugerido em (455). A configuração proposta é a seguinte: itens como *bastante*, *muito*, *pouco* ocupam [Núcleo,DegAP], controlando presumivelmente o núcleo associado ao grau adjectival, que seleccionam, ao passo que os itens *mais* e *menos* ocupam [Núcleo,QAP], que selecciona o AP como complemento. DegAP e QAP podem todavia co-ocorrer explicitamente em Português com o estatuto de núcleos funcionais plenos, ao contrário daquilo que é proposto por Corver para as línguas germânicas:

- (456) a. O João está [<sub>DegAP</sub> muito [<sub>QAP</sub> mais [<sub>AP</sub> gordo]]] que a Maria

b.



Com base em (456), xAP (a projecção máxima de A) é DegAP, a não ser no caso dos adjectivos não graduáveis, para os quais não parece haver estrutura funcional projectada. De igual modo, as formas em que DegA e QA se manifestam por via de um morfema ligado ocupam o núcleo das categorias funcionais respectivas. Assim, as formas comparativas irregulares de tipo *maior* são inseridas já flexionadas em sintaxe, pelo que equivalem a QAP. Por seu lado, as formas superlativas absolutas sintéticas, flexionadas pelo morfema ligado *[-issim-]*, são inseridas em sintaxe como DegAP. No caso dos comparativos sintéticos (457.a), expressões como *muito maior* podem ser descritas com o item *muito* em [Núcleo,DegAP] seguido de um constituinte de tipo QAP. O comparativo analítico (457.b) pode ser visto como o resultado da selecção de AP por QA°. O superlativo absoluto sintético manifesta exclusivamente a estrutura DegAP (457.c). A estrutura integralmente projectada é sugerida em (457.d), de acordo com (456):

- (457) a. [<sub>DegAP</sub> muito [<sub>QAP</sub> maior]]  
 b. [<sub>QAP</sub> mais [<sub>AP</sub> inteligente ]]  
 c. [<sub>DegAP</sub> inteligentíssimo ]  
 d. [<sub>DegAP</sub> muito [<sub>QAP</sub> mais [<sub>AP</sub> inteligente ]]]

### 11.3. Expressões de medida no xAP

Nesta secção analisaremos as construções adjectivais que incluem ‘*sintagmas de medida*’, ou “Measure Phrases” (MP). A semântica das construções adjectivais com MPs será analisada em pormenor no capítulo 12. Aquilo que nos interessa por agora é ver de que modo os MPs se inserem no sistema adjectival e nos permitem confirmar a existência das projecções funcionais DegAP e QAP.

As construções adjectivais ‘*DegA+QA*’ manifestam-se também em sintaxe pelos MPs, traduzidos pela inserção, na projecção alargada do adjectivo, de um DP quantificado. Como se vê em (458), o DP *dois anos* é equivalente categorialmente a uma ‘expressão *DegA*’ como  *muito*: ambas podem anteceder o núcleo adjectival, isto se houver um QAP, caso do comparativo sintético *anterior*:

- (458) a. Trata-se de uma publicação **dois anos** anterior à morte do autor  
 b. Trata-se de uma publicação {**muito/bastante/pouco**} anterior à morte do autor

Associados a adjectivos graduáveis predicados por uma expressão de medida explícita, ambos *DegA* e *QA* podem de facto ser projectados, mas não o pode um MP como **3 quilos** quando isolado. Assim, uma dessas expressões quantificadas não pode anteceder isolada o AP (459.a), mas pode anteceder o QAP (459.b). Além disso, um MP pode seguir um QAP (459.c) :

- (459) a. \* A Joana está **3 quilos** gorda  
 b. A Joana está **3 quilos mais** gorda  
 c. A Joana está **mais** gorda **3 quilos**

Note-se as características de (459): no terceiro caso, *mais* antecede e **3 quilos** segue o núcleo adjectival, ao passo que no segundo, **3 quilos** está numa posição à esquerda do comparativo. Contudo, ao contrário do *QA*, como mostra o primeiro caso, o MP **3 quilos** não pode anteceder directamente o AP. Coloca-se pois a questão de saber a razão da dupla posição de **3 quilos** (e qual a sua posição básica), assim como da restrição apontada em (459.a).

De forma a procurar explicações para os casos em (459), vamos partir do princípio que a sintaxe e a semântica do adjectivo envolvendo MPs devem poder dar conta da projecção em sintaxe das expressões quantificadas envolvidas. De acordo com os modelos semânticos elaborados para os adjectivos graduáveis (Kennedy 1997), foi assumido que, ao contrário dos adjectivos não graduáveis, só aqueles projectam as categorias *DegAP* e/ou *QAP* —cf. capítulo 10. Nesse pressuposto, só os adjectivos que envolvem ‘*escalas variáveis*’, estariam em condições de projectar categorias funcionais de grau, ao passo que adjectivos não portadores de grau excluiriam essas mesmas projecções. Esta distinção

semântica está fortemente vincada na estrutura funcional do adjectivo, na medida em que DegA° e QA° são núcleos interpretados como operadores ligados ao domínio de variação da escala da propriedade adjectival e que a interpretação desses operadores fica comprometida no caso de não haver qualquer variável no seu escopo —ou seja com adjectivos sem grau (cf. (460)). Inversamente, no caso dos adjectivos graduáveis, a assunção de que DegA° e QA° são operadores controlando variáveis adjectivais, como em (461), fornece pois um apoio forte à hipótese funcional apresentada:

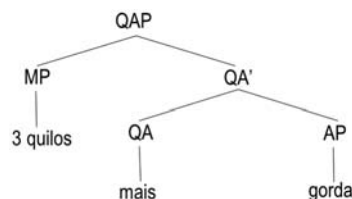
- (460) a. \* A mesa é { muito/ bastante / mais } **redonda**  
 b. \* Trata-se de uma obra {completamente / muito / pouco } **perfeita**

- (461) a. A mesa é { muito/ bastante / mais } **velha**  
 b. Trata-se de uma obra {completamente / muito / pouco } **ignorada**

Parece pois consensual a ideia de que as restrições semânticas impostas pelo predicado adjectival condicionam a estrutura interna do xAP e determinam a ordem dos seus vários constituintes. Resta determinar onde o MP se encaixa nessa estrutura.

Uma análise possível da sintaxe destas expressões quantificadas interpretadas como predicados adjectivais seria considerar que são DPs em [Spec,QAP]. Neste caso, como se ilustra a seguir, o núcleo DegA não seria projectado:

(462)



Ora esta análise levanta problemas, já que a ocorrência de expressões modificadoras do grau, que fazem do comparativo uma expressão complexa, não poderia ser enquadrada numa estrutura restritiva como (462). Vejam-se os exemplos seguintes:

- (463) a. A Joana está [um pouco menos de 3 kg [mais **gorda**]] que da última vez em que se pesou

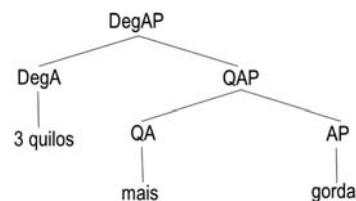
b. O Pedro e a Joana andam [praticamente uns bons 10 minutos [mais **lentos**]] que os outros concorrentes

Note-se que uma expressão como *um pouco menos de 3 kg* deixa de ser flutuante —ao contrário de *3 kg*—, permanecendo efectivamente em posição pré-adjectival. Este comportamento, como se vê a seguir, replica o dos advérbios de modo —modificadores que estão inequivocamente numa posição pré-adjectival e pré-expressão quantificada. Ora, uma estrutura como a anterior não pode justificar esta assimetria, já que o MP poderia adjungir-se a AP:

- (464) a. A Joana está [um pouco menos de 3 kg] [mais magra] / ? [mais magra] [um pouco menos de 3 kg]  
 b. A Joana está notavelmente [mais gorda] / \* [mais gorda] notavelmente

Assim, uma explicação alternativa a (462) é proposta a partir do modelo em (456): a sequência *3 quilos mais gorda* dividir-se-ia entre DegAP e QAP da seguinte forma:

(465)

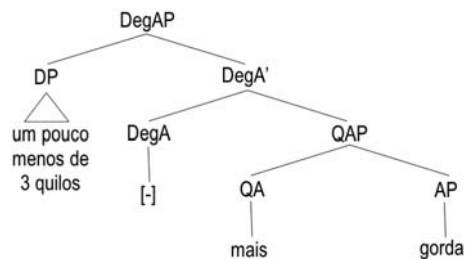


Como se viu em (457), o QAP antecede em Português o núcleo adjectival, assim como o DegAP antecede a projecção QAP. O DegAP pode contudo aparecer também numa posição pós-adjectival, revelando, pois, como foi já ilustrado em (459), uma mobilidade algo inesperada. Poderíamos resolver provisoriamente esta posição à direita de AP sugerindo que DegAP surge como adjunto do sintagma predicado. Note-se que esta solução não está ao alcance do modelo delineado em (462), uma vez que a adjunção de QAP contendo a sequência *10 anos* no seu especificador levaria a resultados indesejáveis. Por outro lado, a expressão *3 kg* não é compatível com uma posição nuclear já que é um DP quantificado.

- (466) a. O João está [mais jovem [dez anos]]  
 b. O João está [10 anos [mais jovem]]  
 c. \* O João está [jovem mais 10 anos]  
 d. \* O João está [jovem 10 anos mais]

No nosso entender, o modelo DegAP/QAP permite captar de forma eficaz todos os dados anteriores: o material constituindo seqüências como *um pouco menos de 3 kg*, por exemplo, estará em [Spec,DegAP], sendo DegA° nesse caso nulo:

(467)



A existência de duas categorias funcionais como aquelas que são aqui propostas fornece de facto vantagens em termos descritivos sobre modelos mais redutores. Podemos agora justificar a agramaticalidade de (459.a), aqui repetido:

- (468) \* A Joana está **3 quilos** gorda (=459.a)

Se o MP *3 quilos* está em [Spec,DegAP] e se [Núcleo,DegAP] está vazio, então conclui-se que [Núcleo,QAP] não pode estar também vazio, mas deve estar preenchido. Caso contrário, o sistema funcional do adjectivo limitar-se-ia a um especificador e não preencheria qualquer núcleo funcional —situação alternativa de que dispõe o Inglês (469.b):

- (469) a. \* [<sub>DegAP</sub> 3 quilos <sub>DegA</sub> [<sub>QAP</sub> QA [<sub>AP</sub> gorda ]]]  
 b. [<sub>DegAP</sub> 2 meters <sub>DegA</sub> [<sub>QAP</sub> QA [<sub>AP</sub> tall ]]]

Recapitulando, do ponto de vista aqui adoptado, DegAP e QAP são projecções funcionais complementares, e existe uma dependência linear estrita entre DegAP e QAP.



Assim, na presença de QAP, o elemento DegAP aparenta alguma autonomia sintáctica. Os exemplos (459) a (466) são pois provas suplementares fortes a favor da divisão do grau adjectival em categorias funcionais autónomas, já que, num quadro diferente, os contrastes referidos não poderiam ser justificados, sendo por exemplo enigmática a agramaticalidade de (459.a) se comparada com (459.b.c).

A relação de configuração entre os núcleos funcionais QA<sup>o</sup> e DegA<sup>o</sup> e o adjectivo determina a sua subida para esses núcleos, de forma a verificar os seus traços não interpretáveis. Este movimento que afecta o domínio adjectival pode ser descrito com base na Morfologia Distribuída —cf. Halle & Marantz (1993)—, mais precisamente com base na operação chamada ‘*Morphological Merger*’ (*Composição Morfológica*), cuja função de base consiste em combinar unidades morfológicas numa nova unidade na componente fonológica. Ora, o adjectivo manifesta várias situações típicas de fenómenos de composição morfológica, como o comparativo sintético (*melhor*), o superlativo sintético (*gravíssimo*) e, obviamente, os traços morfológicos de número e género. Esta proposta, que passaremos a designar ‘*Merge morfológico*’, parece pois pacífica na sua aplicação à morfologia adjectival e será alargada à sequência de núcleos internos ao xAP, que são reordenados numa unidade morfológica única na interface com a componente fonológica.

A proposta resultando das observações feitas até agora pode ser captada pela generalização seguinte:<sup>502</sup>

(470) Estrutura Funcional dos Adjectivos Graduáveis em Português:

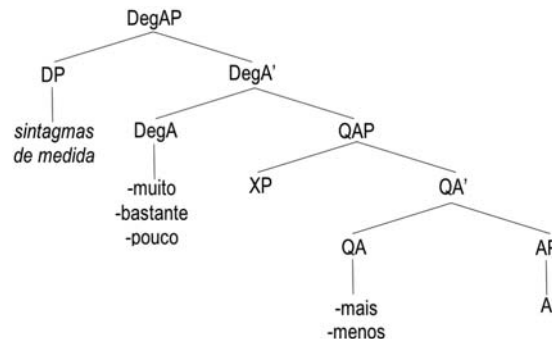
- (a) xAP é um DegAP
- (b) DegA selecciona como argumento interno QAP
- (c) QA selecciona como argumento interno AP
- (d) DegA<sup>o</sup> e QA<sup>o</sup> não podem ser ambos vazios quando e se projectados
- (e) A<sup>o</sup> verifica os seus morfemas QA<sup>o</sup> e DegA<sup>o</sup> por *Merge morfológico*

---

<sup>502</sup> No âmbito do Programa Minimalista, em que uma categoria que não tem qualquer papel a desempenhar não projecta, a generalização (470.d) parece paradoxal. Veremos no capítulo 12 que, apesar de o seu núcleo ser em alguns casos vazio, a categoria funcional DegAP desempenha sempre um papel semântico e sintáctico.

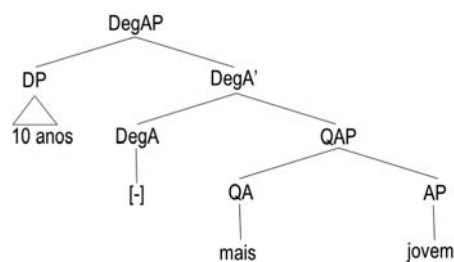
O seguinte indicador sintagmático resume as generalizações anteriores:

(471) Estrutura interna do xAP em Português



Em síntese, o sistema funcional completo é projectado em posição pré-adjectival numa estrutura como (472.b). Quando um MP é inserido, a posição [Núcleo,QAP] é obrigatoriamente preenchida e a posição [Núcleo,DegAP] é obrigatoriamente vazia. Aqui reside a diferença essencial com as línguas germânicas: nestas, QAP pode ser vazio, o que implica que DegAP pode na prática seleccionar o AP, incluindo quando reduzido a um MP em [Spec,DegAP] —cf. exemplo (469.b). Nas línguas românicas, pelo contrário, QAP tem que ser lexicalmente preenchido, de forma a permitir a projecção DegAP, o que implica que o paradigma em (469.b) é agramatical em Português. Tudo indica pois que a estrutura interna do AP está sujeita a parametrização em termos de distribuição dos núcleos funcionais. Em qualquer caso, a presença da categoria QAP reforça significativamente a coerência da estrutura interna do sistema adjectival. Estes exemplos, além de reforçarem a hipótese DegAP / QAP e confirmar a proposta em (470), revelam também adjacência estrita entre os núcleos QA° e A°, já que DegA° nunca os pode separar. A expressão adjectival *10 anos mais jovem* pode pois ser representada da seguinte forma:

- (472) a. [<sub>DegAP</sub> 10 anos <sub>DegA</sub> [<sub>QAP</sub> mais [<sub>AP</sub> jovem]]]  
 b.

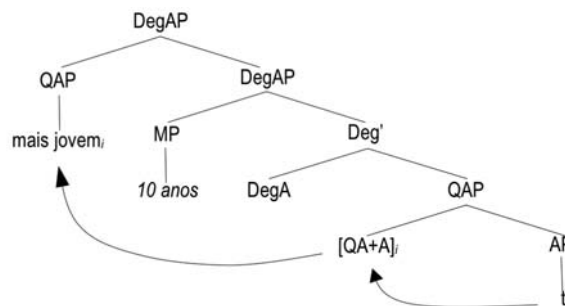


Vejamos, para concluir este capítulo, a construção alternativa em (459.c), que autoriza a presença isolada do DegP numa enigmática posição pós-adjectival, em contradição, portanto, com (457), (470) e (471):

(473) mais jovem dez anos

A posição de DegAP não pode ser, como é sugerido em (473), a de argumento do AP, já que, tendo em conta a estrutura argumental dos adjectivos analisados, tal configuração é indesejável. Foi sugerido anteriormente que a extraposição do DegAP seria o resultado de uma adjunção à direita, mas essa solução levanta, como se sabe, dificuldades consideráveis para a teoria. A posição periférica de DegAP encontra contudo uma explicação convincente se considerarmos que tal posição resulta, não um de uma adjunção à direita, dificilmente defensável neste quadro teórico, mas de um movimento à esquerda dentro do xAP. Tendo em conta que a posição em questão é opcional, propomos que o movimento que a define é um caso de adjunção:

(474)



Consideramos de facto que a sequência em (473) se deve na realidade ao movimento do QAP para adjunto de DegAP, deixando para trás o MP nessa operação, como sugerido em (474). Tendo em conta que o movimento sugerido é facultativo em Português, as representações (465) e (474) são sinónimas do ponto de visto interpretativo. A opcionalidade da subida de QAP é aceitável do ponto de vista teórico, sendo contudo uma configuração marcada, na medida em que o MP **10 anos** se manifesta ora à direita ora à esquerda do adjectivo. Que motivação podemos invocar para a subida de QAP? Embora

o modelo aqui seguido não permita verificá-la directamente, a nossa sugestão é que a posição marcada corresponde a (474): a posição frontal do QAP corresponde a um movimento da expressão de grau para uma posição alta na estrutura, primeiro para uma adjunção a DegAP, e depois provavelmente para uma posição *foco*, deixando para trás nessa subida todo o domínio xAP.<sup>503</sup> Veja-se, a título de exemplo, os contrastes seguintes, em que a posição frontal da expressão de grau QAP despoleta uma leitura focal:

- (475) a. E o João, está muito mais jovem?  
 –Sim, [10 anos **mais jovem**]  
 – ? Sim, [**mais jovem** 10 anos] (*leitura focal*)
- b. Quando é que a Maria deixará a dieta?  
 –Só quando estiver [10 quilos **mais magra**]  
 – ? Só quando estiver [**mais magra** 10 quilos] (*leitura focal*)

A interpretação (ligeiramente) anómala associada à posição frontal das expressões *mais jovem* e *mais magra* pode ser explicada na medida em, nesta posição extrema, essas expressões não recebem uma leitura restritiva adequada.

Um benefício evidente da hipótese DegAP/QAP é que harmoniza o quadro do xAP nas várias línguas até agora analisadas: podemos presumir que, com base nos dados do Inglês, e das línguas germânicas e escandinavas (cf. dados (519) no capítulo 12), as propostas (457), (470) e (471) são parametrizáveis. Basicamente, a proposta (457), aqui retomada em (476), corresponderia em Inglês a (477) e a generalização em (470) seria em Inglês equivalente a (478).

- (476) a. [DegAP muito [ QAP maior]] (=457)  
 b. [ QAP mais [AP inteligente ]]  
 c. [DegAP inteligentíssimo ]  
 d. [DegAP muito [ QAP mais [AP inteligente ]]]
- 

<sup>503</sup> Sobre operações processadas a nível da gramática do discurso, como o foco contrastivo (acento enfático), cf. Zubizarreta (1999:4218)

- (477) a. [<sub>DegAP</sub> much [<sub>QAP</sub> bigger]]  
 b. [<sub>QAP</sub> more [<sub>AP</sub> intelligent ]]  
 c. [<sub>DegAP</sub> 2 meters <sub>DegA</sub> [<sub>QAP</sub> [<sub>AP</sub> tall ]]]  
 d. [<sub>DegAP</sub> much [<sub>QAP</sub> more [<sub>AP</sub> intelligent ]]]
- (478) Estrutura Funcional dos Adjectivos Graduáveis em Inglês:
- (a) xAP é um DegAP
  - (b) DegA selecciona como argumento interno QAP
  - (c) QA selecciona como argumento interno AP
  - (d) DegA e QA podem ser ambos vazios quando e se projectados
  - (e) A<sup>o</sup> verifica os seus morfemas QA<sup>o</sup> e DegA<sup>o</sup> por *Merge morfológico*

Como podemos verificar, a diferença entre (470) e (478) reduz-se na realidade à alínea (d), sobre a qual pesa uma restrição parametrizada: em Inglês, os morfemas DegA e QA podem ser ambos vazios (o que implica que as expressões de medida em sequências como *2 m tall* são especificadores), ao passo que, em Português, um dos dois núcleos (ou ambos) tem que estar ocupado por material lexical. Como veremos no capítulo 12, essa diferença pode ser directamente imputada à sintaxe e à semântica das expressões de medida adjectivais.

Note-se, por fim, que, qualquer que seja o grupo de línguas considerado, os requisitos de adjacência das duas categorias DegAP e QAP relativamente ao núcleo A<sup>o</sup> replicam notavelmente a sintaxe de Det e Q nominais: com excepção do quantificador universal, todos os quantificadores nominais são efectivamente projectados entre as posições Det e N<sup>o</sup>, numa hierarquia que também agora detectamos no sistema adjectival.

Concluindo, providenciámos evidência empírica para distinguir dois tipos de expressões de grau funcionais, isto é, DegA e QA. A primeira categoria revelou comportar-se em certos aspectos de maneira idêntica à categoria funcional Det no sistema nominal, daí a sua caracterização como expressão funcional ‘*determiner-like*’; a segunda categoria revelou propriedades parecidas com as dos quantificadores ‘*fracos*’ dentro do sistema nominal.



## Capítulo 12

### Uma categoria adjectival *Agreement*

O objectivo principal deste capítulo é motivar a existência de movimento do adjectivo para a parte superior do seu sistema flexional, deixando para trás, nessa sua subida, as projecções QAP e DegAP. Mais precisamente, tendo em conta que também os MPs são deixados para trás —e que são especificadores de DegAP—, concluiremos que o adjectivo deve ser atraído por uma categoria cuja natureza semântica nada tem a ver com o grau. A categoria referida, para a qual o adjectivo é atraído, é na realidade uma projecção funcional dedicada à verificação dos traços morfológicos. Para demonstrar essa possibilidade, vejamos em pormenor a sintaxe e semântica dos MPs adjectivais.

#### 12.1 A sintaxe dos adjectivos graduáveis com expressões de medida

Uma das características da sintaxe adjectival nas línguas germânicas reside na facilidade com que integram expressões quantificadas no domínio funcional do adjectivo, nomeadamente expressões de medida, habitualmente constituídas pela inserção de um DP quantificado. Esse tipo de ‘*Measure Phrase*’ manifesta superficialmente, como se vê nos exemplos seguintes, adjacência ao núcleo A<sup>o</sup>, sendo, neste caso, o sistema adjectival uma projecção de núcleo final.

- (479) a. John is [[2 m] tall]  
b. This door is [[80 cm] wide]

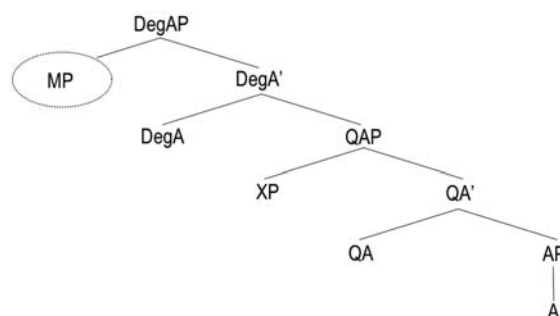
Em contrapartida, as línguas Românicas, exemplificadas pelo Português em (481), revelam uma ‘*construção de MP adjectival*’ em que o adjectivo antecede o MP, ele próprio inserido num PP, mas nunca o pode seguir (480):

- (480) a. \* O João é/está [**cem quilos gordo**]  
 b. \* Esta porta é [**80 cm estreita**]  
 c. \* Um camião [**24 metros comprido**] envolveu-se no choque em cadeia  
 d. \* Procuo uma mesa de madeira [**45 cm baixa**]

(481) O Sol está [**distante** [de 150 milhões de km]]

Ora, foi avocado, no capítulo anterior,<sup>504</sup> que os MPs —expressões quantificadas adjectivais— são na realidade DPs em [Spec,DegAP]. Como vimos em (471), a estrutura interna do xAP coaduna-se satisfatoriamente com a ideia de que os MPs são especificadores do grau adjectival. A representação da estrutura postulada foi a seguinte:

(482) (=471)



Este indicador pressupõe que, quando um MP é inserido em [Spec,DegAP], a posição [Núcleo,DegAP] é obrigatoriamente vazia, na medida em que o especificador é ocupado com uma expressão cujo conteúdo semântico é do mesmo tipo que o núcleo. Embora com elas não possa co-ocorrer, o MP tem uma semântica que mostra que pertence ao conjunto das expressões DegA, como *muito*, *bastante*, e que contrasta com as expressões QA, com as quais pode co-ocorrer livremente:

<sup>504</sup> cf. p.368.



- (483) a. \* o João é 2 metros muito alto  
 b. o João é **10 cm mais alto** (que a Maria)

Para que a construção seja gramatical, a posição [Núcleo,QAP], pelo contrário, é obrigatoriamente preenchida —cf. (483.b): trata-se de uma construção comparativa. Nas línguas românicas, QAP tem que ser lexicalmente preenchido, de forma a permitir a projecção de DegAP e do seu especificador MP. Como vimos, a diferença com as línguas Germânicas reside no facto de, nestas, QAP poder ser vazio, e de DegAP poder seleccionar directamente o AP, mesmo quando reduzido a um MP em [Spec,DegAP] —cf. (469), p.366.

Do ponto de vista semântico, a distinção entre línguas românicas e germânicas é também nítida. Como foi proposto no capítulo 10 —cf. p. 316—, a ontologia do grau adjectival permite separar em dois casos complementares as construções de grau. No primeiro caso, a interpretação de um adjectivo graduável é uma função no âmbito da escala definida pelo parâmetro adjectival e a interpretação de um morfema de grau corresponde ao valor da relação entre a ‘*extensão de medição*’ da entidade e um ponto de referência. O grau denota, em consequência, o valor de verdade da possibilidade de determinado indivíduo verificar o grau que está presente na relação instituída entre o morfema de grau e a medição de referência. As comparativas adjectivais correspondem idealmente a esta análise em qualquer das línguas referidas. No segundo caso, as frases comparativas são associadas a expressões a que chamámos ‘*extensões diferenciais*’, em que a denotação do grau deve ser calculada tendo em conta o facto de uma expressão como **5 cm** fornecer um valor fixo à medição, o que implica que grau e medida aparecem em conjunto —cf. p.316. Ora, como o exemplo a seguir ilustra, a diferença semântica fundamental entre os dois grupos de línguas referidos é o facto de, nas línguas germânicas, o adjectivo poder combinar-se com expressões que denotam ‘*extensão de medição*’ —**2 m** em (484.a)—ou ‘*extensão diferencial*’ —**5 cm** em (484.b)—, ao passo que, nas línguas românicas, os

adjectivos só podem combinar-se com expressões que denotam ‘*extensão diferencial*’ — (485.a) é agramatical.<sup>505</sup>

- (484) a. John is [[2 m] tall]  
 b. John is [[5 cm] taller] than Mary

- (485) a. \* O João é [[2 m] alto]  
 b. O João é [[5 cm] mais alto] que a Maria

A denotação da ‘*extensão de medição*’ não está, contudo, disponível para os adjectivos em Português, na medida em que essa expressão é inserida num PP à direita do núcleo adjectival. Uma observação dos dados indica-nos que, por exemplo em (481), o adjectivo *distante* se encontra à esquerda do MP *150 milhões de km* e separado dele pela preposição *de*, o que sugere que, se o MP se encontra associado à projecção funcional **DegAP**, então o adjectivo se deslocou para a esquerda dessa projecção. Como poderemos interpretar esse movimento aparente? E como interpretar a falta desse movimento em Inglês, em (479)? Como justificar, ainda, a inserção da preposição *de* entre o adjectivo e o MP e a sua falta em Inglês? A ordem de constituintes delineada aponta para a possibilidade de o AP românico conter mais projecções funcionais que o seu homólogo inglês. Aquilo que nos propomos saber é a natureza da categoria alta na estrutura que é o alvo do movimento de A, categoria essa que, por definição, não projecta nas línguas que não exibem esse movimento.

### 12.1.1. Adjectivos com expressões de medida temporal

Aparentemente, o Português carece de construções com uma expressão quantificada MP adjacente ao núcleo A<sup>o</sup>, já que são impossíveis expressões —transpostas das línguas germânicas— como *\*2m alto* ou *\*20 cm largo*: a proibição de expressões quantificadas adjacentes ao núcleo A<sup>o</sup> verifica-se na generalidade em Português (cf. (480).

---

<sup>505</sup> Note-se que extensões de medida e extensões diferenciais são ambos casos de MPs adjectivais

Embora este tipo de construção seja completamente vedada, existe contudo uma construção próxima, envolvendo preferencialmente expressões como as seguintes (cf.(486)):

- (486) a. Hoje, chegaste [**meia hora atrasado**]  
 b. O infeliz não esteve [**nem um minuto consciente**] desde o desastre  
 c. Estive [**três dias doente**], com febres altíssimas

A diferença tipológica referida inicialmente entre (479) e (480) parece extensível a outras línguas românicas, como o Francês (cf.(487)), embora esta língua aceite, tal como o Português, construções de adjacência entre o AP e um número limitado de expressões não quantificadas (488) :

- (487) a. \* Jean est [**2m haut**]  
 b. \* La maison de Pierre est [**trois étages élevée**]  
 c. \* Un camion [**trente-six tonnes lourd**] a provoqué l'accident  
 d. \* Un TGV [**quatre-vingts mètres long**] dépasse les 300 k/h

- (488) a. Je serai [**trois jours absent**] le mois prochain  
 b. Ces derniers jours, le malade n'a pas été [**deux minutes lucide**]  
 c. Pierre a été [**un an captif**] en Irak

Uma observação atenta das construções gramaticais em Português e Francês exemplificadas em (486) e (488) sugere que as sequências em análise são na realidade expressões temporais e equivalem a construções preposicionais cuja função é a de quantificação temporal. Não se trata pois de casos de MP, mas de predicados de fase.<sup>506</sup> A frase (486.c), por exemplo, pode ser reescrita “Estive doente *durante* três dias”, e (488.a)

---

<sup>506</sup> O facto de a frase em (i) ser agramatical indica que a semântica desses predicados não se pode reduzir ao complemento mas abrange também a semântica do predicado adjectival:

(i) \* a Joana está seis meses grávida.

O adjectivo *grávida*, como predicado de fase, rejeita este tipo de construção, mas aceita a construção alternativa:

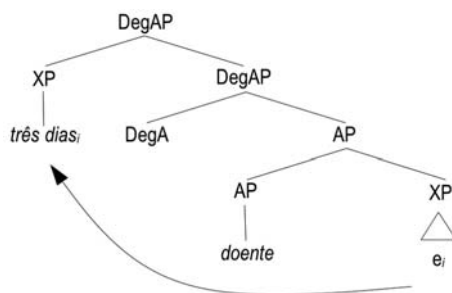
(ii) a Joana está grávida de seis meses.

“Je serai absent *pendant* trois jours”. Outro dado relevante é o facto de essas expressões poderem permanecer na sua posição pós-adjectival, mesmo na ausência de preposição ou conector temporal:

- (489) a. Hoje, chegaste [**atrasado meia hora**]  
 b. O infeliz não esteve [**consciente nem um minuto**] desde o desastre  
 c. Estive [**doente três dias**], com febres altíssimas

O estatuto opcional destas expressões temporais nada tem pois de comum com a sintaxe das expressões quantificadas ilustradas em (480). Em consequência, diremos que, na ausência da preposição, a expressão temporal é movido para o domínio funcional do adjectivo, eventualmente para adjunto da categoria DegAP:<sup>507</sup>

(490)



Tendo em conta a leitura fortemente degradada de construções como (480), o tipo de movimento em (490) não é aplicável ao conjunto das construções com expressões quantificadas. O mecanismo sugerido em (490) será limitado a uns poucos casos de adjectivos com adjuntos temporais que, devido à ausência da preposição, beneficiam de uma relativa autonomia sintáctica dentro do AP.

Uma alternativa ao movimento de adjunção a DegAP em (490) seria a subida da expressão temporal para a posição canónica das expressões quantificadas, ou seja, [Spec,DegAP]. Nesta segunda hipótese, que tem como vantagem permitir um tratamento uniforme para todas as expressões quantificadas (de tempo, espaço, peso, altura,

<sup>507</sup> A notação XP reflecte a nossa dúvida em considerar *três dias* como expressão de medição (MP) ou de tempo (PP).

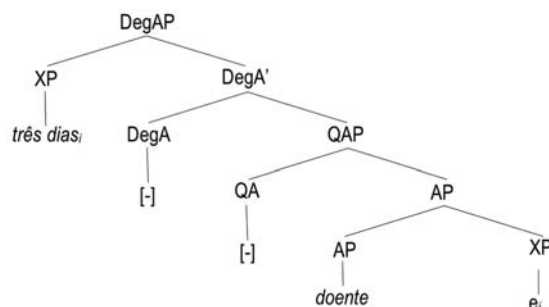
comprimento, etc.), teríamos, contudo, que invocar uma distinção entre medida temporal e medida não temporal: o argumento temporal antecede (ou segue) o adjectivo (491.a), ao passo que o argumento não temporal não o pode anteceder —a não ser nas comparativas, isto é, na presença de um QA lexical (491.b).

- (491) a. **três dias** doente / doente **três dias** (expressão temporal)  
 b. \* **dois metros** alto / **dois metros** mais alto (expressão não temporal)

Assim, as expressões temporais distinguir-se-iam das outras expressões quantificadas pelo facto de serem adjuntas, o que implica, neste caso, núcleos DegA e QA vazios —como é o caso em geral em Inglês (cf. (478)). As expressões temporais serão, nessa hipótese, as únicas expressões de medida adjectival cuja sintaxe é comum às várias línguas referidas.

Um indicador sintagmático ilustrando esta segunda hipótese sobre as expressões temporais adjectivais é proposto a seguir:<sup>508</sup>

(492)



<sup>508</sup> Note-se que fica por resolver a questão da dupla posição das expressões temporais, ilustrada em (491.a). Tendo em conta que ambas têm um significado equivalente, o movimento da expressão temporal parece opcional.

### 12.1.2. Adjectivos com expressões quantificadas

Se parece consensual a ideia de que as restrições semânticas impostas pela estrutura funcional do adjectivo condicionam a estrutura sintáctica do xAP, existem contudo divergências no modo como a semântica do adjectivo se projecta em sintaxe. O princípio de uma correspondência entre a semântica do adjectivo graduável e a sua estrutura sintáctica parece não levantar dúvidas, mas a especificidade dos argumentos envolvidos condiciona sem dúvida a ordem dos constituintes. Assim, como se viu, se as expressões quantificadas de tipo MP são totalmente incompatíveis com construções de adjacência a A°, estando o A em posição final —cf. (480)—, os adjectivos associados a adjuntos temporais admitem essa adjacência —cf. (486).

Ora, partindo, por um lado, do princípio geral de uma correspondência entre a semântica do adjectivo e a sua estrutura sintáctica, e, por outro, da ideia de que os adjectivos graduáveis projectam em sintaxe o seu grau, numa configuração típica de operador / variável, por que razão não disponibilizam as línguas românicas estruturas com MP adjacente a A°, como (480), assim como o fazem para as expressões temporais? Que mecanismo bloqueia em Português expressões de tipo {MP-A} —como em *\*o Pedro é 2 m alto*—, na medida em que, como sugere Kennedy (1997), o quantificador —aqui *2 m*— controla a escala de intensidade com que a propriedade do adjectivo é atribuída e deveria portanto reger estritamente o núcleo adjectival? Na verdade, só a sintaxe de adjacência manifestada por línguas como o Inglês —cf. (479)— corresponde idealmente a essa configuração. Do mesmo modo, como vimos, só adjectivos ligados a expressões temporais parecem aceitá-la superficialmente em Português.

Existe em Português uma configuração de interpretação equivalente a (479), abrangendo construções atributivas ou predicativas. Mobilizando a inserção de um MP em posição pós-adjectival, essa construção, ilustrada nos exemplos (493.a.b), caracteriza-se pela presença de uma preposição separando o adjectivo e o MP. Contudo, tais configurações não são generalizáveis. A construção {A-de-MP} é de facto rara, circunscrita a uns poucos adjectivos cuja semântica envolve medição de distância, como

*distante* e *extenso*. A consulta da base CETEM e do Google indicou-nos que a sequência {A-de-MP} é de baixa frequência:<sup>509</sup>

- (493) a. [**Extenso** de 6800 km], o Nilo é o rio mais comprido do mundo  
 b. [**Distante** de 150 milhões de km], o Sol é uma estrela média  
 c. O Brasil tem um litoral [**extenso** de quase 8 mil quilómetros]  
 d. Vê-se as duas margens do estreito da Formosa, [**extenso** de 160 quilómetros]  
 e. São preços [**inferiores de um a dois terços**] aos praticados no mercado negro

Outros predicados adjectivais aceita contudo esta construção, havendo, ainda, casos flagrantes de agramaticalidade:

- (494) a. ?Conheço um rapaz **alto de 1m e 90**  
 b. ?Abri uma garrafa de porto **velha de uns 40 anos**  
 c. ?Uma mesa **larga de 90 cm** nunca passará por esta porta  
 d. \*O desastre foi provocado por um camião **comprido de 24m**

Em suma, se, por um lado, as construções de adjacência {MP-A} não temporais são totalmente vedadas em Português, por outro, as construções {A-de-MP} são sequências aceitáveis, embora instáveis. A conclusão provisória a que chegamos é a de que, na ausência do morfema QA (isto é, em construções não comparativas), o adjectivo não pode receber complementos de tipo MP, a não ser em posição pós-adjectival e com o auxílio de uma preposição. Vejamos de que forma esta observação pode ser esclarecida.

No caso da preposição *de*, é possível que a sua presença se prenda com a semântica do argumento adjectival. Podemos, por outro lado, considerá-la como a tradução de uma atribuição de caso genitivo ao MP. Esta interpretação é consistente com a sintaxe das línguas Germânicas em que o genitivo nominal (*John's book*) é atribuído numa configuração idêntica à dos adjectivos com MP (*2 m tall*). O genitivo é marcado em

---

<sup>509</sup> A sintaxe de pesquisa foi a seguinte: [pos="ADJ.\*"] "de" [pos="NUM"] para o CETEM, e [extenso.de \* quilómetros] para Google.com.

Português pela preposição **de**, havendo também aqui um paralelo com as construções de MP adjectival.

Cardoso (1988) analisa a sintaxe e a semântica da preposição **de** em Português, que associa essencialmente ao genitivo. Embora esta análise se inspire de um quadro gramatical proveniente da tradição latinizante, contém uma vasta reflexão sobre a sintaxe e a semântica das preposições. Depois de proceder ao levantamento de um vasto leque de casos em que esta preposição assume valores específicos (primeiro como ‘*marcadora de fronteira*’, depois como ‘*classificadora*’ ou ‘*especificadora*’ —nomeadamente como ‘*modalizadora assertiva*’, ‘*indicadora cíclica*’ e ‘*objecto*’), o autor aborda finalmente o **de** ‘*genitivo*’, e os seus valores: genitivo ‘*possessivo*’, ‘*de qualidade*’, ‘*partitivo*’, ‘*objecto*’ e ‘*subjectivo*’. Um valor semântico pertinente para a nossa análise é o “genitivo de qualidade”, que, nos termos de Cardoso, “é geralmente acompanhado de um adjectivo qualificativo, muitas vezes funcionando como um *quantificador* lato sensu”.<sup>510</sup> Exemplos propostos pelo autor incluem os seguintes:

- (495) a. Um homem **de** grande eloquência  
 b. Uma árvore **de** enorme altura  
 c. Um homem **de** grande coragem

Apesar de o autor não referir especificamente expressões quantificadas adjectivais, consideramos que estes casos podem revelar algum paralelismo com as mesmas. A preposição tem aqui um valor que não se limita à expressão do caso genitivo —que é, em geral, a de expressar uma qualidade ou a posse de uma qualidade, no seu sentido amplo—, mas funciona como um termo que especifica uma medição. Nesta acepção, a preposição **de** é aliás comutável com a preposição ablativa **com** —como em *uma árvore com enorme altura*. De qualquer forma, a preposição está associada a uma forma de quantificação, neste caso expressa por um adjectivo que Cardoso qualifica como “quantificador”, e relativamente ao qual já notámos —cf. capítulo 5, p.151— que se trata de um tipo de predicado adjectival usado para traduzir o grau de uma extensão nominal. Podemos

---

<sup>510</sup> Cf. Cardoso (1988), p.86-87.



concluir que existe uma convergência entre o uso genitivo da preposição *de* em expressões nominais quantificadas como *(uma árvore) de grande altura* e o uso da mesma em expressões adjectivais quantificadas, do tipo *(uma estrela distante) de quatro anos-luz*.

Se considerarmos a configuração {A-de-MP}, foi já referido que a sua ocorrência é algo limitada. Existem, contudo, diferenças de gramaticalidade nítidas em função do predicado adjectival, sendo, em nosso entender, as frases exibindo o adjectivo *alto* em (496) parcialmente aceitáveis, ao passo que as frases com adjectivos como *largo*, *comprido*, *rico* em (497) são agramaticais:<sup>511</sup>

- (496) a. ? Uma torre [**alta** de 20 andares] ruiu  
 b. ? Este penedo é [**alto** de 200 m]  
 d. ? O novo edifício é [**alto** de 20 andares]
- (497) a. ?\* Esta porta é [larga de 90 cm]  
 b. \* Um camião [comprido de 20 m] provocou o desastre  
 c. \* A família do João e da Maria é [rica de vinte milhões]

De que forma pode ser justificada essa diferença de gramaticalidade? A escolha do adjectivo não parece arbitrária, já que é a única variável nos exemplos listados. A consulta das bases de dados de referência permitiu-nos alargar e diversificar consideravelmente o leque de situações de medição adjectival por meio de MPs. No caso de um adjectivo como *velho*, por exemplo, os exemplos de construções encontradas são numerosos e diversos.<sup>512</sup> A procura via Google permitiu-nos detectar expressões complexas envolvendo este adjectivo em Português Europeu e do Brasil, e ainda no texto literário:<sup>513</sup>

---

<sup>511</sup> Refira-se, contudo, a gramaticalidade de adjectivos de medição espacial como *distante*, *extenso*, em (493).

<sup>512</sup> As expressões quantificadas que acompanham este predicado adjectival não são expressões temporais como aquelas que referimos anteriormente, como *três dias* em *três dias doente*. Na sequência *velho de 5 anos*, a expressão *5 anos* não pode ser pré-adjectival e exige a presença da preposição *de*. Assume-se, pois, que é uma expressão quantificada não temporal.

<sup>513</sup> A sintaxe de pesquisa no Google foi [velho.de \* anos]. Note-se que se optou por conservar a ortografia brasileira nos exemplos citados.

- (498) a. É um debate [já **velho** de muitos anos]  
 b. O actual estado do piso é bem pior do que o antigo tapete verde, [**velho** de vinte anos]  
 c. O Cairo é uma cidade que nunca dorme, ele é um megalópolis [**velho** de 5000 anos] que estica às pirâmides  
 d. Queria eu dizer, excelentíssima senhora, que o juízo em mim, [**velho** de cinquenta anos], não se recomenda, lastima-se<sup>514</sup>  
 e. O que é melhorzinho em «Noiva Procura-se» é descaradamente roubado a um filme [**velho** de 75 anos]  
 f. Será que o corrimão da escada, [**velho** de trezentos anos], guarda a lembrança da mão de Baudelaire?  
 g. O Brasil das cartas da professora, embora [**velho** de 120 anos], é atualíssimo  
 h. Em verdade é um assunto que, de certa forma, pode-se considerar [**velho** de alguns anos]

O Espanhol dispõe do mesmo tipo de estrutura adjectival, sendo predicados como *alto* ou *viejo* acompanhados de um MP:

- (499) a. Pensaba en él, cuando, [ya **viejo** de ochenta años], regresa a sus pagos  
 b. Este creador a la vez [**viejo** de mil años] y conmovedoramente infantil  
 c. Un jabón [**viejo** de 3.000 años] realizado según las tradiciones ancestrales
- (500) a. Un hombre [**alto** de casi dos metros]  
 b. Un montículo cónico [**alto** de cuatro metros] domina el complejo  
 c. El cerro de Tucuragua, [**alto** de mil doscientos metros]

A ‘*construção de MP adjectival*’ é também produtiva em Francês, já que {A-de-MP} admite na generalidade adjectivos relativos a dimensões físicas como *haut* (“alto”), *large* (“largo”), *épais* (“espesso”), *long* (“comprido”) —cf. (501). Também existem em Francês, contudo, exemplos de adjectivos graduáveis incompatíveis com MP adjectival (502) :

- (501) a. Jean est [**haut** de 2m]
- 

<sup>514</sup> Camilo Castelo Branco, “Gracejos que matam”, in *Novelas do Minho*, Tomo II.

- b. Un pont [**long** de 2 km] a été construit
- c. Ce vin est au moins [**vieux** de 5 ans]
- d. Des murs [**épais** de 2m] isolent bien
- e. Une salle [**large** de 8m 50] exige des meubles énormes
- f. Un immeuble [**haut** de 20 étages] s'est effondré durant le séisme
- g. Ma famille est [**riche** de 20 membres]

- (502) a. \* Une table [**étroite** de 2m] est trop petite  
 b. \* Un camion [**lourd** de 20 tonnes] a provoqué un accident

Embora a não generalização da ‘*construção de MP adjectival*’ represente um desafio e apesar de, em Português, se tratar de uma construção menos produtiva, vamos concluir provisoriamente que o grau adjectival envolvendo expressões quantificadas se pode manifestar pela presença de um PP pós-adjectival contendo o MP, por contraste com a construção pré-adjectival típica das línguas Germânicas (cf. (479)).<sup>515</sup>

Como se pode concluir dos paradigmas anteriores, as ‘*construções de MP adjectival*’ não parecem, à primeira vista, obedecer a uma distribuição clara. O que distingue, por exemplo os adjectivos *comprido* e *velho* para o primeiro, mas não o segundo, ser incompatível com a construção {A-de-MP}? Será essa ausência de sistematicidade nas construções de medição adjectivais o reflexo da sintaxe dos adjectivos escalares ou o resultado das suas restrições semânticas? A análise proposta a seguir conclui pela existência de restrições semânticas.

## 12.2.As construções {MP-A}, {A-MP} e {A-(de)-MP}

Uma das questões que convém desde logo esclarecer prende-se com a pertinência descritiva da ontologia desenvolvida à volta dos adjectivos graduáveis e das expressões de medição: serão noções como ‘*dimensão*’, ‘*intervalo*’ ou ‘*escala*’, que permitem melhor captar o significado desses predicados complexos, relevantes também em termos

---

<sup>515</sup> Como veremos, não se trata, na realidade, de um PP. Cf. p.414

estruturais? A nossa resposta é afirmativa: as propriedades sintácticas e morfológicas dos adjectivos graduáveis decorrem da sua semântica escalar e o tipo de relação entre grau e escala, o tipo de medição efectuada, a posição do grau na dimensão objecto de medição, são características que se reflectem necessariamente nas propriedades formais desses predicados. Qualquer opção descritiva sobre a semântica do adjectivo graduável tem pois implicações profundas na sua sintaxe.

De forma a descrever a sintaxe das construções adjectivais envolvendo expressões de medição, vamos, em primeiro lugar, adiantar uma tipologia semântica dos adjectivos graduáveis.

### 12.2.1. Tipologia dos adjectivos antónimos polares

Considerem-se adjectivos que expressam uma propriedade graduável, como *alto* ou *pesado*. No caso de existir uma unidade de medida adequada a essa ‘*gradação*’, então o grau da propriedade expressa pelo adjectivo é descrito por meio de um ‘*termo de medida*’ baseado na unidade correspondente, equivalendo esse termo categorialmente a um DP quantificado, cujo núcleo N será o termo designador da medida de referência —*metro*, *quilo*, etc. Como vimos, a possibilidade de usar MPs com designador de medida não está disponível para todos os adjectivos (só um subconjunto de adjectivos graduáveis). Dentro desse grupo, podemos começar por colocar a hipótese de a diferença de gramaticalidade se dever à eventual inexistência de designadores de medida adequados. Assim, o adjectivo *alto*, por ser naturalmente ligado ao termo *metro*, originaria construções de MP adjectival (parcialmente) gramaticais —cf. (496) e (501). Apesar de o Francês ilustrar esta hipótese de modo convincente, consideramos contudo que não é produtiva em Português por ser demasiado limitada. Da mesma forma que *alto* em relação a *metro*, também o adjectivo *pesado* poderia ser associado ao designador *quilo*. Verifica-se contudo que *pesado* não admite construções de MP adjectival (\**pesado de 20 kg*). Não se trata, pois, de uma restrição imposta pelo léxico.

Vejamos agora a questão do tipo de predicado adjectival envolvido nestas construções de medição. Como foi observado, nem todos os adjectivos graduáveis podem entrar em construções envolvendo um MP. Os exemplos seguintes retomam algumas dessas observações:

- (503) (i) Exemplos em Português (tipo {A-de-MP})
- \* Jogou-se num campo **grande** de 200 m<sup>2</sup>
  - \* A Maria é **jovem** de 20 anos
  - \* Trata-se de uma notícia **nova** de uma hora
  - \* um carro **pesado** de 500 kg gasta 3 litros aos 100
- (ii) Exemplos em Inglês (tipo {MP-A})
- \* This book is five euros **expensive**
  - \* This book is six lbs **heavy**
  - \* John is 200 pounds **fat**

Independentemente da maneira como as línguas traduzem noções complexas como a medição de um intervalo na escala de intensidade denotada por um predicado, os adjectivos *grande*, *jovem*, *novo*, *expensive*, *heavy* e *fat* —todos predicados graduáveis, note-se— não admitem tais construções de medição nas línguas referidas. Como podemos explicar, então, que outros predicados graduáveis, como *alto*, *velho*, *long*, *haut*, *tall*, etc., sejam compatíveis com construções de medição? O que distingue *grande* e *alto*; *fat* e *tall* ?

Os antónimos representam um subconjunto de adjectivos graduáveis organizados em pares, cujo ponto comum consiste em projectar o seu argumento numa escala idêntica, embora invertida. *Quente* e *frio*, por exemplo, apesar do seu significado oposto —ou polar—, relacionam os seus argumentos com determinado ponto na escala de uma mesma dimensão, chamada “temperatura”.<sup>516</sup> Uma escala relativa a um predicado adjectival antónimo caracteriza-se, como para os graduáveis em geral, por uma variação regular ao longo da dimensão objecto de medição. Essa regularidade pode ser comprovada expressando aritmeticamente o grau (ou o intervalo entre graus) na escala, associando-o a um termo denotador de unidade de medida: uma temperatura *quente/fria* pode ser medida

---

<sup>516</sup> Esse efeito, a que autores como Kennedy chamam *polaridade*, está na origem de expressões populares aparentemente falaciosas, mas formalmente lógicas, como “para haver *ricos*, tem que haver *pobres*” ou “se és mais *maior* que eu, então sou mais *pequeno* que tu”.

precisamente por um termómetro —*hoje estão 25 graus, está quente*—, ou comparada, em termos de ‘*extensão diferencial*’, como em *3 graus mais quente que ontem*.

Como foi inicialmente observado —cf. capítulo 2, p.54—, uma parte dos predicados adjectivais graduáveis antónimos manifesta um tipo de ordenação lexical caracterizada por uma *polaridade semântica*. Essa oposição, exemplificada a seguir, determina a semântica e a sintaxe do predicado em questão, visto que esses adjectivos se organizam em pares que denotam posições extremas e opostas na escala da propriedade adjectival. Assim, dir-se-ia que, na escala da “idade”, *velho* denota a posição polar alta e *jovem* denota a posição polar baixa:

(504) velho/jovem, alto/baixo, largo/estrito, barato/caro, grande/pequeno, rico/pobre, gordo/magro

Contudo, assim como nem todos os adjectivos graduáveis são polares, a polaridade também não tem as mesmas características em todos os pares polares. Na realidade, alguns pares revelam ter uma ‘*orientação*’ de polaridade, uma ‘*assimetria*’ polar, na medida em que, dos dois adjectivos associados, aquele que tem polaridade positiva denota na prática toda a escala da propriedade. Nesse caso, por exemplo nos pares *comprido/curto* ou *largo/estrito*, o item positivo é lexicalmente marcado e actua como referente exclusivo da escala denotada. A escolha do predicado que denota o ponto inferior da extensão desencadeia, por sua vez, uma leitura negativa da mesma —negativa, e não baixa. Assim, numa escala de “comprimento”, o adjectivo *curto*, por ser de polaridade negativa, não pode reger medidas de comprimento, ao contrário de *comprido*. Para tal ser possível, *curto* teria que entrar numa construção comparativa diferencial, em que o morfema comparativo QA ele próprio legitimasse uma expressão de medição equivalente a uma extensão diferencial (505.c):

- (505) a. A ilha do Sol é **comprida** de 15 km  
 b. \* A ilha do Sol é **curta** de 15 km  
 c. A ilha do Sol é 5 km **mais curta** do que a ilha do Vento

Esta assimetria a favor do extremo positivo não se manifesta, contudo, em pares antónimos como *quente-frio*, *rápido-lento*, *gordo-magro*, para os quais ambos os pólos

representam a mesma propriedade adjectival sem engendrar pressuposição de orientação. Não havendo pólo negativo nem positivo dominante, a escolha de um dos membros do par não desencadeia nenhuma leitura orientada, pelo que a extensão da propriedade é denotada pelos dois de igual modo —embora com inversão de perspectiva, já que são antónimos. Estes casos de equivalência não orientada são pois típicos dos ‘*adjectivos antónimos polares simétricos*’.

Do ponto de vista lexical, os ‘*antónimos polares assimétricos*’ traduzem-se pelo facto de a denominação da escala —como “altura”, “comprimento”, etc.— estar associada ao predicado de valor positivo —**alto**, **comprido**. Pelo contrário, os nomes derivados de ‘*antónimos polares assimétricos*’ de valor negativo não correspondem à denominação de uma escala:<sup>517</sup>

- (506) a. **comprido/comprimento**, largo/**largura**, alto/**altura** (positivo)  
 b. curto/?**curteza**, estreito/?**estreiteza**, baixo/?**baixeza** (negativo)

Inversamente, num par de ‘*antónimos polares simétricos*’, ambos os adjectivos correspondem a um nome exclusivamente denotador de escala:

- (507) a. quente/**calor**, rápido/**rapidez** (positivo)  
 b. frio/**frio**, lento/**lentidão** (negativo)

Face a estes dados, propomos que, em Português, **só os adjectivos antónimos polares assimétricos positivos aceitam MPs**. Esses predicados podem combinar-se com

---

<sup>517</sup> Mais precisamente, a polaridade destes adjectivos tem como consequência que a predicação com o antónimo negativo, como em *ser baixo*, escapa à esfera da medição do grau para entrar no campo da avaliação moral. Esta tendência é confirmada pelo nome, que é de uso exclusivamente avaliativo:

(i) esta mesa é **baixa** (leitura de grau) / \* a **baixeza** desta mesa

(ii) esta pessoa é **baixa** (leitura moral) / a **baixeza** desta pessoa

O mesmo não acontece, porém, com o antónimo positivo **alto**, para o qual a leitura moral não parece estar disponível:

(iii) esta mesa é **alta** (leitura de grau) / a **altura** desta mesa

(iv) esta pessoa é **alta** (leitura de grau) / a **altura** desta pessoa

um MP porque relacionam indivíduos com conjuntos de graus, ou intervalos. Os antónimos simétricos não podem reger MPs, o que se explica pelo facto de se limitarem a relacionar indivíduos com graus. Além disso, na medida em que um MP pressupõe uma medição positiva, só os polares assimétricos positivos podem reger um MP.

O predicado *quente* (antónimo polar simétrico) denota, numa escala de temperatura, um ponto *x* (por exemplo, *20 graus*) para o qual é verdadeiro dizer, relativamente a um valor de referência, que esse ponto é *quente* e é falso dizer que é *frio*. Inversamente, *frio* denota um ponto *x* para o qual é falso dizer que *x* é *quente*. Qualquer operação de medição sobre graus, como *muito quente*, *mais quente*, *bastante frio*, *extremamente frio*, etc., só pode ser mediada por um morfema de grau (DegA ou QA). O facto de esses predicados denotarem exclusivamente pontos na escala correspondente impede-os de se combinarem com MPs que, por natureza, desencadeiam uma leitura de intervalo.

No caso dos antónimos polares assimétricos, as construções de medição adjectivais são caracterizadas pelo facto de poderem denotar, por meio de um MP, um conjunto de graus (um intervalo) na extensão da propriedade medida —ou então, como vimos anteriormente, uma extensão diferencial em construções comparativas. Assim, a expressão adjectival *alto de 2 m* denota um intervalo cuja extensão é objecto de medição explícita por meio de uma unidade de medida apropriada, o *metro*. O intervalo denotado por *alto de 2 m* tem o seu valor mínimo em zero e o seu valor máximo em *dois*. A expressão *\*baixo de 2 m*, contudo, é agramatical na medida em que o adjectivo negativo *baixo*, ao contrário de *alto*, aponta para o limite inferior (que tende para zero) da escala da extensão denotada, em contradição com uma medição explícita e positiva como um intervalo de *2 m*.

O facto de se relacionar a capacidade do adjectivo graduável em aceitar MPs com a sua orientação semântica não permite, contudo, justificar a agramaticalidade dos exemplos seguintes:

(508) \* Comprei um terreno **grande** de 200 m<sup>2</sup>

De facto, o adjectivo *grande* é assimétrico —se se afirmar de uma entidade que é *grande*, então a mesma está a ser alvo de graduação positiva. Contudo não pode denotar



um intervalo por meio de uma medição explícita, como se ilustra em (508). De forma a justificar (508), vamos, pois, reavaliar a noção de ‘escala’.

A escala adjectival foi já definida —cf. citação (370), p.310— como a “representação abstracta de uma operação de medição” (Kennedy, 1997). Uma ‘escala’ pode ser, mais precisamente, definida como um conjunto de ‘graus’ ordenados regularmente ao longo de uma ‘dimensão’. Alguns adjectivos graduáveis caracterizam-se por associar os seus argumentos a graus (representação abstracta de uma medição) e outros por criar escalas (dimensão constituída por um conjunto de graus logicamente ordenados). Várias propriedades da escala, como o facto de ser ou não discreta —os graus podem ser isolados e contados por uma unidade de medida— ou de conter ou não um número predefinido de pontos de medição, são linguisticamente relevantes.

A principal propriedade de uma escala adjectival definida como um conjunto de graus ao longo de uma dimensão parece-nos ser a sua natureza aberta (infinita) ou fechada (finita). Do ponto de vista lexical, os adjectivos graduáveis, nomeadamente os antónimos, enquadram-se num tipo de ordenamento cognitivo em que a escala seleccionada para a medição da propriedade atribuída é ou não de tipo aberto. Vamos, em consequência, definir dois conjuntos de adjectivos ‘escalares’ em função do tipo de escala seleccionada. Diremos que são **adjectivos escalares abertos** itens como *comprido, seguro, rápido, distante, pesado, quente*, na medida em que não parece exequível estabelecer um limite superior (um grau máximo) na dimensão alvo de medição. Inversamente, serão **adjectivos escalares fechados** formas como *aberto, cheio, seco, novo*, na medida em que relacionam o grau do seu argumento com uma posição finita —máxima ou mínima— da escala. A diferença anterior pode ser captada por meio de uma operação de medição absoluta, com a qual os adjectivos de escala aberta são incompatíveis.<sup>518</sup>

- (509) a. Totalmente aberto, 100% cheio, quase seco (escala fechada)  
 b. \*totalmente comprido, \*100% rápido, \*quase distante (escala aberta)

---

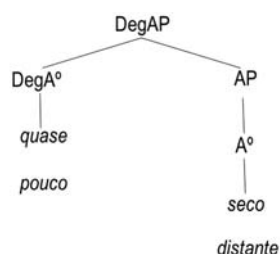
<sup>518</sup> Os dois testes propostos a seguir não são totalmente fiáveis, já que formas como *doido, feliz*, parecem passar em ambos.

Inversamente, observa-se uma marginalidade acentuada na aplicação de medição relativa a adjectivos com escalas fechadas:

- (510) a. bastante comprido, muito rápido, pouco distante (escala aberta)  
 b. \*?bastante aberto, ??muito cheio, \*?pouco seco<sup>519</sup> (escala fechada)

Que valor descritivo representa a oposição ilustrada anteriormente? Em primeiro lugar, observe-se que **as expressões de medição relativa são exclusivas das escalas abertas** e que **as expressões de medição absoluta são exclusivas das escalas fechadas**. Contudo, como foi ilustrado no capítulo 11, todas estas expressões de medição integram o conjunto dos itens que podem ocupar a posição DegA°. A afinidade do predicado adjectival para com a medição absoluta ou a medição relativa não encontra, pois, do ponto de vista da estrutura de constituintes, nenhuma explicação formal. No modelo por nós desenvolvido, expressões adjectivais como *quase seco* (escala fechada) e *pouco distante* (escala aberta) correspondem indistintamente a um xAP com a mesma estrutura interna, como se ilustra a seguir:

(511)



Esta representação sintáctica não integra nenhuma informação específica sobre o tipo de escala seleccionada pelo A. Ora, a existência de sequências marginais como ??*quase distante* e ??*pouco seco* mostra que essa informação está presente no predicado adjectival. O facto de existirem relações de exclusividade como as apontadas em (509) e (510) e de nenhum destes itens poder integrar o conjunto QA —as expressões

<sup>519</sup> Estes casos levantam algumas dúvidas quando associados a predicados de fase. A frase seguinte parece gramatical:

(i) a camisa ainda está **pouco seca**.

comparativas— sugere-nos, pois, que os itens DegA eles próprios pertencem presumivelmente a dois subconjuntos distintos. A questão da sua projecção em sintaxe em função do tipo de escala adjectival mantém-se —por agora— em aberto no modelo aqui seguido.

Em segundo lugar, o tipo de escala adjectival é pertinente na medida em que condiciona a sintaxe de medição efectuada por meio de um MP. Observe-se que **só os adjectivos de escala aberta podem ser associados a uma expressão de medição de tipo MP**. Os de escala fechada são incompatíveis com MPs:<sup>520</sup>

- |       |  |                  |
|-------|--|------------------|
| (512) | a. comprido de 10 m, distante de 10 anos-luz | (escala aberta)  |
|       | b. * aberto de 2 m, * cheio de 15 litros     | (escala fechada) |

Os adjectivos de escala aberta apontam para um ponto (ou um intervalo, quando o grau é saturado pela medição explícita de um MP) na escala da dimensão, ponto esse que pode ser medido como um mínimo relativo (é sempre possível ser *mais rápido*, etc.), ao passo que os adjectivos de escala fechada denotam um ponto extremo na escala da dimensão medida (não é possível, por exemplo, uma janela ser *muito aberta* ou *mais fechada*), pelo que o seu grau não pode ser saturado por uma medida de intervalo explícita. Quando se predica de um copo que está *cheio* ou *vazio*, por exemplo, o recipiente em questão está a ser objecto de medição absoluta —numa direcção ou na outra da escala de volume. De igual modo, quando se diz de um carro que é *novos*, não é possível apontar para um grau relativo ou intermédio dessa propriedade, na medida em que a escala respectiva é logicamente fechada —não existem carros *mais ou menos novos*, ou *bastante novos*.<sup>521</sup>

Os antónimos de escala fechada ilustram de modo relevante a condição seguinte: se um adjectivo polar positivo denota uma escala fechada com um grau máximo, então esse grau corresponde ao grau mínimo na escala do adjectivo polar negativo correspondente.

---

<sup>520</sup> Mais precisamente, em Português, a restrição sobre adjectivos de escala fechada é absoluta, ao passo que a maioria dos adjectivos de escala aberta é insensível a esta restrição.

<sup>521</sup> A não ser na linguagem comercial, em que os “semi-novos” (?) representam uma opção intermédia entre os “novos” e os “usados”.

Por exemplo, se uma porta está *totalmente fechada*, também está *minimamente aberta*; se um copo está *completamente cheio*, então está *minimamente vazio*, etc.<sup>522</sup> Podemos prever, em consequência, que as expressões de medição absoluta só serão compatíveis com adjectivos polares de escala fechada. Os exemplos seguintes confirmam essa hipótese — *totalmente* é aqui uma expressão de medição absoluta:

(513) Adjectivos de escala aberta

- a. \* totalmente alto, \* totalmente caro, \* totalmente distante
- b. \* totalmente baixo, \* totalmente barato, \* totalmente próximo

(514) Adjectivos de escala fechada

- a. totalmente cheio, totalmente aberto, totalmente adormecido
- b. totalmente vazio, totalmente fechado, totalmente acordado

Como se vê, os adjectivos *escalares abertos* são incompatíveis com expressões de medição absoluta. Estas expressões estão reservadas para os predicados adjectivais cuja escala, por ser fechada, pode ser saturada.

Em suma, no caso das ‘*construções de MP adjectival*’, só os adjectivos de escala aberta podem ser associados a expressões de medição, e, inversamente, tais expressões são incompatíveis com predicado adjectivais cuja escala seja fechada. Os adjectivos de escala fechada são incompatíveis com MP.<sup>523</sup> A única maneira de contornar esta limitação parece ser o morfema QA, na medida em que a inserção de um MP numa construção comparativa não sofre quaisquer restrições sobre escalas adjectivais, visto que essa construção implica sempre uma medição relativa.

<sup>522</sup> O inverso também é verdade: uma porta *totalmente aberta* é uma porta *minimamente fechada*. Note-se que advérbio “minimamente” é aqui usado no sentido literal, ou seja, significa ausência total de grau. Na realidade, a melhor aproximação a estas expressões seria, como já se observou, aritmética: 100% aberta = 0% fechada.

<sup>523</sup> Será possível, no entanto, haver, nesta matéria, alguma indecisão, já que alguns dos casos aqui citados estão em contradição com a nossa observação. Em Norueguês, por exemplo, é possível medir por meio de um MP não um intervalo mas um ponto numa escala, como “20 graus quente água” —cf. p.398. Este caso mostra, na verdade, que a semântica e a sintaxe dos adjectivos graduáveis não pode ser totalmente captada por meio de generalizações, o que significa que parte da interpretação atribuída a esses predicados complexos pode estar associada a valores lexicais ou até culturais. Deixamos a questão em aberto.

Existe, portanto, uma dupla restrição sobre as ‘*construções de MP adjectival*’: não só os adjectivos devem ser assimétricos positivos, como devem também ser de escala aberta. Esta dupla condição sobre a sintaxe e semântica das construções de MP adjectival parece-nos relativamente simples de justificar e pode ser informalmente resumida da seguinte forma: para se medir algo, tem que haver algo para medir. No caso de uma dimensão de escala aberta como a “altura”, ilustrada pelos antónimos *alto/baixo*, e em que *baixo* representa a negação de *alto*, a escala de medição associada ao predicado negativo *baixo* tem como característica apontar para zero, isto é, se a escala de “altura” é aberta no caso de *alto*, é fechada no caso de *baixo*. Ora, na medida em que um MP é por definição uma expressão de medição positiva —superior a zero—, não é possível denotar um intervalo numa escala cujo limite máximo é zero. Se *alto de 20 m* é uma construção de MP adjectival frequente nas línguas analisadas, podemos em contrapartida afirmar que *baixo de 20 m* é universalmente impossível, por ser uma contradição lógica.

Do mesmo modo, a expressão adjectival (*a ilha é comprida de 15 km*) denota um intervalo cuja extensão é medida por meio de uma unidade de medida apropriada, o *quilómetro*. O intervalo denotado tem um valor mínimo (zero) e um valor máximo de *quinze*, sendo o MP interpretado como a medição do intervalo que começa em  $\emptyset$  e acaba em 15 numa escala ordenada positivamente. A expressão antónima *\*curta de 15 km* é agramatical porque *curta* aponta para o valor mínimo (zero) da extensão denotada, em contradição com a medição positiva *15 km*. O adjectivo positivo *comprida* pressupõe uma medição sobre uma ‘*escala aberta*’, ao passo que o adjectivo negativo *curta* é obrigatoriamente associado a uma ‘*escala fechada*’, cujo valor extremo é zero. Qualquer tentativa de medição escalar sobre um intervalo num domínio cujo limite máximo é zero origina, pois, agramaticalidade. Assim, os casos descritos até agora podem ser justificados em termos de compatibilidade entre a orientação escalar do predicado adjectival e a medição de um intervalo. No par *largo/estrito*, como se ilustra a seguir, o predicado associado à medição de uma distância geográfica (neste caso o Estreito de Gibraltar) tem

que ser assimétrico e aberto, de forma a denotar uma extensão positiva na escala do comprimento.<sup>524</sup>

- (515) a. **Largo de mais de 15 km**, o estreito de Gibraltar separa dois continentes  
 b. \***Estreito de mais de 15 km**, o estreito de Gibraltar separa dois continentes

Note-se ainda que uma parte razoável dos adjectivos graduáveis é usada pelos locutores com base numa **mudança de escala**, operação que permite um aumento considerável da capacidade atribuidora de propriedades dos adjectivos graduáveis. Assim, observa-se uma mudança no sentido **escala aberta/fechada**, cuja consequência principal é a de criar adjectivos híbridos “abertos absolutos”, como (*sexo*) **100% seguro** e uma mudança no sentido inverso, com a criação de híbridos “fechados relativos”, como **semi-novo** ou (*lavar*) **mais branco**.

O conjunto das observações anteriores é resumido nos dois quadros seguintes:

- (516) Predicados antónimos simétricos de escala fechada (tipo **quente / frio**)

	Grau			
	Nulo	Comparado ( <i>morfema QA</i> )	Graduado ( <i>morfema DegA</i> )	Medido ( <i>MP</i> )
<b>Extensão positiva</b>	<b>quente</b>	mais / menos <b>quente</b>	muito <b>quente</b>	-
<b>Extensão negativa</b>	<b>frio</b>	mais / menos <b>frio</b>	muito <b>frio</b>	-

---

<sup>524</sup> Paradoxalmente, a distância referida selecciona o predicado negativo “estreito” (estreito de Gibraltar) e não “largo” como termo geográfico. De facto, um **estreito largo de 15 km** parece uma contradição. Contudo, usado como nome, o predicado **estreito** parece desprovido de qualquer leitura orientada.

(517) Predicados antónimos assimétricos de escala aberta (tipo **alto** / **baixo**)

	<b>Grau</b>			
	Nulo <sup>525</sup>	Comparado ( <i>morfema QA</i> )	Graduado ( <i>morfema DegA</i> )	Medido ( <i>MP</i> )
<b>Extensão positiva</b>	-	mais / menos <b>alto</b>	(muito) <b>alto</b>	<b>alto</b> de 2 km
<b>Extensão negativa</b>	<b>baixo</b>	mais / menos <b>baixo</b>	muito <b>baixo</b>	-

Resumindo, as construções de MP adjectival resultam, por um lado, da selecção do elemento positivo de um par de antónimos assimétricos e, por outro, de um antónimo assimétrico de escala aberta —cuja escala de graus seja superior a zero e tenda para o infinito.

### 12.2.2.A alternância “alto de dois metros” / “dois metros de alto”

Uma vez definida a tipologia dos adjectivos antónimos, vamos a seguir analisar as estruturas sintácticas das construções de medição adjectival.

Nas línguas germânicas e escandinavas, exemplificadas em (518), o MP é um DP cujo núcleo designador de medida (como *meter*) é adjacente ao adjectivo em construções de medição. Como se ilustra em (519) e (520), outros designadores de medida podem ser usados naquelas línguas, como o **grau** para indicar a temperatura, a **tonelada** ou o **quilo** para indicar o peso, e até os **quilómetros por hora** para indicar a velocidade ou uma **moeda** para indicar o preço:

- (518) a. The man was [[<sub>MP</sub> **two meters**] tall] (Inglês)  
 b. Der Mann war [[<sub>MP</sub> **zwei Meter**] gross] (Alemão)

- (519) a. Ei [[<sub>MP</sub> **200 kroners**] dyr] lampe (Norueguês)  
 uma 200 coroas cara lâmpada

<sup>525</sup> Com adjectivos assimétricos, o grau nulo da extensão positiva destes predicados é vazio. A extensão positiva é sempre pois graduada, mesmo na ausência de DegA.

*'uma lâmpada com um preço de 200 coroas'*

b. [[<sub>MP</sub>20 **grader**] varmt] vann

20 graus quente água

*'água com uma temperatura de 20 graus'*

(520) a. [[<sub>MP</sub>100 **Tonnen**] schwer]

(Alemão)

100 toneladas pesado

*'com um peso de 60 toneladas'*

b. [[<sub>MP</sub>60 **Stundenkilometer**] schnell]

60 quilómetros por hora rápido

*'com uma velocidade de 60 quilómetros à hora'*

Como foi já exemplificado, as línguas românicas —aqui o Francês, o Português e o Espanhol— inserem obrigatoriamente, nesse tipo de construção, como se vê em (521), a preposição **de** entre A e MP, sendo este então pós-adjectival. Relativamente a construções como (519), o Português não dispõe de nenhum designador de medida adequado ao adjectivo e, ao contrário daquelas línguas, deve obrigatoriamente formular a mesma ideia por meio de paráfrase (522):

(521) a. une tour [haute **de** [<sub>MP</sub> cent mètres]]

b. ? uma torre [alta **de** [<sub>MP</sub> cem metros]]

c. una torre [alta **de** [<sub>MP</sub> cien metros]]

(522) a. \* O Airbus A380 é um avião [pesado **de** [<sub>MP</sub>80 toneladas]]

b. Um avião {que pesa / com um peso de} 80 toneladas

A construção em (521) admite em Francês e em Espanhol uma variante na qual o MP antecede, desta vez, o adjectivo, com inserção de uma segunda preposição **de** entre MP e A, também ela obrigatória. Como se nota em (523), esta construção é ainda caracterizada



pela possibilidade de alternar entre o adjetivo graduável e o nome denotador de escala:<sup>526</sup>

- (523) a. un hombre **de** [MP **dos metros**] **de** alto / altura  
 b. um homem **de** [MP **dois metros**] **de** ? alto / altura  
 c. un homme **de** [MP **deux mètres**] **de** haut / hauteur

Esta construção levanta porém dúvidas em Português —ao contrário do Francês e Espanhol— relativamente à forma à direita da segunda preposição **de**. Como se indica em (523.b), a forma adjectival **alto** parece marginal ao contrário da forma nominal **altura**. Em Francês e Espanhol, contudo, as duas formas alternam livremente. Em qualquer uma destas línguas, observe-se ainda que a forma adjectival não tem aqui todas as características de um adjectivo, na medida em que, se estiver presente, não pode flexionar:

- (524) a. \* uma mulher de dois metros de **alta**  
 b. \* une femme de deux mètres de **haute**  
 c. \* una mujer de dos metros de **alta**

Por outro lado, o Francês e o Espanhol dispõem de uma construção em que o MP é seleccionado por um verbo. Nesse caso, estas línguas admitem de novo as formas nominal e adjectival depois da preposição, ao contrário do Português que dá preferência à forma nominal:

- (525) a. Jean a 2m de {haut/hauteur}  
 b. Cette porte a 60 cm de {large/largeur}
- (526) a. Pablo tiene dos metros de {alto/altura}  
 b. La puerta tiene 60 cm de {largo/largura}

---

<sup>526</sup> Não parece haver distinção de sentido entre este tipo de estrutura e a anterior, já que podemos passar livremente de **um homem alto de dois metros** a **um homem de dois metros de alto**. A segunda expressão é contudo, como foi notado, marginal em Português. De modo geral, estas construções parecem algo desvalorizadas em Português.

- (527) a. ? A Maria tem 1m e 70 de alto <sup>527</sup>  
 b. A Maria tem 1m e 70 de altura

Tendo em conta que o Francês e o Espanhol admitem em situação de igualdade, no mesmo contexto, as duas formas adjectival e nominal em (523.a.c), e que, também em Francês e Espanhol, a forma adjectival não flexiona (cf. (524.b.c), mas que, por outro lado, o adjectivo flexiona quando está à esquerda do MP (cf. (521)), a forma *alto* em (523.b) sugere que estamos perante um caso envolvendo um adjectivo. Optámos por consultar a base CETEM e procurar expressões com a sequência {MP+de+A}, de forma a verificar a gramaticalidade de outros predicados adjectivais. Os resultados, resumidos em (528), indicam que alguns predicados escalares aparecem nessa estrutura sintáctica, caso de *comprido, largo, diagonal, fundo, longo*.<sup>528</sup>

- (528) a. esta ilha de escassos **15 quilómetros de comprido**,  
 b. um estreito corredor estratégico de **50 quilómetros de largo**  
 c. esta estreita faixa de terra (**quatro quilómetros de comprido** por **500 metros de largo**)  
 d. um tubarão com mais de **dois metros de comprido**  
 e. este enorme aquário, com **80 metros de diagonal**  
 f. são **cem metros de longo, três de lado e três de fundo**

---

<sup>527</sup> A marginalidade de (527.a) provem presumivelmente do facto de o adjectivo não poder sobreviver depois da preposição, sendo substituído por um nome. (525) e (526) mostram que essa substituição é opcional nas outras línguas.

<sup>528</sup> A sintaxe de pesquisa foi "**quilómetros**" "**de**" [pos="ADJ.\*"]. A sequência "(X) quilómetros de comprido" é de longe a mais frequente. Note-se ainda que também foram encontradas ocorrências da sequência "(X) quilómetros de comprimento", mas não em número significativo. A mesma situação acontece com a dupla *largo / largura*, mas não com os adjectivos *fundo* e *longo*. Na realidade, os resultados mostram duas coisas: primeiro que são poucos os adjectivos implicados —o que era de prever—, segundo, que a forma adjectival é quase sempre escolhida em detrimento da forma nominal.

Podemos considerar que formas como *comprido* e *largo* são exemplos de adjectivos, já que existem formas nominais explícitas —*comprimentos* e *largura*.<sup>529</sup> Nessas condições, levanta-se a questão de saber por que razão os adjectivos em (523) e (528) não flexionam (*ilha/comprido*). Por um lado, o que parece estar aqui em causa é a impossibilidade de o adjectivo aceder à sua flexão, presumivelmente por estar em periferia do seu domínio sintáctico, separado de uma eventual categoria funcional que verifica a flexão por uma preposição e uma expressão quantificada. Uma outra hipótese seria considerar que o predicado adjectival não flexiona por ser usado como termo de referência ou designador de medição e que tem, portanto, um valor similar ao do nome abstracto que denota a escala.<sup>530</sup>

### 12.2.3. As sequências {A+CMP+MP} e {A+MP+CMP}

Em Italiano, existe uma construção intermédia entre (518) e (521), ou seja, entre o Inglês e o Português, em que o MP é pós-adjectival mas não inserido num PP. Neste caso, a ordem da sequência é {A-MP}:<sup>531</sup>

(529) L'uomo era alto [MP due metri]

Zamparelli (1994) faz notar que, em Italiano, no caso de um adjectivo com complemento, como *lontano da* (“distante de”), o MP aparece, como habitualmente, adjacente ao núcleo adjectival, ou seja entre o adjectivo e o seu complemento *dalla casa* em (530). Trata-se para o autor de provar que o MP não pode ser um adjunto do adjectivo,

<sup>529</sup> No caso da sequência “três de lado”, *lado* é um nome, não havendo adjectivo disponível.

<sup>530</sup> Uma explicação possível para a diferença entre “alto de dois metros” e “de dois metros de altura” prende-se com a construção verbal:

(i) o João tem 2 metros de altura

(ii) o João é alto de dois metros

Ou seja, em (ii), o predicado é um adjectivo ao passo que em (i) é um nome. Voltaremos a esta questão no decorrer do texto.

<sup>531</sup> Os exemplos em Italiano são de Zamparelli (1994).

já que a existência de um PP complemento é incompatível com a de um MP adjunto de A. Note-se que, como os adjectivos românicos em geral, *lontana* concorda em género e número com o sujeito.

- (530) Ora Maria era **lontana** [<sub>MP</sub> **2 chilometri**] dalla casa.  
Agora Maria estava distante 2 km da casa  
'A Maria estava agora a 2 km de casa'

Contudo, substituindo o adjectivo *lontana* pelo advérbio correspondente (*lontano*, 'longe'), o MP passa a anteceder-lo:

- (531) a. [<sub>MP</sub> **2 chilometri**] **lontano** dalla città c'era una casa  
2 km longe da cidade havia uma casa.  
'A 2 km da cidade havia uma casa'
- b. ?? Lontano [<sub>MP</sub> 2 chilometri] dalla città c'era una casa  
Longe 2 km da cidade havia uma casa

A ordem em (531.a) é de facto comum a todos os casos em que um advérbio/preposição acompanha um MP (outros exemplos em Italiano: *sopra* 'sobre', *sotto* 'debaixo', *prima* 'antes', *dopo* 'depois', etc.). A explicação para a anteposição do MP é a de que este não pode aparecer entre um advérbio e o seu complemento (532.b), tendo pois que ser pré-adverbial, ocupando presumivelmente uma posição de especificador do sintagma adverbial (532.a):

- (532) a. Il tesoro era sepolto [**2 metri**] **sotto** al selciato  
o tesouro estava enterrado [2 metros] debaixo do pavimento  
'o tesouro estava enterrado 2 metros abaixo do chão'
- b. \* Il tesoro era sotto [(di) 2 metri] al selciato  
o tesouro estava debaixo [(de) 2 metros] do pavimento

Contudo, o MP pode também aparecer depois de expressões adverbiais sem complemento (como *in anticipo* 'adiantado', *in ritardo* 'atrasado'), exigindo então a

preposição *di* (“de”) em posição pós-adverbial (533.a) (534.a), mas proibindo-a em posição pré-adverbial (533.b) (534.b).

- (533) a. La macchina era indietro \*(di) [dieci metri]  
o carro estava atrás (de) dez metros  
*‘o carro estava dez metros atrás’*
- b. La macchina era (\*di) [dieci metri] indietro  
o carro estava (de) dez metros atrás
- (534) a. La macchina era in anticipo \*(di) [dieci minuti]  
o carro estava adiantado (de) 10 minutos  
*‘o carro estava 10 minutos adiantado’*
- b. La macchina era (\*di) [dieci minuti] in anticipo  
o carro estava (de) 10 minutos adiantado

Embora reconhecendo que a preposição *di* (e os seus equivalentes nas línguas observadas —ver (521))— possa ser interpretada como um marcador de Caso para o MP, Zamparelli opta contudo pela proposta de Adger (1994) segundo o qual os MPs não requerem Caso. O facto de o MP ser pré-adverbial mas não pré-adjectival em Italiano sugere pois que outro mecanismo constrange a ordem final. Para justificar os dados (530) a (534), o autor propõe a seguinte generalização para o Italiano:

- (535) Generalização:  
MPs simples (‘meros’)<sup>532</sup> aparecem à esquerda do seu legitimador quando este não tem flexão (advérbio); aparecem à sua direita (entre o legitimador e o seu complemento, caso haja) de outro modo (adjectivo).

Observemos agora as construções propostas a seguir, envolvendo o adjectivo *distante* em Português do Brasil<sup>533</sup> e em Espanhol. Relativamente ao Italiano, dois pontos

---

<sup>532</sup> Isto é, sem a preposição *di*.

comuns devem ser referidos: em primeiro lugar, observa-se a ordem {A+MP+complemento}; em segundo lugar, a preposição *de* não é inserida entre A e MP.<sup>534</sup>

(536) Ordem {A+MP+CMP}

- a. [**Distante** [MP 70 quilômetros] da terceira maior cidade do mundo], São Paulo, o porto é servido por duas ligações ferroviárias
- b. Era uma localidade [**distante** [MPuns cem quilômetros] do domicilio habitual do trabalhador]
- c. [**Distante** [MPcerca de 12 quilômetros] do centro], fica no Bairro Ilhota
- d. A sede do Município de Paulo Afonso está a 243 metros de altitude e está [**distante** [MP460 quilômetros] de Salvador]
- e. A cidade A fica [**distante** [MP12,6 km] de Porto Alegre] e a cidade B fica [**distante** [MP8.900 metros] de Porto Alegre]

- (537) a. La isla, [**distante** [MP800 metros] de la costa], se comunica con la tierra firme  
 b. el cual se encuentra [**distante** [MP105 metros] de los pozos absorbentes]  
 c. Decidieron marchar hacia la Catedral, [**distante** [MPunos cien metros] de la Municipalidad]  
 d. el colegio Ciudad de Valencia, [**distante** [MPdoscientos metros] de la estación]  
 e. [**Distante** [MPochocientos metros] de la Plaza de Bolívar], se encuentra el Parque de Sucre

Os exemplos expostos parecem-nos cruciais já que evidenciam uma situação de adjacência entre o adjectivo e o MP, sem preposição, tal como os casos (529) e (530) em Italiano.<sup>535</sup> Sendo assim, a presença de uma preposição seria motivada pelo complemento

<sup>533</sup> Os exemplos estão em ortografia brasileira.

<sup>534</sup> Exemplos do Google. A sintaxe de pesquisa foi [**distante** \* ~quilómetros.de site:.br]. De notar que encontramos também casos da sequência {A+CMP +MP}, embora em número muito reduzido:

(i) A cidade está [**distante** de Goiânia [MP120 quilómetros]]

(ii) [**Distante** de Macapá [MP150 quilómetros]], o arquipélago do Bailique é formado por oito ilhas

Outra nota a salientar é que a pesquisa (**distante** \* ~quilómetros.de site:.pt) não forneceu resultados significativos em Português Europeu, o que indica que esta sequência é predominante em Português do Brasil.

<sup>535</sup> Na sequência *distante cerca de 12 quilómetros*, a preposição é interna ao MP, incluída na sequência *cerca de*.

do adjectivo —e não pela expressão de medida—, numa configuração parecida com o Italiano. O quadro seguinte sugere uma síntese destas construções:

(538)

Línguas	Adjectivo	MP	complemento
Italiano	lontano	2 km	dalla casa
Pt. Bras.	distante	10 km	do centro
Espanhol	distante	800 m	de la costa

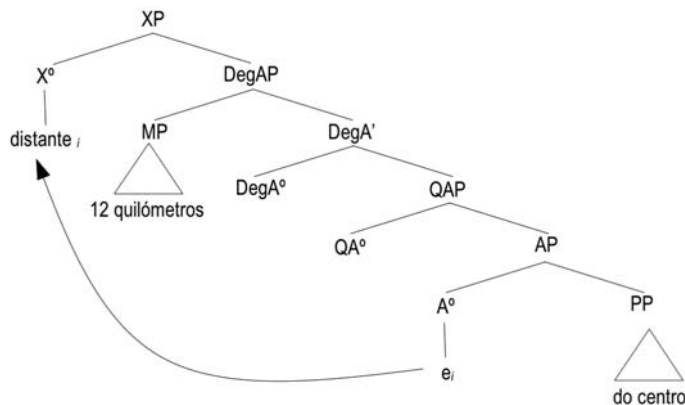
Concluimos que, em Português do Brasil e Espanhol, o MP antecede o complemento do adjectivo, da mesma forma que em Italiano —embora a sequência {A+CMP+MP} não esteja totalmente vedada (cf. nota de rodapé 534).

Deixando por agora de parte a questão da inserção de uma preposição, afigura-se-nos que a ordem {A-MP} em (529), assim como {A-MP-de-CMP} nas outras línguas românicas (cf. (521), (536) e (537)), são na realidade derivadas de uma ordem {MP-A} subjacente, resultando por isso do movimento do adjectivo para a esquerda, motivado pela necessidade de verificar traços de A. Inversamente, a ordem {MP-A} do Inglês —como em (518.a)— proviria da ausência de movimento do adjectivo, ou seja, *in fine*, da ausência de traços a verificar. Será também o caso para as construções adverbiais em (533) e (534), já que os advérbios não sobem na estrutura. Contudo, para essa extensão ser viável, temos que considerar que o MP tem um lugar de poiso compatível com o movimento postulado, ou seja, a sua presença não interfere com o movimento de verificação de A.

No caso em que se verifica a presença de um complemento adjectival, como em *distante (12 quilómetros) do centro*, consideramos que a ordem mencionada pode ser explicada dentro do nosso modelo. A construção é sempre encabeçada pelo adjectivo, o que sugere que o seu movimento de verificação ocorre de forma autónoma. A sequência

{A+MP+CMP} é aquela que melhor reflecte a estrutura postulada para o xAP. No indicador seguinte, a subida do adjectivo para uma categoria XP é apresentada.<sup>536</sup>

(539)



Lembremos que o MP tem uma semântica próxima das expressões de grau DegA, como  *muito, bastante, pouco*, etc. Estes morfemas são pré-adjectivais em todas as línguas até aqui analisadas; em Italiano, língua sem preposição intermédia entre A e MP, o morfema adjectival *molto* (“muito”) pode ser deslocado juntamente com o adjectivo (540.a), prova de que projecta no interior do AP, mas também pode ser separado do seu complemento adjectival (540.b). Esta última operação é contudo impossível com MPs:<sup>537</sup>

- (540) a. [**Molto stupido**]<sub>i</sub>, Gianni lo<sub>i</sub> è di certo [*e*]<sub>i</sub>.  
 b. [**Stupido**]<sub>i</sub>, Gianni lo<sub>i</sub> è probabilmente **molto** [*e*]<sub>i</sub>  
 c. \* **Alto**<sub>i</sub>, Gianni lo<sub>i</sub> era [*e*]<sub>i</sub> [**due metri**]

<sup>536</sup> Relativamente aos raros casos identificados em que o complemento do adjectivo é inserido antes do MP, como em *distante do centro 12 quilómetros*, não é possível descrevê-los como a subida do AP *distante do centro* para [Núcleo,AgrAP], já que tal subida violaria as regras de movimento de núcleo para núcleo. Também não resulta de qualquer movimento do próprio MP, cuja inserção em [Spec,DegAP] parece estável. Tendo em conta que o PP *do centro* é um argumento do adjectivo *distante*, a subida do PP para uma posição de adjunção à direita de AgrAP parece a mais provável.

<sup>537</sup> Exemplos de Zamparelli (1994).



Em Português, língua de tipo [A-de-MP], existem as mesmas restrições.<sup>538</sup>

- (541) a. [**Muito alto**]<sub>i</sub> o João nunca o<sub>i</sub> foi de certeza [e]<sub>i</sub>  
 b. [**Alto**]<sub>i</sub> o João nunca o<sub>i</sub> foi **muito** [e]<sub>i</sub>  
 c \* **Alto**<sub>i</sub>, o João era-o<sub>i</sub> [e]<sub>i</sub> de [**dois metros**]

Outros morfemas adjectivais que podem ser, do mesmo modo, separados do seu complemento adjectival por meio da inserção do clítico neutro *o* são *bastante*, *demasiado*, *pouco* e combinações como *bastante pouco*, *nada pouco*, *mesmo muito*, etc.:<sup>539</sup>

- (542) **Interessante**<sub>i</sub>, esta história está a sê-lo<sub>i</sub> {bastante/mesmo muito/pouco/cada vez mais} [e]<sub>i</sub>

O que podemos concluir desses factos? Segundo (541.c), o MP *dois metros* não é um constituinte visível para a sintaxe, ao contrário de *alto* em (541.b), ou *muito alto* em (541.a), o que confirma que a sua posição no xAP não corresponde à de um núcleo que projecta acima de A. Em segundo lugar, observe-se que, ao contrário do MP em (543), os morfemas de grau podem reger orações consecutivas (544), isto é, expansões sintácticas complementos do adjectivo:

- (543) \* O João é alto **de dois metros** para chegar àquele ramo
- (544) a. O João estava **demasiado** fraco para falar com a polícia  
 b. O João é **insuficientemente** alto para chegar àquele ramo  
 c. O João é **de tal forma** distraído que se esqueceu da namorada no café

Ora, a sintaxe das orações consecutivas, como vimos anteriormente, convida-nos a concluir que o grau adjectival deve ter escopo sobre o complemento oracional, pelo que o seu estatuto categorial a isso deve corresponder —e se MP é [Núcleo, DegP], não

<sup>538</sup> Também é o caso em Francês e Espanhol.

<sup>539</sup> Podemos ainda citar expressões equivalentes lexicalizadas: “a tal ponto, de tal forma, um nadinha” e provavelmente expressões mereológicas (“meio, 100%, duas vezes mais”...)

corresponde. Qual é então a posição dos modificadores de tipo MP que, de acordo com (541.c), não sobrevivem à deslocação do adjectivo? A conclusão é que o MP não é um modificador adjectival estrito, nem do ponto de vista semântico, nem do ponto de vista estrutural, nem morfo-lexical. Estas observações reforçam pois a nossa proposta do capítulo 11 —cf. p. 362— segundo a qual os MPs são especificadores da categoria funcional DegAP —cf. também (471) p. 368. Veremos, no próximo parágrafo, que a projecção funcional para a qual o adjectivo se desloca, deixando para trás obrigatoriamente o MP, pode ser interpretada como uma categoria flexional adjectival acima das categorias dedicadas ao tratamento do grau / medida.

### 12.2.3. Construções de medição referencial e medição diferencial

Como foi dito no capítulo 10 —cf. p.312—, a semântica das comparativas adjectivais inspirada na ontologia de Kennedy (1997) mobiliza por defeito três variáveis: um ‘valor de referência’, um ‘valor padrão’ e uma ‘relação de grau entre valores’. Contudo, em comparativas adjectivais incluindo um MP, torna-se indispensável considerar um terceiro ‘valor’, cuja função semântica equivale a medir a diferença —a ‘extensão diferencial’— entre os ‘valores’ de referência e padrão. Mais precisamente, aquilo que é medido na escala do predicado adjectival é um conjunto de pontos equivalente a um intervalo entre um ponto mínimo e um ponto máximo. Assim, se **G** representa o predicado adjectival, o valor de referência do adjectivo é **G(x)**, o seu valor padrão é **s** e a ‘extensão diferencial’, quando presente, será notada **ed**. Combinado estas três variáveis com a relação de grau **R**, obtêm-se o algoritmo seguinte, que permite calcular as condições de verdade de uma construção comparativa com MP de medição:

$$(545) \quad || \text{Grau} || = \lambda G \lambda s \lambda ed \lambda x [R(G(x))(s)(ed)]$$

O valor de verdade da frase comparativa em (546.a) pode ser formalizado como em (546.b) e parafraseado como em (546.c)

- (546) a. O João é 5 cm mais alto que a Maria  
 b.  $|| \text{Grau}(x)(s)(ed) || = 1$  sse  $(x > s) \ \& \ (x-s=ed)$

c. A frase é verdadeira sse o valor de referência  $x$  (a altura do João) for superior ao valor padrão  $s$  (a altura da Maria) e a diferença entre  $x$  e  $s$  for igual à extensão diferencial  $ed$

O MP *5cm* representa três operações semânticas distintas: (i) denota um intervalo que corresponde à diferença entre a altura do João e a da Maria; (ii) divide esse intervalo em unidades de medida; e (iii) efectua uma contagem dessas unidades. Com o comparativo de inferioridade, o algoritmo deveria, consequentemente, ser mantido, bastando para isso inverter a relação de equivalência entre  $x$  e  $s$ :

- (547) a. A Maria é 5 cm menos alta que o João  
 b.  $\| \text{Grau}(x)(s)(ed) \| = 1$  sse  $(x < s) \ \& \ (x-s=ed)$   
 c. A frase é verdadeira sse o valor de referência  $x$  (a altura da Maria) for inferior ao valor padrão  $s$  (a altura do João) e a diferença entre  $x$  e  $s$  for igual à extensão diferencial  $ed$

A expressão diferencial *5 cm* deve, em todo o caso, estar numa configuração que confirme a sua função semântica de especificador de valor para a variável. Tendo em conta que se trata de um operador quantificado que atribui a um variável no seu escopo um valor fixo, sugerimos no decorrer do texto que estas expressões são especificadores funcionais, sendo inseridas em sintaxe numa posição alta —já que antecedem obrigatoriamente o termo comparativo.

Foi também observado que as construções de medição adjectival revelam uma diferença importante entre o Inglês e o Português. Naquela língua, as expressões de medição podem integrar construções comparativas/relativas e construções absolutas, sendo, neste último caso, adjacentes ao adjectivo. Em Português, pelo contrário, as expressões de medição só aceitam integrar construções comparativas/relativas, sendo impossível a sua adjacência ao núcleo adjectival. Esta diferença levou-nos a concluir que não está disponível em Português nenhuma construção em que o valor do grau de um predicado adjectival é directamente ligado por um operador quantificado de tipo MP. Essa lacuna, que é parcialmente preenchida por outros meios —cf. (493), p.381.—, leva a que em Português seja difícil atribuir um valor absoluto ao grau de um predicado adjectival.

De forma a aclarar a tipologia das expressões de medição adjectivais, vamos propor uma divisão das mesmas em dois conjuntos. O primeiro, que abrange ‘*os MP de medição referencial*’ —em que o próprio MP fornece o valor de referência da expressão

adjectival—, é caracterizado pela sua sintaxe de adjacência ao adjectivo, exemplificada em (548.a) e pela sua semântica, analisada em (548.a'). O segundo conjunto inclui ‘*os MP de medição diferencial*’ e destaca-se do anterior pelo facto de se tratar de uma construção mediada pelo morfema QA —logo, uma construção comparativa—, denotando o MP, nesse caso, uma extensão diferencial —cf. a sua sintaxe em (548.b) e a sua semântica em (548.b’). Em (548.a), temos uma construção {MP-A} e em (548.b) uma construção de tipo {MP-QAP-A}

(548) a. John is [<sub>MP</sub>two feet] tall (*MP de medição referencial*)  
 a' || Grau (x) (s) || = 1 sse (x = s)

b. this book is [<sub>MP</sub>two euros] [<sub>QAP</sub>more] expensive (than...) (*MP de medição diferencial*)  
 b' || Grau (x) (s) (ed) || = 1 sse (x > s) & (x-s=ed)

Do ponto de vista tipológico, todas as línguas aqui analisadas dispõem da estrutura {MP-QAP-A} de tipo (548.b), em que o MP denota o grau de diferença —a ‘*extensão diferencial*’— entre dois valores. Só algumas, contudo, dispõem simultaneamente de MP de medição referencial de tipo {MP-A}, em que o MP denota directamente um dos valores associados ao predicado adjectival. Assim, facilmente se nota em (548) que, em Inglês, as duas construções coabitam, e que outras línguas, já ilustradas nos parágrafos anteriores deste capítulo, aceitam também as construções de MP referencial e MP diferencial —cf. (519) e (520) para o Alemão e Norueguês. Veja-se ainda os exemplos seguintes de MP referencial em Neerlandês.<sup>540</sup>

(549) a. Jan is **2 boeken** rijk  
 Jan é 2 livros rico  
 ‘o João tem dois livros’

b. Het dorp is **twee kilometer** ver

---

<sup>540</sup> Exemplos de Seuren (1978) e Corver (1990).

A aldeia é dois quilómetros distante  
 ‘A aldeia está a dois km’

Uma das consequências da descrição anterior é que as construções comparativas de igualdade, que em Português mobilizam o morfema adjectival *tão/tanto* e os complementadores *como/quanto*, excluem qualquer leitura de medida diferencial. São construções de medida referencial, pelo que lhes fica vedada a inserção de qualquer MP denotando uma diferença de grau:

- (550) a. a Maria é tão alta como o João  
 b. \* a Maria é 5 cm tão alta como o João  
 c. a Maria é 5 cm {mais/menos} alta que o João

A diferença fundamental entre, por um lado, os comparativos superior (*mais*) e inferior (*menos*) e, por outro, o comparativo de igualdade (*tão / tanto*) é que os primeiros são construções comparativas referenciais (*alto de 2m*) ou diferenciais (*5 cm mais alto*) ao passo que o segundo é obrigatoriamente uma construção comparativa referencial.

O comparativo de igualdade apresenta diversas assimetrias relativamente às outras formas canónicas do grau comparativo, e essas assimetrias são transversais às línguas em análise. Nota-se, em primeiro lugar, a impossibilidade de combinar o adjectivo em construções de igualdade com morfemas da classe DegA, ao contrário daquilo que acontece com os morfemas *mais* e *menos*:

- (551) a. o João é {\*muito / \*bastante / \*pouco} tão inteligente quanto a Maria  
 b. o João é {muito/bastante/pouco} {mais/menos} inteligente que a Maria

Outra assimetria notável relaciona-se com o facto de o termo comparativo de igualdade poder ser omitido em várias línguas, ao contrário do que acontece com *mais* e *menos*:

- (552) a. o João é (tão) alto como o pai  
 b. o João é \*(mais) alto que o pai  
 c. o João é \*(menos) alto que o pai

(553) En Joan és (tan) alt com en Marc *(Catalão)*

(554) Paulus (tam) doctus est quam Petrus <sup>541</sup> *(Latim)*

Contudo, a elipse do termo comparativo de igualdade não é uma opção em todas as línguas:

- (555) a. Jean est \*(aussi) grand que son père  
b. John is \*(as) tall as his father

A diferença anterior implica pois que **tão** não pode ser inserido no conjunto de morfemas QA, ao contrário de **mais** e **menos**, que, nessa hipótese, seriam os dois únicos morfemas comparativos livres. Esta proposta é ainda suportada pelo facto de **tão** excluir o conector de comparação **que**. O facto de **tão** seleccionar exclusivamente as formas **como** ou **quanto** traduz, pensamos a diferença de natureza categorial entre **tão**, por um lado, e **mais** e **menos**, por outro. O comparativo de igualdade só parcialmente deve ser considerado uma construção comparativa. <sup>542</sup>

Levanta-se, em todo o caso, a questão de saber se os dois tipos de MP propostos coexistem também em Português. Numa primeira observação, só as expressões de tipo MP diferencial em (556.b) parecem ser projectadas, estando vedada a construção de MP referencial:

- (556) a. \*Esta revista é [MPdois euros] cara *(MP referencial)*  
b. Esta revista é [MPdois euros] [QA+mais] cara que aquela *(MP diferencial)*

<sup>541</sup> Heyde, K. van der (1930). L'ablatif de comparaison en latin. *Revue des études latines*. 8. 230-41.

<sup>542</sup> A diferença entre **que** e **como/quanto** não justifica a alternância entre **como** e **quanto** nem permite dizer se se trata de complementadores, ao contrário de **que**. Tendo em conta que **como** e **quanto** têm um significado equivalente nas construções comparativas de igualdade, esta alternativa não parece motivada do ponto de vista da teoria gramatical aqui seguida. Deixamos a questão do comparativo de igualdade em aberto para posterior investigação.

Ora, existe, como vimos, uma construção semanticamente equivalente a {MP-A} referencial, caracterizada em Português pela inserção do MP num PP regido pela preposição *de*, em posição pós-adjectival —cf. p.381. Essa construção {A-de-MP} contém um MP de medição referencial na medida em que o próprio MP fornece à expressão adjectival o valor de um dos argumentos do adjectivo, o ‘*valor de referência*’:

(557) Um asteróide **distante de** [<sub>MP</sub>**55 milhões de quilómetros**] foi localizado pela NASA

O valor de verdade desta frase é condicionado pelo facto de a relação de grau entre o valor de referência do predicado *distante* e o seu valor padrão (aqui, o ponto de vista do observador) ser ou não igual a de 55 milhões de quilómetros. **Esta construção não é, pois, nem comparativa nem diferencial.** Trata de uma expressão cuja interpretação corresponde, tanto quanto podemos saber, a uma medição referencial. O facto de tais construções referenciais existirem nas outras línguas românicas —cf. p.384—, permite-nos concluir que os dois tipos de construções de medição postulados em (548) podem ser alargados a essas línguas, o que implica a seguinte equivalência:

(558) Inglês ↔ Português  
 {MP-A} = {A-de-MP}  
 2m tall = alto de 2m

Concluimos, pois, que **a sequência {A-de-MP} é uma construção de medição referencial.** Duas questões ficam, contudo, por resolver: (i) como justificar a inversão {MP-A} / {A-MP}? (ii) como explicar a inserção da preposição *de* nas línguas românicas? Outra questão é a da relativa marginalidade da construção {A-de-MP} em Português, ao contrário daquilo que acontece nas outras línguas românicas.<sup>543</sup> A questão da ordem

---

<sup>543</sup> A felicidade de (i) contrasta com a relativa incerteza sobre (ii), por exemplo:

(i) Jean est haut de 1m 93

(ii) ? O João é alto de 1m e 93

predicado / argumento será tratada no parágrafo seguinte. Vamos, por agora, abordar a questão da preposição *de*.

#### 12.2.4. Sobre o estatuto de ‘de’ adjectival

Note-se em primeiro lugar que **a inserção da preposição “de” só é possível em construções de medição referencial**, sendo, em contrapartida, vedada em construções de medição diferencial:

- (559) a. O João é **alto** \*(de) 2m *(medição referencial)*  
 b. O João é \*(de) 5 cm mais **alto** que a Maria *(medição diferencial)*  
 c. O João é mais **alto** que a Maria \*(de) 5 cm

Outra observação prende-se com o lugar ocupado por *de*. Se a estrutura da expressão adjectival for aquela que é sugerida em (560.b), levanta-se a questão de saber qual a posição de *de* em (560.a):

- (560) a. Um asteróide [**distante** [<sub>?</sub> **de** [<sub>MP</sub> **55 milhões de km**]]] foi identificado  
 b. Afinal, o asteróide está [<sub>DegAP</sub> [<sub>MP</sub> **5 milhões de km**] [<sub>QAP</sub> **mais** [<sub>AP</sub> **distante**]]] do que se pensava

Na verdade, se as propostas apresentadas até agora têm alguma pertinência descritiva, deveria ser possível dar conta da posição de *de* —assim como da sua ausência nas construções comparativas— sem ser preciso invocar fundamentos externos. Vamos, pois, examinar a possibilidade de a construção {A-de-MP} se enquadrar na estrutura interna até agora traçada para o xAP.

##### 12.2.4.1. Construções de inversão do predicado

Para justificar a inversão das sequências {MP-A} / {A-de-MP}, vamos referir a análise de Dikken (1998) sobre as ‘*construções de inversão do predicado*’ (doravante: CIP) e defender que estas construções, que Dikken associa a sequências como *o idiota do rapaz*, têm algo em comum com as ‘*construções de MP adjectival*’ (doravante: CMPA) do



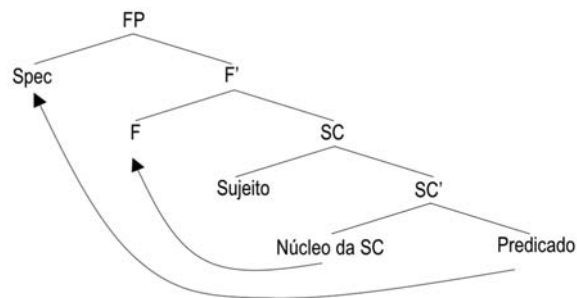
tipo *comprido de 15 km*. Vejamos em primeiro lugar uma breve apresentação de Dikken (1998) e, de seguida, alguns dados cruzados entre a CIP e a CMPA.

Dikken propõe que, nestas construções, o predicado deslocado cria uma oração pequena interna ao próprio DP, e eleva-se até uma posição [Spec,FP] —em que F° é um núcleo funcional seleccionado por Det—, passando pela posição Sujeito da oração pequena. Adianta, por outro lado, que o elemento *de* (*of* em Inglês) corresponde a uma ‘*cópula nominal*’ e resulta da subida e posterior incorporação do núcleo da oração pequena X° no núcleo F°. Trata-se, pois, do equivalente nominal do verbo copulativo *ser*, que aparece obrigatoriamente nas construções de inversão de predicado a nível frásico —ou seja, os casos clássicos de orações pequenas. Vejamos os exemplos seguintes:

- (561) a. I consider the most idiot **to be** John
- b. I just met that idiot **of** John

Como se vê, o paralelo entre as duas construções favorece a hipótese de que o elemento *of* corresponde a uma partícula copulativa, cuja presença só se manifesta quando o predicado *idiot* sobe na estrutura interna do DP. Em todo o caso, tal hipótese exclui a possibilidade de *of* se relacionar com atribuição de caso a *John*. Deixamos a seguir um indicador simplificado da inversão do predicado no DP:

- (562) Construções de inversão do predicado no DP



Em (562), o predicado e o seu argumento externo (sujeito) formam uma *oração pequena* (SC, ou “Small Clause”). No caso de inversão aqui analisado, o núcleo da oração pequena sobe para um núcleo funcional F° situado fora do seu domínio, o que legitima por seu lado a subida do predicado para [Spec-FP]. Este quadro descritivo tem sido adoptado

na generalidade desde Dikken (1998) e sê-lo-á também aqui, sendo certo que o núcleo da oração pequena que sobe para F<sup>o</sup> deve ser soletrado, no caso do DP, como *de*.

Relativamente aos pontos comuns entre a CIP e a CMPA, uma primeira observação é que ambas as construções envolvem uma forma de quantificação positiva. Essa quantificação tem como traço saliente o facto de referir um grau extremo ou absoluto. Assim, a CIP em (563.a) equivale a uma construção de grau positivo, explícita em (563.b). Além disso, a construção exclamativa em (563.c) confirma a leitura extrema da CIP:

- (563) a. o idiota do rapaz  
 b. o rapaz é  **muito**  idiota  
 c.  **que**  idiota! (=muito)

Do mesmo modo, a CMPA em (564.a) equivale um grau extremo (564.b), que a exclamativa, de novo, vem confirmar. Esta leitura é tanto mais natural quanto, como foi já aqui observado —cf. p.54 e o quadro (517) p.397—, os adjectivos que seleccionam MP como *15 km* só podem ser os antónimos polares positivos assimétricos, predicados esses que têm justamente a capacidade em forçar uma leitura positiva extrema:

- (564) a. X é comprido de 15 km  
 b. X é  **muito**  comprido  
 c.  **que**  comprido! (=muito)

Em segundo lugar, nem a CIP nem a CMPA admitem a inserção de um possessivo, o que indica que o item *de* não corresponde a uma preposição genitiva:

- (565) a. \* o seu idiota (=do rapaz)  
 b. \* a sua ilha comprida (=de 15 km)  
 c. o seu livro (=do João)

Ao contrário de (565.c), em que o possessivo *seu* e o PP {*de*+NP} são equivalentes, *de* não pode, nos outros exemplos, seleccionar um DP/MP ao qual atribua caso. Vejamos ainda estes contextos, em que *de* também não é uma preposição genitiva:

- (566) (*Contexto: Balena é uma ilha que tem uma largura máxima de 15 km, e dispõe de uma única estrada de terra*)

- a. os 15 km de comprimento de Balena percorrem-se em duas horas
- b. os seus 15 km de comprimento percorrem-se em duas horas
- c. \* os seus 15 km de Balena percorrem-se em duas horas

(567) (Contexto: O João joga basquetebol e tem 2 m de altura)

- a. os 2 m metros de altura do João dão muito jeito à equipa
- b. os seus 2 m de altura dão muito jeito à equipa
- c. \* os seus 2 m do João dão muito jeito à equipa

A agramaticalidade de (c) nestes contextos demonstra que o termo de escala (*altura, comprimento*) não pode ser possessivizado, ao contrário do nome próprio, que é o sujeito temático. A impossibilidade de substituir *de* por um possessivo confirma mais uma vez que não se trata de uma preposição canónica e que a sua inserção na estrutura deve corresponder a uma posição funcional. Fica a ideia de que *de* é uma categoria funcional associada a construções de medição positiva, como foi sugerido no parágrafo anterior relativamente às construções de MP referencial.

Em terceiro lugar, tanto a CIP como a CMPA são incompatíveis com quantificadores adjectivais explícitos, assim como com superlativos:

- (568)
- a. \* o **muito** idiota do rapaz
  - b. \* a ilha **muito** comprida de 15 km
  - c. \* que **muito** comprida!
  - d. \* a ilha **mais** comprida de 15 km (superlativo)
  - e. \* o **mais** idiota do rapaz (superlativo)

Tal resultado não deve surpreender se partirmos do princípio que ambas as construções já são quantificadas, pelo que a inserção de um item quantificador é redundante.

Note-se, em quarto lugar, que nenhuma das construções em análise admite a elipse do adjectivo, mesmo em contexto favoráveis como a coordenação. Como foi já visto —cf. discussão sobre o exemplo (365) e seguintes, p.307.—, as construções adjectivais aceitam facilmente entrar em estruturas simétricas aptas a dispensar o adjectivo. A proibição de elipsar o adjectivo na CIP e na CMPA indica pois que não se trata de um constituinte visível para a sintaxe da elipse:

- (569) a. \* Estive com o **idiota** do João e o [e] do Paulo ([e]=idiota)  
 b. \* Balena é **comprida** de 15 km e Yaoré é [e] de 18 km ([e]=comprida)

A conclusão de que a CMPA não é um constituinte sintagmático pode também ser comprovada pelo facto de nem o MP nem o A poderem ser deslocados para o início da frase. Como seria de prever, também a CIP não é um constituinte sintagmático, pelas mesmas razões (571):

- (570) a. \* **de 15 km**, Balena é comprida  
 b. \* **comprida**, Balena é de 15 km  
 c. **comprida de 15 km**, Balena situa-se...  
 (571) \* **do rapaz**, detesto o idiota

Em quinto lugar, é de salientar que o MP seleccionado pelo A nas CMPA não pode ser um *mero nome*, ou seja, não pode limitar-se à unidade de medida correspondendo à extensão do predicado adjectival. De facto, a ausência de uma medição explícita é agramatical, presumivelmente porque a leitura positiva estaria, nessa hipótese, comprometida. A mesma observação é válida para a CIP, já que, como se vê em (573), o N não pode ser indefinido nem *mero nome* —incluindo *meros plurais*.<sup>544</sup>

- (572) a. \* Balena é **comprida de quilómetro(s)** (=tem vários km)  
 b. \* A mesa é **alta de centímetros** (=tem alguns cm)  
 (573) a. \* o idiota de **um rapaz**  
 b. \* o idiota de **rapaz**  
 c. \* os idiotas de **rapazes** (cf. são rapazes idiotas)

---

<sup>544</sup> A gramaticalidade de (i) só aparentemente é contraditória:

(i) Balena é comprida de um quilómetro

Na realidade, *um* equivale aqui a um numeral (e não ao indefinido singular), pelo que a sequência *um quilómetro* é interpretada como um MP.

Os dados expostos revelam existir, no caso da CMPA, uma adjacência rígida entre os elementos A, *de* e MP. Esta restrição pode ser devidamente explicada no quadro da sintaxe da categoria funcional DegAP: a sequência {de+MP} não pode ser extraída para fora do xAP porque *de* e MP estão, respectivamente em [Núcleo,DegAP] e [Spec,DegAP]. O adjectivo pode mover-se, mas não sem o seu argumento de medição, na medida em que passa obrigatoriamente por [Núcleo,DegAP] na sua subida. Esta observação encontra confirmação independente no facto de não ser possível submeter os constituintes internos destas construções à interrogação. Não se pode interrogar sobre A ou sobre MP, nem, no caso da CIP, sobre o DP:

- (574) a. \*Quantos km é a ilha comprida de [e]? —15 km  
 b. \*O que é que a ilha é [e] de 15 km? —comprida
- (575) \* Que rapaz é o idiota do? —o João

Os dados anteriores confirmam, pensamos, que a CMPA corresponde basicamente a uma construção de inversão do predicado envolvendo quantificação, na linha da proposta inicial sobre a CIP de Dikken (1998). A “preposição” *de* —Dikken propõe o termo “linker” para substituir “preposição”— apareceria, nestas construções adjectivais, como um elemento de mediação entre o predicado adjectival movido e o seu argumento. Mais precisamente, como foi já sugerido, *de* é um dos *spell-outs* do núcleo DegA° e deve ser considerado um item puramente funcional, semanticamente nulo, cuja única função é viabilizar a projecção DegAP, de forma a poder inserir o MP quantificado na derivação.

Existe contudo uma diferença significativa entre a CIP e a CMPA: as construções adjectivais de medição, apesar de corresponderem a uma inversão da ordem dos predicados, não envolvem nenhuma oração pequena, ao contrário daquilo que é proposto para a CIP —cf. (562). Em contrapartida, a ordem relativa entre A e MP depende da estrutura interna do xAP, concretamente do tipo e ordenação das categorias funcionais adjectivais. Além disso, o ‘linker’ *de* é inserido por *Merge* na sua posição básica e não decorre de nenhum movimento nuclear. Em consequência, a projecção funcional FP, cuja existência acima da oração pequena é invocada na CIP, equivale, no caso da inversão interna ao xAP, à projecção funcional DegAP. A falta de uma oração pequena no domínio adjectival não invalida, contudo, a subida do predicado nem o facto de o linker *de* ser

marcado pelo mesmo tipo de traços categorial e semântico que o seu homólogo interno ao DP.<sup>545</sup>

Na medida em que não existe CIP interna ao xAP, que legitimidade haverá em associar construções envolvendo *de* a expressões adjectivais quantificadas? Também aqui, várias línguas fornecem dados convincentes a favor desta hipótese. De facto, além do caso genitivo, *de* também está, nas línguas românicas, ligada à quantificação. Os casos seguintes em Francês, Espanhol e Romeno ilustram várias situações do *de* de quantificação.<sup>546</sup>

(576) a. une pizza **de** chaude (Francês)  
*'uma pizza bem quente'*

b. Il y a beaucoup **de** joli dans ces textes  
*'há muita coisa linda nesses textos'*

c. Que **de** monde!  
*'há tanta gente!'*

d. Que **de** problèmes il a!  
*'ele tem tantos problemas'*

e. Pierre a beaucoup **de** méchant  
*'Pierre é bastante mau'*

(577) a. Pablo es así **de** alto<sup>547</sup> (Espanhol)

b. Me la imagino mucho **de** grande  
c. Hay mucho **de** bonito en todo esto  
d. Vi un escarabajo así **de** grande

<sup>545</sup> Esta conclusão permite-nos, em retorno, atribuir uma identidade à projecção FP: na realidade, considerando que, na CIP, os predicados envolvidos são sempre escalares, pensamos que FP resulta da subida do grau da sua posição básica (como núcleo da oração pequena) para o núcleo funcional F<sup>o</sup>. Deixamos esta observação para posterior investigação.

<sup>546</sup> Parte dos exemplos em Português, Romeno e Espanhol foram obtidos no Google.

<sup>547</sup> así = assim; é uma expressão referencial associada a DegA.

- e. Estamos muy orgullosos de tener una playa asi **de** bonita  
 f. Eres **de** fuerte! (=como es forte!)  
 g. Como es **de** caro este coche!
- (578) a. O João chorou **de** contente (=por estar muito contente) (Português Europeu)  
 b. O seguro morreu **de** velho (=muito velho)  
 c. A maçã caiu **de** madura (=porque estava demasiado madura)  
 d. o João tem muito **de** estúpido  
 e. Morrer pela Pátria não tem nada **de** doce e, muitas vezes, tem pouco **de** honroso  
 f. O jogo tem bastante **de** sanguinário e profano  
 g. A blogosfera tem muito **de** mau, mas tem bastante **de** bom  
 h. Esse tipo de discussão tem muito **de** emocional
- (579) a. Ainda há muito **de** feio no mundo (Português do Brasil)  
 b. Será uma oportunidade de levar um pouco **de** bonito para a região sul
- (580) a. Cît **de** frumoas e Maria!<sup>548</sup> (Romeno)  
 Quanto de linda é Maria  
 ‘como a Maria é linda!’
- b. Maria e enorm **de** fericit  
 Maria é enorme de feliz  
 ‘a Maria está extremamente feliz’
- c. scurt de repede, enorm de cald  
 ‘pouco rápido’, ‘muito quente’

Os dados expostos confirmam, pois, que a CMPA corresponde superficialmente a uma construção de “inversão do predicado” envolvendo quantificação. O ‘linker’ **de** é um elemento de mediação entre o predicado adjectival movido e o seu argumento MP. Como vimos, as análises da inversão do predicado no DP postulam um núcleo funcional F° que recebe **de**. Propomos que a natureza funcional de **de** nas construções de medição adjectival

---

<sup>548</sup> Este exemplo é de Grosu (1974).

é relacionada com o facto de este item ocupar a posição [Núcleo,DegAP]. Como elemento de ligação entre a expressão de medição e o predicado adjectival, *de* é um item funcional interno ao xAP. Sugerimos a designação ‘*preposição funcional*’ para traduzir o *linker de* em Português.<sup>549</sup>

Do ponto de vista semântico, a construção adjectival envolvendo medição levanta a questão da interpretação da expressão de medição (MP). Como foi já visto —cf. (558)—, a sequência {A-de-MP} é uma construção de medição referencial e não pode ser nem comparativa nem diferencial. Aquilo que importa agora é verificar as razões desta restrição.

#### 12.2.4.2.Pseudopartitivas e construções de MP adjectival

Corver (1998) analisa as ‘*construções nominais pseudopartitivas*’ {N-of-N} — como *a glass of wine*— como casos de predicação interna ao DP por meio de uma ‘*oração pequena*’, resultando da operação de inversão do predicado proposta por Dikken (1998): a sequência de base seria, nesse caso, {*wine glass*} e a frase final seria derivada pelo movimento do predicado *glass* para a esquerda do nome massivo *wine*, com inserção do item *of*. Estas construções de predicação pseudopartitiva invertida estão associadas a duas leituras distintas: (i) uma **leitura de quantidade**, em que *glass* efectua uma medição —a medição de um volume de líquido— e *of* rege o PP contendo o referente da medição; (ii) **uma leitura de conteúdo**, em que *glass* refere uma entidade e *of* é uma preposição semanticamente nula. Em qualquer caso, *of* é, segundo Corver (1998), a realização fonética de um núcleo funcional X<sup>0</sup> associado à predicação interna ao DP, na linha de Dikken (1998).

---

<sup>549</sup> Stickney (2004) sugere que *de* interno ao DP deve ser considerado uma categoria “semi-lexical” (ou semi-funcional) na medida em que oscila entre a integração de traços categoriais (os traços [N] e [V]) e de traços funcionais, como DegA (e eventualmente outros). Não há aqui espaço para desenvolver essa pista, mas lembramos que tivemos já ocasião de referir línguas em que algumas preposições podem assumir o papel de adjectivos e vice-versa. Isto sugere que a preposição pode exibir traços lexicais, traços funcionais ou os dois, além dos traços semânticos a que está habitualmente associada como marcadora de caso. Essa combinação de traços será talvez objecto de escolha de língua para língua.



Estas duas leituras estão também disponíveis para {N-de-N} em Português, caso em que o nome *copo* na expressão *um copo de vinho* tanto pode denotar, por metonímia, uma medida —trata-se de uma expressão mereológica, como *meio copo de, uma garrafa de, uma pipa de*, etc.<sup>550</sup>— como pode denotar um recipiente (um copo é um objecto com determinadas propriedades). Tal distinção fica patente no exemplo seguinte:

- (581) a. bebi um copo de vinho (leitura de quantidade)  
 b. parti um copo de vinho (leitura de conteúdo)

Na nossa língua, a leitura de conteúdo equivale estruturalmente a uma relação de predicacão envolvendo o verbo *ter* e os argumentos *copo* e *vinho*:

- (582) a. O **copo** [de] **vinho** (leitura de conteúdo)  
 b. O **copo** [tem] **vinho**

Nesse caso, a incorporação da preposição *de* nas construções pseudopartitivas pode ser considerada equivalente a uma oração com o verbo *ter*. Nessa hipótese, a construção predicativa interna ao DP em (582.a) é mediada por um núcleo funcional, originando uma leitura de conteúdo.<sup>551</sup> O núcleo funcional *de* desencadeia, pois, uma leitura referencial.

No caso da leitura de quantidade, a presença da preposição *de* no DP desencadeia uma interpretação de medição e a expressão *um copo de vinho* pode ser parafraseada, neste caso, como em (583.b):

- (583) a. Um **copo** [de] **vinho** (leitura de quantidade)  
 b. (A quantidade de) **vinho** [é] (equivalente a) **um copo**

A preposição *de* equivale, na leitura de quantidade / medição, a uma construção com o verbo *ser* e corresponde a uma operação mereológica. Em consequência, o item *de*

<sup>550</sup> cf. Lopes (1971). Sobre as *construções pseudopartitivas* em Português, cf. Brito (1988).

<sup>551</sup> Sobre a preposição genitiva *de*, cf. Cardoso (1988) e a nossa análise p.382

qualifica-se, como sugere Corver, como uma preposição semanticamente nula, estruturalmente o equivalente nominal do verbo *ser*. Nesta segunda leitura, *de* não é, pois, uma preposição genitiva.

A favor desta conclusão podemos ainda evocar o facto de, em algumas línguas, as construções pseudopartitivas, ao contrário das partitivas, não exigirem nenhuma preposição. Stickney (2004) nota que as construções partitivas em línguas como o Neerlandês, o Alemão e o Grego exigem sempre uma preposição, mas que não é o caso para as pseudopartitivas. Stickney sugere que as mesmas não contêm nenhum núcleo preposicional, incluindo nas línguas em que *de* se manifesta: a preposição estaria reservada para as construções partitivas. Vejamos um exemplo em Neerlandês, citado pela autora:

(584) a. een doos **van** uw heerlijke koekjes (Partitivo)  
 uma caixa de teus deliciosos bolos  
 ‘uma caixa dos teus bolos deliciosos’

b. een doos koekjes (Pseudopartitivo)  
 uma caixa bolos  
 ‘uma caixa de bolos’

Importa agora verificar se o item *de* que se manifesta nas construções de medição adjectivais de tipo *alto de 2 m* é de natureza idêntica ao *de* das (pseudo)partitivas nominais de tipo *copo de vinho* ou *caixa de bolos*. Vejamos de novo as construções adjectivais {A-de-MP}, típicas das línguas românicas, ilustradas com três adjectivos diferentes e algumas variantes sintácticas:

(585) a. ?Um homem **alto** de 2m  
 b. O homem tem uma **altura** de 2m  
 c. A altura (do homem) é igual a 2m

(586) a. Un pont **long** de 2 km  
 b. Le pont a une **longueur** de 2 km  
 c. La longueur (du pont) est égale à 2 km

(587) a. Un hombre **viejo** de ochenta años  
 b. El hombre tiene una **edad** de ochenta años

c. La edad (del hombre) es igual a ochenta años

Nos exemplos anteriores, a frase (a) contém um predicado adjectival com um argumento externo e o seu argumento MP<sup>552</sup>, a frase (b) opta pela construção verbal com *ter/avoir/tener* e o predicado nominal correspondente ao adjectivo e (c) é uma relação de equivalência entre o referente e o MP, mediada por *ser*. Se considerarmos que estamos, com estas frases, perante construções cuja semântica é próxima das pseudopartitivas nominais, será possível associar-lhes duas leituras distintas — uma leitura de **quantidade / medição** e uma leitura de **conteúdo / referência**?

Os dados revelam que, tal como na construção nominal {N-de-N}, na construção adjectival {A-de-MP}, as leituras de quantidade e de conteúdo estão ambas disponíveis. A leitura de referência (ou conteúdo) é explícita quando o adjectivo é substituído pelo nome, como se ilustra com as duplas *alto/altura*, *long/longueur*, *viejo/edad*, ou seja, quando o termo de medição projecta um DP e selecciona um argumento de tipo MP. Esta alternância deve-se ao facto de *de* ser, nos termos de Corver, o equivalente nominal do verbo *ser* —o que acontece, como vimos, no caso das construções de medição— pelo que a inserção da preposição no DP se justifica. Da mesma forma que a expressão pseudopartitiva *copo de vinho*, a expressão nominal *altura de dois metros* possui pois em simultâneo uma leitura de medição —em que a altura medida é igual a **2 m**, como em (585.c)— e uma leitura de referência —aponta-se a altura do referente, como em (585.b). No caso do predicado adjectival *alto*, como em (585.a), podemos, pois, concluir que as duas leituras típicas das pseudopartitivas estão também presentes, e, conseqüentemente, que a expressão adjectival *alto de 2 m* identifica um referente ao qual atribui uma medição explícita.

A inserção do morfema comparativo QA numa construção como *alto de 2 m* permite dissociar as duas leituras: nesse caso, o MP **2 m** passaria a ter, mais precisamente, uma leitura de ‘*medição diferencial*’ —cf.p.408— A construção comparativa resultante é obrigatoriamente diferencial, com um MP que denota aquilo que definimos como uma

---

<sup>552</sup> Apesar de considerarmos o MP como argumento, a projecção da expressão de medição como núcleo está aqui afastada. Como foi já demonstrado, o MP é inserido em [Spec,DegAP]. A posição do MP não pode, pois, corresponder à de um argumento interno.

‘*extensão diferencial*’. Obviamente, como se ilustra em (588.a), na medida em que se passa, com a inserção do QA, para uma comparativa, o MP **2 m** gera uma expressão pragmaticamente inadaptada ao referente, pelo que deve ser substituído por uma expressão apta a cancelar a leitura referencial, neste caso, por exemplo, **10 cm** em (588.b):

- (588) a. # Um homem **mais alto 2 m** que os outros  
 b. Um homem (que é) **mais alto 10 cm** que os outros (*Medição diferencial*)

A análise confirma pois a distinção apresentada inicialmente com base no quadro teórico de Kennedy (1997) —cf. p.408. A expressão **alto de 2 m** é ao mesmo tempo referencial (equivale à expressão **altura de dois metros**) e quantificacional, na medida em que fornece uma medição da dimensão predicada sobre o referente. Em contrapartida, é excluída qualquer interpretação diferencial para este tipo de construção —pelo contrário, a inserção de QA desencadeia uma leitura comparativa em que a expressão de medição passa obrigatoriamente a ter uma interpretação diferencial. A incompatibilidade entre MP referencial e MP diferencial traduz-se estruturalmente pela incompatibilidade entre a preposição **de** e o morfema QA.<sup>553</sup>

Ora, como foi explicado no capítulo 10 —cf. p.332—, o morfema adjectival associado à medição referencial é DegA. A nossa proposta é pois a de que a preposição **de** ligada às expressões de tipo {A-de-MP} é inserida em [Núcleo,DegAP] e é alvo de *Merge morfológico* quando o adjectivo se move para verificar os seus traços funcionais. Não esqueçamos que, numa versão do xAP anteriormente apresentada, foi proposto que a posição [Núcleo,DegAP] é vazia quando a posição [Spec,DegAP] é preenchida por um MP. O problema desta descrição, como na altura observámos, é que limita singularmente a ocorrência das expressões adjectivais de medição nas línguas românicas, já que, nessa hipótese, a inserção de um MP depende de dois factores: (i) que a posição [Núcleo,DegAP] seja vazia; (ii) que a posição [Núcleo,QAP] seja plena, o que na prática limita a ocorrência de MPs às comparativas —contra os factos. A existência, nas línguas germânicas, de

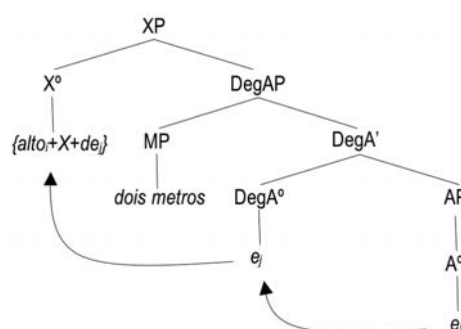
---

<sup>553</sup> Cf. também a análise de Marques (2003) proposta na p. 319, em que se associa DegA a expressões referenciais e QA a expressões quantificacionais.

construções com MP em que as posições [Núcleo,DegAP] e [Núcleo,QAP] podem ser vazias em simultâneo, introduz no modelo uma assimetria indesejável. Por que razão, perguntávamos, é que o Português proíbe construções do tipo *\*dois metros alto*, embora aceite *alto de dois metros*, quando, por outro lado, estas duas construções têm, em rigor, um significado equivalente —cf. (558) ?

A resposta pode agora ser adiantada e consiste em dois argumentos: (i) a sequência *dois metros alto* é agramatical porque o adjectivo *alto* deve obrigatoriamente mover-se em sintaxe explícita —por razões ainda não definidas— para a esquerda do MP *dois metros*; (ii) a sequência *alto de dois metros* não é vedada (apesar da ausência de QAP —cf. *mais alto dois metros*) porque o núcleo de DegAP é preenchido pelo item *de*. Vejamos a seguir o indicador sintagmático da expressão adjectival *alto de dois metros*:<sup>554</sup>

(589)



Em (589), o adjectivo desloca-se primeiro para a posição DegA°, onde entra em *Merge morfológico* com o item funcional *de*, e depois para um núcleo funcional X°, acima da posição da expressão de medição *dois metros*. Como existe motivação independente para confirmar que a posição dessa expressão é [Spec,DegAP], faz sentido considerar que *de* é um ‘*spell-out*’ possível de DegA° (o outro seria o morfema superlativo [*-issim-*]). Confirma-se, assim, que *de* é semanticamente um item nulo e que a sua única função é permitir a projecção de DegAP, de forma a poder inserir, na ausência do morfema QA, o MP referencial na derivação.

<sup>554</sup> A categoria QA é aqui deixada de fora por não se representar uma construção comparativa.

Os dados resultantes da inserção de *de* em [Núcleo,DegAP] podem ser cruzados com expressões adjectivais em que a mesma posição é preenchida por outros ‘*spell-out*’ do morfema DegA. Observa-se, na generalidade, um fenómeno de distribuição complementar entre essas variantes, confirmando a sua vocação para ocupar a posição DegA°. Em (590), a posição [Núcleo,DegAP] é ocupada pelas três variantes possíveis em Português: sufixo do superlativo sintético, quantificador adjectival, “preposição” *de*. Em (591), observa-se que as frases geram sistematicamente agramaticalidade se vários ‘*spell-outs*’ do morfema co-ocorrerem —presumivelmente, na mesma posição. O facto de estas expressões adjectivais serem fortemente degradadas deve ser associado, em nosso entender, às restrições sobre a estrutura do sistema funcional do adjectivo, que, em (591), não são respeitadas:

- (590) a. O João é alt-**íssim**-o  
 b. O João é  **muito** alto  
 c. O João é alto  **de** 2m
- (591) a. \* O João é  **muito** alt-**íssim**-o  
 b. \* O João é  **muito** alto  **de** 2m  
 c. \* O João é alt-**íssim**-o  **de** 2m

Uma variação paramétrica das expressões de medição adjectivais pode, pois, ser formulada, com base no facto de a posição [Núcleo,DegAP] ser ou não vazia nas construções de MP adjectival:

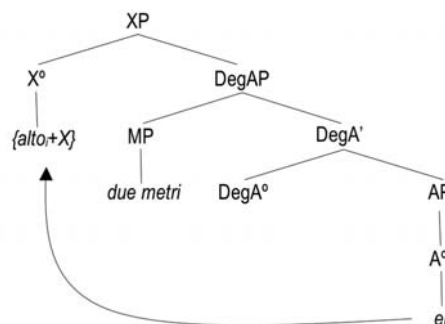
- (592) Parâmetro do MP referencial:
- (i) **Línguas germânicas**: quando a posição [Spec,DegAP] é preenchida com um MP referencial, a posição [Núcleo,DegAP] é vazia
- (ii) **Línguas românicas (em geral)**: quando a posição [Spec,DegAP] é preenchida com um MP referencial, a posição [Núcleo,DegAP] é preenchida com **de**

Segundo (592), *de* é uma realização fonética do núcleo funcional DegA° quando um MP referencial ocupa a posição [Spec,DegAP]. Se, como tudo indica, o adjectivo incorpora com *de* na sua subida para X°, justifica-se assim a sequência final **alto de dois metros**.

O parâmetro em (592) permite também explicar por que razão DegA° é nulo em línguas como o Inglês, apesar da presença de um MP (cf. *2 m tall*). Nestes casos, o núcleo DegA° não é soletrado na componente fonológica, da mesma forma que, no caso dos DP pseudopartitivos em línguas como o Neerlandês, o núcleo funcional é nulo —cf. *een doos koekjes*, “uma caixa (de) bolos”, p.424. Parece, pois, ser transversal às várias línguas a possibilidade de inserir um item funcional entre a expressão de medição e o referente. Essa variação afecta as expressões adjectivais de medição, havendo línguas em que o núcleo funcional de medição é nulo (*2 m tall*) e outras em que tem que ser preenchido (*alto de 2 m*). O parâmetro em (592) não afecta, contudo, as construções adjectivais sem expressões de medição. Na ausência de MP, o núcleo DegA° nunca pode ser ocupado por *de*, podendo contudo sê-lo por outros *spell-outs*, como o superlativo sintético (*fastest, altíssimo*) ou formas autónomas, como *muito (muito alto)* ou *very (very fast)*. Sendo assim, aos vários *spell-outs* de DegA° deve ser acrescentada uma forma foneticamente nula, exclusiva das línguas germânicas.

Ao contrário do que acontece nas outras línguas românicas, em Italiano nenhuma preposição é inserida na posição [Núcleo,DegAP] em construções de MP adjectival. Vejamos de novo o exemplo (529), aqui repetido, cujo indicador sintagmático parcial é adiantado:

- (593) a. L'uomo era alto [<sub>MP</sub> due metri] (=529) (Italiano)  
b.



Segundo este indicador, é possível descrever a sintaxe das construções de medição adjectivais em Italiano: da mesma forma que para as outras línguas românicas, e provavelmente pelas mesmas razões, o adjectivo *alto* sobe até [Núcleo,XP]. Não havendo

nenhum morfema DegA explícito em Italiano nestas construções, a sequência final, obtida por *Merge morfológico*, reduz-se a {A+X} como é representado em (593.b). O Italiano aparece, nesse caso, como uma língua intermédia relativamente ao parâmetro em (592), já que verifica a ordem românica A/MP sem contudo inserir nenhuma “preposição” em DegA°. A variante foneticamente nula de DegA, que considerámos exclusiva das línguas germânicas, deve pois ser alargada ao Italiano.

### 12.2.5. As construções {MP-de-N} e {MP-de-A}

Voltemos agora a alguns casos de ambiguidade vistos anteriormente em Português, aqui exemplificados em (594):

(594) A mesa tem dois metros de **largura** / ? **largo**

Na sequência *a mesa tem 2m de largo*, o item *largo* é ambíguo: não é um nome (não é *largura*) nem um adjectivo flexionado (como em *a mesa é largA de 2m*). Esta situação de ambiguidade em Português corresponde a um caso em que se tenta atribuir uma leitura pseudopartitiva a uma construção de MP adjectival. Na sequência *a mesa tem 2m de largura*, o MP *2m* moveu-se para a esquerda de *largura* —cf. *a mesa tem uma largura de 2m*—, operação associando uma leitura de medição à operação de predicação interna no DP pseudopartitivo, como vimos —cf.p.422. A equivalência entre as duas construções (*tem 2m de largura* / *tem uma largura de 2m*) foi notada, em Português, por Baptista & Ranchhod (1998). Para os autores, estas duas construções derivam de uma “transformação” —na terminologia de Gross. A título de exemplo, Baptista & Ranchhod propõem casos como o seguinte:<sup>555</sup>

- (595) a. Esta árvore tem **2 m de diâmetro**  
 b. Esta árvore tem **um diâmetro de 2 m**

---

<sup>555</sup> cf. Baptista & Ranchhod (1998:52).



Existem pontos comuns entre expressões nominais como *copo de vinho* e *2m de diâmetro*, como o núcleo N, *copo* e *metros* respectivamente, que denota, em qualquer caso, uma unidade de medida e projecta um DP. Contudo, a sequência *a mesa tem 2m de largo* não corresponde, nos moldes de (595), a nenhuma frase com um DP adjacente a *ter* :

- (596) a. A mesa tem **2 m de largura** / ? A mesa tem **2 m de largo**  
 b. A mesa tem **uma largura de 2 m** / \* a mesa tem **um largo de 2 m**

A selecção da forma *largo* compromete, pois, a operação de predicação, o que justificaria, retrospectivamente, a relativa marginalidade da frase *?a mesa tem 2m de largo*.<sup>556</sup>

O facto de pares como *largo/largura* serem frequentes e gramaticais nas outras línguas românicas não encontra, contudo, explicação adequada no âmbito destas propostas. Lembremos que, em Espanhol e Francês, por exemplo, a ambiguidade referida em (594) aparenta não existir, podendo os adjectivos *haut/alto* e *large/largo*, por um lado, e os nomes *hauteur/altura* e *largeur/largura*, por outro, serem ambos seleccionados:

- (597) a. Le mur a 2 m de {**haut/hauteur**}  
 b. L'entrée a 60 cm de {**large/largeur**}
- (598) a. El muro tiene dos metros de {**alto/altura**}  
 b. La entrada tiene 60 cm de {**largo/largura**}

Uma hipótese seria considerar que, nessas línguas, o predicado adjectival pode ser usado como termo de referência ou designador de medição e que tem, na prática, um valor similar ao do nome abstracto que denota a escala. Ora, na medida em que se postula para o adjectivo graduável um único quadro teórico, tal explicação deveria ser constante ao longo das línguas românicas, o que não se verifica.

---

<sup>556</sup> Embora esta construção seja aceitável para alguns falantes.

### 12.2.6. *Ter altura e ter calor. Sobre a semântica de ter*

A solução deste problema está, pensamos, na semântica do verbo *ter* em Português e não na estrutura sintáctica dos adjectivos graduáveis. O verbo *ter* é habitualmente considerado um verbo estativo de posse cujo argumento é um Locativo. Duarte (2003) adianta que pode também ser classificado como ‘*verbo leve*’, sendo, nessa condição, capaz de passar por um processo de esvaziamento semântico.<sup>557</sup> Nesse caso, *ter* é integrado num ‘*predicado complexo*’ em que o centro semântico se desloca para a expressão seleccionada pelo verbo. Esse predicado equivale em princípio a um verbo principal —Duarte cita o exemplo de equivalência *ter influência / influenciar*.

O verbo *ter*, quando integra orações com medição adjectival, selecciona obrigatoriamente construções de MP não invertidas, isto é, sequências em que o MP se encontra à esquerda da escala medida. Inversamente, *ter* não pode seleccionar a própria escala como *mero nome*, como se nota a seguir:

- (599) a. Balena **tem** 15 km de {comprido/comprimento}  
 b. \* Balena **tem** {comprido/comprimento} de 15 km

Apesar de exigir adjacência com o MP, *ter* pode seleccionar o próprio termo de medida na ausência de medição explícita. Nesse caso, a expressão seleccionada é um *mero NP* marcado por [-específico], [-definido] e [-referencial]:

- (600) a. Balena tem comprimento (suficiente para um aeroporto)!  
 b. Esta garagem tem largura (para dois carros)

Face a estes dados, é possível defender a ideia de que a sequência *ter comprimento* corresponde, nos termos de Duarte (2003), a um predicado complexo. Postulamos que

---

<sup>557</sup> cf. Duarte (2003:312).

existe, no entanto, uma posição adicional preenchida com uma variável —chamemos-lhe QUANT<sup>558</sup>— entre o verbo e o denominador de escala. Em Português, a variável QUANT pode ser silenciosa (*ter ... comprimento*), pode ser preenchida com um MP (*ter 15 km de comprimento*) ou com um quantificador (*ter bastante comprimento*). Como facilmente se nota, essa característica é extensível a outros predicados complexos envolvendo *ter* —cf. (601.a). Outro ponto comum é que o denominador de escala seleccionado para essas construções complexas corresponde a um adjectivo antónimo polar assimétrico (*alto / altura*), ficando excluídos os nomes de escala associados a adjectivo polares simétricos (*quente / calor*). Mais precisamente, uma expressão como *ter altura*, relativa ao antónimo assimétrico *alto*, corresponde à sequência {ter-QUANT-NP}, ao passo que a expressão *ter frio*, associada a um antónimo simétrico, corresponderá a {ter-NP}, em que falta, portanto, a variável QUANT. Neste último caso, {ter-NP} equivale a um predicado estativo:

- |       |                                       |                         |
|-------|---------------------------------------|-------------------------|
| (601) | a. <i>ter altura, ter comprimento</i> | ( <i>ter-QUANT-NP</i> ) |
|       | b. <i>ter frio, ter calor</i>         | ( <i>ter-NP</i> )       |

Como observámos anteriormente, o facto de dizer de determinada entidade que *tem altura* implica que *é alta*. Do ponto de vista dos predicados complexos envolvidos, a interpretação de *ter altura* corresponde, pois, a “ser alto de QUANT”, em que QUANT é não-nulo e positivo —embora indeterminado. A expressão *ter 10 m de altura* corresponde a “ser alto de 10 m”, desta vez com QUANT preenchida explicitamente por um MP de medição. Pelo contrário, *ter frio* não corresponde a “ser frio de QUANT”. Da mesma forma, não se pode *ter 20 graus de calor*, presumivelmente porque o adjectivo correspondente *quente* não é assimétrico.

A assimetria assinalada inicialmente em (594), aqui repetida em (602), encontra, assim, uma explicação razoável:

---

<sup>558</sup> Cf Kayne (2005), em especial o capítulo “On Some Prepositions that look DP-Internal: English 'of' and French 'de'”. O autor assinala por meio de maiúsculas aquilo que qualifica de “unpronounced elements”. Optámos por traduzir a notação original AMOUNT por QUANT.

- (602) a. A mesa tem [dois metros de **largura**] (=594)  
 b. ? A mesa tem [dois metros de **largo**]

A marginalidade de (602.b) decorre directamente das restrições de selecção do verbo *ter*, que, como foi ilustrado, selecciona expressões nominais de tipo {QUANT-NP} quando N é um denominador de escala. O que justifica a marginalidade de (602.b) é que, neste tipo de expressão na medida, QUANT selecciona, presumivelmente, um NP, logo exclui o A *largo*.

Como se disse, o ‘*verbo leve*’ *ter* pode formar com um nome um predicado complexo, caso em que o centro semântico se desloca para a expressão nominal, neste caso o termo denominador de escala. Esse predicado equivale normalmente a um verbo principal. Contudo, pensamos que essa equivalência é limitada quando, como em (601.a), o predicado complexo criado implica uma variável QUANT. Nesse caso, a alternativa é *ser*, seguido do adjectivo polar. O predicado *ter comprimento* equivale pois a *ser comprido*, o que o assemelha a um predicado estativo. Não existe, nesse caso, qualquer forma de verbo denominal (\**comprimentar*), como no par *ter influência/influenciar*.

A inexistência deste tipo de restrição nas outras línguas românicas observadas —cf. p.399— deriva, em nosso entender, da semântica do ‘*verbo leve*’ *ter* em Português, cuja grelha de selecção parece mais restrita —por seleccionar QUANT— que a de predicados românicos equivalentes, como *avoir* ou *tener*. Em Francês, por exemplo, nas construções envolvendo *avoir*, a diferença notada em (601) traduz-se pela inserção obrigatória do item *de* seguido de um DP :

- (603) a. avoir de la hauteur, avoir de l’âge, avoir du poids {avoir+de+DP}  
 b. avoir froid, avoir faim {avoir+NP}

Em síntese, os dados sobre *ter* confirmam a hipótese inicial de que sequências como *10 m de altura* equivalem a construções pseudopartitivas. Da mesma forma, a alternância entre as sequências *tem 10 m de altura* e *é alto de 10 m* prova que, no caso da construção {A-de-MP}, as leituras referencial e quantificacional estão ambas presentes,

como foi já sugerido. Contudo, ao contrário do que acontece com as construções pseudopartitivas nominais,<sup>559</sup> é possível encontrar casos de inversão da ordem dos constituintes nas construções adjectivais: *(tem) 10 m de alto* alterna com *(é) alto de 10 m*.

### 12.3. Uma categoria flexional no xAP

Depois de analisar a sintaxe do grau nas expressões adjectivais em que o MP é inserido como indicador de medição, vamos abordar e aclarar, nesta última parte do capítulo 12, a questão da ordem dos constituintes no xAP.

Assumindo a existência de projecções funcionais, e tendo em conta a generalização de Zamparelli transcrita em (535) —cf.p.403—, será natural justificar dados como (529), aqui repetido em (604.a), declarando que o adjectivo se moveu da sua posição básica para uma projecção funcional XP alta. Esta projecção é, por um lado, interna ao xAP e, por outro, mais alta que a posição do MP, visto que o adjectivo o deixa para trás no seu movimento (ou seja, origina a ordem {A+MP}). Pelo contrário, em Inglês (cf. (604.b)), não há movimento do adjectivo para um núcleo funcional alto X<sup>o</sup>, o que justifica a ordem {MP+A}. As observações anteriores podem ser captadas pela proposta (605):

- (604) a. L'uomo era [<sub>XP</sub>alto [<sub>MP</sub> due metri]] (=529)  
 b. The man was [<sub>MP</sub> two meters] tall

- (605) Ordem Adjectivo / *Measure Phrase* (Zamparelli, 1994)  
 Línguas Germânicas: [ (XP) MP A (Complemento)]  
 Italiano: [[A+X]<sub>i</sub> MP t<sub>i</sub> (Complemento)]

<sup>559</sup> Esta assimetria nas construções pseudopartitivas foi notada também por Baptista & Ranchhod (1998), que citam os exemplos seguintes:

- (i) oZé bebeu dois litros de vinho  
 (ii) \* o Zé bebeu um vinho de dois litros.

Como foi já referido, convém distinguir entre MPs e expressões temporais, já que, apesar de se parecerem superficialmente, são constituintes de natureza semântica e sintáctica diferente. Já mostrámos que, em Português, as expressões temporais podem aparecer de maneira livre antes ou depois do adjectivo sem exigir uma construção preposicional, ao contrário do que acontece em Italiano —cf. os exemplos (486.a) e (534.b) em Português e Italiano respectivamente—, o que motivou a proposta de que seriam adjuntos ou especificadores de DegAP —cf. (490) e (492). Relativamente às expressões quantificadas de medida, contudo, a proposta (605) parece-nos pertinente na medida em que justifica a ordem de palavras em Português. A impossibilidade de o MP anteceder o adjectivo pode ser a prova de que este se move obrigatoriamente para uma posição alta, superior a MP. Tendo em conta que já foi avocado que a posição dos MPs é [Spec,DegAP], a subida do adjectivo deve, conseqüentemente, corresponder a uma saída para fora do sistema funcional dedicado ao tratamento do grau.

Consideramos, perante estes factos, que o adjectivo sobe para uma projecção funcional acima de DegAP, que podemos denominar **AgrAP** por coerência com este tipo de categoria, e para o núcleo da qual a forma adjectival flexionada se deve mover para verificar traços morfológicos não interpretáveis. A proposta em (605) pode pois ser alargada ao Português e às outras línguas românicas aqui referidas, bastando para isso adicionar (obrigatoriamente) a preposição *de* entre A e MP. A sua representação é indicada a seguir:

(606) *Ordem Adjectivo / Measure Phrase* em Português, Espanhol, Francês:  
 [[A + AgrA + de]<sub>i</sub> e<sub>i</sub> **MP** e<sub>i</sub>]

Em (606), a estrutura interna da projecção adjectival resulta da subida do núcleo A ao longo do seu sistema funcional, onde entra em *Merge morfológico* com os seus morfemas de grau QA e DegA, antes de verificar a sua flexão em AgrA.

No caso de adjectivos de medição espacial (*distante, próximo, afastado*, etc.) acompanhados de um complemento PP de tipo locativo, como *distante da cidade*, existe

uma estrutura alternativa sem *de* adjectival, ilustrada pelo Espanhol, o Italiano e o Português do Brasil —cf. p.405.<sup>560</sup> Nessas línguas, o núcleo DegA não é ocupado pelo item funcional *de*, apesar da presença de um MP na posição de especificador de DegAP. A estrutura em questão é sugerida a seguir:

(607) [[A + AgrA]<sub>i</sub> MP e<sub>i</sub> [de Complemento]]

Em consequência, temos que reavaliar o quadro sintáctico traçado inicialmente em (470) —cf. p.367— para a estrutura interna do xAP em Português. A proposta deve ser reformulada nos seguintes termos (608) e pode ser representada pelo indicador em (609):

(608) Estrutura Funcional dos Adjectivos Graduáveis em Português:

(a) xAP é um AgrAP e contém 3 núcleos funcionais ordenados:

(1) AgrA° selecciona como argumento interno DegAP

(2) DegA° selecciona como argumento interno QAP

(3) QA° selecciona como argumento interno AP

(b) Os MPs diferenciais estão em [Spec,DegAP] com [Núcleo,DegAP] nulo e [Núcleo,QAP] preenchido por *mais* ou *menos*

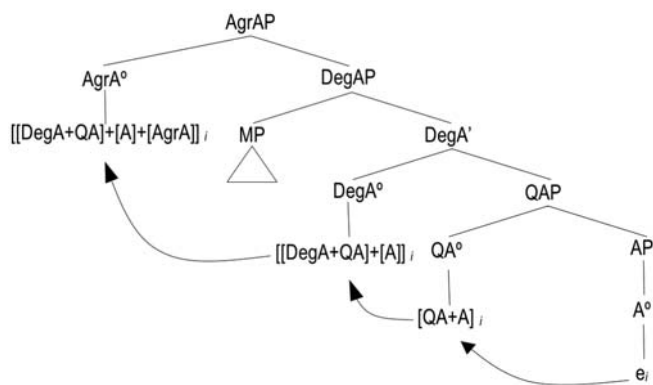
(c) Os MPs referenciais estão em [Spec,DegAP] com [Núcleo,DegAP] preenchido por *de* e [Núcleo,QAP] nulo

(d) O AP move-se até [Núcleo,AgrAP] para verificar os seus 3 núcleos funcionais QA°, DegA° e AgrA° por *Merge morfológico*

(609) A estrutura interna do xAP em Português

---

<sup>560</sup> De referir que também foram encontradas poucas ocorrências da sequência {A+MP+de+Locativo} em Português Europeu, como se indica na nota de rodapé 534. Uma expressão como *distante 20 km de Portimão*, apesar de isolada, corresponde também à proposta (607).



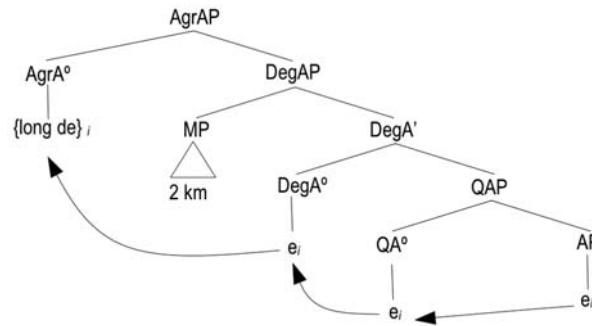
A operação de incorporação ilustrada em (609), que se aplica ao adjetivo na sua subida para verificar os traços não interpretáveis dos seus núcleos funcionais, é um caso de ‘*Merge morfológico*’, cuja função de base consiste em combinar unidades morfológicas numa nova unidade fonológica —cf. p.24 Como sugerido em (609), esta operação aplica-se à sequência de núcleos internos ao xAP —QA°, DegA° e AgrA°—, e reordena-os numa unidade morfológica única na interface com a componente fonológica.

Nas considerações anteriores, propusemos a existência, no xAP, de mais uma projecção funcional (a terceira): AgrAP. Vamos a seguir recapitular a argumentação que a justifica. Uma primeira prova, de natureza descritiva, relaciona-se com a ordem de palavras: como foi descrito, não parece possível justificar a posição relativa do adjetivo e do MP senão recorrendo a uma projecção funcional **AgrAP** para o núcleo da qual o adjetivo sobe em sintaxe explícita. Além do Italiano e do seu alargamento ao Português, esta proposta também justifica a ordem de palavras no xAP em Francês —cf. exemplo em (610)— e provavelmente nas demais línguas românicas.

(610) a. Un pont [**long de 2 km**] a été construit

b.





A flexão é uma das marcas recorrentes da categoria adjectival. Como foi visto no capítulo 3, os adjectivos são considerados paradigmas flexionais regulares desde o início do discurso gramatical, e a sua capacidade em receber e partilhar informação flexional representa um dos pilares clássicos da sua natureza nominal. Numa leitura transversal às várias línguas, a riqueza flexional do adjectivo mantém essas suas características. A flexão adjectival é rica em Português, onde os adjectivos exibem sempre concordância explícita, com o nome no caso dos atributivos e com o sujeito no caso dos predicativos. A mesma observação pode ser alargada ao conjunto das línguas românicas.

De modo geral, nas línguas germânicas e escandinavas, a flexão adjectival é também uma constante, embora seja determinada pelo contexto sintáctico (posição atributiva ou predicativa) e pela declinação a que pertence o nome (há paradigmas ‘*fracos*’, ‘*fortes*’ e ‘*mistos*’). Excepção notável é o Inglês, língua em que o adjectivo nunca flexiona.<sup>561</sup> As línguas escandinavas e germânicas exibem flexões adjectivais em função dos traços de (in)definitude do DP em que está inserido o adjectivo atributivo. Mesmo atributivos, os adjectivos em Neerlandês, por exemplo, não flexionam quando modificam nomes indefinidos neutros. Em Alemão, os adjectivos atributivos flexionam em número, género e caso. O Islandês moderno exhibe também, além das flexões nominais, flexão casual. De modo geral, pois, os atributivos flexionam —minimamente no caso do

<sup>561</sup> Se em Inglês os adjectivos não flexionam, já flexionaram. Em ‘*Old English*’ (OE) (“Inglês arcaico”), os adjectivos concordavam com os nomes em género, número e caso. Segundo Richard Krause (c.p.) a eliminação da flexão adjectival foi provavelmente motivada pela perda da flexão nominal de género a a redução geral das flexões ocorridas em consequência. Também John E. Koontz e Carl Mills adiantam (c.p.) que o OE tinha um sistema flexional adjectival completo, em muito semelhante ao do Alemão moderno.

Neerlandês, maximamente nos casos do Alemão e Islandês. Relativamente aos adjectivos predicativos, as línguas escandinavas admitem concordância plena com o sujeito (Islandês, Norueguês, Sueco, Dinamarquês), além de flexão casual (Islandês). No caso das línguas germânicas (Alemão, Neerlandês, Frísio, Afrikaan, Inglês, etc.), os predicativos não manifestam nenhuma flexão de concordância com o sujeito.<sup>562</sup> Vejamos no quadro em (611) a distribuição da flexão em função da posição do adjectivo e em (612) os vários traços morfo-sintácticos da flexão adjectival:

## (611) Tipologia adjectival e distribuição da flexão

	Adjectivos atributivos		Adjectivos predicativos
	pré-nominais	pós-nominais	
			+
Línguas Românicas	+	+	+
Línguas Escandinavas	+	+	+
Línguas Germânicas	+	-	-
Inglês	-	-	-
Português	+	+	+

## (612) Traços da flexão adjectival

	Número	Género	Caso	Definitude
Línguas Românicas	+	+	-	-
Línguas Escandinavas <sup>563</sup>	+	+	-	+
Línguas Germânicas	+	+	+	-
Inglês	-	-	-	-
Português	+	+	-	-

Vemos assim que a existência de AgrAP na sintaxe do chamado sintagma adjectival é consistente com os dados de numerosas línguas.

<sup>562</sup> Sobre a flexão adjectival nestes grupos de línguas, cf. Kester 1996, Corver 1997, Lattewitz 1996.

<sup>563</sup> Como língua escandinava, o Islandês exhibe também caso.

Por outro lado, a hipótese de um paralelismo entre DP, AP e a oração parece justificar-se. Na oração, os traços flexionais como Tense e Agreement, são associados a posições sintácticas distintas —cf. Pollock (1989)—; nesse caso, deve também haver posições associadas à flexão na estrutura interna de DP e AP.

No caso do AP, é possível conjugar essa homologia estrutural com outros pressupostos da teoria. Como vimos no capítulo 4 —cf. p.133—, define-se, desde Chomsky (1970), os adjectivos com base em dois traços [+V] e [+N], o que implica que estas categorias lexicais são ao mesmo tempo de natureza verbal e nominal, e possuem simultaneamente propriedades de substantivo e de predicado. Uma extensão natural da essência dupla do adjectivo seria considerar que as suas propriedades duais se reflectem na sintaxe e determinam o seu sistema funcional, mais precisamente a ordem e natureza das suas categorias funcionais. Foi já extensamente mostrado que os adjectivos graduáveis dispõem em Português de um sistema de projecções funcionais dedicadas ao tratamento do grau. Essas projecções correspondem aos núcleos funcionais **DegA** e **QA** que, como vimos, são indispensáveis para descrever a semântica e a sintaxe dos predicados adjectivais escalares. Um desses núcleos, **DegA**, foi precisamente relacionado com o núcleo funcional **Det**, que caracteriza desde Abney (1987), o domínio funcional do nome. Tendo em conta que o N também tem flexão, a natureza nominal do adjectivo ficou assim evidenciada e contribui para fundamentar o traço [+N].

No que diz respeito ao traço [+V], é esperado que, da mesma forma que o verbo, o adjectivo manifeste também categorias funcionais dedicadas à flexão. Nas línguas românicas, é um facto que os adjectivos flexionam, quer em posição atributiva quer predicativa, havendo pelo contrário línguas em que só flexionam em posição atributiva (Alemão, Neerlandês, Sueco, etc.) e línguas em que nunca flexionam (Inglês) —cf. (611). Um núcleo de tipo Agr seria pois consistente com a tipologia anterior e poderia justificar os dados naquelas línguas. Em algumas línguas, a projecção AgrAP seria incluída na estrutura funcional dos adjectivos atributivos, mas não dos predicativos, ao passo que em Inglês essa categoria não chegaria a ser projectada.



## **QUINTA PARTE**

**Para uma teoria da Emergência em gramática**



Como foi proposto na terceira parte, o adjectivo, item lexical subespecificado, pode ser marcado pelas categorias funcionais com as quais *compõe*. No âmbito de *Merge*, um N ou um V *compõe* e projecta a estrutura na qual são inseridos como núcleos lexicais. Ao contrário de V e N, a categoria A, lexicalmente defectiva, projecta por defeito como AP, *compondo* facultativamente com morfemas de tipo Grau e pode ‘*emergir*’, em alternativa, como DP (quando *compõe* com Det) ou VP (quando *compõe* com morfemas verbais e aspectuais), manifestando, pois, a capacidade de adquirir identidade por meio das categorias funcionais com as quais *compõe* na derivação. Trata-se pois de uma categoria cuja identidade emerge num ambiente criado por categorias funcionais, sendo, portanto, um processo de categorização de natureza estrutural e não de natureza lexical.

Esta quinta parte tem como objectivo alargar a anterior reflexão sobre *categorias emergentes*, considerando a propriedade de *Emergência* como um mecanismo descritivo relevante em gramática. As propostas apresentadas visam essencialmente reflectir sobre a pertinência da associação entre descrição gramatical e teoria da Emergência, princípio independentemente formulado em finais do século passado no âmbito das ciências exactas.





## Capítulo 13

### Propriedade de emergência e emergência de propriedades

#### 13.1. Teoria da Emergência

Num sentido figurado, “emergência” significa “aparecimento imprevisto e repentino” de um fenómeno numa sequência de acontecimentos.<sup>564</sup> Trata-se pois de uma facilidade de linguagem destinada na realidade a esconder ou traduzir a nossa perplexidade perante manifestações cujos fundamentos e causas nem sempre não estão totalmente explicados e justificados. Quando se diz, por exemplo, que a vida “emergiu” há uns quatro mil milhões de anos, não se está a descrever uma série de acontecimentos concretos relacionados por uma causalidade, mas sim a afirmar que determinadas circunstâncias, parcialmente (des)conhecidas, estavam reunidas para, no âmbito das leis da natureza, permitir o arranque da vida (Maurel, 2003). O conceito manipula ao mesmo tempo uma componente **cronológica** (um fenómeno que emerge torna-se manifesto em dada altura), **enriquecedora** (um fenómeno emergente passa de um estado de complexidade inferior para superior) e **evolutiva** (um fenómeno não é por natureza emergente, mas passa a sê-lo).

---

<sup>564</sup> A versão mais recente do *Dictionnaire de l'Académie française* (9ª edição) dá a “émergence” a seguinte extensão de sentido: “Apparition au grand jour d'un phénomène resté jusqu'alors invisible”. O *Trésor de la Langue française* (2005) acrescenta: “apparition dont ne peut rendre compte un système de causalité.” O *Dicionário da Língua Portuguesa* (Porto Editora) define a emergência como a “aparição de propriedades novas e superiores àquelas de que emergem”. O Merriam-Webster Dictionary define o verbo *to emerge* nos termos seguintes: “to rise from an obscure or inferior position or condition” e “to come into being through evolution”.

Se deixarmos de lado outras extensões de sentido, relacionadas com áreas anexas (teoria da complexidade, dos sistemas dinâmicos, sistémica, auto-organização, etc.), diremos que um processo é emergente em determinado nível de organização se, embora redutível às propriedades dos seus constituintes de nível inferior, a sua ocorrência parece impossível de prever *a priori*, em especial com base no conhecimento das propriedades iniciais. Na realidade, trata-se de formalizar a fórmula habitualmente associada às teorias holísticas, segundo a qual “o total é superior à soma das partes”, ou seja, não é possível prever o comportamento de um sistema limitando-se ao conhecimento dos seus constituintes isolados (Sober, 1988). As propriedades do sistema emergente provêm portanto da interacção dos elementos iniciais, mas não se limitam a eles. As propriedades globais não se reduzem nem à soma nem à diferença dos efeitos das causas iniciais, havendo numa propriedade emergente mais informação do que no conjunto de propriedades dos constituintes que a engendraram.<sup>565</sup>

A emergência é pois um conceito inequivocamente associado a sistemas com níveis de organização hierárquicos e não lineares.<sup>566</sup> Ora, o tipo de organização postulada para a linguagem parece-nos um domínio propício a eventuais fenómenos de emergência. No caso concreto dos itens lexicais, de que modo pode a emergência manifestar-se? Se considerarmos, por exemplo, a operação *Merge* entre um Det e um N, notamos que o seu desfecho (a projecção DP) resulta do encontro de dois elementos partilhando um traço interpretável —a natureza categorial de Det e de N. Crucialmente, a informação presente nesse DP não é equivalente à informação parcialmente presente em Det e N, mas é-lhe superior. Mais precisamente, o DP deve ser considerado uma estrutura com propriedades emergentes relativamente a Det e N: o sintagma projectado manifesta sempre propriedades

---

<sup>565</sup> Para uma análise aprofundada da teoria da emergência, em especial a sua história, do positivismo de Lewes e Stuart Mill à moderna teoria epigenética, cf. Sober (1988). Note-se que, nesta obra, o autor associa explicitamente emergência e parcimónia. O mesmo autor faz também notar que o “emergentismo” pode ser considerado uma tentativa de reconciliar as visões holística e reducionista da realidade.

<sup>566</sup> Davidson (1967) nota, acerca das relações entre as esferas mental e cerebral, que as propriedades de nível superior (mentais e espirituais) se baseiam em propriedades de nível inferior (cerebrais e neurológicas) sem contudo lhe ficar restritas.

originais relativamente aos elementos lexicais e funcionais, de nível inferior. Assim, um DP, mas não um N nem um NP, manifesta a propriedade de ser argumento:

- (613) a. [DP o cão de caça] ladrou  
 b. \* [NP cão de caça] ladrou

Do mesmo modo, um adjetivo não pode ser associado a uma posição argumental, por ser basicamente interpretado como modificador nominal, a não ser nos casos de ‘*emergência categorial*’, analisados anteriormente —cf. p.256. Como vimos também, o que caracteriza adjetivos como *rico*, é a sua capacidade em adquirir autonomia categorial, ao ponto de poderem ser interpretados como nomes quando determinados traços o exigem. Vejamos alguns exemplos:

- (614) a. Os **alunos ruidosos** que acabam de sair são todos alunos do primeiro ano  
 b. \* Os **alunos ruidosos** que acabam de sair são todos alunos do primeiro ano  
 c. Entre os alunos que acabam de sair, os **alunos ruidosos** são todos do primeiro ano
- (615) a. Os **lares ricos** são sempre felizes  
 b. Os **ricos** são sempre felizes

Estes casos sugerem que a edificação de estrutura resultante da aplicação de *Merge* produz configurações cuja interpretação e função não pode ser calculada com base exclusiva nos itens lexicais iniciais. A aplicação de *Merge* produz objectos exibindo propriedade sintácticas originais relativamente aos elementos seleccionados. Assim, o adjetivo *ruidosos* compõe em (614.a) um NP que, combinado com um D, é interpretado como DP sujeito de *são*. A ausência de N em (614.b) indica que o adjetivo não pode por si próprio assumir um papel temático, isto é, que a operação *Merge* entre A e Det não produz um objecto sintáctico com propriedades emergentes, nomeadamente a sua capacidade em ocupar uma posição argumental. Contudo, como se vê em (614.c), A e Det podem emergir como DP argumental, nomeadamente quando o referente do predicado nominal é fornecido pelo contexto. Consideramos que o objecto sintáctico resultante de <Det + A> representa um caso típico de emergência ou uma propriedade tipicamente emergente.

De igual modo, a possibilidade de *rico* alternar entre o estatuto de A e N em (615) prova que a natureza categorial pode despontar de maneira distinta dos traços lexicais, de modo parcialmente imprevisível ou, mais precisamente, numa lógica emergente. Será nessa direcção que a noção de emergência deve ser entendida: corresponde na realidade à manifestação das propriedades dos objectos sintácticos reanalisados. De modo mais geral ainda, resulta das observações anteriores a ideia de que a interpretação das expressões linguísticas está relacionada com a emergência de ordem e a organização interna da faculdade da linguagem e a sua interacção com os outros sistemas cognitivos.

Os factos anteriores apontam para uma situação algo dilemática. Claramente, os itens estudados na terceira parte denotam propriedades típicas dos nomes, mas também propriedades típicas dos adjectivos. Trata-se pois de justificar de que modo um adjectivo pode ao mesmo tempo ser nome, isto sem entrar em contradição com as assunções gerais da teoria sintáctica, que pressupõe a universalidade das categorias lexicais e das suas propriedades inerentes.<sup>567</sup>

Será possível formular uma teoria do léxico em que N não precisa de ser especificado como [+N], nem A como [+V], isto é, um quadro em que as etiquetas lexicais podem ser dispensadas? Nessa hipótese, qualquer item lexical associado a Det seria um N, sendo a afirmação “X=[+N]” substituída pela declaração “X=[+N] sse X *compõe* com Det”. Poder-se-ia concluir que a etiqueta categorial dos itens lexicais é contextualmente definida, ou, mais precisamente, uma propriedade emergente da operação *Merge* e da estrutura sintáctica associada a essa operação —propriedades de irmandade e precedência entre núcleos e projecção de uma categoria máxima. Nesse sentido, a emergência lexical seria uma propriedade sem custos, adstrita a *Merge*, e pertenceria a GU. Esta hipótese estaria assim na linha de modelos reducionistas como o de Baker (2003), que negam a existência de qualquer tipo de categoria lexical, sendo a natureza categorial sempre

---

<sup>567</sup> O quadro rígido das categorias lexicais tal como são definidas na gramática generativa tem levado alguns autores a propor categorias híbridas ou intermediárias. cf. Martin (1986), que propõe para referir, em Inglês, a identidade categorial de casos de *construção humana* como “The Poor”, “The Rich”, a expressão *adnoun*, composto resultando da fusão de *adjective* e *noun*.

adquirida e definida via operações sintáticas exclusivas —cf. p.142. Estaria, ainda, na linha da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993, 1994), segunda a qual os núcleos funcionais é que atribuem a sua identidade categorial aos itens lexicais, sendo estes desprovidos de traços categoriais específicos.

Pensamos contudo que a existência de categorias lexicais universais deve ser mantida como uma das bases da gramática minimalista. Como vimos, se o adjetivo aparece, na teoria do léxico, como uma categoria parcialmente instável, na verdade existem determinados conceitos semânticos, como a cor, a dimensão (altura, largura), a forma, etc., cuja expressão linguística corresponde universalmente a um predicado adjectival. O facto de esses universais semânticos corresponderem a uma categoria lexical A não pode ser casual. Existem línguas em que esses adjetivos “puros” representam uma classe específica. Nkemnji (1994) refere o exemplo do Nweh, uma língua Bantu, em que os conceitos anteriormente listados são associados a uma classe fechada de adjetivos não derivados e lexicalmente plenos, em número reduzido. O adjetivo é, portanto, assim como as demais categorias lexicais, uma categoria linguística irreduzível a meras operações de *composição* sintáctica.

Contudo, se não podemos dispensar de forma radical uma teoria das categorias lexicais, não podemos também descartar os casos de instabilidade categorial exemplificados pelo adjetivo, e, de forma geral, ignorar os fenómenos de reanálise associados aos objectos resultantes da edificação das estruturas sintáticas. A análise da propriedade de Emergência, que nos propomos, a seguir, associar à gramática, resulta de uma tentativa de conjugar esses dois factores, como foi tentado na quarta parte para o caso particular da sintaxe do adjetivo.<sup>568</sup>

---

<sup>568</sup> De forma a limitar o uso da palavra “emergência” ao significado estrito que lhe associámos anteriormente, passamos a notá-la, nesse caso, com maiúscula: a propriedade de Emergência.

### 13.2. Irredutibilidade e causalidade

Uma definição formal da Emergência, que pensamos ser desejável formular nesta fase, é fornecida, no âmbito da epistemologia da física, por El-Hani & Pereira (2000)<sup>569</sup>. Segundo estes autores, qualquer teoria da emergência assenta em quatro pilares distintos: (i) o ‘*fisicismo ontológico*’, segundo o qual tudo aquilo que existe no espaço-tempo são partículas elementares e as suas combinações; (ii) a ‘*emergência de propriedades*’, que estipula que, quando combinações de partículas atingem determinado nível de complexidade organizativa, novas propriedades genuínas se manifestam nos sistemas complexos resultantes; (iii) a ‘*irredutibilidade da emergência*’, segundo a qual as propriedades emergentes são ao mesmo tempo imprevisíveis e irredutíveis aos fenómenos de nível inferior de que emergem;<sup>570</sup> (iv) a ‘*causalidade descendente*’, segundo a qual as entidades de nível superior afectam causalmente os constituintes do nível inferior.<sup>571</sup> Cada um desses conceitos exige, para uma eventual aplicação ao domínio lexical, algumas modificações conceptuais.

No quadro da linguística generativa, estas quatro bases da teoria da Emergência têm obviamente um estatuto desigual. Relativamente ao fisicalismo ontológico, trata-se de um tema restrito das ciências da natureza (física, química, biologia), que implica uma ontologia em que a realidade física é descrita por leis da organização e composição das entidades materiais. As três outras bases são, contudo, férteis para uma teoria da linguagem. Propomo-nos defender a ideia de que a gramática minimalista herdada de Chomsky (1995) é “emergente” na medida em que obedece por definição aos princípios de ‘*causalidade descendente*’, ‘*irredutibilidade*’ e ‘*emergência de propriedades*’.

A identificação de propriedades naturais novas justifica, como se disse, o conceito de ‘*emergência de propriedades*’. Este conceito deve ser devidamente enquadrado do

---

<sup>569</sup> El-Hani, C. N., & Pereira, M. A., (2000)

<sup>570</sup> cf. o cloro e o sódio, separados, não podem dar conta do sabor do sal (cloreto de sódio). Esse sabor é pois *irredutível*.

<sup>571</sup> As expressões usadas por El-Hanni & Pereira (p.133) são as seguintes: (i) ‘*Ontological physicalism*’; (ii) ‘*Property emergence*’; (iii) ‘*The Irreducibility of the emergence*’; (iv) ‘*Downward causation*’.

ponto de vista lógico-formal, embora não o façamos aqui por razões práticas (cf. O'Connor, 1994)<sup>572</sup>. Relativamente à noção de *'irreducibilidade'*, outro pilar do modelo de El-Hani & Pereira, o facto de uma propriedade ser irreduzível a fenómenos de nível inferior pressupõe que a organização dos objectos reais obedece a vários níveis sucessivos de complexidade, ou seja, implica relações composicionais, divisões hierárquicas fundadas em relações parte/todo, em que as unidades de um nível são partes de um nível superior, e assim sucessivamente. Essa ontologia emergentista implica, fundamentalmente, que haverá relações de causalidade que não se reduzem a causas estritamente deterministas (tese reducionista), ou seja, que a causalidade é uma propriedade inerente da organização composicional atrás referida. A verdadeira questão, cujas implicações em gramática são óbvias, é pois a seguinte: em que casos se deve considerar que emergiu um novo nível na ordem da complexidade? Se, habitualmente, conceitos como *'mente'* ou *'vida'* são considerados como casos de emergência na ordem natural, resta contudo definir *'verticalmente'* os níveis de organização da complexidade.<sup>573</sup>

Pensamos que é possível considerar a organização da linguagem —particularmente o léxico e a sua projecção em sintaxe— nos termos anteriormente expostos. Pressupor propriedades emergentes associadas a objectos gramaticais representa um alargamento natural do quadro ontológico anterior. Note-se, em primeiro lugar, que a linguagem tem características favoráveis ao princípio de emergência. Assim, à medida que o conhecimento linguístico aumenta, a língua torna-se numa área em que se manifestam comportamentos fundamentalmente novos. O uso da linguagem não se limita a descobrir

---

<sup>572</sup> O'Connor (1994:97) propõe quatro critérios para definir formalmente a *'emergência de propriedades'*. Para uma propriedade P ser declarada emergente de um objecto O, quatro condições devem imperar: (i) P provem das propriedades parciais de O; (ii) P não existe em nenhuma parte de O; (iii) P é distinto de qualquer propriedade estrutural de O; (iv) P determinativa retrospectiva e directamente o tipo de comportamento envolvendo as partes de O. A condição (ii), que O'Connor considera complexa e qualifica de *'não-estruturalidade'*, implica ela própria três consequências estritas: (i) a propriedade P só é emergente se pode ser associada a objectos O de alguma complexidade; (ii) a propriedade P só é emergente se é distinta das propriedades estruturais do objecto O; (iii) a propriedade P só é emergente se não corresponder a nenhuma propriedade parcial do objecto O.

<sup>573</sup> Quantos níveis haverá? Autores como Reeves (1985) e Horowitz (2002) chegam a propôr várias dezenas, das partículas elementares primordiais ao cérebro humano.

implicações lógicas, regularidades e princípios axiomáticos depositados numa memória de consulta. Não é o caso por exemplo que, se quisermos saber o significado de determinada frase, baste adicionar os significados dos seus constituintes, e essa constatação é válida qualquer que seja o número de constituintes implicados. Pelo contrário, no domínio das línguas, a quantidade e qualidade dos constituintes de uma frase, assim como o tipo de organização e o grau de complexidade estrutural que denotam, condicionam fortemente a interpretação global. Grande parte da história da gramática tem sido, ao longo das últimas décadas, a descoberta progressiva das correspondências íntimas existentes entre a complexidade formal e a riqueza semântica dos enunciados linguísticos.

A ‘*causalidade descendente*’ é talvez o argumento mais pertinente da teoria da Emergência na sua aplicação à linguagem. Começemos por observar que a proposta de que as propriedades de uma estrutura emergente determinam parcialmente o comportamento dos elementos de nível inferior contrasta com a afirmação clássica de que qualquer relação causal é sempre ascendente —e em sentido único. Mesmo minimizando as implicações gerais da teoria emergentista, é óbvia a importância da orientação metodológica da ‘*causalidade descendente*’ em linguística generativa. Vamos ilustrar essa importância reflectindo sobre a noção de movimento de constituintes.

Uma das linhas fortes do Programa Minimalista de 1995, parcialmente reformulada pela evolução mais recente do modelo (Chomsky, 2000, 2001), assentava num conjunto de movimentos de verificação de traços e de restrições a esses movimentos. Os traços que não são objectos legítimos a nível interpretativo devem ser verificados antecipadamente, sugeria Chomsky (1995), para evitar que a derivação fracasse. Ora, esta concepção da gramática levanta questões de princípio: como pode a faculdade da linguagem prever ou antecipar esse fracasso? De que modo se deve interpretar essa retroacção condicional? Que determinação causal haverá entre as condições de interface —“output conditions”— e fenómenos como a inserção de itens lexicais ou a eliminação precoce de traços não-interpretáveis no decorrer da derivação?<sup>574</sup> De que modo determina o sistema a prioridade dos movimentos?

---

<sup>574</sup> Cf. Chomsky (1995:294): “output conditions enter into determination of the numeration itself; they affect the operation that constructs the numeration from the lexicon”.



O Programa Minimalista original defendia que a linguagem “escolhe”, entre duas derivações igualmente convergentes, aquela que tem menos custos, o que não pode deixar de levantar a questão da pertinência da escolha efectuada. Será uma propriedade baseada na existência daquilo a que poderemos chamar um “projecto interno”, que, de alguma forma, antecipa e prepara as construções sintácticas, antes de as enviar definitivamente para as interfaces? Estar-se-ia, nesse caso, numa situação típica de finalidade, na medida em que os meios usados seriam condicionados pelos resultados obtidos. Dir-se-ia, numa lógica quase aristotélica, que, se um constituinte se desloca, é porque tem de ir ocupar o seu lugar natural. Resultado de um efeito retroactivo, as derivações produzidas são parcialmente determinadas pelos objectos inseridos numa derivação, sendo esses objectos condicionados pelos imperativos a que a derivação deve por seu lado obedecer. O sistema computacional teria pois a faculdade de prever as condições óptimas no quadro da sua própria perfeição interna.

Obviamente, a linguagem não obedece, nessa hipótese, ao princípio de causalidade, visto que o comportamento do sistema se determina em função dos efeitos produzidos, adiando ou não as operações, contornando assim, por meio de um “look-ahead”, a perspectiva causal clássica.<sup>575</sup> Raposo (1999), descrevendo a operação de subida de V para I, explica:

- (616) No ponto da componente visível em que é adequado aplicar a subida do verbo, a computação tem de « olhar para a frente », para PF, e « ver » se a derivação fracassa por causa da « força » de Infl. Se a resposta for positiva, a derivação « volta para trás » e aplica a elevação do verbo visivelmente ; caso contrário, a elevação é adiada por Procrastinate até à componente não-visível.<sup>576</sup>

O problema desta descrição provém da subversão dos mecanismos de causalidade, já que a computação tem a capacidade inesperada de regredir, de decidir o destino de uma

---

<sup>575</sup> O tradutor Português de Chomsky, Paiva Raposo, propõe para « look-ahead » a expressão « olhar para a frente »

<sup>576</sup> Paiva Raposo (1999:34-35).

derivação com base numa predição: o efeito pode preceder a causa.<sup>577</sup> Crucialmente, o problema da causalidade resolve-se naturalmente se adoptarmos a ideia de que a ‘*causalidade descendente*’ se aplica às operações sintácticas. Defendendo uma teoria emergente da gramática, propomos que uma derivação é o resultado de uma série de operações no termo das quais manifesta determinadas propriedades. Essas propriedades emergentes, como tal, afectam causalmente os elementos de nível inferior, sem entrar em contradição. Além disso, são propriedades irreduzíveis na medida em que não pré-existem às operações sintácticas. Irreduzibilidade, emergência e causalidade descendente estão, pois, intrinsecamente associadas às operações sintácticas. Nesse sentido, a emergência de propriedades da complexidade estrutural é um conceito chave da descrição gramatical.

Uma consequência desta proposta é que as ‘*categorias emergentes*’ —cf. quadro (321), p.274—, devem ser consideradas ilustrações da gramática concebida em termos de emergência de propriedades. Assim, os itens lexicais, seleccionados desde o léxico, acabam por se tornar objectos sintácticos autónomos por meio de *Merge* com outros objectos sintácticos, podendo essa autonomia equivaler, em determinados casos, a uma mudança de categoria. Que casos? Basicamente, tudo indica que existe um conjunto de combinações entre categorias lexicais e categorias funcionais que originam objectos sintácticos providos de propriedade emergentes e são eles próprios afectados por essas mesmas propriedades. Essas combinações não são universais, embora assentem em mecanismos universais. Além disso, são fortemente condicionadas por um conjunto de traços semânticos que elimina das ocorrências resultados pouco produtivos.

Se considerarmos, por exemplo, a ‘*elipse do nome*’, concluímos que esta construção deve ser interpretada de forma emergente —a nível do enunciado e não só em termos de mecanismos ou constituintes envolvidos. A promoção de um adjectivo a núcleo de DP, via *Merge* com Det, pode ser vista como um mecanismo manipulando os constituintes A e N, com vista a assegurar a projecção em sintaxe de uma estrutura legível

---

<sup>577</sup> Esta observação, que era pertinente relativamente a Chomsky (1995), encontrou uma resposta parcial no âmbito do Minimalismo recente com a ideia de que “all operations within the phase are in effect simultaneous” (Chomsky 2001:24) e a proposta de que as derivações são cíclicas.

a nível superior. Caso contrário, chegaria a esse nível superior (por exemplo, como argumento interno de um predicado verbal) um elemento de nível inferior, como um adjectivo, resultado que levaria ao fracasso da derivação, já que uma interpretação semântica e fonológica só pode ser atribuída a objectos complexos, de nível terminal. Assim, na frase seguinte, o adjectivo *solares* deve ser considerado um nome depois de *Merge* com *os*, na medida em que só uma projecção nominal DP pode ter acesso ao papel temático associado à posição sujeito de *ficar*:<sup>578</sup>

(617) Os veículos eléctricos e [<sub>DP</sub> os **veículos solares**] estão a ficar cada vez mais baratos

Será de esperar, neste modelo emergentista da gramática, que os constituintes de nível superior, por seu lado, afectem causalmente os de nível inferior, como foi sugerido anteriormente —a emergência de uma propriedade implica que os constituintes envolvidos sejam retrospectivamente afectados pela propriedade em questão. Além disso, o objecto sintáctico de nível superior deve ser ‘*irreduzível*’ aos seus constituintes imediatos. Dir-se-á então que o verbo *ficar* em (617) exige como argumento externo um DP, pelo que a sequência [*os solares*] deve ser considerada como tal, o que implica que os traços categoriais do adjectivo são afectados por imperativos de nível superior que a ele não se reduzem. Embora se verifique formalmente por meio de *Merge* com D, essa mudança deve contudo ser vista, em última análise, como resultando da aplicação da propriedade de ‘*causalidade descendente*’, típica dos sistemas emergentes. Assim, os requisitos temáticos dos predicados envolvidos numa construção de ‘*elipse do nome*’ ficam preenchidos, o que significa que estamos, com (617), perante um tipo de operação directamente permitida pelas estruturas básicas projectadas em sintaxe, sem custos adicionais. A elipse pode assim ser pensada como uma adaptação das estruturas sintácticas à quantidade de informação, e traduz-se, finalmente, como a manifestação de um princípio de economia independentemente motivado. Nessas condições, a regularidade e recorrência das

---

<sup>578</sup> Que *os solares* é um DP é confirmado independentemente pela coordenação com um DP cujo núcleo nominal é explícito (*os veículos eléctricos*).

construções elípticas ao longo das línguas naturais mais não seriam do que o resultado da gestão da informação submetida ao módulo computacional da linguagem.

O modelo de gramática defendido, baseado nos conceitos de ‘*emergência de propriedades*’, ‘*irreduzibilidade*’ e ‘*causalidade descendente*’, parece-nos na linha do Programa Minimalista mais recente (Chomsky 2000, 2001), para o qual, no fundo, tudo — incluindo as representações gramaticais — se reduz à mecânica das computações sintáticas. De facto, nos modelos actuais da teoria, as unidades mínimas da linguagem — os ‘*morfemas*’ —, associadas a uma interpretação fonológica e semântica mínimas, combinam-se por meio de *Merge*, operação recursiva que permite criar estruturas de constituintes hierárquicas. Dentro de um domínio local (a que Chomsky chama ‘*phase*’), a estrutura derivada é então submetida às componentes fonológica e semântica, podendo, em caso de sucesso, toda a estrutura ser enviada para a fase seguinte. Uma organização deste tipo deve contudo obedecer a algumas restrições independentemente motivadas, das quais destacaremos a noção de recursividade e o princípio de composicionalidade.

Em primeiro lugar, para ser bem formada, uma estrutura sintáctica deve ser definida de forma recursiva, por iteração das operações sintáticas — em especial *Merge*. Assim, analisando a estrutura X, a gramática verifica se X é uma unidade básica ou se é uma unidade composta, procurando, no primeiro caso, definir o conjunto de todas as unidades básicas e a sua combinatória, e, no segundo, identificar os elementos do composto e verificar as suas regras de composição interna. Deve ainda dar conta do facto de uma unidade composta passar a ser uma unidade básica a nível superior, e assim sucessivamente. Esta definição recursiva da boa formação das expressões linguísticas estende-se, pois, dos morfemas às unidades complexas, com base na mesma hierarquia da estrutura de constituintes. A estrutura hierárquica é edificada por meio de uma operação geral que combina elementos de nível inferior numa unidade de nível superior — *Merge*. Esses elementos podem ser básicos — possivelmente itens lexicais — ou o resultado de um *Merge* anterior sobre o qual *Merge* volta a incidir. A edificação de estrutura sintáctica implica sempre a junção de dois elementos de determinado nível, sendo a estrutura obtida submetida às regras de interpretação fonológica e semântica. Também os princípios de interpretação das componentes fonológica e semântica, quaisquer que sejam, são definidos recursivamente relativamente à estrutura sintáctica edificada, e são ciclicamente testados.

Em segundo lugar, a composicionalidade é uma exigência interna da gramática. A composicionalidade, como se sabe (cf. Frege 1960), determina que a interpretação final de uma expressão linguística é uma função do significado das suas partes. Para Chomsky (2001), a interpretação semântica de uma ‘*phase*’ deve ser considerada na interpretação de cada uma das *fases* em que participa, na lógica das derivações *phase by phase*. Qualquer conteúdo semântico resultando da interpretação de uma estrutura sintáctica deve sempre ser edificado a partir dessa estrutura sintáctica, não havendo, portanto, lugar para uma interpretação semântica que não esteja representada em sintaxe.<sup>579</sup> Como as estruturas sintácticas são interpretadas em paralelo semântica e fonologicamente, a composicionalidade semântica reflecte-se necessariamente na fonologia, mediada pela sintaxe. Como se pode concluir, a composicionalidade é um princípio intimamente ligado ao Programa Minimalista. Cada objecto sintáctico —unidade de base ou unidade complexa—, construído com base nas operações de edificação de estrutura disponibilizadas pela sintaxe, é interpretado em semântica e em fonologia. A sintaxe é pois generativa —gera em última análise a estrutura recursiva hierárquica dos constituintes sintácticos— ao passo que a semântica e fonologia são meras componentes interpretativas.<sup>580</sup>

Em nossa opinião, o quadro anterior, baseado na existência de um ‘*motor sintáctico*’ alimentado pelas características de base da organização gramatical —*recursividade, composição e composicionalidade*— pode ser equiparado com proveito a uma teoria emergentista da gramática. De facto, *recursividade, composição e composicionalidade* correspondem, respectivamente, na teoria da Emergência, a ‘*irreducibilidade*’, ‘*emergência*’ e ‘*causalidade*’. Assim, a recursividade associada à hierarquia da estrutura de constituintes implica que essa hierarquia é irreductível aos elementos da estrutura. Por

---

<sup>579</sup> Estas propostas de Chomsky, em que a semântica se reduz à sintaxe, levantam, em nosso entender, várias questões, como o problema da interpretação contextual que, por definição, não corresponde a nenhuma estrutura sintáctica, mas que não é, tanto quanto sabemos, possível eliminar.

<sup>580</sup> Essa dependência da semântica e da fonologia das regras sintácticas implica, por exemplo, que todas as interpretações semânticas e fonológicas devem ter lugar dentro dos limites sintácticos impostos pela fronteira de uma ‘*phase*’. Ou seja, a localidade das dependências semânticas e fonológicas é uma consequência da ciclicidade das estruturas sintácticas. Chomsky descreve genericamente esse conjunto de interrelações como ‘*derivation by phase*’.

seu lado, a operação *Merge*, que cria estruturas de nível superior a partir da combinação de elementos de nível inferior, implica a emergência, no nível superior, de uma propriedade inexistente nos elementos combinados — lembremos, por exemplo, que nem Det nem N contêm as propriedades referenciais de DP. Por fim, parece-nos óbvio que a componente composicional manifestada pelas línguas naturais, em que a interpretação global de uma estrutura resulta da acumulação sucessiva de interpretações parciais, corresponde a uma relação de causalidade assimétrica — exclusivamente descendente. Uma vez acrescentada a uma frase por meio de *Merge*, uma expressão linguística recebe, em reacção, uma interpretação definitiva e irreduzível.

A homologia que pensamos existir entre o Programa Minimalista e a teoria da Emergência não é fruto do acaso, se não esquecermos que, como qualquer sistema complexo e articulado, a linguagem afigura-se como um domínio particularmente favorável a manifestações de criação de ordem, ou de aumento da ordem a partir de um nível menos ordenado. Surge assim uma continuidade entre, por um lado, o modelo das estruturas emergentes usado na observação de sistemas complexos como as sociedades de organismos interdependentes, no estudo dos sistemas orgânicos do metabolismo ou na descoberta da organização da matéria a nível molecular e, por outro, o modo como as estruturas sintácticas se auto-organizam.<sup>581</sup>

A sintaxe, tal como definida anteriormente, pode ser vista como a tradução formal dessas manifestações. O próprio Chomsky reconhece, no seu artigo de 2001, as “propriedades gerais dos sistemas orgânicos” como um dos três factores que sustentam a

---

<sup>581</sup> Não deixa de ser sintomático que as regras de construção de uma estrutura sintáctica (uma árvore) em gramática generativa e as regras de composição de organismos complexos assentem numa base essencialmente de natureza idêntica. A imagem da árvore sintáctica não é uma simples metáfora, mas é o reflexo de um princípio de organização que é transversal a todos os sistemas complexos.

definição da linguagem.<sup>582</sup> Tais propriedades actuam dentro dos limites daquilo que é permitido pelas leis da natureza, incluindo as “propriedades dos sistemas complexos”.<sup>583</sup>

---

<sup>582</sup> cf. Chomsky (2001:1).

<sup>583</sup> Estas observações levantam por sua vez importantes considerações filosóficas, que não poderão aqui ser abordadas. Limitar-nos-emos a referir a observação de Hinzen (2005), segundo o qual o significado linguístico poderia ser considerado um ‘efeito colateral’ (“a side-effect”) do crescimento da complexidade estrutural, um padrão que emerge localmente da interacção entre expressões linguísticas no decurso de uma derivação. cf. Hinzen (2005), capítulo 6.





## Capítulo 14

### Gramática e entropia

Se as propriedades manifestadas pelas derivações são emergentes, irreduzíveis e assimétricas, na medida em que não pré-existem às operações sintácticas, como podemos situar o léxico? Vamos apresentar, neste capítulo, um esboço de aplicação do modelo gramatical traçado no capítulo anterior.

#### 14.1. Edificação de estrutura e ruptura de simetria

Propomos, para responder a essa pergunta e fornecer uma síntese dos quadros teóricos abordados no capítulo anterior, uma teoria do léxico baseada na noção de Emergência e no conceito de *entropia* —ou quantidade relativa de informação. Neste modelo, o léxico seria o estado da linguagem com o nível máximo de entropia (ou o nível mínimo de informação e organização). Quando e se um item lexical é extraído do léxico, é-lhe acrescentada informação via *Merge*, manifestando em consequência a estrutura resultante propriedades emergentes. Produz-se então uma situação de ‘*ruptura de simetria*’ entre o item lexical e o objecto sintáctico resultante, que deixam de ser equivalentes. Em consequência, os objectos sintácticos representam uma etapa com menos entropia que o léxico, na medida em que há tanto menos entropia quanto mais informação (ou organização, via *Merge*) for fornecida ao sistema. Consideramos que a ‘*organização*’ em questão corresponde ao que se qualifica habitualmente como ‘*restrições de selecção*’. Trata-se, no fundo, de um princípio de auto-organização.

Além disso, qualquer edificação de estrutura é por definição *assimétrica* porque *Merge* introduz um acréscimo de informação relativamente ao nível inferior, o que

significa que a estrutura obtida manifesta uma organização e propriedades que não se reduzem aos objectos iniciais e ao seu conteúdo. Uma derivação inicia-se com itens lexicais não estruturados, eles próprios elementos complexos resultantes de uma associação entre som e sentido. O significado linguístico só posteriormente emerge das estruturas complexas elaboradas no decurso da derivação e está por definição ausente na etapa anterior dessa derivação. De que forma a informação é inserida na estrutura de constituintes? A configuração necessária exige a associação, via *Merge*, entre uma categoria lexical (CL) e uma categoria funcional (CF). A existência das CF seria, nesta hipótese, motivada por uma mera função de inserção de informação. As CF são redutoras de entropia.

As estruturas complexas, que manifestam propriedades emergentes, podem partilhar a informação injectada numa etapa anterior, sendo esta partilha feita, presumivelmente, por meio de movimento de informação ao longo da estrutura.<sup>584</sup> Esse movimento obedece aos ‘*requisitos do movimento entrópico*’: só se dá quando permite uma redução da entropia, quando traz algo de novo. As operações sintácticas que não acarretam uma diminuição da entropia são agramaticais, ou seja, fracassam porque houve inserção / partilha de informação que não resultou numa diminuição da entropia global (há, pois, uma situação de redundância), e que não determinou propriedades emergentes. Nesse caso, a derivação não é assimétrica e é eliminada por razões de (falta de) eficiência.

Os mecanismos de ajustamento internos ao AP descritos nos capítulos anteriores pode ser considerados nessa perspectiva. A projecção alargada do adjectivo graduável manifesta todos os traços da gramática emergentista. Em primeiro lugar, como categoria lexical, o adjectivo está num estado de entropia máximo, já que, como foi proposto no capítulo quatro, se trata de uma categoria não especificada em termos de traços [ $\pm N$ ] e [ $\pm V$ ]. Em segundo lugar, uma vez inserido em sintaxe, o adjectivo pode optar por uma estratégia de redução de entropia lexical que passa por uma escolha dupla: (i) se *compuser* com CFs como DegA ou QA, então o adjectivo manifesta os seus traços por defeito [ $+N$ ]-[ $+V$ ]; (ii) em alternativa, no caso de *compor* com CFs não adjectivais, como Det, o

---

<sup>584</sup> Esta ideia sobre a legitimidade do movimento é confirmada pelo facto de o movimento não ser específico de uma categoria. O movimento, caso exista, é supra-categorial.

adjectivo manifesta os traços [+N]-[-V]. Em todo o caso, a ruptura de simetria consumada desencadeia um acréscimo de informação que garante a gramaticalidade destas operações. Em terceiro lugar, a estrutura interna do AP manifesta movimento de informação ao longo da estrutura. No caso do núcleo adjectival, os requisitos de verificação de informação impostos pela operação *Merge* entre A e os seus morfemas de grau implicam que o adjectivo deve elevar-se e subir ao encontro desses morfemas. A ausência desse movimento seria agramatical, visto que, tendo havido inserção de CFs, essa operação seria nula em termos de redução de entropia.

De modo geral, a partilha de informação desencadeada pela inserção de uma CF na estrutura corresponde ao movimento de um item lexical, que não pode deixar de ter acesso a essa informação. Nessa perspectiva o *movimento entrópico* é sempre obrigatório. Em contrapartida, o movimento de um constituinte na estrutura que não seja imposto não corresponde a um caso de movimento entrópico. Consideramos que assim podem ser justificadas algumas configurações vistas anteriormente no capítulo onze, como a posição do MP relativamente ao adjectivo —cf. p.369. Vejamos de novo o exemplo seguinte:

- (618) a. A Maria está mais jovem **dez anos**  
 b. A Maria está **dez anos** mais jovem

Tendo em conta que o significado destas duas frases é equivalente, consideramos de facto que a diferença na ordem de palavras se deve na realidade a um caso de movimento não entrópico do complexo {QA+A} para adjunto de DegAP, deixando para trás o DegA° nulo e o seu especificador MP. Tendo em conta que o movimento sugerido é facultativo em Português, estas representações são próximas do ponto de visto interpretativo.

Como se sabe, *Merge* é desde Chomsky (1995) a operação básica da gramática, na medida em que combina livremente itens de um nível para formar novos objectos sintácticos no nível superior. *Merge* é, nessa perspectiva, uma “rotina” (no sentido computacional) que insere informação na estrutura, ao juntar um item lexical a outro item lexical ou um item lexical e um item funcional. Diremos que uma CL só pode ser extraída do léxico se a sua junção a outra categoria determinar a inserção de informação. Pode existir *Merge* entre uma CL e uma CF ou entre duas CL, não sendo possível entre duas CF.

Entre duas CF, *Merge* é impossível, já que não haveria alvo para a inserção de informação e haveria, portanto, violação da lei de entropia —haveria *Merge* sem redução de entropia. Assim, Det e Deg, por exemplo, não podem *compor* juntos uma estrutura sintáctica na medida em que nenhum destes morfemas poderia, nesse caso, descarregar a informação que transporta e saturar uma categoria lexical. As restrições de selecção das CFs obrigam-nas a *compor* com CLs. A junção de duas CLs, por seu lado, implica informação nova desde que *Merge* não se limite a inserir a informação mínima presente no léxico. Assim, um núcleo V não pode *compor* com o seu sujeito DP sem o intermédio de uma CF, já que a informação necessária —selecção do argumento externo—, embora presente a nível lexical, terá que ser mediada pela categoria funcional IP, que atribui ao sujeito o caso nominativo. O mesmo predicado verbal pode contudo edificar estrutura directamente por *Merge* com o seu argumento interno, sem o auxílio de uma CF. A projecção da grelha argumental de uma CL em sintaxe necessita pois inserção de **informação mínima** (por *Merge* com outra CL) ou **informação máxima** (por *Merge* com uma CF) e implica sempre por isso diminuição da entropia, o que se reflecte na organização, assimétrica, recursiva e altamente hierarquizada da estrutura edificada.

Uma estrutura sintáctica máxima resulta de *Merge* entre uma categoria lexical X e uma categoria funcional. Essa estrutura é um sintagma e equivale à projecção da categoria máxima XP. Relativamente ao elemento de nível inferior X, o ‘*sintagma alargado*’ XP manifesta sempre propriedades originais, que podemos definir como a “função” dos objectos sintácticos envolvidos, função essa que só surge da dinâmica da sua interacção. Assim, um DP, mas não um N nem um NP, manifesta a propriedade de ser argumento (cf. (613)), ou um VP, mas não V, pode seleccionar um argumento externo. A construção de estruturas sintácticas via *Merge* entre uma CL e uma CF implica pois que a CL projecta um sintagma alargado, portador de novas propriedades e redutor da entropia lexical.

Será a modificação adjectival um caso de edificação de estrutura com informação mínima? Desde Chomsky (1995), a evolução do Programa Minimalista tende a considerar que um nome *compõe* com um adjectivo com o qual projecta um NP, o que corresponde a um caso de *Merge* entre duas CLs. Contudo, não é clara a posição do modificador adjectival dentro do DP, havendo vários modelos em que o adjectivo atributivo é considerado um especificar funcional ou um adjunto funcional —cf. Miguel (2004) para uma síntese desta questão.

Uma diferença previsível entre *Merge* com CL e *Merge* com CF é a seguinte: no caso de *compor* com outra, uma CL não flexiona. Em contrapartida, *Merge* com uma CF desencadeia a flexão numa CL. Ou seja, a operação *Merge* funcional associa inserção de informação e atribuição de flexão (informação máxima), ao passo que a operação *Merge* lexical limita-se a inserir informação lexical (informação mínima). O adjectivo é particularmente representativo dessa estratégia de emergência. Como vimos em (321) —cf. p. 274—, o adjectivo pode *compor* com CLs, como N e V, e com CFs, como I, Det, Deg e Q.<sup>585</sup> Vejamos alguns exemplos já discutidos:

- |       |  |                        |
|-------|--|------------------------|
| (619) | a. A comissão rejeitou dois <b>projectos {piloto/*pilotos}</b> | ( <i>Merge N-N</i> )   |
|       | b. A comissão <b>trabalhou {duro/*dura}</b> no projecto        | <i>Merge V-A</i> )     |
| (620) | a. O João tem pena <b>dos {pobres/*pobre}</b>                  | ( <i>Merge D-A</i> )   |
|       | b. A Joana e a Maria são <b>muito {mulheres/*mulher}</b>       | ( <i>Merge Deg-N</i> ) |
|       | c. Eles são <b>tão {ricos/*rico}</b> !                         | ( <i>Merge Q-A</i> )   |

Em (619), a edificação de estrutura a partir de categorias lexicais, como NN ou VA, não determina inserção de flexão. Como foi anteriormente observado, nas expressões ‘*binominais modificadas*’ o segundo N não flexiona, ao contrário daquilo que acontece, por exemplo, entre Det e N. De igual modo, o predicado complexo VA *trabalhar duro* determina que o adjectivo é despojado de qualquer flexão. Em contrapartida, as categorias funcionais D, Deg e Q em (620) estão todas associadas à presença de flexão na sua categoria lexical complementar.

A observação anterior, a ser confirmada, levanta contudo várias questões de fundo, a começar pelo facto de N e A —categorias lexicais básicas— flexionarem obrigatoriamente nas línguas Românicas. Como interpretar esta contradição? A nossa proposta é que *Merge* entre N e A lexicais, ao contrário do que parece, não corresponde a uma inserção de informação mínima mas a uma operação complexa de organização de estrutura

---

<sup>585</sup> Note-se que *Merge* com I se limita, como foi ilustrado, a alguns grupos de línguas como o Japonês ou o Coreano, não sendo relevante para o Português.

a partir do léxico, baseada em *Merge* lexical e funcional. Mais precisamente, as expressões adjectivais revelam elas próprias uma organização interna resultando da projecção em sintaxe de vários estratos de categorias funcionais —incluindo a flexão adjectival— satisfazendo os requisitos internos do predicado adjectival correspondente, sendo toda a estrutura posteriormente seleccionada por N para formar um NP. Essas categorias funcionais internas ao domínio adjectival devem servir de hóspedes aos vários morfemas adjectivais, como o comparativo, o superlativo, o número, o género e os modificadores do adjectivo. Como (619) indica, não é o caso que as categorias emergentes exibem a totalidade dos morfemas possíveis, provavelmente porque a edificação de estrutura não inclui inicialmente algumas dessas categorias funcionais. Por exemplo, como N não projecta inicialmente nenhuma categoria Deg, será de prever que um A emergente de N não seja graduável: \* *um projecto muito piloto*. Em contrapartida, A projecta inicialmente uma categoria Deg —pelo menos, no caso dos adjectivos graduáveis—, pelo que, mesmo depois de *compor* com V um predicado verbal, A continua graduável: *trabalhar muito duro*.

As implicações descritivas deste modelo são, previsivelmente, fortes: além de libertar a gramática de estipulações desnecessárias, permite dar conta dos casos de reanálise acima estudados e resolver também questões deixadas em aberto. Retomemos alguns casos referidos anteriormente, como o exemplo (182), inicialmente usado para referir a ambiguidade categorial de A nas línguas sino-japonesas, aqui repetido em (621).

(621) ce    yeppu-ess-ess-ten                    yeca                    (=182)                    (Coreano)  
       aquela bonita-PERF-PRES-REL        mulher  
       ‘aquela mulher que era bonita’

Na realidade quando o item lexical *yeppu* compõe com o morfema verbal *ess*, então *emerge* como V, apesar de ser lexicalmente aparentado a um A. A questão levantada por Kim (2003) deixa pois de ser por que não existem adjectivos em Coreano, mas sim quais, em Coreano, os itens lexicais que *emergem* como verbos estativos e que *emergem* como adjectivos em línguas em que *Merge* obedece a condições distintas.

Podemos também analisar vários de ambiguidade categorial com base nos argumentos anteriores. Por princípio —como em qualquer caso de emergência—, uma estrutura assimétrica resultante de *Merge* modifica por *feed-back* a natureza dos seus

constituintes. De modo geral, os constituintes de uma estrutura edificada por inserção de informação são alvo de alterações diversas, a nível dos traços categoriais ou dos morfemas convocados, impostas pelas propriedades manifestadas pela estrutura a um nível superior. Assim acontece em Português, como vamos ver. O item lexical *jantar*, por exemplo, cuja informação mínima disponível no léxico indica tratar-se de um predicado verbal, é reanalisado como N depois de *Merge* com uma CF como Det: *o jantar*. Conclui-se que, no caso de *jantar*, o seu estatuto de N, determinado por *Merge* com Det, permite-lhe entrar em construções nominais (*um jantar de Natal*) e assumir funções nominais (*o jantar foi adiado*), excluindo, em contrapartida, qualquer tipo de construção e flexão verbais (\* *o jantava às oito*).

Estas restrições de selecção de um nível, determinadas pelo nível imediatamente superior, são extensíveis às construções adjectivais. *Azul* é um predicado cuja entropia lexical é, por definição, máxima. Pode contudo emergir como N via inserção de informação por uma CF de tipo Det (*o azul do mar*) ou como A via *Merge* com Q (*mais azul*) ou Deg (*bastante azul*). Em qualquer caso, a estrutura projectada afecta em *feed-back* o item *azul* definitivamente, já que, depois de *Merge* com uma CF, este já não pode *compor* com outra CF. Vejamos os casos seguintes:

- (622) a. \*o muito azul do mar  
 b. \*o muito mar azul  
 c. o azul do mar  
 d. o mar azul

Como explicar a alternância entre (622.c) e (622.d) e a agramaticalidade dos dois primeiros exemplos?<sup>586</sup> Em (622.a), houve *Merge* entre Det e *azul*, determinando definitivamente o estatuto nominal desse predicado. Tendo ocorrido essa selecção assimétrica, não pode voltar a haver *Merge* com uma CF adjectival como o Deg *muito*: o item *azul* é um N e não é mais compatível com um DegA. Em (622.b), a estrutura não é

---

<sup>586</sup> Estes casos não são raros: “o céu cinzento / o cinzento do céu”; “o homem bom / o bom do homem”, “o rapaz estúpido / o estúpido do rapaz”, etc.

boa porque *mar*, sendo por defeito um N, já teve *Merge* com um Det. Sendo assim, não pode *compor* com outra CF como  *muito*, cujas restrições de selecção excluem N. O item *azul* poderia *compor* com o DegA  *muito*, mas não pode mover-se por já ter havido *Merge* com N, que fixa definitivamente o seu estatuto de A pós-nominal dentro de NP. *Azul* não pode mover-se e  *muito* não pode *compor* com *mar*. Temos pois uma situação de violação de entropia: houve inserção de informação (o DegA  *muito*) sem contrapartida (a emergência de propriedades ou informação). Se, contudo,  *azul* *compor* com um Det, como em (622.c), é reanalisado como N e toda a estrutura é promovida a constituinte nominal DP.

Do ponto de vista da *causalidade descendente*, esta análise está no espírito da teoria da Emergência: o comportamento do DP determina o da categoria adjectival que o integra: novas funções referenciais são directamente atribuídas ao elemento adjectival pelas propriedades adquiridas pelo DP. Este paralelo revela pois que, na subida da escala da complexidade, que passa do nível dos itens lexicais para as macro-construções que estão na base das estruturas sintácticas, deu-se um aumento de informação contida no sistema: a subida na escala da complexidade corresponde ao aumento da quantidade de informação armazenada pelo sistema no nível superior, sendo todo o processo cumulativo e cíclico (cf. Reeves, 1985). A essa subida da complexidade corresponde uma ruptura de simetria que determina, por seu lado, um sentido único para a edificação de estrutura e a sua interpretação.

Duas consequências podem ser antevistas a partir deste modelo. Em primeiro lugar, as categorias linguísticas são estáveis do ponto de vista lexical, sendo essa estabilidade tributária do valor da entropia (diferença entre a informação disponível no item lexical e a informação inserida por *Merge*), mas instáveis do ponto de vista estrutural, dependendo das propriedades do ambiente sintáctico em que são inseridas por *Merge*, depois de extraídas do léxico. O facto de atribuirmos de maneira quase intuitiva a um item lexical determinada etiqueta categorial deve ser visto como uma propriedade local das línguas naturais.<sup>587</sup> Em segundo lugar, devemos admitir que as **categorias funcionais não têm**

---

<sup>587</sup> Dificilmente um Coreano considerará que ‘ieppu’ é um adjectivo, ao passo que um falante de Português admitirá, *cela va de soi*, que ‘bonito’ não é um verbo.



**propriedades emergentes** —por isso são funcionais e não lexicais, ou seja, recebem etiquetas de acordo com o seu conteúdo informacional e veiculam exclusivamente as variações de entropia a nível da linguagem. Assim, Det será sempre um determinante, qualquer que seja o contexto e o elemento lexical com o qual *compõe* uma categoria máxima, e DegA será sempre uma categoria funcional relativa à extensão de um predicado adjectival. Se as categorias funcionais não têm propriedades emergentes (ao contrário das lexicais), podem ser consideradas como despoletadoras de emergência, sendo, nessa hipótese, a sua principal razão de ser o aumento e enquadramento da emergência de propriedades ou da inserção de informação. Seriam, em suma, elementos catalizadores.<sup>588</sup>

As CLs exibem traços semânticos que lhes permitem atribuir determinados papéis temáticos. Uma vez inseridas em sintaxe, atribuem esses papéis aos argumentos que seleccionam, projectando assim, num nível superior de complexidade, estruturas sintácticas de entropia mais reduzida. As CFs, pelo contrário, não dispõem de nenhum tipo de papel temático para atribuir, nem de argumento para seleccionar. O seu papel restringe-se, via operações como a marcação ou o movimento, a serem auxiliares computacionais do sistema linguístico, envolvidas em casos como a verificação da coerência da informação ou a difusão de determinada informação para outros níveis da estrutura sintáctica.

Esta função, particularmente relevante no Programa Minimalista, consiste, numa dada derivação, em ser o vector da informação não lexical habitualmente chamada ‘*traços morfológicos*’ ou ‘*traços de concordância*’, desencadeando operações de reordenação em que as categorias lexicais são atraídas para a sua imediação, de forma a aceder a essa informação. Uma vez essa informação acedida e partilhada, deixa de ser relevante mantê-la, pelo que desaparece da derivação, permanecendo intactos, contudo, os efeitos da reordenação anteriormente referidos. Será de esperar, nesta perspectiva que, por um lado, as CLs não provoquem tais operações de reordenação mas que se limitem a obedecer-lhes, e, por outro lado, que toda e qualquer variação linguística —se exceptuarmos algumas restrições sobre a ordem dos constituintes imposta pelo léxico— seja em última análise de

---

<sup>588</sup> Um catalizador é um agente que, pela sua intervenção, multiplica exponencialmente as consequências de uma reacção.

atribuir a uma CF. As CFs importam pois para uma teoria emergentista da gramática na medida em que, como categorias catalizadoras, são os agentes da edificação de estrutura sintáctica.

O facto de as CFs serem categorias não emergentes tem como consequência indirecta que a sua identificação não pode ser feita nos mesmos moldes que as CLs. Foi já visto, no capítulo 4, que Fukui (1986) propõe para todas as categorias linguísticas, em reacção a Chomsky (1970), um quadro único de traços categoriais abrangendo CLs e CFs. Contudo, tal proposta parece partir da ideia de que o número de CFs e de CLs seria equivalente. Como se observa em (85) —cf. p.134 —, às quatro categorias lexicais canónicas corresponderiam quatro categorias funcionais simétricas. Ora, a história recente da sintaxe generativa mostra-nos que, pelo menos desde Abney (1987) e Pollock (1989), a variedade das CFs parece ser muito rica e o seu número imprevisível.<sup>589</sup>

A questão que se nos coloca, e que importa à teoria aqui desenvolvida, é saber se essa variedade é intrínseca ou um artifício descritivo. A questão é pertinente já que, no âmbito da procura de adequação descritiva exigida inicialmente pela *Gramática de Princípios e Parâmetros* e a *Teoria da Regência e da Ligação* —desde pelo menos Chomsky (1986)—, se assistiu a uma inflação de CFs. Essa inflação explica-se pelo facto de as CFs serem ferramentas descritivas altamente eficazes perante dados pontuais das línguas naturais, já que não só permitem inserir na estrutura sintáctica as variações morfológicas como criam novos lugares de poiso para receber constituintes alegadamente movidos. Alguns autores, a começar por Chomsky (1995), reagiram contudo a essa acumulação, proclamando como centrais na gramática princípios gerais como a economia descritiva e sugeriram a eliminação de uma parte substancial das CFs da gramática, em especial as que podem ser preteridas a favor de princípios baseados nas condições de interface e nos princípios de economia.<sup>590</sup> No fundo, o Programa Minimalista interpreta a profusão de CFs como soluções tecnológicas inutilmente pesadas, artefactos descritivos, e não como um dado irredutível das línguas.

---

<sup>589</sup> Podemos referir aqui algumas das CFs em questão: Det, Deg, Agr, T, I, Num, Q, Ord, etc.

<sup>590</sup> Chomsky (1995: 240): “a functional category has to be justified, either by output conditions (phonetic and semantic interpretation) or by theory-internal arguments.”

Convém também observar que este debate é alimentado pelo facto de não existir — se exceptuarmos tentativas como Fukui (1986)— uma tipologia das CFs, assim como existe uma teoria das CLs, ou seja, a gramática generativa não dispõe de nenhuma lista de CFs baseada num sistema de traços primitivos, como é o caso para as CLs desde Chomsky (1970) — cf. o capítulo 4 para discussão sobre Chomsky (1970)—, tornando assim as CFs num conjunto aberto em que é sempre possível inserir um novo elemento em caso de necessidade descritiva. Na verdade, pressupõe-se que GU não dispõe de nenhuma lista exclusiva e universal de CFs, pelo que a procura de adequação descritiva relativamente aos parâmetros de GU, considerados absolutos, tem levado a propor novas CFs como solução provisória ou definitiva.

A nossa explicação para esses factos é que o número de CFs existentes depende, por um lado, dos imperativos informacionais da comunicação humana, e, por outro, da arquitectura da linguagem. Aquilo que queremos sugerir é que, no âmbito de um modelo emergentista da linguagem, a existência de CFs é um dado inerente mas os padrões de organização altamente hierarquizada e marcadamente recursiva das estruturas sintácticas sugere que o seu número não é elevado. São contudo altamente especializadas, pelo que haverá presumivelmente que as classificar em dois conjuntos distintos: algumas CFs são universais (pertencem a GU), outras são agentes especializados, com uma função localizada e de âmbito muito curto. Do primeiro conjunto, fazem parte as categorias funcionais dedicadas à edificação de estrutura, do segundo formas particulares das línguas. Só os primeiros têm incidência nas interfaces.

Um dos tipos de informação inserida pelas CFs são indicações sobre a ordem ou linearidade dos constituintes. Isso implica que essas CFs servem de instruções, de programa para a edificação de estrutura, que são algoritmos usados pelo sistema computacional para determinar a ordem e estrutura da hierarquia de constituintes. Dito de outra forma, a edificação da estrutura de constituintes baseada exclusivamente nas restrições de selecção dos itens lexicais —que por definição não detém nenhuma informação sobre linearidade que seja exterior ao próprio léxico— é completada com as instruções explícitas fornecidas pelas CFs, antes de ser definitivamente interpretada em  $\Sigma$  e pronunciada em  $\Phi$ .

O caso da estrutura interna do AP é, de novo, paradigmático: partindo do quadro traçado na quarta parte desta dissertação, em que se mostrou que a categoria adjectival

aparenta interagir com três CFs distintas —QA, DegA, AgrA—, foi proposto, com base na operação de ‘*Morphological Merge*’ inspirada na Morfologia Distribuída (Marantz 1993), que o núcleo A se junta sucessivamente aos núcleos funcionais —aos morfemas— inseridos na estrutura, arrastando consigo e ordenando esses morfemas até à posição final do adjetivo, que é [Núcleo,AgrAP] —cf. o modelo p.437. A descrição anterior implica fundamentalmente que uma sequência de itens aparentemente sem linearidade pré-definida, como *5 cm mais alto*, é na realidade determinada pelas restrições impostas pelas CFs.<sup>591</sup> Este processo de reordenação reflecte-se no facto de a ordem de constituintes dentro do AP, ela própria determinada pelas restrições de selecção dos seus constituintes internos, não corresponder totalmente à ordem observada a nível da Componente Fonológica. Nessa mesma perspectiva, a linearidade a nível da Componente Fonológica resulta parcialmente da actuação de CFs, sendo consequência da visibilidade das CFs que a determinaram.

Propomos, em síntese, outra versão da regra *Emergir*, como alternativa a *Merge* para a categoria universal [0N],[0V], e que se pode basicamente formular do seguinte modo:

(623) ***Emergir***

[0N] [0V] ***emerge*** como:

- a. [+N] [+V], quando A ***compõe*** com uma categoria lexical
- b. [+N] [-V], quando A ***compõe*** com a categoria funcional Det
- c. [+N] [+V], quando A ***compõe*** com a categoria funcional Deg ou Q

Além disso, a operação *Emergir* só é possível se resultar em inserção de informação ou redução de entropia lexical:

(624) Condição de Emergência

*Emergir* (x,y) sse x insere informação em yP ou vice versa

---

<sup>591</sup> Esta observação não pode ter valor absoluto, já que, como foi aliás analisado na devida altura, a sequência *5 cm mais alto* alterna livremente com a sequência *mais alto 5 cm*, sem que a diferença estrutural em questão corresponda a uma interpretação distinta. Relativamente ao nosso modelo, variações deste tipo são pois contra-provas de peso.

## 14.2. Restrições de selecção e inserção de informação

Veamos algumas aplicações dos princípios anteriores. No caso da categoria adjectival, (623) e (624) determinam várias consequências. O caso de *Merge* entre um núcleo e o seu complemento corresponde à relação de selecção que geralmente existe entre um predicado e o seu argumento: verificar os traços de selecção desse predicado. Esta explicação pode ser alargada aos outros casos em que existem restrições de selecção, como por exemplo com sujeitos e outros constituintes marcados tematicamente. Os adjectivos, pelo contrário, não são nem seleccionados nem marcados tematicamente por um núcleo — a não ser no caso especial dos relacionais temáticos. Nesse caso, devemos admitir que só podem *compor* com um núcleo se não entrarem numa relação temática ou se não estiverem numa relação de verificação. Contudo, o seu estatuto categorial é afectado e determinado por *emergir* em função das necessidades de manter explícitos os papéis temáticos associados à estrutura projectada, e, consequentemente, a natureza e quantidade de informação a verificar. Nesse caso, *Merge* é possível, por exemplo, entre um adjectivo e um Det, sendo o A reinterpretado como N por *emergir*. Assim, o verbo *penalizar*, em (625), selecciona obrigatoriamente um argumento interno de tipo DP ao qual atribui o papel Tema:

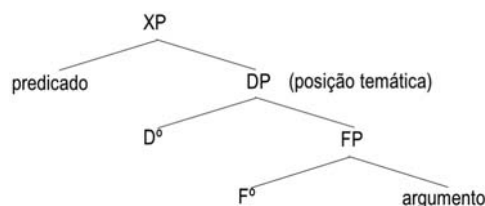
- (625) a. A nova lei penaliza **os deficientes** / os reformados / os solteiros / os ricos  
 b. \* A nova lei penaliza **os inteligentes** / os interessantes / os fáceis  
 c. A nova lei penaliza-**os**

O facto de o argumento interno de *penalizar* ser um DP determina que a sequência [**os deficientes**], que aparenta ocupar na estrutura o lugar de Objecto directo do verbo, deve ser considerada um constituinte nominal emergente, resultando da junção de um adjectivo com um determinante artigo, com base em (623.b). Repare-se que esta interpretação é, por um lado, dependente dos traço semânticos dos constituintes envolvidos —em (625.b) os itens *inteligentes*, *interessantes* e *fáceis* não dispõem de traços capazes de denotar um conjunto [+humano]—, e, por outro, consistente com os testes sobre Objectos directos, como a pronominalização (625.c), ou seja, *os deficientes* verifica em simultâneo

propriedades semânticas típicas de um predicado humano e propriedades sintácticas típicas de um argumento interno.

Podemos assim explicar por que razão um nome não pode ser graduado por meio de uma categoria funcional. Como argumento, um nome pode ser seleccionado por um predicado que lhe atribui um papel temático —esse predicado pode ser, por exemplo, um V ou um verbo-cópula. Por definição, um DP deve ocupar uma posição que lhe dê acesso a um papel temático atribuído pelo predicado do qual é argumento (ou sendo ele próprio um predicado, entrar numa construção predicativa com um verbo-cópula). Em todo o caso, as estruturas sintácticas correspondentes implicam uma relação de c-comando entre o núcleo seleccionador e o seu argumento nominal de tipo DP. Ora se um nome estiver inserido numa estrutura em que Det seleccione uma CF intermediária (como FP, a seguir), a configuração anterior deixará de se verificar:

(626)

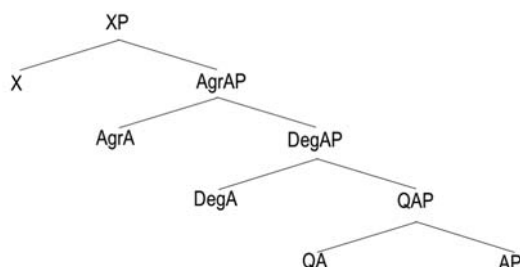


Em (626), o argumento está separado da posição temática por uma CF. A construção em (626) é pois problemática porque um predicado não pode seleccionar uma CF como argumento e porque houve inserção de uma CF sem contrapartida informacional (diminuição da entropia). Em consequência, a estrutura é mal formada. Esta situação pode contudo ser resolvida de duas formas: (i) por movimento do argumento para o núcleo funcional mais alto; (ii) no caso do DP, por uma CF portadora de traços categoriais e semânticos capazes de identificar o argumento do predicado. O Det pertence a este tipo de CF, na medida em que é habitualmente associado aos traços [+referencial] e [+definido], mas não será o caso de Deg, cuja função semântica se limita à medição de grau. Isto explica, presumivelmente, que um N argumental não pode projectar uma CF intermediária de tipo DegP.

Inversamente, numa relação de modificação ou de adjunção, em que não há relação predicado / argumento, é possível inserir uma ou várias CFs entre o núcleo modificado e o modificador. Se *Merge* entre X e Y se limita a uma configuração de modificação, então Y

pode ser alvo de edificação de estrutura, e X selecciona a projecção alargada de Y como modificador. Uma categoria modificadora como A pode, pois, ser comparada, graduada e flexionada, como exemplificado no indicador seguinte:

(627)



Como foi analisado no capítulo 5, existem construções em que um verbo selecciona um adjectivo. O conjunto de adjectivos mobilizados para essas expressões são adjectivos graduáveis (*alto, baixo, duro, limpo, novo, fundo, baixo*, etc.) ou superlativos (*imenso*) — equivalentes a quantificadores como *muito* ou *bastante*—, e admitem construções comparativas. As frases seguintes retomam alguns exemplos do capítulo 5:

- (628) a. Os aviões **voaram** (muito) **baixo**  
 b. Foi a única a **falar** (bastante) **alto**

- (629) a. Os socialistas **respiram** hoje **mais fundo**  
 b. **Trabalha-se menos duro** hoje do que no século passado.

Estes adjectivos seleccionados pelo predicado verbal conservam a sua capacidade em comparar e quantificar a propriedade denotada, embora percam o acesso à flexão. Como explicar que, neste processo de selecção, o adjectivo tenha perdido a sua flexão mas não o seu grau? Tendo em conta que os advérbios são, na sua grande maioria, não graduáveis, foi sugerido que a conservação do grau não deve ser considerada interna à operação de conversão. Na realidade, tendo em conta que o adjectivo não ocupa nenhuma posição argumental interna —lembramos que estes verbos são quase todos ergativos—, o seu sistema funcional de grau pode livremente ser projectado.

As construções de modificação e adjunção, ao contrário das construções argumentais, são, pois, abertas em termos de CFs, já que a interpretação das categorias

lexicais envolvidas não está dependente da sua posição relativa ao predicado. Nessa mesma lógica, é de prever que as CFs projectadas por defeito não sejam obstáculos nas construções argumentais. Det é um caso de CF caracterizada pela sua capacidade em transformar um NP num argumento, num DP referencial. Como tal, qualquer N que venha a ocupar uma posição na qual recebe papel temático deve *compor* com Det. Em termos de gramática entrópica, Det despoleta num NP a capacidade de ser argumento. Quando Det não é inserido, o NP não pode ser argumento: a construção é agramatical (aumento de estrutura sem aumento de informação):

- (630) a. O João viu [<sub>DP</sub>um lugar livre]  
 b. \* O João viu [<sub>NP</sub>lugar livre]

A frase em (630.b) é agramatical porque parte da estrutura temática do verbo *ver* não está ocupada por argumentos devidamente legitimados, capazes de saturar a grelha do predicado.

Em síntese, as CFs aparecem como instruções sobre a ordem ou linearidade dos constituintes, o que sugere que podem ser concebidas como algoritmos internos do sistema computacional usados para determinar a estrutura e a hierarquia dos constituintes. A edificação da estrutura de constituintes, baseada nas restrições de selecção dos itens lexicais, é verificada por meio de instruções explícitas fornecidas pelas CFs.







## CONCLUSÃO

Tentámos, com este trabalho, fornecer algumas pistas para uma reavaliação da categoria adjectival no âmbito da Sintaxe Generativa. Tomando como objecto de estudo os adjectivos graduáveis, fomos conduzidos a investigar os fundamentos da relativa instabilidade desta categoria e a origem da sua proximidade com a categoria nominal. Destacamos a seguir os pontos que nos parecem fundamentais.

1.O trabalho começou por propor uma definição dos adjectivos graduáveis, que podem ser identificados de duas formas: (i) do ponto de vista semântico, são definidos como expressões cujo domínio de referência pode ser ordenado com base numa propriedade ‘*variável*’, como o domínio do adjectivo *alto* é ordenado com base numa variável de ‘*altura*’. Em contraste, adjectivos não graduáveis, como *redondo*, não introduzem nenhum tipo de ordenação no seu domínio; (ii) do ponto de vista formal, a classe dos adjectivos graduáveis exhibe duas características. Por um lado, são modificados por certos advérbios, como *pouco, muito, bastante*. Segundo esse critério, *alto* é um adjectivo graduável mas *redondo* não é. A segunda característica formal destes adjectivos é a ‘*construção de grau*’, canonicamente formada por *Merge* entre um adjectivo e um advérbio de grau, como *mais* ou *menos*.

Do ponto de vista gramatical, as construções de grau adjectival proporcionam informação preciosa sobre o significado dos adjectivos. Partindo do princípio de que as sequências que resultam da inserção dos adjectivos numa construção de grau correspondem a instruções de ordem semântica, o que implica que um aspecto específico do significado dos adjectivos graduáveis os associa a estas construções, então são essas instruções específicas que distinguem os adjectivos graduáveis dos outros. A especificidade semântica dos adjectivos tem consequências em termos sintácticos, nomeadamente na existência de divergências formais a nível da estrutura interna da sua projecção adjectival. A diferença mais óbvia entre *alto* e *redondo* é que o domínio do

primeiro pode ser reordenado parcialmente segundo uma propriedade de graduação. Se essa propriedade implica que o adjectivo se associe a um domínio ordenado e é sensível à ordem no domínio sintáctico e semântico de um adjectivo graduável, então a distribuição de adjectivos graduáveis e não graduáveis pode ser semanticamente justificada e formalmente configurada. Esta hipótese de partida motivou em parte a escolha dos graduáveis como objecto de investigação da classe em análise.

O adjectivo é uma categoria lexical. Elaborar uma descrição da sua gramática implica pois começar por avaliar o seu estatuto lexical. Contudo, a caracterização do léxico é um domínio pouco consensual no quadro generativo. Tentámos pois, antes de abordar a descrição linguística, desenvolver um percurso histórico sobre a ‘*genealogia categorial*’ do adjectivo, da sua origem retórico-filosófica à sua ascensão a parte do discurso.

A tradição ocidental alicerça as distinções categoriais em critérios semânticos e a identidade categorial de um termo baseia-se na ideia de que o leque de categorias gramaticais existentes reflecte directamente os ‘*objectos do pensamento*’, e justifica o número de ‘*partes do discurso*’ com base em outras tantas espécies semânticas. Postula-se uma relação privilegiada entre determinado objecto semântico e determinada categoria gramatical, como as ‘*acções*’, que correspondem a ‘*verbos*’ ou as ‘*propriedades*’ a ‘*adjectivos*’. Contudo, nesta perspectiva diacrónica, a situação do adjectivo é relativamente atípica, na medida em que, na gramática clássica, o mesmo foi considerado uma subespécie do nome e excluído das partes do discurso durante dois milénios, alcançando o estatuto de categoria autónoma só numa época relativamente recente. Este estudo permitiu concluir que nome e adjectivo reflectem, na verdade, alguma identidade estrutural e funcional, indicando que as regras de composição e projecção atribuídas ao domínio nominal podem ser alargadas à estrutura interna da categoria adjectival. Esta generalização, além de confirmar a proximidade histórica referida, antecipa uma convergência entre a descrição da própria estrutura interna da categoria adjectival e o quadro geral da teoria generativa.

Desponta da sua genealogia que o adjectivo é uma categoria flexionada (em caso e grau) e uma categoria semântica (denota os “acidentes da substância”, via predicação / modificação), o que representa uma definição consensual no âmbito do estudo das classes de palavras. Importa notar que o adjectivo não está historicamente associado a critérios de ordem sintáctica, pois a sua sintaxe foi inicialmente preterida a favor da sua carga

semântica, a sua riqueza retórica e sobretudo a sua dependência da classe nominal. Contudo, a gramática acabou por dar prioridade ao processo posicional de adjunção, ou proximidade nominal, que passou a caracterizar o adjectivo. A essência gramatical da categoria adjectival evoluiu gradualmente da sobrecarga denotativa para a operação formal de adjunção.

Em todo o caso, a pobreza relativa da sintaxe diacrónica do adjectivo representa um desafio importante no âmbito da análise comparada das línguas e da sintaxe generativa. Do ponto de vista descritivo, o adjectivo revela três constantes representativas: (i) a sua ligação à expressão do grau, marca típica dos '*nomes adjectivos*', na medida em que denotam não só a propriedade e a qualidade como também a quantidade da qualidade, permitindo avaliar e comparar a sua extensão; (ii) a existência de flexão partilhada entre nome e adjectivo, sendo que essa repartição se justifica por razões de ordem ontológica — qualidade e substância devem partilhar indícios—, e de ordem estrutural: como satélite do nome, o adjectivo caracteriza-se pela sua adjacência e pela sua falta de autonomia sintáctica; (iii) a existência de duas funções sintacticamente relevantes, a função epítética ou atribuidora e a função predicativa. A ascensão do adjectivo a categoria predicadora corresponde presumivelmente à ascensão da classe adjectival ao grau de categoria plena. A transição do adjectivo de epíteto para predicado —quer como adjectivo atributivo, quer como predicativo— justifica a sua passagem de função acessória a categoria principal. Nestes dois milénios de gramática, o adjectivo passou de figura retórica associada a uma função posicional, a categoria nocional desempenhando uma função predicativa. O adjectivo herdou dessa filiação o seu estatuto híbrido e ambíguo —nem é nome nem verbo, ou talvez seja os dois.

As gramáticas do século XX, orientadas por imperativos de ordem descritiva e formal, renovaram a teoria do léxico e, conseqüentemente, a noção de adjectivo. Em Português, esta classe foi analisada exaustivamente nos anos 70 com base na teoria estruturalista e funcionalista e no '*Modelo Standard*' da gramática generativa. Contudo, do ponto de vista descritivo e terminológico, essas propostas pouco trouxeram de novo à gramática do adjectivo, a não ser uma classificação das espécies adjectivais baseada em critérios mais objectivos —caso da oposição predicativo / não-predicativo—, ou a concepção do adjectivo como uma categoria predicadora complexa.

Relativamente às teorias do léxico, destacou-se a da gramática generativa, cuja perspectiva é identificar critérios formais para delimitar explicitamente as “partes do discurso”, de forma a demarcar-se definitivamente dos modelos retóricos clássicos. A proposta dominante acabou por ser aquela que define as categorias lexicais com base num conjunto universal de traços primitivos  $[\pm V]$  e  $[\pm N]$ , em que as diferenças entre categorias decorrem de combinações desses traços. Existem canonicamente quatro categorias lexicais: N, V, A e P, que podem ser descritas em termos de pares de traços  $\{[\pm N] [\pm V]\}$  em intersecção. A nível do léxico, a linguagem está organizada com base numa dicotomia fundamental entre itens lexicais ‘*nominais*’ e ‘*verbais*’, que justificam, pela sua interacção, as categorias lexicais existentes. A força deste modelo provém essencialmente da sua simplicidade e objectividade, já que assenta em traços discretos que não deixam espaço para eventuais entidades intermediárias. Essa tipologia não se limita estritamente à teoria dos traços na medida em que integra parte das propostas funcionalistas: como a teoria do léxico é, na gramática generativa, um domínio descritivo menos desenvolvido, noções funcionais como a modificação e a atribuição de propriedades foram progressivamente associadas ao adjectivo.

O quadro generativo anterior foi retomado sem alterações fundamentais no programa Minimalista. Contudo, a teoria minimalista do léxico levanta problemas conceptuais na medida em que, se um item lexical se reduz, idealmente, a uma relação forma/sentido, a existência de traços de natureza não semântica e não fonética introduz uma imperfeição no modelo. Uma alternativa ao modelo chomskyano do léxico, Baker (2003), limita a três o número de categorias lexicais nas línguas naturais —verbos, nomes e adjectivos— e reduz a dois traços sintácticos a sua tipologia. O adjectivo é, nesse quadro, uma categoria caracterizada por não exibir qualquer traço, o que explica que os adjectivos sejam modificadores e que co-ocorram com uma categoria Grau. Do ponto de vista conceptual, contudo, o adjectivo é uma categoria singular, na medida em que o é por não exibir nenhuma propriedade, porque não é nem nome nem verbo, aparecendo como uma categoria lexical por defeito, cuja identidade é fornecida precisamente pela ausência de marcas. O adjectivo é uma categoria lexical universalmente subespecificada, que se assemelha mais a uma raiz lexical do que a uma categoria, na lógica da ‘*subespecificação*’ dos Itens de Vocabulário que, na perspectiva da Morfologia Distribuída, não exigem qualquer especificação categorial antes da sua inserção em sintaxe. O adjectivo não

passaria, nesta hipótese, de um objecto sintáctico por defeito, integralmente determinado pelo contexto de inserção e cuja única função consistiria em expressar morfemas abstractos. Ora, como notámos, a gramática deve determinar de que forma as propriedades gramaticais das várias categorias desempenham um papel na sua aparente organização e até que ponto o seu comportamento sintáctico depende das suas representações lexicais. Na nossa proposta, o comportamento sintáctico do adjectivo não é (integralmente) determinado pelo léxico, pelo que o seu estatuto de categoria lexical não desempenha o papel de um princípio organizador no mesmo plano que no caso das outras categorias substantivas. A existência de um número razoável de ocorrências em que a definição estritamente lexical do adjectivo é posta em causa confirma a nossa argumentação. Casos como os adjectivos de quantificação, as construções de modificação verbal, as construções de grau nominal e as construções predicativas com nomes humanos permitem concluir que a categoria adjectival oscila entre vários extremos, extravasando o seu estatuto lexical.

A elaboração de uma teoria do léxico adequada implica, em consequência, restrições apropriadas a estes factos. No âmbito da gramática generativa, a questão da natureza das categorias lexicais hesita entre vários modelos e, no caso concreto do adjectivo, oscila entre atribuir-lhe o estatuto de categoria sobre-especificada ou subespecificada —o que constitui uma singularidade. Ora, na medida em que a teoria dos traços lexicais não resolve parte dos casos de ambiguidade da categoria adjectival, a solução alternativa foi optar por uma identificação não exclusivamente lexical da categoria adjectival. Com base em quatro tipos de traços gramaticais (semânticos, fonológicos, categoriais, morfológicos), os traços semânticos recebem uma interpretação na componente  $\Sigma$  e os traços fonológicos são interpretados na componente  $\Phi$ . No quadro do minimalismo recente, os traços categoriais e morfológicos de um item lexical estão acessíveis durante a computação pelo que podem ser interpretados na componente  $\Phi$ . Nessa hipótese, os traços semânticos, universais, devem existir no léxico de cada língua particular, ao contrário dos traços fonológicos, categoriais e morfológicos, que, não sendo invariantes, são presumivelmente parametrizados em GU. A distribuição dos traços e a sua incorporação nos itens lexicais pode anteceder a inserção dos itens lexicais em sintaxe, mas pode, em alternativa, ocorrer durante a derivação, tendo como única restrição que sejam inseridos a tempo de serem interpretados na componente  $\Phi$ . Foi, pois, defendido que os traços categoriais de A são universalmente subespecificados: A é uma categoria lexical

defectiva, cujos traços categoriais não estão parametrizados. A especificação desses traços verifica-se em sintaxe e é determinada pela categoria com a qual A *compõe*, atribuindo-lhe identidade categorial, fixando os seus traços categoriais e, em consequência, a sua morfologia.

2.A solução defendida parte do pressuposto de que parte das combinações de traços categoriais  $[\pm V]$  e  $[\pm N]$  está indefinida em GU, e que, no caso do adjectivo, o valor desses traços é determinado contextualmente. Mais precisamente, não chegaria a haver em GU nenhuma categoria especificada pela combinação  $\{[+V][+N]\}$ , devido à redundância do traço positivo. Como os traços lexicais de A são **não-especificados** a nível do Léxico, definimos, nessas condições, dois casos distintos: o **caso não-especificado**  $\{[0N] [0V]\}$ , e o **caso especificado**  $\{[1N] [1V]\}$ , este último caracterizado por **excluir redundância de marcas**, não havendo pois lugar para as combinações  $\{[-N] [-V]\}$  nem  $\{[+N] [+V]\}$ , o que elimina a ocorrência indesejável de categorias *sobre* ou *subespecificadas*. A estes dois tipos de casos correspondem três categorias lexicais: o **adjectivo**, categoria lexical exclusiva do caso não-especificado, o **nome**, categoria lexical especificada  $\{[+N] [-V]\}$  e o **verbo**, categoria lexical especificada  $\{[-N] [+V]\}$ . Este modelo implica uma identificação parametrizada da categoria adjectival: como item lexical subespecificado, o adjectivo é, entre outros, marcado pelas categorias funcionais com as quais *compõe*. Ao contrário de V e N, a categoria A é lexicalmente defectiva, ou seja, tem traços categoriais não especificados no léxico. Defendemos que, por defeito, um item lexical sem informação categorial definida projecta como AP, *compondo* com morfemas de tipo Grau no caso dos adjectivos graduáveis. Contudo, como A é  $\{[0N] [0V]\}$ , pode aparecer, em alternativa, associado a DP quando *compõe* com Det ou a VP quando *compõe* com morfemas verbais e aspectuais. O adjectivo tem a capacidade de **adquirir identidade por meio das categorias funcionais**. Os traços categoriais de A são tornados visíveis em sintaxe por meio das categorias funcionais, e devem ser fixados antes de  $\Sigma$ . A identidade de A emerge durante a derivação, num contexto criado por categorias funcionais. O adjectivo é, pois, uma “*categoria emergente*”. A projecção de A deve poder receber as categorias funcionais cujos traços formais transformam A em ‘*adjectivo emergente*’, o que implica que A dispõe de um domínio funcional onde pode receber, além de Grau, morfemas como Q e I.



A concepção histórica do adjetivo como subespécie do nome volta assim a ter alguma pertinência. A existência de “adjetivos nominais” e de “nomes adjetivais” resulta naturalmente, no quadro traçado, do encontro de uma categoria lexical subespecificada com categorias funcionais. No nosso modelo, existe um único item lexical não especificado  $\{[{}_0N][{}_0V]\}$ , que equivale a uma categoria adjectival por defeito  $\{[+N] [+V]\}$  (*item<sub>A</sub>*), mas que, por *Merge* com D, passa a adquirir os traços nominais  $\{[+N] [-V]\}$ . Uma vez fixados os seus traços categoriais, A revela ser um N pleno. Provou-se que existe em Português um conjunto de itens lexicais que, quando dotados do traço semântico [+humano], integram o conjunto dos ‘*nomes-adjectivos*’, cujo comportamento gramatical é típico da categoria nominal. Os ‘*adjectivos-nomes*’, por seu lado, não são nomes lexicais, limitam-se a denotam conjuntos ‘*humanos*’ referindo uma propriedade (ou um predicado) de espécie ou [+genérica] e só podem receber papéis temáticos compatíveis com esses traços. Na mesma perspectiva, mostrou-se que a categoria N entra em operações de *Merge* com outro N, passando então um dos dois N a modificador, de forma a permitir a projecção de um NP canónico. Assim, algumas sequências  $[N_1+N_2]$  não são compostos mas correspondem, na realidade, a uma estrutura N+A —em que A equivale a um ‘*nome atributivo*’. Em todo o caso, a possibilidade de combinar  $[N_1]$  com um leque limitado de  $[N_2]$  define uma classe aberta de expressões baseada numa relação de modificação adnominal. Estas expressões ‘*binominais*’ preenchem uma função denotativa ( $N_1$ ) e restritiva ( $N_2$ ) e são constituídas com base num par de nomes em que o segundo, extraído de um conjunto fechado de itens, aparece como um modificador do primeiro. Os vários testes para verificar o seu estatuto provaram que os  $[N_2]$  **são equivalentes a adjetivos relacionais**. A existência de ‘*binominais modificados*’, do tipo *equipa maravilha*, assim como de itens ao mesmo tempo nomes e adjetivos, a meio caminho entre o léxico e a sintaxe, além de corroborar parte da tradição gramatical, representa também um desafio no estado actual do modelo minimalista, e confirma, em consequência, a nossa proposta, resumida pela operação *Emergir*.

Outro domínio de análise pertinente para a operação *Emergir* é a *elipse do nome*, uma construção caracterizada pela falta do elemento nominal no DP, aparentemente autorizada pela redundância do contexto. Na medida em que os constituintes Det e A não são em princípio combináveis, levanta algumas dificuldades teóricas identificar a natureza sintáctica de uma sequência como *{o carro branco}*, que contém explicitamente um Det e

um adjectivo. *Merge* entre Det e A é uma operação inaceitável devido ao facto de a projecção resultante não ser nem um DP —por falta de um núcleo N— nem um AP —devido à presença de Det. Contudo, essa projecção comporta-se como um DP, na medida em que é interpretável como argumento e manifesta a capacidade denotadora típica das expressões nominais. Construções como [<sub>DP</sub> **o carro grande**] implicam, na nossa óptica, a promoção de A a núcleo nominal por meio de *Merge* com Det. Este princípio de ‘*emergência categorial*’ pode ser alargado aos adjectivos em geral, elementos modificadores que, quando inseridos na derivação, procuram uma categoria a modificar e, caso não a encontrem, se associam geralmente a Det. O adjectivo já não é, nesse caso, um modificador, mas um constituinte nominal. Na ‘*elipse do nome*’, a posição do adjectivo equivale à posição do N: o adjectivo passa de modificador do nome, com o qual *compõe* habitualmente um NP, a núcleo de uma projecção DP, podendo portanto ser seleccionado por um Det.

Os dados analisados permitiram chegar a três conclusões: (i) o modelo de *Emergir* permite descrever as propriedades dos casos de ausência de constituinte tipicamente referidos como ‘*elipses do nome*’, envolvendo um adjectivo. Esses casos correspondem a uma operação de reanálise, em que um constituinte adjectival é promovido a núcleo de DP depois de *compor* com Det, de forma a poder conservar o papel temático inerente à posição elipsada; (ii) esta operação prova que as categorias A e N partilham as propriedades ‘*emergentes*’ de promoção de A para N ou de N para A; (iii) a análise proposta implica que um ou vários traços categoriais sejam afectados em determinadas condições. A principal condição será o facto de as categorias directamente implicadas —Det e A— não formarem naturalmente um constituinte sintagmático. A manipulação dos traços categoriais será uma solução para formar constituintes novos cuja coesão é controlada pela capacidade da estrutura de constituintes em conservar a sua coerência, de forma a alimentar de forma estruturada as instruções enviadas para SEM e PHON.

3.As propostas anteriores, nomeadamente a convergência lexical, categorial e estrutural entre A e N, assim como a sua capacidade em comutar dentro do mesmo contexto, implicam que, do ponto de vista formal, traços gramaticais sejam também partilhados por A e N. A questão da projecção em sintaxe das eventuais categorias funcionais do sistema adjectival foi, em consequência, abordada na parte final deste

trabalho, com base no pressuposto de que o sintagma adjectival deve poder ser analisado, em termos de estrutura interna, com base na sua proximidade com o sintagma nominal. A hipótese de um sistema funcional interno ao domínio adjectival foi globalmente adoptada neste trabalho, no pressuposto de que são projectados em sintaxe os traços morfo-semânticos associados ao adjectivo. A análise das sequências habitualmente associadas às expressões adjectivais, sequências essas vistas usualmente como um conjunto não definido de itens, em que cabem elementos tão diversos como advérbios, quantificadores e operadores comparativos, permitiu-nos introduzir uma distinção entre dois tipos de expressões adjectivais funcionais: **DegA** e **QA**. Entre as questões levantadas, justificou-se a da ordem e interacção dos dois núcleos funcionais sugeridos, assim como as propriedades de selecção desses núcleos no domínio adjectival. QA corresponde a um conjunto fechado de morfemas comparativos, ao passo que DegA é um conjunto aberto, constituído por morfemas livres, como  *muito, pouco*, o morfema superlativo ligado *[-issim-]*, e ainda por advérbios de quantidade, intensidade e maneira e por expressões nominais quantificadas, ou MPs, como *dois metros, cinco minutos*.

Do ponto de vista sintáctico, as expressões nominais quantificadas, como *5 cm* na sequência *5 cm mais alto*, devem estar numa configuração que confirme a sua função semântica de especificador de valor para a variável adjectival. Sendo um operador quantificado, que atribui a uma variável no seu escopo um valor fixo, foi defendido que o MP adjectival é um especificador funcional, inserido em sintaxe numa posição alta —já que antecede o comparativo. Este tipo de construção espelha uma diferença importante entre o Inglês e o Português, já que, naquela língua, as expressões quantificadas podem integrar construções comparativas ou construções absolutas, ficando, neste caso, a expressão quantificada adjacente ao adjectivo, ao contrário do Português, língua em que as expressões quantificadas só integram construções comparativas. Esta diferença sintáctica permitiu observar que não está disponível em Português nenhuma construção em que o valor do grau de um predicado adjectival é directamente ligado por um operador quantificado. Embora preenchida por outros meios, essa lacuna dificulta, nesta língua, a atribuição de uma medição de valor absoluto ao grau de um predicado adjectival.

Do ponto de vista semântico, as expressões adjectivais revelam uma variedade notável. Com base na distinção de Marques (2003) entre predicação quantificacional e predicação referencial, concluímos que o domínio das construções comparativas

adjectivais se ordena em função dos vários itens funcionais que predicam sobre as variáveis associadas a um adjectivo graduável. Essa ordenação passa por um modelo em que uma parte desses elementos funcionais são DegA e outros são QA. Defendemos, assim, que os itens DegA equivalem a uma predicação referencial ao passo que os itens QA equivalem a uma predicação quantificacional. Um elemento funcional DegA, como *muito*, tem como função denotar a extensão de uma propriedade, não podendo, nesse caso, ser um elemento relacional no sentido de Kennedy (1997). A predicação via DegA equivale a um grau positivo e nega qualquer relação de igualdade, inferioridade ou superioridade de graus relativamente ao predicado adjectival. No caso do elemento funcional QA, o valor do adjectivo é função da relação entre o grau da propriedade atribuída pelo predicado adjectival e o grau de um valor de referência. Ser *alto*, por exemplo, manifesta-se por meio de diferentes ‘*graus*’ de altura, podendo esses graus ser objecto de comparação entre entidades. Em formas comparativas canónicas, ou o grau excede determinado ponto da escala do referente (como em *mais alto que*), ou é mais baixo que determinado ponto dessa escala (como em *menos alto que*), ou iguala o do referente (como em *tão alto como*). A construção comparativa adjectival envolve, defendemos, um núcleo funcional de tipo QA, que controla o grau da propriedade atribuída ao referente pelo predicado adjectival, relativamente a um valor de referência.

No caso do elemento funcional DegA, a propriedade denotada pelo adjectivo é pontualmente definida e exclui qualquer operação sobre comparação de graus. Esta exclusão determina a impossibilidade de os itens DegA participarem em orações comparativas e, inversamente, a sua afinidade para com as construções referenciais. A capacidade referencial de DegA é comprovada pelo facto de as expressões referenciais quantificadas admitirem tipicamente relações anafóricas. A função denotadora de DegA é aparentada ao papel referencial desempenhado pelos Dets, o que levantou a questão de saber até que ponto DegA seria um Det. A análise do superlativo adjectival e das ‘*anáforas atributivas*’, em que DegA desempenha um papel de identificador do referente, típico das descrições definidas, forneceu dados relevantes para responder a essa questão. Foram também analisados os casos de repetição do traço [+def] em construções de ‘*Concordância de Definitude*’ ou ‘*Definitude Múltipla*’, como nas línguas Escandinavas. Considera-se que a definitude é marcada pela inserção, dentro de DP, de mais de uma ocorrência do Det definido. De facto, algumas línguas manifestam explicitamente *polidefinitude* na forma de

um duplo Det definido, sendo a segunda ocorrência do Det sistematicamente associada à inserção de um adjectivo atributivo. Defendemos, contudo, que o DP polidefinido corresponde à inserção de um morfema referencial em DegA°. **Não existe polidefinitude sem adjectivo atributivo.** Os exemplos expostos mostraram que A “monopoliza” um Det, forçando a inserção de um Det definido em vários contextos. As construções de ‘*anáfora atributiva*’ assim como os casos de polidefinitude revelam que as ‘*expressões DegA*’ fazem parte, neste contexto, de um conjunto de itens que inclui também os artigos definidos, os demonstrativos e os possessivos. Trata-se pois de um conjunto de indícios fortes a favor de uma convergência entre DegA, forma adjectival do Det definido, e Det nominal, posição que assumimos.

Na medida em que QA denota o grau relativo da propriedade de um adjectivo, ao passo que DegA refere um ponto específico ou uma extensão entre dois pontos dessa propriedade, a distinção entre um ‘*grau QA*’ e uma ‘*extensão DegA*’ revelou-se pertinente para a semântica do adjectivo graduável. A perspectiva desenvolvida, baseada em Bresnan (1973), enquadra-se sem dificuldade no modelo teórico traçado por Corver (1997) para a ‘*projectão adjectival alargada*’. Foi, em consequência, defendido que o sistema cognitivo dedicado ao processamento do grau adjectival é melhor captado com base em dois núcleos funcionais distintos, pelo que considerámos que se manifesta, no domínio adjectival, uma distribuição do material lexical na qual itens como *bastante*, *muito*, *pouco* ocupam [Núcleo, DegAP], controlando presumivelmente o núcleo associado ao grau adjectival, que seleccionam, ao passo que os itens *mais* e *menos* ocupam [Núcleo, QAP], que selecciona o AP como complemento. DegAP e QAP co-ocorrem em Português com o estatuto de núcleos funcionais plenos. A projectão alargada do adjectivo em Português é pois um DegAP, a não ser no caso dos adjectivos não graduáveis, para os quais não há estrutura funcional projectada.

Os modelos semânticos elaborados para os adjectivos graduáveis permitem afirmar que, ao contrário dos adjectivos não graduáveis, só aqueles projectam as categorias DegAP e/ou QAP, pelo que os adjectivos graduáveis, como *alto* ou *comprido*, que envolvem ‘*escalas variáveis*’, projectam categorias funcionais de grau, ao passo que adjectivos não portadores de grau, como *perfeito* ou *redondo* não as projectam. A semântica do grau está fortemente vincada na estrutura funcional do adjectivo, na medida em que DegA° e QA° são núcleos ligados ao domínio de variação da propriedade adjectival. A assunção de que

DegA° e QA° são operadores controlando variáveis adjectivais fornece, pois, um apoio forte à hipótese funcional apresentada. Do ponto de vista aqui adoptado, DegAP e QAP são projecções funcionais complementares, linearmente dependentes. A relação de configuração entre os núcleos funcionais DegA°, QA° e o adjectivo determina a subida do predicado para esses núcleos, de forma a verificar os seus traços não interpretáveis, movimento aqui descrito com base na Morfologia Distribuída —mais precisamente na operação ‘*Morphological Merger*’. O adjectivo manifesta várias situações típicas de composição morfológica, como o comparativo sintético (*melhor*), o superlativo sintético (*gravíssimo*) e, obviamente, os traços morfológicos de número e género. Esta proposta, que designámos ‘*Merge morfológico*’, aplica-se à morfologia adjectival e é alargada à sequência de núcleos internos ao xAP, que são reordenados numa unidade morfológica única na interface com a componente fonológica.

Uma dificuldade substancial persiste contudo no quadro anterior: trata-se da interacção do predicado adjectival com as expressões de medição, ou MPs. De forma a justificar os dados do Português, defendemos que a sintaxe e a semântica do adjectivo devem poder dar conta da projecção em sintaxe das expressões quantificadas de tipo MP. Quando um MP é inserido em [Spec,DegAP], notámos que a posição [Núcleo,QAP] é obrigatoriamente preenchida com *mais* ou *menos* e a posição [Núcleo,DegAP] é obrigatoriamente vazia, o que determina uma diferença essencial com as línguas germânicas, em que QAP pode ser vazio e DegAP pode seleccionar o AP, apesar de reduzido a um MP em [Spec,DegAP]. Nas línguas românicas, pelo contrário, QAP deve ser lexicalmente preenchido de forma a permitir a projecção DegAP, pelo que tudo indica que a estrutura interna do AP é parametrizada em termos de distribuição dos núcleos funcionais. A hipótese DegAP/QAP harmoniza o quadro do xAP nas várias línguas analisadas. Outra conclusão a que chegámos foi a de que, independentemente do grupo de línguas considerado, os requisitos de adjacência das duas categorias DegAP e QAP relativamente ao núcleo A° replicam notavelmente a sintaxe de Det e Q nominais: os quantificadores nominais (menos o universal) são efectivamente projectados entre as posições Det e N°, numa hierarquia que também detectámos no sistema adjectival.

4.O último objectivo da parte sintáctica do trabalho consistiu em motivar a existência de movimento do adjectivo para a parte superior do seu sistema flexional,

deixando para trás, nessa sua subida, as categorias QAP e DegAP. Tendo em conta que os MPs —eles próprios especificadores de DegAP— também são deixados para trás, concluímos que o adjectivo é atraído por uma categoria cuja natureza nada tem a ver com o grau. A categoria para a qual o adjectivo é atraído é na realidade uma projecção funcional dedicada à verificação dos traços morfológicos. A análise das construções de medição adjectival envolvendo MP permitiu-nos verificar essa hipótese. Em primeiro lugar, a não generalização da construção de MP adjectival fundamentou a definição de um conjunto de adjectivos que aceitam essa construção. Propusemos que, em Português, só os adjectivos antónimos polares assimétricos podem receber MPs. Essas construções de medição adjectivais podem denotar, por meio de um MP, um conjunto de graus na extensão da propriedade medida. A expressão adjectival *alto de 2 m* denota um intervalo cuja extensão é objecto de medição explícita por meio de uma unidade de medida apropriada, o *metro*. A expressão *\*baixo de 1 m* é, em consequência, agramatical na medida em que o adjectivo *baixo*, ao contrário de *alto*, aponta para o limite inferior (negativo) da escala da extensão denotada, em contradição com uma medição explícita e positiva como *1 m*. Em segundo lugar, foi notado que o grau adjectival envolvendo expressões quantificadas se manifesta em Português, apesar da sua baixa produtividade, pela inserção de um PP pós-adjectival contendo o MP, por contraste com a construção pré-adjectival típica das línguas Germânicas. A ordem {A+MP}, assim como a sequência {A+de+MP} são na realidade derivadas, nas línguas Românicas, de uma ordem {MP+A} subjacente, resultando por isso do movimento do adjectivo para a esquerda do MP. Como no caso do nome no DP, esse movimento da categoria lexical é motivado pela necessidade de verificar traços explícitos de A°. Nessa mesma ordem de ideias, a ordem {MP-A} provém da ausência de movimento do adjectivo, ou seja, da ausência de traços a verificar, situação que se verifica tipicamente em Inglês. Contudo, nas línguas em que A se move, o MP tem que ter um lugar de poiso compatível com o movimento postulado, ou seja, a sua presença não deve interferir com o movimento de verificação do núcleo lexical A°. A conclusão a que chegámos foi a de que o MP não é um modificador adjectival estrito, nem do ponto de vista semântico, nem do ponto de vista estrutural, nem morfo-lexical, o que reforçou as observações anteriores segundo as quais os MPs são especificadores da categoria funcional DegAP. O conjunto de MP adjectivais foi dividido em dois subconjuntos, os **MP de medição referencial** —em que o próprio MP fornece o valor de referência da expressão adjectival—, caracterizado

pela sua sintaxe de adjacência ao adjectivo e os **MP de medição diferencial**, que se distingue do anterior por ser uma construção mediada pelo morfema QA —logo, uma construção comparativa. Todas as línguas aqui analisadas —incluindo o Português— dispõem da sequência {MP+QAP+A}, como *5 cm mais alto*, em que o MP denota o grau de diferença entre dois valores comparados. Algumas dispõem ainda de MP de medição referencial, de tipo {MP+A}, como *2 m tall*, em que o MP denota directamente um dos valores associados ao predicado adjectival, caso do Inglês, em que as duas construções coabitam.

Concluimos que a sequência {A+de+MP} é uma construção de medição referencial, o que permite justificar, em Português, a presença da preposição *de*. Esta preposição só é possível em construções de medição referencial, sendo, em contrapartida, vedada em construções de medição diferencial. Os dados revelaram que as leituras de medição e de referência estão ambas disponíveis na construção adjectival {A+de+MP}. A análise confirmou que o MP presente na expressão *alto de dois metros* é referencial. Ora, como ficou provado, DegA é um morfema associado a uma leitura referencial. A preposição *de* em expressões de tipo {A+de+MP} é, pois, inserida em [Núcleo, DegAP] e é alvo de *Merge morfológico* quando o adjectivo se move para verificar os seus traços funcionais. Esta proposta também permite resolver parte da assimetria na tipologia destas construções. A existência, nas línguas germânicas, de construções com MP em que as duas posições QA e DegA podem ser vazias em simultâneo, representa, de facto, no modelo gramatical uma assimetria indesejável. A solução aqui proposta consiste em dois argumentos: (i) a sequência *\*dois metros alto* é agramatical porque o adjectivo *alto* deve obrigatoriamente mover-se em sintaxe explícita para a esquerda do MP *dois metros*; (ii) a sequência *alto de dois metros* não é vedada (apesar da ausência de QAP —cf. *mais alto dois metros*) porque DegA<sup>o</sup> é preenchido por *de*. Como existe motivação independente para confirmar que a posição do MP é [Spec, DegAP], considerámos que *de* é um ‘*spell-out*’ de DegA<sup>o</sup>. Trata-se pois de um item funcional e não de uma preposição. *De*, item semanticamente nulo, tem como única função permitir a inserção, na ausência do morfema QA, do MP referencial na derivação. Estas propostas podem ser cruzadas com expressões adjectivais em que a mesma posição é preenchida por outros ‘*spell-outs*’ do morfema DegA, o que permite detectar, na generalidade, um fenómeno de distribuição complementar entre essas variantes, confirmando a sua vocação para ocupar a posição



DegA°. O facto de as expressões adjectivais serem fortemente degradadas quando vários desses ‘*spell-outs*’ co-ocorrem, deve ser associado às restrições que imperam sobre a estrutura do sistema funcional do adjectivo. Dados relativos às chamadas construções de ‘*Inversão do predicado*’ (Dikken, 1998), permitem também confirmar que *de* deve ser considerado um núcleo funcional interno ao AP, equivalente a uma estrutura predicativa complexa, que envolve presumivelmente a subida do predicado, o que explica a alternância *2 m de altura / alto de 2 m*.

Em todo o caso, a impossibilidade de o MP anteceder o adjectivo prova que este se move obrigatoriamente para uma posição alta, superior a MP. Essa subida do adjectivo corresponde, conseqüentemente, a uma saída para fora do sistema funcional dedicado ao tratamento do grau. O adjectivo sobe para uma projecção funcional acima de **DegAP**, que denominámos **AgrAP** e para o núcleo da qual a forma adjectival flexionada se deve mover para verificar traços morfológicos não interpretáveis. As justificações metodológicas e descritivas para a existência desta projecção funcional no xAP relacionam-se com a ordem de palavras. Não parece possível explicar a posição relativa do adjectivo e do MP senão recorrendo a uma projecção funcional **AgrAP** para o núcleo da qual o adjectivo sobe em sintaxe explícita. Esta proposta também justifica a ordem de palavras no xAP em Francês e provavelmente nas demais línguas românicas. Além disso, como a tradição gramatical não deixou de notar, a flexão é uma das marcas recorrentes da categoria adjectival, sendo os adjectivos considerados paradigmas flexionais regulares desde o início do discurso gramatical, e a sua capacidade em receber e partilhar informação flexional com o nome um dos argumentos a favor da sua natureza nominal. Numa leitura transversal às várias línguas, a riqueza flexional do adjectivo mantém essas características. A nível conceptual, a existência de **AgrAP** é também consistente com os modelos: com base no pressuposto de que a estrutura do DP —e do AP— é uma cópia da estrutura da oração (Abney, 1987), mostrou-se haver posições associadas à flexão também no AP.

Para o AP, essa homologia estrutural é ainda mais consistente. Define-se, desde Chomsky (1970), os adjectivos com base em dois traços [ $\pm V$ ] e [ $\pm N$ ], o que implica que são ao mesmo tempo de natureza verbal e nominal, e possuem simultaneamente propriedades de substantivo e de predicado. Uma extensão natural dessa natureza dupla é que a mesma se reflecte no sistema funcional de A. Os adjectivos graduáveis dispõem, em Português, de projecções funcionais dedicadas ao tratamento do grau que correspondem

aos núcleos funcionais **DegA** e **QA**, indispensáveis para descrever a semântica e a sintaxe desses predicados. Um desses núcleos, **DegA**, foi precisamente relacionado com o núcleo funcional **Det**, que caracteriza desde Abney (1987), o domínio funcional do nome. A natureza nominal do adjectivo fica assim evidenciada e contribui para fundamentar o traço [+N] e, se mais não fosse, para confirmar a tradição do “nome adjectivo”. Da mesma forma, havendo um traço [+V], é esperado que o adjectivo manifeste categorias funcionais dedicadas à flexão. A possibilidade de um núcleo de tipo **Agr** é consistente com esses factos. Em determinadas línguas, a projecção **AgrAP** está incluída na estrutura funcional dos adjectivos, ao passo que, em outras, não chegaria a ser projectada. A posição da categoria funcional **AgrAP** no domínio do adjectivo importa na medida em que se quer apurar qual o núcleo dominante no sistema xAP, mas também para justificar a ordem de palavras. Sendo a categoria mais alta, associámos, pois, xAP a AgrAP. Foi, em consequência, reavaliado o quadro sintáctico traçado para a estrutura interna do xAP em Português nos seguintes termos, que considerámos finais:

(631) Estrutura Funcional dos Adjectivos Graduáveis em Português:

(a) O xAP é um AgrAP e contém 3 núcleos funcionais ordenados:

(1) AgrA° selecciona como argumento interno DegAP

(2) DegA° selecciona como argumento interno QAP

(3) QA° selecciona como argumento interno a categoria lexical AP

(b) Os MPs diferenciais estão em [Spec,DegAP] com [Núcleo,DegAP] nulo e [Núcleo,QAP] preenchido por *mais* ou *menos*

(c) Quando disponíveis, os MPs referenciais estão em [Spec,DegAP] com [Núcleo,DegAP] preenchido por *de* e [Núcleo,QAP] nulo

(d) o AP move-se até [Núcleo,AgrAP] verificando em consequência os seus 3 núcleos funcionais QA°, DegA° e AgrA° por *Merge morfológico*

5.A última parte do trabalho foi dedicada a uma síntese dos quadros teóricos abordados anteriormente, e apresentou um modelo de gramática baseada na teoria da Emergência e no conceito de entropia —ou quantidade relativa de informação. O léxico é o estado da linguagem com o nível máximo de entropia —ou o nível mínimo de informação e organização. Quando um item lexical é extraído do léxico, é-lhe acrescentada informação, via *Merge*, manifestando a estrutura resultante propriedades emergentes que provocam, inversamente, uma ‘*ruptura de simetria*’ entre o item lexical e o objecto

sintáctico resultante. Em consequência, os objectos sintácticos representam uma etapa com menos entropia que o léxico, na medida em que há tanto menos entropia quanto mais informação for fornecida ao sistema. Trata-se de um princípio de auto-organização da estrutura sintáctica em que qualquer edificação de estrutura é por definição **assimétrica** porque *Merge* introduz um acréscimo de informação relativamente ao nível inferior. A estrutura edificada manifesta uma organização e propriedades que não se reduzem aos objectos iniciais e ao seu conteúdo. A forma como a informação é inserida na estrutura de constituintes exige a associação, via *Merge*, de uma categoria lexical com uma categoria funcional. A existência destas é motivada por uma mera função de inserção de informação: as categorias funcionais são redutoras de entropia. Por outro lado, as estruturas complexas emergentes podem partilhar a informação inserida numa etapa anterior, por meio de movimento de informação ao longo da estrutura. As operações sintácticas que não conduzam a uma diminuição da entropia e à emergência de estrutura organizada são agramaticais.

Na subida da escala da complexidade, que cresce, por fases sucessivas, do nível dos itens lexicais para as macro-construções —projeções alargadas— que estão na base das estruturas sintácticas, e daí para estruturas envolvendo conjuntos de estruturas, há sempre uma constante: o aumento da informação global contida no sistema. A subida da complexidade é proporcional ao aumento da quantidade de informação armazenada pelo sistema no nível superior, sendo todo o processo, como foi observado, cumulativo e cíclico. A cada ciclo corresponde uma ruptura de simetria relativamente ao ciclo anterior, que determina, por seu lado, que a edificação de estrutura e a interpretação que lhe for associada são irreversíveis. Não é de estranhar, assim, que os vestígios de informação parcelar de um dado nível sejam obrigatoriamente apagados e subtraídos ao *input* do nível ulterior: é a assimetria da edificação de estrutura que faz com que determinados traços tenham que ser devidamente verificados em determinada altura da derivação já que, evoluindo fundamentalmente em sentido único, a edificação de estrutura e as operações que lhe são associadas não admitem que informação não integrada seja deixada para trás no ciclo de crescimento da complexidade.

Os mecanismos de ajustamento internos ao AP aqui descritos podem ser considerados nessa perspectiva. O xAP manifesta todos os indícios decorrentes da propriedade de emergência. Como categoria lexical não especificada em termos de traços,

o adjetivo está num estado de entropia máximo. Depois de inserido em sintaxe, o adjetivo opta por uma dupla estratégia de redução de entropia lexical: (i) *compor* com DegA e/ou QA, manifestando os seus traços por defeito {[+N] [+V]}; (ii) *compor* com categorias funcionais como Det, sendo a sua entropia lexical reduzida por meio do par de traços {[+N] [-V]}. Uma vez a ruptura de simetria consumada, o acréscimo de informação categorial garante a gramaticalidade destas operações. Lembramos ainda que a organização interna do AP manifesta movimento de informação ao longo da estrutura. No caso do núcleo adjectival, a verificação de informação imposta pelos morfemas de grau implica que o adjetivo deve elevar-se e subir ao seu encontro. A ausência desse movimento seria agramatical, visto que, tendo havido inserção de categorias funcionais, essa operação seria nula em termos de redução de entropia.

A este modelo associámos as duas consequências seguintes: (i) a nível local, a categoria adjectival é estável do ponto de vista lexical, mas instável do ponto de vista estrutural; (ii) a nível geral, as categorias funcionais não têm propriedades emergentes na medida em que transportam exclusivamente as variações de informação. Det é sempre determinante e Deg é sempre uma categoria funcional relativa à extensão de um predicado. Não tendo propriedades emergentes, as categorias funcionais são '*funções de emergência*', sendo a sua principal razão de ser catalizar informação.





## BIBLIOGRAFIA

- Abney, S. (1987), *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*, Ph.D. Dissertation, MIT.
- Alexiadou & Wilder (1998): “Adjectival Modification and Multiple Determiners” in *Possessors, Predicates and Movement in the Determiner Phrase*, Alexiadou, A., Wilder, C. (Eds.), Amsterdam, John Benjamins, Volume 22, 303-332.
- Alexiadou, A. (1994). *Issues in the syntax of adverbs*. Ph.D. Dissertation, Universität Potsdam.
- Apolónio Díscolo, *Syntaxe*, ed. Uhlig, 1910
- Arnauld A. & Lancelot C. (1660), *Grammaire Générale et Raisonnée*, [Genebra, Slatkine, 1968, ed de 1846]
- Arnauld A. & Nicole P. (1662-1683), *La logique ou l’art de penser*, [Paris, Flammarion, 1970]
- Auroux, Delasalle & Julien (1992), “L”adjectif dans les grammaires générales et les grammaires françaises des XVI<sup>e</sup>, XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles”, *Archives et Documents de la SHESL*, Seconde Série n°6 avril
- Bache, C., (1978), *The Order of Premodifying Adjectives in Present-day English*, Odense, Odense University Press
- Backer, M. (s.d.), “Verbal Adjectives” as Adjectives without Phi-features”, ms, Rutgers University
- Baker, M. (2003), *Lexical Categories: Verbs, Nouns, and Adjectives*, Cambridge: CUP.
- Baptista, J. & Ranchhod, E. M. (1998), “Propriétés de phrases Elementaires Associées à l’Expression de Grandeurs Mesurables. Exemples du Portugais”, in *Actes du 16<sup>e</sup> Colloque européen sur la grammaire et le lexique comparé*, Klein, Lamiroy & Pierret (eds), Cahiers de L’Institut de Linguistique de Louvain, 24, 3-4, Volume 1, 49-61
- Barbiers, S. (1995), *The Syntax of Interpretation*, Doctoral Dissertation, HIL, University of Leiden.

- Bartlett Barrie E.(1983), “Un paradigme de problèmes pour une étude historique de l’ellipse”, *Histoire Epistémologie Langage*, 5, n° 1, 159-165.
- Bartning, I. (1980), *Remarques sur la syntaxe et la sémantique des pseudo-adjectifs dénominaux en français*, Estocolmo, Almqvist & Wiksell
- Bauer, L. (1983), *English Word-Formation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Beauzée N. (1767), *Grammaire Générale*, Livre III, chap. 7 [Paris, Delalain, 1819]
- Belletti, A. (1990), *Generalized Verb Movement*, Rosenberg and Sellier, Torino.
- Bento Pereyra (1666), *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor orthographia*, Lisboa, Domingos Carneyro
- Bernstein, J. (1993), *Topics in the Syntax of Nominal Structure Across Romance*, PhD Dissertation, CUNY.
- Bescherelle (Louis-Nicolas) (1852), *Dictionnaire national ou Dictionnaire universel de la langue française*, Paris, Simon-Garnier, (1° ed. 1843), citado por *Trésor de la langue française, Dictionnaire de la langue du XIX et du XX siècle (1789-1960)*, publié sous la direction de Paul Imbs, Editions do CNRS, Paris, 1971
- Bhat, D.N.S. (1994), *The Adjectival Category. Criteria for Differentiation and Identification*, John Benjamins
- Bhatt, R. & Pancheva, R. (2004), “Late Merge of Degree Clauses”, *Linguistic Inquiry*, 35/1, pp. 1-45.
- Blanco, X. (1997), “Noms composés et traduction français-espagnol”, in *Lingvisticae Investigationes XXI: 1*. Amsterdam/Philadelphia : Benjamins.
- Boisson, C, Basset, L, Kirtchuk, P. (1994) “Problématiques des parties du discours”, in *Les Classes de Mots, Traditions et perspectives*, ed. L. Basset e M. Perennec, Presses Universitaires de Lyon
- Bolinger, D. (1967), “Adjectives in English: attribution and predication”. *Lingua* 18: 1-34.
- Bolinger, D. (1972), “Adjective position again.” *Hispania* 55:1, págs. 91-94
- Bolinger, D. (1972), *Degree Words*, Mouton, The Hague.
- Bosque I., Picallo C. (1996), “Postnominal adjectives in Spanish DPs”, *Journal of Linguistics*, 32, 349-385.
- Bosque, I. & Demonte, V. (eds.) (1999), *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Real Academia Española / Espasa Calpe.
- Bosque, I. & Moreno, J.C. (1988), “Las construcciones con *lo* y la denotación de lo neutro”, *Lingüística* 2: 5-50.



- Bosque, I. (1985), “Usos figurados de los adjetivos que denotan dimensiones físicas.”, *Philologica hispaniense in honorem Manuel Alvar Madrir*, Gredos, págs. 63-90
- Bosque, I. (1996), “On Specificity and Adjective Position.” *Perspectives on Spanish Linguistics*, vol 1 (J.Gutiérrez Rexach y L. Silva Villar (eds.)), págs. 1-13
- Bouchard, D. (2002), *Adjectives, number and interfaces: why languages vary*, Oxford, Elsevier.
- Bowers, J. (1975), “Adjectives and Adverbs in English”, *Foundations of Language*, 13, 529-562.
- Bowers, J. (1993). “The syntax and semantics of nominals”, In *Proceedings of SALT-III*, Volume 3, pp. 1-30.
- Bresnan, J. (1973), “Syntax of the comparative clause construction in English”, *Linguistic Inquiry* 4.275-343.
- Brito, A.M. & Oliveira F. (1995), “Nominalization, aspect and argument structure, in Interfaces”, in *Linguistic Theory*, Matos G., Miguel I., Duarte I., Faria I., (orgs), A.P.L. / Colibri, Lisboa, pp.57-80
- Brito, A.M. (1988), “Construções quantitativas e partitivas: um esboço de análise sintáctica”, Prova Complementar de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Brito, A.-M. (1993), “Aspects de la syntaxe du SN en portugais et en français”, in *Séries Linguística e Literatura*, II Série, vol. 10. Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto, pp. 25-53
- Brito, A.-M. (2003), Categorias sintácticas, in Mateus *et alii*, pp.325-432
- Brito, A.-M. (2003), Orações consecutivas, in Mateus *et alii*, pp.754-768
- C.-C. Du Marsais, (1797), *Mélanges de Grammaire, de Philosophie, etc, tirés de l'Encyclopédie*, Paris, Pougin, 1797, citado por *Trésor de la langue française, Dictionnaire de la langue du XIX et du XX siècle (1789-1960)*, publié sous la direction de Paul Imbs, Editions do CNRS, Paris, 1971
- Caetano de Lima, L. (1736), *Orthographia da lingua portugueza*, Lisboa Occidental, officina de Antonio Isidro da Fonseca.
- Caetano de Lima, L. (1756), *Grammatica Italiana e Arte Para Aprender a Lingua Italiana por meyo da Lingua Portugueza*, Lisboa, Oficina de Joseph da Costa Coimbra

- Calvo Pérez, J. (1986), *Adjetivos puros: Estructura léxica e topología*, Valencia, Universidade de Valencia
- Cardoso, S. (1988), “O genitivo em Português (contributos para a sintaxe e semântica da preposição *de*)”, in *Línguas e Literaturas*, Revista da Faculdade de Letras do Porto, II série, Vol. V – Tomo 1, pp.19-100
- Carlson, G. (1977), *Reference to Kinds in English*. Doctoral dissertation, UMass, Amherst.
- Casteleiro J. M.(1978), *Sintaxe Transformacional do Adjectivo. Regência das Construções Completivas*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Casteleiro, J. M. (1981), «Jerónimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII», *Boletim de filologia*, 26, 1980-1981
- Castro, A. (2005), *On Possessives in Portuguese*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
- Chevalier, J.-C., Blanche-Benvéniste, C., Arrivé, M., Peytard, J. (1964), *Grammaire Larousse du français contemporain*, Paris, Librairie Larousse
- Chomsky, N. (1970), “Remarks on Nominalization”, in R. Jacobs and P. Rosenbaum (eds.), *Readings in English Transformational Grammar*, Massachusetts: Ginn, Waltham, pp. 184-221.
- Chomsky, N. (1981), *Lectures on Government and Binding*, Foris, Dordrecht.
- Chomsky, N. (1986a), *Barriers*, MIT-Press, Cambridge, Mass.
- Chomsky, N. (1986b), *Knowledge of language: Its nature, origin, and use*, New York: Praeger. Trad. Port: série LINGUÍSTICA, Editora Caminho.
- Chomsky, N. (1991), “Some Notes on Economy of Derivation and Representation”, in R. Freidin (ed.), *Principles and Parameters in Comparative Grammar*, MIT Press, Cambridge, MA., pp. 417-454.
- Chomsky, N. (1992), “A minimalist program for linguistic theory”, *Occasional Papers in Linguistics*, MIT 1.
- Chomsky, N. (1993), “A minimalist program for linguistic theory”, in *The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*, ed. K. Hale e S.J. Keyser, Cambridge, Mass: MIT Press. pp. 1-52.
- Chomsky, N. (1995), *The Minimalist Program*, MIT Press, Cambridge, MA.

- Chomsky, N. (1998) *Minimalist inquiries: the framework*. MIT Occasional Papers in Linguistics 15.
- Chomsky, N. (2000), "Minimalist Inquiries: the Framework", in Martin, R. D. e Uriagereka, J. (eds), *Step by Step: Essays on Minimalism in Honor of Howard Lasnik*, Cambridge, MIT Press, 89-155
- Chomsky, N. (2001a), "Derivation by Phase", in Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: a Life in Language*, Cambridge, MIT Press, 1-52
- Chomsky, N. (2001b), "Beyond Explanatory Adequacy", MIT Occasional Papers in Linguistics, N° 20
- Cinque, G. (1993), "On the evidence for partial N-movement in the Romance DP", *University of Venice Working Papers in Linguistics*, 3.2, 21-40. Venezia: Centro Linguistico Interfaculta.
- Cinque, G. (1994), "On the Evidence for Partial N-movement in Romance DP.", em G. Cinque, J. Koster, J.Y. Pollock, L. Rizzi e R. Zanuttini (eds.), *Paths Towards Universal Grammar, Studies in Honor of Richard S. Kayne*, Washington D.C., Georgetown University Press, págs. 85-110
- Cinque, G. (1997), *Adverbs and Functional Projections: A Cross-linguistic Perspective*, New-York: Oxford University Press
- Cinque, G. (1999), *Adverbs and functional heads*, Oxford: Oxford University Press
- Clérico, G. (1983), "Ellipse et syntaxe de concordance chez quelques grammairiens classiques", *Histoire Epistémologie Langage*, 5, n° 1, 43-56.
- Colombat, Julien, & Rosier (1992), "L"adjectif dans la tradition latine", *Archives et Documents de la SHESL*, Seconde Série n°6 avril
- Colombat, Julien, & Rosier. (1992b), "La grammaire latine humaniste", *Archives et Documents de la SHESL*, Seconde Série n°6 avril
- Contador de Argote, J. (1725), *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, Lisboa Occidental, Officina da Musica
- Corazza, E. (2005), "On epithets qua attributive anaphors", in *Journal of Linguistics*, 41, 1-32
- Corbin, D. (1997), "Locutions, composés, unité polylexématiques : lexicalisation et mode de construction.", in *La locution, entre langue et usages*, Fontenay-St-Cloud, E.N.S. Editions.

- Corblin, F. (1990), “Les groupes nominaux sans nom du français”, in *L’anaphore et ses domaines*, ed. G. Kleiber e J.-E. Tyvaert, 63-80, Paris, Klincksieck.
- Corver, N. (1991), “Evidence for DegP”, in *Proceedings of NELS 21*, University of Massachusetts, Amherst, pp. 33-47.
- Corver, N. (1997), “The Internal Syntax Of The Dutch Extended Adjectival Projection”, *Natural Language and Linguistic Theory* 15: 289-368, 1997 Kluwer Academic Publishers.
- Corver, N. (1997b), “Much-support as a Last Resort”, *Linguistic Inquiry*, 28, 119-164.
- Corver, N. (1998) “Predicate Movement in Pseudopartitive Constructions”, in *Possessors, Predicates and Movement in the Determiner Phrase*, Alexiadou, A., Wilder, C. (Eds.), Amsterdam, John Benjamins, Volume 22, 215-257
- Corver, N. & Matushansky, O. (2006), “At our best when at our boldest”, comunicação, TIN-dag, 4/02/2006
- Coyos, J.-B. (2004), “Basque”, in *Le nom composé: Données sur 16 langues*, dir. / éd. Pierre J.L. Arnaud, Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 47-70.
- Cresswell, M.J. (1976), “The Semantics of Degree”, in B. Partee (ed.), *Montague Grammar*, Academic Press, New York, pp. 261-292.
- Crisma P. (1993), “On adjective placement in Romance and Germanic event nominals”, *University of Venice Working Papers in Linguistics*, vol. 3.2, eds. Giusti e Bruge.
- Crisma, P. (1990), *Funcional Categories Inside the NP: A Study on the Distribution of Nominal Modifiers*, tese de doutoramento inédita, Universidade de Veneza.
- Crisma, P.(1995), “On the configurational nature of adjectival modification”, in *Grammatical Theory and Romance Languages*, 59-70, edited by K. Zagona, John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia.
- Cunha, C., Lindley Cintra, F. (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, 8ª ed. (1991), Edições João Sá da Costa.
- Dauzat A, Dubois J, Mitterrand H, (1964), *Nouveau dictionnaire étymologique et historique*, Larousse, Paris
- de Nebrija, A. (1492), *Gramática castellana*, ed. de 1946
- Dechaine, R-M. 1993. Predicates across categories: towards a category-neutral syntax. Dissertation, Univ. of Massachusetts, Amherst.

- Delesalle S. (1992) “Les grammaires du français à l’âge classique: “adjectif” et l’adjectif”, *HEL*, 14/1
- Delsing, L.-O. (1993) *The Internal Structure of Noun Phrases in the Scandinavian Languages*. Lund.
- Demonte, V. (1999b), “A Minimal Account of Spanish Adjective Position and Interpretation.”, em J. Franco, A. Landa e J. Martín (eds.), *Grammatical Analyses in Basque and Romance Linguistics*, Amsterdam, John Benjamins.
- Destutt de Tracy, A.L.C. (1803), *Eléments d’idéologie*, II Grammaire, Paris, an IX (1803)
- Diesing, M. (1982), *Indefinites*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- Dikken, M den. (1998), “Predicate Inversion in DP” , *In: Alexiadou, A., C. Wilder eds. Possessors, Predicates and Movement in the determiner Phrase*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Dixon, R.M.W. (1977), “Where Have All the Adjectives Gone?” *Studies in Language* 1:1, págs. 19-80
- Dowty, D. R. (1979) *Word Meaning in Montague Grammar*, Dordrecht, Reidel
- Drijkoningen, F. (1993), “Movement theory and the DP-Hypothesis”, *Linguistics*, 31, 813-853.
- Duarte Nunes de Leão (1576), *Orthographia da lingua portuguesa*, Lisboa, João da Barreira
- Duarte Nunes de Leão (1606), *Origem da lingua portuguesa*, Lisboa, Pedro Crasbeeck
- Duarte, I. (1987), *A Construção de Topicalização na Gramática do Português*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Duarte, I. (2003), Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras, *in Mateus et alii*, pp.277-321
- El-Hani, C. N., & Pereira, M. A., (2000), “Higher-level Descriptions: Why Should We Preserve Them?” in Andersen, Emmeche, Finnemann, and Christiansen (eds.), *Downward Causation: Minds, Bodies and Matter* (Aarhus, Denmark: Aarhus University Press), p.118
- Emonds, J. 1976, *A Transformational Approach to English Syntax*, Academic Press, New York.
- Enç, M. (1991), “The semantics of specificity”, *Linguistic Inquiry*, 22, 1-27.

- Epiphânio da Silva Dias, A. (1959), *Syntaxe historique portuguese*, Lisboa, Livraria Clássica, 4a ed.
- Fabre, C. (1996), *Interpretation automatique des séquences binominales en anglais et en français. Application à la recherche d'informations*, these de doctorat, Université de Rennes
- Faller, M. (2000), "Dimensional Adjectives and Measure Phrases in Vector Space Semantics", In M. Faller, S. Kaufmann, and M. Pauly, (eds), *Formalizing the Dynamics of Information*, CSLI Publications, Stanford.
- Fernández Ramírez, S. (1951), *Gramática española*, Madrid, Revista de Occidente
- Fernão de Oliveira (1536), *Gramática da linguagem portuguesa*, edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeus Torres e Carlos Assunção, Lisboa, 2000, Academia das Ciências de Lisboa
- Ferreira Vera, A. (1631): *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa*, Lisboa, Mathias Rodriguez
- Fine, K. (1975), "Vagueness, Truth, and Logic", *Synthèse*, 30:265–300.
- Fonseca, J (1993). *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, (cap. 1 "Funções sintáticas e funções semânticas do adjectivo em Português"), Porto Editora, Porto.
- Franco Barreto, J. (1671), *Ortografia da lingoa portugueza*, Lisboa, Officina de Joam da Costa
- Fukui, N. & Speas, M. (1986), "Specifiers and Projection", in N. Fukui, T. Rapoport and E. Sagey (eds.), *MIT Working Papers in Linguistics* 8. MIT, Cambridge, MA.
- Galichet, G. (1957), "L"adjectif peut-il exercer la fonction apposition." *FrM* XXXV, págs. 181-185
- Giorgi, A. E Longobardi, G. (1991), *The Syntax of Noun Phrase: Configuration, Parameters and Empty Categories*, Cambridge, Cambridge University Press
- Girard, Abbé G. (1747), *Les vrais principes de la langue française*, Paris, Le Breton, 1747 [ed. Genebra, Droz, 1982]
- Giraud-Duvivier (Charles-Pierre) (1834), *Grammaire des grammaires ou Analyse raisonnée des meilleurs traités sur la langue française*, Paris, Janet et Cotelle, citado por *Trésor de la langue française, Dictionnaire de la langue du XIX et du*

- XX siècle* (1789-1960), publié sous la direction de Paul Imbs, Editions do CNRS, Paris, 1971
- Gorlier, H. & de Barros, J. (1909), *Gramática Franceza*, Livraria Chardon, Porto
- Grimshaw, J. (1991), “Extended projection”, In *Lexical Specification and Lexical Insertion*, Erlbaum, Hillsdale, NJ.
- Guarino, N. (1994), “The Ontological Level”, in R. Casati, B. Smith and G. White (eds.), *Philosophy and the Cognitive Sciences*, Vienna: Hölder-Pichler-Tempsky.
- Halle, M. & Marantz, A. (1993), “Distributed Morphology and the Pieces of Inflection.” In *The View from Building 20*, eds. Kenneth Hale and S. Jay Keyser. MIT Press, Cambridge, 111-176.
- Halle, M. & Marantz, A. (1994), “Some key features of Distributed Morphology.” In MITWPL 21: *Papers on phonology and morphology*, eds. Andrew Carnie and Heidi Harley. MITWPL, Cambridge, 275-288.
- Halle, M. (1997), “Distributed morphology: Impoverishment and fission.” In MITWPL 30: *Papers at the Interface*, ed. Benjamin Bruening, Yoonjung Kang and Martha McGinnis. MITWPL, Cambridge, 425-449.
- Haroche C., Maingueneau D. (1983), “L”ellipse ou la maîtrise du manque”, *Histoire Epistémologie Langage*, 5, n° 1, 143-150.
- Heim, I. (1982), *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*, doctoral dissertation, Universidade de Massachussetts, Amherst
- Heim, I. (1994). “Superlatives: a Case Study in the Division of Labor between Syntax and Pragmatics”, Ms., MIT.
- Heim, I. (2000), “Degree Operators and Scope”, *Proceedings of SALT X*, pp. 40-64. Ithaca, NY: Cornell Linguistics Club.
- Hetzron, R. (1978) “On the relative order of adjectives,” in *Language Universals*, ed. by Hansjakob Seiler, 165-184. Gunter Narr, Tübingen.
- Higginbotham, J. (1985), “On semantics”, *Linguistic Inquiry*, 16, 547-594.
- Hinzen, W. (2005), *Mind Design and Minimal Syntax*, Oxford University Press
- Hoeksema, J. (1994), “On the grammaticalization of negative polarity items”, in S. Gahl, A. Dolbey & C. Johnson (edd.), *Proceedings of the Twentieth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 273-282

- Hoekstra, E. (1991), *Licensing Conditions on Phrase Structure*, Doctoral Dissertation. University of Groningen.
- Holtz, L (1994), “Les parties du discours vues par les latins”, in *Les Classes de Mots, Traditions et perspectives*, ed. L. Basset e M. Perennec, Presses Universitaires de Lyon
- Hornstein, N. (1995), *Logical Form: From GB to Minimalism*. Oxford, England and Cambridge, MA: Blackwell.
- Hummel, M., (2006), “A conversão do adjetivo em advérbio em perspectiva sincrónica e diacrónica”, *6º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Língua portuguesa, [http://www.geocities.com/ail\\_br/ail.html](http://www.geocities.com/ail_br/ail.html)
- Ildefonse F. (1997), *La Naissance de la Grammaire dans l'Antiquité Grecque*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin
- Jackendoff, R. (1972), *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, Mass:MIT Press
- Jackendoff, R. (1977), *X''-Syntax: A Study of Phrase Structure*, MIT Press, Cambridge, MA.
- Johnson, K. (1991), “Object. Positions”, *Natural Language and Linguistic Theory*, 9, 577-636.
- Kamp, H. (1975), “Two Theories About Adjectives.”, em E. Keenan (ed.), *Formal Semantics of Natural Languages*, Londres, Cambridge University Press, págs. 123-155
- Kamp, H. (1981), “A Theory of Truth and Semantic Representation.” Em J. Groenendijk *et al* (eds.), *Formal Methods in the Study of Language*, Mathematical Center, Amsterdam, págs. 277-321
- Kayne, R. (1994), *The Antisymmetry of Syntax*, Cambridge, Mass: MIT Press.
- Kayne, R. (2005), *Movement and Silence*, Oxford Studies in Comparative Syntax, Oxford University Press
- Kennedy, C. (1997), *Projecting the Adjective: The Syntax and Semantics of Gradability and Comparison*, PhD thesis, University of California, Santa Cruz, publicado em 1999 por Garland, New York.
- Kennedy, C. & Merchant, J. (2000), “Attributive Comparative Deletion”, in *Natural Language and Linguistic Theory* 18:89-146.



- Kenneth F. D. (2002), "Negative DPs and Elliptical Negation in Child, English Language Acquisition", in *A Journal of Developmental Linguistics*, 2002, Vol. 10, No. 2, Pages 77-122
- Kester, E.-P. (1996), *The Nature of Adjectival Inflection*, PhD Dissertation, University of Utrecht.
- Kim, Min-Joo (2002), "Does Korean have adjectives?" In T. Ionin, H. Ko and A. Nevins eds., (MIT Working Papers 43: Proceedings of HUMIT 2001, Cambridge, MA: MIT Working Papers, pp. 71-89.
- Kim Min-Joo (2003), "The Absence of the Adjective Category in Korean", Ms, University of Massachusetts-Amherst
- Klein, E. (1980), A semantics for positive and comparative adjectives. *Linguistics and Philosophy* 4, 1-45.
- Klein, E. (1982), "The Interpretation of Adjectival Comparatives", *Journal of Linguistics* 18, 113-136.
- Klein, F. (1983), "Grammar in Style: Spanish Adjective Placement", em *Discourse Perspectives on Syntax*, Nova Iorque, Academic Press, págs. 143-179
- Kremers, J. (2004), *The Arabic Noun Phrase. A Minimalist Approach*, PhD dissertation, LOT, Utrecht
- Laenzlinger, C. (2000), "French Adjective Ordering: Perspectives on DP-Internal Movement Types", In *Generative Grammar in Geneva*, volume 1, páginas 55–104.
- Lallot, J. (1989), *La grammaire de Denys le Thrace*, Paris, Editions du CNRS
- Lallot, J. (1994), "les parties du discours chez les grammairiens Grecs", in *Les Classes de Mots, Traditions et perspectives*, ed. L. Basset e M. Perennec, Presses Universitaires de Lyon
- Lamarche, J. (1991), "Problems for N<sup>0</sup>-movement to NUM-P", *Probus*, vol. 3.2, 215-236.
- Larson R. (1995), "Olga is a beautiful dancer", *Winter Meetings of The Linguistic Society of America*, New Orleans, 5-8 de Janeiro.
- Larson, R. (1998) "Special Topics in Linguistics: Adjectives", <http://semlab2.sbs.sunysb.edu>, Lecture notes LIN 550, SUNY Stony Brook.
- Larson, R. (1999), "Semantics of adjectival modification. notes from lecture series", <http://semlab5.sbs.sunysb.edu/>

- Lattewitz, K. (1997), *Adjacency in Dutch and German*, Doctoral dissertation, Groningen  
Dissertations in Linguistics, 19
- Le Grand Robert De La Langue Française, Dictionnaire Alphabétique Et Analogique De La Langue Française*, ed. Alain Rey, Dictionnaires le Robert, Paris, ed. 1996
- Levi, J. (1974), "On the Alleged Idiosyncrasy of Nonpredicates NP"s.", *CLS* 10, págs.402-415
- Li, C. N., & S. A. Thompson. (1981). *Mandarin Chinese: A functional reference grammar*, University of California Press, Berkeley & Los Angeles:
- Lieber, R. (1983), "Argument Linking and Compounds in English", *Linguistic Inquiry*, 14 (2), 251-285
- Linebarger, M. (1980). *The Grammar of Negative Polarity*. Ph. D. thesis, MIT.
- Littré, E. (1873-1883), *Dictionnaire de la langue française*, Paris-Londres, Hachette, 1873-1883, citado por *Trésor de la langue française, Dictionnaire de la langue du XIX et du XX siècle (1789-1960)*, publié sous la direction de Paul Imbs, Editions do CNRS, Paris, 1971
- Lobeck, A. (1995), *Ellipsis. Funcional Heads, Licensing and Identification*, Oxford, Oxford University Press
- Longobardi, G. (1991), "Extraction from NP and the Proper Notion of Head Government", in A. Giorgi and G. Longobardi (eds.), *The Syntax of Noun Phrases: Configuration, Parameters and Empty Categories*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 57-112.
- Longobardi, G. (1994) "Reference and Proper Names: a Theory of N-movement in Syntax and Logical Form", in *Linguistic Inquiry* 25; 609-708.
- Lopes, O. (1971), *Gramática Simbólica do Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- Lopes, O. (1980), "Relações semânticas entre massivos, partitivos, colectivos e abstractos, em Português", Comunicação apresentada ao *XVI Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas*, Palma de Maiorca.
- Lu, Bingfu. (1998), Left-right assymetries of word order variation: a functional explanation, Ph.D. dissertation, University of Southern California.
- Lucas, M.A. (1975), "The Syntactic Class of Antenominal Adjectives in English.", *Lingua*, págs. 155-171

- Lyons, J. (1977), *Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Magalhães M. L. de (1805), *Compendio Grammatical da Ellipse e Outras Figuras*, Impressão Regia, Lisboa.
- Maling. J. (1983), “Transitive Adjectives: A Case of Categorial Reanalysis”, in Heny, F. and B. Richards (eds.), *Linguistic Categories: Auxiliaries and Related Puzzles*, D. Reidel. Dordrecht, pp. 253-289.
- Marantz, A. (1997), “No escape from syntax: Don’t try morphological analysis in the privacy of your own Lexicon.” *Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium: Penn Working Papers in Linguistics 4: 2*, ed. Alexis Dimitriadis et.al. 201-225.
- Marques, R. R. (2003), *Para uma semântica das construções comparativas em Português*, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
- Martin, J.B. (1986), *Null Elements in Syntax and Their ability to Head Govern*, MA. Thesis, UCLA
- Martinho, F. (1998), *A Elipse Nominal em Português e Francês*, dissertação de Mestrado, Universidade do Porto
- Mateus, M.H., Brito, A.-M., Duarte, I., Frota, S., Matos. G., Oliveira, F., Vigário, M., Villalva, A., (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, série *Linguística*, Caminho
- Matos, G. & Brito, A.-M., (2002), “On the Syntax of Canonical Comparatives in European Portuguese”, *Journal of Portuguese Linguistics*, 1:1, Lisboa, Colibri, 41-81
- Matos, G. (1992), *Construções de Elipse do Predicado em Português*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Matos, G. (2003), Orações comparativas, in Mateus *et alii*, pp.732-754
- Matos, G. (2003), Construções elípticas, in Mateus *et alii*, pp.871-913
- Matos, G. (2005), “Seminário de Pós-Graduação em Linguística. Relatório de Disciplina”, ms, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Matsuo & Duffield (2001), “VP-Ellipsis and Anaphora in Child Language Acquisition”, in *Language Acquisition: A Journal of Developmental Linguistics*, Vol. 9, No. 4, Pages 301-327
- Matushansky, O. (2001), “Obligatory Scalarity (A Sliding Scale)”, In K. Megerdooimian and L.A. Barel, (eds), *Proceedings of the West Coast Conference on Formal Linguistics (WCCFL) XX*, Somerville, Mass, Cascadilla Publications.

- Matushansky, O. (2002). *Movement of Degree/Degree of Movement*. Doctoral dissertation, MIT, Cambridge MA: MITWPL.
- Matushansky (2005), “Tinker, Tailor, Soldier, Spy”, in *Proceedings of SuB9*, Emar Maier, Corien Bary & Janneke Huitink, eds., 2005
- Matushansky, O. (2006), “Superlatives at the Interface”, unpublished ms, UMass, April 26, 2006
- McCawley, J. (1992), “Justifying part-of-speech assignments in Mandarin Chinese”, *Journal of Chinese Linguistics* 20, pp. 212 - 245
- Miguel, M. S. S. (2004), *O Sintagma Nominal em Português Europeu. Posições de Sujeito*, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
- Milner, J.C. (1978), *De la Syntaxe à l'Interprétation*, Paris, Le Seuil.
- Moltmann, F. (2004): “Properties and Kinds of Tropes: New Linguistic Facts and Old Philosophical Insights”. *Mind* 113, 1-43.
- Montermini, F. (2006), “La Composition En Italien Dans Un Cadre De Morphologie Lexématique”, communication présentée à la Journée d'études “Composition”, Arras, 24 mars 2006
- Morais Da Silva, A. *Grande dicionário da língua portuguesa*, Editorial Confluência, Lisboa, 1949
- Morzycki, M. (2004), “Measure DP adverbials: Measure Phrase Modification in VP”, Ms., Université du Québec à Montréal.
- Nkemnji, M. (1994), “On Nweh Adjectives That Show up as Nouns”, paper presented at the Annual Conference on African Linguistics, New Brunswick, NJ
- Nølke, H. (1996), “Où placer l'adjectif épithète? Focalisation et modularité”. *Langue française*, 111, 38-58
- Oliveira, F. & Duarte, I. (2003), Referencia nominal, in Mateus *et alii*, pp.207-242
- Pereira De Figueiredo, A., (1816), *Figuras da Syntaxe Latina*, Imprensa Regia, Lisboa.
- Phillips, C. (1996), *Order and Structure*, Cambridge, Massachusetts: MIT dissertation.
- Picallo, C. (1991), “Nominals and nominalizations in Catalan”, *Probus*, 3.3., 279-316.
- Picallo, M. C. (1994), “A mark of Specificity in Indefinite Numerals.”, *CatWPL* 4:1, págs. 143-167
- Pollock, J.-Y. (1989), “Verb Movement, Universal Grammar and the Structure of IP”, *Linguistic Inquiry* 20(3), 365-425.
- Pustejovsky, J. (1995), *The Generative Lexicon*, Cambridge, MIT Press

- Quirk, R. *et alii* (1985), *A Comprehensive Grammar of the English Language*, Londres, Longman (12<sup>a</sup> edição, 1994)
- Rainer, F. E Varela, S. (1991), “Compounding in Spanish.”, em S. Scalise (ed.) *The Morphology of Compounding*, *Rivista di Linguistica*, 4:1, págs. 117-142
- Ranchhod, E., M., (2003), “O lugar das expressões ‘fixas’ na gramática do Português”, in *Razões e Emoção, Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, org. Castro, I. e Duarte, I, Vol. II, Imprensa Nacional-casa da Moeda, pp.239-254
- Real Academia Española (1973), *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*, Madrid, Espasa calpe
- Reeves, H, (1986), *L’heure de s’ennivrer*, Editions du Seuil, Paris
- Rio-Torto, G.M. (1998), *Morfologia Derivacional. Teoria e Aplicação ao Português*, Coleção Linguística, 12, Porto Editora.
- Ritter, E. 1988, “A Head-Movement Approach to Construct-State Noun Phrases”, *Linguistics* 26.6, 909-929.
- Ritter, E. 1991. “Two Functional Categories in Noun Phrases: Evidence from Modern Hebrew”. In S. Rothstein (Ed.), *Perspectives on Phrase Structure*, Vol. Syntax and Semantics 25, 37-62. Academic Press.
- Rizzi L. (1986), “Null objects in Italian and the theory of pro”, *Linguistic Inquiry*, Volume 17, Number, 3, 501-557.
- Rizzi, L. (1990), *Relativized Minimality*, Cambridge, Mass: MIT Press.
- Rodrigues Maya, M. (1790), *Dicionario das Ellypses*, Officina de A. Gomes, Lisboa.
- Ronat, M. (1977), “Une contrainte sur l’effacement du nom”, in *Langue, théorie générative étendue*, ed. Mitsou Ronat, Paris, Herman, 153-169.
- Ross, J. (1964), “The grammar of measure phrases in English”. Unpublished MIT paper read at the December meeting of the LSA.
- Ross, J. (1967), *Constraints on Variables in Syntax*, Doctoral Dissertation MIT
- Ross, J. (1969), “Adjectives as Noun Phrases”, in D. Reidel and S. Schane (eds.), *Modern Studies in English: Readings in English Transformational Grammar*, Prentice Hall, Englewood Cliffs, N.J., pp. 352-360.
- Sadler, L., Douglas, A. (1994), “Prenominal adjectives and the phrasal/lexical distinction”, *Journal of Linguistics*, 30, 187-226.

- Sag, I. (1976), *Deletion and logical form*. PhD thesis, MIT
- Sánchez L. (1995), “Word order, predication and agreement en DPs in Spanish, Southern Quechua and Southern Andean Bilingual Spanish”, in *Grammatical Theory and Romance Languages*, 209-217, edited by K. Zagona, John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia.
- Sanctius Franciscus (1587), *Minerua, seu de causis linguae Latinae*, Salamanca, ed G. Clérico, Presses Universitaires de Lille, 1982
- Savary, A. (2004), *Recensement et description des mots composés – méthodes et applications*, Thèse de doctorat en Informatique Fondamentale, Laboratoire d’Automatique Documentaire et Linguistique, Université Paris 7
- Schmidt, R. (1972), *L’adjectif de relation en français, italien, anglais et allemand*, Göppingen, Alfred Kümmerle
- Schoenemann, T. (1999), “Syntax as an Emergent Characteristic of the Evolution of Semantic Complexity”, in *Minds and Machines* 9: 309–346, Kluwer Academic Publishers.
- Scott, G.-J. (1998) "Stacked adjectival modification and the structure of nominal phrases". SOAS Working Papers in Linguistics and Phonetics, vol. 8, 59-89.
- Selkirk, E. (1982) “, *The Syntax of words*, Cambridge Mass., MIT Press
- Seuren, P. (1978), “The Structure and Selection of Positive and Negative Gradable Adjectives”, In *Papers from the Parasession on the Lexicon*, Chicago Linguistics Society.
- Seuren, P. (1984), “The Comparative Revisited”, *Journal of Semantics*, 3:109–141.
- Shlonsky, U. (1991), “Quantifiers as Functional Heads: A Study of Quantifier Float in Hebrew”, *Lingua* 84, 159-180.
- Shlonsky, U. (2004). “The form of Semitic noun phrases”, in *Lingua*, vol. 114, n°12, pp. 1465-1526
- Sichel, I., (2002), “Phrasal movement in Hebrew adjectives and possessives”, in Alexiadou, Artemis, Elena Anagnostopoulou, Sjef Barbiers and Hans-Martin Gärtner (eds) *Dimensions of Movement: From Features to Remnants*, Amsterdam, John Benjamins
- Siegel, M. E. A. (1976), *Capturing the Adjective*, Ph.D. dissertation, University of Massachusetts, Amherst

- Sleeman, P. (1996), *Licensing Empty Nouns in French*, Ph.D. Dissertation, University of Amsterdam.
- Soares Barbosa, J. (1807), *As Duas Linguas, ou grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina*, Coimbra, Real Impressão da Universidade
- Soares Barboza, J. (1822), *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral aplicados á nossa linguagem*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 2<sup>a</sup> ed. 1830.
- Sproat, R. & Shih C. (1988), “Prenominal adjectival ordering in Mandarin and Chinese.”, *Nels*, 18, págs. 465-489
- Stechow, A. von (1984), “My Reply to Cresswell’s, Hellan’s, Hoeksema’s and Seuren’s Comments”, *Journal of Semantics*, 3:183–199.
- Stickney, H. (2004), “The pseudopartitive and its illusory projections”, Ms, University of Massachusetts, Amherst
- Stowell, T. (1981), *Origins of Phrase Structure*, Doctoral Dissertation, MIT.
- Stowell, T. (1991), “Determiners in NP and DP”, in K. Leffel and D. Bouchard (eds.), *Views on Phrase Structure*, pp. 37-56.
- Strawson, P. F. 1959. *Individuals. An Essay in Descriptive Metaphysics*. London and New-York: Routledge
- Szabolcsi, A. (1987), “Functional Categories in the Noun Phrase”, in I. Kenesei (ed.), *Approaches to Hungarian*, Vol. 2. Jate-Szeged, 167-189.
- The Oxford English Dictionary*, eds. J.A Simpson & E.S.C Weiner, Clarendon Press, Oxford, 1989
- Travis, L. (1988), “The Syntax of Adverbs”, in *McGill Working Papers in Linguistics: Proceedings of the IVth Workshop on Comparative Germanic Syntax*, Montréal: McGill University.
- Trésor de la langue française, Dictionnaire de la langue du XIX et du XX siècle (1789-1960)*, publié sous la direction de Paul Imbs, Editions do CNRS, Paris, 1971
- Valois, D. (1991) *The Internal Syntax of DP*, Doctoral Dissertation, UCLA.
- Vendler, Z. (1968), *Adjectives and Nominalizations*, A Haia, Mouton
- Villalva, A. (2003), Formação de palavras: composição, in Mateus *et alii*, pp.971-983
- Villoing, F. (2002), *Les mots composés [VN] N/A du français : réflexions épistémologiques et propositions d’analyse*, these de doctorat, Paris-X Nanterre

- Warren, B. (1988), "Ambiguity and vagueness in Adjectives.", *SL*, 42. págs. 122-172
- Wetzer, H. (1992), "'Nouny" and "Verby" Adjectivals: A Typology of Predicative Adjectival Constructions", in M. Kefer and I. van der Auwera (eds.), *Meaning and Grammar. Cross-linguistic Perspectives*, Mouton de Gruyter, Berlin-New York, pp. 223-262.
- Willis, D. (2004), "Against N-raising and NP-raising analyses of Welsh noun phrases", ms, Department of Linguistics, University of Cambridge
- Winter, Y. (2001), "Measure Phrase Modification in Vector Space Semantics", In K. Megerdooian and L.A. Barel, (eds), *Proceedings of WCCFL XX*, Somerville, Massachusetts, Cascadilla Publications.
- Winter, Y. (2004), "Cross-categorial Restrictions on Measure Phrase Modification", Ms, Technion—Israel Institute of Technology.
- Zamparelli, R. (1993), "Prenominal Modifiers, Degree Phrases and the Structure of AP." *University of Venice Working Papers in Linguistics*, 3, págs. 138-161
- Zamparelli, R. (1995), *Layers in the Determiner Phrase*, Ph.D. dissertation, University of Rochester.
- Zubizarreta, M.-L. (1999), "Las funciones informativas: tema y foco", in Bosque & demonte (eds), *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Real Academia Española / Espasa Calpe, vol 3, § 64.2, p.4128.
- Zwarts, J. (1992), X"-Syntax - V-Semantics. On the Interpretation of Functional and Lexical Heads, Doctoral Dissertation, University of Utrecht.





